# CONTA GERAL DO ESTADO

## EXERCÍCIO FISCAL 2020

## FICHA TÉCNICA

### Elaboração

Ministério das Finanças
Direcção Nacional da Contabilidade Pública
Largo da Mutamba, Palácio das Finanças, Caixa Postal 1235
Luanda – Angola

### Título:

*Conta Geral do Estado: Exercício Fiscal de 2020*

### Data de Finalização:

23 de Agosto de 2021

### Referências para Citação:

Ministério das Finanças de Angola, *Conta Geral do Estado: Exercício Fiscal de 2020*, Agosto, 2020

### Equipa Técnica

Departamento de Contas do Estado
Direcção Nacional de Contabilidade Pública
Ministério das Finanças
República de Angola

© Ministério das Finanças.
Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério das Finanças de Angola. É proibida a comercialização e tradução, sem autorização prévia por escrito do Ministério das Finanças de Angola.

PRELIMINAR

GOVERNO DE ANGOLA | minfin.gov.ao
Ministério das Finanças

PRELIMINAR

# CONTA GERAL DO ESTADO

## EXERCÍCIO FISCAL DE 2020

# ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS ..... XVIII
SIMBOLOGIA ..... XX
I. INTRODUÇÃO ..... 2
II. SUMÁRIO EXECUTIVO ..... 9
III. EVOLUÇÃO DA CGE DE 2011 A 2020 ..... 17
IV. CONJUNTURA ECONÓMICA MUNDIAL E NACIONAL ..... 22
CONJUNTURA MUNDIAL ..... 22
*Inflação Mundial* ..... *23*
*Mercado Petrolífero* ..... *25*
*Comércio Mundial* ..... *26*
*Taxas de Juro* ..... *27*
CONJUNTURA NACIONAL ..... 28
*Sector Real* ..... *28*
*Inflação* ..... *29*
*Sector Monetário* ..... *30*
*Sector Cambial* ..... *31*
*Reservas Internacionais* ..... *33*
*População Economicamente Activa e Taxa De Actividade* ..... *33*
*População Inactiva e Taxa de Inactividade* ..... *34*
*Mercado de Trabalho* ..... *34*
V. BALANÇO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ..... 37
RECEITAS ARRECADADAS NO PERÍODO ..... 37
*Receitas Correntes* ..... *38*
*Receitas de Capital* ..... *40*
*Receita por Província* ..... *42*
DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO ..... 43
*Despesas Correntes* ..... *45*
*Despesas de Capital* ..... *46*
*Despesa por Função do Governo* ..... *48*
*Despesa realizada por Província* ..... *50*
PRINCIPAIS INDICADORES FISCAIS ..... 51
*Saldo Fiscal* ..... *52*
*Saldo Primário Não Petrolífero* ..... *52*
*Saldo Corrente* ..... *53*
VI. FONTE E EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM A COVID-19 ..... 55
FONTE E EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS ..... 55
*Atribuição e Execução das Quotas Financeiras* ..... *55*
*Linha de Financiamento do Banco Mundial* ..... *60*

PRELIMINAR

*Doações Financeiras* ..... *64*
Fonte e Execução dos Recursos não Financeiros ..... 68
VII. BALANÇO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA ..... 77
Balanço da Dívida Interna ..... 77
*Emissão de Dívida Interna* ..... *77*
*Serviço da Dívida Interna* ..... *79*
*Stock da Dívida Interna* ..... *80*
Balanço da Dívida Externa ..... 81
*Desembolsos* ..... *81*
*Serviço da Dívida Externa* ..... *86*
*Saldo das Contas Dedicadas ao Serviço da Dívida Externa* ..... *88*
*Stock da Dívida Externa* ..... *90*
Balanço da Dívida Pública ..... 91
Garantias Concedidas ..... 96
Estratégia de Regularização de Atrasados em 2020 ..... 98
Restos a pagar ..... 102
Dívida Flutuante ..... 105
Dívida Fundada ..... 106
VIII. IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL DA EXECUÇÃO DO OGE ..... 108
Impacto Económico e Social na execução do PDN em 2020 ..... 108
*Eixo 0 - Actividade Geral do Estado* ..... *109*
*Eixo 1 – Desenvolvimento Humano e Bem-Estar* ..... *110*
*Eixo 2 - Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado E Inclusivo* ..... *139*
*Eixo 3 – Infra-estruturas Necessárias Ao Desenvolvimento* ..... *162*
*Eixo 4 – Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização* ..... *174*
*Eixo 5 – Desenvolvimento Harmonioso Do Território* ..... *185*
*Eixo 6 – Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional* ..... *192*
Impacto Económico e Social na execução do PIP em 2020 ..... 194
*Execução do PIP nos Departamentos Ministeriais* ..... *195*
*Execução do PIP nas Administrações Municipais* ..... *201*
*Execução do PIP nos Governos Provinciais* ..... *204*
*Execução do PIP nas Outras Unidades Orçamentais* ..... *206*
Impacto Económico e Social na execução do PIIM em 2020 ..... 207
*Execução Global do Plano* ..... *208*
*Execução dos Projectos de Âmbito Central* ..... *210*
*Execução dos Projectos de âmbito Local* ..... *212*
*Análise das Actividades por Sectores* ..... *213*
*Resultados Alcançados* ..... *222*

PRELIMINAR

IX. INVENTÁRIO GERAL DE BENS PÚBLICOS ..... 229
Aquisição de Bens em 2020 ..... 235
Abates em 2020 ..... 238
Transferências IBP 2020 ..... 240
Doações recebidas pelo Estado ..... 241
Locações Financeiras ..... 242
X. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO ..... 245
Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras do Estado ..... 245
Bases de Reconhecimento e Valorimetria Específica ..... 246
Balanço Orçamental ..... 248
Balanço Financeiro ..... 249
Balanço Patrimonial ..... 252
Demonstração de Variações Patrimoniais ..... 254
XI. SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO ..... 256
Posição Patrimonial das Empresas do SEP por Sectores ..... 256
Participações do Estado em Empresas Sedeadas No País ..... 259
Carteira de Activos Financeiros do Estado no Exterior ..... 260
Participações do Estado em Empresas Sedeadas no Exterior ..... 260
Investimentos Efectuados ..... 261
Dividendos no País e no Estrangeiro ..... 262
Privatizações de Empresas do SEP ..... 264
Extinção, Liquidação e Dissolução de Empresas do SEP ..... 266
Empréstimos Concedidos pelo Estado Angolano ..... 266
Encargos do Sector Empresarial Público ..... 267
Subsídios a Preços ..... 269
XII. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DE ANGOLA ..... 273
Actividades relevantes do BNA ..... 273
*Comité de Política Monetária ..... 273*
*Comité de Estabilidade Financeira ..... 275*
*Comité de Gestão de Reservas (CGR) ..... 277*
Situação Patrimonial e Desempenho Financeiro ..... 278
XIII. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO MALPARADO DO BPC – RECREDIT ..... 284
XIV. CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM 2020 ..... 288
Enquadramento da Contratação Pública na Despesa Pública ..... 288
Procedimentos de Contratação Pública ..... 290
Distribuição dos PCP por Tipo de procedimento ..... 291
XV. DESEMPENHO DA SEGURANÇA SOCIAL EM 2020 ..... 294
Execução Orçamental do INSS ..... 296
Balanço do INSS ..... 299

PRELIMINAR

XVI. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DOS FUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO 302
*Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior - CPSMININT* ... *303*
*Fundo de Garantia de Crédito (FGC)* ... *303*
*Caixa de Segurança Social das FAA - CSS-FAA* ... *304*
*Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND* ... *305*
*Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário - FADA* ... *305*
*Fundo de Apoio Social - FAS* ... *307*
*Fundo Rodoviário - FROE* ... *308*
*Fundo de Apoio a Juventude e Desportos - FAJUD* ... *309*
*Fundo de Fomento Habitacional - FFH* ... *309*
*Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola - FDCA* ... *310*
*Fundo do Projecto Coca-Cola - FPCC* ... *310*
*Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações - FADCOM* ... *311*
*Fundo Activo de Capital de Risco Angolano - FACRA* ... *311*
*Fundo Soberano de Angola - FSDEA* ... *312*
*Fundo do Ambiente - FUAMB* ... *312*
XVII. RESUMO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DOS ÓRGÃOS DO ESTADO ... 315
ÓRGÃOS DE SOBERANIA ... 315
*Secretaria Geral do Presidente da República* ... *315*
*Assembleia Nacional* ... *317*
*Tribunal Supremo* ... *317*
*Tribunal Constitucional* ... *318*
*Supremo Tribunal Militar* ... *320*
*Controlo de Prestação de Contas dos Órgãos de Soberania* ... *321*
DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS ... 322
*Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria* ... *322*
*Ministério do Interior* ... *324*
*Ministério das Relações Exteriores* ... *326*
*Ministério Das Finanças* ... *327*
*Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos* ... *329*
*Ministério da Agricultura e Pescas* ... *330*
*Ministério da Indústria e Comércio* ... *331*
*Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás* ... *333*
*Ministério da Administração do Território* ... *334*
*Ministério da Energia e Águas* ... *336*
*Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente* ... *340*
*Ministério da Educação* ... *341*
*Ministério da Juventude e Desportos* ... *342*
*Ministério Do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia E Inovação* ... *344*

PRELIMINAR

*Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher* ..... *347*
*Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social* ..... *349*
*Ministério da Saúde* ..... *351*
*Ministério da Economia e Planeamento* ..... *353*
*Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social* ..... *355*
*Controlo de Prestação de Contas dos Departamentos Ministeriais* ..... *357*
GOVERNOS PROVINCIAIS ..... 359
*Governo Provincial do Bengo* ..... *359*
*Governo Provincial de Benguela* ..... *360*
*Governo Provincial do Bié* ..... *361*
*Governo Provincial do Cuanza – Sul* ..... *362*
*Governo Provincial do Huambo* ..... *364*
*Governo Provincial do Cuando – Cubango* ..... *366*
*Governo Provincial da Huila* ..... *366*
*Governo Provincial de Lunda Norte* ..... *367*
*Governo Provincial de Lunda Sul* ..... *368*
*Governo Provincial Do Namibe* ..... *369*
*Governo Provincial De Malanje* ..... *371*
*Governo Provincial Do Uíge* ..... *373*
*Governo Provincial De Cabinda* ..... *374*
*Governo Provincial do Cuanza-Norte* ..... *376*
*Governo Provincial Do Cunene* ..... *377*
*Governo Provincial Do Zaire* ..... *379*
*Controlo de Prestação de Contas dos Governos Provinciais* ..... *380*
INSTITUTOS PÚBLICOS ..... 381
*Agência Nacional para Gestão da Região do Okavango* ..... *381*
*Entidade Reguladora Da Comunicação Social* ..... *382*
*Agência De Protecção De Dados* ..... *382*
*Agência De Investimento Privado E Promoção Das Exportações* ..... *383*
*Agência Nacional De Resíduos* ..... *384*
*Serviço Nacional De Contratação Pública* ..... *385*
*Serviço Integrado De Atendimento Ao Cidadão* ..... *386*
*Serviço Nacional De Controlo Da Qualidade Dos Alimentos* ..... *387*
*Serviço De Protecção Civil e Bombeiros* ..... *387*
*Direcção Geral do Serviço Penitenciário* ..... *388*
*Instituto Nacional De Estatística - INE* ..... *389*
*Instituto Nacional De Luta Contra Sida- INLS* ..... *392*
*Instituto Nacional Da Aviação Civil* ..... *393*
*Instituto De Reintegração Sócio-Profissional Dos Ex-Militares* ..... *394*
*Instituto De Desenvolvimento Industrial De Angola* ..... *395*

PRELIMINAR

*Instituto De Promoção E Coordenação Da Ajuda Às Comunidades* ..... 397
*Instituto Nacional De Apoio Às Pequenas E Médias Empresas* ..... 397
*Instituto Geológico De Angola* ..... 398
*Instituto Angolano De Normalização E Qualidade* ..... 399
*Instituto De Combate E Controle Das Tripanossomíases* ..... 401
*Instituto Nacional De Formação De Quadros Da Educação* ..... 403
*Instituto Nacional De Inovação e Tecnologias Indústrias* ..... 403
*Instituto Nacional De Investigação E Desenvolvimento Da Educação* ..... 404
*Agência Angolana de Regulação e Supervisão De Seguros* ..... 405
*Agência Nacional De Petróleo, Gás E Biocombustíveis* ..... 406
*Bolsa De Dívida E Valores De Angola* ..... 407
*Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação* ..... 408
*Instituto Regulador Da Construção Civil E Obras Públicas* ..... 409
*Instituto Nacional Dos Transportes Rodoviários* ..... 409
*Instituto Nacional De Desminagem* ..... 411
*Instituto Nacional De Emprego E Formação Profissional* ..... 412
*Instituto Nacional Da Biodiversidade E Áreas De Conservação* ..... 414
*Instituto Nacional De Luta Antidroga* ..... 415
*Instituto Nacional De Investigação Em Saúde* ..... 416
*Instituto Nacional De Fomento Da Sociedade Da Informação* ..... 417
*Instituto Nacional De Avaliação, Acreditação E Reconhecimento De Estudos Do Ensino Superior* ..... 417
*Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano* ..... 419
*Instituto Nacional De Petróleos* ..... 419
*Instituto Nacional De Gestão Ambiental* ..... 420
*Instituto Regulador Dos Derivados Do Petróleo* ..... 421
*Instituto Angolano Das Comunicações* ..... 423
*Unidade De Gestão Da Dívida Pública* ..... 425
*Autoridade Reguladora Da Concorrência* ..... 426
*Instituto de Investigação Agronómica* ..... 428
*Instituto Nacional De Cereais* ..... 429
*Instituto Nacional De Estudos Judiciários* ..... 429
*Instituto De Desenvolvimento Florestal* ..... 430
*Instituto Dos Serviços De Veterinária* ..... 430
*Instituto Oftalmológico Nacional* ..... 431
*Instituto Angolano Da Propriedade Industrial* ..... 431
*Instituto Angolano De Acreditação* ..... 432
*Instituto De Supervisão De Jogos* ..... 433
*Instituto Angolano Da Juventude* ..... 434
*Instituto Marítimo E Portuário De Angola* ..... 435
*Instituto Nacional De Defesa Do Consumidor* ..... 436

PRELIMINAR

*Instituto De Gestão De Activos E Participações Do Estado* ..... *437*
*Universidade Agostinho Neto* ..... *438*
*Universidade Cuito Cuanavale* ..... *439*
*Universidade Mandume-Ya-Ndemufayo* ..... *440*
*Serviço Nacional De Fiscalização Pesqueira E Da Aquicultura* ..... *441*
*Serviço De Tecnologias De Informação E Comunicação Das Finanças Públicas* ..... *441*
*Centro Integrado De Formação Tecnológica* ..... *442*
*Conselho Nacional De Carregadores (actual ARCCLA)* ..... *443*
*Controlo de Prestação de Contas dos Institutos Públicos* ..... *445*
OUTRAS ENTIDADES ..... 448
*Administração Geral Tributária - AGT* ..... *448*
*Gabinete do Vice-Presidente da República* ..... *450*
*Procuradoria-Geral da República* ..... *451*
*Secretariado Do Conselho De Ministros* ..... *452*
*Provedoria De Justiça* ..... *453*
*Comissão Do Mercado De Capitais* ..... *453*
*Serviço De Inteligência E De Segurança Militar* ..... *454*
*Serviço de Inteligência Externa* ..... *455*
*Hospital Geral Especializado Augusto Ngangula* ..... *456*
*Hospital Josina Machel* ..... *456*
*Clínica Multiperfil* ..... *457*
*Gabinete De Obras Especiais* ..... *458*
*Comissão Nacional Para A Unesco* ..... *459*
*Comité Nacional Da SADC* ..... *460*
*Memorial Agostinho Neto* ..... *461*
*Conselho Nacional Da Acção Social* ..... *462*
*Conselho Superior da Magistratura Judicial* ..... *462*
*Conselho Superior Da Magistratura Do Ministério Público* ..... *463*
*Controlo de Prestação de Contas das Outras Entidades* ..... *464*
XVIII. EXECUÇÃO E CONTROLO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS UNIDADES ORÇAMENTAIS NO EXTERIOR – MISSÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES ..... 467
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES ..... 467
*África* ..... *467*
*América* ..... *471*
*Ásia* ..... *473*
*Europa* ..... *475*
CONTROLO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS MDC ..... 478
*África* ..... *478*
*América* ..... *479*
*Ásia* ..... *480*

PRELIMINAR

*Europa* ..... *481*
XIX. CONCLUSÕES ..... 484
GLOSSÁRIO ..... 486

# ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução dos registos e movimentos no SIGFE nos últimos 5 anos ..... 19
Quadro 2 – Crescimento do PIB Mundial ..... 22
Quadro 3 - Crescimento do Comércio Mundial ..... 26
Quadro 4 - Crescimento do PIB nacional ..... 29
Quadro 5 - Taxas de Câmbio nos Diversos Mercados ..... 33
Quadro 6 – Receita arrecadada em 2020 por Natureza ..... 37
Quadro 7 – Despesas executadas em 2020 ..... 44
Quadro 8 – Execução da Despesa por Função Governamental ..... 48
Quadro 9 – Execução das despesas com a Covid-19 por Órgão ..... 56
Quadro 10 - Pagamento efectuado directamente por fornecedor e tipo de mercadoria ..... 62
Quadro 11 - Execução da Linha de Financiamento do Banco Mundial ..... 62
Quadro 12 – Fluxo de entradas e saídas na Conta Solidária em Kz ..... 64
Quadro 13 - Fluxo de entradas e saídas na Conta Solidária US$ ..... 65
Quadro 14 - Fluxo de entradas e saídas na Conta Solidária EUR ..... 66
Quadro 15 – Doações efectuadas pelo Banco BAI ..... 67
Quadro 16 – Doações de bens diversos doados por Doador ..... 69
Quadro 17 – Doações de bens por Instituições financeiras nacionais ..... 74
Quadro 18 - Captação de Recursos Externos em Fase de Contratação ..... 82
Quadro 19 - Captação de Recursos Externos Executado VS PAE Reestruturado ..... 83
Quadro 20 - Execução de Desembolsos por Tipo de Credor ..... 83
Quadro 21 – Execução do Serviço da Dívida por Garantia de Barris Petróleo ..... 88
Quadro 22 - Saldo das Contas Dedicadas ao Serviço da Dívida Externa ..... 89
Quadro 23 – Evolução do Fundo de Reserva ..... 89
Quadro 24 – Stock da Dívida Interna Por Credor ..... 93
Quadro 25 – Stock da Dívida Externa Por Credor ..... 94
Quadro 26 – Stock das Garantias Concedidas ..... 96
Quadro 27 – Stock Anual de Restos a Pagar ..... 103
Quadro 28 – Stock Anual da Dívida Flutuante ..... 106
Quadro 29 - Stock Anual da Dívida Fundada ..... 106
Quadro 30 – Despesas executadas no Eixo 0 ..... 109
Quadro 31 - Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza ..... 111
Quadro 32 - Protecção e Promoção dos Direitos da Criança ..... 112

PRELIMINAR

Quadro 33 - Valorização da Família e Reforço das Competências Familiares ..... 113
Quadro 34 - Desenvolvimento Integral da Juventude ..... 115
Quadro 35 - Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar ..... 117
Quadro 36 - Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário ..... 118
Quadro 37 - Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral ..... 119
Quadro 38 - Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional ..... 121
Quadro 39 - Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos ..... 122
Quadro 40 - Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica ..... 123
Quadro 41 - Programa de Acção Social, Saúde e Desporto Escolar ..... 124
Quadro 42 - Formação de Quadros ..... 125
Quadro 43 - Reforço do Sistema Nacional de Emprego e de Formação profissional ..... 126
Quadro 44 - Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações ..... 127
Quadro 45 - Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa ..... 128
Quadro 46 - Melhoria da Saúde materno-Infantil e Nutrição ..... 129
Quadro 47 - Programa de Reforço do Sistema de Informação Sanitária e Desenvolvimento da Investigação em Saúde ..... 131
Quadro 48 - Reforço do Sistema de Informação Sanitária e Desenvolvimento da Investigação em Saúde ..... 133
Quadro 49 - Modernização do Sistema de protecção Social Obrigatória ..... 135
Quadro 50 - Valorização e Dinamização do Património histórico-Cultural ..... 136
Quadro 51 - Prática Desportiva e Melhoria do Desporto de Rendimento ..... 138
Quadro 52 - Melhoria e Gestão das Finanças Públicas ..... 139
Quadro 53 - Melhoria do Sistema Nacional de Qualidade ..... 141
Quadro 54 – Programa de Apoio à Produção, Substituição das Importações e Diversificação das Exportações ..... 143
Quadro 55 - Fomento à Produção Agrícola ..... 145
Quadro 56 - Fomento à Produção Pecuária ..... 146
Quadro 57 - Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais ..... 147
Quadro 58 - Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional ..... 148
Quadro 59 - Exploração Sustentável dos recursos Aquáticos Vivos e do Sul ..... 149
Quadro 60 - Fomento da Produção da Indústria Transformadora ..... 151
Quadro 61 - Modernização das Actividades Geológico-Mineiras ..... 153
Quadro 62 - Desenvolvimento e Consolidação da Fileira do Petróleo e Gás ..... 154
Quadro 63 - Alterações Climáticas ..... 156
Quadro 64 - Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental ..... 157
Quadro 65 - Promoção à Empregabilidade ..... 158
Quadro 66 - Melhoria da Organização e das Condições de Trabalho ..... 160
Quadro 67 - Reconversão da Economia Informal ..... 161
Quadro 68 - Modernização e desenvolvimento da Actividade de Transportes ..... 162
Quadro 69 - Desenvolvimento e Melhoria das Infra-estruturas de Transporte ..... 164
Quadro 70 - Expansão dos Transportes Públicos ..... 166

PRELIMINAR

Quadro 71 - Expansão do Acesso à Energia Eléctrica nas áreas Urbanas, Sedes de Municípios e Áreas Rurais ..... 167
Quadro 72 - Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico ..... 168
Quadro 73 - Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais ..... 169
Quadro 74 - Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água ..... 170
Quadro 75 - Melhoria do saneamento Básico ..... 172
Quadro 76 - Desenvolvimento de Infra-estruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação ..... 173
Quadro 77 - Melhoria do serviço Público Nacional de Comunicação Social ..... 174
Quadro 78 - Promoção da Cidadania e da Participação dos Cidadãos na Governação ..... 176
Quadro 79 - Capacitação Institucional e Valorização dos recursos Humanos da Administração Pública ..... 177
Quadro 80 - Reforma e Modernização da Administração da Justiça ..... 181
Quadro 81 - Desconcentração Administrativa e Financeira ..... 184
Quadro 82 - Descentralização e Implementação das Autarquias Locais ..... 184
Quadro 83 - Construção e Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias ..... 185
Quadro 84 - Construção e Reabilitação de Edifícios Públicos e Equipamentos Sociais ..... 188
Quadro 85 - Desminagem ..... 189
Quadro 86 - Desenvolvimento da Rede Urbana ..... 190
Quadro 87 - Habitação ..... 191
Quadro 88 - Habitação ..... 192
Quadro 89 - Reforço do Combate à Criminalidade e à Delinquência ..... 193
Quadro 90 – Execução Financeira do PIP em 2020 por Unidade Administrativa ..... 195
Quadro 91 – Execução Financeira dos Departamentos Ministeriais ..... 196
Quadro 92 – Projectos com maior taxa de execução física do MINEA ..... 197
Quadro 93 - Projectos com maior taxa de execução física do MINTRANS ..... 198
Quadro 94 - Projectos com maior taxa de execução física do MINOPOT ..... 199
Quadro 95 – Projectos com maior execução no MINDEF ..... 200
Quadro 96 - Projectos com maior execução no MINSA ..... 200
Quadro 97 – Execução Financeira nas Administrações Municipais ..... 201
Quadro 98 – Projectos com maior taxa de execução física nas Administrações Municipais ..... 202
Quadro 99 – Execução financeira do PIP nos Governos Provinciais ..... 204
Quadro 100 – Projectos com maior taxa de execução física nos Governos Provinciais ..... 205
Quadro 101 – Execução do PIP das Outras Unidades Orçamentais ..... 207
Quadro 102 - Quantidade de Projectos por Órgão do Governo ..... 209
Quadro 103 - Quantidade de Projectos no Sector da Educação ..... 214
Quadro 104 – Quantidade de Projectos no Sector da Saúde ..... 215
Quadro 105 - Quantidade de Projectos no Sector das Águas ..... 216
Quadro 106 - Quantidade de Projectos no Sector da Energia ..... 217
Quadro 107 – Quantidade de Projectos no Sector da Energia ..... 217
Quadro 108 – Quantidade de Projectos no sector de Saneamento e Resíduos ..... 218
Quadro 109 – Quantidade de projectos no Sector de Infra-estruturas Sociais ..... 219
Quadro 110 – Quantidade de projectos no Sector da Segurança e Ordem pública ..... 220

PRELIMINAR

Quadro 111 – Quantidade de projectos nas Vias de Comunicação ..... 221
Quadro 112 – Projectos PIP concluídos ..... 224
Quadro 113 - Projectos DAD concluídos ..... 224
Quadro 114 – Projectos em fase de conclusão financeira ..... 226
Quadro 115 - Variações patrimoniais ocorridas em 2020 ..... 230
Quadro 116 - Valor do Património Líquido por categoria de bem ..... 230
Quadro 117 - Património Líquido por Unidade Administrativa ..... 232
Quadro 118 – VPL por Unidade Administrativa e Categoria de Bem ..... 232
Quadro 119 – Top 20 das Empresas com maior Valor Patrimonial Líquido ..... 234
Quadro 120 - Resumo Novas Aquisições em 2020 ..... 235
Quadro 121 - Distribuição das Novas Aquisições de 2020 por meses do ano ..... 235
Quadro 122 - Classe de Bens de Móveis adquiridos em 2020 ..... 237
Quadro 123 - Bens não Complementados por Categoria em 2020 ..... 238
Quadro 124 - Transferências de Bens em 2020 ..... 240
Quadro 125 – Doações recebidas por Órgão ..... 242
Quadro 126 – Locações Financeiras em vigor a 31 de Dezembro de 2020 ..... 243
Quadro 127 – Balanço Orçamental do Período ..... 248
Quadro 128 – Balanço Financeiro ..... 250
Quadro 129 – Balanço Patrimonial ..... 253
Quadro 130 - Demonstração das Variações Patrimoniais ..... 254
Quadro 131 - Posição Patrimonial das empresas do SEP por Sector ..... 256
Quadro 132 - Demonstração dos Resultados das empresas do SEP ..... 258
Quadro 133 – Indicadores Económico-financeiros das Principais Empresas do SEP ..... 258
Quadro 134 - Carteira de Activos Financeiros do Estado no Exterior ..... 260
Quadro 135 - Participações do Estado em Empresas no Exterior ..... 261
Quadro 136 - Participações do Estado em Empresas no Exterior ..... 262
Quadro 137 - Dividendos recebidos pelo Estado no Exterior por Natureza ..... 263
Quadro 138 – Dividendos recebidos pelo Estado no Exterior por Empresa ..... 263
Quadro 139 - Alienação Patrimonial ..... 264
Quadro 140 – Financiamento concedido pelo Estado Angolano ..... 266
Quadro 141 – Financiamento concedido pelo Estado Angolano ..... 267
Quadro 142 - Subsídio atribuído para cobertura de custos operacionais ..... 268
Quadro 143 - Subsídio atribuído para cobertura de custos operacionais ..... 269
Quadro 144 – Balanço Patrimonial a 31 de Dezembro de 2020 ..... 278
Quadro 145 - Principais Indicadores Da Conta De Resultados ..... 281
Quadro 146 - Mapa de Crédito a Clientes ..... 285
Quadro 147 – Demonstração de Resultados do INSS ..... 296
Quadro 148 – Detalhe das Receitas e Despesas Operacionais ..... 297
Quadro 149 – Balanço Patrimonial do INSS ..... 300
Quadro 150 – Fluxo Financeiro dos Fundos Autónomos ..... 302

PRELIMINAR

Quadro 151 – Controlo de Prestação de Contas dos Fundos Autónomos ..... 313
Quadro 152 - Execução Orçamental da Assembleia Nacional ..... 317
Quadro 153 - Orçamento Atribuído ao Tribunal Constitucional ..... 318
Quadro 154- Execução Orçamental do Tribunal Constitucional ..... 319
Quadro 155 – Relação Nominal dos Responsáveis pelo STM ..... 321
Quadro 156 – Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos órgãos de Soberania ..... 321
Quadro 157 - Execução Orçamental do Ministério da Defesa Nacional ..... 322
Quadro 158 - Execução Orçamental do Ministério do Interior ..... 324
Quadro 159 - Execução Orçamental do PIP do Ministério do Interior ..... 325
Quadro 160 – Lista dos Responsáveis pelo MIREX ..... 327
Quadro 161 - Orçamento Atribuído ao Ministério das Finanças ..... 328
Quadro 162 - Execução Orçamental do Ministério das Finanças ..... 328
Quadro 163 - Receitas Arrecadadas do Cofre Geral de Justiça ..... 330
Quadro 164 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo MINAGRIP ..... 331
Quadro 165 - Orçamento Atribuído ao Ministério da Indústria e Comércio ..... 332
Quadro 166 - Execução Orçamental do Ministério da Administração do Território ..... 335
Quadro 167 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo MAT ..... 336
Quadro 168 - Orçamento Atribuído ao Ministério da Energia e Águas ..... 337
Quadro 169 - Execução do PIP do Ministério da Energia e Águas ..... 338
Quadro 170 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo Ministério da Energia e Águas ..... 340
Quadro 171 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo Ministério da Educação ..... 341
Quadro 172 - Execução Orçamental do MAPTESS ..... 350
Quadro 173 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo MAPTESS ..... 351
Quadro 174 - Execução do PIP do Ministério da Saúde ..... 352
Quadro 175 – Lista dos Responsáveis pelo MEP ..... 355
Quadro 176 – Lista dos Responsáveis do MTTICS ..... 357
Quadro 177 - Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos Departamentos Ministeriais ..... 358
Quadro 178 - Orçamento Atribuído ao Governo Provincial do Bengo ..... 359
Quadro 179 - Execução do PIP do Governo Provincial de Benguela ..... 360
Quadro 180 – Lista dos Responsáveis do Governo Provincial de Benguela ..... 361
Quadro 181 – Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Bié ..... 362
Quadro 182 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Huambo ..... 365
Quadro 183 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial da Huila ..... 367
Quadro 184 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Lunda Norte ..... 368
Quadro 185 - Despesas Executadas pelo Governo provincial do Namibe ..... 370
Quadro 186 - Execução do PIP do Governo Provincial do Namibe ..... 370
Quadro 187 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Namibe ..... 371
Quadro 188 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial de Malanje ..... 373
Quadro 189 - Execução Orçamental do Governo Provincial do Uíge ..... 373
Quadro 190 - Projectos Pagos Governo Provincial do Cunene ..... 378

PRELIMINAR

Quadro 191 - Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos Governos Provinciais ..... 380
Quadro 192 – Lista dos Responsáveis da Agência Nacional de Resíduos ..... 385
Quadro 193 - Orçamento Atribuído ao Instituto Nacional de Estatística ..... 389
Quadro 194 - Execução Orçamental do Instituto Nacional de Estatística ..... 390
Quadro 195 – Lista dos Responsáveis do INE ..... 392
Quadro 196 - Execução Orçamental do IRSEM ..... 395
Quadro 197 – Lista dos Responsáveis do IGEO ..... 399
Quadro 198 – Lista dos Responsáveis do IANORQ ..... 400
Quadro 199 - Execução Orçamental do ICCT ..... 401
Quadro 200 – Lista dos Responsáveis do INITI ..... 404
Quadro 201 – Lista dos Responsáveis do INAD ..... 412
Quadro 202 – Lista dos Responsáveis do INEFOP ..... 414
Quadro 203- Execução Orçamental do Instituto Nacional de Petróleos ..... 419
Quadro 204 – Lista dos Responsáveis do INP ..... 420
Quadro 205 – Lista dos Responsáveis do INGA ..... 421
Quadro 206 - Execução Orçamental do IRDP ..... 421
Quadro 207 - Lista dos Responsáveis do IRDP ..... 423
Quadro 208 – Lista dos Responsáveis do INACOM ..... 424
Quadro 209 - Relatório de Gestão da Autoridade Reguladora da Concorrência ..... 427
Quadro 210 – Lista dos Responsáveis da ARC ..... 428
Quadro 211 – Lista dos Responsáveis do IAJ ..... 435
Quadro 212 - Receitas Arrecadadas pelos Órgãos da UO em 2020 ..... 436
Quadro 213 – Orçamento e Execução Orçamental da Despesa da UO IGAPE ..... 437
Quadro 214 - Orçamento e Execução da despesa da UO Encargos do Sector Empresarial Público ..... 438
Quadro 215 - Execução Orçamental do SETIC-FP ..... 442
Quadro 216 – Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos Institutos Públicos ..... 445
Quadro 217 - Orçamento Atribuído à Administração Geral Tributária ..... 448
Quadro 218 - Execução Orçamental da Administração Geral Tributária ..... 449
Quadro 219 - Execução Orçamental do PIP da AGT ..... 450
Quadro 220 - Execução Orçamental dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República (Milhões de Kwanzas) 451
Quadro 221 – Lista dos Responsáveis do GOE ..... 459
Quadro 222 - Orçamento Atribuído ao Conselho Superior da Magistratura Judicial ..... 463
Quadro 223 – Controlo da Remessa do Relatório de Gestão das Outras Entidades ..... 464
Quadro 224 - Execução da Despesa das MDC em África ..... 468
Quadro 225 - Execução da Receita das MDC em África ..... 469
Quadro 226 - Execução da Despesa das MDC no Continente Americano ..... 471
Quadro 227 - Execução da Receita das MDC na América ..... 472
Quadro 228 - Execução da Despesa das MDC na Ásia ..... 473
Quadro 229 - Execução da Receita das MDC na Ásia ..... 474
Quadro 230 - Execução da Despesa das MDC na Europa ..... 475

PRELIMINAR

Quadro 231 - Execução da Receita das MDC na Europa ..... 477
Quadro 232 – Controlo de Prestação de Contas das MDC no Continente Africano ..... 478
Quadro 233 - Controlo de Prestação de Contas das MDC no Continente Americano ..... 479
Quadro 234 - Controlo de Prestação de Contas das MDC no Continente Americano ..... 480
Quadro 235 - Prestação de Contas das MDC na Europa ..... 481

# ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inflação Mundial ..... 24
Gráfico 2 – Evolução do Preço do Petróleo ..... 25
Gráfico 3 - Taxas de Juro de Referência ..... 27
Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Inflação anual ..... 30
Gráfico 5 – Receita arrecadada no período ..... 38
Gráfico 6 – Receita arrecadada por Província ..... 43
Gráfico 7 – Despesa realizada no período ..... 45
Gráfico 8 - Despesa Realizada por Função no período ..... 50
Gráfico 9 – Despesa executada por Província ..... 51
Gráfico 10 – Forma de utilização do financiamento disponibilizado pelo Banco Mundial ..... 61
Gráfico 11 - Execução da Linha de Financiamento por período ..... 63
Gráfico 12 - Distribuição do valor doado pelo BFA por Fornecedores ..... 68
Gráfico 13 – Emissão de Bilhetes de Tesouro ..... 78
Gráfico 14 – Emissão de Obrigações do Tesouro ..... 79
Gráfico 15 – Serviço da Dívida Interna por Instrumentos ..... 80
Gráfico 16 – Stock da Dívida Interna por instrumento ..... 81
Gráfico 17 - Desempenho Mensal dos desembolsos das linhas de crédito Programado vs. Executado ..... 85
Gráfico 18 – Desembolsos por tipo de Credor ..... 86
Gráfico 19 – Serviço da Dívida Externa ..... 87
Gráfico 20 - Stock da Dívida Garantida Petróleo por Credor ..... 91
Gráfico 21 – Stock da Dívida Governamental ..... 92
Gráfico 22 – Stock da Dívida Pública ..... 93
Gráfico 23 - Pagamentos em Obrigações do Tesouro por Banco ..... 99
Gráfico 24 - Pagamentos por Órgãos do Governo ..... 100
Gráfico 25 – Pagamentos de Atrasados por Credor ..... 101
Gráfico 26 – Pagamento de Atrasados por Sector ..... 102
Gráfico 27 – Distribuição de Bens Diversos por Província ..... 114
Gráfico 28 – Execução Mensal dos Projectos ..... 209
Gráfico 29 - Execução dos Projectos de Âmbito Central ..... 210
Gráfico 30 - Execução Financeira dos Projectos de âmbito Central ..... 211
Gráfico 31 - Execução Financeira dos Projectos de âmbito Local ..... 212

PRELIMINAR

Gráfico 32 - Execução Financeira dos Projectos de Âmbito Local ..... 213
Gráfico 33 - Evolução dos Projectos em Execução ..... 222
Gráfico 34 – Evolução Financeira dos Projectos em execução ..... 223
Gráfico 35 – Previsão de Geração de Postos de Trabalho por Província ..... 227
Gráfico 36 – Valor do Património Líquido por Categoria de Bem ..... 231
Gráfico 37 - Distribuição em % do VPL da Administração Local por Província em 2020 ..... 233
Gráfico 38 - Valores Gastos por Categoria de Bem ..... 236
Gráfico 39 - Comparação dos abates realizados entre 2017 e 2020 ..... 239
Gráfico 40 - Comparação dos abates entre 2017 a 2020 por Categoria de Bem ..... 240
Gráfico 41 - Comparação das transferências realizadas entre 2017 e 2020 ..... 241
Gráfico 42 - Dividendos no País em 2020 por Empresa ..... 262
Gráfico 43 - Subsídios a Preços Pagos em 2020 por Sector ..... 270
Gráfico 44 - Subsídios a preços pagos por Empresa ..... 271
Gráfico 45 – Procedimentos de Contratação Pública por Natureza ..... 289
Gráfico 46 – Evolução do Registo e Abertura de PCP entre 2015 a 2020 ..... 290
Gráfico 47 – Abertura de Procedimentos de Contratação Pública por Órgão ..... 291
Gráfico 48 – Distribuição dos PCP por tipo de Procedimentos ..... 292
Gráfico 49 – Composição dos Indicadores Sociais ..... 295
Gráfico 50 – Evolução do Índice de Dependência ..... 296
Gráfico 51 - Execução da Despesa do Ministério da Defesa Nacional ..... 323
Gráfico 52 - Receitas do Ministério das Relações Exteriores ..... 326
Gráfico 53 - Receitas Próprias do MINEA ..... 337

PRELIMINAR

## SIGLAS e ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| Bbls | Barris de petróleo |
| BDA | Banco de Desenvolvimento de Angola |
| BNA | Banco Nacional de Angola |
| BT MN | Bilhetes do Tesouro em Moeda Nacional |
| CDB | Banco de Desenvolvimento da China |
| CUT | Caixa Única do Tesouro |
| CGE | Conta Geral do Estado |
| CM | Contrato de Mútuo |
| COVID-19 | *Corona Virus Disease* 2019 (Doença por Corona Vírus 2019) |
| CPP | Contratos de Partilha de Produção |
| CSS-FAA | Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas |
| DMFAS | *Debt Management Financing Analysis System* |
| EASB | Empresa de Águas e Saneamento de Benguela |
| EASL | Empresa de Águas e Saneamento do Lobito |
| ENDE | Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade |
| E.P. | Empresa Pública |
| EPAL | Empresa Provincial de Água de Luanda |
| FACRA | Fundo Activo de Capital de Risco Angolano |
| FADA | Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário |
| FGC | Fundo de Garantia de Crédito |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FND | Fundo Nacional de Desenvolvimento |
| FSDEA | Fundo Soberano de Angola |
| GE | *General Electric* |
| IBP | Inventário de Bens Públicos |
| INSS | Instituto Nacional de Segurança Social |
| IPROCAC | Instituto de Promoção Coordenação da Ajuda às Comunidades |
| IGAPE | Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado |
| IRP | Imposto de Rendimento de Petróleo |
| Kz | Kwanzas |
| *LIBOR* | *London InterBank Offered Rate* |
| LR Finance | Linha de Crédito de Israel |
| MASFAMU | Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| Mbbl | Milhões de Barris |
| MINARS | Ministério da Assistência e Reinserção Social |
| MINAGRIF | Ministério da Agricultura e Florestas |
| MINCOP | Ministério da Construção e Obras Públicas |
| MINED | Ministério da Educação |
| MINEA | Ministério da Energia e Águas |
| MINFIN | Ministério das Finanças |
| MININT | Ministério do Interior |
| MINOTH | Ministério do Ordenamento do Território e Habitação |
| MPME | Micro Pequenas e Médias Empresas |
| MINSA | Ministério da Saúde |
| OD | Órgão Dependente |
| OGE | Orçamento Geral do Estado |
| OPEP | Organização dos Países Produtores de Petróleo |
| OT MN | Obrigação do Tesouro em Moeda Nacional |
| OT – TXC | Obrigações do Tesouro - Títulos Indexados |
| PAE | Plano Anual de Endividamento |
| PART | Participação |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIP | Programa de Investimento Público |
| PC | Plano de Caixa |
| PDN | Plano de Desenvolvimento Nacional |
| PFSS | Projecto de Fortalecimento do Sistema de Saúde |
| pp | Pontos Percentuais |
| PNUH | Programa Nacional de Urbanismo e Habitação |
| PROPRIV | Programa de Privatizações |
| PRODESI | Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações |
| PIDLC | Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza |
| REEST | Reestruturado |
| REPIB | Reserva Estratégica Para Infra-Estruturas de Base |
| *Rollover* | Diferimento de Pagamento ou Obrigação / Renegociação de Termos de Pagamento |
| SNCP | Serviço Nacional de Contratação Pública |
| SIGFE | Sistema de Gestão Financeira do Estado |
| TCUL | Transporte Colectivo Urbano de Luanda |
| TURA | Transporte Urbano Rodoviário de Angola |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| UO | Unidade Orçamental |
| US$ | Dólares dos Estados Unidos da América |
| WEO | *World Economic Outlook* |
| WTI | *West Texas Intermediate* |
| VS | *Versus* |

## SIMBOLOGIA

| | |
|---|---|
| N.D | Não disponível |
| * | Previsões / Estimativas |

PRELIMINAR

# Capítulo I.

# Introdução

## I. INTRODUÇÃO

01. A Conta Geral do Estado, abreviadamente CGE, compreende as contas de todos os órgãos da Administração Central e Local do Estado e dos Serviços, Institutos Públicos e Fundos Autónomos, bem como da Segurança Social e dos Órgãos de Soberania.

02. A CGE é o conjunto de demonstrações financeiras, documentos de natureza contabilística, orçamental e financeira, e relatórios de desempenho da gestão, correspondentes aos actos de gestão orçamental, financeira, patrimonial e operacional e à guarda de bens e valores públicos.

03. A CGE deve ser apresentada à Assembleia Nacional a cada exercício financeiro, nos prazos e condições previstos nas normas e legislação vigentes.

04. A elaboração da CGE obedece às disposições da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE), combinadas com o Decreto Executivo nº 32/17, de 26 de Janeiro, e demais normas complementares.

05. Para a elaboração da presente Conta Geral do Estado do exercício de 2020, o Ministério das Finanças, sustentou o seu trabalho nos dados constantes no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), nos dados provenientes das diversas prestações de contas dos vários organismos do Estado e nas normas estabelecidas no Decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto, que aprova o Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado.

06. No entanto, a melhoria da elaboração da CGE é um processo contínuo, que deverá ter sempre em conta os seguintes aspectos:

    a) Aperfeiçoamento dos procedimentos de reconciliação de dados provenientes de diversos sistemas do Estado.

    b) Apuramento dos projectos estruturantes finalizados e sua incorporação nas contas do activo definitivas.

PRELIMINAR

c) Aprimoramento do controlo dos mecanismos da execução da receita e despesa das unidades orçamentais, no País e no Exterior.

d) Optimização do nível de registo no SIGFE dos institutos, serviços e fundos autónomos.

e) Alinhamento das normas contabilísticas em vigor às Normas Internacionais de Relato Financeiro para o Sector Público.

f) Implementação de procedimentos de controlo interno e *compliance* contabilístico, para salvaguardar a fiabilidade da informação produzida.

07. A Conta Geral do Estado de 2020 estrutura-se nos seguintes capítulos:

- Capítulo I – Introdução. Aborda os aspectos introdutórios da CGE.
- Capítulo II – Sumário Executivo. Faz uma síntese dos principais indicadores da CGE.
- Capítulo III – Evolução da CGE de 2011 a 2020. Apresenta as melhorias efectuadas no conteúdo da Conta Geral do Estado desde 2011, visto ser a primeira CGE a ser aprovada pela Assembleia Nacional, bem como a adequação em função das recomendações do Tribunal de Contas.
- Capítulo IV – Conjuntura Económica Mundial e Nacional. Resume a conjuntura macroeconómica internacional, incluindo taxas de crescimento do PIB, inflação, mercados e taxas de juros. Resume também, relativamente à economia nacional, o sector real, a política fiscal, monetária e cambial.
- Capítulo V – Balanço da Execução do Orçamento Geral do Estado. Demonstra o desempenho de arrecadação da receita e execução da despesa, durante o período em análise, nas diversas naturezas e categorias.
- Capítulo VI – Fonte e Execução das Despesas com a COVID-19. Demonstra as fontes de recursos e a execução das despesas relacionadas com a COVID-19 pelos diversos organismos do Estado.

PRELIMINAR

- Capítulo VII – Balanço Anual da Dívida Pública. Apresenta as operações de emissão de dívida, interna e externa, bem como o serviço e o stock da dívida pública no período em análise, reflectidas no Balanço do Plano Anual de Endividamento.

- Capítulo VIII – Impacto Económico e Social na execução do OGE. Aborda minuciosamente os resultados da execução e materialização dos programas, traçados pelo Executivo, para os cidadãos angolanos.

- Capítulo IX – Inventário Geral dos Bens Públicos. Apresenta o detalhe do valor patrimonial líquido dos bens patrimoniais do Estado, evidenciando as aquisições, amortizações e abates realizados durante o período.

- Capítulo X – Demonstrações Financeiras do Estado. Expõe a posição orçamental, financeira e patrimonial do Estado, reflectida no Balanço Orçamental, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Variações Patrimoniais.

- Capítulo XI – Sector Empresarial Público. Apresenta de forma agregada a posição patrimonial das Empresas Públicas, bem como as participações do Estado, no País e no Exterior. Aborda ainda, os resultados do PROPRIV (Programa de Privatizações) e detalha as subvenções do Estado nos diversos sectores da Economia.

- Capítulo XII – Situação Patrimonial e Desempenho Financeiro do Banco Nacional de Angola. Descreve as actividades realizadas pelo Banco Central, bem como o desempenho financeiro e patrimonial, no período em apreço.

- Capítulo XIII – Recuperação de Crédito Malparado do BPC. Aborda, de forma resumida, os resultados da recuperação do crédito malparado do BPC, no período em apreço, por via da RECREDIT, S.A.

- Capítulo XIV – Contratação Pública em 2020. Aborda os principais indicadores da contratação pública durante o período em análise.

- Capítulo XV – Desempenho da Segurança Social em 2020. Apresenta os principais indicadores das actividades dos contribuintes, segurados e

PRELIMINAR

pensionistas, bem como a posição orçamental e patrimonial do INSS, no período em análise.

- Capítulo XVI – Desempenho Orçamental dos Fundos da Administração Directa e Indirecta do Estado. Apresenta os fluxos de entradas e saídas de recursos financeiros consignados, bem como as aplicações de fundos sob gestão de diversas instituições.

- Capítulo XVII – Resumo dos Relatórios de Gestão dos Órgãos do Estado. Apresenta, de forma minuciosa, a informação relacionada com o desempenho da execução orçamental dos órgãos da administração central e local do Estado.

- Capítulo XVIII – Execução e Controlo da Prestação de Contas das Unidades Orçamentais no Exterior. Apresenta, de forma resumida, a informação relacionada com a execução orçamental das Unidades Orçamentais no Exterior e demonstra o nível de prestação de contas, ao longo do ano de 2020.

- Capítulo XIX – Conclusões. Apresenta algumas notas de conclusão da CGE de 2020.

- Glossário. Retrata os conceitos que constam no documento, respeitantes às finanças públicas e à contabilidade pública, na visão da execução do Orçamento Geral do Estado.

08. Diversos anexos detalham e auxiliam a compreensão das informações apresentadas ao longo do documento, nomeadamente:

- Anexo 1 Relatório de Prestação de Contas dos Órgãos da Administração Local no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Combate A Pobreza Nas Administrações Municipais

- Anexo 2 Balanço Orçamental

- Anexo 3 Balanço Financeiro

- Anexo 4 Balanço Patrimonial

PRELIMINAR

- Anexo 5 Demonstração das Variações Patrimoniais
- Anexo 6 Balancete Estático
- Anexo 7 Resumo Geral da Execução da Receita Fonte de Recurso
- Anexo 8 Resumo Geral da Execução da Receita por Natureza
- Anexo 9 Resumo Geral da Execução da Receita por Acordo
- Anexo 10 Resumo Geral da Execução da Receita por Província
- Anexo 11 Resumo Geral da Execução da Despesa por Natureza
- Anexo 12 Resumo Geral da Execução da Despesa por Função
- Anexo 13 Resumo Geral da Execução da Despesa por Província
- Anexo 14 Resumo Geral da Execução da Despesa de Funcionamento por Unidade Orçamental.
- Anexo 15 Resumo Geral da Execução da Despesa do Programa de Investimento Público por Órgão do Governo
- Anexo 16 Resumo Geral da Execução da Despesa por Órgão Dependente
- Anexo 17 Resumo Geral da Execução da Despesa do Órgão Orçamental por Categoria
- Anexo 18 Resumo Geral da Execução da Despesa por Programa
- Anexo 19 Resumo da Despesa por Função e Projecto PIP
- Anexo 20 Demonstrativo dos Restos a Pagar
- Anexo 21 Inventário Geral do Património do Estado
- Anexo 22 Inventário Consolidado dos Bens Públicos por Órgão Dependente

PRELIMINAR

- Anexo 23 Inventário Consolidado por Empresa Pública
- Anexo 24 Participações do Estado Directas em Empresas Sedeadas No País
- Anexo 25 Participações do Estado Indirectas em Empresas Sedeadas no País
- Anexo 26 Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 – 2022
- Anexo 27 Relatórios dos Auditores Independentes às Demonstrações Financeiras
- Anexo 28 Relatório de Acompanhamento e Implementação das Recomendações do Tribunal de Contas

PRELIMINAR

# Capítulo II.

# Sumário Executivo

## II. SUMÁRIO EXECUTIVO

09. De acordo com as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional, publicadas no documento *World Economic Outlook* de Julho de 2021, a economia global registou uma contracção de 3,2% em 2020, contra uma contracção de 3,5%, inicialmente estimada em Janeiro.

10. Em 2020, para o grupo das economias avançadas, a taxa de inflação situou-se em torno dos 0,7%. Deste modo, apesar do aumento esperado, a inflação projectada deverá permanecer abaixo das metas estabelecidas pelos bancos centrais, ao passar de 1,6% em 2021 para 1,7% em 2022.

11. A inflação, no grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, situou-se em torno dos 5,1%. Por outro lado, para os EUA, Japão e Zona Euro, a inflação situou-se em 1,2%, 0% e 0,3%, respectivamente.

12. O preço de petróleo em 2020, registou uma recuperação nos últimos meses do ano, que fez com que o preço do petróleo atingisse os níveis próximos aos registados antes da pandemia da Covid-19, estando a ser negociado ligeiramente acima dos US$ 50.

13. De acordo com o FMI, no período em apreço, o comércio mundial apresentou uma contracção de 8,5%. Os primeiros sinais de recuperação do crescimento do comércio que alimentaram as projecções do FMI, surgiram na segunda metade de 2020 com os anúncios das vacinas para combate à Covid-19 e dos planos de desconfinamento, favoráveis às transacções comercias.

14. Os dados publicados pelo INE, no seu Relatório Anual de 2020 divulgado em Junho de 2021, apontaram que a economia nacional manteve o seu percurso recessivo, tendo atingido até o IV Trimestre de 2020 a taxa de -5,4%, contra a taxa registada em 2019 de -0,9%. A taxa global do PIB em 2020 foi negativa de -5,2%.

15. Em 2020, a taxa de inflação nacional, situou-se em 25,1%, contra os 16,9% registados em 2019.

PRELIMINAR

16. O BNA seguiu uma política monetária restritiva, com o monitoramento minucioso da Base monetária em moeda nacional (variável operacional da política monetária), através de uma gestão mais fina da liquidez no sistema, com recurso a operações de mercado aberto, de modo a controlar a evolução do nível geral de preços na economia.

17. Em 2020, o coeficiente de reservas obrigatórias manteve-se fixado em 22%, bem como a Taxa de Juro Básica da economia (Taxa BNA), que se manteve inalterada em 15,50%.

18. O BNA manteve o regime de taxa de câmbio flutuante, em que a taxa de câmbio é definida livremente pelo mercado e continuou com a implementação de reformas, sendo de destacar a implementação de uma plataforma electrónica da Bloomberg para a negociação das operações cambiais de venda das empresas petrolíferas e diamantíferas, do Tesouro e do próprio banco central aos bancos comerciais e para a negociação das operações interbancárias, tornando este mercado mais transparente e eficiente.

19. O funcionamento do mercado cambial, permitiu também que as Reservas Internacionais Brutas se mantivessem a um nível de cobertura das importações de 11,8 meses.

20. No final do período, a taxa de câmbio do Kwanza face ao Dólar norte-americano, no mercado primário, depreciou-se em 26,5% e situou-se em Kz/US$ 656,23, enquanto que para o mercado secundário, verificou-se uma depreciação de 24,8%, situando-se em Kz/US$ 654,68.

21. As Reservas Internacionais Brutas (RIB) cifraram-se em cerca de US$ 14,88 mil milhões, correspondendo a uma cobertura de 11,8 meses, muito acima da meta de 6 meses definida como indicador. As Reservas Internacionais Líquidas (RIL), por sua vez, situaram-se em US$ 8,77 mil milhões, apresentando uma diminuição de 25,1%.

22. A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos, foi estimada em 89,4%, e a taxa de inactividade cifrou-se em 10,6%. Por outro lado, em 2020, a população empregada com 15 ou mais anos de idade, foi estimada em

PRELIMINAR

10 174 459 pessoas e a população desempregada, com 15 ou mais anos de idade, foi estimada em 4 857 368.

23. Em 2020 foram emitidos, no mercado interno, um total de Kz 3,3 biliões, dos quais Bilhetes de Tesouro na ordem dos Kz 1,2 biliões, Obrigações de Tesouro em cerca de Kz 1,7 biliões e os Contratos de Mútuo na ordem dos Kz 257,4 mil milhões.

24. O serviço da dívida interna situou-se em Kz 5,1 biliões, dos quais cerca de Kz 4,1 biliões correspondem a pagamento de amortizações e Kz 1 bilião de pagamento de juros e comissões. Por outro lado, o serviço da dívida externa cifrou-se em torno dos Kz 2,8 biliões, dos quais cerca de Kz 1,5 biliões serviram para pagamento de amortizações e Kz 1,3 mil milhões de juros e comissões.

25. Em Dezembro de 2020, o stock da Dívida Governamental situou-se em Kz 41,3 biliões, equivalente a US$ 63,6 mil milhões, e estava composta por 72% de dívida externa, no valor de Kz 29,7 biliões, equivalente a US$ 45,7 mil milhões, e 28% de dívida interna no valor de Kz 11,6 biliões, equivalente a US$ 17,9 mil milhões.

26. O stock da dívida das Empresas Públicas, por sua vez, designadamente a Sonangol e a TAAG, E.P., cifrou-se em Kz 2,9 biliões, equivalente a US$ 4,5 mil milhões.

27. Nesta perspectiva, em 2020, o stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e das Empresas Públicas, posicionou-se em Kz 44,2 biliões, o equivalente a cerca de US$ 68 mil milhões.

28. O OGE de 2020 revisto, estimava receitas e despesas no valor de Kz 13,4 biliões, e evidenciou uma arrecadação de receitas no valor de Kz 11,9 biliões e execução de despesas no valor de Kz 13,3 biliões, resultando num défice no valor de Kz 1,4 biliões, impactado grandemente pelo surgimento da pandemia da Covid-19, que afectou negativamente a economia do Mundo no geral, em particular a economia angolana.

29. Por outro lado, importa referir que, no período em apreço, o Saldo Fiscal foi deficitário na ordem dos Kz 355,6 mil milhões, e o Saldo Primário Não

PRELIMINAR

Petrolífero cifrou-se em Kz 1,9 biliões, mantendo-se no limite da meta definida de Kz 2,3 biliões.

30. A receita arrecadada em 2020 ascendeu ao montante de Kz 11,9 biliões, correspondendo a uma execução de 89% face a receita prevista e estava decomposta da seguinte forma:

a) Receitas correntes no valor de Kz 7,1 biliões, correspondendo a uma execução, acima do previsto, de 118% e uma participação sobre a receita total de aproximadamente 59%.

b) Receitas de capital no valor de Kz 4,8 biliões, correspondendo a uma execução de 65% e uma participação sobre a receita total de 41%.

31. A despesa realizada no exercício de 2020 ascendeu ao montante de Kz 13,3 biliões, correspondendo a uma execução de 99% em relação à despesa autorizada e estava decomposta da seguinte forma:

c) Despesas correntes no valor de Kz 5,6 biliões, correspondendo a uma execução de 99% em relação à despesa autorizada, e uma participação sobre a despesa total de 43%.

d) Despesas de Capital no valor de Kz 7,7 biliões, correspondendo a uma execução de 100% em relação à despesa autorizada, e uma participação sobre a despesa total de 57%.

32. Importa salientar que, em 2020, mediante o surgimento da pandemia da Covid-19, o Executivo angolano disponibilizou quotas financeiras para execução de despesas que permitissem mitigar e combater os efeitos nefastos desta pandemia na ordem dos Kz 92 mil milhões, dos quais Kz 69 mil milhões destinaram-se para despesas gerais da Covid-19 e Kz 23 mil milhões para construção de hospitais de campanha.

33. Os órgãos do Estado executaram estas despesas muito próximo dos 100% e de um modo geral, estas despesas destinaram-se à aquisição de ventiladores, testes, construção e montagem de hospitais de campanha,

PRELIMINAR

aquisição de materiais de biossegurança e outros serviços para combater a pandemia da Covid-19.

34. O Resultado Patrimonial para o exercício de 2020 apresentou-se negativo em Kz 2,9 biliões. Este resultado reflecte o saldo orçamental e o resultado do desempenho das interferências e mutações patrimoniais.

35. Em 2020, o Estado recebeu dividendos no País na ordem dos Kz 243,4 milhões e no exterior em cerca de US$ 94,99 mil e EUR 11,44 mil.

36. Relativamente ao Programa de Privatizações, em 2020, foram privatizadas 32 empresas, correspondendo a uma oferta financeira de Kz 365,4 mil milhões, tendo constituído entradas de recursos na CUT, o valor de Kz 4,7 mil milhões. O cronograma para pagamento das outras prestações foi acordado pelas partes envolvidas.

37. Para o exercício de 2020, o Inventário do Estado apresentou um valor patrimonial líquido de Kz 5,39 biliões, tendo verificado uma ligeira redução de 1,6% face ao ano anterior.

38. Para o exercício de 2020, os Restos a Pagar inscritos totalizaram Kz 984,3 mil milhões, tendo sido verificado uma variação positiva significativa de 70%, face ao período homólogo. O stock da dívida flutuante, por seu turno, cifrou-se em Kz 4,4 biliões e Dívida fundada em Kz 26,4 biliões, tendo obtido variações positivas de 58% e 3%, respectivamente.

39. Tendo em conta que as actividades do Eixo 0 no PDN 2018-2022 fazem menção a toda despesa para garantir o funcionamento corrente do Estado, a elaboração do PDN 2018-2022 baseou-se, primordialmente, nos 6 principais eixos de intervenção, com base nas prioridades gerais do Executivo, para a materialização dos Objectivos Nacionais, como segue:

    e) Desenvolvimento Humano e Bem-Estar.

    f) Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e inclusivo.

    g) Infra-estruturas necessárias ao Desenvolvimento Económico.

PRELIMINAR

h) Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Desconcentração.

i) Desenvolvimento Harmonioso do Território.

j) Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional.

40. À semelhança dos exercícios de 2018 e 2019, em 2020, o INSS teve como principal atenção a continuidade do projecto de ampliação da rede de serviços em quase todo o país. Deste modo, em 2020, verificou-se um ligeiro crescimento nos contribuintes, ao passar de 179 219, em 2019, para 191 485, em 2020.

41. As receitas de contribuições do INSS cifraram-se em Kz 353,2 mil milhões e as despesas com contribuições ascenderam a Kz 245,8 mil milhões, originando um resultado operacional de Kz 107,4 mil milhões.

42. Em 31 de Dezembro de 2020, o Activo do Banco Nacional de Angola apresentava um valor de Kz 12,8 biliões, traduzindo um acréscimo de 16%, em relação ao período homólogo, enquanto que o Passivo totalizou o valor de Kz 9,5 biliões, 4% superior ao ano 2019. Relativamente aos Capitais Próprios do BNA, verificou-se um aumento de 78%, tendo totalizado o valor de Kz 3,2 biliões.

43. O Banco Central apresentou uma margem financeira de Kz 204,4 mil milhões, resultados operacionais de Kz 646,6 mil milhões e a entidade obteve um resultado líquido do exercício positivo na ordem dos Kz 25,2 mil milhões.

44. Em 31 de Dezembro de 2020, a carteira de empresas e participações do Estado no País estava composta por 85 participações, das quais: 69 em Empresas Públicas, 12 em Empresas com Domínio Público e 4 em Empresas com participações minoritárias directas. Adicionalmente, o Estado detém 231 participações indirectas em diversas entidades.

PRELIMINAR

45. Em 2020, o IGAPE, enquanto unidade gestora dos Encargos do Sector Empresarial Público, atribuiu subsídio para cobertura de custos operacionais a 13 empresas do SEP no valor de Kz 37,1 mil milhões.

46. Por outro lado, foram pagos Subsídios a Preços no valor de Kz 9,5 mil milhões, representando uma redução de 26%, em alinhamento com o programa de liberalização dos preços da Economia. Estes valores foram atribuídos aos sectores de Electricidade, Transportes Rodoviários, Transportes Aéreos (primordialmente na rota de Cabinda) e serviços portuários.

47. No que concerne aos financiamentos concedidos, até o final de 2020, o volume de financiamento concedido pelo Estado angolano, fruto de um total de 19 contractos, situou-se em US$ 872,9 milhões destinados a 12 países, sendo que 11 estão localizados no Continente Africano. Por seu turno, os reembolsos situaram-se em US$ 239,28 milhões, equivalente a 27,4% do financiamento concedido e juros na ordem dos US$ 291,3 milhões. Assim, o valor da dívida actual de terceiros situou-se em US$ 925,08 milhões.

48. Relativamente aos procedimentos de contratação pública, o ano de 2020 registou um total de abertura destes procedimentos na ordem dos 878.

49. Por fim, vale destacar que, no âmbito do processo de recuperação do crédito malparado adquirido ao BPC pela RECREDIT, em 2020, apesar de todos os constrangimentos impostos pela pandemia da COVID-19, foi recuperado o valor de Kz 4,87 mil milhões de crédito adquirido.

PRELIMINAR

# Capítulo III.

# Evolução da CGE de 2011 a 2020

## III. EVOLUÇÃO DA CGE DE 2011 A 2020

50. Como resultando de um conjunto de reformas que o Executivo tem levado a cabo desde o exercício económico de 2011, a CGE tem registado melhorias substanciais em todo o seu processo. Estas melhorias visam sobretudo trazer de forma objectiva, clara e transparente, o quadro de execução do OGE aprovado anualmente pela Magna Assembleia Nacional e de acordo com os programas aprovados pelo Executivo Angolano.

51. Neste sentido, é fundamental também realçar o conjunto de melhorias que vêm sendo introduzidas por meio da expansão e utilização do Sistema de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), enquanto instrumento de gestão orçamental, financeira e patrimonial do Estado.

52. A Conta Geral do Estado de 2020 foi elaborada tendo em conta as recomendações do Tribunal de Contas, contidas no relatório e parecer sobre a CGE referente aos Exercícios de 2017, 2018 e 2019.

53. Destacam-se as seguintes recomendações implementadas:

    g) Registos das garantias emitidas pelo Estado.

    h) Melhoria na prestação de contas das Missões Diplomáticas no Exterior, bem como o registo das suas Receitas e Despesas no SIGFE.

    i) Informação sobre os resultados qualitativos e quantitativos alcançados na execução orçamental.

    j) Informação sobre a Dívida resultante de contratos de locação financeira.

    k) Informação sobre todas as participações do Estado nas empresas públicas.

    l) Compatibilização dos saldos da posição de tesouraria e da receita com os respectivos registos contabilísticos.

    m) Informação sobre a prestação de contas das Unidades Orçamentais no Exterior e da Administração Local do Estado.

PRELIMINAR

n) Harmonização da informação reportada nos diversos relatórios com a CGE.

o) Transparência e detalhe sobre a informação relacionada com o demonstrativo de execução dos restos a pagar.

54. Este esforço de melhoria sucessiva do conteúdo da CGE, tem permitido a incorporação de informações relevantes sobre:

a) Dados de Utilização do SIGFE, como plataforma de gestão das finanças públicas por parte do Executivo, em sede do processo de melhoria da transparência da gestão do OGE.

b) Informação sobre o desempenho da Balança Comercial, ao nível das importações e das exportações, evidenciando o saldo da Conta Corrente e de Capital.

c) Grau de Execução do Plano Anual de Endividamento, detalhando o comportamento das emissões de títulos de dívida pública (Obrigações e Títulos do Tesouro), a apresentação do conjunto de garantias emitidas pelo Estado para o financiamento de projectos e o volume de desembolsos das linhas de crédito, bem como a apresentação do Rácio de Sustentabilidade da Dívida.

d) Evolução dos fundos de reservas, recursos domiciliados no Banco Nacional de Angola, nomeadamente os fundos REPIB (Receita Estratégica para Infra-Estruturas de Base) e o Diferencial do Preço do Petróleo.

e) Fundos da Administração Directa e Indirecta, com relevantes transacções em fluxos reais e capacidade de contribuição na economia.

f) Resultado do processo de inventariação geral dos bens públicos, aos níveis central, local e no sector empresarial público.

g) Posição das empresas do sector empresarial público, plano de privatizações, participações do Estado nas empresas, subsídios operacionais e a preços.

PRELIMINAR

h) Informação relevante e detalhada sobre o impacto económico e social da execução do OGE na vida da população, por meio dos programas e planos implementados pelo Executivo.

i) Dados estatísticos sobre o emprego.

j) Locações financeiras.

k) Classificação contabilística da Dívida.

l) Informação sobre a contratação pública.

m) Informação sobre as actividades desenvolvidas pelo Banco Central, bem como o seu desempenho financeiro e patrimonial.

n) Incorporação da informação referente à Segurança Social.

o) Boas práticas de reporte da informação financeira do Estado.

55. A tendência evolutiva da execução da despesa e receita, é um processo contínuo que nos últimos 5 anos tem verificado aumentos percentuais significativos. Nos últimos 5 anos, destaca-se o número de utilizadores que cresceu em cerca de 21% e os documentos gerados no Sistema que cresceu 21%, tal como se pode observar no quadro 1.

Quadro 1 – Evolução dos registos e movimentos no SIGFE nos últimos 5 anos

| Componentes | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Variação média 5 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidades Orçamentais** | 621 | 613 | 624 | 639 | 654 | 1% |
| **Órgãos Dependentes** | 2 314 | 2 344 | 2 390 | 2 409 | 2 464 | 2% |
| **Utilizadores** | 16 536 | 23 779 | 27 433 | 31 168 | 35 349 | 22% |
| **Documentos** | 26 803 322 | 30 117 745 | 33 854 960 | 47 227 734 | 57 050 005 | 21% |
| **Registos Contabilísticos** | 155 691 709 | 158 202 688 | 174 301 721 | 185 694 745 | 202 371 003 | 7% |

Fonte: *SIGFE*

56. Assim e apesar dos inúmeros desafios, vale destacar que a CGE de 2020 espelha o resultado do empenho do Executivo, para a melhoria contínua do processo de prestação de contas, sobretudo ao longo dos últimos anos, por parte de todos os órgãos e entidades que têm sob sua

PRELIMINAR

responsabilidade a gestão de recursos financeiros, bem como de recursos colocados à sua disposição pelo Estado, com vista ao desenvolvimento económico e social da população.

PRELIMINAR

# Capítulo IV.

# Conjuntura Económica Mundial e Nacional

## IV. CONJUNTURA ECONÓMICA MUNDIAL E NACIONAL

57. O presente capítulo resume a conjuntura macroeconómica internacional, incluindo taxas de crescimento do PIB, inflação, mercados e taxas de juros. Resume também, relativamente à economia nacional, o sector real, a política fiscal, monetária e cambial, e as contas externas.

### Conjuntura Mundial

58. De acordo com as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional, publicadas no documento *World Economic Outlook* de Julho de 2021, a economia global registou uma contracção de 3,2% em 2020, contra uma contracção de 3,5%, inicialmente estimada em Janeiro.

59. Para 2021 e 2022, o crescimento global é projectado em 6% e 4,9%, respectivamente. A melhoria em torno das perspectivas de crescimento da economia global reflecte o apoio fiscal adicional concedido pelos Estados de algumas das grandes economias, a recuperação antecipada com base no aumento do acesso à vacina no segundo semestre de 2020 e a adaptação contínua da actividade económica à mobilidade moderada.

60. O quadro 2, apresenta o crescimento do PIB das economias avançadas e das economias emergentes e em desenvolvimento.

Quadro 2 – Crescimento do PIB Mundial

(Em Percentagem)

| Economias | Estimativa 2020 | Projecções 2021 | Projecções 2022 |
|---|---|---|---|
| **Mundo** | **-3,2** | **6** | **4,9** |
| **Economias Avançadas** | **-4,6** | **5,6** | **4,4** |
| E.U.A | -3,5 | 7,0 | 4,9 |
| Zona Euro | -6,5 | 4,6 | 4,3 |
| Alemanha | -4,8 | 3,6 | 4,1 |
| França | -8,0 | 5,8 | 4,2 |
| Itália | -8,9 | 4,9 | 4,2 |
| Espanha | -10,8 | 6,2 | 5,8 |
| Japão | -4,7 | 2,8 | 3,0 |
| Reino Unido | -9,8 | 7,0 | 4,8 |
| Canada | -5,3 | 6,3 | 4,5 |

PRELIMINAR

| Economias | Estimativa 2020 | Projecções 2021 | Projecções 2022 |
|---|---|---|---|
| Outras Economias Avançadas* | -2,0 | 4,9 | 3,6 |
| **Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento** | **-2,1** | **6,3** | **5,2** |
| Asia Emergente e em Desenvolvimento | -0,9 | 7,5 | 6,4 |
| China | 2,3 | 8,1 | 5,7 |
| Índia | -7,3 | 9,5 | 8,5 |
| ASEAN-5** | -3,4 | 4,3 | 6,3 |
| Europa Emergente e em Desenvolvimento | -2 | 4,9 | 3,6 |
| Rússia | -3,0 | 4,4 | 3,1 |
| América Latina e Caribe | -7,0 | 5,8 | 3,2 |
| Brasil | -4,1 | 5,3 | 1,9 |
| México | -8,3 | 4,0 | 3,7 |
| Oriente Médio e Ásia Central | -2,6 | 4,0 | 3,7 |
| Arábia Saudita | -4,1 | 2,4 | 4,8 |
| África Sub-sariana | -1,8 | 3,4 | 4,1 |
| Nigéria | -1,8 | 2,5 | 2,6 |
| África do Sul | -7 | 4,0 | 2,2 |

Fonte: *FMI, WEO, Julho de 2021*

61. Conforme se pode observar no quadro acima, em 2020 o crescimento económico global foi impactado maioritariamente pela contracção nas economias avançadas em cerca de -4,6, seguido dos Mercados Emergentes e economias em desenvolvimento com uma contracção de -2,1.

## Inflação Mundial

62. Em linha com o processo de recuperação das economias, o FMI espera que a inflação venha a evoluir no mesmo sentido nos principais blocos económicos, embora nalguns casos, apesar do aumento esperado, ainda poderá ficar abaixo das metas estabelecidas pelos respectivos bancos centrais.

63. Esta perspectiva reflecte uma combinação do possível efeito do aumento dos preços, em resultado do levantamento das restrições sobre a circulação de pessoas e da melhoria em torno das perspectivas de evolução da actividade económica global.

64. Assim, em 2020, para o grupo das economias avançadas, a taxa de inflação situou-se em torno dos 0,7%. Deste modo, apesar do aumento esperado, a

PRELIMINAR

inflação projectada deverá permanecer abaixo das metas estabelecidas pelos bancos centrais ao sair de 1,6% em 2021 para 1,7% em 2022.

65. Em 2020, a inflação no grupo das economias emergentes e em desenvolvimento situou-se em torno dos 5,1%. Por outro lado, para os EUA, Japão e Zona Euro, em 2020, a inflação situou-se em 1,2%, 0% e 0,1%, respectivamente.

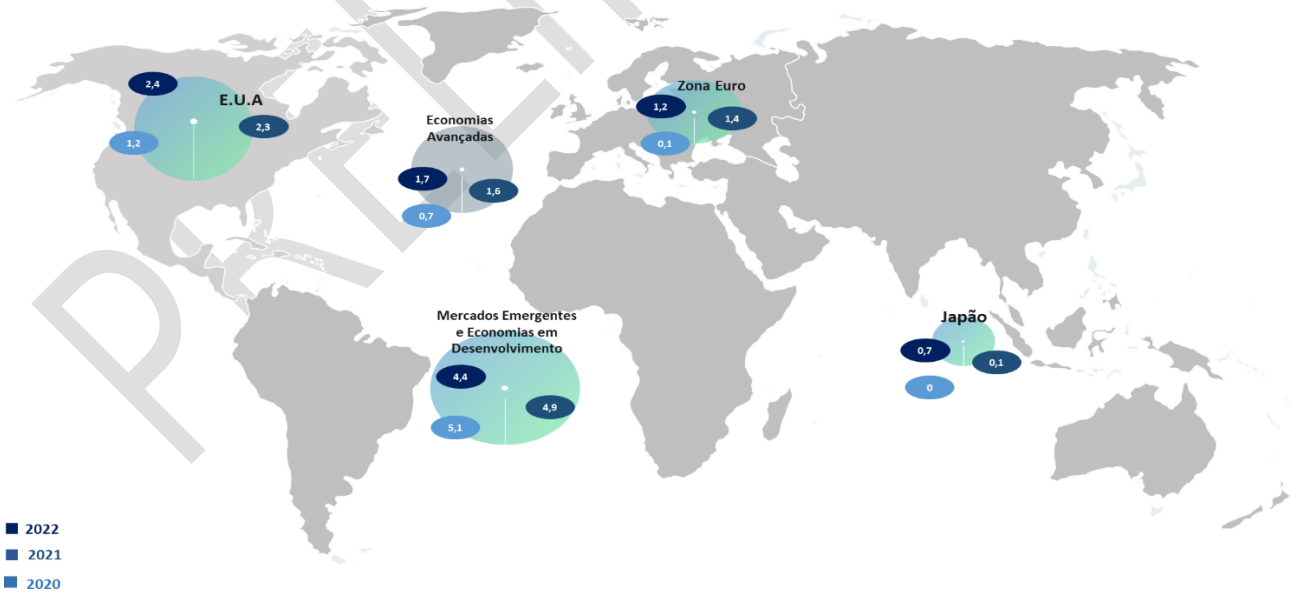
66. Para o grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, projecta-se que a inflação deverá situar-se em torno dos 4,9% em 2021 e 4,4% em 2022, o que é inferior à média histórica do grupo.

67. Em relação aos EUA, Japão e Zona Euro as projecções do FMI de Junho do corrente ano apontam para um aumento gradual da taxa de inflação em 2021 e 2022, consistente com a perspectiva de aceleração da actividade económica.

68. O gráfico 1, demonstra a evolução da inflação em vários países e regiões.

Gráfico 1 - Inflação Mundial

(Em percentagem)




Fonte: *FMI, WEO, Abril de 2021*

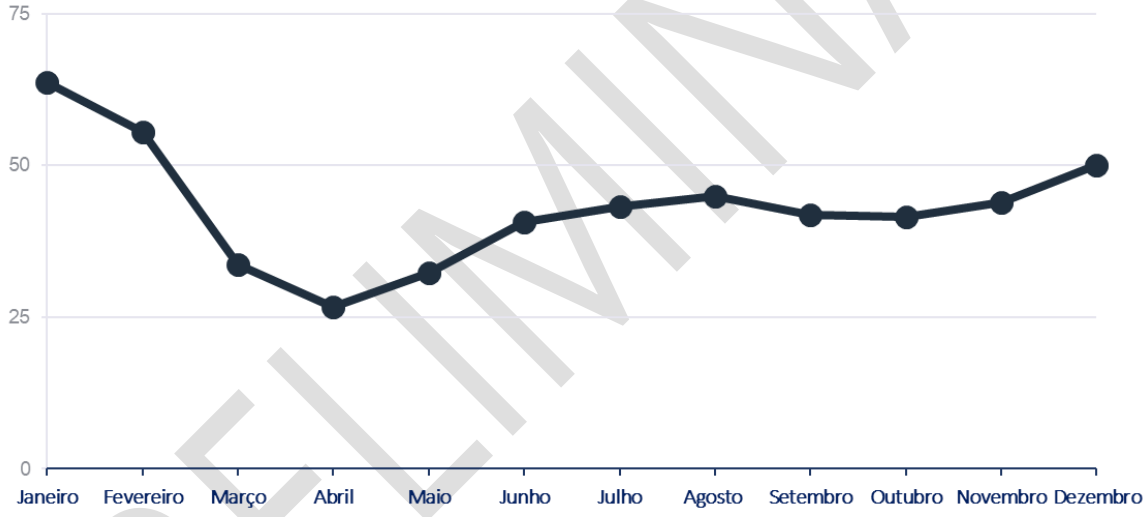
PRELIMINAR

## Mercado Petrolífero

69. No que diz respeito ao mercado petrolífero mundial, o destaque recai para a evolução do preço desta *commodity*, que registou recuperação nos últimos meses do ano de 2020, depois de ter registado uma estabilização a partir do segundo trimestre.

70. Conforme ilustrado no gráfico 2, a recuperação observada no final de 2020 fez com que o preço do petróleo atingisse os níveis próximos aos registados antes da pandemia da Covid-19, estando a ser negociado ligeiramente acima dos US$ 50.

Gráfico 2 – Evolução do Preço do Petróleo




Fonte: *Bloomberg*

71. No período em apreço, o comportamento dos preços do petróleo no mercado internacional, justifica-se por um conjunto de factores do lado da oferta e da procura, designadamente:

a) O impacto das negociações da OPEP, decorrentes da pandemia da Covid-19, nomeadamente o anúncio no último trimestre de 2020 do início do processo de vacinação em alguns países, e a aceleração do processo de desconfinamento, decorrente do controlo da pandemia.

PRELIMINAR

b) Ataques às instalações de petróleo da Arábia Saudita ocorrido nos finais de 2020.

## Comércio Mundial

72. Não obstante as incertezas e os efeitos gerados pela pandemia da Covid-19 sobre a economia mundial em 2020, o FMI perspectiva melhorias para o comércio global em 2021.

73. De acordo com o FMI, em 2020, o comércio mundial apresentou uma contracção de 8,5%. Os primeiros sinais de recuperação do crescimento do comércio, que alimentaram as projecções do FMI, surgiram na segunda metade de 2020, com os anúncios das vacinas e dos planos de desconfinamento, favoráveis às transacções comercias.

74. As estimativas e as projecções do comércio mundial para 2021 e 2022, demonstram um crescimento do comércio mundial, que será suportado, maioritariamente, pelo desempenho do grupo dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento que, após registarem uma queda acentuada em 2020, projecta-se que em 2021 e 2022 venham a registar taxas de crescimento na ordem dos 8,4% e 6,5%, respectivamente, tal como se pode observar no quadro 3.

Quadro 3 - Crescimento do Comércio Mundial

(Em Percentagem)

| Volume de Comércio Mundial | | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Mundo** | | -8,5 | 8,4 | 6,5 |
| **Economias Avançadas** | Importações | -9,1 | 9,1 | 6,4 |
| | Exportações | -9,5 | 7,9 | 6,4 |
| **Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento** | Importações | -8,6 | 9 | 7,4 |
| | Exportações | -5,7 | 7,6 | 6 |

Fonte: *FMI/ WEO, Abril de 2021*

PRELIMINAR

## Taxas de Juro

75. As mais recentes projecções, indicam que os bancos centrais irão manter as políticas de alívio monetário em 2021 e 2022, mesmo com a expectativa de recuperação da economia global, após a recessão causada pelo coronavírus em 2020.

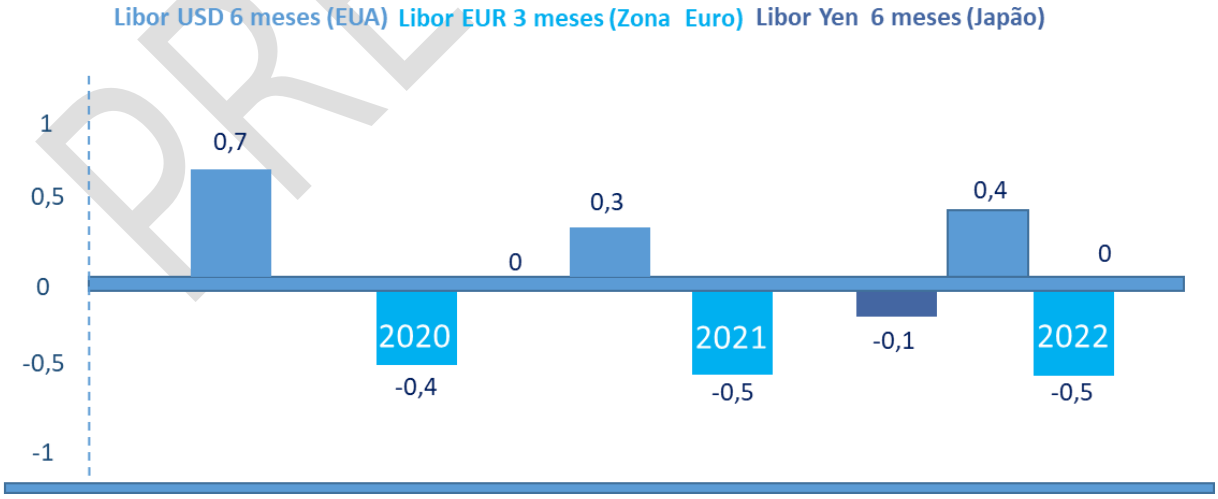
76. Assim, em 2020, as taxas de juro de referência cifraram-se em 0,7% para a Libor US$, para depósitos de 6 meses nos Estados Unidos de América, 0% para a Libor Yen, relativos a depósitos de 6 meses no Japão e uma contracção de -0,4% para o Libor EUR, para depósitos de 3 meses na Zona Euro.

77. A premissa é que os bancos centrais vão querer proteger a recuperação, antes mesmo de começarem a considerar a política de aperto monetário. A incerteza em torno da evolução do coronavírus, em conjunto com o desemprego elevado e a fraca inflação, são os principais motivos para adopção desta política.

78. O gráfico 3, demonstra as taxas de Juro de referência de 2020 e as projecções para 2021 e 2022.

Gráfico 3 - Taxas de Juro de Referência

(Em percentagem)




Fonte: *FMI/ WEO, Abril de 2021.*

PRELIMINAR

79. As expectativas são de que as taxas de juro de referência LIBOR (London Interbank Offered Rate), para depósitos em euros a 3 meses, continuem a não apresentar sinais de melhoria para patamares positivos até 2022, estabilizando em torno dos -0,5% em 2021 e 2022.

80. Nos Estados Unidos da América, estima-se que as taxas de juro de referência (London Interbank Offered Rate) para depósitos a 6 meses, em dólares norte americanos, reduzam para 0,3% em 2021, aumentando ligeiramente em 2022, para 0,4%.

81. Em relação aos depósitos em Yen a 6 meses, espera-se que a LIBOR saia dos níveis nulos que vinha sendo prática em 2020 e caia em terreno negativo, projectando-se atingir uma taxa de -0,1% em 2021 e atingir 0% em 2022.

## Conjuntura Nacional

### Sector Real

82. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), detalhados no documento das Contas Nacionais do IV Trimestre de 2020 publicado em Abril de 2021, a economia nacional voltou a registar uma contracção no IV trimestre de 2020, na ordem dos -5,4%, após ter contraído no III trimestre do mesmo ano em cerca de -6,2%.

83. Apesar da ligeira melhoria, que ocorreu no IV trimestre, comparativamente ao trimestre anterior, este desempenho menos favorável da economia foi consequência da desaceleração da taxa de crescimento que se observou, sobretudo, em alguns sectores com particular realce para o Construção, em cerca de 41,5%, Correios e Telecomunicações, na ordem dos 16,9%, Transporte e Armazenagem, em cerca de 13,2%, Subsídios, na ordem de 86,3% e Imposto sobre os produtos, em cerca de 22,9%, conforme se pode observar no quadro 4.

PRELIMINAR

Quadro 4 - Crescimento do PIB nacional

(Em Percentagem)

| Descrição | PIB Global 2019 | 2020 | | | | PIB Global 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | I T | II T | III T | IV T | |
| Agro-Pecuária e Silvicultura | 0,8 | 3,96 | 1,47 | 4,65 | 7,54 | 4,4 |
| Pesca | -15,4 | -11,2 | -28,7 | -21,2 | 40,9 | -6,99 |
| Extracção e Refino de Petróleo | -6,5 | -6,4 | -9,1 | -5,5 | -10,8 | -7,96 |
| Extracção de Diam., Min. Met. e de Outros Min. não Met. | 9,6 | -5,6 | -14,7 | -23,3 | 5 | -10,51 |
| Produtos da Indústria Transformadora | 0,8 | 10,8 | -2,6 | 9,1 | -0,9 | 3,88 |
| Electricidade e Água | 5,3 | 4 | 4,3 | 2,8 | -2,9 | 1,98 |
| Construção | 4,8 | -14 | -26,6 | -35,6 | -41,5 | -29,4 |
| Comércio | 2 | -4 | 2,9 | 5,8 | 13,5 | 4,73 |
| Transportes e Armazenagem | 8,8 | -7,7 | -62,7 | -59,6 | -13,2 | -38,61 |
| Correios e Telecomunicações | -2,7 | 9,5 | 0,7 | -3 | -16,9 | -2,78 |
| Intermediação Financeira e de Seguros | -6,9 | -2,5 | 2,9 | -19,7 | 3,4 | -4,64 |
| Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória | 2,3 | -0,9 | -5,7 | -6,2 | -6,8 | -4,92 |
| Serviços Imobiliários e Aluguer | 3 | 3 | -17,6 | -7,3 | 3,1 | -4,71 |
| Outros Serviços | 0,3 | -1 | -1,4 | 1,3 | -2,8 | 0,94 |
| Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos | -17,1 | -4,4 | 3,8 | -8,8 | -3,5 | -3,4 |
| Imposto sobre os produtos | -32,6 | -8 | -51,6 | -40,9 | -22,9 | -30,6 |
| Subsídios (-) | 125,8 | 1 451,4 | -86,1 | -97,2 | -86,3 | -87,4 |
| **Produto Interno Bruto (PIB)** | **-0,6** | **-0,8** | **-8,5** | **-6,2** | **-5,4** | **-5,2** |

Fonte: *INE, Contas Nacionais IV Trimestre 2020, Abril 2021.*

84. Nesta perspectiva, de uma forma global, os dados mais recentes do INE apontam que a economia nacional contraiu em cerca de -5,2% em 2020, agravado pela queda registada nos sectores da construção, na ordem dos 29,4%, subsídios, em cerca de 87,4%, impostos sobre os produtos, na ordem dos 30,6% e transporte e armazenagem, em cerca de 38,6%.

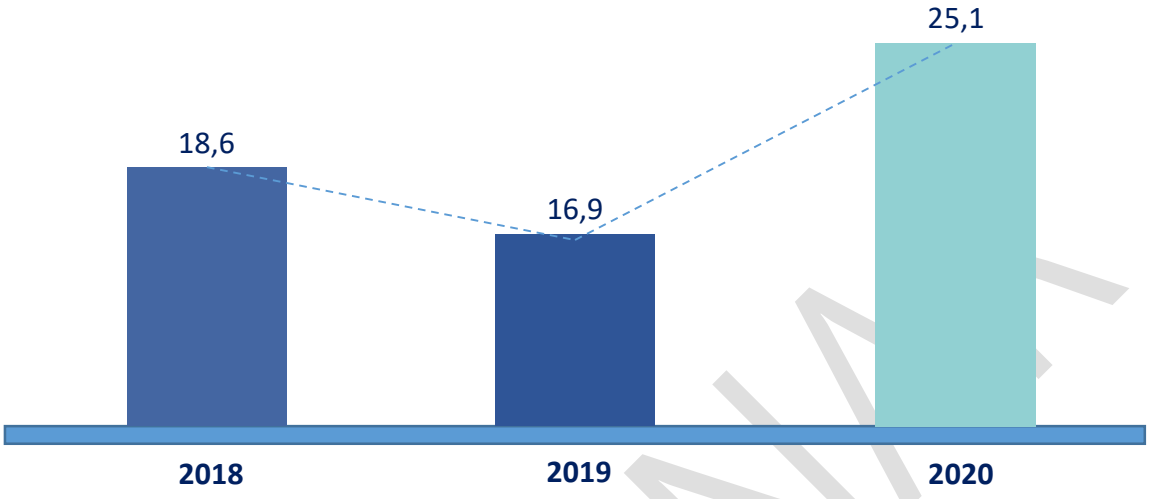
## Inflação

85. Ao longo de 2020, observou-se uma tendência crescente da inflação, com maior acentuação no final do ano, tendo atingido cerca de 25,1% em Dezembro. Esta taxa, observada no final de 2020, supera as que foram observadas nos períodos homólogos de 2018, de 18,6%, e 2019 na ordem dos 16,9%, conforme se pode observar no gráfico 4.

PRELIMINAR

Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Inflação anual

(Em percentagem)




Fonte: *INE, Índices de Preços no Consumidor Nacional (IPCN), Dezembro de 2020*

86. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, no seu relatório sobre os Índices de Preços no Consumidor Nacional publicado em Dezembro de 2020, ao longo de 2020 as classes que mais contribuíram para a evolução da inflação foram a educação, com cerca de 36%, que registou um aumento na ordem dos 34 p.p. em relação ao período homólogo, seguido dos sectores de alimentação e bebidas não alcoólicas, na ordem dos 26%, e bebidas alcoólicas e tabaco representando cerca de 5,1%.

## Sector Monetário

87. Relativamente a política monetária, de acordo o Relatório e Contas do BNA, o BNA manteve as intervenções regulares de cedência de liquidez no mercado monetário, com a realização de operações de mercado aberto (OMA), e utilizou os demais instrumentos regulamentares, com realce para as facilidades permanentes de liquidez *overnight* e *intradia*, (FCO e FCL) e as reservas obrigatórias.

88. A taxa de juro de facilidade de cedência de liquidez *overnight* foi mantida em 15,50% ao longo do ano, em resultado da pressão causada pela procura

PRELIMINAR

de liquidez. De igual modo, as taxas da facilidade de absorção de liquidez com maturidades *overnight* e de 7 dias foram igualmente mantidas, em 0,00% e 7,00%, respectivamente.

89. Ao introduzir estes instrumentos de cedência de liquidez, o BNA estimulou o aumento do nível de intermediação de recursos financeiros entre a banca comercial e os restantes agentes económicos, com o fim último de estimular a actividade económica.

90. No que diz respeito a evolução da base monetária, em 2020 a Base Monetária expandiu em 3,25%, comparativamente ao período homólogo, tendo se situado em Kz 2,36 biliões, e consequentemente contribuído para o aumento da Reserva Bancária em 3,7% e das Notas e Moedas em Circulação em 1,68%.

91. Relativamente aos agregados monetários, o destaque recai para o M3 que, em 2020, registou uma expansão no montante na ordem dos Kz 12,7 biliões, tendo impactado de igual modo a expansão do agregado monetário M2 no montante de Kz 12,6 biliões. Esta situação representou um crescimento de 24% para cada um dos agregados monetários (M3 e M2) face ao valor observado no período homólogo.

92. No que se refere ao stock do Crédito à Economia, verificou-se uma diminuição na ordem dos 0,77%, influenciado pela diminuição do stock do Crédito em moeda estrangeira em 6,41%. Contrariamente, o Crédito em moeda nacional aumentou em 1,21%, sendo que os mesmos estiveram direccionados para os sectores que não potenciam a diversificação da economia, tais como os sectores do comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos.

### Sector Cambial

93. No período em apreço, relativamente ao mercado cambial, o BNA continuou com a implementação das reformas, sendo de destacar a implementação de uma plataforma electrónica da Bloomberg para a negociação das operações cambiais de venda das empresas petrolíferas e diamantíferas, do Tesouro e do próprio banco central aos bancos

PRELIMINAR

comerciais e para a negociação das operações interbancárias, tornando este mercado mais transparente e eficiente.

94. O funcionamento do mercado cambial permitiu também que as Reservas Internacionais Brutas se mantivessem a um nível de cobertura das importações de 11,8 meses.

95. Deste modo, a política cambial foi dedicada à consolidação do processo de reforma cambial iniciado em 2018, tendo sido implementadas várias medidas por forma a melhorar cada vez mais a eficiência no funcionamento do mercado, com destaque para as seguintes:

a) Implementação de uma plataforma electrónica (Bloomberg FXGO) para realização dos leilões do BNA.

b) Negociação directa das operações cambiais entre, por um lado, as empresas petrolíferas, diamantíferas e o Tesouro Nacional (como vendedores) e, por outro lado, os bancos comerciais (como compradores) através da FXGO.

c) Início de leilões de operações cambiais a prazo.

d) Eliminação do licenciamento da maioria das operações cambiais.

e) Dispensa da entrega de documentos justificativos para a compra de moeda estrangeira pelos particulares, nas suas operações de invisíveis correntes.

96. Assim, decorrente das reformas implementadas, em 2020, no mercado primário, a taxa de câmbio do Kwanza face ao Dólar norte americano fechou com uma cotação de US$/Kz 656,225 contra os US$/Kz 482,227 de Dezembro de 2019, o que representou uma depreciação de 26,52%.

97. Por outro lado, no mercado secundário de divisas, comparativamente ao período homologo, o Kwanza depreciou-se na ordem dos 24,83%, passando de US$/Kz 492,099, em Dezembro de 2019, para os US$/Kz 654,685 em Dezembro de 2020.

PRELIMINAR

98. O quadro 5, apresenta a depreciação da moeda nacional face ao Dólar norte americano, em relação aos diversos segmentos.

Quadro 5 - Taxas de Câmbio nos Diversos Mercados

| Mercado | dez/20 | dez/19 | dez/18 |
|---|---|---|---|
| Mercado primário (US$/AOA) | 656,23 | 482,23 | 308,61 |
| Variação média (%) | -26,52 | -36 | -46,23 |
| Mercado secundário - divisas (US$/AOA) | 654,68 | 492,1 | 310,55 |
| Variação média (%) | -24,83 | -36,81 | -34,76 |
| Casas de câmbio (US$/AOA) | 689,56 | 535,11 | 330,98 |
| Variação média (%) | -22,4 | -38,15 | -25,07 |

Fonte: *BNA*

## Reservas Internacionais

99. No que concerne a evolução das Reservas Internacionais Líquidas (RIL), apesar da redução muito significativa das receitas em moeda estrangeira, por conta da baixa expressão do preço do petróleo no mercado internacional, as medidas implementadas pelo BNA permitiram assegurar a solvabilidade externa do país.

100. As Reservas Internacionais Brutas (RIB), em 31 de Dezembro de 2020, cifraram-se em cerca de US$ 14,88 mil milhões, demonstrando uma redução de cerca de 13,5% face ao ano de 2019, que registou o valor de US$ 17,21 mil milhões.

101. As RIB do período de 2020 corresponderam a uma cobertura de 11,8 meses de importações de bens e serviços, muito acima da meta de 6 meses definida como indicador de convergência da SADC.

102. Por outro lado, no período em apreço, as Reservas Internacionais Líquidas situaram-se em US$ 8,77 mil milhões, verificando uma diminuição na ordem dos 25,1%, face ao ano de 2019, que registou o valor de US$ 11,71.

## População Economicamente Activa e Taxa De Actividade

103. De acordo com os dados divulgados pelo INE, no Relatório Anual de 2020 sobre Inquérito ao Emprego em Angola, publicado em Junho de 2021, a

PRELIMINAR

população economicamente activa com 15 ou mais anos, foi estimada em 15 031 826 pessoas, sendo 7 211 137 homens e 7 820 689 mulheres.

104. A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos, foi estimada em 89,4%. Os homens tiveram uma representação de cerca de 90,4% e as mulheres de 88,7%. A taxa de actividade na área rural foi superior à urbana, cifrando-se em 94,4% e 86,1%, respectivamente.

### População Inactiva e Taxa de Inactividade

105. De acordo com os dados divulgados pelo INE, no Relatório Anual de 2020 sobre Inquérito ao Emprego em Angola, publicado em Junho de 2021, em 2020, a população com 15 ou mais anos na condição de inactividade foi estimada em 1 775 448 pessoas, das quais 788 702 são homens e 986 747 são mulheres.

106. A população inactiva compõe maioritariamente mulheres (55,6%) com a média 32 anos de idade. Cerca de 61,8% destes têm 15 a 24 anos e 13,8% têm 65 ou mais anos.

107. A taxa de inactividade da população com 15 ou mais anos foi estimada em 10,6%, sendo mais elevada na área urbana, na ordem dos 13,9%, que na rural com cerca de 5,6%, com uma diferença de 8,3 p.p. para a área urbana.

108. A taxa de inactividade contém os valores mais elevados no grupo etário dos jovens com 15 a 24 anos, representando 18,1%, (grupo em que muitos jovens são ainda estudantes) e no grupo etário da população com 65 ou mais anos idade com 30,5% (grupo em que muitas pessoas se encontram reformadas e outras sem condições físicas para trabalhar devido a avançada idade).

### Mercado de Trabalho

109. Os dados divulgados pelo INE, no Relatório Anual de 2020 sobre Inquérito ao Emprego em Angola, publicado em Junho de 2021, demonstram que a taxa de emprego permite avaliar a absorção no mercado de trabalho por pessoas com distintas habilidades e níveis de educação.

PRELIMINAR

110. Em 2020, a população empregada com 15 ou mais anos de idade foi estimada em 10 174 459 pessoas, sendo 5 015 364 homens e 5 159 095 mulheres.

111. Em Angola, 60,5% da população com 15 ou mais anos, é absorvida no mercado de trabalho. A taxa de emprego dos homens situada em 62,7% foi superior à das mulheres que se situou em 58,6%. A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, cifrando-se na ordem dos 79,5% e 47,8%, respectivamente, apresentando uma diferença de 31,7 p.p.

112. Por outro lado, a taxa de desemprego é o indicador do mercado de trabalho mais amplamente usado para tomada de decisão e referência para os programas de desenvolvimento.

113. Em 2020, a população desempregada com 15 ou mais anos foi estimada em 4 857 368, sendo 2 195 773 homens e 2 661 594 mulheres.

114. A taxa de desemprego na população com 15 ou mais anos foi estimada em 32,3%, sendo de 30,4% para as mulheres e 34,0% para os homens.

115. A taxa de desemprego na área urbana situou-se em 44,5%, e é cerca de 2,8 vezes superior à da área rural, que se cifrou em 15,8%, com uma diferença de 28,7 p.p.

116. A taxa de desemprego nos jovens com 15 a 24 anos situou-se em 55,2%, sendo nos homens de 55,4%, e nas mulheres de 55,0%, apresentando uma ligeira diferença de apenas 0,4 p.p.

PRELIMINAR

# Capítulo V.

# Balanço da Execução do OGE

## V. BALANÇO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

118. O presente capítulo aborda de forma detalhada o nível de arrecadação de receitas e execução das despesas por parte dos intervenientes no processo orçamental.

### Receitas Arrecadadas no Período

119. Durante o período de 2020, as receitas arrecadadas totalizaram cerca de Kz 11,9 biliões, demonstrando uma execução de 89% face ao valor previsto. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um aumento da receita em cerca de 21%. Em termos absolutos, registou-se um aumento na ordem dos Kz 2 biliões.

120. Este aumento é fundamentado, essencialmente, pelo aumento significativo na arrecadação de receitas tributárias em 42%, que foi maioritariamente impactado pela alteração em algumas políticas e no efeito cambial, e pelo aumento da receita de financiamentos internos na ordem dos 132%.

121. O Quadro 6, demonstra as receitas arrecadadas no período em análise nas diversas naturezas.

Quadro 6 – Receita arrecadada em 2020 por Natureza

(Milhões de Kwanzas)

| Receitas | Prevista | Arrecadada | | Exec.% | Part.% | Var.% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | | | Homóloga |
| **Correntes** | **6 010 145** | **7 105 372** | **6 610 221** | **118%** | **59%** | **7%** |
| Petrolíferas | 2 954 931 | 3 751 655 | 4 058 524 | 127% | 31% | -8% |
| Concessionária | 1 968 803 | 2 645 452 | 2 700 342 | 134% | 22% | -2% |
| Companhias | 986 128 | 1 106 204 | 1 358 182 | 112% | 9% | -19% |
| Diamantíferas | 32 298 | 46 768 | 19 968 | 145% | 0% | 134% |
| Outras Receitas Tributárias | 2 449 677 | 2 989 471 | 2 111 752 | 122% | 25% | 42% |
| Outras Receitas Patrim. e Correntes | 291 897 | 99 421 | 111 866 | 34% | 1% | -11% |
| Receitas de Contribuições Sociais | 281 341 | 218 056 | 308 111 | 78% | 2% | -29% |
| **Capital** | **7 445 161** | **4 849 987** | **3 309 936** | **65%** | **41%** | **47%** |
| Alienações | 116 147 | 7 253 | 2 729 | 6% | 0% | 166% |
| Financiamentos | 7 329 014 | 4 842 622 | 3 307 207 | 66% | 41% | 46% |
| Internos | 4 066 903 | 2 262 188 | 975 294 | 56% | 19% | 132% |

PRELIMINAR

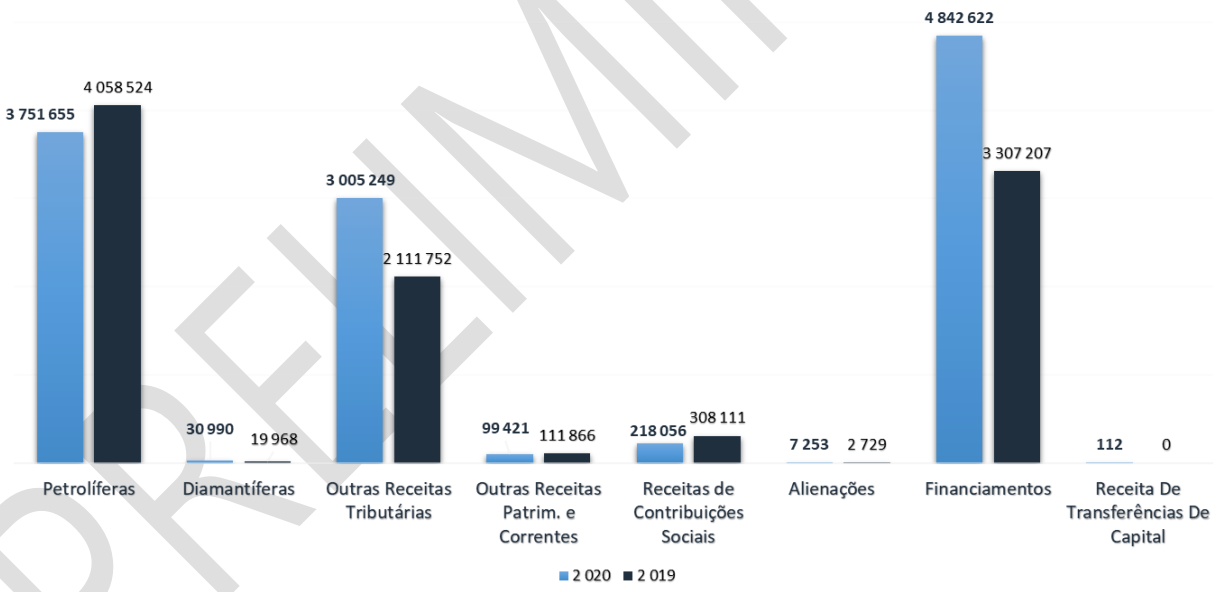
| Receitas | Prevista | Arrecadada | | Exec.% | Part.% | Var.% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | | | Homóloga |
| Externos | 3 262 111 | 2 580 434 | 2 331 912 | 79% | 22% | 11% |
| Receita De Transferências De Capital | 0 | 112 | 0 | 0% | 0% | 100% |
| Outras Receitas de Capital | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% | 0% |
| **Total Geral** | **13 455 306** | **11 955 359** | **9 920 157** | **89%** | **100%** | **21%** |

Fonte: *MINFIN*

122. O Gráfico 5, demonstra a arrecadação de receitas nas diversas naturezas, demonstrando a evolução da mesma face ao período homólogo.

Gráfico 5 – Receita arrecadada no período

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Receitas Correntes

123. Em 2020, as receitas correntes foram arrecadadas na ordem dos Kz 7,1 biliões, correspondendo a uma execução de 118% em relação à receita prevista, e uma participação de 59% sobre a receita total arrecadada.

Comparativamente ao período homólogo, registou-se um ligeiro aumento de 7%.

124. Durante o período em apreço, o desempenho positivo das receitas correntes, foi impactado pela natureza das outras receitas tributárias verificando um aumento na ordem dos 42% e pelo aumento nas receitas diamantíferas na ordem dos 134%.

*i. Outras receitas tributárias*

125. As outras receitas tributárias perfizeram uma arrecadação na ordem dos Kz 2,9 biliões, o que corresponde a uma arrecadação acima do previsto de 122% e uma participação sobre a receita total de 25%.

126. O aumento das outras receitas tributárias, é influenciado pelas suas componentes fiscal e aduaneira, e o aumento deve-se às medidas tomadas ao longo do ano, nas várias tipologias de imposto, tal como apresentado de seguida.

127. O imposto industrial foi o principal imposto arrecadado em 2020, devido aos lucros das empresas em 2019, com destaque para as empresas do sector das telecomunicações, seguro e banca. A componente de retenção na fonte contribuiu com maior fatia deste imposto, tendo as empresas do sector petrolífero sido os principais contribuintes deste imposto.

128. O IVA, imposto que começou a vigorar em Outubro de 2019 teve a segunda maior contribuição, tendo como principais contribuintes as empresas do sector do comércio que devem entregar o imposto quer no momento das importações quer nas vendas. O desempenho positivo deve-se essencialmente às alterações legislativas a que foi alvo o ano de 2020, onde se destaca o alargamento da base de cálculo deste imposto sobre as importações.

129. O aumento na arrecadação do IRT, é justificado essencialmente pela alteração das taxas deste imposto que ocorreu em 2020, e que contribuiu significativamente para o aumento em cerca de 41%.

PRELIMINAR

130. O aumento no imposto sobre as importações, foi impulsionado pelas alterações às taxas de vários produtos, como a carne e outros produtos da cesta básica.

*ii. Receitas diamantíferas*

131. As receitas diamantíferas, que incluem a arrecadação do imposto sobre a produção de diamantes (royalties) e imposto industrial, ascendeu os Kz 46,7 mil milhões, correspondendo a um grau de execução acima do previsto na ordem dos 145% e uma variação homóloga na ordem dos 134%.

132. Apesar da situação pandémica actual, o ano de 2020 foi bastante positivo para o sector diamantífero, sendo este aumento justificado essencialmente pelo aumento das quantidades produzidas exportadas e pela variação cambial do Kwanza face ao Dólar, elevando assim o valor do imposto arrecadado na moeda local.

*iii. Receitas petrolíferas*

133. No período em apreço, destaca-se a redução de 8% das receitas petrolíferas que é justificado pela diminuição do preço do petróleo em 2020, afectado maioritariamente pelo surgimento da pandemia do novo coronavírus em Dezembro de 2019 a nível mundial, e em Março de 2020, a nível local.

134. Não obstante a esta redução, foi possível arrecadar receitas petrolíferas na ordem dos Kz 3,7 biliões, destacando-se como a natureza da receita que mais arrecadou, nas receitas correntes.

### Receitas de Capital

135. No âmbito das Receitas de Capital, foi arrecadado o valor de Kz 4,8 biliões, correspondendo a uma execução de 65% e uma participação sobre a receita total de 41%.

136. Comparativamente ao período homólogo, as receitas de capital registaram um aumento significativo na ordem dos 47%. Durante o período em

PRELIMINAR

apreço, o desempenho positivo das receitas de capital foi impactado pelas receitas de financiamento, maioritariamente os financiamentos internos, e pela receita resultante de alienações.

*iv. Receita de Financiamentos*

137. Durante o período em apreço as receitas de financiamentos foram arrecadadas na ordem dos Kz 4,8 biliões, representando uma taxa de execução de 66% e uma participação de 41% sobre a receita total.

138. Comparativamente a 2019, a receita de financiamentos registou um aumento significativo de 46%. Este aumento verifica-se na arrecadação de financiamentos internos que demonstrou uma variação homóloga de 132%, enquanto que os financiamentos externos variaram apenas 11%.

139. De acordo as boas práticas internacionais, o aumento do nível do endividamento no mercado interno deve ser analisado no efeito líquido, entre os pagamentos efectuados e os financiamentos obtidos.

140. Nesta perspectiva, foram arrecadados financiamentos em cerca de Kz 2,2 biliões no mercado interno e foram pagos Kz 4,2 biliões, tendo um efeito líquido de Kz 2 biliões, que demonstra que o Executivo manteve a política de regularização da dívida do mercado interno, para fomentar o financiamento ao sector privado.

*v. Receita de alienações*

141. No período em apreço, as arrecadações de alienações ascenderam a Kz 7,2 mil milhões, demonstrando um aumento acima dos 100%, quando comparado a 2019.

142. Este aumento deve-se essencialmente ao resultado de alienações no âmbito do Programa de Privatizações (PROPRIV), que arrecadou cerca de Kz 4,7 mil milhões em 2020, em cumprimento com o objectivo do Executivo na redução da participação do Estado na economia, como produtor directo de bens e serviços, e promoção das condições favoráveis para a iniciativa privada e estímulo ao investimento estrangeiro.

PRELIMINAR

143. Importa destacar que, embora o saldo total arrecadado no Programa ascendeu a Kz 365,4 mil milhões, a receita no SIGFE é registada na óptica de caixa e reflecte apenas aquelas que constituíram entradas nos cofres do Estado.

### Receita por Província

144. A Receita é contabilizada por local de pagamento, quando se trata de repartições fiscais, ou por local de sede do contribuinte, quando se arrecada por meio da RUPE (pagamento via internet).

145. Deste modo, a província de Luanda apresenta o maior nível de arrecadação de receitas, totalizando cerca de Kz 6,8 biliões, seguida das províncias do Benguela e do Bengo, com cerca de Kz 49,4 mil milhões e Kz 33,2 mil milhões, respectivamente.

146. As províncias do Bié, Uíge e Cuando Cubango apresentaram o menor nível de arrecadação, tendo Bié e Uíge arrecadado cerca de Kz 1,2 mil milhões e o Cuando Cubango arrecadado valores na ordem dos Kz 446 milhões, respectivamente.

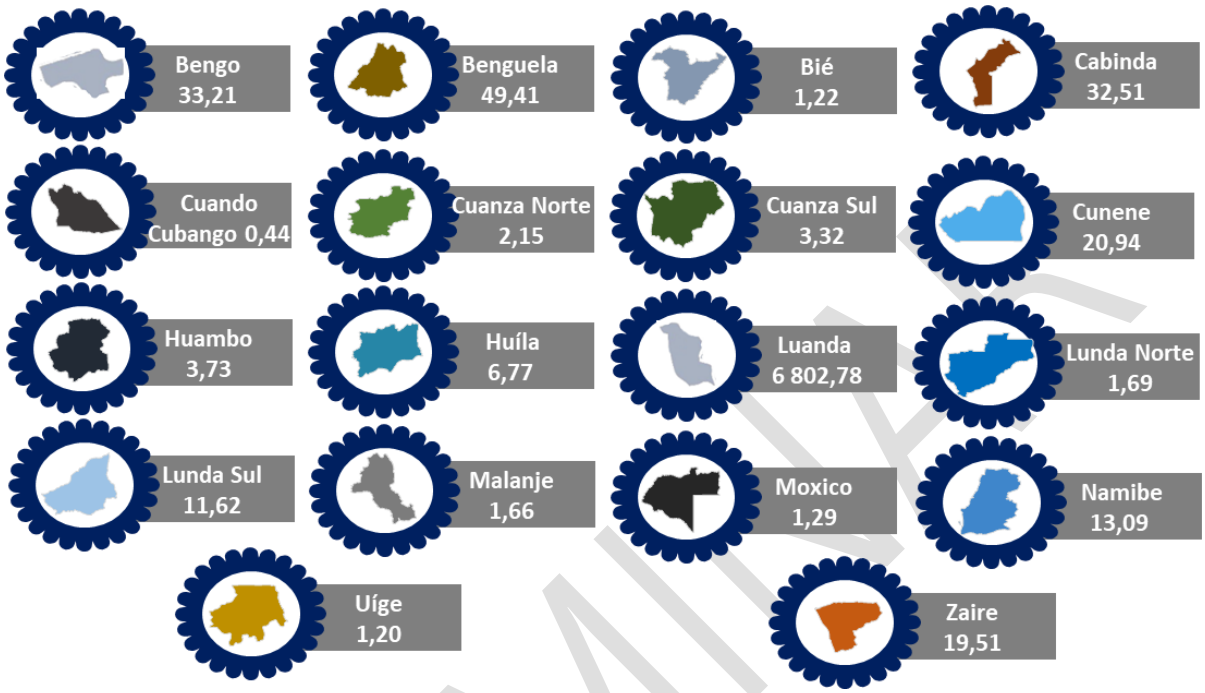
147. De um modo geral, as receitas mais arrecadadas a nível local são as receitas tributárias, mais concretamente as receitas provenientes do pagamento de impostos dos diversos contribuintes.

148. O gráfico 6, demonstra a receita arrecadada nas diversas províncias do território angolano.

PRELIMINAR

Gráfico 6 – Receita arrecadada por Província

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Despesas Realizadas no Período

149. A análise da execução das despesas é efectuada respeitando o princípio da especialização do exercício, em que a dívida do Estado é reconhecida independentemente do pagamento.

150. Assim, durante o período de 2020, as despesas executadas totalizaram cerca de Kz 13,3 biliões, demonstrando uma execução de 99% face ao valor total orçamentado. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um aumento de cerca de 31%.

151. O quadro 7 demonstra a execução das despesas no ano de 2020 nas diversas categorias e naturezas de despesa.

PRELIMINAR

Quadro 7 – Despesas executadas em 2020

(Milhões de Kwanzas)

| Natureza da Despesa | Autorizada | Executada | | Exec.% | Part.% | Var.% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | | | Homologa |
| **Correntes** | **5 729 564** | **5 688 860** | **5 014 770** | **99%** | **43%** | **13%** |
| Pessoal e Contrib.do Empregador | 2 068 709 | 2 058 460 | 1 990 246 | 100% | 15% | 3% |
| Bens | 405 208 | 396 306 | 276 582 | 98% | 3% | 43% |
| Serviços | 554 850 | 533 642 | 507 046 | 96% | 4% | 5% |
| Juros da Dívida | 2 104 284 | 2 104 180 | 1 637 875 | 100% | 16% | 28% |
| Subsídios e Outras Transferências | 596 513 | 596 271 | 603 022 | 100% | 4% | -1% |
| **Capital** | **7 718 674** | **7 692 030** | **5 211 582** | **100%** | **57%** | **48%** |
| Investimentos | 1 774 949 | 1 748 536 | 1 082 041 | 99% | 13% | 62% |
| Transferências de Capital | 21 558 | 21 557 | 40 337 | 100% | 0% | -47% |
| Despesas de Capital Financeiro | 5 920 085 | 5 919 906 | 4 083 719 | 100% | 44% | 45% |
| Outras Despesas De Capital | 2 082 | 2 031 | 5 485 | 98% | 0% | -63% |
| Reserva Orçamental | 7 068 | 0 | 0 | 0% | 0% | 0% |
| **Total Geral** | **13 455 306** | **13 380 890** | **10 226 352** | **99%** | **100%** | **31%** |

Fonte: *MINFIN*

152. O aumento no valor da despesa, deve-se essencialmente ao aumento nas rubricas de juros da dívida em cerca de 28% e despesas de capital financeiro na ordem dos 45%.

153. Este incremento demonstra claramente a preocupação do executivo em cumprir com a liquidação e pagamento da dívida, em linha com a estratégia de endividamento de médio prazo 2019-2021.

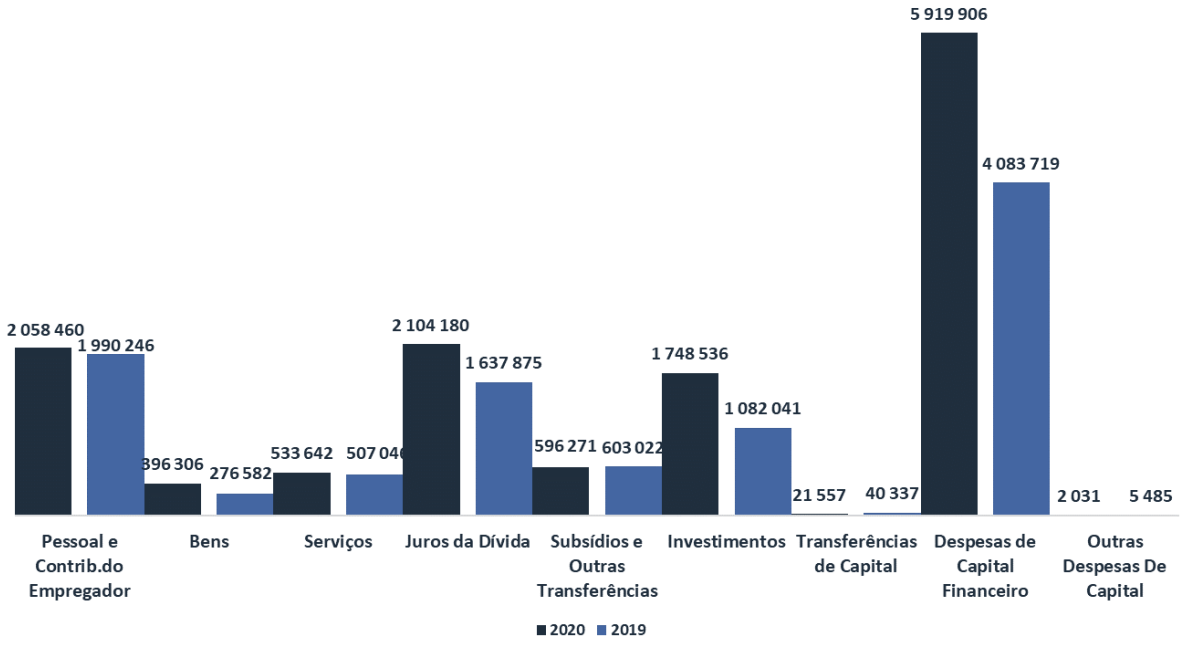
154. Por outro lado, o aumento generalizado da despesa, deve-se essencialmente ao surgimento da pandemia do novo coronavírus em Março de 2020 no nosso país. Esta pandemia impactou negativamente a economia nacional e internacional e elevou o valor das despesas executadas no período.

155. O Gráfico 7, demonstra a execução de despesas nas diversas naturezas, demonstrando a evolução da mesma comparativamente ao período homólogo.

PRELIMINAR

Gráfico 7 – Despesa realizada no período

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Despesas Correntes

156. Em 2020, as despesas correntes foram executadas na ordem dos Kz 5,6 biliões, correspondendo a uma execução de 99% em relação à despesa autorizada, e uma participação de 43% sobre a despesa total executada.

157. Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes verificaram um ligeiro aumento de 13%, impactado maioritariamente pela execução das despesas com juros da dívida e despesas com bens, registando variações na ordem dos 28% e 43%, respectivamente.

### *vi. Despesas com Bens e Serviços*

158. As despesas com bens e serviços tiveram uma execução de Kz 396,3 mil milhões e Kz 533,6 mil milhões, representando uma participação de 3% e 4% respectivamente.

PRELIM

159. As despesas com os serviços mantiveram a mesma linearidade, comparativamente ao período homólogo, com uma variação de apenas 5%. Por outro lado, as despesas com os bens registaram um ligeiro aumento na ordem dos 43% face a 2019.

160. O aumento nas despesas com bens, deve-se essencialmente ao surgimento da pandemia da Covid-19 em Março de 2020. Esta pandemia teve um impacto que fez aumentar as despesas com material de consumo especializado e material e utensílios duradouros de especialidade. Nestas categorias, foram registados a aquisição de bens e materiais de biossegurança, máscaras, álcool e equipamentos de protecção individual e outros materiais para os Hospitais, escolas e outros organismos do Estado.

*vii. Despesas com Juros da Dívida*

161. Os pagamentos dos juros da dívida pública cifraram-se em Kz 2,1 biliões, representando uma taxa de execução de 100% e uma participação de 16% sobre a despesa total, e um aumento de 28% comparativamente a 2019.

162. O aumento nos juros da dívida externa resulta do aumento do câmbio do Kwanza face ao Dólar, uma vez que existem diversos contratos fixados em moeda externa.

## Despesas de Capital

163. Em 2020, a execução das despesas de capital ascendeu a Kz 7,6 biliões, correspondendo a uma execução aproximada de 100% em relação à despesa autorizada, e uma participação de 57% sobre a despesa total realizada. Em comparação com o ano de 2019, as despesas de capital registaram um aumento significativo de 48%.

164. Este aumento deve essencialmente ao aumento nas naturezas de investimentos, com uma variação de 62% e as despesas com os financiamentos, tendo variado na ordem dos 45%.

PRELIMINAR

*viii. Despesas com Investimentos*

165. Durante o período em apreço, as despesas com investimentos tiveram uma execução de 99%, face ao valor autorizado, e uma participação de 13% sobre a despesa total.

166. O aumento verificado nas despesas com investimentos, é referente a construção e apetrechamento dos novos hospitais de campanha e outras instalações hospitalares nas diversas províncias do país, para internamento dos pacientes infectados com o novo coronavírus.

167. Estas despesas foram executadas mediante a estratégia do Executivo, por meio da Comissão Multissectorial para Combate e Prevenção a Covid-19 e do seu Departamento Ministerial da Saúde, para fazer face a pandemia.

*ix. Despesas de Capital Financeiro*

168. As Despesas de Capital Financeiro, que englobam os pagamentos de amortização dos financiamentos obtidos pelo Estado junto das entidades nacionais e internacionais, perfizeram uma execução aproximada de 100% e uma participação de 44%, representando a maior fatia na execução das despesas totais.

169. As amortizações foram pagas maioritariamente aos financiadores do mercado nacional, na ordem dos Kz 4,2 biliões, em linha com a estratégia de endividamento de Médio Prazo (2019-2022) no âmbito do fomento do mercado interno, por meio da regularização da dívida interna, permitindo assim o incentivo aos Bancos nacionais a financiar o sector privado da economia.

170. Por outro lado, o pagamento das amortizações no exterior verificou um ligeiro abrandamento justificado pela reestruturação da dívida do governo, ao nível da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G20, tendo no sentido de negociar com os seus pares soberanos a paralisação do serviço da dívida em empréstimos bilaterais.

PRELIMINAR

## Despesa por Função do Governo

171. A Execução da Despesa por Função, esboça o mais alto nível de agregação da acção governamental nos diferentes sectores, com destaque para a Saúde, Educação, Defesa e Sector Económico, e não espelha as Operações da Dívida Pública.

172. Deste modo, no período em apreço, a nível das funções governamentais foram executadas cerca de Kz 5,3 biliões, distribuídos em Kz 1,9 biliões para o Sector Social, Kz 1,5 biliões para o Sector da Defesa e Segurança, Kz 1 bilião para o Sector Económico e Kz 745 mil milhões para o Sector dos Serviços Públicos Gerais, tal como se demonstra o quadro 8.

Quadro 8 – Execução da Despesa por Função Governamental
(Milhões de Kwanzas)

| Funções do Governo | Autorizada | Realizada | | Exec.% | Part.% | Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | | | Homóloga |
| **Sector Social** | **2 012 416** | **1 977 070** | **1 771 661** | **98%** | **37%** | **12%** |
| Educação | 680 741 | 669 625 | 658 382 | 98% | 13% | 2% |
| Saúde | 574 894 | 561 819 | 346 435 | 98% | 11% | 62% |
| Protecção Social | 356 317 | 356 013 | 466 647 | 100% | 7% | -24% |
| Habitação e Serviços Comunitários | 326 499 | 318 779 | 260 192 | 98% | 6% | 23% |
| Recreação Cultura e Religião | 53 661 | 53 388 | 37 067 | 99% | 1% | 44% |
| Protecção Ambiental | 20 306 | 17 446 | 2 938 | 86% | 0% | 494% |
| **Assuntos Económicos** | **1 014 421** | **1 006 112** | **690 154** | **99%** | **19%** | **46%** |
| Agricultura, Silvicult, Pesca e Caça | 72 878 | 72 610 | 95 400 | 100% | 1% | -24% |
| Combustíveis e Energia | 444 402 | 443 598 | 257 815 | 100% | 8% | 72% |
| Industria Extractiva, construção | 10 106 | 8 984 | 13 351 | 89% | 0% | -33% |
| Assuntos Econ Gerais, Com E Laborais | 32 560 | 29 556 | 31 364 | 91% | 1% | -6% |
| Transportes | 441 858 | 438 791 | 282 844 | 99% | 8% | 55% |
| Comunicações E Tecn Da Informação | 12 100 | 12 068 | 8 609 | 100% | 0% | 40% |
| Outros Actividades Económicos | 399 | 387 | 771 | 97% | 0% | -50% |
| Invest. E Desen.(I&D)Em Assunt.Econ. | 119 | 118 | 0 | 99% | 0% | 100% |
| **Defesa e Segurança** | **1 599 414** | **1 598 897** | **1 342 046** | **100%** | **30%** | **19%** |
| Defesa Nacional | 865 739 | 865 726 | 693 063 | 100% | 16% | 25% |
| Segurança e Ordem Pública | 733 675 | 733 172 | 648 983 | 100% | 14% | 13% |
| **Serviços Públicos Gerais** | **775 935** | **745 963** | **659 684** | **96%** | **14%** | **13%** |
| **Totais** | **5 402 186** | **5 328 042** | **4 463 545** | **99%** | **100%** | **19%** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

173. Durante o período em análise, destacam-se os sectores Social e Defesa e Segurança, com participações sobre a despesa total de 37% e 30%, respectivamente.

174. Desde 2019, o orçamento tem vindo a priorizar as despesas no Sector Social, sendo que para 2020, destacam-se a Educação, Saúde e Protecção Social, tendo registado gastos na ordem dos Kz 669 mil milhões, Kz 561,8 mil milhões e Kz 356 mil milhões, respectivamente.

175. Seguidamente ao Sector Social, encontram-se os Sectores da Defesa e Segurança e o Sector Económico, tendo executado despesas na ordem dos Kz 1,59 biliões e Kz 1 bilião, correspondendo a uma execução de 99% e 100%, respectivamente.

176. Em termos de comparação homóloga, verificou-se um aumento geral de 19% nas despesas por função governamental, impactado pelo aumento no sector económico na ordem dos 46%, o sector da defesa e segurança com uma variação de 19%, os serviços públicos gerais com um aumento na ordem dos 13% e o Sector Social com um aumento de 12%.

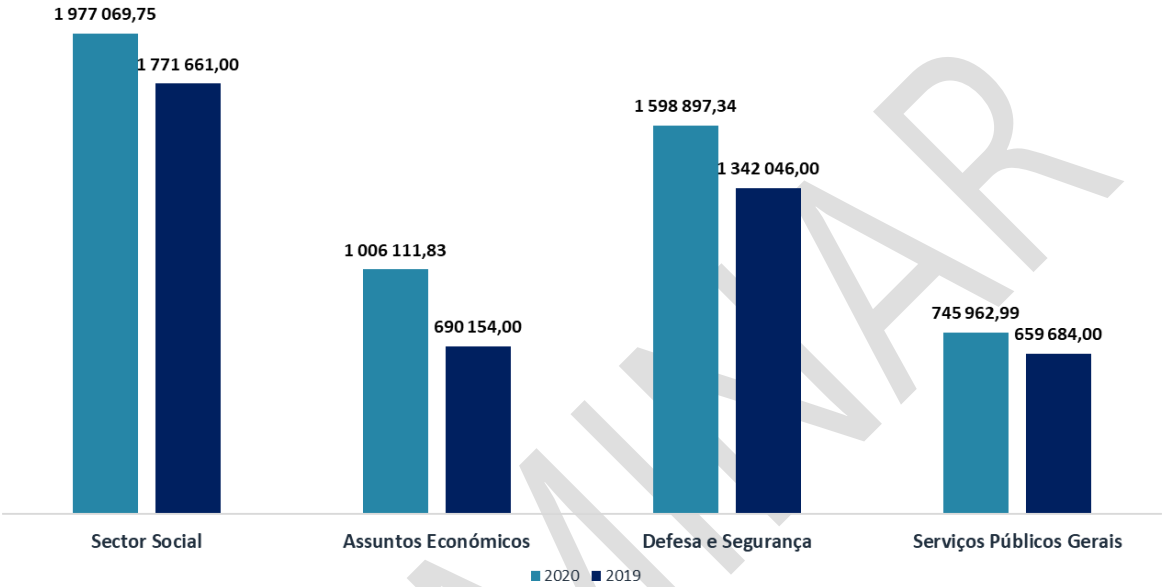
177. As verbas alocadas aos respectivos sectores, serviram para executar despesas cujo impacto para a população espelha-se no capítulo VIII – Impacto Económico e Social da Execução do OGE, no âmbito do PDN 2018-2022, do PIP e do PIIM.

178. O Gráfico 8 ilustra as despesas realizadas por função, no exercício de 2020, em comparação com as do exercício de 2019.

PRELIMINAR

Gráfico 8 - Despesa Realizada por Função no período

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Despesa realizada por Província

179. Durante o período em apreço, a província de Luanda foi a província com maior grau de execução da Despesa, com um total de cerca de Kz 229,5 mil milhões, seguido das províncias de Benguela e Huíla com uma execução de Kz 112 mil milhões e Kz 109 mil milhões respectivamente.

180. Na província de Luanda, as despesas com maior execução foram as despesas com pessoal e as despesas com investimentos, na natureza de aquisição de bens de capital fixo, na ordem dos Kz 137 mil milhões e Kz 47,1 mil milhões.

181. Na província da Huíla, as categorias de despesa com maior execução foram igualmente as despesas com pessoal e as despesas com investimentos, na natureza de aquisição de bens de capital fixo, em cerca de Kz 70 mil milhões e Kz 17 mil milhões, respectivamente.

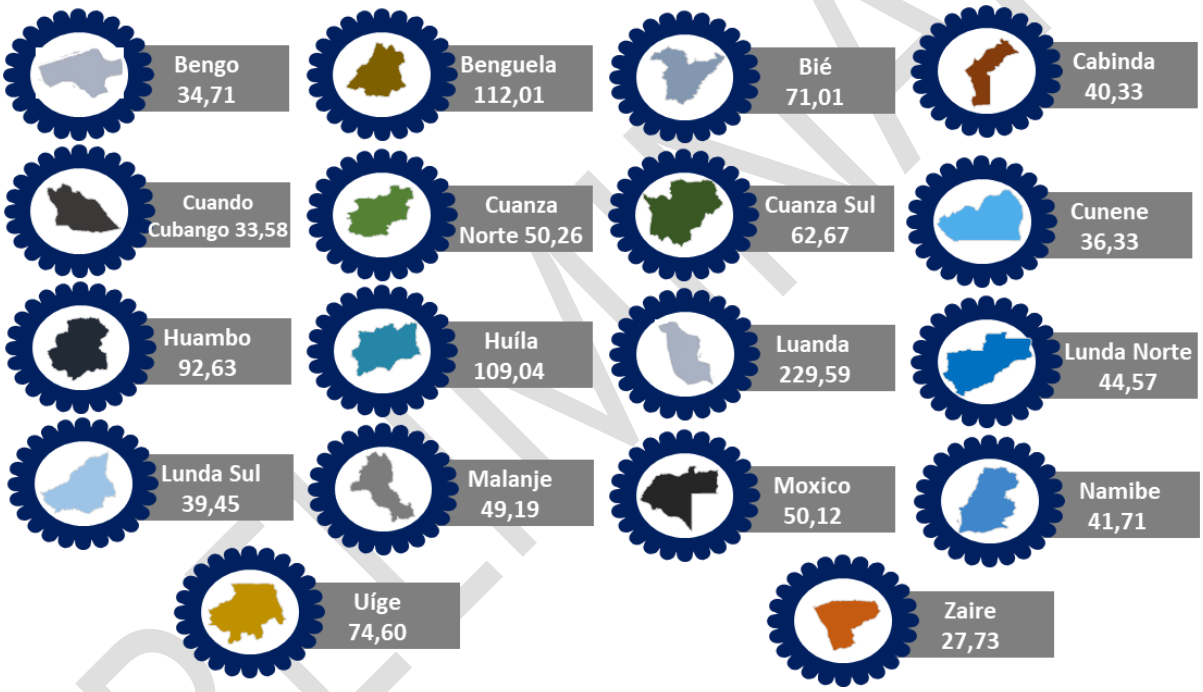
PRELIMINAR

182. As províncias com menor execução da despesa foram a Lunda-Sul e Zaire, com uma execução na ordem dos Kz 39,4 mil milhões e Kz 27,7 mil milhões, respectivamente, conforme se demonstra no gráfico 9.

183. De acordo com o princípio da Universalidade do Tesouro Nacional, as províncias que não arrecadam o suficiente para fazer face às suas despesas têm o apoio da estrutura central.

Gráfico 9 – Despesa executada por Província

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Principais Indicadores Fiscais

184. Este subponto visa demonstrar os principais indicadores de desempenho da execução fiscal, nomeadamente, o Saldo Fiscal, o Saldo Primário Não Petrolífero e o Saldo Corrente.

PRELIMINAR

## Saldo Fiscal

185. O Saldo Fiscal é a diferença entre as receitas correntes e o total das despesas realizadas ao longo de um determinado exercício, excluindo as receitas e despesas de financiamento.

186. No exercício de 2020, o Saldo Fiscal foi deficitário na ordem dos Kz 355,6 mil milhões, o que representa um agravamento, sendo que no anterior o saldo foi superavitário na ordem dos Kz 595,5 mil milhões.

187. Este efeito negativo no saldo resulta do surgimento da pandemia do novo coronavírus que agravou a situação económica mundial.

188. Durante os últimos 3 anos, Angola tem vindo a registar saldos fiscais positivos. Este percurso foi interrompido pela pandemia da Covid-19.

## Saldo Primário Não Petrolífero

189. O Saldo Primário Não Petrolífero (SPNP), corresponde a diferença entre a receita não petrolífera e a despesa fiscal primária não petrolífera.

190. O SPNP permite avaliar o resultado da execução fiscal, excluindo o impacto da variável "petróleo" dos resultados, uma vez que o petróleo é um recurso finito com preço volátil, que por norma impacta significativamente a receita fiscal.

191. Desta forma, o SPNP apresenta-se como um indicador da *Fiscal Stance*, sem considerar o efeito da variável "petróleo", permitindo obter-se uma apreciação mais robusta da trajectória das finanças públicas.

192. Para o exercício de 2020, foi definido como meta para o SPNP um défice de Kz 2,3 biliões. Por sua vez, o SPNP registado no período foi deficitário na ordem dos Kz 1,9 biliões.

PRELIMINAR

## Saldo Corrente

193. O saldo corrente obtém-se pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes do Sector da Administração Pública, e tem como objectivo principal a avaliação do volume de poupança nele gerado.

194. O saldo corrente permite avaliar a capacidade de o Estado financiar as suas despesas correntes por meio das receitas correntes.

195. Deste modo, para o ano de 2020, o saldo corrente foi superavitário na ordem dos Kz 1,4 biliões, impactado pelo desempenho positivo na arrecadação das receitas tributárias, fruto das políticas implementadas pelo Executivo para alargamento da base tributária.

PRELIMINAR

# Capítulo VI.

# Fonte e Execução das Despesas com a COVID-19

## VI. FONTE E EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM A COVID-19

196. Diante da pandemia do COVID-19, Sua Excelência Presidente da República declarou o Estado de Emergência, por meio do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março. Por este motivo, o Executivo angolano aprovou um conjunto de medidas, destacando-se a atribuição de quotas financeiras aos órgãos do Estado, a operacionalização de linhas de financiamento para prevenir e combater a sua expansão e mitigar as consequências.

197. Do mesmo modo, pessoas singulares e colectivas apoiaram as medidas lançadas pelo Executivo angolano, por meio de doações de recursos financeiros e não financeiros.

198. Nesta perspectiva, o presente capítulo apresenta de forma sintética as diversas fontes de recursos financeiros disponibilizados pelo Estado angolano e obtidos por instituições externas relacionados com a Covid-19, bem como a sua execução por parte dos Órgãos do Estado.

### Fonte e Execução dos Recursos Financeiros

199. Para execução das despesas relacionadas com a Covid-19, as fontes de recursos financeiros foram as seguintes: atribuição de quotas financeiras pelo Estado angolano aos diversos órgãos, operacionalização de linhas de financiamento e doações financeiras provenientes de instituições financeiras e de pessoas singulares e colectivas, tal como se descreve de seguida.

### Atribuição e Execução das Quotas Financeiras

200. Para o ano de 2020, o Executivo angolano aprovou um pacote financeiro para diversas Instituições Públicas combaterem a proliferação do novo coronavírus.

201. Neste sentido, para o período de 2020, o Tesouro Nacional, com anuência do Titular do Poder Executivo, disponibilizou quotas financeiras na ordem dos Kz 92 mil milhões, dos quais Kz 69 mil milhões foram destinados ao combate e prevenção a Covid-19, e os restantes Kz 23 mil milhões destinaram-se a construção de hospitais de campanha.

PRELIMINAR

202. Assim, o quadro 9, apresenta o valor orçamentado e executado com as despesas da Covid-19 por Unidade Orçamental.

Quadro 9 – Execução das despesas com a Covid-19 por Órgão

(Milhões de Kwanzas)

| Órgão | Valor Orçamentado | Valor Liquidado | Exec.% | Part.% |
|---|---|---|---|---|
| Casa De Segurança Do Presidente Da República | 44 238 | 44 238 | 100,00% | 47,93% |
| Ministério Da Saúde | 15 436 | 15 377 | 99,62% | 16,66% |
| Ministério Dos Transportes | 9 727 | 9 727 | 100,00% | 10,54% |
| Secretaria Geral Da Presidência Da República | 4 735 | 4 735 | 100,00% | 5,13% |
| Operações Centrais Do Estado | 4 244 | 4 244 | 100,00% | 4,60% |
| Ministério Da Defesa Nacional E Veteranos Da Pátria | 3 140 | 3 140 | 100,00% | 3,40% |
| Governos Provinciais | 3 062 | 3 057 | 99,84% | 3,31% |
| Comando Geral Da Polícia Nacional | 1 008 | 1 007 | 99,90% | 1,09% |
| Estado Maior General | 970 | 970 | 100,00% | 1,05% |
| Assembleia Nacional | 935 | 935 | 100,00% | 1,01% |
| Ministério Da Cultura, Turismo E Ambiente | 921 | 921 | 100,00% | 1,00% |
| Ministério Da Acção Social, Família E Prom. Da Mulher | 619 | 619 | 100,00% | 0,67% |
| Hospital De Especialidade Multiperfil | 490 | 490 | 100,00% | 0,53% |
| Serviços De Bombeiros | 377 | 377 | 100,00% | 0,41% |
| Serviços Prisionais | 373 | 373 | 100,00% | 0,40% |
| Ministério Da Energia E Das Águas | 265 | 265 | 100,00% | 0,29% |
| Ministério Do Interior | 262 | 262 | 100,00% | 0,28% |
| Serviço De Investigação Criminal | 253 | 253 | 100,00% | 0,27% |
| Serviços De Migração E Estrangeiros | 253 | 253 | 100,00% | 0,27% |
| Ministério Das Telecom. E Tecnol. De Info. E Comunicação Social | 186 | 186 | 100,00% | 0,20% |
| Ministério Das Relações Exteriores | 179 | 179 | 100,00% | 0,19% |
| Ministério Do Ensino Superior, Ciência, Tec. E Inovação | 115 | 115 | 100,00% | 0,12% |
| Gabinete Do Vice-Presidente Da República | 100 | 100 | 100,00% | 0,11% |
| Ministério Das Finanças | 74 | 74 | 100,00% | 0,08% |
| Tribunal De Contas | 40 | 40 | 100,00% | 0,04% |
| Ministério Da Indústria e Comércio | 29 | 29 | 100,00% | 0,03% |
| Tribunal Constitucional | 20 | 20 | 100,00% | 0,02% |
| Tribunal Supremo | 20 | 20 | 100,00% | 0,02% |
| Procuradoria Geral Da República | 20 | 20 | 100,00% | 0,02% |
| Ministério Da Administração Do Território E Reforma Do Estado | 20 | 19 | 95,00% | 0,02% |
| Ministério Da Economia E Planeamento | 19 | 19 | 100,00% | 0,02% |
| Ministério Da Adm. Pública, Trabalho E Segurança Social | 15 | 15 | 100,00% | 0,02% |
| Ministério Da Agricultura E Florestas | 15 | 15 | 100,00% | 0,02% |
| Ministério Da Justiça E Dos Direitos Humanos | 15 | 15 | 100,00% | 0,02% |
| Ministério Da Juventude E Desportos | 15 | 15 | 100,00% | 0,02% |

PRELIMINAR

| Órgão | Valor Orçamentado | Valor Liquidado | Exec.% | Part.% |
|---|---|---|---|---|
| Ministério Do Ambiente | 15 | 15 | 100% | 0,02% |
| Ministério Do Ordenamento Do Território E Habitação | 15 | 15 | 100% | 0,02% |
| Provedoria De Justiça | 15 | 15 | 100% | 0,02% |
| Ministério Das Pescas E Do Mar | 15 | 15 | 100% | 0,02% |
| Ministério Da Educação | 15 | 15 | 100% | 0,02% |
| Ministério Da Construção E Obras Públicas | 15 | 15 | 100% | 0,02% |
| Ministério Dos Recursos Minerais E Petróleos | 13 | 13 | 100% | 0,01% |
| **Total** | **92 291** | **92 226** | **99,93%** | **99,93%** |

Fonte: *MINFIN*

203. De acordo com as informações demonstradas no quadro, os órgãos com maior participação na execução das despesas foram a Casa de Segurança do Presidente da República, em representação da Comissão Multissectorial para prevenção e Combate a Covid-19, seguido do Ministério da Saúde e do Ministério dos Transportes com participações de 47,93%, 16,66% e 10,54%, respectivamente.

204. Importa frisar que, estes 3 órgãos consumiram cerca de 75% do valor total atribuído, sendo que a execução destes valores pelos órgãos apresenta-se de seguida.

*x. Casa de Segurança do Presidente da República (CSPR)*

205. A CSPR executou despesas na ordem dos Kz 44,2 mil milhões, registando uma taxa de execução de 100%, sendo que 95% deste valor foi gasto da seguinte forma:

a) Kz 22,9 mil milhões destinados a construção de Hospitais de Campanha nas diversas províncias do país, para dar cobro a pandemia da Covid-19. O principal fornecedor para a construção destes hospitais foi a Acail Angola – Indústria e Comércio, S.A.

b) Kz 10,8 mil milhões, destinados ao pagamento da montagem de 2 hospitais de campanha com 200 camas, tendo sido pagos a empresa Mitrelli Group Ltd, no mês de Maio de 2020.

PRELIMINAR

c) Kz 7,8 mil milhões, destinados à aquisição de cerca de 1000 ventiladores, tendo sido pagos à entidade Galaxy (Beijing) International Trade Co., Ltd.

d) Kz 423 milhões referentes ao pagamento de despesas de serviços de transporte de laboratórios, efectuados ao fornecedor China Bengu International Technology & Economic Cooperation Ltd.

e) Kz 111 milhões destinados à Clínica Multiperfil, referente ao pagamento de serviços prestados de internamentos e outros serviços clínicos.

*xi. Ministério da Saúde*

206. O Ministério da Saúde executou despesas na ordem dos Kz 15,3 mil milhões, evidenciando um grau de execução de 99,62%. Estas despesas foram efectuadas com diversos fornecedores, com destaque para as seguintes, que perfazem cerca de 85% das despesas executadas pelo MINSA:

f) Kz 3,2 mil milhões endereçados à fornecedora Vulcano Investimentos – Prestação de Serviços, Lda., destinados à aquisição de 43 610 camas, 250 almofadas, 250 colchões, 1000 jogos de lençóis e outros materiais para auxiliar no processo de apetrechamento dos hospitais de campanha e outros.

g) Kz 1,8 mil milhões liquidados a favor da empresa Yapama Saúde, Lda., e serviram para aquisição de testes RTPCR e testes rápidos, no âmbito da testagem em massa aos diversos profissionais e sociedade civil no geral.

h) Kz 1,8 mil milhões destinados à aquisição de material de biossegurança, a entidade C&D Products Co Ltd, empresa de origem Chinesa e com sede em Hong Kong.

i) Kz 1,2 mil milhões, destinados à aquisição de máscaras cirúrgicas KNP5 e máscaras para o público em geral, de acordo com o plano de contingência de combate à Covid-19, tendo sido pagos a entidade Opaia, S.A.

PRELIMINAR

j) Kz 1,6 mil milhões liquidados a favor da empresa Sambiente – Sociedade Angolana de Segurança Industrial, Lda., pelo serviço de recolha e tratamento de lixo e resíduos de alto risco em zonas de risco, tais como em clínicas, hospitais de campanha e outros locais utilizados para hospedagem de pacientes para quarentena institucional.

k) Kz 1,1 mil milhões liquidados a favor da entidade Acail Angola, referentes a aquisição de ventiladores diversos e materiais gastáveis, e para o fornecimento de materiais para o sistema de gases medicinais.

l) Kz 994,7 milhões destinaram-se aos gastos com refeições e alimentação para os centros de quarentena e hospitais de tratamento, no âmbito do plano de contingência da Covid-19, tendo sido endereçados ao Grupo Cafago - Gestão de Emp. E Hot. E Similares, Lda.

m) Kz 407,8 milhões pagos junto da Embaixada da República de Angola em Portugal, nos meses de Abril e Novembro, referente ao pagamento da Junta Médica para o Sector de Portugal, na aquisição de Kits ECMO no âmbito da prevenção e combate a Covid-19.

*xii. Ministério dos Transportes*

207. O Ministério dos Transportes executou cerca de Kz 9,7 mil milhões, registando uma execução de 100% do valor total orçamentado, sendo que cerca de 99% deste valor estava distribuído da seguinte forma:

n) Kz 8,7 mil milhões liquidados a favor da TAAG – Linhas Aéreas de Angola, S.A., para prestação de serviços de transportação de pessoas e bens no âmbito da prevenção e combate a pandemia da Covid-19.

o) Kz 919 milhões referentes ao pagamento de despesas para os diversos órgãos dependentes do Sector dos Transportes, para aquisição de materiais de biossegurança, desinfecção e outros serviços para dar cobro a prevenção e combate a Covid-19.

p) Kz 16,8 milhões destinados à aquisição de álcool em gel, álcool etílico, máscaras, luvas e outros materiais de biossegurança, pagos a empresa Maruxi – Comércio e Prestação de Serviços, Lda.

PRELIMINAR

q) Kz 16,1 milhões pagos a empresa NCR Angola Informática, Lda., destinados ao pagamento de aquisição de Toners, tinteiros e outros materiais informáticos.

r) Kz 14,7 milhões endereçados a empresa Weza-Concept, Consultores, Lda., referentes ao pagamento de prestação de serviços de *spots* para campanha publicitária sobre a Covid-19.

s) Kz 12 milhões referentes a prestação de serviço de desinfestação do Edifício Sede do Ministério dos Transportes, tendo sido liquidados a favor da empresa Green Touch Services, Lda.

208. Tal como se pode observar nas explicações acima, 75% das despesas liquidadas no âmbito da Covid-19 foram destinadas à aquisição de ventiladores, apetrechamento e construção de hospitais de campanha, aquisição de testes, e outros materiais de equipamento individual e de biossegurança, que foram usados pelos diversos organismos do Estado para fazer face ao inimigo invisível, no âmbito do Plano de Contingência definido pelo Executivo angolano, e que surtiu efeitos positivos, sendo que a nível de África e do Mundo, Angola é um dos países com menos casos de mortes por coronavírus.

### Linha de Financiamento do Banco Mundial

209. As linhas de financiamento representam todas as receitas arrecadadas pelo Estado, que envolvem valores pecuniários com o compromisso de devolução.

210. No âmbito do combate à Pandemia da COVID-19, em 2020, de acordo com o relatório do Projecto de Fortalecimento do Sistema de Saúde (PFSS), o governo de Angola solicitou um financiamento ao Banco Mundial (BM) no valor de US$ 30 Milhões, destinados a apoiar o Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Epidemia por Covid-19.

211. Assim, o BM autorizou o uso antecipado de US$ 15 milhões, ficando sob gestão do fundo do Projecto de Fortalecimento do Sistema de Saúde

PRELIMINAR

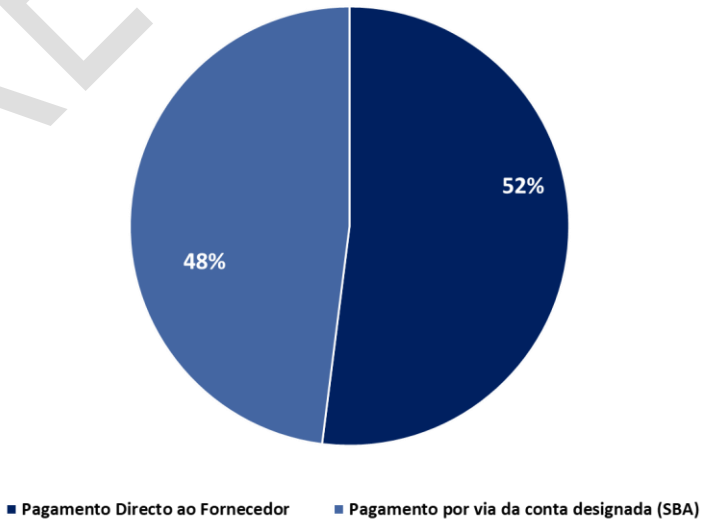
(PFSS), assegurando o cumprimento das regras do Banco Mundial de Gestão Financeira e de *Procurement.*

212. Importa salientar que a disponibilização de fundos foi feita de três modos distintos a saber: utilização da conta designada no Standard Bank Angola; pagamentos directos a fornecedores; e por meio da realimentação à conta designada.

213. As despesas realizadas com base no valor atribuído de US$ 15 milhões, destinaram-se essencialmente para aquisição de insumos ou equipamentos hospitalares, alojamento e alimentação das Equipas de Resposta Rápida, subsídios diários aos técnicos, aluguer e compra de viaturas, fornecimento de combustível, compra de consumíveis de escritórios, capacitação de técnicos de saúde no âmbito da prevenção à Covid-19, instalação de equipamentos para videoconferência, entre outras despesas.

214. Dos pagamentos solicitados ao Banco mundial, cerca de 52% foram pagos directamente aos fornecedores e o restante foi utilizado mediante débitos na conta do projecto tal, como se pode observar no gráfico 10.

Gráfico 10 – Forma de utilização do financiamento disponibilizado pelo Banco Mundial (Em Percentagem)




Fonte: *MINSA, PFSS*

PRELIMINAR

215. Vale destacar que, o pagamento directo mais significativo, foi efectuado a empresa Mozang Resources representando cerca de 38% do total pago pelo Banco Mundial, tal como se pode observar no quadro 10.

Quadro 10 - Pagamento efectuado directamente por fornecedor e tipo de mercadoria

(Dólares norte-americanos)

| Fornecedor | Tipo de serviço | Valor | Part. % |
|---|---|---|---|
| Elnor International Holding Limited | Material de Biossegurança | 66 262 | 1% |
| Altona Diagnostics | Equipamentos e Insumos Hospitalar | 9 159 | 0% |
| Decifer De Decio Lourenco Encarnaca | Alojamento de Técnicos | 812 840 | 10% |
| Decifer Sport Resort | Alojamento de Técnicos | 70 872 | 1% |
| Fly Hotel Serve So Sociedade De Ser | Alojamento de Técnicos | 663 838 | 8% |
| Hospitec Tecnologia Hospitalar e Lazer | Alojamento de Técnicos | 398 634 | 5% |
| LTC Tech South Africa PTY LTD | Equipamentos e Insumos Hospitalar | 221 649 | 3% |
| Ludmed, Lda. | Material de Biossegurança | 1 052 932 | 13% |
| Medkia MCN T Medicina, Lda. | Equipamentos hospitalar | 1 381 132 | 17% |
| Mozang Resources | Material de Biossegurança | 3 107 909 | 38% |
| Nexoil Corporation, Lda. | Alojamento de Técnicos | 124 397 | 2% |
| Promed Internacional Health Ltd | Reagentes | 370 269 | 4% |
| **Total** | | **8 279 892** | **100%** |

Fonte: *MINSA, PFSS*

216. Até 31 de Dezembro de 2020, foram executadas despesas na ordem dos US$ 15,9 milhões, tendo sido pagos directamente aos diversos fornecedores, por meio de contas do Projecto domiciliadas no Standard Bank Angola e no Banco Caixa Angola.

217. O quadro 11, demonstra a execução das despesas financiadas com recursos disponibilizados pelo Banco Mundial durante o ano de 2020, nas diversas categorias aprovadas pela referida instituição.

Quadro 11 - Execução da Linha de Financiamento do Banco Mundial

(Dólares norte-americanos)

| Descrição | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Dez. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Equipamento (Imobilizado) | 199 203 | 118 063 | 394 921 | 221 343 | 829 537 | 290 413 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Alimentação | 204 822 | 14 665 | 16 102 | 165 977 | 27 604 | 92 810 | 43 742 | 75 296 | 758 | 98 101 |
| Alojamento | 13 242 | 224 885 | 195 898 | 163 353 | 799 463 | 468 856 | 460 184 | 249 408 | 72 782 | 84 024 |

PRELIMINAR

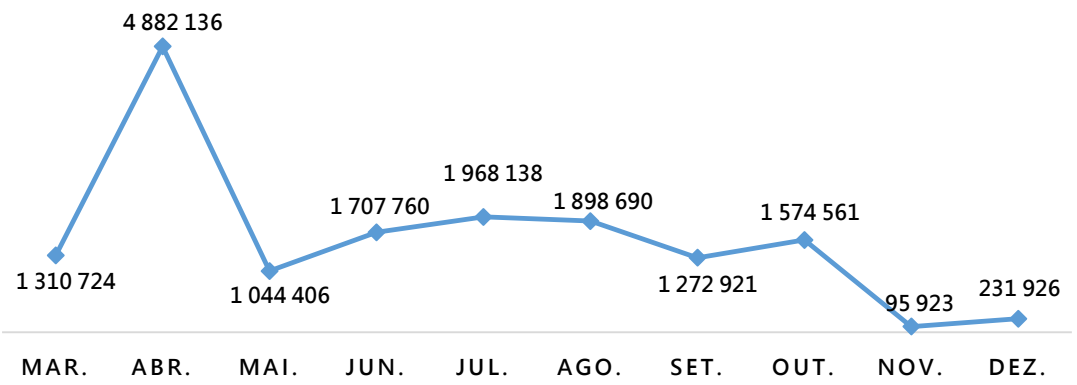
| Descrição | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Dez. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Comunicação | 2 866 | 601 | 263 | 3 613 | 6 569 | 7 130 | 7 142 | 4 630 | 4 948 | 3 335 |
| Consumíveis de escritório | 119 778 | 50 644 | 6 220 | 20 355 | 1 272 | 2 226 | 1 382 | 1 092 | 3 | 6 829 |
| Consumíveis hospitalar | 295 774 | 4 338 488 | 217 229 | 783 468 | 13 242 | 13 242 | 86 998 | 390 821 | -2 232 | 17 239 |
| Descontaminação | 0 | 19 826 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Formação | 300 | 0 | 324 | 11 792 | 4 345 | 0 | 1 829 | 0 | 0 | 1 615 |
| Aluguer de viatura | 42 284 | 80 894 | 89 608 | 232 414 | 13 292 | 270 547 | 177 900 | 283 590 | 0 | 0 |
| Outras rendas e alugueres | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 419 | 1 559 | 6 025 | 0 | 0 |
| IEC (Informação, Educação e Comunicação) | 411 390 | 0 | 19 137 | 0 | 11 261 | 2 147 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Combustível | 14 913 | 0 | 1 165 | 64 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -98 |
| Subsídios | 6 152 | 34 070 | 99 827 | 94 104 | 245 931 | 737 421 | 481 166 | 548 386 | 12 722 | 20 881 |
| Honorários | 0 | 0 | 3 712 | 11 277 | 15 622 | 13 479 | 11 019 | 15 313 | 6 942 | 0 |
| **Total** | **1 310 724** | **4 882 136** | **1 044 406** | **1 707 760** | **1 968 138** | **1 898 690** | **1 272 921** | **1 574 561** | **95 923** | **231 926** |

Fonte: *MINSA, PFSS*

218. Tal como se pode observar no quadro, a despesa com artigos de biossegurança, na designação de consumíveis hospitalar, destaca-se como sendo a que mais despesas executou, com uma participação de cerca de 38% sobre a despesa total, seguida da despesa de alojamento com um peso de 17%.

219. O mês que registou maior volume de despesas realizadas foi o mês de Abril, tendo sido gastos cerca de US$ 4,8 milhões, que representa cerca de 31% do valor disponibilizado, tal como se pode observar no gráfico 11.

Gráfico 11 - Execução da Linha de Financiamento por período
(Dólares norte-americanos)




Fonte: *MINSA, PFSS.*

PRELIMINAR

### Doações Financeiras

220. As doações financeiras constituem todas as receitas arrecadadas pelo Estado, e envolvem valores pecuniários sem o compromisso de restituição.

221. Alistam-se nos pontos abaixo as principais doações financeiras recebidas pelo Estado angolano.

### Conta Solidária no Banco de Comércio e Indústria (BCI)

222. No inicio da pandemia, no âmbito da sensibilização e do espírito de entreajuda dos cidadãos angolanos, foi lançada a campanha de angariação de fundos para auxiliar no combate e prevenção a Covid-19.

223. Nesta perspectiva, foram abertas contas bancárias em Moeda Nacional e Estrangeira (EUR e US$) domiciliadas no Banco de Comércio e Indústria, com a denominação Conta Solidária Covid-19, tendo as mesmas beneficiado de transferências de entidades singulares e particulares, no âmbito da Campanha de angariação de fundos para combate à Covid-19.

### Conta Solidária em Moeda Nacional

224. A Conta Solidária em Moeda Nacional começou a verificar arrecadações no dia 27 de Março de 2020, tendo encerrado o referido mês com um saldo de Kz 238 milhões.

225. Os movimentos de entradas e saídas nesta conta, foram efectuados mensalmente, tal como se pode observar no quadro 12.

Quadro 12 – Fluxo de entradas e saídas na Conta Solidária em Kz

(Milhões de Kwanzas)

| Mês | Saldo Inicial | Entradas | Saídas | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|
| Março | 0 | 238 | 0 | 238 |
| Abril | 238 | 827 | 592 | 473 |
| Maio | 473 | 165 | 495 | 143 |
| Junho | 143 | 133 | 276 | 0 |

Fonte: *BCI, Extracto Bancário*

PRELIMINAR

226. Importa destacar que, as saídas de recursos verificados nos meses de Abril e Maio, dizem respeito a transferências efectuadas a Comissão Multissectorial para Prevenção e Combate à Covid-19, por se tratar da Comissão criada para dar tratamento às questões atinentes a pandemia.

227. No mês de Junho, a referida conta foi encerrada e o seu saldo foi transferido para Conta Única do Tesouro (CUT), não tendo sido registadas outras entradas nos meses subsequentes à Junho.

### Conta Solidária em Dólares norte-americanos

228. Até 31 de Maio de 2020, a Conta Solidária em Moeda Estrangeira US$ registou entradas de recursos no valor de US$ 60 mil. Todavia, verificaram-se saídas no mesmo montante destinados à Comissão Multissectorial para Combate ao Covid-19, para fazer face as despesas com vista ao combate da proliferação da pandemia em Angola.

229. De acordo com os extractos bancários desta conta, esta não registou movimentos desde o dia 12 de Maio, data em que se registou a última saída do valor, transferido para a Comissão Multissectorial para Combate a Covid-19.

230. Sendo assim, o saldo desta conta, nos meses posteriores a Maio, é nulo, cujo fluxo se pode demonstrar no quadro 13.

Quadro 13 - Fluxo de entradas e saídas na Conta Solidária US$ (Dólares norte-americanos)

| Mês | Saldo Inicial | Entradas | Saídas | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|
| Março | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Abril | 0 | 18 | 18 | 0 |
| Maio | 0 | 60 000 | 60 000 | 0 |

Fonte: *BCI, Extracto Bancário*

PRELIMINAR

### Conta Solidária em Euros

231. De acordo com o extracto bancário desta conta, foram registadas doações no valor total de EUR 99,4 mil, em Maio de 2020. Este saldo foi transferido em Junho de 2020 para a Conta Única do Tesouro Nacional, e posteriormente a conta foi encerrada por não registar mais movimentos.

232. O quadro 14, apresenta o Fluxo Mensal na Conta Solidária em Moeda Estrangeira EUR.

Quadro 14 - Fluxo de entradas e saídas na Conta Solidária EUR

(Euros)

| Mês | Saldo Inicial | Entradas | Saídas | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|
| Março | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Abril | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Maio | 2,4 | 99 942 | 0 | 99 944 |
| Junho | 99 944 | 0 | 99 944 | 0 |

Fonte: *BCI, Extracto Bancário*

### Doações do Banco BAI

233. No âmbito do combate e prevenção a Covid-19, o Banco BAI solidarizou-se e efectuou uma doação na ordem dos Kz 10,4 mil milhões. Entretanto, este valor não foi disponibilizado financeiramente ao Estado, porém, o Estado, por meio do Departamento Ministerial da Saúde, seleccionou os bens necessitados e os respectivos fornecedores e o Banco BAI efectuou o pagamento directamente à conta dos fornecedores.

234. O quadro 15, apresenta o detalhe do tipo de bens adquiridos pelo Banco BAI a título de doação, evidenciando as quantidades, o valor e os respectivos fornecedores.

PRELIMINAR

Quadro 15 – Doações efectuadas pelo Banco BAI

(Kwanzas)

| Empresa | Descrição do Produto | Quantidade | Valor (Kz) |
|---|---|---|---|
| ZINOM INTERNATIONAL, LDA | Máscaras Descartáveis | 500 000 | 3 204 793 440 |
| | Aventais de Punho Elástico | 30 000 | |
| | Fatos com Capuz Descartáveis | 30 000 | |
| | Protecção para Sapatos | 500 000 | |
| | Máscaras Faciais | 300 000 | |
| | Toucas Descartáveis | 500 000 | |
| | Luvas Cirúrgicas | 500 000 | |
| | Luvas de Exames não Estéreis de Latex | 500 000 | |
| | Kits de Coleta de Vírus | 200 000 | |
| | Testes Rápidos - Wondfo Covid | 200 000 | |
| | Óculos de Protecção | 50 000 | |
| VULCANO | Camas Hospitalares | 2 132 | 810 390 500 |
| MONIZ SILVA INTERNATIONAL, LDA | Coartem 20+120mg 6TAB | 500 000 | 2 795 127 211 |
| | Coartem 20+120mg 12TAB 108 | 1 075 000 | |
| | Coartem 20+120mg 18TAB 109 | 710 000 | |
| | Coartem 20+120mg 24TAB 110 | 1 000 00 000 | |
| ELIESER ASSOCIANTES, LDA | Ventilador MIDRAY FLYER E3 | 100 | 1 837 500 000 |
| | Ventilador DM28-30st BIPAR | 300 | |
| C & D PRODUCTS (HONG KONG) CO, LTD e VULCANO | Ventilador para Insuficiência Respiratória MINDRAY (Healthcare Within Reach) | 100 | 1 200 000 000 |
| | **VALOR GASTO** | **9 847 811 151** | |
| | **VALOR TOTAL DA DOAÇÃO** | **10 436 000 000** | |

Fonte: *MINSA*

## Doação do Banco de Fomento Angola

235. No âmbito da sua responsabilidade social, o Banco de Fomento Angola (BFA) decidiu apoiar o Governo de Angola, no combate à propagação do novo coronavírus, com uma doação financeira no valor de US$ 5 milhões de dólares.

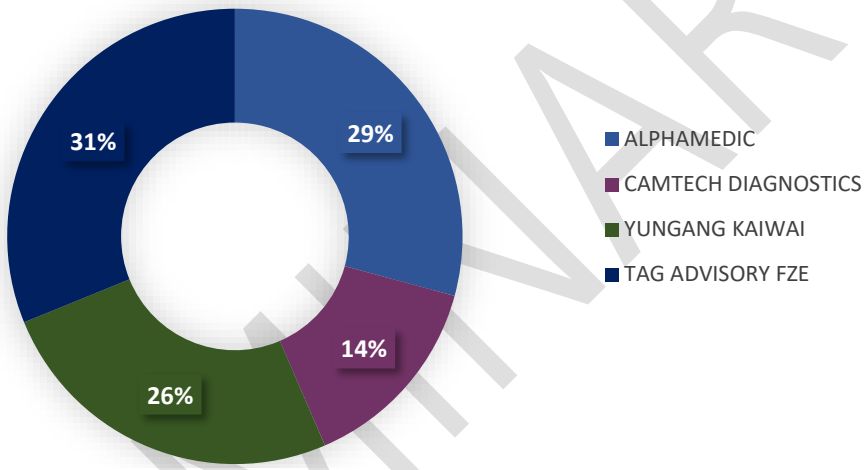
236. Este montante foi transferido para a conta da Comissão Multissectorial para Prevenção e Combate da COVID-19, para a aquisição de testes de diagnóstico para a COVID-19, ventiladores, termómetros electrónicos,

PRELIMINAR

desinfectantes hospitalares e equipamentos de protecção individual (batas, fatos de protecção biológica, toucas, viseiras, máscaras, luvas).

237. O Gráfico 12, apresenta a distribuição do valor doado pelo BFA por diversos fornecedores e prestadores de serviço.

Gráfico 12 - Distribuição do valor doado pelo BFA por Fornecedores




Fonte: *BFA*

## Doação do Banco VTB África

238. No âmbito do combate e prevenção para a Covid-19, o Banco VTB África efectuou uma doação financeira no valor de US$ 1 milhão, utilizados pelo Executivo angolano para mitigar os efeitos nefastos da Covid-19 em Angola.

## Fonte e Execução dos Recursos não Financeiros

239. As doações não financeiras, englobam todos bens recebidos pelo Estado, no âmbito do combate à COVID-19, que não envolvem valores pecuniários tais como: bens alimentares, testes, material de biossegurança para prevenção do vírus, entre outros.

PRELIMINAR

240. Nesta perspectiva, ao longo de 2020, foram sendo recepcionados bens de diversas instituições filantrópicas e não filantrópicas, nacionais e internacionais.

241. Deste modo, o Estado angolano recebeu, por meio do Ministério da Saúde, cerca de 3 894 807 de bens diversos, provenientes de diversas instituições, com destaque para a Qatar que doou 1 217 200 bens diversos, dos quais 1 109 000 referem-se a máscaras cirúrgicas, cujo detalhe se pode observar no quadro 16.

Quadro 16 – Doações de bens diversos doados por Doador

| Empresa | Descrição do Produto | Quantidade |
|---|---|---|
| TECNIMED | Termômetros Infra Vermelhos | 3 |
| | Termômetros Infra Vermelhos com Sonda | 29 |
| | Kit de Biossegurança Tamanhos Diversos | 224 |
| | Chinelos Descartáveis | 20 000 |
| | Batas Descartáveis | 188 |
| | Rolos de Fita para Isolar Área | 2 |
| | Pulverizador com Vassoura | 2 |
| | Altifalante Cônico | 2 |
| | Mala de Transporte | 1 |
| BASEL ANGOLA | Detergente em Pó | 240 |
| | Detergente - Lixívia 1L | 360 |
| | Detergente - Lixívia 4L x $ | 40 |
| | Detergente - Lava Tudo 20L x 1 | 5 |
| | Sabonete Glória 300 ML x 12 | 5 |
| | Desinfectante Álcool Gel 300 ML x 12 | 240 |
| | Desinfectante Álcool Gel Glória 5L | 5 |
| OMS-PAM | Fato Macaco de Biossegurança | 1 100 |
| | Kit de Reagentes para Teste de COVID-19 | 212 |
| | Viseira de Protecção | 1 000 |
| | Máscaras Cirúrgicas | 52 000 |
| | Máscaras Descartáveis | 47 500 |
| SINO-HYDRO | Máscaras Cirúrgicas | 4 000 |
| BIOCOM | Álcool Etílico 70% 500 ML | 20 000 |
| ALARA IMPAX, Lda. | Ventoinha | 150 |
| CHEVRON | Capa de Protecção para Sapatos | 200 |
| | Luvas de Nitrilo Diversos Tamanhos | 3 000 |

ELIMINAR

| | | |
|---|---|---|
| | Luvas Latex sem Pó | 3 000 |
| | Máscaras de Protecção N95 | 630 |
| | Toucas Descartáveis | 200 |
| | Zaragatoa de Madeira + Algodão | 362 |
| ONU | Capa de Protecção para Sapatos | 100 |
| | Escudo Facial | 29 |
| | Fato Macaco de Biossegurança Tamanho L | 50 |
| | Protector de Olhos e Rosto | 29 |
| CONSTROMED, LDA | Biombo Duplo | 20 |
| | Colchão com Ferro Sanitário | 10 |
| | Escada com 2 Degraus | 6 |
| | Armário para Guardar Medicamentos | 2 |
| | Cacifos Duplos | 3 |
| | Taburete sem Encosto | 5 |
| UNIKUE BEVERAGES, SA | Álcool Etílico 70% 400 ML | 2 220 |
| | Álcool Etílico 96 % 400 ML | 1 800 |
| | Álcool Gel 100 ML | 9 360 |
| REFRIANGO | Álcool Gel 20 L | 5 |
| NOVOS CANAIS | Viseira de Protecção VSP-002 | 500 |
| FUNDAÇÃO ALI-BABA | Fato Macaco de Biossegurança Nível 3 | 2 220 |
| | Kit de Solução para Preservação de Amostras | 18 600 |
| | Kit de Reagentes para Isolamento Ácido Nucleico | 394 |
| | Luvas de Nitrilo Diversos Tamanhos | 20 000 |
| | Máscara de Protecção N 95 | 10 960 |
| | Termómetro Infra Vermelho | 36 |
| | Ventiladores Portáteis | 10 |
| | Máscaras N95 | 12 940 |
| | Máscaras Cirúrgicas | 85 000 |
| | Viseira de Protecção | 4 590 |
| | Fato Macaco de Biossegurança Nível 3 | 4 800 |
| | Luvas de Exame em VINYL Diversos Tamanhos | 24 000 |
| | Termómetro Infra Vermelho | 48 |
| | Óculos de Protecção | 224 |
| | Kit para Colheita de Amostra | 12 000 |
| | Kit de Reagente Isolamento Ácido Nucleico | 11 520 |
| | Ventilador Portátil com Suporte Móvel yuwell YH-730 | 7 |
| | Termovisor Infra Vermelho | 2 |
| | Kit de Testes Rápidos SARS-COV-2 | 27 000 |
| MOTA ENGIL ANGOLA | Fatos de Biossegurança | 2 000 |

ELIMINAR

| | | |
|---|---|---|
| ACEPA | Ventiladores | 3 |
| TOYOTA ANGOLA | Máscaras Cirúrgicas | 3 000 |
| | Álcool Gel 5L | 100 |
| | Óculos de Protecção | 300 |
| | Termómetro Infra Vermelho | 6 |
| | Luvas de Exame | 15 000 |
| | Fato Macaco de Biossegurança | 91 |
| | Toucas Descartáveis | 5 000 |
| | Protetores de Sapatos | 6 000 |
| | Botas em PVC | 95 |
| QATAR | Batas Descartáveis | 9 200 |
| | Fato Macaco de Biossegurança Nível 3 | 5 700 |
| | Luvas de Exame em Nitrilo | 50 000 |
| | Máscaras Cirúrgicas Descartáveis | 1 109 000 |
| | Máscaras de Protecção N95 | 14 400 |
| | Óculos de Protecção | 14 500 |
| | Viseira de Protecção | 14 400 |
| C.R.I.G (China Railway Internt. Group CO, ltd) | Máscaras Cirúrgicas | 3 000 |
| | Álcool Gel 375 ML | 60 |
| | Papel Higiênico | 6 048 |
| | Cama Metálica | 30 |
| | Roupa de Cama | 30 |
| ZAP | Lixívia | 15 |
| | Luvas | 45 |
| | Sabão | 150 |
| | Máscaras de Protecção | 30 |
| EMBAIXADA PORTUGUESA | Desinfectante para Mãos 20 ML | 38 |
| | Desinfectante de Superfície 5L | 1 |
| | Máscaras Cirúrgicas | 18 750 |
| | Fato Macaco com Viseira | 80 |
| | Amoxilicila + Ácido Clavulânico 457 MG/5L | 1 381 |
| | Amoxilicila + Ácido Clavulânico 250 MG/5L | 1 000 |
| | Bromexina Xarope 0,8 MG/ML | 192 |
| | Bromexina Xarope 1,6 MG/ML | 193 |
| | Bromidrato de Dextrometofano | 200 |
| | Paracetamol 500 MG Comp | 50 000 |
| | Diprofilino 500 MG Comp | 24 000 |
| | Alouourinol 100 MG Comp | 11 940 |
| | Alouourinol 300 MG Comp | 4 560 |
| | Acetamicina 60 MG Cápsula | 3 000 |

ELIMINAR

| | | |
|---|---|---|
| | Aspartato de Magnésio + Aspartato de Potássio 500 MG Com | 5 160 |
| | Estofenamato 100 MG/G Creme | 180 |
| | Estofenamato 1000 MG 2ML Injectável | 250 |
| **REFRIANGO** | Água Pura | 7 920 |
| **REI DE MARROCOS** | Álcool Etílico 70% 5L (Desinfectante para as Mãos) | 350 |
| | Azitromicina 500 MG Comp | 2 880 |
| | Batas Descartáveis | 4 000 |
| | Cloroquina 100 MG Comp | 100 780 |
| | Máscaras de Protecção | 500 000 |
| | Toucas Descartáveis | 38 000 |
| | Viseiras de Protecção | 60 000 |
| **CHEVRON** | Kit para Colheita de Amostra | 10 400 |
| **ASGC** | Fato Macaco de Biossegurança Nível 3 | 53 |
| | Máscara Cirúrgica Descartável com Elástico | 41 300 |
| | Máscara de Protecção N95 | 1 331 |
| | Óculos de Protecção | 266 |
| | Termómetro Infra Vermelho | 80 |
| | Viseira de Protecção | 266 |
| **UNIÃO AFRICANA** | 1 - Step RT-PCR/96 - DD3 | 200 |
| | Comprimido Desinfec., Dióxido Cloro | 1 650 |
| | E-Gene/96 Teste DD | 200 |
| | Fato de Biossegurança Tamanhos Diversos | 3 670 |
| | Luvas Nitrilo Tamanhos Diversos | 11 000 |
| | Máscaras KF n.º 94 | 100 000 |
| | Mini Kit de Rna Viral Qiaamp (250) | 83 |
| | RDRP/PCS - DD2 | 20 |
| | Termómetro Infra Vermelho s/ Contact | 23 |
| | Touca Cirúrgica | 960 |
| | Vestido de Isolamento de Uso Único | 48 |
| | Viseira de Protecção | 1 380 |
| **BASEL ANGOLA** | Álcool Gel 5L | 150 |
| **EGIPTO** | Botas de Borracha Branca | 132 |
| | Caixas para Descarte de Material Perfuro Cortante | 700 |
| | Kit Fato Macaco+ Máscara + Protector de Sapato | 2 600 |
| | Luvas Cirúrgicas | 2 000 |
| | Óculos de Protecção | 720 |
| **FIRMA NIMBA** | Máscara Facial Descartável | 100 000 |
| **CAIXA ANGOLA** | Batas Cirúrgicas Descartáveis | 6 930 |
| | Verdugos | 23 100 |

ELIMINAR

| | | |
|---|---|---|
| ENDIAMA | Luvas não Esterilizadas | 15 000 |
| | Resguardo | 5 000 |
| | Viseira de Protecção | 800 |
| | Óculos de Protecção | 400 |
| | Manápulas de Higiene | 500 |
| | Ventilador Shangrila | 25 |
| | Luvas Esterilizadas | 1 296 |
| | Batas Brancas | 120 |
| MULTICHOICE ANGOLA | Fatos de Biossegurança | 11 000 |
| | Máscaras N95 | 10 500 |
| | Termómetros Infra Vermelhos | 29 |
| UNIAO EUROPEIA | Máscaras Cirúrgicas | 330 000 |
| | Máscara KN95 | 44 000 |
| | Toucas Descartáveis | 50 000 |
| | Protecção para Sapatos | 100 000 |
| | Fatos de Protecção Tamanhos Diversos | 950 |
| | Óculos de Protecção | 950 |
| | Viseiras de Protecção | 15 000 |
| | Testes Rápidos de COVID-19 | 4 000 |
| | Luvas descartáveis de Vinil | 8 000 |
| EMBAIXADA DA CHINA | Ventilador Invasivo | 3 |
| | Monitor de Sinais Vitais | 12 |
| | Eletrocardiógrafo | 2 |
| | Máquina de Oxigénio | 4 |
| | Máquina de Expectoração | 2 |
| ELSEWEDY ELECTRIC (EGIPTO) | Cama Hospitalar | 22 |
| | Luvas Latex | 173 500 |
| | Luvas de Nitrilo | 76 500 |
| | Bata para Paciente | 250 |
| | Viseiras de Protecção | 1 000 |
| | Teste Rápido igg/igm | 1 000 |
| | Máscaras N95 | 1 300 |
| | Oxímetro de Pulso | 60 |
| | Termómetro Infra Vermelho | 300 |
| | Roupa de Protecção Química Nível 3 e 4 | 100 |
| | Máscara Facial | 200 000 |
| | Autoclave de bancada | 2 |
| | Ventilador BIPAP | 4 |
| | Ventilador CPAP | 2 |
| | Nebulizador | 330 |

ELIMINAR

| | | |
|---|---|---|
| | Roupa de Protecção (Fato) | 5 500 |
| | Máscara de Nebulização | 30 000 |
| | Bomba de Infusão | 5 |
| | Seringa Infusória | 23 |
| | Cateter Venoso central | 1 806 |
| | **Total** | **3 894 807** |

Fonte: *MINSA*

242. Adicionalmente aos bens doados pelas organizações mencionadas no quadro 16, as instituições bancárias angolanas, efectuaram igualmente doações de bens diversos, totalizando cerca de 4 091 668 quantidades, tal como se espelha no quadro 17.

Quadro 17 – Doações de bens por Instituições financeiras nacionais

| Empresa | Descrição do Produto | Quantidade |
|---|---|---|
| BAI | Bata Impermeável Branca | 30 000 |
| | Capa de Protecção para Sapatos | 500 000 |
| | Fato Macaco de Biossegurança | 30 000 |
| | Kit para Colheita de Amostra | 200 000 |
| | Luvas Cirúrgicas | 500 000 |
| | Luvas Latex para Exame não Estéril | 500 000 |
| | Máscaras Cirúrgicas Descartáveis | 500 000 |
| | Máscaras de Protecção Respiratória FFP2 | 300 000 |
| | Óculos de Protecção | 50 000 |
| | Testes Rápidos WON BFO COVID-19 | 204 540 |
| | Toucas Descartáveis | 500 000 |
| BNI | Teste de Diagnóstico de COVID-19 | 125 000 |
| | Teste Rápido para COVID-19 Igg/Igm | 5 600 |
| | Ventiladores Mecânicos | 8 |
| BANCO BIC | Avental Descartável | 1 600 |
| | Cobertura para Sapato Tamanho Médio | 21 400 |
| | Fato Macaco de Biossegurança | 5 240 |
| | Luvas de Nitrilo | 22 000 |
| | Máscara Facial Descartável FFP2 | 11 000 |
| | Óculos de Protecção com Válvula | 11 000 |
| | Saco de Lixo Biológico 90 cm Vermelho | 12 000 |
| | Toucas Cirúrgicas | 12 000 |
| BANCO BFA | Teste Rápido para COVID-19 | 40 000 |
| BANCO BNI | Ventilador Pulmonar Invasivo com Botija de Oxigênio | 30 |
| BANCO ECONÓMICO | Contentores com Resíduos Hospitalares | 1 500 |

PRELIMINAR

| | | |
|---|---|---|
| | Luvas de Exame | 300 000 |
| | Máscaras N95 | 111 000 |
| | Máscaras Descartáveis | 80 000 |
| | Óculos de Protecção com Lente Incolor | 950 |
| | Roupas de Protecção Descartável | 3 000 |
| | Testes Rápidos | 13 500 |
| | Termómetro Infra Vermelho | 300 |
| | **Total** | **4 091 668** |

Fonte: *MINSA*

PRELIMINAR

# Capítulo VII.

# Balanço Anual da Dívida Pública

## VII. BALANÇO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA

243. Este capítulo apresenta a execução do Plano Anual de Endividamento, alinhado à estratégia de endividamento de Médio Prazo 2019-2021 e espelha a estratégia de regularização dos atrasados no período em análise.

244. Os valores expressos em Dólares Americanos foram convertidos a taxa de câmbio de Kz/US$ 649,5, taxa do mercado primário no fim do período.

### Balanço da Dívida Interna

245. A Dívida Interna compreende a Dívida Titulada e a Dívida Contratual. A Dívida Titulada, por sua vez, compreende os Bilhetes do Tesouro (BT), as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT MN), as Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT ME) e, a Dívida Contratual, os Contratos de Mútuo.

246. Nesta perspectiva, o Balanço da Dívida Interna apresenta a informação sobre as Emissões, Serviço e Stock da Dívida Interna.

### Emissão de Dívida Interna

247. No período em reporte, foram colocados no mercado, títulos em moeda nacional que incluem:

a) Bilhetes do Tesouro (BT)

b) Obrigações do Tesouro Não Reajustável (OT-NR)

c) Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT-ME)

248. Com base nos limites definidos no PAE (Plano Anual de Endividamento) e nas condições do mercado, foi possível captar desembolsos na ordem dos Kz 3,3 biliões, repartidos da seguinte forma:

a) Bilhetes de Tesouro (BT) na ordem dos Kz 1,2 biliões, representando um aumento de cerca de 190% face ao período homólogo. As emissões estavam distribuídas pelas maturidades de 91, 182 e 364 dias que corresponderam aos montantes de Kz 665,66 mil milhões, Kz 312,65 mil

PRELIMINAR

milhões e Kz 317,54 mil milhões, respectivamente, tal como apresentado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Emissão de Bilhetes de Tesouro

(Mil Milhões de Kwanzas)

Fonte: *MINFIN*

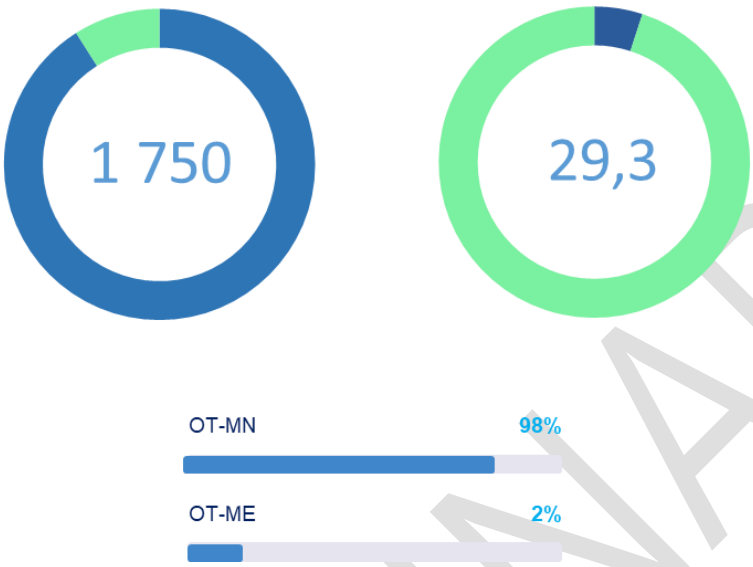
b) Obrigações do Tesouro (OT) na ordem dos Kz 1,77 biliões, demonstrando um aumento de cerca de 80% comparativamente ao mesmo período de 2019. Os desembolsos de OT estavam distribuídos em Kz 1,75 biliões de OT-MN, representando 98% e Kz 29,3 mil milhões em OT-ME perfazendo 2%, tal como se evidencia no gráfico 14.

Importa ainda referir que, até Dezembro de 2020, foram emitidas Obrigações de Tesouro que não constituíram entrada de recursos na CUT, na ordem dos Kz 903,3 mil milhões. Deste valor, cerca de Kz 338,3 correspondem a emissão de OT para regularização de atrasados, e o restante para Capitalização de Instituições Públicas e Operaçoes de Troca (*Swap*).

PRELIMINAR

Gráfico 14 – Emissão de Obrigações do Tesouro

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN.*

c) Contratos de Mútuo na ordem dos Kz 257,4 mil milhões. Deste montante, cerca de 40% refere-se ao empréstimo contraído junto do BNA, no valor de Kz 100 mil milhões.

## Serviço da Dívida Interna

249. O serviço da Dívida Interna, incorpora reembolsos de capital e juros de empréstimos de dívidas contraídas pelo Estado no mercado nacional.

250. Em 2020, o serviço da dívida interna situou-se em Kz 5,1 biliões, dos quais cerca de Kz 4,1 biliões correspondem ao pagamento de amortização, representando 80,4%, e Kz 1 bilião referentes ao pagamento de juros e comissões, representando 19,6%.

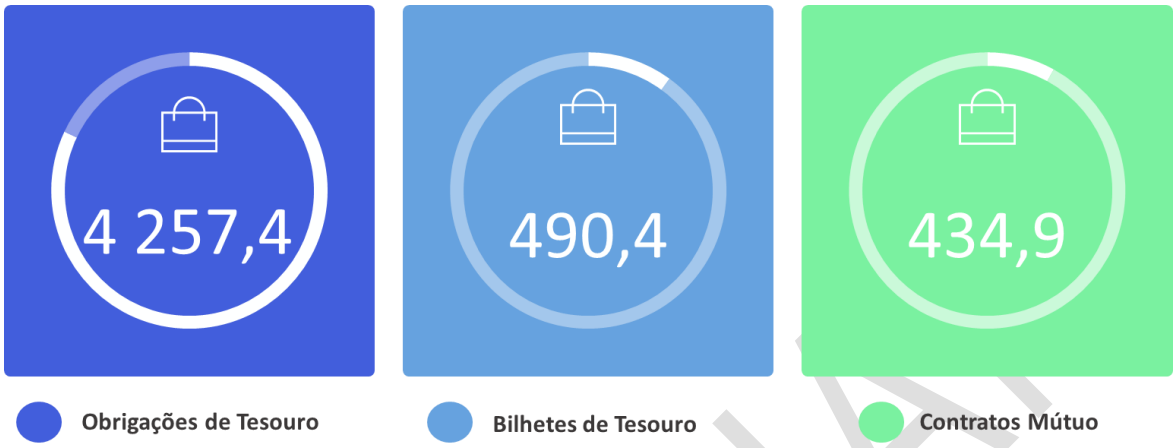
251. Comparativamente ao período homólogo, o serviço da dívida interna registou um incremento em cerca de 62%, demonstrando o compromisso do Estado em cumprir com as suas obrigações.

252. O gráfico 15, apresenta a desagregação do Serviço da Dívida Interna por instrumentos.

PRELIMINAR

Gráfico 15 – Serviço da Dívida Interna por Instrumentos

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Stock da Dívida Interna

253. No período em análise, o *stock* da dívida interna cifrou-se em Kz 11,6 biliões, equivalente a US$ 17,9 mil milhões, representando um aumento de cerca de 8,4% face ao período homólogo.

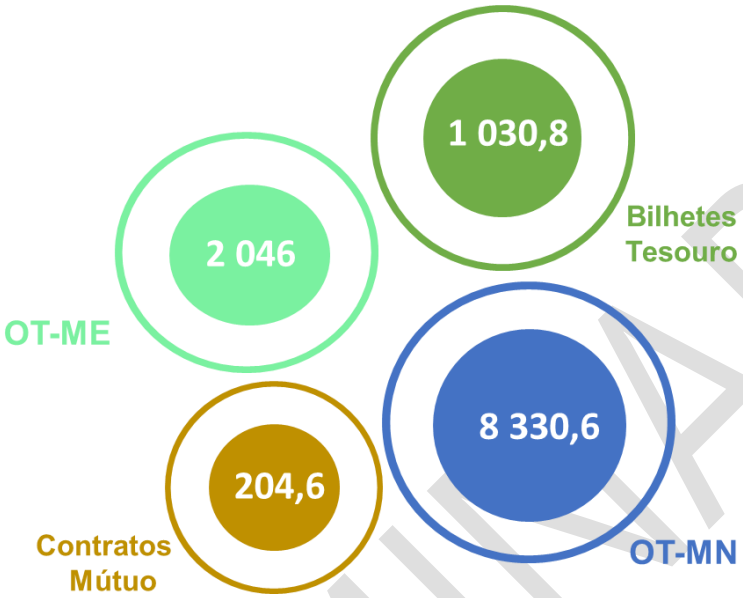
254. As Obrigações do Tesouro contribuíram com a maior fatia, correspondendo a 89% do total do stock da dívida interna, perfazendo um montante de Kz 10,3 biliões. Deste valor, as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional totalizaram Kz 8,3 biliões e as Obrigações em Moeda Externa Kz 2 biliões.

255. Por outro lado, os Bilhetes do Tesouro registaram um stock de Kz 1 bilião e os Contratos de Mútuo perfizeram cerca de Kz 204,6 mil milhões, ilustrado no gráfico 16.

PRELIMINAR

Gráfico 16 – Stock da Dívida Interna por instrumento

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Balanço da Dívida Externa

### Desembolsos

256. O exercício económico de 2020, pode ser caracterizado como um ano de gestão activa da dívida, na medida em que os esforços de reestruturação da dívida do governo, ao nível do DSSI (Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida) e, também, as renegociações com os maiores credores do soberano, permitiram uma redução substancial do ónus do serviço da dívida entre 2021 e 2023, gerando um alívio sobre a tesouraria, num período de recessão económica e financeira, e num contexto macroeconómico difícil e de desafios.

257. Com a queda verificada no preço do petróleo, a diminuição nas receitas petrolíferas e consequentemente o crescimento do endividamento, aumentou a percepção do risco de incumprimento do país, o que se traduziu no rebaixamento da classificação de crédito soberano de Angola

PRELIMINAR

enquanto devedor pelas três agências identificadas, nomeadamente a Moodys, S&P e a Fitch.

258. Em 2020, foram efectuadas negociações financeiras em cerca de 34 projectos. Destes, entraram em vigor 11 projectos, conforme se pode observar no quadro 18.

Quadro 18 - Captação de Recursos Externos em Fase de Contratação

| Descrição do Projecto | Instituição Financeira | Valor Financiado USD | Valor Financiado em Kz | Data de Entrada em Vigor |
|---|---|---|---|---|
| Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social - Programa de Transferências Monetárias. | BIRD | 320 000 000,00 | 156 618 863 796,43 | 30/01/2020 |
| Programa de Produtividade Agrícola para a África Austral- Angola (APPSA) | BIRD | 25 000 000,00 | 12 235 848 734,10 | 30/01/2020 |
| Apoio à Tesouraria | BAD | 165 000 000,00 | 81 590 030 156,25 | 27/02/2020 |
| Projecto de Desenvolvimento de Samba Cajú. | Standard Chartered Bank | 73 655 491,88 | 37 472 780 402,73 | 02/03/2020 |
| Projecto de Electrificação de Três Municípios na Província do Cuanza Norte | Credit Agricole | 99 309 857,46 | 50 524 630 075,38 | 13/03/2020 |
| Projecto de Instalação de Painéis Solares nas localidades de Bailundo, Benguela, Biópio, Cuito, Lucapa, Luena e Saurimo, "Painéis Solares" | ING Bank, N.V | 580 000 000,00 | 327 290 504 050,00 | 30/05/2020 |
| Projecto de Instalação de Painéis Solares nas localidades de Bailundo, Benguela, Biópio, Cuito, Lucapa, Luena e Saurimo, "Painéis Solares" (*Down Payment*) | Development Bank of Southern Africa, S.A | 80 850 000,00 | 45 623 167 676,63 | 30/05/2020 |
| Revitalização dos Eixos Viários da Cidade de Luanda - Fase III | Standard Bank de Angola S.A. | 75 659 598,15 | 35 580 590 541,20 | 22/06/2020 |
| Projecto de Aperfeiçoamento dos Sistemas Regionais de Vigilância de Doenças (REDISSE IV) na África Central | Banco Mundial | 60 000 000,00 | 35 227 581 136,36 | 23/06/2020 |
| Fase I do Programa de Eficiência e Expansão do Sector da Energia (PEESE I) | Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) | 530 000 000,00 | 308 773 064 185,92 | 17/08/2020 |
| Reformulação do Nó de Ligação Samba Av. Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy" | Nedbank Limited | 32 500 000,00 | 20 969 768 477,27 | 30/10/2020 |
| Reformulação do Nó de Ligação Samba Av. Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy" | Standard Bank de Angola S.A. | 55 491 726,14 | 9 084 155 055,64 | 30/10/2020 |
| **Total** | | **2 097 466 673,63** | **1 120 990 984 287,91** | |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

259. Relativamente aos desembolsos externos, importa destacar que, o PAE evidenciou uma execução total de Kz 3 biliões, que representa 96,34% do valor do PAE reestruturado, tal como se pode observar no quadro 19.

Quadro 19 - Captação de Recursos Externos Executado VS PAE Reestruturado

(Milhões de Kwanzas)

| Mercado Externo | Prog. PAE Inicial | PAE Reest. | Executado | Grau de Execução (PAE Reestr.) |
|---|---|---|---|---|
| Eurobonds | 1 695 000 | 0 | 0 | 0,00% |
| Em Execução | 1 890 520 | 1 890 520 | 1 935 295 | 102,37% |
| Em Contratação | 1 281 774 | 1 281 774 | 1 120 991 | 87,46% |
| **Total** | **4 867 293** | **3 172 294,00** | **3 056 286** | **96,34%** |

Fonte: *MINFIN*

260. A captação de recursos externos situou-se em torno de 96% em linha com o PAE Reestruturado, em função da transposição de parte da captação externa para interna, traduzindo-se na redução dos desembolsos externos.

261. Importa salientar que, em virtude do recuo na decisão de emissão de Eurobonds programado no PAE inicial, devido às circunstâncias de mercado que se apresentavam desfavoráveis ao processo, o espaço fiscal disponível pela não emissão dos Eurobonds, reverteu-se para captação de recursos internos.

262. No âmbito dos desembolsos de linhas de crédito, foram executados cerca de Kz 1,94 biliões, reflectindo uma execução de 102,4%. O quadro 20 reporta os desembolsos realizados no período, estruturado por tipo de credor, e permite aferir o peso relativo de cada um dos credores sobre o total desembolsado.

Quadro 20 - Execução de Desembolsos por Tipo de Credor

(Milhões de Kwanzas e Dólares Norte Americanos)

| Execução de desembolsos | I T | | II T | | III T | | IV T | | Total | | Peso total % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | US$ | Kz | US$ | Kz | US$ | Kz | US$ | Kz | US$ | Kz | |
| **Médio e longo prazo** | 765 | 378 806 | 560 | 316 792 | 1 628 | 1 002 308 | 362 | 237 389 | 3 315 | 1 935 295 | 100% |
| **Multilateral** | 23 | 11 234 | 201 | 112 288 | 1 079 | 668 479 | 61 | 39 784 | 1 363 | 831 784 | 43% |

PRELIMINAR

| Execução de desembolsos | I T | | II T | | III T | | IV T | | Total | | Peso total % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | US$ | Kz | US$ | Kz | US$ | Kz | US$ | Kz | US$ | Kz | |
| F.M.I | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 035 | 642 178 | 0 | 0 | 1 035 | 642 178 | 77% |
| B.A.D | 5 | 2 268 | 169 | 94 207 | 7 | 4 012 | 5 | 3 383 | 185 | 103 869 | 12% |
| B.I.R.F(B.MUNDIAL) | 12 | 6 007 | 30 | 16 968 | 33 | 20 016 | 48 | 31 323 | 123 | 74 313 | 9% |
| F.A.D | 3 | 1 310 | 1 | 553 | 2 | 1 227 | 4 | 2 417 | 9 | 5 506 | 1% |
| F.I.D.A | 1 | 304 | 1 | 428 | 2 | 921 | 4 | 2 559 | 7 | 4 212 | 1% |
| I.D.A | 3 | 1 344 | 0 | 132 | 0 | 125 | 0 | 103 | 3 | 1 705 | 0% |
| **Bancos comerciais** | **289** | **143 083** | **174** | **100 067** | **468** | **283 426** | **229** | **150 692** | **1 160** | **677 268** | **35%** |
| BANCO BILBAO | 27 | 13 036 | 3 | 1 795 | 3 | 1 845 | 2 | 1 337 | 35 | 18 013 | 3% |
| BANK LEUMI LE-ISRAEL | 9 | 4 392 | 4 | 2 581 | 5 | 2 746 | 20 | 13 018 | 38 | 22 738 | 3% |
| BANKAMERICA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 162 | 0 | 0 | 0% |
| BIC.CONST.PORTUG. | 17 | 8 548 | 10 | 5 819 | 2 | 1 543 | 20 | 13 365 | 50 | 29 275 | 4% |
| CAIXA G DE DEPOSITOS | 11 | 5 710 | 10 | 5 864 | 0 | 0 | 0 | 0 | 28 | 11 573 | 2% |
| CHINA DEVELOPMENT BA | 16 | 8 369 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 8 369 | 1% |
| COMMERZBZNK | 15 | 7 323 | 4 | 2 437 | 12 | 6 945 | 4 | 2 954 | 37 | 19 659 | 3% |
| CREDIT AGRICOLE | 28 | 14 207 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 14 207 | 2% |
| DBSA | 0 | 0 | 0 | 0 | 69 | 39 591 | 0 | 0 | 97 | 39 591 | 6% |
| FORTIS BANK-BELGICA | 0 | 0 | 24 | 13 697 | 29 | 18 066 | 0 | 0 | 53 | 31 763 | 5% |
| HFFT ALTERNATIVE | 0 | 0 | 58 | 34 209 | 0 | 0 | 34 | 22 664 | 93 | 56 874 | 8% |
| HSBC Bank PLC – UK | 0 | 0 | 19 | 10 927 | 6 | 3 271 | 12 | 7 631 | 36 | 21 828 | 3% |
| HSBC BANK-ESPANHA | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 6 208 | 0 | 0 | 10 | 6 208 | 1% |
| IND COM BNK OF CHINA | 82 | 40 573 | 0 | 0 | 256 | 158 650 | 94 | 61 870 | 432 | 261 093 | 39% |
| ING BANK-HOL | 1 | 369 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 82 | 369 | 0% |
| INTENSA SANPOLO | 13 | 6 554 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 554 | 1% |
| KFW | 6 | 2 723 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 2 723 | 0% |
| NEDBANK CIB | 0 | 0 | 33 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 655 | 0 | 1 655 | 0% |
| STANDARD C BANK | 42 | 20 951 | 5 | 18 879 | 49 | 28 929 | 15 | 10 069 | 111 | 78 828 | 12% |
| STE GENERALE BANQUE | 17 | 8 417 | 0 | 2 738 | 18 | 10 363 | 12 | 7 997 | 47 | 29 515 | 4% |
| TOTTA | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 020 | 12 | 7 970 | 16 | 9 990 | 1% |
| VTB BANK (AUSTRIA) | 4 | 1 910 | 2 | 1 121 | 6 | 3 250 | 0 | 0 | 11 | 6 281 | 1% |
| **Bilateral** | **0** | **101** | **1** | **650** | **0** | **0** | **1** | **564** | **2** | **1 315** | **0%** |
| AFD-FRANÇA | 0 | 67 | 0 | 65 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 132 | 10% |
| EXIM BANK - KOREA | 0 | 35 | 0 | 121 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 155 | 12% |
| SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | 0 | 0 | 1 | 464 | 0 | 0 | 1 | 564 | 2 | 1 028 | 78% |
| **Fornecedores** | **454** | **224 388** | **184** | **103 787** | **81** | **50 403** | **71** | **46 349** | **790** | **424 928** | **22%** |
| China nat Electronic | 0 | 0 | 180 | 101 413 | 23 | 13 970 | 0 | 0 | 202 | 115 384 | 27% |
| El Sewedy Electric | 0 | 0 | 2 | 1 091 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 091 | 0% |
| GEMCORP | 454 | 224 388 | 2 | 1 282 | 59 | 36 433 | 71 | 46 349 | 586 | 308 453 | 73% |
| **Total Geral** | **765** | **378 806** | **560** | **316 792** | **1 628** | **1 002 308** | **362** | **237 389** | **3 315** | **1 935 295** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

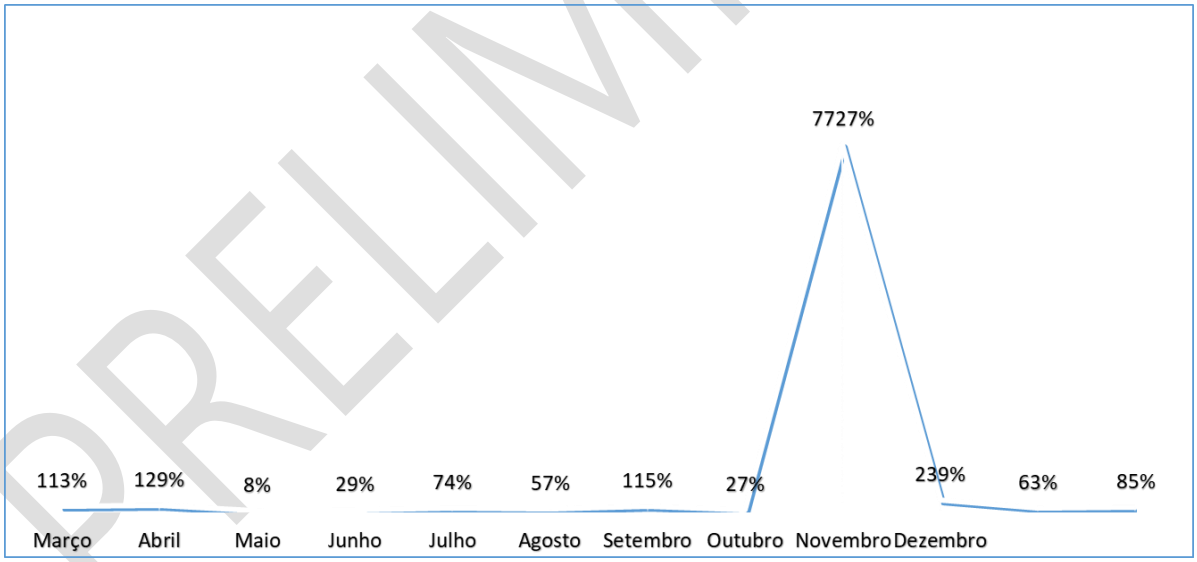
PRELIMINAR

263. O III Trimestre foi o que apresentou o maior grau de execução no período, em cerca de Kz 1 bilião, correspondendo a 52% da execução anual. Este dado resulta do desembolso à tesouraria, realizado em Setembro de 2020, pelo Fundo Monetário Internacional (F.M.I), no valor equivalente a US$ 1 mil milhão, que representa 33% do total desembolsado no período.

264. Adicionalmente, desembolsaram acima dos 10% do total das captações de recursos externos, o Banco de Comércio e Indústria da China e a Gemcorp que em conjunto representam quase dois terços dos desembolsos do período.

265. O gráfico 17, apresenta a comparação mensal entre os desembolsos efectivados no período face a previsão de desembolsos do PAE.

Gráfico 17 - Desempenho Mensal dos desembolsos das linhas de crédito Programado vs. Executado
(Em Percentagem)



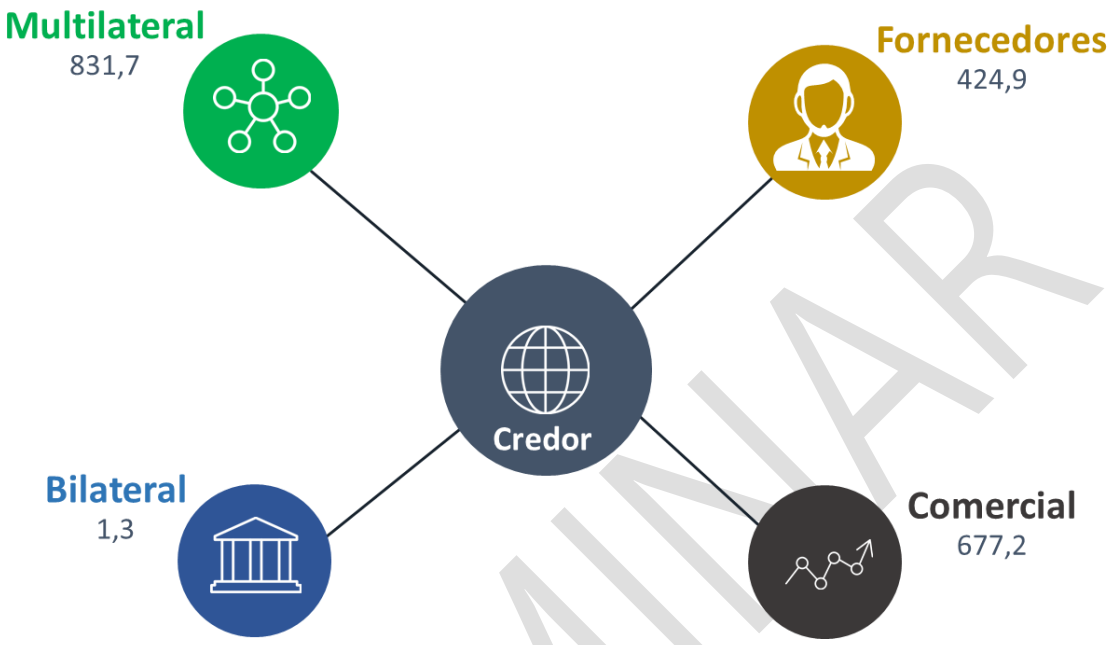

Fonte: *MINFIN*

266. No que concerne aos desembolsos por tipo de credor, as Multilaterais tiveram maior participação com cerca de 44%, seguido dos Bancos Comerciais com um volume de desembolsos correspondente a 33%, e Fornecedores e Bilaterais com percentagens na ordem dos 23% e 0,02%, respectivamente, conforme o gráfico 18.

PRELIMINAR

Gráfico 18 – Desembolsos por tipo de Credor

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

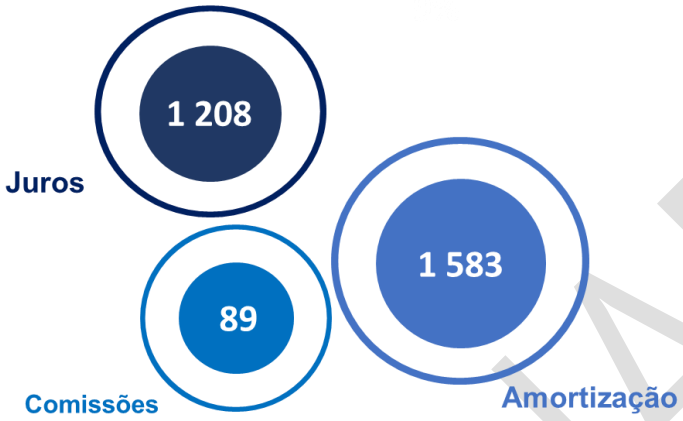
## Serviço da Dívida Externa

267. A execução do serviço da dívida externa, para o período em apreço, cifrou-se em torno dos Kz 2,8 biliões, dos quais Kz 1,5 biliões destinados ao pagamento de Amortizações, Kz 1,2 biliões atinentes ao pagamento de Juros e Kz 89 mil milhões relativos ao pagamento de Comissões, tal como detalhado no gráfico 19.

PRELIMINAR

Gráfico 19 – Serviço da Dívida Externa

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

268. Comparativamente ao período homólogo, o serviço da Dívida Externa apresentou uma redução na ordem dos 9,7%, fruto da reestruturação da dívida, no âmbito do DSSI e das renegociações com os maiores credores.

269. A execução do serviço da dívida externa, na óptica da dívida garantida e não garantida a petróleo, permite distinguir os fluxos com impacto directo sobre a tesouraria e do serviço que é executado por via dos barris de petróleo bruto, colaterizados ao abrigo das linhas de crédito da China, nomeadamente: o Banco de Desenvolvimento da China, o Eximbank da China e a Linha de crédito da Lumiar Finance de Israel.

270. O quadro 21, apresenta a execução do Serviço da Dívida garantida e não garantida por petróleo, ao longo do ano de 2020.

PRELIMINAR

Quadro 21 – Execução do Serviço da Dívida por Garantia de Barris Petróleo

(Milhões de Kwanzas)

| Serviço da Dívida | I T | II T | III T | IV T | Total | Part. % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Não Garantida à Petróleo** | **317 889** | **635 112** | **417 977** | **662 756** | **2 033 734** | **70,6%** |
| Principal | 219 858 | 317 014 | 299 641 | 336 651 | 1 173 164 | 40,7% |
| Juros | 79 676 | 298 572 | 94 372 | 312 242 | 784 861 | 27,3% |
| Comissões | 18 355 | 19 526 | 23 964 | 13 863 | 75 709 | 2,6% |
| **Garantida à Petróleo** | **345 283** | **301 323** | **89 612** | **110 730** | **846 948** | **29,4%** |
| Principal | 244 471 | 142 757 | 19 644 | 3 834 | 410 706 | 14,3% |
| Juros | 100 785 | 145 338 | 69 943 | 106 866 | 422 931 | 14,7% |
| Comissões | 27 | 13 229 | 25 | 30 | 13 311 | 0,5% |
| **Total Geral** | **663 172** | **936 435** | **507 589** | **773 486** | **2 880 682** | **100,0%** |

Fonte: *MINFIN*

271. Em 2020, cerca de 29,4% do serviço da dívida foi realizado através de carregamentos de barris de petróleo bruto, e a maior fatia de 70,6% do serviço da dívida foi efectuado directamente via tesouraria.

272. A diminuição do peso do principal no serviço da dívida garantida a petróleo, está relacionada com as reestruturações de acordos de financiamento levadas a cabo durante o exercício em questão, que permitiram um alívio do serviço da dívida através dos períodos de carência e extensão da maturidade, negociados junto dos credores com esta tipologia de acordos de financiamento.

## Saldo das Contas Dedicadas ao Serviço da Dívida Externa

273. O saldo das contas dedicadas ao Serviço da Dívida Externa, agrega o valor respeitante aos Fundos de Reserva, bem como os saldos resultantes dos carregamentos de petróleo, a título de receita dedicada ao serviço da dívida externa, como mostra o quadro 22.

PRELIMINAR

Quadro 22 - Saldo das Contas Dedicadas ao Serviço da Dívida Externa

(Milhões de US$)

| Credor | 2020 | | | | 2019 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | IV T | III T | II T | I T | IV T | III T | II T | I T |
| Brasil | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,009 | 583 | 654 | 661 |
| China | 898 | 1600 | 869 | 817 | 1 090 | 964 | 535 | 1077 |
| LR *Finance* | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 |

Fonte: *MINFIN*

274. O Fundo de Reserva é constituído pela Reserva Estratégica para as Infra-Estruturas de Base (REPIB) e o movimento da conta de Diferencial do Preço do Petróleo em relação ao Preço de referência do OGE.

275. No exercício de 2020, as contas do Diferencial de Petróleo e Fundo de Reserva, encerraram com um saldo nulo, resultante das operações de entradas e saídas, cujo comportamento é detalhado no quadro 23.

Quadro 23 – Evolução do Fundo de Reserva

(Milhões de US$)

| Descrição | 2020 | | | | 2019 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | I T | II T | III T | IV T | I T | II T | III T | IV T |
| **Saldo inicial do período:** | | | | | | | | |
| Fundo do petróleo **(1)** | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 0 | 0 | 0 |
| Diferencial do preço do petróleo **(2)** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Entradas de fundos** | | | | | | | | |
| Fundo do petróleo **(3)** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Diferencial do preço do petróleo **(4)** | 1 000 | 0 | 200 | 1 450 | 1 170 | 1 500 | 920 | 700 |
| **Saída de fundos** | | | | | | | | |
| Fundo do petróleo **(5)** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 0 | 0 |
| Diferencial do preço do petróleo **(6)** | 1 000 | 0 | 200 | 1 450 | 1 170 | 1 500 | 920 | 700 |
| **Saldo final:** | | | | | | | | |
| Fundo do petróleo **(1+3-5)** | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 0 | 0 | 0 |
| Diferencial do preço do petróleo **(2+4-6)** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Stock da Dívida Externa

276. No final de Dezembro de 2020, o stock da dívida externa governamental, posicionou-se em torno de Kz 29,7 biliões, equivalente a US$ 45,7 mil milhões, representando um aumento de cerca de 39% em relação ao período homólogo.

277. Esta variação é resultante da depreciação cambial do Kwanza face ao Dólar e dos novos desembolsos ocorridos em 2020, com destaque para o desembolso do FMI. Entretanto, quando comparado em Dólares Americanos, verifica-se que em relação ao período homólogo o Stock da dívida apresenta uma ligeira variação de apenas 2%.

278. O stock da dívida com garantia em barris de petróleo bruto, situou-se em torno de Kz 10,3 biliões, equivalente a US$ 16,2 mil milhões. Durante o período em observação o stock da dívida garantida com petróleo na moeda original (Dólares Norte Americanos) diminuiu 3%, por outro lado, observou uma evolução crescente em Kwanzas de cerca de 29%, fruto da depreciação do Kwanza ao longo do período.

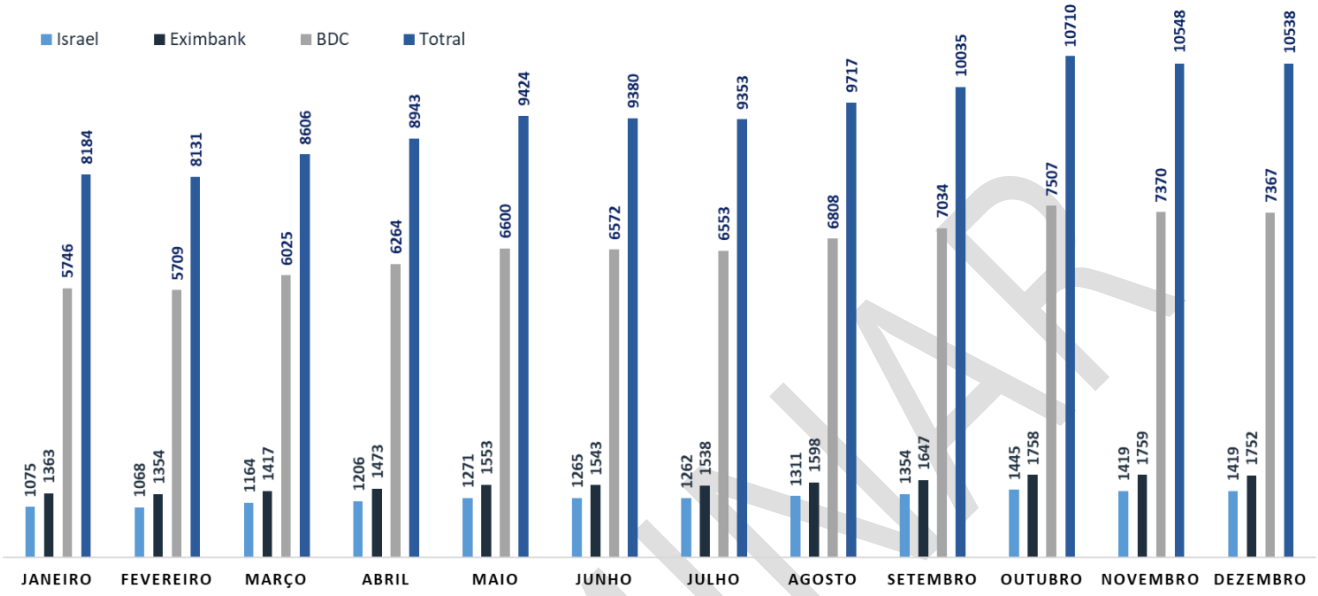
279. As reestruturações da dívida levadas a cabo ao longo do exercício, no âmbito da dívida garantida com barris de petróleo bruto, permitem um alívio do esforço do serviço da dívida. Por outro lado, são um factor de abrandamento do ritmo de redução da dívida garantida, por conta da carência de principal.

280. O gráfico 20, apresenta o detalhe do stock da dívida garantida por credor, ao longo de 2020.

PRELIMINAR

Gráfico 20 - Stock da Dívida Garantida Petróleo por Credor

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Balanço da Dívida Pública

281. O stock da Dívida Pública, engloba a Dívida Governamental e a Dívida das Empresas Públicas. A Dívida Governamental, por sua vez, resulta do somatório do stock da Dívida interna e a Dívida externa.

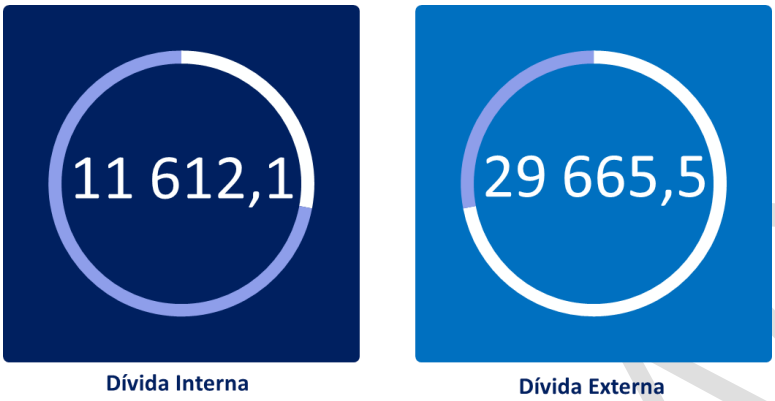
282. Em Dezembro de 2020, o stock da Dívida Governamental situou-se em Kz 41,3 mil milhões, equivalente a US$ 63,6 mil milhões, representando um aumento em Kwanzas de 29%. Entretanto, vale destacar que, quando comparado em Dólares norte-americanos, verifica-se uma ligeira redução em cerca de 5%.

283. A Dívida Governamental estava composta por 72% de dívida externa, no valor de Kz 29,7 biliões, equivalente a US$ 45,7 mil milhões, e 28% de dívida interna no valor de Kz 11,6 biliões, equivalente a US$ 17,9 mil milhões, conforme se demonstra no gráfico 21.

PRELIMINAR

Gráfico 21 – Stock da Dívida Governamental

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN.*

284. O stock da Dívida das Empresas Públicas, designadamente a Sonangol e a TAAG, E.P., cifrou-se em Kz 2,9 biliões, equivalente a US$ 4,5 mil milhões, evidenciando um aumento de cerca de 20,8% comparativamente ao período homólogo. Este aumento é, essencialmente, resultante da depreciação cambial do Kwanza face ao Dólar.

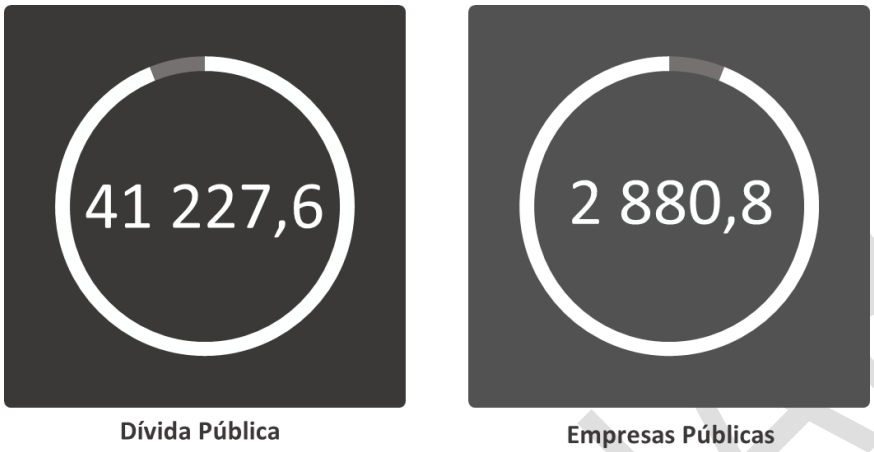
285. Neste contexto, em 2020, o stock da Dívida Pública, posicionou-se em Kz 44,2 biliões, equivalente a US$ 68 mil milhões, que estava composto por Kz 41,3 biliões de Dívida Governamental e Kz 2,9 biliões de Dívida das Empresas Públicas (Sonangol e TAAG, E.P.), conforme se evidencia no gráfico 22.

286. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um aumento de cerca de 28%, justificado maioritariamente pela depreciação cambial do Kwanza face ao Dólar, isto porque, o stock da Dívida Pública em Dólares verificou uma ligeira redução de cerca de 4%.

PRELIMINAR

Gráfico 22 – Stock da Dívida Pública

(Em percentagem)




Fonte: *MINFIN*

287. O Quadro 24, apresenta o Stock da Dívida Pública Interna por Credor, sendo que do lado da dívida interna por contratos, o Banco Angolano de Investimentos é o maior credor, com um stock da dívida na ordem dos Kz 106,6 mil milhões, que representa cerca de 1% do Stock da Dívida Pública Interna total.

288. Por outro lado, para a dívida interna titulada, o maior credor é o Banco de Fomento Angola, totalizando um stock da dívida de Kz 1,7 biliões, representando cerca de 15% do total do Stock da Dívida Pública Interna.

Quadro 24 – Stock da Dívida Interna Por Credor

(Milhões de Kwanzas e Dólares Norte Americanos)

| Designação | Kz | US$ | % |
|---|---|---|---|
| **Total da Dívida Interna (1)= 2 + 3** | **11 612 226** | **17 876** | **100%** |
| **Dívida Contratual (2)** | **204 717** | **315** | **2%** |
| Banco BAI | 106 692 | 164 | 1% |
| Banco BCI | 64 | 0 | 0% |
| Banco BFA | 45 348 | 70 | 0% |
| Banco BNI | 35 011 | 54 | 0% |
| Outros | 17 602 | 27 | 0% |
| **Dívida Titulada (3) = 3+4** | **11 407 510** | **17 561** | **98%** |
| **Bilhetes de Tesouro (3)** | **1 030 832** | **1 587** | **9%** |
| Banco BFA | 244 795 | 377 | 2% |

PRELIMINAR

| Designação | Kz | US$ | % |
|---|---|---|---|
| STANDARD BANK | 222 358 | 342 | 2% |
| Banco BIC | 155 969 | 240 | 1% |
| Banco BCI | 102 966 | 159 | 1% |
| Banco BAI | 101 841 | 157 | 1% |
| Banco Caixa Angola | 70 678 | 109 | 1% |
| Outros | 132 224 | 204 | 1% |
| **Obrigações de Tesouro (4) = 5+6** | **10 376 678** | **15 974** | **89%** |
| **Obrigações de Tesouro MN (5)** | **8 330 672** | **12 824** | **72%** |
| Banco BFA | 1 766 945 | 2 720 | 15% |
| Banco BNA | 1 330 048 | 2 047 | 11% |
| Banco BPC | 1 193 752 | 1 838 | 10% |
| Banco BAI | 983 022 | 1 513 | 8% |
| Banco BIC | 802 643 | 1 236 | 7% |
| STANDARD BANK | 342 109 | 527 | 3% |
| Outros | 1 912 153 | 2 944 | 16% |
| **Obrigações de Tesouro ME (6)** | **2 046 006** | **3 150** | **18%** |
| Banco BAI | 636 456 | 980 | 5% |
| Banco BFA | 461 440 | 710 | 4% |
| Banco Atlântico | 357 042 | 550 | 3% |
| Banco Económico | 196 154 | 302 | 2% |
| Banco BIC | 159 666 | 246 | 1% |
| Banco Caixa Angola | 66 247 | 102 | 1% |
| Outros | 169 001 | 260 | 1% |

Fonte: *MINFIN*

289. O Quadro 25, apresenta o stock da Dívida Pública Externa por credor, sendo que, no período em apreço, os maiores credores do Estado, no âmbito da Dívida Externa Comercial, são o *China Development Bank* (CDB) e o *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), perfazendo um stock na ordem dos Kz 8,8 biliões e Kz 1,8 biliões, com uma participação no total do Stock da Dívida Pública Externa de 27% e 6%, respectivamente.

Quadro 25 – Stock da Dívida Externa Por Credor

(Milhões de Kwanzas e Dólares Norte Americanos)

| Designação | Kz | US$ | % |
|---|---|---|---|
| **Total do Stock da Dívida Pública Externa (1) = 2 + 3** | **32 609 396** | **50 199** | **100%** |
| **Total da Dívida de Empresas Públicas (2)** | **2 894 013** | **4 455** | **9%** |
| SONANGOL, E.P. | 2 771 976 | 4 267 | 9% |
| TAAG, E.P. | 122 037 | 188 | 0% |

PRELIMINAR

| Designação | Kz | US$ | % |
|---|---|---|---|
| **Total da Dívida Externa (3) = 4+5+6+7+8** | **29 715 383** | **45 744** | **91%** |
| **Multilateral (4)** | **3 638 867** | **5 602** | **11%** |
| B.A.D | 722 423 | 1 112 | 2% |
| B.I.R.F (B.MUNDIAL) | 801 014 | 1 233,08 | 2% |
| F.A.D | 66 371 | 102,17 | 0% |
| F.I.D.A | 22 830 | 35,15 | 0% |
| F.M.I | 1 688 485 | 2 599 | 5% |
| I.D.A | 335 990 | 517,22 | 1% |
| OPEC FUND | 1 754 | 2,70 | 0% |
| **Bilateral (5)** | **3 755 706** | **5 782** | **12%** |
| CHINA | 2 877 466 | 4 430 | 9% |
| PORTUGAL | 235 733 | 362,89 | 1% |
| CANADA | 217 912 | 335,45 | 1% |
| REPÚBLICA DA COREA | 108 449 | 166,95 | 0% |
| POLONIA | 48 200 | 74,20 | 0% |
| ESPANHA | 24 135 | 37,15 | 0% |
| INDIA | 19 188 | 29,54 | 0% |
| ITALIA | 13 371 | 20,58 | 0% |
| Outros | 211 250 | 325,20 | 1% |
| **Comercial (6)** | **13 973 552** | **21 511** | **43%** |
| DBSA | 87 547 | 134,77 | 0% |
| CHINA DEVELOPMENT BANK | 8 823 957 | 13 584 | 27% |
| IND COM BNK OF CHINA | 1 897 704 | 2 921 | 6% |
| DEUTSCHE/ ESPANHA | 88 656 | 136,48 | 0% |
| HSBC BANK-ESPANHA | 215 738 | 332,11 | 1% |
| HSBC BANK USA, NY | 11 614 | 17,88 | 0% |
| VTB CAPITAL PLC | 66 871 | 102,94 | 0% |
| JBIC | 318 585 | 490,43 | 1% |
| Outros | 2 462 878 | 3 791 | 8% |
| **Fornecedores (7)** | **3 150 426** | **4 850** | **10%** |
| EL SEWEDY ELECTRIC | 166 339 | 256,06 | 1% |
| GE CAPITAL LIMITED | 238 908 | 367,77 | 1% |
| GEMCORP | 804 400 | 1 238,29 | 2% |
| LR | 1 418 588 | 2 183,77 | 4% |
| Outros | 522 190 | 804 | 2% |
| **Eurobonds (8)** | **5 196 832** | **8 000** | **16%** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Garantias Concedidas

290. No período em apreço, o total do stock das garantias concedidas pelo Estado às diversas entidades, ascendeu a Kz 443 mil milhões.

291. Comparativamente ao período homólogo, o Stock das garantias apresentou um aumento de cerca de 28% face os Kz 346,4 mil milhões de 2019, resultante da depreciação cambial do Kwanza face ao Dólar norte-americano, uma vez que mais de 90% do serviço da dívida é fixado nessa moeda.

292. Quando comparado nas respectivas moedas de origem, pode-se constatar uma ligeira redução do stock de 5% resultante da execução do serviço da dívida de algumas solicitantes junto dos respectivos bancos.

293. Durante o ano de 2020, concretamente no dia 15 de Junho, foi firmada uma nova garantia a favor da TAAG, E.P. no valor de US$ 105 milhões de dólares, dos quais foram desembolsados cerca de US$ 25,2 milhões, e cujo stock actual é de cerca de Kz 16 mil milhões.

294. Assim, é possível constatar que desde 2017, o Executivo Angolano tem sido bastante cauteloso no processo de emissão de novas garantias, tendo em atenção a estratégia ligada a uma melhor gestão da Dívida Pública e da sua sustentabilidade.

295. O quadro 26, apresenta o stock das garantias concedidas pelo Estado angolano, evidenciando a data de emissão e cessação das respectivas garantias.

Quadro 26 – Stock das Garantias Concedidas

(Milhões de Kwanzas)

| Solicitante | Banco | Data de Emissão da Garantia | Data de Cessação da Garantia | Stock da Dívida Controlada Pela UGD |
|---|---|---|---|---|
| Angola Cables - (SACS) | Japan Bank For International Cooperation (JBIC) | 04/08/2016 | 14/04/2028 | **56 354** |
| Angola Cables (CA) | Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) - Banco Agente | 18/07/2017 | 10/05/2029 | **85 309** |

PRELIMINAR

| Solicitante | Banco | Data de Emissão da Garantia | Data de Cessação da Garantia | Stock da Dívida Controlada Pela UGD |
|---|---|---|---|---|
| Banco de Poupança e Crédito | Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) | 13/12/2016 | 13/12/2027 | **68 904** |
| Receita Corrente | Banco Millennium Atlântico (BMA) | 28/03/2016 | 15/03/2026 | **33 545** |
| Sodiam | Banco BIC | 08/11/2015 | 17/08/2025 | **72 475** |
| Ministério das Finanças / BPC | Banco de Poupança e Crédito (BPC) | 16/06/2015 | Em vigor até a extinção do vínculo contractual | **1 719** |
| Ministério das Finanças / BCI | Banco de Comércio e Industria (BCI) | 16/06/2015 | Em vigor até a extinção do vínculo contractual | **1 375** |
| Ministério das Finanças / B.SOL | Banco SOL | 16/06/2015 | Em vigor até a extinção do vínculo contractual | **859** |
| TAAG | Banco de Negócio Internacional (Pagamento Inicial BOENG 777-300 MSN - 43252 (TEI)) | Junho/2014 | 06/11/2020 | **0** |
| TAAG | HSBC Bank USA, NY (Pagamento Inicial BOENG 777-300 MSN - 43252 (TEI)) | 06/06/2014 | 06/09/2020 | **0** |
| Batas Holding | Banco Privado Atlântico (BPA) | 29/12/2014 | 25/01/2021 | **232** |
| TAAG | ABSA | 15/6/2020 | 26/09/2027 | **16 076** |
| TAAG (B777-300er - Msn 43252) | Wells Fargo (Aquisição de uma aeronave B777-300er - Msn 43252 (TEI) e Aquisição de um motor de aeronave B777-300er - Msn 907-578 (TEI) | 06/06/2014 | 16/06/2026 | **62 400** |
| TAAG (B777-300er - Msn 40806 (TEH) | Wells Fargo (Aquisição De Uma Aeronave B777-300er - Msn 40806 (TEH) e Aquisição de uma aeronave B777-300er - Msn 40805 -TEG) | 01/05/2011 | 07/07/2023 | **44 391** |
| **Total do Stock das Garantias Concedidas pelo Estado em 2020** | | | | **443 637** |

Fonte: *MINFIN*

296. Importa referir que, o Tribunal Provincial de Luanda estabeleceu uma providência cautelar, impedindo o Banco BIC de cobrar à SODIAM e ao Estado qualquer prestação referente ao contrato de mútuo e respectivas adendas celebradas. Assim sendo, aguarda-se a decisão final do Tribunal Provincial de Luanda, para o reinício do serviço da dívida por parte da SODIAM.

PRELIMINAR

297. O Banco Sol e o Banco de Poupança e Crédito, na qualidade de Bancos Operadores do Programa Crédito Agrícola de Campanha referente ao exercício económico de 2015, accionaram as Garantias emitidas para o efeito.

298. Importa salientar que, está em fase final o processo de validação e certificação da dívida reclamada pelos Bancos BPC e Banco Sol, e estima-se que este processo esteja concluído no primeiro semestre de 2021.

299. O stock das garantias da TAAG, E.P. para com os Bancos BNI e HSBC Bank USA, referente ao pagamento inicial do BOEING 777-300 MSN, apresenta um saldo nulo, pelo facto da entidade ter efectuado a amortização total do financiamento nos dias 9 e 11 de Junho de 2020, respectivamente.

300. Neste contexto o stock apresentado no quadro 26, representa a posição total das garantias concedidas pelo Estado até o período em apreço.

### Estratégia de Regularização de Atrasados em 2020

301. Apesar dos inúmeros desafios impostos pela pandemia da COVID-19, o Executivo angolano, em articulação com as instituições internacionais, continua empenhado na melhoria da qualidade, controlo, e transparência para redução da dívida atrasada com os diversos fornecedores do Estado.

302. Considerando o comprometimento do Executivo na eliminação dos atrasados registados no SIGFE até o I trimestre de 2020 e na erradicação da dívida atrasada certificada fora do SIGFE até 2021, apresenta-se o grau de execução da estratégia de regularização de atrasados desde 2013 a 2017.

303. Importa referir que, a dívida atrasada não registada no SIGFE, por não estar no sistema, não pode ser considerada como dívida pública, sem a prévia validação dos sectores a que dizem respeito e a devida certificação do Ministério das Finanças.

304. No ano de 2020, foi regularizado um valor global de Kz 470 mil milhões. Este valor foi repartido por 226 acordos de regularização estabelecidos entre o MINFIN e os credores na ordem dos Kz 447 mil milhões, e no

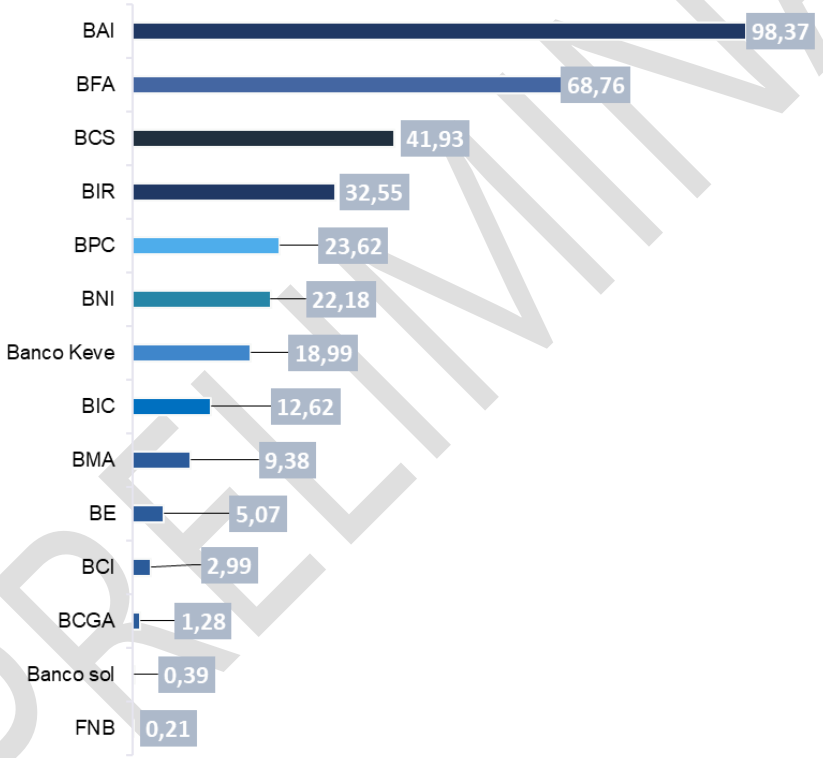
PRELIMINAR

pagamento de 1 412 Ordens de Saque de anos anteriores inscritas no SIGFE, no valor de Kz 22 mil milhões.

305. Assim, no exercício de 2020, foram pagos acordos em títulos no valor de Kz 338 mil milhões, e os bancos comerciais que mais receberam depósitos de títulos dos seus clientes foram: o BAI, BFA e BCS, com Kz 98 mil milhões, Kz 68 mil milhões e Kz 41 mil milhões, respectivamente, conforme se pode observar no gráfico 23.

Gráfico 23 - Pagamentos em Obrigações do Tesouro por Banco

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

306. Do total de Obrigações do Tesouro não reajustáveis (OT-NR) emitidas, 37% referem-se a obrigações de maturidade de 2 anos, 33% a 3 anos e 30% com maturidade de 4 anos.

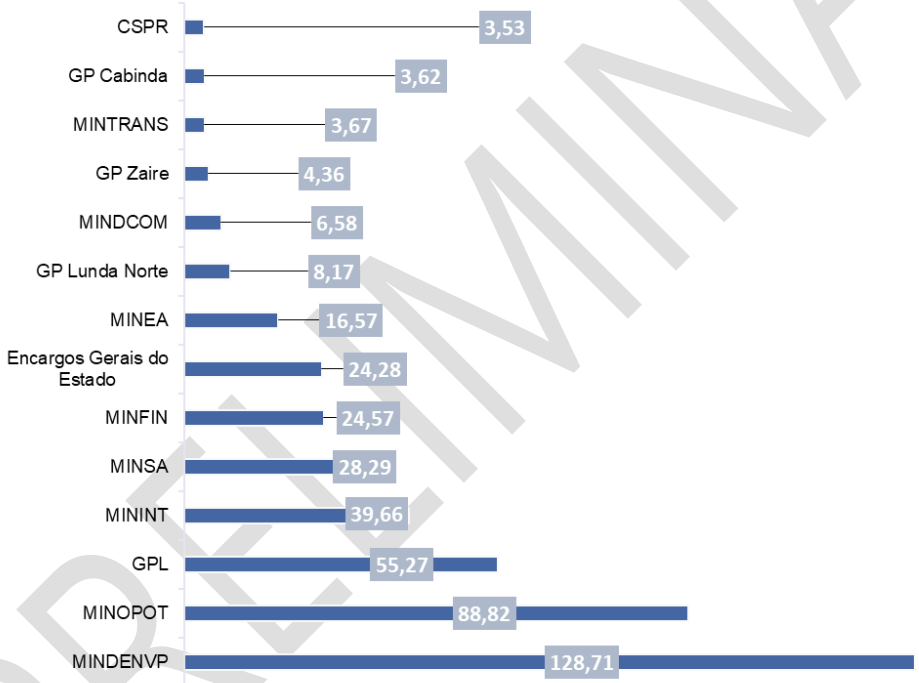
PRELIMINAR

307. Durante o ano de 2020, foram regularizadas dívidas referentes à 55 Órgãos do Governo, com destaque para o Ministério da Defesa e Veteranos da Pátria (MINDENVP), com cerca de 27% da dívida total regularizada, seguido do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT) com 19%, e o Governo da Província de Luanda (GPL) com 12%.

308. O gráfico 24, apresenta o valor da regularização de dívidas atrasadas por Órgão.

Gráfico 24 - Pagamentos por Órgãos do Governo

(Mil Milhões de Kwanzas)



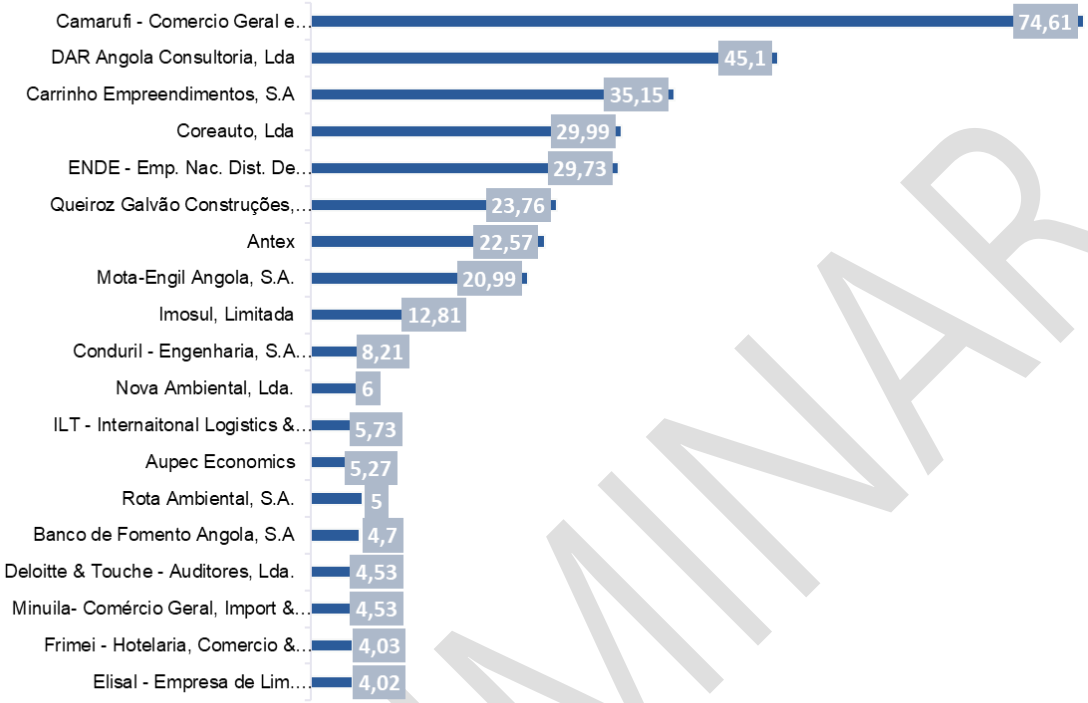

Fonte: *MINFIN*

309. Relativamente ao pagamento de Atrasados por Credores, os 3 credores que mais receberam pagamentos de atrasados no ano de 2020 foram as empresas Camafuri – Comércio Geral e Indústria, Lda, DAR Angola Consultoria, Lda. e Carrinho Empreendimentos, Lda, tendo recebido valores na ordem dos Kz 74,6 mil milhões, Kz 45,1 mil milhões, tal como espelhado no gráfico 25.

PRELIMINAR

Gráfico 25 – Pagamentos de Atrasados por Credor

(Mil Milhões de Kwanzas)



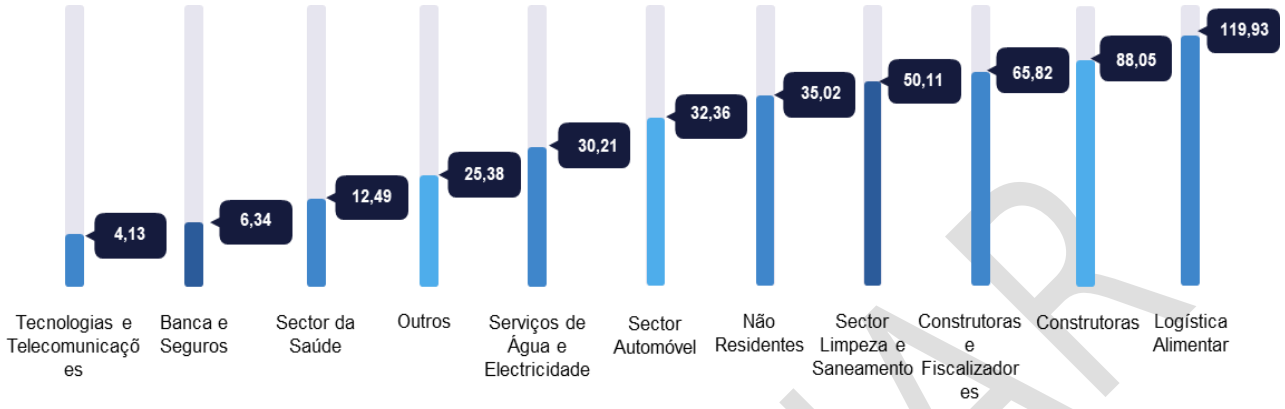

Fonte: *MINFIN*

310. No que toca ao sector de actividade económica dos credores que mais se beneficiaram no período em apreço, destacam-se os credores do sector de logística alimentar representando 24,73%, sector da construção com 18,15%, e os credores do sector de consultoria e fiscalização com 13,57%, tal como se pode observar no gráfico 26.

PRELIMINAR

Gráfico 26 – Pagamento de Atrasados por Sector

(Mil Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Restos a pagar

311. São considerados Restos a Pagar, toda a execução orçamental que ocorreu no processo convencional da despesa, pela emissão da Nota de Cabimentação e Liquidação da Despesa, em função da entrega do bem ou da prestação do serviço, e que não tenha sido efectuado o respectivo pagamento no ano de competência.

312. Para o exercício de 2020, foram inscritos em Restos a Pagar um valor total de Kz 984,3 mil milhões, sendo os mesmos divididos em Tesouraria e por Financiamento Interno e Externo.

313. Comparativamente ao período homólogo, os restos a pagar apresentaram um aumento de cerca de 70%, sendo que a natureza da despesa que apresenta maior valor inscrito em restos a pagar, está relacionada com as despesas em investimentos, representando cerca de 93% do valor total inscrito em 2020.

314. O quadro 27, apresenta a execução dos restos a pagar ocorrida em 2020, referente aos exercícios anteriores, no período em apreço, por natureza de despesa.

PRELIMINAR

## Quadro 27 – Stock Anual de Restos a Pagar

(Milhões Kwanzas)

| Ano \| Natureza | Valor Actual | Valor Pago | Valor Cancelado | Valor A Pagar |
|---|---|---|---|---|
| 2013 | 32 424 | 6 210 | 2 511 | 23 703 |
| Despesas Correntes | 18 935 | 3 932 | 730 | 14 273 |
| *Bens* | *9 008* | *582* | *423* | *8 003* |
| *Serviços* | *9 927* | *3 350* | *307* | *6 270* |
| Despesas De Capital | 13 489 | 2 278 | 1 781 | 9 430 |
| *Investimentos* | *13 489* | *2 278* | *1 781* | *9 430* |
| 2014 | 38 396 | 5 982 | 8 830 | 23 584 |
| Despesas Correntes | 5 913 | 1 430 | 1 206 | 3 277 |
| *Despesas Com O Pessoal* | *3* | *3* | *0* | *0* |
| *Bens* | *2 004* | *634* | *450* | *921* |
| *Serviços* | *3 805* | *793* | *756* | *2 256* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *100* | *0* | *0* | *100* |
| Despesas De Capital | 32 482 | 4 552 | 7 624 | 20 307 |
| *Investimentos* | *32 482* | *4 552* | *7 624* | *20 307* |
| 2015 | 10 743 | 4 714 | 2 892 | 3 137 |
| Despesas Correntes | 4 263 | 235 | 2 638 | 1 390 |
| *Despesas Com O Pessoal* | *107* | *89* | *18* | *0* |
| *Bens* | *85* | *48* | *5* | *31* |
| *Serviços* | *2 765* | *95* | *2 614* | *55* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *1 307* | *3* | *0* | *1 303* |
| Despesas De Capital | 6 480 | 4 478 | 255 | 1 747 |
| *Investimentos* | *6 480* | *4 478* | *255* | *1 747* |
| 2016 | 50 776 | 27 324 | 23 467 | -14 |
| Despesas Correntes | 24 462 | 951 | 23 430 | 80 |
| *Despesas Com O Pessoal* | *25* | *25* | *0* | *0* |
| *Bens* | *1 257* | *298* | *892* | *68* |
| *Serviços* | *764* | *380* | *362* | *22* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *22 414* | *248* | *22 177* | *-10* |
| Despesas De Capital | 26 314 | 26 372 | 36 | -94 |
| *Investimentos* | *26 314* | *26 372* | *36* | *-94* |
| 2017 | 32 609 | 9 092 | 11 948 | 11 568 |
| Despesas Correntes | 19 965 | 4 665 | 7 363 | 7 936 |
| *Bens* | *6 053* | *1 223* | *104* | *4 726* |
| *Serviços* | *13 704* | *3 427* | *6 861* | *3 417* |
| *Juros* | *0* | *0* | *207* | *-207* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *207* | *15* | *192* | *0* |
| Despesas De Capital | 12 644 | 4 427 | 4 585 | 3 632 |
| *Investimentos* | *12 644* | *4 427* | *4 425* | *3 792* |
| *Despesas De Capital Financeiro* | *0* | *0* | *160* | *-160* |
| 2018 | 76 871 | 3 909 | 65 219 | 7 744 |
| Despesas Correntes | 16 254 | 837 | 7 754 | 7 663 |

PRELIMINAR

| Ano \| Natureza | Valor Actual | Valor Pago | Valor Cancelado | Valor A Pagar |
|---|---|---|---|---|
| *Bens* | *8 130* | *215* | *1 308* | *6 607* |
| *Serviços* | *7 181* | *622* | *6 191* | *369* |
| *Juros* | *0* | *0* | *0* | *0* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *942* | *0* | *255* | *688* |
| **Despesas De Capital** | **60 617** | **3 072** | **57 465** | **80** |
| *Investimentos* | *60 617* | *3 072* | *57 465* | *80* |
| **2019** | **320 953** | **259 823** | **0** | **61 130** |
| **Despesas Correntes** | **14 179** | **7 842** | **0** | **6 337** |
| *Despesas Com O Pessoal* | *486* | *485* | *0* | *1* |
| *Bens* | *4 167* | *2 015* | *0* | *2 152* |
| *Serviços* | *8 938* | *4 817* | *0* | *4 121* |
| *Juros* | *308* | *308* | *0* | *0* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *280* | *217* | *0* | *63* |
| **Despesas De Capital** | **306 774** | **251 982** | **0** | **54 792** |
| *Investimentos* | *296 225* | *241 860* | *0* | *54 365* |
| *Despesas De Capital Financeiro* | *10 549* | *10 121* | *0* | *428* |
| **2020** | **984 318**[1] | **0** | **0** | **984 318** |
| **Despesas Correntes** | **192 540** | **0** | **0** | **192 540** |
| *Despesas Com O Pessoal* | *44* | *0* | *0* | *44* |
| *Bens* | *72 883* | *0* | *0* | *72 883* |
| *Serviços* | *112 642* | *0* | *0* | *112 642* |
| *Juros* | *3 963* | *0* | *0* | *3 963* |
| *Subsídios E Transferências Correntes* | *2 988* | *0* | *0* | *2 988* |
| **Despesas De Capital** | **791 777** | **0** | **0** | **791 777** |
| *Investimentos* | *771 468* | *0* | *0* | *771 468* |
| *Despesas De Capital Financeiro* | *18 302* | *0* | *0* | *18 302* |

Fonte: *MINFIN.*

PRELIMINAR

315. A leitura do referido quadro (Anexo 20) deve ser efectuada da seguinte forma:

a) *Valor actual.* Refere-se ao valor remanescente dos saldos dos anos anteriores e a movimentação ou execução que ocorreu em 2020 referente àquele ano. Deste modo, os saldos verificados para os anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, não se referem apenas aos valores inscritos, entretanto dizem respeito ao saldo remanescente de restos a pagar do referido ano, em função das movimentações que ocorreram em

[1] Valor das inscrições de restos a pagar de 2020, que irão alterar mediante movimentos de pagamentos ou cancelamentos efectuados em 2021.

2020. Nesta perspectiva, o único valor inscrito é o valor de 2020, que se refere a todas as despesas liquidadas e não pagas no referido ano.

b) *Valor pago.* Corresponde aos valores pagos em 2020 referente às inscrições de restos a pagar efectuados nos anos anteriores. Isto é, os valores pagos no exercício de 2020, que anulam as inscrições de restos a pagar efectuadas em 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

c) *Valor cancelado.* Corresponde aos valores cancelados, por erro ou por solicitação do órgão, em 2020 referente às inscrições de restos a pagar efectuados nos anos anteriores. Isto é, os valores cancelados no exercício de 2020, que anulam as inscrições de restos a pagar efectuadas em 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

d) *Valor a pagar.* Corresponde ao saldo remanescente por pagar, que por indisponibilidade financeira não foi possível liquidar. Este valor, resulta do cálculo entre o valor actual, subtraído do valor pago e do valor cancelado. Este valor traduz que nos anos seguintes, o Estado continua a ter por pagar despesas de anos anteriores.

316. Adicionalmente, vale referir que, a informação referente aos valores inscritos em restos a pagar dos anos anteriores, podem ser encontradas nos próprios anos da sua execução.

### Dívida Flutuante

317. É considerada dívida flutuante, os restos a pagar, o serviço da dívida contraída a ser totalmente amortizada até o final do exercício orçamental (12 meses), as cauções ou garantias recebidas de terceiros e as retenções efectivadas em favor de terceiros.

318. Para o exercício de 2020, o stock da dívida flutuante cifrou-se em Kz 4,4 biliões, tendo obtido uma variação percentual positiva de 58% em relação ao período homólogo, conforme apresentado no quadro 28.

PRELIMINAR

Quadro 28 – Stock Anual da Dívida Flutuante

(Milhões Kwanzas)

| Dívida Flutuante por Subcontas | 2020 | 2019 | Var. % Homóloga |
|---|---|---|---|
| Depósitos Exigíveis | 5 834 | 5 827 | 0% |
| Obrigações em Circulação | 4 337 919 | 2 759 375 | 57% |
| Subsídio e Transferências a Conceder | 5 015 | 317 | 1482% |
| Dívidas do Exercício Anterior | 124 051 | 67 979 | 82% |
| **Total da Dívida Flutuante Anual** | **4 472 819** | **2 833 498** | **58%** |

Fonte: *MINFIN.*

## Dívida Fundada

319. A Dívida Fundada, é baseada em contratos de empréstimos ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados, gerando compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender aos desequilíbrios orçamentais ou a financiamentos de obras e ou serviços públicos.

320. Para o ano de 2020, a Dívida Fundada cifrou-se em cerca de Kz 26,4 biliões, tendo uma ligeira variação positiva em relação ao período homólogo de cerca de 3%, conforme se exibe no Quadro 29.

Quadro 29 - Stock Anual da Dívida Fundada

(Milhões Kwanzas)

| Dívida Fundada por Subcontas | 2020 | 2019 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|
| Obrigações Exigíveis a Longo Prazo | 26 336 032 | 25 582 997 | 3% |
| Passivo Contingente a Longo Prazo | 122 418 | 122 418 | 0% |
| **Total da Dívida Fundada** | **26 458 450** | **25 705 415** | **3%** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

# Capítulo VIII.

# Impacto Económico e Social da Execução do OGE

## VIII. IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL DA EXECUÇÃO DO OGE

321. O presente capítulo aborda de forma pormenorizada, o impacto económico e social dos programas e projectos aprovados e executados pelo Executivo no período em apreço.

322. Para o ano de 2020, o impacto económico e social dos programas e projectos do Executivo será desenvolvido em 3 âmbitos fundamentais a saber:

- Impacto Económico e Social na execução do Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN).
- Impacto Económico e Social na execução dos Programas de Investimento Público (PIP).
- Impacto Económico e Social na execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

323. Por fim, este capítulo irá demonstrar, a lista dos projectos inaugurados no ano de 2020, nas respectivas províncias.

### Impacto Económico e Social na execução do PDN em 2020

324. A elaboração do PDN 2018-2022 baseou-se em 7 (sete) principais eixos de intervenção, com base nas prioridades gerais do Executivo para a materialização dos Objectivos Nacionais, descritos abaixo:

a) Eixo 0: Actividade Geral do Estado.

b) Eixo 1: Desenvolvimento Humano e Bem-Estar.

c) Eixo 2: Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo.

d) Eixo 3: Infra-estruturas Necessárias ao Desenvolvimento.

e) Eixo 4: Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Desconcentração.

PRELIMINAR

f) Eixo 5: Desenvolvimento Harmonioso do Território.

g) Eixo 6: Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional

325. Deste modo, para o ano de 2020, a execução do PDN 2018-2022 gerou impacto económico e social, conforme se descreve a seguir, baseando-se nos diferentes eixos.

### Eixo 0 - Actividade Geral do Estado

326. No âmbito da implementação do PDN 2018- 2022, os Eixos traduzem, por um lado, as prioridades gerais do Governo e, por outro, expressam os objectivos nacionais do Programa do Governo. Para sua concretização, são gizadas Políticas Estratégicas que representam as escolhas do Governo para atingir os objectivos nacionais.

327. Deste modo, o Eixo zero traduz-se as actividades fundamentais para o funcionamento normal dos serviços mínimos da Administração Pública. A título ilustrativo, as despesas com o pagamento de salários, despesa com pagamentos de combustíveis, manutenção e conservação de edifícios públicos, limpeza e saneamento, deslocações, seminários, workshop e celebrações de datas comemorativas e outros, não expandem os encargos dos órgãos, mas garantem o funcionamento normal das instituições do Estado.

328. Nesta perspectiva, o quadro 30 apresenta as despesas executadas no Eixo 0, por natureza da despesa, considerando o programa das acções correntes, no ordenador de actividade básica do Estado, que engloba todas as despesas que não se enquadram nos projectos PIP ou DAD.

Quadro 30 – Despesas executadas no Eixo 0

(Milhões de Kwanzas)

| Categoria da despesa | Valor autorizado | Valor Liquidado | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Amortização - Dívida Externa | 1 604 816 | 1 604 816 | 100% | 14% |
| Amortização - Dívida Interna | 4 241 378 | 4 241 378 | 100% | 37% |
| Bens E Serviços | 551 623 | 540 110 | 98% | 5% |

PRELIMINAR

| Categoria da despesa | Valor autorizado | Valor Liquidado | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Juros - Dívida Externa | 1 093 576 | 1 093 473 | 100% | 10% |
| Juros - Dívida Interna | 1 010 708 | 1 010 708 | 100% | 9% |
| Outras Despesas De Capital | 231 044 | 227 722 | 99% | 2% |
| Outras Transferências | 561 591 | 561 387 | 100% | 5% |
| Pessoal | 2 067 755 | 2 058 757 | 100% | 18% |
| Transferência De Capital | 7 518 | 7 517 | 100% | 0% |
| Transferência Subsídio A Preço | 9 504 | 9 504 | 100% | 0% |
| Transferência Subsídios Operacionais | 38 291 | 38 291 | 100% | 0% |
| **Total Geral** | **11 417 805** | **11 393 664** | **100%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

329. Tal como se pode observar, no âmbito da execução das despesas do Eixo 0, o exercício de 2020 foi marcado por 37% de despesas com financiamentos e 18% com despesas com pessoal, perfazendo as categorias de despesas com maior participação sobre a despesa total.

330. O valor do Eixo 0 perfaz cerca de 85% do Orçamento, pelo facto de toda a execução das despesas de funcionamento estarem vinculadas ao referido eixo.

## Eixo 1 – Desenvolvimento Humano e Bem-Estar

### Política Estratégica: População

#### *Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza*

331. Este programa dedica-se na melhoria do nível de vida das camadas mais desfavorecidas da população, que vivem em condições de pobreza extrema, particularizando a atenção no desenvolvimento de base local.

332. Em 2020, o programa visou materializar 3 objectivos principais desagregados em três metas e igual número de indicadores, tendo sido desembolsados para a sua execução cerca de Kz 46,4 mil milhões.

333. Sobre os três indicadores deste programa, destaca-se a atribuição de rendimento social mínimo, por transferências monetárias directas às famílias pobres com crianças menores de 5 anos de idade, cuja a meta foi

PRELIMINAR

beneficiar cerca de mil crianças, tendo atingido uma taxa de execução muito acima do esperado, em cerca de 1 801%, conforme se pode observar no quadro 31.

Quadro 31 - Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Retirar cidadãos da situação de pobreza extrema por meio da sua integração em actividades geradoras de rendimento. | Cidadãos integrados em actividades geradoras de rendimento | N.º | 33 298 | 36 014 | 108% |
| Atribuir rendimento social mínimo, por transferências monetárias directas às famílias pobres com crianças menores de 5 anos de idade. | Crianças menores de 5 anos beneficiárias do Rendimento Social Mínimo | N.º | 1 000 | 18 007 | 1801% |
| Atribuir transferências monetárias directas às famílias em situação de pobreza extrema. | Famílias Cadastradas para beneficiar das transferências monetárias directas | N.º | 200 000 | 342 036 | 171% |

Fonte: *MASFAMU*

334. Em 2020, cerca de 18 007 crianças menores de 5 anos beneficiaram do rendimento social mínimo, no âmbito do projecto de transferências sociais monetárias "Valor Criança", financiado pela União Europeia.

335. As transferências sociais monetárias efectuadas, corresponderam ao valor global desembolsado de Kz 540,1 milhões, tendo beneficiado 8 340 crianças na província do Bié, com um desembolso de Kz 250,2 milhões, 5 083 crianças na província do Moxico com um desembolso de Kz 152,4 milhões e 4 584 crianças na província do Uíge com um desembolso de Kz 137,5 milhões.

*Programa de Protecção e Promoção dos Direitos da Criança*

336. Este programa visa prevenir, combater e proteger a criança contra actos de violência e de violação dos seus direitos, com realce para os casos de abuso sexual, exploração do trabalho infantil, instrumentalização, acusação de práticas de feitiçaria, rapto e tráfico de crianças, casamento e gravidez precoce, abandono, bem como algumas práticas socioculturais nefastas, que impedem o seu normal desenvolvimento.

PRELIMINAR

337. Em 2020, o programa contava com 3 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, tendo a sua execução financeira sido fixada em cerca de Kz 66,7 milhões.

338. Dos três indicadores, destaca-se a protecção de crianças vítimas de violência e abandonadas, promovendo a sua integração familiar ou o acolhimento em equipamentos sociais cuja taxa de execução foi de 337%, conforme indicado no quadro 32.

Quadro 32 - Protecção e Promoção dos Direitos da Criança

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Proteger crianças vítimas de violência e abandonadas, promovendo a sua integração familiar ou o acolhimento em equipamentos sociais. | Crianças vítimas de violência e desprotegidas acolhidas nos centros de acolhimento e famílias substitutas. | N.º | 300 | 1 011 | 337% |
| Sensibilizar as comunidades sobre os direitos da criança. | Pessoas sensibilizadas sobre os direitos da criança. | N.º | 133 407 | 133 174 | 100% |
| Aumentar o número de estabelecimentos da rede de protecção dos direitos da criança, em funcionamento. | Redes de protecção dos Direitos da Criança em funcionamento nas comunidades. | N.º | 10 | 15 | 150% |

Fonte: *MASFAMU*

339. No ano de 2020, cerca de 1 011 crianças vítimas de violência e desprotegidas foram acolhidas em famílias substitutas e em Centros de Acolhimento, face a meta estabelecida no ano de 300 crianças, constituindo um grau de execução acima do esperado.

340. Este aumento é resultado da assistência prestada, em quase todo país, devido à situação epidemiológica da COVID-19.

*Programa de Valorização da Família e Reforço das Competências Familiares*

341. Este programa pretende assegurar o resgate de valores e fortalecimento das estruturas familiares, mediante a informação e sensibilização das populações sobre as competências familiares, com vista a mitigar o risco social e a desestruturação das famílias, através de mecanismos que estimulem métodos inovadores de educação e consciencialização pública.

PRELIMINAR

342. Visa ainda combater à pobreza extrema das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade, através da atribuição de prestações, de carácter temporário, com vista a responder a problemas sociais pontuais ou de curto prazo.

343. O programa conta com 2 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, tendo a sua execução financeira rondado em cerca de Kz 527,2 milhões.

344. Dos três indicadores, destaca-se o aumento no número de famílias assistidas com cestas básicas de alimentos, cuja taxa de execução foi de 6065%, conforme se pode observar no quadro 33.

Quadro 33 - Valorização da Família e Reforço das Competências Familiares

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| 1- Aumentar o número de famílias assistidas com cesta básica de alimentos. | Famílias assistidas com cesta básica de alimentos. | N.º | 1 500 | 90 976 | 6065% |
| 2- Garantir melhores condições de vida às pessoas idosas, em especial as que se encontram em situação de risco de pobreza e de isolamento social, através de apoios sociais pontuais e de acolhimento em situações extremas, nos lares. | Idosos recebidos em lares de acolhimento e assistência à pessoa idosa. | N.º | 125 | 107 | 86% |
| | Idosos assistidos com cesta básica de alimentos. | N.º | 4 495 | 25 566 | 569% |

Fonte: *MASFAMU*

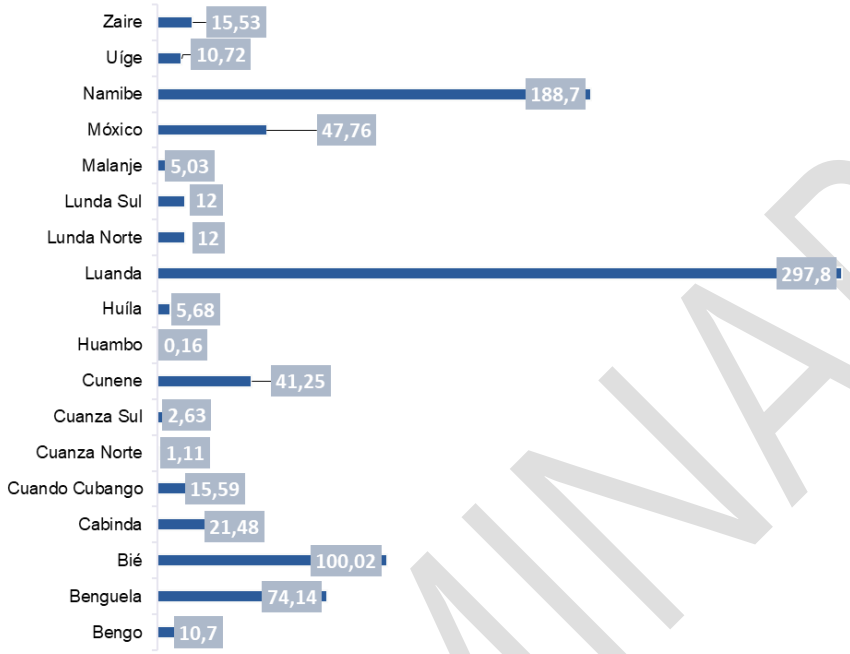
345. No ano de 2020, foram assistidas cerca de 90 976 famílias com cesta básica de alimentos, face as 1 500 programadas no ano, demonstrando uma execução acima da média.

346. Este desempenho é resultado da assistência prestada em quase todo país, tendo sido distribuído um total de 862,3 toneladas de bens diversos, tais como: arroz, farinha de milho, óleo, feijão, sal e sabão, cuja distribuição por província pode ser observada no gráfico 27.

PRELIMINAR

Gráfico 27 – Distribuição de Bens Diversos por Província

(Em Toneladas)




Fonte: *MASFAMU*

*Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude*

347. Este Programa de Acção visa fundamentalmente a inserção dos jovens na vida activa, a melhoria da qualidade de vida dos jovens e a sua participação no desenvolvimento socioeconómico do País.

348. O programa está dividido em 2 objectivos principais, desagregados em 4 indicadores com o mesmo número de metas, tendo sido despendidos para a sua execução cerca de Kz 1,4 mil milhões.

349. Neste programa, destacam-se o terceiro e quarto indicador relativos ás associações de voluntariado juvenil cadastradas e aos projectos e iniciativas de voluntariado apoiados, cujo o grau de execução esteve na ordem dos 500% e 165%, conforme o quadro 34.

PRELIMINAR

Quadro 34 - Desenvolvimento Integral da Juventude

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Mobilizar os jovens para comportamentos mais éticos, saudáveis, desportivos, inclusivos e participativos no desenvolvimento social e económico do País, possibilitando o convívio, a troca de experiências e aprendizagens conjuntas, através do apoio à criação de associações juvenis e disponibilização pelo território de equipamentos sociais de apoio ao seu desenvolvimento humano e cultural. | Associações juvenis registadas. | N.º | 16 | 12 | 75% |
| | Associações juvenis e estudantis apoiadas. | N.º | 1 | 1 | 100% |
| Aumentar o número de estabelecimentos da rede de protecção dos direitos da criança, em funcionamento. | Associações de voluntariado juvenil cadastradas. | N.º | 2 | 10 | 500% |
| | Projecto e iniciativas de voluntariado apoiadas. | N.º | 23 | 38 | 165% |

Fonte: *MINJUDH*

350. Relativamente às associações de voluntariado juvenis, em 2020, foram cadastradas cerca de 10 associações, com uma taxa de execução acima da média na ordem dos 500%.

351. Este desempenho é resultado do cadastramento das associações de voluntariado juvenil da Universidade Católica de Angola (VUCAN), da Rede Africana de Adolescentes e Jovens, População e Desenvolvimento (AFRIYAN), do Grémio Juvenil de Angola (GREJA), da Rede Angolana da Juventude Religiosa (RAJUR), da Liga dos Desportos, Cultura e Ambiente, da Associação de Escuteiros de Angola, da Brigada de Jovens Artistas Plásticos, da Brigada Jovem de Literatura, da Associação de Estudantes das Universidades Privadas de Angola e da Liga Juvenil Nova Estrela para o Desenvolvimento.

352. No que concerne aos projectos e iniciativas de voluntariado, foram apoiados 38 projectos. As acções de apoio cingiram-se na distribuição de bens de primeira necessidade nos centros de acolhimento de adolescentes e jovens, designadamente:

a) Centro Nossa Senhora dos Aflitos e Centro de Acolhimento Santa Madalena, no âmbito do Projecto "Mais Cidadania, Mais Angola", tendo

PRELIMINAR

beneficiado um total de 40 000 pessoas, entre elas crianças, adolescentes e jovens.

b) Brigada de Jovens Artistas Plásticos, no âmbito da produção e pintura de um Mural sobre as Medidas de Prevenção e Combate à COVID-19.

c) Sensibilização das comunidades sobre as medidas de prevenção e combate à COVID-19, por meio da distribuição de Folhetos de Informação, Educação e Comunicação.

## Política Estratégica – Educação e Ensino Superior

### *Programa de Formação e Gestão do Pessoal Docente*

353. Este programa tem como objectivo assegurar que as necessidades quantitativas de docentes no sistema educativo, educação pré-escolar, ensino primário e Secundário (geral, técnico-profissional e pedagógico) sejam garantidas, em cada Província, por quadros devidamente qualificados e com bom desempenho. Para o efeito, seriam formados professores com licenciatura e mestrado para assegurar a formação de outros professores.

354. Em 2020, para execução deste programa, foram desembolsados cerca de Kz 191,5 milhões. Este valor serviu para o desenvolvimento dos seguintes objectivos:

a) Formar um número maior de professores com mestrado e licenciatura na formação de professores de educação pré-escolar, ensino primário, ensino secundário geral e técnico-profissional.

b) Formar professores de Educação Especial e de Educação de Adultos.

355. Ao longo do ano de 2020, não foram desenvolvidas acções ao abrigo destes objectivos, em decorrência da suspensão das acções de formação devido à pandemia da COVID-19.

PRELIMINAR

356. Porém, foram criados e aprovados, em decreto, 3 Cursos de Mestrado para formação de professores para educação, com previsão dos primeiros formandos concluírem o referido curso dois anos após o início do mesmo.

*Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-escolar*

357. Este programa visa o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças na faixa etária dos 0 aos 5 anos de idade, bem como contribuir para a igualdade de oportunidade de acesso à escola para o sucesso de aprendizagem, prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar tendo sido disponibilizado, para a sua execução, cerca de Kz 73,25 milhões.

358. O programa conta com 2 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, com um grau de execução na ordem dos 12%, 65% e 53%, conforme indicado no quadro 35.

Quadro 35 - Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar o número de crianças atendidas em centros comunitários, creches e jardins de infância. | Salas de actividades recomendadas para crianças dos 0 aos 4 anos. | N.º | 1 388 | 166 | 12% |
| Aumentar o número de salas de aulas em escolas do Ensino Primário, expandindo a cobertura da escolarização obrigatória das crianças com 5 anos na classe de iniciação. | Salas de Aulas disponíveis para a Classe de Iniciação. | N.º | 8 192 | 5 300 | 65% |
| | Crianças matriculadas na classe de Iniciação. | N.º | 49 600 | 26 272 | 53% |

Fonte: *MED*

359. O desempenho do primeiro indicador é justificado pela adopção de dois paradigmas de atendimento de crianças no subsistema de educação pré-escolar, designadamente, o modelo de atendimento institucional para garantir o direito à educação para crianças nos centros infantis públicos e naqueles que funcionam em regime público-privado e o modelo de atendimento alternativo assente na abordagem de atendimento familiar denominado projecto "Todos Unidos pela Primeira Infância (TUPPI)".

360. O modelo alternativo iniciou a sua fase piloto em apenas seis (6) províncias, nomeadamente Uíge, Cunene, Huíla, Namibe, Moxico e Lunda Norte, onde

PRELIMINAR

foram atendidas cerca de 15 000 crianças, formadas 5 000 famílias e 3 105 facilitadores.

361. Quanto ao desempenho dos demais, tiveram como base o cumprimento das normas que estabelecem a obrigatoriedade da existência de uma turma da classe da iniciação nas escolas do ensino primário, embora não se registe, ainda, uma cobertura total e o resultado da contribuição de Parceiros Institucionais Privados e Público-Privados aos diferentes projectos em curso no país.

*Programa de Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário*

362. Este programa visa aumentar a taxa de escolarização do ensino primário, melhorar a rede de escolas do ensino primário e a qualidade do ensino ministrado, combater o insucesso escolar e atender às crianças com necessidades especiais, tendo sido disponibilizado para a sua execução cerca de Kz 41,8 mil milhões.

363. O programa conta com 3 objectivos, desagregados em 6 metas e igual número de indicadores.

364. Destaca-se neste programa o aumento a taxa de conclusão no ensino primário, a redução da taxa de abandono escolar e a taxa de repetência do ensino primário, com uma taxa de execução de 195%, 115% e 112%, conforme o quadro 36.

Quadro 36 - Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar o número de matrículas de crianças na faixa etária normal de frequência do ensino primário em relação ao número total das referidas crianças na população. | Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Primário. | % | 76 | 76 | 100% |
| Reduzir os indicadores de insucesso escolar, nomeadamente aumentando a taxa de conclusão no ensino primário, reduzir a taxa de abandono escolar e reduzir a taxa de repetência do ensino primário. | Taxa de Conclusão no Ensino Primário. | % | 54 | 106 | 195% |
| | Taxa de Abandono Escolar no Ensino Primário. | % | 8 | 9 | 115% |
| | Taxa de Repetência no Ensino Primário. | % | 8,6 | 9,6 | 112% |

PRELIMINAR

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a rede escolar do ensino primário através da construção e apetrechamento de salas de aulas, de forma a colmatar as insuficiências da oferta educativa ainda existentes em algumas províncias. | Salas de aulas nas Escolas do Ensino Primário. | N.º | 2 529 | 1 140 | 45% |
| | Escolas do Ensino Primário com Salas de Inclusão. | N.º | 100 | 100 | 100% |

Fonte: *MED*

365. O desempenho do segundo, terceiro e quarto indicadores tiveram como base, a melhoria na taxa de aprovação de 70% dos alunos da última classe do ensino primário, a entrada tardia dos alunos e o não cumprimento do programa de merenda escolar por parte das Administrações Municipais, a gravidez precoce, a dedicação nas actividades do campo, a implementação da política de transição automática nas classes ímpares (1ª, 3ª e 5ª classe), bem como a formação contínua de 15 000 professores do ensino primário até 2019, no âmbito do Projecto Aprendizagem para Todos – PAT.

*Programa de Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral*

366. Este programa tem como objectivo assegurar uma formação sólida e o aprofundamento numa determinada área de conhecimento, preparar o aluno para ingressar no subsistema de ensino superior, em actividades de formação profissional ou inserção na vida activa, sendo que para a sua execução foi despendido um total de Kz 7 mil milhões.

367. O programa conta com 3 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, conforme o quadro 37.

Quadro 37 - Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar o número de matrículas de crianças na faixa etária normal de frequência do ensino secundário, em relação ao número total das referidas crianças na população. | Taxa Líquida de Escolarização do Ensino Secundário. | % | 48 | 16 | 34% |
| Colmatar as insuficiências da oferta educativa ainda existentes no País, alargando a rede escolar do Ensino Secundário Geral, através da construção e apetrechamento de salas de aula. | Salas de Aulas existentes no Iº Ciclo do Ensino Secundário. | N.º | 2 000 | 576 | 29% |
| | Salas de aula existentes no IIº Ciclo do Ensino Secundário. | N.º | 1 000 | 300 | 30% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a taxa de conclusão no Ensino Secundário Geral. | Taxa de Conclusão do Ensino Secundário. | % | 22,8 | 37 | 162% |

Fonte: *MED*

368. Relativamente ao primeiro indicador, justifica-se a taxa de execução de 34% pelo desempenho decorrente da desfasagem de idade/classe dos alunos que transitam do ensino primário para o Iº ciclo do ensino secundário, ou seja, a maior parte deles terminam o ensino primário com idade superior a 12 anos.

369. Acerca do segundo e terceiro indicador, são justificados pelos atrasos na preparação das condições precedentes para a construção, conclusão e apetrechamento das escolas programadas, bem como, devido a redução da actividade provocada pela pandemia da Covid-19. O desempenho do quarto indicador é explicado pela melhoria da taxa de aprovação na classe terminal.

*Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-profissional*

370. Este programa perspectiva a concretização do desenvolvimento do potencial humano de Angola, através da formação técnica e profissional de quadros nacionais em domínios estratégicos de formação e a sua inserção no mercado de trabalho, por forma a responder às necessidades socioeconómicas do País e/ou à continuidade da sua formação no ensino superior.

371. Para execução do respectivo programa foram desembolsados cerca de Kz 7,9 mil milhões, e o mesmo contava com 1 objectivo, desagregado em 2 metas e igual número de indicadores, conforme se pode observar no quadro 38.

PRELIMINAR

Quadro 38 - Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a quantidade de quadros médios técnico-profissionais formados pelo sistema de Ensino Técnico-Profissional. | Taxa de participação no Ensino Técnico-Profissional. | % | 13,4 | 10 | 75% |
| | Diplomados nos cursos de Ensino Técnico-Profissional. | N.º | 36 390 | 37 886 | 104% |

Fonte: *MED*

372. A taxa de participação do ensino técnico-profissional situou-se em 10%, face os 13,4% programados para o ano, representando um grau de execução de 74,62%.

373. Este foi o desempenho resultante de alguns constrangimentos registados, tais como, o encerramento de uma escola na província do Moxico e cursos que não entraram em funcionamento devido a inexistência de professores.

374. O elevado nível de execução dos diplomados nos cursos de ensino técnico-profissional é justificado pela criação de novos cursos, no ano de 2016, cuja conclusão ocorreu em 2019.

*Programa de Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos*

375. Este programa visa responder aos vários desafios da alfabetização de jovens e adultos nomeadamente, a escassez de recursos financeiros para o pagamento de subsídios aos alfabetizadores, facilitadores e supervisão pedagógica, a escassez de manuais e outros materiais de apoio e a escassez de professores com formação pedagógica adequada para a generalização e intensificação das acções de alfabetização.

376. Para execução deste programa em 2020 foi disponibilizada uma quota na ordem dos Kz 115,1 milhões, e o mesmo estava composto por 2 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, conforme mostra o quadro 39.

PRELIMINAR

Quadro 39 - Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reduzir o índice de analfabetismo literal e funcional da população jovem e adulta, com realce para as mulheres nas zonas rurais e periurbanas, através da intensificação das acções de alfabetização. | Taxa de Alfabetização da população jovem e Adulta. | % | 79,8 | 74 | 108% |
| Diminuir o atraso dos adolescentes, jovens e adultos, através do alargamento da aceleração escolar nas escolas do ensino primário e aumento do número de adultos a frequentar o ensino secundário. | Índice de Alunos com atraso escolar no Ensino Primário. | % | 23,4 | 16 | 146% |
| | Taxa de Alunos com atraso escolar no Ensino Secundário. | % | 37,3 | 60 | 62% |

Fonte: *MED*

377. Para o período em apreço, apenas 16% dos alunos do Ensino Primário tiveram atraso escolar, representando uma melhoria quando comparado com a meta estabelecida para o ano de 23,4%. Este desempenho é justificado pela redução da repetência e abertura de mais turmas no programa de aceleração escolar.

378. Por outro lado, a Taxa de Alunos com atraso escolar no Ensino Secundário foi de 60%, face ao programado para o ano de 37,3%, demonstrando uma execução acima do previsto.

379. A leitura destes dois indicadores é inversa, no sentido de que, o desempenho é positivo quando o valor alcançado é menor do que a meta.

*Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica*

380. Este programa visou a melhoria do subsistema do ensino superior, com destaque para:

a) Melhoria do quadro legal da ciência, tecnologia e inovação.

b) Reorganização da rede de IES públicas.

PRELIMINAR

c) Aumento e diferenciação da oferta formativa dos cursos de graduação e pós-graduação.

d) Implantação do Sistema Nacional de Garantia de Qualidade no Ensino Superior.

e) Reforço do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

f) Financiamento da investigação científica, promoção da transferência de tecnologia e do empreendedorismo de base tecnológica.

381. Para o cumprimento deste programa foi disponibilizada uma quota de Kz 8,3 mil milhões, e o mesmo perspectivou materializar 3 objectivos, desagregados em 9 metas e igual número de indicadores, conforme se pode observar no quadro 40.

Quadro 40 - Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar o número de graduados no ensino superior, em especial, nas áreas de formação deficitária. | Graduados pelo Ensino Superior. | N.º | 25 390 | 27 345 | 108% |
| | Novas Bolsas de Estudo Internas de Graduação Atribuídas. | N.º | 5 000 | 5 500 | 110% |
| | Novas infra-estruturas das IES em funcionamento. | N.º | 1 | 1 | 100% |
| Dotar o corpo docente e investigador nacional com maiores níveis de qualificação. | Mestres Formados. | N. º | 199 | 377 | 189% |
| | Doutores Formados. | N. º | 47 | 62 | 132% |
| | Docentes capacitados em cursos de agregação pedagógica. | N. º | 300 | 0 | 0% |
| Desenvolver o potencial humano e científico do corpo docente e investigador nacional. | Docentes e investigadores científicos em concepção e gestão de projectos. | N. º | 50 | 0 | 0% |
| | Projectos de investigação científica financiados. | N. º | 35 | 24 | 69% |
| | Laboratórios de Investigação Científica reabilitados e apetrechados. | N. º | 11 | 9 | 82% |

Fonte: *MED*

ELIMINAR

382. Destacam-se o quarto e quinto indicadores em que 337 mestres e 62 doutorados concluíram a sua formação resultante de bolsas no exterior do País, representando um grau de execução na ordem dos 189% e 131%.

383. Relativamente ao sexto indicador, não houve a realização de acções de capacitação de Docentes em cursos de agregação pedagógica devido as limitações condicionadas pela COVID-19.

*Programa de Acção Social, Saúde e Desporto Escolar*

384. O presente programa visou promover o aumento da frequência e do sucesso escolar de todos os alunos, através da implementação coordenada das actividades extracurriculares, articulando intervenções de diferentes sectores, com destaque para o Desporto, a Saúde e a Alimentação Escolar, tendo sido desembolsado para este programa um total de Kz 55,1 milhões.

385. O programa contava com 3 objectivos, desagregados em 5 metas e igual número de indicadores, conforme o quadro 41.

Quadro 41 - Programa de Acção Social, Saúde e Desporto Escolar

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar as acções de informação, educação e sensibilização em saúde escolar. | Escolas primárias e secundárias beneficiadas com acções de informação, educação e sensibilização em saúde escolar. | % | 72 | 10 | 14% |
| Rastrear as doenças não transmissíveis nos alunos do ensino primário e secundário. | Escolas com acções de rastreio de doenças não transmissíveis realizadas. | % | 15 | 8 | 53% |
| Melhorar a capacidade física e motora dos alunos do ensino primário e secundário. | Alunos participantes no Desporto Escolar. | % | 48 | 10 | 21% |
| | Técnicos oficiais de desporto escolar. | % | 949 | 0 | 0% |
| | Alunos do Ensino Primário que praticam actividade física na escola. | % | 44 | 0 | 0% |

Fonte: *MED*

ELIMINAR

## Política Estratégica – Desenvolvimento de recursos Humanos

### *Programa Nacional de Formação de Quadros*

386. Este programa surge como integrador de diversas iniciativas, constituindo-se num instrumento de implementação da Estratégia Nacional de Formação de Quadros, focalizadas no apoio ao desenvolvimento quantitativo e qualitativo do potencial humano de Angola, com vista à promoção do ajustamento entre a oferta e procura de recursos humanos qualificados.

387. Para este programa, foram disponibilizados recursos na ordem dos Kz 799,7 milhões, e a sua execução apresenta-se no quadro 42.

Quadro 42 - Formação de Quadros

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reprogramar o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ). | Plano Nacional de Formação de Quadros reprogramado | % | 65 | 0 | 0% |
| Operacionalizar o Sistema de Informação de Registo e Gestão e Quadros. | Implementação do SIRGQ com registo dos quadros da Administração Central | % | 100 | 20 | 20% |

Fonte: *MED*

388. Para o exercício em apreço, não foram desenvolvidas acções ao abrigo do primeiro indicador, devido às restrições impostas pela pandemia da COVID-19, que dificultou a mobilidade dos técnicos pelo território nacional.

389. Relativamente ao segundo indicador, o baixo desempenho é justificado pela fusão dos departamentos ministeriais, surgindo a necessidade de se actualizar os dados face a nova estrutura orgânica, condicionando o alcance das metas planificadas.

PRELIMINAR

*Programa de Reforço do Sistema Nacional de Emprego e de Formação Profissional*

390. O programa visou promover a elevação das qualificações do capital humano alinhada com o processo de municipalização, sendo que a prioridade recai para a expansão da formação profissional a todos municípios, bem como responder de forma adequada às necessidades de mão-de-obra qualificada. O programa contemplava 1 objectivo, desagregado em 2 metas e igual número de indicadores, e para a sua execução foi desembolsado um total de Kz 3,6 milhões. A sua execução pode ser observada no quadro 43.

Quadro 43 - Reforço do Sistema Nacional de Emprego e de Formação profissional

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Promover a formação profissional e alargar a rede de centros de formação profissional. | Formados pelo SNEFP (inicial e contínua) | % | 36 760 | 12 561 | 34% |
| | Centros de Formação Profissional em funcionamento | N. º | 1 | 1 | 100% |

Fonte: *MAPTESS*

391. No ano de 2020, foram formadas 12 561 pessoas, pelo Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional (SNEFP), correspondendo a um grau de execução de 34 %, face à meta prevista de 36 760 pessoas.

392. O desempenho deste indicador ficou condicionado pela situação pandémica actual, que inviabilizou a continuidade das sessões de formação nos centros do SNEFP.

393. Relativamente ao segundo indicador, o desempenho de 100% é resultado da conclusão e entrada em funcionamento da Escola Rural de Capacitação e Ofícios da Matala, na província da Huíla.

*Programa de Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações*

394. O Quadro Nacional de Qualificações é um instrumento que define os níveis de qualificações e que visa melhorar o acesso, a progressão e a qualidade

PRELIMINAR

das qualificações dos cidadãos, produzidas no sistema de educação e ensino e formação profissional.

395. O programa contava com 1 objectivo, desagregados em 1 meta e igual número de indicador, e para a sua execução em 2020 foi atribuído cerca de Kz 304,6 milhões, sendo que os resultados podem ser observados no quadro 44.

Quadro 44 - Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Elaborar e aprovar o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). | Quadro Nacional de Qualificações elaborado e aprovado | % | 100 | 35 | 35% |

Fonte: *UTG-PNFQ*

396. A execução de 35% é justificada pela elaboração dos Relatórios Síntese dos Documentos, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e de Boas Práticas internacionais sobre outras realidades, bem como pela elaboração dos termos de referência para realização do Estudo especializado sobre as Actividades Económicas e o Mercado de Trabalho e a proposta preliminar da estrutura do Quadro Nacional de Qualificações e dos descritores de níveis.

## Política Estratégica – Saúde

### *Programa de Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa*

397. Este programa visou a melhoria do acesso da população aos serviços básicos de saúde e a qualidade da prestação destes sendo que, para a sua execução foi desembolsado um total de Kz 174,7 mil milhões.

398. O programa contava com 5 objectivos, desagregados em 13 metas e igual número de indicadores, cujo resultado se pode observar no quadro 45.

PRELIMINAR

Quadro 45 - Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar o acesso e utilização dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção, tratamento e reabilitação) de forma a cobrir o território e atender um maior número de pessoas. | Municípios com Unidades Sanitárias de atenção primaria, incluindo equipas móveis com serviços e cuidados essenciais. | % | 45 | 51 | 113% |
| | População com acesso a serviços de saúde | % | 70 | 60 | 86% |
| | Unidades Sanitárias Municipais com pacote básico de cuidados e medicamentos essenciais. | % | 50 | 100 | 200% |
| | Equipas Municipais que realizam a Análise da Situação de Saúde (ASIS). | % | 80 | 92 | 115% |
| | Municípios que realizam visitas às populações de difícil acesso com equipas móveis de saúde. | % | 85 | 51 | 60% |
| | Novas Camas em Hospitais. | N.º | 500 | 5 581 | 1116% |
| | Províncias em que existem serviços de hemodialise. | N.º | 1 | 2 | 200% |
| | Aumentar a oferta de profissionais de saúde. | N.º | 0 | 7 000 | 0% |
| Melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados. | Unidades Sanitárias com Gabinete de Apoio ao Utente. | N.º | 70 | 0 | 0% |
| | Evacuações de pacientes com junta médica para o exterior do país. | % | 70 | 43 | 61% |
| Melhorar o acesso da população a medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde de qualidade. | Depósitos de medicamentos em funcionamento efectivo. | % | 85 | 100 | 118% |
| | Unidades sanitárias do País com medicamentos essenciais, dispositivos médicos e outros produtos de saúde. | % | 70 | 100 | 143% |
| Melhorar a gestão dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde. | Unidades Sanitárias com tratamento adequado dos resíduos hospitalares. | N.º | 6 | 5 | 83% |
| Melhorar os processos de acompanhamento dos Toxicodependentes | Toxicodependentes referenciados acompanhados por Centros de Reabilitação de Toxicodependência. | % | 12 | 4 | 33% |

Fonte: *MINSA*

399. Neste programa, destaca-se o sexto indicador referente a aquisição de novas camas de hospitais, cuja a taxa de execução esteve muito acima da média, na ordem dos 1116%. Este desempenho é resultante da capacidade de internamento nas unidades sanitárias, sobretudo nas unidades em reabilitação e ampliação nomeadamente, no banco de urgência do Hospital pediátrico, nas áreas de quarentena e tratamento da COVID-19 (Zona Económica Especial, Barra do Cuanza e Calumbo 1 e 2), em resposta à melhoria do atendimento dos serviços de saúde.

PRELIMINAR

400. O desempenho do décimo indicador, relativo à redução na percentagem de pacientes com junta médica evacuados para o exterior do país, é justificado pela abertura de novos serviços nas unidades públicas, possibilitando assim o tratamento de boa parte dos pacientes no país, o que permitiu uma maior redução da percentagem de pacientes evacuados para o exterior. Para este bom resultado, também contribuiu o convénio entre as unidades sanitárias Endiama e Girassol com a Junta Nacional de Saúde.

401. O décimo segundo indicador, relativo às unidades sanitárias do país que beneficiaram de medicamentos essenciais, dispositivos médicos e outros produtos de saúde, teve um grau de execução na ordem dos 143%. Este desempenho positivo é justificado pelos investimentos feitos em resposta à pandemia da COVID-19, com aquisições de materiais de biossegurança, ventiladores pulmonares, bem como o reequipamento das UTI para resposta rápida e adequada à COVID-19.

*Programa de Melhoria da Saúde Materno-Infantil e Nutrição*

402. Este programa visa responder aos desafios da saúde materna, neonatal e infantil, procurando evitar a mortalidade prematura nestes grupos, garantindo a sua protecção e, assim, traduzir-se na melhoria dos indicadores de desenvolvimento sociodemográfico do País, tendo sido desembolsado em 2020 cerca de Kz 33,1 milhões.

403. O programa contava com 6 objectivos, desagregados em 9 metas e igual número de indicadores, conforme indicado no quadro 46.

Quadro 46 - Melhoria da Saúde materno-Infantil e Nutrição

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a disponibilidade do pacote integrado de cuidados e serviços essenciais de saúde, de atenção integrada à saúde da mulher e do recém-nascido, nos diferentes níveis do Serviço Nacional de Saúde. | Taxa de mortalidade materna institucional. | N.º/100.000 nados vivos | 213 | 290 | 136% |
| | Grávidas com quarta consulta pré-natal | % | 67 | 26 | 39% |
| | Partos institucionais assistidos por pessoal qualificado. | % | 55 | 21 | 38% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| | Unidades Sanitárias com consulta de atenção integral à criança. | % | 40 | 93 | 233% |
| Melhorar a qualidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar. | Unidades sanitárias que oferecem pelo menos 3 métodos modernos de planeamento familiar. | % | 50 | 40 | 80% |
| Aumentar a cobertura de vacinação contra o Sarampo. | Cobertura de vacinação contra o Sarampo. | % | 80 | 54 | 68% |
| Aumentar a cobertura nacional de vacinação em crianças menores de 1 ano com a Penta-3 e mulheres grávidas com duas doses contra o tétano. | Cobertura de vacinação Penta-3. | % | 75 | 60 | 81% |
| Desenvolver cuidados de saúde promocionais, preventivos e de rastreio a adolescentes e outras camadas da população. | Municípios com serviços de atenção integrada ao adolescente. | % | 25 | 93 | 373% |
| Melhorar o estado nutricional das crianças menores de 5 anos com suplementação de micronutrientes. | Crianças menores de 5 anos com suplementos de Vitamina A. | % | 30 | 41 | 136% |

Fonte: *MINSA*

404. Neste programa, destaca-se o quarto indicador sobre as unidades sanitárias que se despuseram de consultas de atenção integral à criança, cujo grau de execução esteve na ordem dos 233%. Este facto deveu-se a admissão do pessoal médico em matéria de Atenção Integrada às Doenças da Infância (AIDI), nas unidades sanitárias de primeiro nível, mediante a capacitação dos mesmos, para o atendimento correcto das principais doenças, bem como o reforço através do encaminhamento de médicos cubanos especialistas nos municípios.

405. Destaca-se ainda o oitavo indicador, referente aos municípios com serviços de atenção integrada ao adolescente, com um grau de execução de 373%. O desempenho deste indicador é justificado pelo aumento de unidades sanitárias com consulta de Atenção Integral à Criança qualificada e abertura de acompanhamento ao adolescente e do pessoal Médico em

PRELIMINAR

particular Cubanos, alocados em todos Municípios, resultando na reactivação dos Serviços e a melhoria na cobertura nas Unidades Sanitárias.

*Programa às Grandes Endemias pela Abordagem dos determinantes da Saúde*

406. Este programa visa responder a todos os desafios voltados para a redução da taxa de morbimortalidade por Malária, diminuição da prevalência do VIH/SIDA e mitigação dos danos causados pela Tuberculose.

407. Pretende-se, também, acelerar a redução da carga das doenças negligenciadas, através de diagnóstico precoce e tratamento completo, a redução da morbimortalidade por doenças oncológicas, bem como a redução dos transtornos mentais, integrando a saúde mental nos cuidados de saúde em geral, enfatizando a importância da prevenção e promoção nas actividades de psiquiatria e saúde mental, a humanização dos cuidados médicos e psicossocial.

408. O programa contava com 9 objectivos, desagregados em 11 metas e igual número de indicadores, e para sua execução foram disponibilizados recursos financeiros na ordem dos Kz 3 mil milhões. Os resultados para o período em apreço podem ser observados no quadro 47.

Quadro 47 - Programa de Reforço do Sistema de Informação Sanitária e Desenvolvimento da Investigação em Saúde

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reduzir a morbimortalidade por Malária. | Taxa de mortalidade por malária. | % | 25 | 34 | 136% |
| | Mulheres grávidas que recebem pelo menos 4 doses de TIP. | % | 33 | 37 | 112% |
| | Municípios com equipas de controlo integrado de vectores. | % | 60 | 65 | 108% |
| Assegurar o acesso universal e integrado à prevenção, controlo e tratamento da Tuberculose, com ênfase nos grupos mais vulneráveis. | Taxa de sucesso de tratamento de Tuberculose. | % | 75 | 70 | 93% |
| Ampliar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento da Lepra, de forma a reduzir a sua incidência. | Doentes de Lepra com tratamento multidroga (MTD). | % | 80 | 100 | 125% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Prevenir, controlar e eliminar a Tripanossomíase (doença do sono). | Casos de tripanossomíase diagnosticados e tratados. | % | 60 | 47 | 78% |
| Reduzir a incidência das doenças tropicais negligenciadas em comunidades endémicas, incluindo outras doenças Zoonóticas. | Infecções urinárias e intestinais devidas a Schistosomiase. | % | 15 | 6 | 40% |
| Reduzir o impacto das doenças crónicas não transmissíveis prioritárias e respectivos factores de risco. | Unidades sanitárias com rastreio e seguimento de doentes com hipertensão arterial e com Diabetes. | % | 15 | 6 | 40% |
| Aumentar a disponibilidade dos serviços de saúde mental, a nível primário, tendo em conta a morbilidade identificada. | Unidades de saúde de nível primário com serviço de saúde mental. | % | 15 | 9 | 60% |
| Reactivar e criar estruturas provinciais e municipais integradas para preparação e resposta às emergências em saúde pública. | Municípios com Equipas de Respostas às Emergências de Saúde Pública operacionais. | % | 40 | 100 | 250% |

Fonte: *MINSA*

409. No ano de 2020, a taxa de mortalidade por malária situou-se em 34%, acima da meta programada (25%), representando um grau de execução acima do esperado de 136%. Este desempenho é justificado pelas acções ligadas a formação de Médicos e Enfermeiros, no âmbito do manuseio de casos de malária grave, bem como na elaboração dos Planos de distribuição e envio atempado dos anti palúdicos para as Províncias, incluindo artesanato injectável.

410. Destaca-se ainda a taxa de sucesso de tratamento de tuberculose que foi de 70%, face à meta de 75% programada no ano, representando um grau de execução de 93%. Este resultado é justificado pelas acções desenvolvidas no âmbito do controlo das actividades de gestão de casos da tuberculose a nível das províncias, de formação de formadores para integração dos serviços TB/VIH e refrescamento dos técnicos sobre os instrumentos actualizados da TB, que contribuíram para a melhoria no tratamento de tuberculose nas unidades sanitárias do país, o que permitiu uma taxa de sucesso de 68%.

PRELIMINAR

*Programa de Reforço do Sistema de Informação Sanitária e Desenvolvimento da Investigação em Saúde*

411. Este programa prioriza a operacionalização do Sistema Nacional de Saúde e a implementação de um Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, que permita o registo de casos e óbitos ocorridos por patologia.

412. O programa contava com 3 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, e para sua execução foi disponibilizado um total de Kz 518,7 milhões. Os resultados alcançados podem ser observados no quadro 48.

Quadro 48 - Reforço do Sistema de Informação Sanitária e Desenvolvimento da Investigação em Saúde

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Melhorar o nível de informação sanitária e de vigilância epidemiológica. | Hospitais, Direcções Municipais de Saúde, Direcções Provinciais de Saúde inseridos na plataforma de informação digital sanitária DHIS2. | % | 90 | 100 | 111% |
| Promover a implementação do Sistema de Vigilância Integrada de Doenças e Resposta (VID-R). | Municípios do País com o VID-R implementado para notificação de surtos epidémicos de doenças em menos de 48 horas. | % | 90 | 100 | 111% |
| Promover a investigação em saúde. | Estudos científicos realizados e publicados. | N.º | 7 | 6 | 86% |

Fonte: *MINSA*

413. No ano de 2020, foram realizados e publicados 6 estudos científicos, dos 7 programados no ano, representando um grau de execução de 86%. Não obstante as 6 publicações, foram reforçadas as actividades científicas com a fusão do Centro de Investigação em Saúde de Angola e Instituto Nacional de Saúde Pública.

414. Foram publicados 5 artigos científicos em revistas internacionais de alto impacto cientifico, nomeadamente:

PRELIMINAR

a) *Co-Inheritance of alpha-thalassemia and sickle cell disease in a cohort of Angolan pediatric patients - Molecular Biology Reports*, DOI 10.1007/s11033-020-05628-8.

b) *HIV, hepatitis B virus, hepatitis C virus, and syphilis among pregnant women attending antenatal care in Luanda, Angola: seroprevalence and risk factors*. J Med Virol. 2020;1–6. http://dx.doi.org/10.1002/jmv.26148.

c) *Clinical and public health implications of HIV-1 genetic diversity and drug resistance mutations in Angola: a systematic review. AIDS review (Accepted)*. 2020. AIDS/0057/20/R.

d) Prevalência dos arbovírus Dengue, Chikungunya, Zika, em Angola no período de 2017- 2018. médica da Clínica Sagrada Esperança 2020; e

e) *Serological evidence of Rickettsia exposure among patients with unknown fever origin in Angola*, 2016-2017". Revista médica *Interdisciplinary Perspectives on Infectious Diseases*.

415. Adicionalmente, foram construídos e apetrechados 4 laboratórios, nas províncias de Luanda, Uíge, Huambo e Lunda Norte, para atenderem, inicialmente, as necessidades de testes da COVID-19 e posteriormente serviços de investigação e produção científica.

## Política Estratégica – Assistência e Protecção Social

### *Programa de Modernização do Sistema de Protecção Social Obrigatória*

416. Este programa procura promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na medida em que assume a substituição de rendimentos dos trabalhadores previstos na Lei de Bases da Protecção Social (e suas famílias), em situação de perda ou diminuição do rendimento ao longo da vida.

417. Este programa contava com 4 objectivos, desagregados em 6 metas e igual número de indicadores, e para a sua execução foi orçamentado um valor total de Kz 357,7 milhões. Os resultados alcançados com a implementação do programa apresentam-se no quadro 49.

PRELIMINAR

Quadro 49 - Modernização do Sistema de protecção Social Obrigatória

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a cobertura do Sistema de Protecção Social Obrigatória (PSO). | População empregada coberta pela PSO. | % | 21 | 12 | 57% |
| | N.º de pensionistas da PSO atendidos. | N.º | 4 280 | 17 348 | 405% |
| Assegurar a sustentabilidade financeira do Sistema de Segurança Social. | Regimes de PSO implementados. | N.º | 1 | 1 | 100% |
| Aumentar os Centros de Atendimento Especializados e melhorar a qualidade dos Serviços Públicos prestados pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). | Centros de Atendimento Especializados para os grandes contribuintes da PSO. | N.º | 2 | 2 | 100% |
| Aumentar a cobertura de contribuintes e segurados no Sistema de PSO. | Contribuintes inscritos no Sistema de PSO. | N.º | 5 400 | 12 266 | 227% |
| | Segurados inscritos no Sistema de PSO. | N.º | 60 000 | 118 044 | 197% |

Fonte: *MAPTESS*

418. Neste programa, realça-se o número de pensionistas da PSO atendidos, o número de contribuintes inscritos no sistema de PSO e o número de segurados inscritos no sistema da PSO, com uma taxa de execução de 405%, 227% e 197%, respectivamente.

## Política Estratégica – Cultura

### *Programa de Valorização e Dinamização do Património Histórico-Cultural*

419. Este programa perspectiva valorizar o património histórico e cultural do País, bem como preservar, divulgar e promover a cultura e identidade angolana, cabendo a execução das acções e projectos aos Governos Provinciais e Administrações Municipais sendo que, para a sua execução, foram disponibilizados recursos equivalentes a Kz 16,7 milhões.

420. Este programa contava com 2 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, conforme se verifica no quadro 50.

PRELIMINAR

Quadro 50 - Valorização e Dinamização do Património histórico-Cultural

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reforçar a cultura e a identidade nacional, através da oferta e da melhoria da Rede Museológica Nacional e da preservação do Património Cultural. | Visitantes aos Museus | N.º | 10 000 | 14 490 | 145% |
| Aumentar o acesso gratuito a livros e outra documentação, para lazer, estudo ou investigação, através de Bibliotecas Públicas | Arquivo Histórico Nacional é disponibilizado ao público | N.º | 1 | 1 | 100% |
| | Utilizadores da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas | N.º | 30 000 | 68 047 | 227% |

Fonte: *MCTA*

421. No ano de 2020, foram inauguradas as novas instalações do Arquivo Nacional de Angola, com o objectivo de preservar o património histórico do País, representando um grau de execução de 100%.

*Programa de Fomento da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas*

422. O Programa focou-se em desenvolver os fundamentos da economia criativa, implementando políticas, programas e mecanismos de fomento e dinamização das actividades culturais e artísticas sendo que, para o ano de 2020, foi desembolsado um valor total de Kz 749,8 milhões.

423. O programa contava com 2 objectivos, 2 metas e igual número de indicadores nomeadamente:

a) Fomentar e dinamizar as indústrias culturais e criativas, em especial o cinema, o teatro, as artes plásticas, a música, a dança e a moda através do desenvolvimento da economia criativa, com vista a potenciar o seu impacto no emprego, no turismo, no desenvolvimento local e na economia nacional.

b) Operacionalizar os mecanismos de apoio financeiro e de rendimento da comunidade artística.

424. Relativamente ao primeiro objectivo, foram realizados levantamentos das prioridades consideradas fulcrais para o estabelecimento concreto da economia criativa, destacadamente:

PRELIMINAR

c) Divulgação e promoção da Lei do Mecenato.

d) Estratégia de implementação dos Direitos de Autor e Conexos.

e) Prorrogação de vigência da Política Nacional da Cultura e revisão da Estratégia de Implementação da Política Nacional da Cultura;

f) Melhor enquadramento da Política Nacional do Livro e da Leitura, e Política Nacional da Economia Criativa.

g) Estratégia Nacional da Indústria Criativa.

425. No que concerne ao segundo objectivo, deu-se início a elaboração das estratégias de operacionalização de dois importantes mecanismos de financiamento cultural para promoção artística, designadamente:

h) Mecenato, os Direitos de Autor e Conexos, continuidade ao trabalho de diagnóstico, e início dos estudos comparados.

i) Elaboração de mecanismos de regularização e financiamento cultural para a promoção artística, através dos estudos da cadeia de valor dos eventos e divertimentos em Angola, de forma a cumprir-se ao proposto para os próximos anos.

### Política Estratégica – Desportos

*Programa Generalizado da Prática Desportiva e Melhoria do Desporto de Rendimento.*

426. Este programa visa promover o desporto em todo o território nacional, através da melhoria e diversificação de condições e infra-estruturas para a prática de actividades físicas e desportivas de proximidade, para aumentar o número de jogos e campeonatos organizados a nível nacional e melhorar os resultados nas competições internacionais.

427. O programa estava dividido em 2 objectivos, desagregados em 7 metas e igual número de indicadores, e para a sua execução foi disponibilizado um valor total de Kz 1,3 mil milhões, conforme o quadro 51.

PRELIMINAR

Quadro 51 - Prática Desportiva e Melhoria do Desporto de Rendimento

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Promover o Desporto e melhorar as infra-estruturas para a prática de actividades físicas e desportivas de proximidade. | Novos Praticantes de recreação desportiva. | N º | 46 100 | 28 000 | 61% |
| | Novos Espaços desportivos de proximidade disponibilizados à população. | N º | 12 | 0 | 0% |
| Aumentar o número de jogos e campeonatos organizados a nível nacional e melhorar os resultados nas competições internacionais, através do apoio ao desporto federado. | Novos Monitores desportivos em actividade. | N º | 266 | 80 | 30% |
| | Novos Atletas Federados. | N º | 55 700 | 0 | 0% |
| | Novos Treinadores de Desporto Federado. | N º | 749 | 0 | 0% |
| | Novos Árbitros de Desporto Federado. | N º | 84 | 0 | 0% |
| | Dirigentes desportivos de clubes capacitados. | N º | 182 | 0 | 0% |

Fonte: *MINJUD*

428. No ano de 2020, foram registados 28 000 novos praticantes de recreação desportiva, face aos 46 100 praticantes programados para o ano, perfazendo um grau de execução de 61%.

429. Com a declaração da situação de Calamidade Pública, registou-se a retoma de algumas actividades desportivas de carácter recreativo – individual, permitindo um aumento exponencial da prática de actividades físicas em espaços públicos em todo País (vias, pontes/ viadutos/ pedonais e parques).

430. Quanto aos novos monitores desportivos em actividade, foram integrados em actividades 80 novos monitores desportivos, perfazendo um grau de execução de 30% em relação a meta anual.

431. Relativamente aos outros indicadores, sem resultado ou com resultado 0, deveu-se essencialmente às restrições impostas pela COVID-19.

PRELIMINAR

## Eixo 2 - Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado E Inclusivo

### Política Estratégica – Sustentabilidade das Finanças Públicas

#### *Programa de Melhoria e Gestão das Finanças Públicas*

432. Este programa contribui para a sustentabilidade das Finanças Públicas, sendo determinante para a manutenção da estabilidade macroeconómica, que por seu lado é fundamental para o crescimento económico devido os seus reflexos nas decisões de financiamento e de investimento das empresas.

433. Para a execução dos 4 objectivos, desagregados em 11 metas e igual número de indicadores, deste programa foi desembolsado um valor total de Kz 15,8 mil milhões, e os resultados desta execução podem ser observados no quadro 52.

Quadro 52 - Melhoria e Gestão das Finanças Públicas

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reforçar a capacidade de arrecadação de receitas não petrolíferas e melhorar a previsibilidade da tesouraria do Estado. | Gap entre as Receitas Fiscais previstas, recolhidas e registadas. | % | 5 | 43 | 12% |
| | Rácio Receitas Fiscais Não Petrolíferas/PIB Não Petrolífero. | % | 11 | 10 | 91% |
| Melhorar a gestão da despesa pública, através da afectação eficiente dos recursos públicos. | Unidades orçamentais que utilizam o Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica. | N º | 50 | 5 | 10% |
| | Contratos comerciais do PIP adjudicados via concurso público aberto. | % | 50 | 57 | 114% |
| | Execução orçamental / OGE aprovado. | % | 80 | 77 | 96% |
| | Unidades orçamentais que usam o Sistema de Gestão de Contratos (nova) | N º | 59 | 25 | 42% |
| | Atrasados não registados eliminados / Total dos atrasados não registados. | % | 50 | 53 | 106% |
| Reestruturar e redimensionar o Sector Empresarial Público (SEP), salvaguardando a redução dos encargos com os subsídios operacionais. | Empresas do SEP com EBITDA positivo. | % | 55 | | 0% |

ELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar a sustentabilidade da dívida pública. | Empresas privatizadas. | N.º | 50 | 29 | 58% |
| | Subsídios operacionais atribuídos às empresas. | mM Kz | 28 | 35 | 81% |
| | Rácio Dívida / PIB. | | 117 | 121 | 94% |

Fonte: *MINFIN*

434. O primeiro indicador deste programa, referente ao gap entre as receitas fiscais previstas, recolhidas e registadas, cifrou-se em média 43% contra os 5% programados, representando um grau de execução de 12%.

435. Os efeitos negativos da COVID-19 impactaram negativamente na capacidade de previsão da arrecadação de receitas, fundamentalmente as receitas petrolíferas. Contudo, dá-se nota que o desvio foi positivo, ou seja, arrecadou-se acima do previsto.

436. Importa ainda referir no primeiro objectivo, que o rácio de receitas fiscais não petrolíferas/PIB não petrolífero foi de 10%, correspondendo a um grau de execução de 95%, face à meta anual de 11%, justificado pela melhoria verificada na arrecadação do IVA e IRT, no período em análise.

437. Relativamente aos contratos comerciais do PIP adjudicados via concurso público aberto foram de 57%, correspondendo a um grau de execução de 114%, face à meta anual de 50%.

438. Este desempenho é justificado por se verificar um aumento substancial da pretensão das Entidades Públicas Contratantes (EPC), em adjudicar contratos via procedimentos abertos (Concurso Público e Concurso Limitado por Prévia Qualificação).

439. No que concerne a percentagem dos atrasados não registados e eliminados sobre o total dos atrasados não registados, obteve-se um desempenho de 53%, perfazendo um grau de execução de 106%, em comparação com a meta anual de 50%. Este desempenho é justificado em função do compromisso do Estado em regularizar a dívida atrasada dos seus credores mesmo com as medidas fiscais tomadas.

PRELIMINAR

## Política Estratégica – Qualidade, Inovação e Tecnologia

### *Programa de Melhoria do Sistema Nacional de Qualidade*

440. Este programa visa garantir que o País disponha de uma infra-estrutura institucional capaz de definir e adoptar normas e medir o cumprimento de requisitos, equipada com organização independente para avaliar a conformidade dos produtos, serviços ou processos e de entidades terceiras que atestem a capacidade daquelas organizações, tendo sido desembolsado cerca de Kz 28,9 milhões.

441. O programa contava com 1 objectivo, desagregado em 2 metas e igual número de indicadores, conforme a indicação no quadro 53.

Quadro 53 - Melhoria do Sistema Nacional de Qualidade

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Consolidar o Sistema Angolano da Qualidade. | Gestores capacitados em sistemas de gestão da qualidade. | N.º | 217 | 15 | 7% |
| | Comissões Técnicas de Normalização. | N.º | 4 | 4 | 100% |

Fonte: *MINDCOM*

442. Em 2020, foram capacitados 15 Gestores em sistema de gestão de qualidade, contra os 217 programado no ano, implicando um grau de execução de 7%, em decorrência de limitações orçamentais.

443. Relativamente às comissões técnicas de normalização, foram criadas 4 comissões técnica de normalização sobre Gestão de Projectos, Cabos Eléctricos, Acessórios Eléctricos e Transformadores de Potência, perfazendo um grau de execução de 100%.

### *Programa de Promoção da Inovação e Transferência de Tecnologia*

444. O programa de Fomento da Inovação e Transferência de Tecnologia, foca-se no desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, e na transferência de tecnologia, mediante parcerias com diferentes instituições (públicas e privadas) com o objectivo de fomentar actividades em áreas

PRELIMINAR

estratégicas da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do País, tendo sido disponibilizado um total de Kz 178,1 milhões.

445. Este programa contava com apenas um objectivo que é o de criar infra-estruturas para o desenvolvimento científico e tecnológico e promover a inovação nas Universidades. Para tal, o indicador prendia-se na criação de Projectos de Inovação, Startups, spin-offs ou empresas incubadas/criadas nas IES.

446. Em 2020 foram implementados 10 projectos de inovação, start-ups, spin-offs ou empresas incubadas/criadas nas IES, representando um grau de execução de 100%.

447. Este desempenho é resultado da implementação dos seguintes projectos:

a) Projecto de inovação digital (start-ups) na Universidade Óscar Ribas.

b) Incubação de 10 start-ups na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.

c) Usekamba - Carteira Digital e Gateway de Pagamentos - Plataforma digital que permite que as empresas sejam pagas online e offline com rapidez, facilidade e segurança.

d) Kubinga Pay - Carteira Digital - Plataforma digital que permite efectuar pagamentos de forma rápida, fácil e segura.

e) Team AKI - Carteira Digital e Gateway de Pagamentos - Agregador de serviços (carregamentos e pagamentos).

f) PAGA3 - Concessão de crédito - Plataforma de vendas online de produtos (de comerciantes) as prestações, através de concessão de crédito.

g) Digipay - Pagamentos recorrentes - Plataforma de Automatização de Pagamentos Recorrentes e gestão de cobranças.

PRELIMINAR

448. Importa realçar que, da colaboração entre os investigadores, as instituições de ensino superior e de investigação científica e o meio empresarial, resultou o desenvolvimento de várias acções, nomeadamente:

h) Incubação de 10 projectos de inovação digital (start-ups) na Universidade Agostinho Neto, no âmbito da parceira entre o MESCTI e o BNA.

i) Assinatura do Memorando de Entendimento com o PNUD, para a criação de duas incubadoras de empresas nas IES.

## Política Estratégica – Fomento da Produção, Substituição das Importações e Diversificação das Exportações

### *Programa de Apoio à Produção, Substituição das Importações e Diversificação das Exportações (PRODESI)*

449. O programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), visa acelerar a diversificação da economia nacional, com foco no fomento de produções e de fileiras exportadoras em sectores não petrolíferos e em fileiras com forte potencial de substituição de importações. Em 2020, foram executadas despesas na ordem dos Kz 3,9 mil milhões.

450. O programa contava com 4 objectivos, desagregados em 5 metas e igual número de indicadores, conforme indicado no quadro 54.

Quadro 54 – Programa de Apoio à Produção, Substituição das Importações e Diversificação das Exportações

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Incentivar o Aumento das Compras de Produtos Nacionais pelos Operadores de Comércio e Distribuição de bens de consumo e de Insumos pelas Unidades Industriais. | Número de contratos de compra da produção nacional celebrado. | N.º | 1 000 | 1 033 | 103% |
| Apoiar as Empresas e as Cooperativas na obtenção de crédito. | Empresas que beneficiam de crédito. | N.º | 500 | 661 | 132% |
| | Cooperativas que beneficiam de crédito. | N.º | 270 | 302 | 112% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Realizar estudos e diagnósticos detalhados das fileiras produtivas. | Estudos das cadeias de valor dos sectores prioritários da economia real. | N.º | 5 | 5 | 100% |
| Aumentar a informação no Portal de Divulgação da Produção Nacional (PPN). | Produtores cadastrados no PPN. | N.º | 4 000 | 5 649 | 141% |

Fonte: *MEP*

451. Neste programa, realce para o segundo indicador onde 661 empresas foram beneficiadas de crédito, representando uma taxa de execução, acima da média, de 132%, face à meta anual de 500 empresas. Este desempenho é resultado do aumento no número de empresas abrangidas pelo financiamento do BDA, no âmbito das Medidas de Alívio Económico, do Aviso 10/20 e do PAC.

452. A aprovação de créditos, por linhas de financiamento, obedeceu à seguinte distribuição: Aviso 10 do BNA (183), Deutsche Bank (4), PAC (18), Compras de Insumos Agrícolas e das Pescas (8), Compra de Bens de Consumo de Origem Nacional (215), cooperativas do Sector Produtivo (230) e Outros Insumos (3).

453. Relativamente às cooperativas, estas beneficiaram de financiamento um total de 302 cooperativas, correspondendo a um grau de execução de 112%, face à meta anual de 270 cooperativas. Tal desempenho foi possível devido a aprovação de projectos pelo BDA, no âmbito da Linha de Financiamento das Medidas de Alívio Económico para a Campanha Agrícola 2020-2021.

*Programa de Fomento à Produção Agrícola*

454. O programa visa fomentar o aumento da produtividade do Sector Agrário, através da promoção e da transformação sustentável das produções de subsistência e do incremento progressivo de uma produção orientada para o mercado, visando alcançar a segurança alimentar e o combate à fome e à pobreza, a dinamização da agro-indústria nacional, a redução da dependência produtiva e a diversificação da Economia.

PRELIMINAR

455. O programa estava divido em 1 objectivo, desagregado em 10 metas e igual número de indicadores, conforme exibido no quadro. Para execução deste programa, foi disponibilizado um montante na ordem dos Kz 44,1 mil milhões, tal como se pode observar no quadro 55.

Quadro 55 - Fomento à Produção Agrícola

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoiar o sector privado empresarial a aumentar os níveis de produção nacional da agricultura. | Produção de Cereais. | Mil Ton | 3 354,80 | 3 086 | 92% |
| | Produção de Raízes e Tubérculos. | Mil Ton | 12 572 | 11 823 | 94% |
| | Produção de Leguminosas e Oleaginosas. | Mil Ton | 703 | 607 | 86% |
| | Produção de Hortícolas. | Mil Ton | 2 017,11 | 2 010 | 100% |
| | Produção de Frutas. | Mil Ton | 5 966 | 5 579 | 94% |
| | Produção de Café. | Ton | 4 642 | 6 050 | 130% |
| | Produção de Cana-de-Açúcar. | Mil Ton | 774 | 1 180 | 152% |
| | Área média de cultivo por família. | Há | 2,2 | 2 | 99% |
| | Escolas de Campos dos Agricultores (ECA´s). | N.º | 404 | 240 | 59% |
| | Campos de demonstração | N.º | 2 | 2 228 | 111400% |
| | Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA´s). | N.º | 0 | 0 | 0% |

Fonte: *MINAGRIP*

456. Em 2020, destaca-se a produção de 6 050 toneladas de café, face à meta anual de 4 642 toneladas, implicando um grau de execução acima do esperado na ordem dos 130%.

457. Este desempenho é justificado pela realização do licenciamento à exportação, bem como a investigação científica cafeícola nas estações experimentais do Uíge, Amboim e Ganda, que têm realizado acções de propagação vegetativa de mudas melhoradas. No domínio da produção do café, foram adquiridas e distribuídas nas províncias do Huambo, Bié, e Huíla cerca de 300 000 mudas de café.

458. Destacam-se ainda a criação de 2 228 Campos de Demonstração, face à meta anual de 2 Campos de Demonstração, representando uma execução muito acima do esperado. Este desempenho positivo é justificado pela

PRELIMINAR

formação de técnicos facilitadores e líderes comunitários. A alteração no resultado deste indicador é também consequência de um novo *modus operandi* implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário que, para além de garantir os factores de produção, melhorou substancialmente as acções de assistência técnica, alargando significativamente o número de campos de demonstração pelas diferentes zonas de cultivo.

*Programa de Fomento à Produção Pecuária*

459. Este programa visa garantir o crescimento sustentado da produção pecuária e o consequente aumento da produção de carne, ovos e leite com qualidade e salubridade dentro dos parâmetros internacionais, procurando satisfazer as necessidades internas e gerar excedentes para a exportação.

460. O programa propôs-se em materializar 1 objectivo, desagregado em 4 metas e igual número de indicadores, e para a sua execução foram disponibilizados um total de Kz 5,4 milhões. O resultado desta execução em 2020 pode ser observado no quadro 56.

Quadro 56 - Fomento à Produção Pecuária

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoiar o sector privado empresarial a aumentar os níveis de produção nacional da pecuária. | Produção de carne. | Mil Ton | 196,7 | 186 | 94% |
| | Produção de ovos. | Mil Ton | 1 558,20 | 1 441 | 92% |
| | Produção Leite. | Litros | 6,3 | 3 | 48% |
| | Prevalência das principais doenças animais. | N.º | 16 | 16 | 100% |

Fonte: *MINAGRIP*

461. Em 2020, destaca-se a produção de carne na ordem das 186 mil toneladas, correspondendo a um grau de execução de 94% face à previsão de 196,7 mil toneladas. Este desempenho é justificado pela melhoria no processamento de recolha de informações, sendo que foi a primeira vez que se considerou os dados de produção de carne nas aldeias onde se realizou o inquérito de produção agrícola.

462. Destaca-se ainda a produção de ovos que foi de 1 441 mil toneladas, correspondendo a um grau de execução de 92%, face à meta anual de 1

PRELIMINAR

558,2 mil toneladas. Este desempenho é justificado pela distribuição de 130 000 pintos e incubadoras às famílias camponesas e prestada a devida assistência técnica, nas províncias de Luanda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Benguela, Malanje, Bengo, Cabinda, Huambo e Cuando Cubango.

463. No âmbito da Investigação Veterinária foram produzidas 569 020 doses de vacina termostável contra a doença "newcastle da estirpe I-2", para dar suporte ao programa de avicultura.

*Programa de Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais*

464. Este programa visa incrementar, de forma sustentável, os níveis de extracção de madeira e derivados, bem como, aumentar a produção de produtos não madeireiros, em particular o mel. Pretende-se também, assegurar os devidos níveis de povoamento e repovoamento florestal com vista a combater a desflorestação e aumentar a superfície coberta por florestas.

465. O programa está materializado em 1 objectivo, desagregado em 5 metas e igual número de indicadores, e para sua materialização foram desembolsados recursos financeiros na ordem dos Kz 10 milhões. A execução deste programa em 2020 apresenta-se no quadro 57.

Quadro 57 - Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoiar o sector privado empresarial a aumentar os níveis de produção nacional florestal. | Produção de Madeira em toro. | Mil $m^3$ | 160 | 43 | 27% |
| | Produção de Madeira serrada. | Mil $m^3$ | 96 | 33 | 34% |
| | Exportação de Madeira serrada. | Mil $m^3$ | 95 | 33 | 35% |
| | Produção de Mel. | Ton | 150 | 9 | 6% |

Fonte: *MINAGRIP*

466. Em 2020, os resultados de todos os indicadores deste programa tiveram uma execução abaixo dos 50%. Este desempenho abaixo do esperado é

ELIMINAR

explicado pela falta de execução em certas acções previstas, condicionadas pela situação pandémica actual da COVID-19.

*Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional*

467. Este programa tem como princípio base, o envolvimento activo das comunidades, tendo o município como núcleo estratégico de planeamento, intervenção, acompanhamento e avaliação, e procura contribuir para relançar a economia rural, por forma a que se possam satisfazer as necessidades alimentares do País, através do aumento da produção e da qualidade dos alimentos, conduzindo a uma melhoria da qualidade de vida da população.

468. O programa perspectivou materializar 1 objectivo, desagregado em uma meta e um indicador, e para a sua execução foi desembolsado um total de Kz 2 milhões, tal como apresentado no quadro 58.

Quadro 58 - Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Melhorar a tomada de decisões sobre situações de insegurança alimentar através da implementação do Sistema Nacional de Monitorização da Segurança Alimentar e Nutricional. | Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. | % | 45 | 35 | 78% |

Fonte: *MINAGRIP*

469. No ano de 2020, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi implementado em 35%, representando um grau de execução de 78% face a meta anual de 45%.

470. Este desempenho é justificado pela criação de grupos Técnicos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com vista a dar resposta as primeiras actividades do programa, previstas para as províncias do Cunene e do Cuando-Cubango, bem como, a revisão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II) e o respectivo Plano de Acção 2019-2024, alinhados com os objectivos de desenvolvimento sustentável.

PRELIMINAR

471. De igual modo, está em curso a implementação de um programa, designado "FRESAN", uma parceria com a União Europeia e com o apoio do Instituto Camões, para o período de 2020 a 2024, para dar resposta aos efeitos da seca e reforço da segurança alimentar na região sul do país, tendo sido canalizados parte dos fundos para o aumento da capacidade de produção dos agricultores familiares e criadores de gado, através das escolas de campo.

*Programa de Exploração Sustentável dos Recursos Aquáticos Vivos e do Sal*

472. O Programa deve priorizar dois temas fundamentais, nomeadamente, a gestão sustentável dos recursos aquáticos vivos e a promoção da competitividade da produção de sal. Este, contava com 1 objectivo, desagregado em 4 metas e igual número de indicadores.

473. Para a execução deste programa foram disponibilizados recursos financeiros na ordem dos Kz 3,9 mil milhões, e os resultados podem ser observados no quadro 59.

Quadro 59 - Exploração Sustentável dos recursos Aquáticos Vivos e do Sul

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoiar o sector privado empresarial a aumentar os níveis de produção nacional das pescas e do sal. | Volume de captura da pesca industrial e semi-industrial. | Mil Ton | 261,1 | 230 | 88% |
| | Volume de capturas da pesca artesanal marítima. | Mil Ton | 98,9 | 112 | 113% |
| | Volume de capturas da pesca artesanal continental. | Mil Ton | 18,2 | 10 | 54% |
| | Produção de Sal. | Mil Ton | 159,9 | 164 | 103% |

Fonte: *MINAGRIP*

474. Neste programa, destaca-se o volume de capturas da pesca artesanal marítima e a produção de sal, com taxas de execução de 113% e 103%, respectivamente.

475. O desempenho do volume de capturas da pesca artesanal, é justificado pela realização da acção de formação de formadores em boas práticas de tratamento, conservação e controlo de qualidade de pescado, bem como,

PRELIMINAR

a instalação do software para tratamento de dados referente a pesca artesanal vulgo, "ARTFISH". Enquanto que o desempenho da produção de sal é resultado da ampliação das salinas nas províncias de Benguela, Bengo, Namibe e Cuanza Sul.

*Programa de Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável*

476. O desenvolvimento da aquicultura, envolve a criação de unidades de pequena escala de cariz social e a criação de unidades industriais mais competitivas e tecnologicamente mais avançadas, tendo sido disponibilizado um montante de Kz 5 mil milhões.

477. Este programa visou materializar o objectivo de apoiar o sector privado empresarial a aumentar os níveis de produção nacional da aquicultura, e teve apenas um indicador que foi a produção aquícola.

478. No ano de 2020, a produção aquícola foi de 2,1 mil toneladas, resultando num grau de execução de 100%. Este desempenho é justificado pelo registo de quatro novos empreendimentos aquícolas, nomeadamente, Remanso e Maninha no Uíge, e Pades e José Caluca, na Lunda Sul.

479. No âmbito do projecto de Apoio a Pesca Artesanal e Aquicultura, registou-se a reactivação de 240 tanques de apoio a aquicultura e 8 tanques de larvicultura em Malange.

*Programa de Fomento da Produção da Indústria Transformadora*

480. Este programa procura contribuir para o alargamento da base produtiva da indústria transformadora nacional, para o desenvolvimento de uma indústria moderna, inovadora, competitiva e sustentável, que dê resposta à procura dos consumidores angolanos e que contribua para a inserção progressiva do País no mercado regional e mundial.

481. O programa visa ainda materializar 2 objectivos, desagregados em 14 metas e igual número de indicadores, e para sua execução foram desembolsados cerca de Kz 4,1 mil milhões, conforme o quadro 60.

PRELIMINAR

Quadro 60 - Fomento da Produção da Indústria Transformadora

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoiar o sector privado empresarial a aumentar os níveis de produção nacional industrial. | Grau de cobertura do consumo nacional de sabão por produção interna. | % | 63 | 34 | 53% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de açúcar por produção interna. | % | 44 | 50 | 113% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de farinha de milho por produção interna. | % | 44 | 66 | 149% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de farinha de trigo por produção interna. | % | 64 | 53 | 82% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de leite pasteurizado por produção interna. | % | 33 | 48 | 144% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de transformados de carne por produção interna. | % | 13 | 8 | 63% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de massas alimentares por produção interna. | % | 70 | 26 | 37% |
| | Grau de cobertura do consumo nacional de tubo de aço por produção interna. | % | 59 | 73 | 123% |
| | Excedente da produção nacional de cerveja exportado. | % | 3 | 2 | 67% |
| | Excedente da produção nacional de cimento exportado. | % | 7 | 3 | 36% |
| | Empresas industriais instaladas nos PDI. | N.º | 30 | 30 | 100% |
| | Empresas industriais instaladas nos PIR. | N.º | 57 | 0 | 0% |
| | Técnicos capacitados nos Centros de Formação afectos ao Sector da Indústria. | N.º | 4 480 | 592 | 13% |
| | Empresas a colaborar com centros de formação. | N.º | 6 | 3 | 50% |

Fonte: *MINDCOM*

PRELIMINAR

482. No ano de 2020, destaca-se o grau de cobertura do consumo nacional de farinha de milho por produção interna que foi, em média, de 66%, correspondendo a um grau de execução de 149% face à meta anual de 44%. Este desempenho é justificado pela redução das importações, devido ao processo de desvalorização da moeda nacional.

483. Os outros indicadores com execução acima da média, na ordem dos 144% 123%, tratam-se do grau de cobertura do consumo nacional de leite pasteurizado por produção interna e o grau de cobertura do consumo nacional de tubo de aço por produção interna.

*Programa de Desenvolvimento de Indústrias de Defesa*

484. Este programa tem como objectivo criar capacidade de base industrial e tecnológica para produção interna de bens e serviços essenciais e de interesse da Defesa, contribuindo para a diminuição de importações e a poupança de divisas, tendo sido orçamentado um valor total de Kz 12,2 mil milhões, valor este que, no período em apreço, não foi executado.

485. O programa visava materializar um objectivo e igual número de meta e indicador, nomeadamente, aumentar a autossuficiência das FAA em fardamento e calçado.

486. No ano de 2020, não se registou produção. A fábrica de fardamento e calçado da Empresa Fabril de Calçados e Uniformes (EFCU-E.P.), que passou para a tutela do sector da Defesa Nacional em Dezembro de 2020, recebeu um aporte financeiro da empresa Mine Way, associada da SODIAM, no valor de USD 2 milhões para aquisição de matérias-primas, o que no ano 2021 permitirá retomar a produção daquela unidade fabril.

487. O ano 2020 foi marcado pela reorganização da fábrica que tem a capacidade de produzir anualmente cerca de 400 mil fardas camufladas e roupas interiores para as FAA.

*Programa de Desenvolvimento Hoteleiro e Turístico*

488. O programa procura criar as condições para um desenvolvimento estruturado do sector, visando o aumento e diversificação da oferta hoteleira e turística (suportada em investimento privado), de modo a atrair turistas nacionais e estrangeiros, a aumentar receitas e empregos e a melhorar a balança de serviços de Angola com o exterior, tendo sido disponibilizado recursos financeiros na ordem dos Kz 147,8 milhões.

489. O programa contava com 3 objectivos, designadamente:

a) Criar as bases estratégicas fundamentais de suporte à promoção e fomento do turismo no país.

PRELIMINAR

b) Reestruturar e dinamizar os Pólos de Desenvolvimento Turísticos do país, adaptando as estratégias e áreas de acção à realidade e potencial turístico ambiental e cultural de cada região.

c) Criar condições internas para o treinamento de recursos humanos para o serviço hoteleiro, turístico e de restauração, fomentando a capacitação especializada nestas áreas.

490. Porém, importa salientar que para o ano de 2020, não foram traçadas metas neste programa.

*Programa de Modernização das Actividades Geológico-Mineiras*

491. Este programa teve como foco o fomento de recursos minerais, numa lógica de aproveitamento ambientalmente sustentável dos recursos, de criação de emprego local e de sustentar um conjunto de fileiras a jusante: diamantes, ouro, ferro, materiais e produtos de origem mineira para a construção civil, para a agricultura e para a indústria.

492. Para este programa foram liquidadas despesas na ordem dos Kz 5,9 mil milhões, visando a materialização de 4 objectivos, desagregados em 6 metas e igual número de indicadores, conforme indicado no quadro 61.

Quadro 61 - Modernização das Actividades Geológico-Mineiras

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoiar os produtores a aumentar a produção de pedras e metais preciosos e estender a cadeia de valor a jusante. | Produção de diamantes. | Milhões de quilates | 8,3 | 8 | 95% |
| | Produção de ouro. | Milhares de onças finas | 5,44 | 2 | 35% |
| Apoiar os produtores a aumentar a produção de rochas ornamentais. | Produção de rochas ornamentais. | Mil m³ | 58,09 | 68 | 116% |
| Apoiar os produtores a aumentar a produção de calcário. | Produção de calcário (dolomítico). | Mil m³ | 34,11 | 11 | 31% |
| Apoiar os produtores a aumentar a produção de recursos minerais para a construção civil. | Produção de areia siliciosa. | Mil m³ | 13,2 | 0 | 0% |
| | Produção de argila. | Mil m³ | 157,47 | 342 | 217% |

Fonte: *MIREMPET*

ELIMINAR

493. No ano de 2020, destaca-se a produção de rochas ornamentais de 68 mil m³, representando um grau de execução de 116%, quando comparado com a meta anual de 58,09 mil m³. Este desempenho é justificado pelo fomento do associativismo para valorização do produto nacional.

494. Por outro lado, destaca-se também a produção de argila de 341,87 mil m³, correspondendo a um grau de execução de 217%, quando comparado com a meta anual de 157,47 mil m³. Este resultado é justificado pelo aumento da produção, face ao aumento da procura por argila no mercado da indústria cimenteira.

*Programa de Desenvolvimento e Consolidação da Fileira do Petróleo e Gás*

495. O foco do programa é o de atenuar o declínio da produção de petróleo bruto e gás, mantendo uma maior eficiência operacional, minimizar as perdas não previstas, optimizar e fomentar a produção de produtos refinados de petróleo bruto, no sentido de garantir a autossuficiência do País nestes produtos e aumentar a capacidade de armazenagem de combustíveis e lubrificantes, e garantir a cobertura nacional.

496. Para a execução deste programa foram disponibilizados recursos financeiros na ordem dos Kz 22,8 milhões, com vista a materialização de 3 objectivos, desagregados em 5 metas e igual número de indicadores, conforme o quadro 62.

Quadro 62 - Desenvolvimento e Consolidação da Fileira do Petróleo e Gás

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Impulsionar e intensificar a substituição de reservas, visando atenuar o declínio acentuado da produção de hidrocarbonetos. | Produção de petróleo bruto. | Milhões BOPD/dia | 1,28 | 1 | 99% |
| | Produção de gás natural liquefeito. | Milhares BOE/dia | 104,26 | 117 | 112% |
| Aumentar a produção de derivados de petróleo, através da construção de novas refinarias e ampliação da refinaria existente. | Produção de derivados de petróleo bruto na Refinaria de Luanda. | Mil Ton | 2377 | 2 152 | 91% |
| Melhorar a rede de distribuição de combustíveis e lubrificantes em todo o território, através do aumento da capacidade de armazenagem. | Capacidade de armazenagem de combustíveis e lubrificantes em terra. | Mil m³ | 605,54 | 680 | 112% |

Fonte: *MIREMPET*

PRELIMINAR

497. No ano de 2020, destaca-se a produção média de gás natural liquefeito de 117 Mil BOE/dia, correspondendo a um grau de execução de 112%, face a meta anual de 104,26 Mil BOE/dia. Este desempenho é justificado pelo envio regular de gás à planta ALNG.

498. Destaca-se ainda a capacidade de armazenagem de combustíveis e lubrificantes em terra, de 680,01 mil m³, correspondendo a um grau de execução de 112%, quando comparado com a meta anual de 605,54 mil m³. Tal desempenho é justificado pela incorporação na capacidade nacional de armazenagem em terra, de 321 500 m3 da capacidade de armazenagem ociosa da Pumangol, que passou à gestão da Sonangol Logística, fruto do acordo assinado entre as partes.

## Política Estratégica – Sustentabilidade Ambiental

### *Programa de Alterações Climáticas*

499. Este Programa almeja alicerçar a política e acção climática nacional em informação credível e verificável sobre o impacto das alterações e no efeito do comportamento de parâmetros climáticos na vida sócio económica do país. Para tal, pretende estabelecer ferramentas e mecanismos para o monitoramento contínuo destes impactos nas comunidades assim como das emissões de gases com efeitos de estufa.

500. Concomitantemente, o programa propõe-se conceber e implementar projectos-piloto com o objectivo de demonstrar modelos de colaboração institucional, promoção de tecnologias limpas e concepção de modelos de negócio para a salvaguarda do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável, que conduzirão à maximização dos benefícios e oportunidades decorrentes da inserção do componente clima em sectores chave, incluindo a preservação da Biodiversidade.

501. Para este programa foi desembolsado um valor total de Kz 2,1 milhões, visando a materialização de 3 objectivos, desagregados em 9 metas e igual número de indicadores, conforme se verifica no quadro 63.

PRELIMINAR

Quadro 63 - Alterações Climáticas

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Promover a adopção de um modelo de crescimento económico de baixo carbono. | Projectos Abrangidos pela Estratégia Nacional de Alterações Climáticas. | N º | 3 | 3 | 100% |
| | Sectores abrangidos pelo Plano Nacional de Emissões de GEE. | N º | 0 | 0 | 0% |
| | Cidadãos beneficiados de energia renovável. | N º | 0 | 0 | 0% |
| Adaptar o território nacional aos efeitos das alterações climáticas, através da integração da componente adaptação nas políticas, programas e actividades, existentes ou novas, conducentes a um desenvolvimento sustentável, dando desta forma orientação aos fazedores de política dos sectores em risco. | Observatório Climático Nacional. | N º | 0 | 0 | 0% |
| | Sistemas de alerta prévio para cheias e secas no Sul do país. | N º | 0 | 0 | 0% |
| | Cidadãos consciencializados e treinados sobre os efeitos das alterações climáticas. | N º | 10 000 | 22 362 | 224% |
| | Cidadãos beneficiados com praticas alternativas para a melhoria da resiliência das comunidades às cheias, secas e outros efeitos das alterações climáticas. | N º | 200 | 292 | 146% |
| Reforçar o combate à seca e à desertificação, com acções preventivas de sustentabilidade. | Número de árvores plantadas. | N º | 1 850 | 1 200 | 65% |
| | Províncias com mapeamento de zonas com degradação de terra. | N º | 0 | 0 | 0% |

Fonte: *MCTA*

502. No ano de 2020, foram abrangidos 3 projectos pela Estratégia Nacional de Alterações Climáticas, correspondendo a um grau de execução de 100%.

503. Relativamente à consciencialização e treinamento sobre os efeitos das alterações climáticas, foram consciencializados e treinados 22 362, correspondendo a um grau de execução de 224%, quando comparado com a meta anual de 10 000 cidadãos.

504. Este desempenho é justificado pela elaboração de material de consciencialização sobre a adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Foram ainda estabelecidas oficinas de alterações climáticas nas Províncias do Cunene, Huambo, Cuanza Sul, Huíla e Namibe, que serviram de mecanismo de disseminação de informação sobre os efeitos das alterações climáticas, assim como para a transmissão de técnicas e práticas que contribuem para a resiliência climática.

PRELIMINAR

505. No que concerne aos cidadãos beneficiados com práticas alternativas para a melhoria da resiliência das comunidades, as cheias, secas e outros efeitos das alterações climáticas foram 292 mil cidadãos, correspondendo a um grau de execução de 146%, quando comparado com a meta anual de 200 mil cidadãos. Este desempenho, muito acima do esperado, é justificado pelas acções de capacitação técnica e material nas comunidades residentes na Bacia Hidrográfica do Rio Cuvelai em apicultura.

506. No âmbito da plantação de árvores, foram plantadas 1 200 árvores, correspondendo a um grau de execução de 65%, quando comparado com a meta anual de 1 850 árvores. Este desempenho é justificado pelas actividades realizadas pelas administrações municipais e pelos Governos Provinciais em sede dos programas de educação ambiental e da celebração do Dia do Ambiente, bem como a inclusão dos parceiros sociais de protecção do ambiente nas acções de plantação massiva de árvores nos programas de saneamento básico em zonas de risco, que permitiu maior sensibilização das comunidades, sobretudo em zonas periurbanas.

*Programa de Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental*

507. Este programa contempla acções com o propósito de estabilizar as encostas e margens de rios, desassorear os rios e executar obras de protecção costeira sendo que para a sua execução foi disponibilizado um montante na ordem dos Kz 3 mil milhões.

508. Este programa visa materializar 1 objectivo, desagregado em 2 metas e igual número de indicadores, conforme se averigua no quadro 64.

Quadro 64 - Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reduzir o risco de catástrofe por deslizamento de terras e galgamento das águas do mar, promovendo acções de estabilização de encostas, protecção costeira e recuperação de zonas ravinadas. | Área de risco de deslizamento estabilizada. | N º | 2 | 0 | 0% |
| | Zonas ravinadas recuperadas. | N º | 24 | 40 | 167% |

Fonte: *MCTA*

PRELIMINAR

509. No ano de 2020, o indicador referente às áreas de risco de deslizamento estabilizada não teve execução. Entretanto, foram recuperados 40 hectares de zonas ravinadas, resultando num grau de execução de 1667%, quando comparado com a meta anual de 24 hectares.

510. Tal desempenho deveu-se a intervenção nas seguintes ravinas: EN-225 (Dundo-Xá Muteba), Centralidade do Dundo, Aeroporto do Dundo na Lunda Norte; Tchimunto-Yaco em Cabinda e troço Cacolo –Cucumbi - Xassengue, na Lunda Sul.

## Política Estratégica – Emprego e Condições de Trabalho

### *Programa de Promoção à Empregabilidade*

511. O programa visa fomentar o surgimento de micro, pequenas e médias empresas, por via dos Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), incubadoras de Empresas e Centros Municipais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego, bem como, do fomento do microcrédito e do crédito bonificado através de instituições bancárias, possibilitando que estas novas empresas sejam verdadeiros veículos da diversificação económica, tendo sido disponibilizado um valor total de Kz 95,9 milhões.

512. O programa contava com 2 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, conforme mostra o quadro 65.

Quadro 65 - Promoção à Empregabilidade

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho, através de estágios profissionais. | Formados por cursos de formação profissional do nível III e IV que frequentam estágios profissionais. | N º | 96 | 0 | 0% |
| Apoiar a iniciativa e o espírito empreendedor. | Pessoas capacitadas em empreendedorismo e técnicas de gestão empresarial. | N º | 1 240 | 2 399 | 193% |
| | Pessoas beneficiadas por microcrédito para a criação de pequenos negócios. | N º | 1 600 | 737 | 46% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| | N.º de empresas / cooperativas de jovens apoiadas. | N º | 12 | 62 | 517% |

Fonte: *MAPTESS*

513. No ano de 2020, foram capacitadas 2 399 pessoas em empreendedorismo e técnicas de gestão empresarial, correspondendo a um grau de execução de 193%, quando comparado com a meta anual de 1 240 pessoas. Este desempenho, independentemente dos constrangimentos causados pela Pandemia da COVID-19, é justificado pela reabertura do ano formativo que permitiu realizar e dar continuidade ao processo de formação.

514. Relativamente aos microcréditos concedidos, foram beneficiadas 737 pessoas. Este indicador perspectivou a criação de pequenos negócios, resultando num grau de execução de 46%, quando comparado com a meta anual de 1 600 pessoas. Este desempenho é justificado pelo actual contexto pandémico, que inviabilizou a continuidade das acções de apoio, por via do microcrédito para criação de pequenos negócios.

515. Quanto ao apoio às empresas e cooperativas, foram apoiadas 62 correspondendo a um grau de execução de 517%, quando comparado com a meta anual de 12 empresas/cooperativas. Este desempenho é justificado pela implementação das medidas do Executivo destinadas a estimular a actividade empresarial e o consumo das famílias.

*Programa de Melhoria da Organização e das Condições de Trabalho*

516. Este programa visa proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários, tendo sido desembolsado um valor total de Kz 27,4 milhões.

517. O programa visa materializar 2 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, conforme indica o quadro 66.

PRELIMINAR

Quadro 66 - Melhoria da Organização e das Condições de Trabalho

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reduzir situações de risco e infracções laborais, através de um melhor funcionamento da inspecção do trabalho em todas as províncias | Acções inspectivas sobre condições de trabalho | N º | 2 748 | 6 086 | 221% |
| Promover a criação de condições de trabalho e acelerar a resolução dos conflitos laborais | Acções de sensibilização para a melhoria das condições de trabalho | N º | 187 | 550 | 294% |
| | Taxa de acidentes de trabalho | % | 65 | 28 | 43% |

Fonte: *MAPTESS*

518. No ano de 2020, foram realizadas 6 086 acções inspectivas sobre condições de trabalho, correspondendo a um grau de execução de 221%, quando comparado com a meta anual de 2 748 acções inspectivas programadas. Este desempenho é justificado, por um lado, pelo início de acções inspectivas a nível das empresas em função das denúncias feitas pelos trabalhadores, e pelo aumento do número de inspectores aprovados no concurso público de 2020.

519. Foram ainda realizadas 550 acções de sensibilização para a melhoria das condições de trabalho, correspondendo a um grau de execução de 294%, quando comparado com a meta anual de 187 acções de sensibilização. O desempenho, acima do esperado, é justificado pela realização de acções de sensibilização com recurso as redes sociais, permitindo assim maior fluidez e rapidez na informação.

520. Em média, a taxa de acidentes de trabalho reduziu em 28%, representando um grau de execução de 231%, quando comparada com a meta anual de 65%. Este desempenho positivo é justificado pela admissão de novos Inspectores no serviço da Inspecção Geral do Trabalho, que originou o aumento do número de acções de inspecção e sensibilização às entidades empregadoras, sobre a obrigatoriedade de implementação do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho, visando a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores, resultando também, num maior

PRELIMINAR

número de empresas a reportar os acidentes de trabalho ocorridos nos seus estabelecimentos.

*Programa de Reconversão da Economia Informal*

521. Este programa contava com 1 objectivo, desagregado em 1 meta e igual número de indicadores e para sua execução foi desembolsado um valor total de Kz 4,3 milhões, conforme exibido no quadro 67.

Quadro 67 - Reconversão da Economia Informal

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a oferta de Serviços de formalização de empresas nas estruturas de atendimento ao público existentes. | Número de micro e pequenas empresas e cooperativas registadas e formalizadas | N º | 500 | 251 | 50% |

Fonte: *MEP*

522. No ano de 2020, foram registadas e formalizadas 251 Micro e Pequenas Empresas e Cooperativas, representado um grau de execução de 50%, face à meta anual de 500 micro e pequenas empresas e cooperativas. Tal desempenho deveu-se ao facto da implementação da Estratégia de Transição da Economia Informal para a Formal ter iniciado depois de ser constituída a Unidade Técnica de Implementação, isto é, no II Semestre do ano.

523. Adicionalmente, foi apresentado o Plano de Acção de Reestruturação de Mercados de Rua – projecto de requalificação, formalização e expansão dos mercados e cantina. Foi ainda estruturado o Observatório Nacional da Actividade Económica Informal, bem como, configurado o Sistema Integrado de Gestão de Operações de Microcrédito (SIGOM).

PRELIMINAR

## Eixo 3 – Infra-estruturas Necessárias Ao Desenvolvimento

### Política Estratégica – Transporte, Logística e Distribuição

### *Programa de Modernização e Desenvolvimento da Actividade de Transportes*

524. Este programa de acção deve priorizar a modernização dos equipamentos nos domínios dos transportes aéreo, marítimo, ferroviário e rodoviário, tendo como foco a melhoria das condições que garantam maior segurança sendo que, para a sua execução foi desembolsado um valor total na ordem dos Kz 4,7 mil milhões.

525. O programa contava com 3 objectivos, desagregados em 10 metas e igual número de indicadores, conforme se pode observar no quadro 68.

Quadro 68 - Modernização e desenvolvimento da Actividade de Transportes

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Modernizar e adequar os equipamentos e sistemas CNS/ATM, através da implementação do Programa de Gestão e Controlo do Espaço Aéreo Civil (PGCEAC). | Grau de implementação do Sistema de vigilância do espaço aéreo nacional para a FIR e TMA de Luanda. | % | 30 | 25 | 83% |
| | Grau de implementação do processo de Transição AIS-AIM I. | % | 30 | 25 | 83% |
| | Grau de implementação do Sistema de comunicação VHS -ER instalado. | % | 50 | 50 | 100% |
| | Sistemas VOR/DME instalados. | % | 30 | 25 | 83% |
| Reforçar o número de material rebocado (vagões), através de manutenção preventiva e correctiva. | Vagões em operação. | N.º | 240 | 69 | 29% |
| Rever e adequar a estrutura orgânica, legal e redimensionar o Sector dos Transportes, dos Institutos e das Empresas Tuteladas. | Grau de implementação da Reforma do quadro legal do Subsector da Aviação Civil. | % | 30 | 23 | 75% |
| | Grau de implementação da Reforma do quadro legal do Subsector Marítimo e Portuário. | % | 30 | 18 | 60% |
| | Grau de implementação da Reforma do quadro legal do Subsector Terrestre | % | 30 | 30 | 100% |
| | Grau de implementação da Transformação digital do Sector. | % | 20 | 15 | 75% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| | Grau de realização do Estudo do Terminal Integrado de Desenvolvimento da Barra do Dande. | % | 50 | 30 | 60% |

Fonte: *MINTRANS*

526. Neste programa, destaca-se o indicador referente ao grau de implementação do Sistema de comunicação VHS-ER, tendo alcançado a realização de 50%, representando um grau de execução de 100% comparativamente à meta anual estabelecida.

527. A iniciativa passou pela fase concursal, tendo sido adjudicado o projecto de fornecimento de rádios digitais, cuja execução carece da disponibilização de recursos financeiros. Por outro lado, foi celebrado o contrato com o fornecedor, para a instalação de fibra-óptica no sistema de comunicações aeronáuticas, reduzindo as interferências nas comunicações aéreas.

528. Destaca-se também o grau de implementação da reforma do quadro legal do subsector terrestre, tendo este alcançado uma execução de 30%, representando 100%, quando comparado com a meta anual definida.

529. O alcance da meta garante as reformas estruturais do Sector dos Transportes Terrestres, nomeadamente, a fusão do INCFA e o INTR, bem como, regulamentar, licenciar, fiscalizar e inspeccionar as actividades das escolas de condução automóvel, e emitir carta de condução, regulamentar, licenciar, fiscalizar e inspeccionar a actividade de inspecção automóvel e outra regulamentação necessária para o adequado funcionamento do sector.

*Programa de Desenvolvimento e Melhoria das Infra-estruturas de Transporte*

530. Este Programa de Acção deve priorizar quatro temas principais nomeadamente:

a) Elevar o nível de serviço, eficiência e de comodidade nos aeroportos;

PRELIMINAR

b) Desenvolver as infra-estruturas necessárias ao funcionamento do transporte marítimo;

c) Melhorar as condições de navegabilidade fluvial e marítima, desenvolver o transporte ferroviário urbano, interprovincial e regional;

d) Desenvolver o transporte rodoviário, melhorando os seus principais factores de prevenção e segurança que lhe estão associados.

531. O programa contava com 3 objectivos, desagregados em 13 metas e 14 indicadores, tendo sido desembolsado cerca de Kz 195,9 mil milhões. Os resultados desta execução podem ser observados no quadro 69.

Quadro 69 - Desenvolvimento e Melhoria das Infra-estruturas de Transporte

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Elevar o nível de serviço e de comodidade nos aeroportos de acordo com as normas ICAO/IATA, bem como ampliar, reabilitar e construir vários aeroportos. | Grau de Execução da Construção do Novo Aeroporto Internacional de Luanda | % | 65 | 58 | 89% |
| | Grau de Execução da construção Aeroporto de M' Banza Congo | % | 20 | 15 | 75% |
| | Passageiros beneficiados pelas intervenções nos aeroportos de Cuíto-Bié, Cabinda, Lubango e Huambo | Milhares | 550 | 313 | 57% |
| | Carga Movimentada nos aeroportos do Cuíto-Bié, Cabinda, Lubango e Huambo | Milhares de Toneladas | 15 | 1 | 6% |
| | Aeronaves Movimentadas nas pistas reabilitadas dos aeroportos de Luanda, Soyo e Ondjiva | Milhares | 26 | 27 | 104% |
| | Passageiros beneficiados pelas 3 pistas reabilitadas dos aeroportos de Luanda, Soyo e Ondjiva | N º | 3 | 1 | 33% |
| | Grau de implementação da Concessão da Rede Nacional de Aeroportos | % | 50 | 45 | 90% |
| Concessionar infra-estruturas portuárias nos Portos: Caio (em Cabinda), Barra do Dande (no Bengo), Namibe, Luanda, Lobito e Soyo | Grau de implementação da Construção do Porto Caio em Cabinda | % | 23 | 15 | 65% |
| | Carga movimentada no Porto do Namibe | Milhares de Toneladas | 800 | 922 | 115% |
| | Grau de reabilitação do Terminal Mineraleiro do Sacomar | % | 15 | 10 | 67% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| | Terminais Marítimos e Portuários Concessionados | N º | 1 | 1 | 100% |
| | Terminais Marítimos de Passageiro e de Carga Concessionados | N º | 4 | 0 | 0% |
| Desenvolver o transporte ferroviário urbano, suburbano e de longo curso, oferecendo condições que promovam a concorrência intra e inter-modal | Graus de implementação da construção de 5 Estações multiusos | % | 28 | 25 | 89% |
| | Ramal Ferroviário, Baia-NAIL construído | % | 40 | 25 | 63% |

Fonte: *MINTRANS*

532. Neste programa, destacam-se as movimentações nas pistas reabilitadas dos aeroportos de Luanda, Soyo e Ondjiva, com um total de 27,10 mil Aeronaves, o que representa um grau de execução de 104%, quando comparado com a meta anual programada.

533. Este desempenho deveu-se ao início da realização de voos humanitários e domésticos para o transporte de passageiros e carga para apoio ao combate da pandemia, que permitiu o aumento do movimento de aeronaves nos aeroportos acima mencionados, com maior preponderância aos voos domésticos, com um peso de mais de 34% sobre o volume de tráfego aéreo.

534. Destaca-se igualmente o nível de carga movimentada no Porto do Namibe que alcançou a cifra de 922,4 Mil Toneladas, representando um grau de execução de 115,3%, comparativamente à meta anual programada. O desempenho deste indicador é explicado pela manutenção da dinâmica da actividade de transporte de carga geral e contentores, apesar do impacto da COVID-19, sendo de realçar para o caso específico do Namibe, o transporte de rochas ornamentais e outros minérios.

*Programa de Expansão dos Transportes Públicos*

535. O programa visa o aumento da eficiência da gestão dos Transportes Públicos, garantindo a melhoria da qualidade do serviço prestado e os mecanismos de integração para os utentes, de modo a garantir a fluidez e rapidez na prestação dos serviços de transporte, tendo sido liquidadas despesas na ordem dos Kz 100,8 milhões.

PRELIMINAR

536. O programa visou a materialização de 3 objectivos, desagregados em 5 metas e igual número de indicadores, conforme apresentado no quadro 70.

Quadro 70 - Expansão dos Transportes Públicos

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reforçar o Serviço de Transporte Urbano Colectivo, permitindo a mobilidade de passageiros em todo o País. | Autocarro em circulação para reforço do transporte urbano colectivo. | N.º | 721 | 808 | 112% |
| | Passageiros transportados para o Serviço de Transporte Urbano Colectivo. | Milhões | 395 | 487 | 123% |
| Implantar o sistema de integração tarifária, na área metropolitana de Luanda. | Grau de Implementação do Sistema de Bilhética na área metropolitana de Luanda. | % | 20 | 37 | 185% |
| Promover o transporte ferroviário rápido de passageiros nos caminhos de ferro de Luanda, Benguela e Moçâmedes. | Automotoras DMU em circulação no CFL/CFB/CFM. | N º | 10 | 7 | 70% |
| | Metro de Superfície de Luanda (MSL) Construído. | % | 20 | 15 | 75% |

Fonte: *MINTRANS*

537. No ano de 2020, foram colocados em circulação 808 autocarros para o reforço do transporte urbano colectivo, representando um grau de execução de 112%, quando comparado com a meta anual programada. Este desempenho é justificado pelo fornecimento de 87 autocarros adicionais, colocados a disposição dos Governos Provinciais e Operadoras do Serviço de Transporte Urbano, fruto do esforço e estreita colaboração que o Sector tem vindo a materializar desde 2019 com as referidas entidades, no âmbito do programa de reforço a rede de transporte urbano regular de passageiros em todo País.

538. Durante o período em análise, foram transportados pelos Serviços de Transporte Urbano Colectivo, um total de 487 milhões de passageiros, o que representa um grau de execução de 123%, face a meta programada para o ano. O desempenho do indicador é justificado pelo incremento de meios colocados a disposição para o reforço do transporte urbano colectivo, não obstante as medidas de restrição impostas para o transporte de passageiros devido à COVID-19.

PRELIMINAR

539. Destaca-se ainda a construção do Metro de Superfície de Luanda cuja execução alcançou os 15%, representando um grau de execução de 75%, quando comparado com a meta de 20%, programada para o ano de 2020. Este desempenho é justificado pela restruturação da estratégia inicial para implementação do projecto MSL em regime de Parceria Público-Privadas (PPP) logo desde o seu arranque.

540. Nesta conformidade, está em curso os trabalhos de preparação para a criação das condições precedentes para a publicação do Decreto Presidencial e posterior formalização e arranque do Projecto em PPP, estando o projecto inserido no Plano Operacional das Parcerias Público-Privadas (PPP) do Ministério da Economia e Planeamento (MEP).

## Política Estratégica – Energia Eléctrica

### *Programa de Expansão do Acesso à Energia Eléctrica nas áreas Urbanas, Sedes de Municípios e Áreas Rurais*

541. A prioridade deste Programa de Acção passou pelo aumento do acesso equilibrado à energia eléctrica, em todo o território nacional, tendo sido disponibilizada uma quota no valor de Kz 55,8 milhões.

542. O programa visou materializar 2 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, conforme apresentado no quadro 71.

Quadro 71 - Expansão do Acesso à Energia Eléctrica nas áreas Urbanas, Sedes de Municípios e Áreas Rurais

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar o acesso à energia eléctrica a nível nacional. | Taxa de Electrificação | % | 43 | 42 | 99% |
| | Número de Clientes de energia eléctrica | Milhares | 124 | 39 | 32% |
| Aumentar o acesso à energia eléctrica em todo território nacional, assegurando um acesso mínimo em todas as províncias e a cobertura de todas as sedes municipais por sistema eléctrico público. | Taxa mínima de electrificação provincial | % | 13 | 10 | 73% |
| | Número de sedes de Município servidas por Sistema Eléctrico Público | N º | 7 | 8 | 114% |

Fonte: *MEP*

PRELIMINAR

543. No período em análise, destaca-se a taxa de electrificação a nível nacional que se situou em 42%, face aos 43% previstos para o ano, representando um grau de execução de 99%. Este desempenho é justificado por novas ligações domiciliares realizadas em diversos bairros das sedes provinciais de Cabinda, Luanda, Zaire, Benguela e Huambo.

544. Destaca-se ainda as 8 sedes de municípios que foram servidas por sistema eléctrico público representando um grau de execução positiva de 114%. Este desempenho é justificado pelo alargamento da rede em mais 8 sedes municipais, bem como pela integração e responsabilização da ENDE na gestão e operação da rede de distribuição na Ganda, em Benguela, Cahama, no Cunene, Quissama, em Luanda, Cambulo-Nzagi, no Lunda Norte, Calandula, em Malanje, Songo, no Uíge, Ambriz, no Bengo, e Luena, no Moxico.

*Programa de Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico*

545. O referido Programa objectiva a optimização e uma gestão sustentável do Sector Eléctrico, das energias renováveis, bem como a participação do sector privado nos investimentos do sector, tendo sido desembolsado cerca de Kz 347,7 mil milhões, para sua execução.

546. O programa visou materializar 2 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, conforme demonstrado no quadro 72.

Quadro 72 - Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar e optimizar a localização e disponibilidade da geração térmica da produção de energia. | Potência instalada das centrais PRODEL | GW | 5 | 5,88 | 118% |
| | Grau de cobertura em todos os sistemas de produção | % | 30 | 8 | 28% |
| Reforçar a Rede Nacional de Transporte para permitir transportar a energia do Sistema Norte até à Região Centro e Sul. | Energia transportada do Sistema Norte | MW | 50 | 21 | 42% |

Fonte: *MEP*

PRELIMINAR

547. Neste programa, destaca-se a potência instalada das centrais PRODEL tendo se situado em torno dos 5,88 GW, resultando num grau de execução de 118 %, quando comparado com a meta prevista, assegurado o cumprimento integral da meta para o ano.

548. Tal facto é justificado pelo reforço de potência nos aproveitamentos hidroeléctricos de Laúca (em Dezembro do corrente ano entrou em funcionamento a 6ª turbina, com mais de 334 MW) e da Central do Ciclo Combinado do Soyo I, bem como da instalação de três novas centrais térmicas no Luena (Moxico), Saurimo (Lunda Sul) e Cuíto (Bié).

549. Por fim, destaca-se a potência de energia transportada no sistema norte para o centro/sul que teve um incremento de 21 MW face aos 50 MW programados, perfazendo um grau de execução de 42%.

## Política Estratégica – Água e Saneamento

### *Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais*

550. O referido programa visa a priorização de duas dimensões, nomeadamente, a expansão do abastecimento de água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais e a melhoria da capacidade de gestão operacional e recuperação dos sistemas de abastecimento de água.

551. Para este programa foi desembolsada uma quota no valor de Kz 117,6 mil milhões, com vista a materialização de 2 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, conforme indicado no quadro 73.

Quadro 73 - Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a capacidade de produção e a taxa de cobertura do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais. | Taxa de cobertura de Água nas áreas Urbanas. | % | 71 | 72 | 101% |
| | Produção de Água potável nas Sedes Provinciais e Municipais. | Mil m³/dia | 1 251 | 1 315 | 105% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa de cobertura do abastecimento de água nas áreas rurais. | % | 73 | 70 | 97% |
| Melhorar a capacidade de gestão operacional e recuperação dos sistemas de abastecimento de água. | Taxa de operacionalidade dos Sistemas de Abastecimento de Água. | % | 75 | 67 | 89% |

Fonte: *MINEA*

552. Neste programa, destaca-se a taxa de cobertura de água nas áreas Urbanas esteve na ordem dos 72%, face aos 71%, programados para o ano, representando um grau de execução de 101%, justificado pela melhoria na operacionalização dos sistemas existentes e a construção do sistema de água dos 200 fogos habitacionais no Município da Humpata/Huíla.

*Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água*

553. Este Programa de Acção visa, fundamentalmente, a descentralização da gestão do abastecimento e tratamento de água e a continuidade do processo de implementação dos principais instrumentos orientadores da política da água.

554. Para a execução deste programa foi aprovado um orçamento na ordem dos Kz 1,6 milhões, com vista a materialização de 4 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, conforme se demonstra no quadro 74.

Quadro 74 - Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Descentralizar a gestão do abastecimento e tratamento de água. | Empresas provinciais gestoras em funcionamento. | N º | 6 | 9 | 150% |
| Garantir que todas as bacias hidrográficas sejam dotadas de Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos (PGDURH). | Bacias hidrográficas dotadas de PGDURH. | N º | 2 | 0 | 0% |
| Reabilitar as estações hidrométricas existentes e ampliar a rede hidrométrica nacional. | Estações hidrométricas na rede nacional. | N º | 10 | 0 | 0% |

PRELIMINAR

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar a monitorização efectiva da qualidade da água para consumo humano, com elevado padrão. | Laboratórios para Qualidade da Água em Funcionamento. | N º | 10 | 11 | 110% |

Fonte: *MCTA*

555. Neste programa, destaca-se o funcionamento de 9 Empresas provinciais gestoras do processo de abastecimento e tratamento de água, face à meta prevista de 6, representando assim um grau de execução de 150%. No que diz respeito a empresas gestoras dos sistemas de abastecimento e saneamento, foram já criadas 17 empresas que agora necessitam de apoio para que dentro em breve tenham condições de operacionalidade.

556. Destaca-se ainda o funcionamento de 11 laboratórios para qualidade da água, face aos 10 previstos no ano, representando um grau de execução de 110%. Tal desempenho é justificado pela construção de laboratório de âmbito provincial em Cabinda, Huambo, Bié, Namibe, Lunda Norte e Bengo.

557. Quanto aos demais indicadores, não foram registadas acções pelas restrições financeiras verificadas durante o período em apreço.

*Programa de Melhoria do Saneamento Básico*

558. O programa tem como principais prioridades, a melhoria na gestão e manutenção de infra-estruturas de drenagem de águas pluviais e residuais no território, o desenvolvimento de uma economia circular que envolva a melhoria no sistema de recolha de resíduos sólidos hospitalares, industriais e urbanos, seu tratamento e reutilização e o aumento do número de latrinas nas zonas rurais.

559. O mesmo conta com 3 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, e para sua execução foi desembolsado cerca de Kz 1,8 mil milhões. Os resultados desta execução podem ser observados no quadro 75.

PRELIMINAR

Quadro 75 - Melhoria do saneamento Básico

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Envolver a população no esforço nacional de melhoria do saneamento básico e reduzir a incidência de doenças de transmissão hídrica. | Aldeias declaradas sem defecação ao ar livre | N º | 30 | 18 | 60 |
| Desenvolver as bases de implementação de uma economia circular que garanta a valorização, reutilização e transformação de resíduos sólidos e líquidos, bem como a melhoria no seu sistema de recolha e tratamento | Capitais de província dotadas de infra-estruturas de gestão e valorização de resíduos | N º | 0 | 0 | 0 |
| Melhorar a gestão e manutenção de infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas pluviais e residuais, com impacto directo sobre o bem-estar social e saúde geral da sociedade, bem como sobre a poluição ambiental. | Rede de drenagem pluvial e residual nos municípios | N º | 0 | 0 | 0 |
| | Municípios com rede de drenagem pluvial e residual desassoreada | Km | 0 | 0 | 0 |

Fonte: *MCTA*

560. No período em análise, relativamente ao referido programa, foram apenas traçadas metas para o indicador das aldeias declaradas sem defecação ao ar livre. Neste sentido, foram declaradas 18 aldeias livres de defecação ao ar livre, quando comparado com a meta do ano, perfazendo um grau de execução de 60%.

561. O desempenho deste indicador é justificado pelas acções de sensibilização que incidiram nas províncias do Cunene, Huíla, Bié, Cuanza Sul e Moxico, abrangendo mais de 4.000 crianças, no âmbito da implementação da Estratégia de Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (STLC).

## Política Estratégica – Comunicação

### *Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação*

562. O programa de acção em referência teve como prioridade os temas relativos à infra-estrutura de telecomunicações, acesso universal às TIC e

PRELIMINAR

suporte aos serviços de emergência nacional, assim como o espectro radioeléctrico.

563. O programa contava com 3 objectivos, desagregados em 4 metas e igual número de indicadores, e para sua materialização foi desembolsado um valor total de Kz 34,9 milhões. Os resultados desta execução no período em apreço apresentam-se no quadro 76.

Quadro 76 - Desenvolvimento de Infra-estruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Aumentar a disponibilidade da comunicação por via da rede móvel. | Taxa de teledensidade móvel | % | 48 | 47 | 98% |
| Aumentar o acesso à internet e à taxa de teledensidade nacional | Taxa de teledensidade digital | % | 25 | 21 | 83% |
| | População coberta pela rede digital nas zonas rurais | % | 74 | 47 | 64% |
| Aumentar o número de centros de fiscalização e monitorização do espectro radioeléctrico. | Centros de Fiscalização e Monitorização das Comunicações Electrónicas instalados | N º | 1 | 0 | 0% |

Fonte: *MINTTICS*

564. Os indicadores com maior execução neste programa foram, o aumento da taxa de teledensidade móvel e a taxa de teledensidade digital, com taxas de execução de 98% e 83%, respectivamente.

565. Importa salientar que ao longo do ano, no que diz respeito a construção de um dos centros de fiscalização e monitorização das comunicações electrónicas, previsto para a província do Bié, a obra não iniciou, em função do primeiro terreno não oferecer as condições para construção do Centro. Entretanto, o Governo da província identificou dois novos terrenos para construção do referido Centro. A pandemia da COVID-19 influenciou negativamente na continuidade do projecto, devido as restrições das deslocações de Luanda para as outras províncias.

PRELIMINAR

## Eixo 4 – Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização

### Política Estratégica – Reforço das bases da Democracia e da Sociedade Civil

#### *Programa de Melhoria do Serviço Público Nacional de Comunicação Social*

566. Com este programa, o Executivo pretende melhorar o acesso dos cidadãos a uma melhor informação, bem como garantir uma melhor cobertura da comunicação social em todo território nacional, abrindo espaço a uma maior participação privada e ao alargamento dos conteúdos e produções nacionais.

567. Para a execução deste programa, foi disponibilizada uma quota no valor de Kz 2,6 mil milhões, com vista a concretização de 3 objectivos, desagregados em 8 metas e igual número de indicadores, conforme o quadro 77.

Quadro 77 - Melhoria do serviço Público Nacional de Comunicação Social

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Garantir o maior acesso dos cidadãos a uma informação mais plural, isenta e credível, promovendo o desenvolvimento educacional, cívico e cultural da população. | Índice de pluralidade na Comunicação Social | % | 79 | 75,6 | 96% |
| | Índice de isenção na Comunicação Social | % | 78 | 72,6 | 93% |
| | Comunicações institucionais / ano na televisão, na rádio e nos jornais | N º | 35 | 201 | 574% |
| Melhorar a qualidade dos programas, notícias e artigos de opinião, através do reforço da formação, valorização e dignificação dos jornalistas. | Jornalistas com superação nas acções de formação | % | 30 | 30,4 | 101% |
| Reabilitar e aumentar as infra-estruturas de difusão dos sinais de rádio e televisão, bem como assegurar uma maior distribuição das Edições Novembro pelas províncias e principais municípios do País. | Cobertura de sinal de Rádio | % | 55 | 47,5 | 86% |
| | Cobertura de sinal de Televisão | % | 48 | 64 | 133% |
| | Tiragem diária dos títulos da Edições Novembro | N º | 10 000 | 26 516 | 265% |
| | Municípios em que os títulos da Edições Novembro são distribuídos, pelo menos uma vez por semana | N º | 36 | 30 | 83% |

Fonte: *MTTICS*

PRELIMINAR

568. Neste programa, destaca-se o número de comunicações institucionais na televisão, rádio e jornais, em matéria de saúde pública, deveres cívicos, campanhas rodoviárias, eventos culturais e outros de interesse público, na ordem dos 201, representando um grau de execução muito acima do esperado de 574%, face à meta prevista para o ano.

569. Este desempenho é justificado, por um lado, pela transmissão em directo de sessões plenárias da Assembleia Nacional e produção de programas e coberturas de campanhas de combate à pandemia da COVID-19, e por outro, pelas campanhas de sensibilização sobre a COVID-19, nos vários órgãos de comunicação social (Rádio, Televisão e Jornais), bem como pelos programas de Tele aulas, com vista a colmatar a paralisação das aulas em regime presencial.

570. Destaca-se também a taxa de cobertura do sinal de televisão que foi, em média, de 64%, comparativamente à meta programada para o ano, representando um grau de execução de 133%. Este desempenho é resultado da cobertura do sinal de Televisão, em decorrência da manutenção correctiva de Tx 200W Ch1, no Bié, assim como o realinhamento da antena com o satélite EB3, em Benguela e, devido a execução de trabalhos efectuados no emissor do Lote 22, no Prenda, consubstanciado na adaptação das fontes de alimentação, recuperação do emissor de 5K do palácio da justiça.

571. Adicionalmente, o desempenho positivo deve-se à instalação do sinal da TPA em quase todos os municípios da província do Bengo, faltando apenas 1 e pelas intervenções técnicas, nos emissores da província do Zaire (Municípios do Mussera, Nzeto, Tomboco, M´Banza-Congo, Noqui e Cuimba) e Uíge.

*Programa de Promoção da Cidadania e da Participação dos Cidadãos na Governação*

572. Este programa visa apoiar os cidadãos a constituírem-se como um verdadeiro interlocutor do Estado, através da sua melhor organização e capacitação para o exercício da cidadania e de uma participação mais activa na governação do País, com vista a promover a construção de uma

PRELIMINAR

sociedade mais democrática, participativa e reactiva às necessidades dos angolanos, aumentando a participação crescente da sociedade civil no processo de governação, designadamente a nível local.

573. O orçamento aprovado para a execução do referido programa foi de Kz 317,6 milhões, visando materializar 1 objectivo, desagregado em 4 metas e igual número de indicadores, conforme se demonstra no quadro 78.

Quadro 78 - Promoção da Cidadania e da Participação dos Cidadãos na Governação

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Fomentar a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, designadamente nos órgãos colegiais de âmbito local. | Unidades Territoriais a funcionar nos termos da Lei | N º | 84 | 311 | 370% |
| | Províncias com Conselhos da Comunidade a Funcionar de Acordo com a Lei | N º | 9 | 9 | 100% |
| | Municípios com Conselhos da Comunidade a funcionar de acordo com a Lei | N º | 138 | 138 | 100% |
| | Membros dos CAC´S capacitados em matérias relacionadas com a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas | N º | 300 | 2500 | 833% |

Fonte: *MAT*

574. Neste programa, destaca-se as Unidades territoriais a funcionar nos termos da lei, tendo atingindo um grau de execução, acima do esperado, de 370%. Ainda neste indicador, foram constituídas 3 213 comissões de moradores, sendo 1 545 da zona urbana, 1 688 zona rural e criados 529 conselhos de moradores, sendo 162 zona urbana, 367 na zona rural, nas províncias de Benguela, Bié, Huíla, Luanda, Lunda Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

575. Destaca-se também a capacitação de 2 500 membros dos Conselhos de Auscultação da Comunidade (CAC) em matérias relacionadas com a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, resultando num grau de execução de 833%, quando comparado com a meta prevista para o ano.

PRELIMINAR

## Política Estratégica – Boa Governação, Combate à Corrupção, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública

### *Programa de Capacitação Institucional e Valorização dos Recursos Humanos da Administração Pública*

576. O programa visa introduzir uma nova dinâmica na gestão dos recursos humanos da Administração Pública, orientada para assegurar que estes adquiram as competências requeridas, bem como para motivar uma mudança de atitudes e comportamentos, e para a sua valorização.

577. O programa contava com 2 objectivos, desagregados em 2 metas e igual número de indicadores, e para a sua execução foi desembolsado um valor total de Kz 25,4 mil milhões. Os resultados desta execução apresentam-se no quadro 79.

Quadro 79 - Capacitação Institucional e Valorização dos recursos Humanos da Administração Pública

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Desenvolver os recursos humanos da Administração Pública, visando a adopção de atitudes e comportamentos orientados para a melhoria da eficiência e da produtividade. | Quadro Normativo do novo Regime Geral das Carreiras da Administração pública. | N º | 1 | 0 | 0% |
| | Funcionários capacitados nas diferentes modalidades, com a carga horária de até 400h | N º | 3 170 | 6 653 | 210% |

Fonte: *MINTTICS*

578. No ano de 2020, destaca-se a capacitação de 6 653 funcionários nas diferentes modalidades, com carga horária de até 400h, correspondendo a um grau de execução de 210% face a meta prevista de 3 170.

579. O surgimento da COVID-19 causou o cancelamento de algumas acções formativas que estavam programadas, no entanto retomadas mais tarde, recorrendo-se aos meios tecnológicos.

PRELIMINAR

*Programa de Reforço do Combate ao Crime Económico, Financeiro e à Corrupção*

580. As acções desenvolvidas tiveram como objectivo reforçar o quadro jurídico e institucional, bem como os processos e procedimentos para prevenir e combater a corrupção e o crime económico e financeiro, escrutinar a gestão e funcionamento do sistema judiciário, e advogar os diferentes casos de fórum judicial e social que se revelarem oportunos.

581. Para a execução deste programa foi desembolsado um valor total de Kz 279 milhões, com vista a materialização de 1 objectivo que é o de reforçar o quadro jurídico-legal e institucional para prevenir e reprimir a corrupção e outros crimes económicos e financeiros. Este objectivo teve como indicador, os pacotes legislativos aprovados. No período em analise, foram aprovados 6 pacotes legislativos contra 3 previstos, correspondendo a um grau execução de 200%, face a meta programada para o ano.

582. Contribuíram para este resultado a aprovação das seguintes leis:

e) Lei Nº 1/20 de 22 de Janeiro – De Protecção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos, Colaboradores em Processo Penal.

f) Lei Nº 2/20 de 22 de Janeiro – Da Videovigilância.

g) Lei Nº 5/20 de 27 de Fevereiro – Da Prevenção do Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

h) Lei Nº 10/20 de 16 de Abril – Das Acções Encobertas Para Fins De Prevenção E Investigação Criminal. Código Penal e do Código do Processos Penal.

583. Adicionalmente, ao longo do ano, no plano do combate à impunidade, importa destacar a existência de 1 522 processos relacionados com a criminalidade económico-financeira e patrimonial, de onde se destacam os crimes de peculato, branqueamento de capitais, recebimento indevido de vantagens, participação económica em negócios, corrupção activa e passiva e burla por defraudação.

PRELIMINAR

584. Até o final de 2020, foram apreendidos e/ou arrestados bens móveis e imóveis, constituídos com fundos públicos ou com vantagens do crime, no valor equivalente a cerca de US$ 4,2 mil milhões, bem como fábricas, supermercados, edifícios, imóveis, residências, hotéis, participações sociais em instituições financeiras em diversas empresas rentáveis, material de electricidade e outros.

585. Foi ainda, por via do Serviço Nacional de Recuperação de Activos, solicitado as suas congéneres no exterior do país a apreensão e ou arresto de bens e dinheiro no valor de US$ 5,4 mil milhões, como é o caso da Suíça, Holanda, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Singapura, Bermudas, entre outros.

586. O Estado angolano recuperou definitivamente cerca de US$ 5,3 mil milhões, dos quais em dinheiro foram US$ 2,7 mil milhões, e em imóveis, habitacionais, escritórios, edifícios, fábricas, terminais portuários, participações sociais em empresas, avaliados em US$ 2,6 mil milhões.

587. Na mesma senda, foram recuperados um total de 10 bens imóveis nas províncias da Huíla e Luanda. Na província da Huíla foi recuperado 1 condomínio e os restantes 9 foram recuperados na província de Luanda distribuídos da seguinte forma: 1 hotel, situado na Vila Alice, 1 edifício em Talatona, 5 apartamentos (dos quais: 2 em Talatona, 2 na Ilha de Luanda e 1 nas Ingombotas, no Mutu-ya-Kevela), 1 Loja nas Ingombotas, no Mutu-ya-Kevela, e 1 Condomínio em Cabo Ledo.

588. Foram ainda apreendidos mais de 38 bens imóveis, nomeadamente: Luanda 13 vivendas – 1 na rua CRS20, 1 no Miramar, 6 em Talatona, 2 no Maculusso, 1 no Zango 3, 1 no Camama (Jardim do Éden) e 1 no Condomínio Cajueiro; 6 apartamentos, dos quais 4 na Maianga, 1 no condomínio Asfró e 1 no Zango 0; 1 Complexo do Kikuxi em Viana; 1 Centro de Estágio de Futebol no Sequele; 2 torres no Eixo Viário; 5 edifícios distribuídos pela cidade, designadamente, no Largo Serpa Pinto, nas Ingombotas (Avenida Lenine), na Praia do Bispo, no Morro Bento e na Maianga; 1 centro de sinistros no Morro Bento; 6 imoveis/Sodimo na Praia do Bispo; 1 hotel na Marginal de Luanda; 1 prédio n.º 173 na Urbanização Nova Vida; 1 terreno no Benfica. Adicionalmente, os Hotéis IU e IKA tiveram a sua apreensão em todo território nacional.

PRELIMINAR

589. Em relação aos móveis, foram apreendidos um total de 58 veículos, designadamente: 2 Mercedes Benz, 4 Volvo, 9 Toyota, 3 Isuzu, 5 Nissan, 1 Infinity, 1 Land Cruiser, 1 Hyundai, 3 Range Rover, 1 Iate, 1 Moto de Água, 1 Jeep Grand Cherokee, 1 Ford, 2 BMW, 16 Mitsubishi, 4 Wolkswagen, 1 Mazda, 1 Suzuki e 1 Renault.

590. Para o sucesso destas tarefas, foi elaborado um Manual de Boas Práticas para Magistrados do Ministério Público na Instrução Preparatória que está em fase de adaptação aos novos Código Penal e Código de Processo Penal, e está a decorrer uma acção de formação com a participação de todos os magistrados do Ministério Público, em especial os que actuam na área criminal, sobre as grandes mudanças que os novos diplomas legais irão introduzir no nosso ordenamento jurídico-penal.

591. Foram remetidas 16 cartas rogatórias[2] a países como os Estados Unidos da América (EUA), Portugal, Reino Unido, Espanha, África do Sul e Namíbia, sendo que 7 já foram cumpridas. Por outro lado, a PGR recebeu para tratamento 82 pedidos rogatórios dos seguintes países: Portugal, Brasil e Namíbia, tendo já tratado e devolvido 11 cartas rogatórias.

592. As acções desenvolvidas tiveram como objectivo reforçar o quadro jurídico e institucional, bem como os processos e procedimentos para prevenir e combater a corrupção e o crime económico e financeiro, bem como escrutinar a gestão e funcionamento do sistema judiciário e advogar os diferentes casos de fórum judicial e social que se revelarem oportunos.

593. Assim, do conjunto das acções desenvolvidas, destaca-se a eficácia e eficiência da Lei nº 5/20 de 27 de Fevereiro - Lei da Prevenção do Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

594. Por fim e com maior destaque, importa salientar o facto de Angola ter melhorado 19 lugares no Índice de Transparência Internacional.

[2] Forma de comunicação entre o judiciário de países diferentes, com objetivo de obter colaboração para prática de actos processuais.

PRELIMINAR

*Programa de Reforma e Modernização da Administração da Justiça*

595. Este Programa teve como objectivo dar continuidade à Reforma da Justiça e do Direito em curso, consubstanciado na adequação da legislação ordinária à Constituição, na adopção e implementação de convenções internacionais de direitos humanos, na introdução da resolução extrajudicial de conflitos e na preparação do sistema de defesa pública, na simplificação de procedimentos e desburocratização dos serviços de justiça de atendimento ao cidadão e às empresas, e na definição de um mapa judiciário aderente à realidade do País.

596. O presente programa pretendeu materializar 6 objectivos, 8 metas e igual número de indicadores, e para sua execução foi desembolsado um total de Kz 36,6 mil milhões. Os resultados desta execução apresentam-se no quadro 80.

Quadro 80 - Reforma e Modernização da Administração da Justiça

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Melhorar a prestação de serviços de Registos, Notariado, Identificação Civil e Criminal aos cidadãos e às empresas. | Novos Pontos de acesso a serviços de Registo Civil, Predial, Automóvel, Comercial, Cartórios e postos de Identificação Civil e Criminal. | N º | 21 | 91 | 433% |
| | Novos Pontos de acesso aos serviços dos registos e do notariado a nível nacional. | N º | 6 | 2 | 33% |
| Garantir o aumento dos serviços prestados pelo Centro de Resolução Extra-Judicial de Litígios (CREL). | Processos resolvidos no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios. | N º | 113 | 115 | 102% |
| Aumentar o grau de implementação do novo Mapa Judiciário. | Grau de implementação do novo Mapa Judiciário. | % | 37 | 34 | 92% |
| Aumentar a capacidade de atendimento e de internamento dos Centros de Observação de menores em conflito com a Lei. | Taxa de crescimento da capacidade de atendimento dos centros de observação de menores em conflito com a Lei. | % | 28 | 0 | 0% |
| Melhorar o exercício da cidadania por parte dos cidadãos angolanos, através da universalidade do registo civil e a atribuição do bilhete de identidade. | Cidadãos angolanos com bilhete de identidade. | % | 67 | 60 | 89% |

Fonte: *MJDH*

ELIMINAR

597. No período em análise, destaca-se a criação de 91 novos pontos de acesso a serviços de Registo Civil, Predial, Automóvel, Comercial, Cartórios e Postos de Identificação Civil e Criminal, o que representa um grau de execução de 433%, quando comparado a meta anual definida, de 21 pontos de acesso.

598. O comportamento do indicador é justificado pela inauguração de novos postos, nas seguintes localidades: 2 no Cuanza Sul (municípios de Ebo e Quibala), 1 em Luanda, (Loja de Registos e Notariado do distrito dos Ramiros no Município de Belas), 3 na Huíla (Serviços do Registo e Notariado no SIAC, Serviços de Registo Comercial no Guichê Único da Empresa do SIAC e a Loja dos Registos do Lubango).

599. Foram igualmente criados 29 (vinte e nove) novos postos de emissão e atribuição do Bilhete de Identidade (BI), sendo 1 na diáspora (Lisboa-Portugal), e os demais nas Províncias de Luanda (Catinton, KM 30, Urbanização Nova Vida, Boa Esperança, Calumbo, Capalanga, no BUE do Cazenga, 11 de Novembro, Nova Esperança, Neves Bendinha, Vila Flor, Kifica pavilhão e Futungo); Cuanza Norte, Cuanza Sul, Namibe, Huíla e Malanje, perfazendo a cobertura de onze Municípios nestas províncias, e foi alargada a disponibilidade de serviços de emissão de BI, nas Províncias de Luanda e da Huíla.

600. Foram também criados 48 novos postos, nas seguintes localidades:

a) 7 na província de Luanda (Dembo Chio, Mumbongo, Bue São Paulo, Bue Rangel, Km 9 – Estalagem (Viana), Centro Integrado de Atendimento Social no Talatona e Mulevos de Baixo, em Cacuaco).

b) 3 na província do Bengo (Bula Atumba, Dembos e Nambuangongo) e 1 na província de Benguela (Catumbela).

c) 3 na província do Bié (Cuemba, Chinguar e Catabola), 1 na província do Cunene (Curoca) e 5 na província do Cuando Cubango (Cuangar, Dirico, Menongue, Nancova e Rivingo).

PRELIMINAR

d) 5 na província do Cuanza Sul (Quilenda, Conda, Centralidade do Sumbe e Cassongue), 1 na província da Lunda Norte (Lóvua) e 4 na província de Malanje (Caculama, Marimba, Cahombo e Quela).

e) 5 na província do Huambo (Cachiungo, Chicala – Tcholoanga, Longonjo, Mungo e Chinjenje) e 6 na província da Huíla (Cacula, Chicomba, Cuvango, Chipindo, Quipungo, Gambos).

f) 6 na província do Uíge (Ambuila, Buengas, Bungo, Milunga, Mucaba e Purí), 2 na província do Zaire (Tomboco e Noqui).

g) Mais postos em Luanda (Kixinji/ Quiçama e no SIAC – Marconi), Huambo – (Alto Hama) e Moxico – (SIAC Luena).

601. Ainda neste período, procedeu-se a implementação deste serviço na diáspora, nomeadamente em França, África de Sul, Namíbia e Zâmbia.

602. Destaca-se no segundo indicador a criação de 2 Novos Pontos de acesso aos serviços dos registos e do notariado a nível nacional, localizado nas províncias de Luanda (SIAC-Marconi) e Moxico (SIAC-Luena), representando um grau de execução de 33%, quando comparado com a meta prevista para o ano.

## Política Estratégica – Descentralização e Reforço do Poder Local

### *Programa de Desconcentração Administrativa e Financeira*

603. Este programa visa consolidar o processo de desconcentração, nas vertentes administrativa e financeira, de modo a reforçar a autonomia dos órgãos locais, que tem sido uma fonte de constrangimentos na resolução dos problemas reais e prioritários das populações, tendo sido disponibilizado para a sua execução um total de Kz 81,2 milhões.

604. O programa visou materializar 2 objectivos, desagregado em 4 meta e igual número de indicadores, conforme exibido no quadro 81.

PRELIMINAR

Quadro 81 - Desconcentração Administrativa e Financeira

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Reforçar o processo de desconcentração administrativa. | Serviços de licenciamento, concessões e autorizações transferidos efectivados pelas Administrações Municipais. | N º | 10 | 3 | 30% |
| | Administrações Municipais com a nova estrutura orgânica. | N º | 9 | 8 | 89% |
| promover a desconcentração financeira do Estado. | Rácio de desconcentração da cobrança de impostos não petrolíferos. | % | 42 | 88 | 209% |
| | Rácio da despesa por local/orçamento geral. | % | 45 | 16 | 35% |

Fonte: *MAT*

605. Neste programa, destaca-se o indicador número 2, onde 8 Administrações Municipais passaram a usufruir de nova estrutura orgânica, perfazendo um grau de execução de 89%, face à meta prevista no ano. Como consequência, foram elaborados 8 Estatutos Orgânicos das Administrações Municipais da Província de Luanda, nomeadamente: Talatona, Belas, Icolo e Bengo, Quiçama, Viana, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Cazenga.

*Programa de Descentralização e Implementação das Autarquias Locais*

606. O presente programa visa a consolidação do processo de desconcentração, de modo a reforçar a autonomia dos órgãos locais, que tem sido uma fonte de constrangimentos na resolução dos problemas reais e prioritários das populações, tendo sido disponibilizado um total de Kz 289 milhões.

607. O programa visou a materialização de 1 objectivo, desagregados em 2 metas e igual número de indicadores, conforme o quadro 82.

Quadro 82 - Descentralização e Implementação das Autarquias Locais

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Criar condições de qualificação de quadros, definição toponímica e sistemas de comunicação sobre a fixação de residências dos cidadãos. | Unidades Territoriais com sistema de comunicação da fixação e alteração de residência dos cidadãos. | N º | 84 | 164 | 195% |
| | Recursos humanos da Administração Local capacitados. | N º | 600 | 1 639 | 273% |

Fonte: *MAT*

PRELIMINAR

608. No ano de 2020, as 164 unidades territoriais dispunham de sistema de comunicação da fixação e alteração de residência dos cidadãos, representando um grau de execução de 195%.

609. Este desempenho é justificado pela realização e adequação legislativa dos Diplomas de Lei, com vista à realização do Registo Eleitoral presencial nas Administrações Municipais.

## Eixo 5 – Desenvolvimento Harmonioso Do Território

### Política Estratégica – Ordenamento do Território e Urbanismo

#### *Programa de Construção e Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias*

610. Este Programa perspectiva a construção das vias de circulação e a criação de sistemas sustentáveis de manutenção de infra-estruturas rodoviárias existentes a nível nacional, tendo sido desembolsado, para sua execução, cerca de Kz 188,1 milhões.

611. O programa visou materializar 3 objectivos, desagregados em 7 metas e igual número de indicadores, conforme indicado no quadro 83.

Quadro 83 - Construção e Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Asfaltar estradas das redes primária e secundária, construir e reabilitar pontes, bem como estender a rede de estradas de terra. | Estradas da Rede Primária asfaltadas. | Km | 151 | 49,7 | 33% |
| | Estradas da Rede Secundária asfaltadas. | Km | 25 | 32 | 128% |
| | Pontes Construídas ou Reabilitadas. | Metros | 194 | 237 | 122% |
| | Estradas de Terra. | Km | 423 | 402,8 | 95% |
| Asfaltar as zonas urbanas de algumas províncias e municípios. | Vias Urbanas asfaltadas. | Km | 26 | 44,8 | 172% |
| Avaliar e conservar infra-estruturas rodoviárias. | Estradas Conservadas. | Km | 262 | 0 | 0% |
| | Estradas Avaliadas. | Km | 274 | 0 | 0% |

Fonte: *MINOPOT*

612. No período em análise, relativamente ao primeiro indicador deste programa, foram asfaltados 49,7 Km de estrada da rede primária,

PRELIMINAR

correspondendo a um grau de execução de 33%, face à meta anual de 151 Km. Tal desempenho deveu-se à reabilitação dos seguintes troços: Cariango/Mussende, com 18 Km, Catata/Lóvua sendo asfaltados 8 Km, Saurimo/Desvio Lucapa com cerca de 9,7 Km e Cuchi/Cutato perfazendo 14 Km.

613. Foram ainda inaugurados os troços de estrada EN240-1, troço Condé/Ebó, com 27 Km, EN160–EC235, troço Talamungongo/Cambundi Catembo, sendo asfaltados 66,90 Km, EN321, troço Maria Teresa/Dondo, perfazendo 61 Km e EN 240, Cariango/Mussende, com cerca de 38,50 Km.

614. No que concerne ao segundo indicador, foram asfaltados cerca de 32 Km de estradas da rede secundária, correspondendo a um grau de execução de 128%, face à meta anual de 25 Km. Este desempenho positivo resulta da reabilitação dos troços Quitexe/Ambuila/Quipedro, no Uíge, reabilitação da estrada de acesso ao Instituto Superior Agro-Alimentar de Malanje e dos trabalhos em curso do troço de estrada Viana/Camama, em Luanda.

615. No terceiro indicador, registou-se a reabilitação de 237 metros de pontes, correspondendo a um grau de execução de 122%, quando comparado com a meta anual de 194 metros de pontes, resultantes da instalação a Nível Central das pontes metálicas sobre o Rio Cuquema, em cerca de 64 metros, na EC255, no troço Cambadua/Umpulo e sobre o Rio Lucunga, com cerca de 24 metros na EC303 no troço Tomboco/Lufico.

616. Pelos Governos Provinciais, foram reabilitados 149 metros de pontes, nomeadamente:

h) Ligação das comunas de Muriege – Chiluange e Cagita - Samunhiny, na Província da Lunda Sul, em cerca de 35 metros.

i) Recuperação de duas pontes e um ponteco no Município do Bembe, na Província do Uíge, perfazendo 3 metros.

j) Reabilitação da Ponte do Dongo, Município da Jamba, na Província da Huíla, em cerca de 12 metros.

PRELIMINAR

k) Reabilitação de três pontes de 12 metros cada no Troço Ucuma – Cacoma, na Província do Huambo, perfazendo 36 metros.

l) Construção de três pontes, duas de 7 metros cada e uma de 2 metros, nos Municípios de Lucala e Ambaca, na Província do Cuanza Norte, perfazendo cerca de 16 metros.

m) Pontes provisórias sobre o Rio Lombe, na aldeia do Kiluamba no Alto Sundi, em Belize, e sobre o Rio Nhame, na aldeia de Talibeca na Província de Cabinda, com 36 metros e 11 metros, respectivamente.

617. Destaca-se também o quinto indicador, tendo registado asfaltagem de 44,8 Km de vias urbanas, representando um grau de execução de 172,3%, quando comparado com a meta anual de 26 Km.

618. Este desempenho é resultado da reabilitação da Avenida N´gola Kiluanje, em cerca de 1 Km, a construção de infra-estruturas integradas do Lubango, perfazendo cerca de 29,1 Km, bem como a construção de infra-estruturas, na cidade de Caxito (a Nível Central), na ordem dos 3 Km.

619. A nível Provincial, foi reabilitada parcialmente a Vila de Camabatela (via de acesso ao Hospital Regional de Camabatela), as vias terciárias do Quiculungo, no Bairro da Juventude, Hospital do Sassa e Asfaltagem de Vila do Lucala, na Província do Cuanza Norte, na ordem dos 4 Km, reabilitada a rua por detrás do mercado do Cabasango, na Província da Cabinda, em cerca de 0,7 Km; e reabilitadas 8 ruas no Casco Urbano da Cidade de Saurimo, perfazendo cerca de 7 Km.

620. Adicionalmente, foi concluída a passagem desnivelada do CFL, cruzamento com a Avenida Hoji Ya Henda, e prosseguida a reabilitação e beneficiação de 5 estradas na Soba Mandume, Brigada, Rua "D" Benfica, Talatona - Patriota e Ramal de Bom Jesus, em Luanda.

PRELIMINAR

### *Programa de Construção e Reabilitação de Edifícios Públicos e Equipamentos Sociais*

621. Este programa tem como principal objectivo, dotar as regiões do País de infra-estruturas e equipamentos sociais, com destaque para as principais regiões académicas.

622. Para a execução deste programa, foi desembolsado um total de Kz 75,4 mil milhões, visando a materialização de 1 objectivo, desagregado em 1 meta e 2 indicadores, conforme indicado no quadro 84.

Quadro 84 - Construção e Reabilitação de Edifícios Públicos e Equipamentos Sociais

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar a construção e/ou a reabilitação de equipamentos sociais e edifícios públicos. | Equipamentos sociais construídos ou reabilitados | N º | 0 | 2 | N/A |
| Assegurar a construção e/ou a reabilitação de equipamentos sociais e edifícios públicos. | Edifícios Públicos construídos ou reabilitados | N º | 20 | 1 | 5% |

Fonte: *MINOPOT*

623. No ano de 2020, quanto aos equipamentos sociais construídos ou reabilitados, não foram programadas metas ao abrigo deste indicador. Entretanto, pelos Governos Provinciais, foi construído o Complexo para Enfermeiros e Professores no Município da Ombadja no Cunene, bem como reabilitado o Parque da Chibia na Huíla.

624. No que concerne aos edifícios públicos construídos e reabilitados, destaca-se, a Nível dos Governos Provinciais, a construção e apetrechamento do edifício da Administração Municipal do Caluquembe na Huíla, perfazendo um grau de execução de 5%, quando comparado com o programado para o ano.

625. Adicionalmente, pelo MINOPOT, foram prosseguidos os projectos de construção do Centro Especializado para o Tratamento de Epidemias e Pandemias de Calumbo (CETEP), em Luanda, construção do Centro Político Administrativo da Província de Cabinda, bem como a Reabilitação das Ex-

PRELIMINAR

instalações da Secretaria Geral Assembleia Nacional e a construção e apetrechamento dos Escritórios da Assembleia Nacional, pelo Gabinete Operações Especiais.

*Programa de Desminagem*

626. Este programa direcciona toda sua atenção para as vias de transporte e linhas de telecomunicações, terrenos agrícolas e zonas industriais, linhas de transporte de energia eléctrica, assim como as linhas de condutas de água, tendo sido desembolsado um valor total de Kz 151,8 milhões.

627. O programa contava com 1 objectivo, desagregado em 3 metas e igual número de indicadores, conforme apresentado no quadro 85.

Quadro 85 - Desminagem

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Desminar as áreas de impacto socioeconómico do País, (vias de transporte, linhas de telecomunicações, de energia eléctrica e de condutas de água, terrenos agrícolas e zonas industriais). | Vias rodoviárias, Caminhos-de-ferro e linhas de Telecomunicações verificados e desminados | Km | 150 | 675,05 | 450% |
| | Áreas agrícolas e fundiárias, Pólos Industriais e Agro-pecuários verificadas e desminadas | Ha | 2703 | 957,2 | 35% |
| | Linhas de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão e Condutas de Água verificadas e desminadas | Km | 200 | 519,5 | 260% |

Fonte: *MASFAMU*

628. Relativamente ao primeiro indicador, foram verificados e desminados 675,05 km de vias rodoviárias, contra as 150 programadas no ano, resultando num grau de execução, acima do esperado, de 450%, influenciado pelo empenho das brigadas e a necessidade de expansão da rede rodoviária para melhor circulação de pessoas e bens nas províncias do Bié, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Lunda Sul, Malange e Zaire.

629. Destacam-se ainda as linhas de transporte de energia eléctrica de alta tensão e condutas de água verificadas e desminadas, cujo grau de execução esteve na ordem dos 260%. Este desempenho é explicado pela

PRELIMINAR

expansão das linhas de transporte de energia eléctrica de alta tensão e condutas de água, com realce para as províncias do Cuanza Sul, tendo sido expandido em cerca de 130,69 Km, Malange, perfazendo 75,67Km e Cuanza Norte, com 216,59 Km.

*Programa de Desenvolvimento da Rede Urbana*

630. Este programa focou-se na promoção de intervenções integradas de desenvolvimento urbano através da coordenação das acções sectoriais (água, energia, transportes, indústria, comércio, etc.) relevantes para o desenvolvimento das cidades-alvo. Para a sua materialização, foram disponibilizados para a execução deste programa um total de Kz 39,8 mil milhões.

631. Este programa contemplava 2 objectivos, 2 metas e igual número de indicadores, conforme apresenta o quadro 86.

Quadro 86 - Desenvolvimento da Rede Urbana

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Construir infra-estruturas externas das centralidades. | Infra-estruturas Externas das Centralidades | Km | 20 | 9,3 | 47% |
| Aumentar a aplicação efectiva dos Planos Directores Municipais. | Planos Directores Municipais em efectiva aplicação | N º | 10 | 2 | 20% |

Fonte: *MINPOT*

632. No ano de 2020, foram construídos 9,3 Km de infra-estruturas externas, correspondendo a um grau de execução de 46,5%, face à meta anual de 20 Km.

633. Tal desempenho deveu-se à conclusão de infra-estruturas externas na Centralidade da Caála. Foram aprovados 2 Planos Directores Municipais, para os Municípios do Uíge e Negage, correspondendo a um grau de execução de 20%, em relação à meta anual de 10 Planos Directores. Tal resultado deveu-se a limitações orçamentais e financeiras.

PRELIMINAR

## Política Estratégica – Habitação

### *Programa de Habitação*

634. Este programa visou a promoção do bem-estar da população e a mitigação das consequências negativas do défice de oferta de habitação, perspectivando intervenções de infra-estruturação das reservas fundiárias, de apoio à autoconstrução dirigida/assistida, de requalificação e reconversão urbana e de construção de novas centralidades/urbanizações, tendo em consideração, no entanto, as condicionantes que decorrem do actual contexto macroeconómico.

635. O programa contemplava 3 objectivos, desagregados em 8 metas e igual número de indicadores, e para a sua materialização foram desembolsados cerca de Kz 28,6 mil milhões 87.

Quadro 87 - Habitação

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Promover o loteamento e a infra-estruturação das reservas fundiárias. | Novos Lotes disponibilizados em reservas fundiárias infra-estruturadas. | N º | 0 | 325 | 0% |
| | Reservas fundiárias infra-estruturadas. | N º | 0 | 1 | 0% |
| Promover e fomentar a habitação social e a autoconstrução dirigida. | Fogos de habitação social concluídos. | N º | 3 168 | 3 068 | 97% |
| | Lotes para autoconstrução dirigida cedidos. | N º | 2 500 | 860 | 34% |
| | Urbanização concluída. | N º | 1 | 0 | 0% |
| | Centralidades concluídas. | N º | 4 | 2 | 50% |
| Melhorar a gestão do património habitacional do Estado. | Imóveis habitacionais do Estado arrendados. | N º | 2 952 | 4 097 | 139% |

Fonte: *MINOPOT*

636. Neste programa, destaca-se a sétima meta em que foram arrendados 4 097 imóveis habitacionais do Estado, resultando num grau de execução de 139%, face à meta anual de 2 952 imóveis. Tal desempenho deveu-se ao arrendamento de imóveis nas centralidades do Zango 5000, Quilemba, Quibaula, Praia Amélia, 5 de Abril, Lobito, Baía Farta e Luhongo.

PRELIMINAR

637. Destaca-se ainda a meta referente a alienação de 8 530 imóveis habitacionais, dos quais 7 392 em propriedade resolúvel e 1 138 alienados, correspondendo a um grau de execução de 280%, quando comparado com a meta anual de 3 047. Tal desempenho deveu-se à alienação de imóveis habitacionais nas centralidades do Zango 5 000, Quilemba, Quibaula, Praia Amélia, 5 de Abril, Lobito, Baía Farta e Luhongo.

## Eixo 6 – Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional

### Política Estratégica – Defesa

#### *Programa de Reforço das Capacidades Técnico-Materiais e Operacionais*

638. O programa visou garantir o reequipamento, manutenção e potenciação das capacidades operacionais, assim como a construção, reabilitação, manutenção e apetrechamento de infra-estruturas, ligadas ao ramo militar, tendo sido desembolsado um total de Kz 212,6 mil milhões.

639. Este programa perspectivava a materialização de 3 objectivos, desagregados em 3 metas e igual número de indicadores, conforme exposto no quadro 88.

Quadro 88 - Habitação

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Potenciar as capacidades combativas das Forças Armadas Angolanas, tendo Unidades, Estabelecimentos e Órgãos preparados e apetrechados para cumprimento das missões operacionais. | Grau de Execução do Plano de Reequipamento, Manutenção e Potenciação das FAA | % | 60 | 12,83 | 21% |
| | Infra-estruturas construídas, reabilitadas e equipadas | N º | 6 | 0 | 0% |
| Melhorar a vigilância e o controlo do espaço marítimo. | Costa vigiada em tempo real | Milhares de milhas | 50 | 0 | 0% |

Fonte: *MDNVP*

640. O primeiro indicador deste programa, o Plano de Reequipamento, Manutenção e Potenciação das Forças Armadas no ano 2020, apresentou

ELIMINAR

uma realização de 12,83%, representando um grau de execução de 21%, em relação a meta estabelecida de 60%. A baixa execução deste indicador justifica-se pela indisponibilidade de recursos financeiros.

641. Os demais indicadores não tiveram a sua execução por motivo de indisponibilidade de recursos financeiros.

## Política Estratégica – Segurança Nacional dos Cidadãos

### *Programa de Reforço do Combate à Criminalidade e à Delinquência*

642. Este programa prioriza a implementação de sistemas modernos tecnológicos integrados de gestão, a formação especializada e de reequipamento das forças e instalações, bem como a ressocialização de reclusos, tendo sido desembolsado um total de Kz 77,5 mil milhões.

419. O programa contava com 3 objectivos, desagregados em 3 metas e 6 indicadores, conforme o quadro 89.

Quadro 89 - Reforço do Combate à Criminalidade e à Delinquência

| Objectivo | Indicadores | Unid. | Meta de 2020 | Resultado | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Melhorar a cobertura do território nacional com diferentes serviços de segurança, de modo a dissuadir a prática de crimes. | Instalações do Serviço Penitenciário. | N º | 6 | 0 | 0% |
| | Novas Instalações do Serviço de Migração e Estrangeiros. | N º | 4 | 1 | 25% |
| | Novas Instalações do Serviço de Investigação criminal. | N º | 6 | 0 | 0% |
| Alargar a cobertura do sistema de reabilitação dos reclusos, através da formação técnico-profissional e da sua ocupação em actividades socialmente úteis. | Novas Instalações de Infra-estruturas policiais. | N º | 40 | 0 | 0% |
| | Novos Estabelecimentos Penitenciários com sistemas de reabilitação de reclusos. | N º | 2 | 0 | 0% |
| Melhorar as condições de investigação e penitenciárias, potenciando a utilização dos meios já existentes. | Novas Instalações policiais de investigação criminal e penitenciárias equipadas. | N º | 3 | 0 | 0% |

Fonte: *MININT*

643. Em 2020, com a conclusão dos arranjos exteriores da Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros, entrou em funcionamento 1 nova

EM MINAR

instalação dos Serviços de Migração e Estrangeiros, no Cuanza-Sul, correspondendo a um grau de execução de 25%.

644. Quanto aos demais indicadores não tiveram execução, em decorrência de indisponibilidade de recursos financeiros.

### Impacto Económico e Social na execução do PIP em 2020

645. O Programa de Investimento Público, é uma ferramenta de planeamento que resulta de um exercício meticuloso levado a cabo por vários órgãos do Estado, incluindo sectores ministeriais e unidades orçamentais. O mesmo visa assegurar que os recursos públicos sejam aplicados eficientemente, resultando na subsequente maximização dos seus benefícios.

646. Os principais objectivos do PIP para 2020, incluíram a conclusão de projectos com data de término prevista para 2019 ou anos antecedentes, contribuindo, deste modo, para a materialização de dez objectivos nacionais para a governação, estipulados no Programa do Governo 2017-2022 e a concretização da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo: Angola 2025.

647. A proposta do PIP 2020 foi elaborada com base nas metas do PDN 2018-2022, com especial incidência nas áreas económicas, social e institucional, com vista a alcançar os objectivos de médio e longo prazo, constantes da Estratégia de Longo Prazo Angola 2025 e teve como suporte os seguintes critérios:

a) A conclusão dos projectos em curso no PIP 2019 e de anos anteriores;

b) A inclusão dos projectos em curso que não integram o OGE/PIP 2019 ou anos anteriores, com carácter prioritário;

c) Inclusão de projectos novos prioritários para a diversificação da economia, desde que os mesmos apresentassem os pré-requisitos necessários, como os diversos estudos requeridos pela lei e o projecto executivo;

PRELIMINAR

d) Reforço, com maior dotação orçamental, do PIIM (Plano Integrado de Intervenção nos Municípios), que é um subprograma do Programa de Investimento Público (PIP) e cuja implementação teve início no 4.º trimestre de 2019, de modo a redinamizar o PIP e promover o crescimento económico em 2020.

648. Importa destacar que, o valor acumulado orçamentado, desde a implementação do PIP, cifrou-se em Kz 11,5 biliões, sendo que: Kz 10,4 biliões foram alocados para os Departamentos Ministeriais, Kz 590,1 mil milhões alocado aos Governos Provinciais, Kz 386,4 mil milhões às Administrações Municipais e Kz 152,8 mil milhões a outras Unidades Orçamentais.

649. Por ser uma alavanca para o crescimento do Produto Interno Bruto, o investimento público continua a merecer uma atenção especial do Executivo, sendo que em 2020, o PIP contava com 3 986 projectos, dos quais 1 024 já em curso e 2 962 novos, com programações financeiras de Kz 399,1 mil milhões e Kz 1,3 biliões respectivamente, totalizando Kz 1,7 biliões, tal como se pode observar no quadro 90.

Quadro 90 – Execução Financeira do PIP em 2020 por Unidade Administrativa (Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Valor Orçamentado 2020 | Part. % | Execução Financeira 2020 | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|---|
| Departamentos Ministeriais | 1 443 045 | 87% | 1 441 340 | 100% | 88% |
| Administrações Municipais | 87 614 | 5% | 73 606 | 84% | 4% |
| Governos Provinciais | 72 043 | 4% | 69 241 | 96% | 4% |
| Outras Unidades Orçamentais | 62 742 | 4% | 62 715 | 100% | 4% |
| **Total Geral** | **1 665 445** | **100%** | **1 646 902** | **99%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

## Execução do PIP nos Departamentos Ministeriais

650. Em Março do ano de 2020, o Executivo angolano fundiu alguns Departamentos Ministeriais, resultando numa redução de 28 para 21.

PRELIMINAR

651. No que diz respeito à execução financeira, os Departamentos Ministeriais foram responsáveis pela execução de Kz 1,4 biliões, representando cerca de 97% do valor orçamentado e correspondente a 88% do valor total executado no período.

652. Entre os 21 Departamentos Ministeriais beneficiados de orçamento para execução de PIP em 2020, os Ministérios da Energia e Águas, Transportes e Obras Públicas e Ordenamento do Território, foram os que registaram maior execução financeira, tal como se pode observar no quadro 91.

Quadro 91 – Execução Financeira dos Departamentos Ministeriais.

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Valor Orçamentado 2020 | Part. % | Execução Financeira 2020 | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|---|
| Ministério Da Energia E Das Águas | 503 087 | 34,9% | 502 882 | 100% | 34,9% |
| Ministério Dos Transportes | 298 617 | 20,7% | 298 617 | 100% | 20,7% |
| Ministério Das Obras Públicas E Ordenamento Do Território | 183 489 | 12,7% | 183 478 | 100% | 12,7% |
| Ministério Da Defesa Nacional | 122 870 | 8,5% | 122 870 | 100% | 8,5% |
| Ministério Da Saúde | 120 786 | 8,4% | 119 403 | 99% | 8,3% |
| Ministério Da Construção E Obras Públicas | 39 395 | 2,7% | 39 387 | 100% | 2,7% |
| Ministério Do Interior | 38 495 | 2,7% | 38 495 | 100% | 2,7% |
| Ministério Da Justiça E Dos Direitos Humanos | 35 902 | 2,5% | 35 902 | 100% | 2,5% |
| Ministério Da Defesa Nacional E Veteranos Da Pátria | 35 156 | 2,4% | 35 152 | 100% | 2,4% |
| Ministério Da Agricultura E Pesca | 33 732 | 2,3% | 33 709 | 100% | 2,3% |
| Ministério Do Ordenamento Do Território E Habitação | 9 041 | 0,6% | 9 041 | 100% | 0,6% |
| Ministério Da Agricultura E Florestas | 6 715 | 0,5% | 6 715 | 100% | 0,5% |
| Ministério Dos Recursos Minerais E Petróleos | 5 917 | 0,4% | 5 917 | 100% | 0,4% |
| Ministério Da Administração Do Território E Reforma Do Estado | 4 686 | 0,3% | 4 667 | 100% | 0,3% |
| Ministério Da Indústria E Comércio | 2 874 | 0,2% | 2 821 | 98% | 0,2% |
| Ministério Das Pescas E Do Mar | 1 217 | 0,1% | 1 217 | 100% | 0,1% |
| Ministério Da Educação | 586 | 0,0% | 586 | 100% | 0,0% |
| Ministério Da Indústria | 355 | 0,0% | 355 | 100% | 0,0% |
| Ministério Da Juventude E Desportos | 63 | 0,0% | 63 | 100% | 0,0% |
| Ministério Das Telecom. E Tecnol.De Info. E Comunicação Social | 41 | 0,0% | 41 | 100% | 0,0% |
| Ministério Do Ensino Superior, Ciência, Tec. E Inovação | 20 | 0,0% | 20 | 100% | 0,0% |
| **Total** | **1 443 045** | **100,0%** | **1 441 340** | **100%** | **100,0%** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

653. Tendo em conta os vários projectos PIP, associados aos 21 departamentos ministeriais, iremos destacar os projectos dos 5 departamentos ministeriais que mais beneficiaram de orçamento para o PIP, evidenciando a sua execução física e financeira acumulada, até o ano de 2020.

654. Nesta perspectiva, em termos acumulados, o MINEA conta com cerca de 222 projectos inscritos no PIP, dos quais 25 projectos apresentaram uma taxa de execução física de 100%, 39 projectos apresentaram taxas no intervalo entre 76% a 99%, 26 projectos entre 51% a 75%, 18 projectos entre 26% a 50%, e 114 projectos entre os 0% a 25%.

655. Assim, importa referir que, em 2020, apenas 69 projectos tiveram execução financeira, e destes 10 tiveram uma taxa de execução física de 100%. O quadro 92, demonstra os 10 projectos PIP associados ao Ministério da Energia e Águas, com taxa de execução física de 100%.

Quadro 92 – Projectos com maior taxa de execução física do MINEA
(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Valor Orçamentado | Execução Financeira | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| Construção Do Sistema Associado Ao Aproveitamento Hidroeléctrico De Laúca - Lote C – Lcc | 2 061 | 1 546 | 75% | 100% |
| Reabilitação E Reforço Sistema Abastecimento De Água Do Cuito - 2ª Fase | 1 076 | 599 | 56% | 100% |
| Electrificação E Ligações Domiciliares Da Cidade De Luanda – Lcc | 610 | 571 | 94% | 100% |
| Construção Do Centro De Distribuição De Água Potável Luanda-Cd Aeropor | 975 | 337 | 35% | 100% |
| Electrificação E Ligações Domiciliares Da Cidade De Benguela - Lcc | 468 | 186 | 40% | 100% |
| Electrificação E Ligações Domiciliares Da Cidade De Cabinda – Lcc | 200 | 183 | 92% | 100% |
| Electrificação E Ligações Domiciliares Da Cidade Do Huambo – Lcc | 464 | 127 | 27% | 100% |
| Construção Da Rede Distribuição De Água-Bita Tanque Vacaria | 895 | 119 | 13% | 100% |
| L.T. 200kv Lomaum - Biop-Benguela Sul 220kv Subestação Benguela Sul 60/30kv-120mva | 2 740 | 114 | 4% | 100% |
| Reabilitação E Expansão Do Sistema De Abastecimento De Água De Virei | 58 | 37 | 65% | 100% |
| **Total** | **9 547** | **3 819** | **40%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

656. O segundo departamento ministerial com maior execução é o Ministério dos Transportes, que registou uma execução na ordem dos Kz 298,6 mil milhões, correspondendo a uma taxa de participação de 20,7%.

PRELIMINAR

657. O MINTRANS contava com 25 projectos inscritos, dos quais apenas um possui execução física de 100%. No intervalo das taxas entre 70% a 91% fazem parte 4 projectos, entre 30% a 69% fazem parte 4 projectos, entre 11% a 25% constitui 9 projectos e os restantes 8 projectos, possuem taxa de execução física de 0%.

658. Assim, importa salientar que, o quadro 93 demonstra os 10 projectos que registaram execução financeira no período em apreço, evidenciando as respectivas taxas de execução física.

Quadro 93 - Projectos com maior taxa de execução física do MINTRANS

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Valor Orçamentado | Execução Financeira | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| Aquisição De Navios De Cabotagem Para A Ligação Cabinda-Soyo-Luanda | 49 | 49 | 100% | 100% |
| Sistema De Transporte B.R.T. Meios Rolantes | 2 779 | 2 303 | 83% | 86% |
| Construção Do Terminal De Cabotagem De Cabinda | 1 545 | 1 535 | 99% | 73% |
| Aquisição Das Dmu´S Ferroviárias Para O CFL Luanda | 12 516 | 12 482 | 100% | 70% |
| Construção De Um Quebra Mar Para A Nova Ponte Cais De Cabinda | 8 913 | 2 180 | 24% | 68% |
| Construção Do Nail Em Luanda | 126 305 | 126 295 | 100% | 54% |
| Ampliação Do Complexo Aeroportuário De Cabinda | 398 | 398 | 100% | 23% |
| Construção Do Novo Porto Caio Em Cabinda/Mintrans | 66 382 | 66 372 | 100% | 23% |
| Construção E Apetrechamento Da Oficina Das Dmu´S No Cfl (Cazenga) | 7 443 | 7 299 | 98% | 11% |
| Estrada De Ligação Do Cfb/Zâmbia E Actualização Do Plano Director Dos Transportes | 61 | 30 | 49% | 0% |
| **Total** | **226 392** | **218 943** | **97%** | - |

Fonte: *MINFIN*

659. Seguido do Ministério dos Transportes, está o Ministério Das Obras Públicas E Ordenamento Do Território, que possui cerca de 296 projectos inscritos, dos quais 16 projectos possuem taxa de execução física de 100%, 6 projectos no intervalo entre 70% a 95%, 24 projectos entre 50% a 68%, 31 projectos entre 25% a 49%, e 218 projectos entre as taxas de 0% a 24% de execução física.

660. Vale dar nota que, os 16 projectos com execução de 100%, são projectos que já haviam sido inscritos em anos anteriores. Nesta perspectiva, o valor da execução financeira apresentado no quadro 94, tratam-se de valores

PRELIMINAR

acumulados desde a inscrição do projecto, isto porque em 2020 estes projectos não foram alvos de registo financeiro.

Quadro 94 - Projectos com maior taxa de execução física do MINOPOT

| Unidade Administrativa | Custo Total | Execução Financeira Acumulada | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| Aquisição E Montagem De 104 Passagem De Peões Na Cidade De Luanda | 31 496 | 25 064 | 80% | 100% |
| Construção Da Auto Estrada Luanda/Soyo – Pacote 3 (Km) – Zaire | 17 617 | 0 | 0% | 100% |
| Construção Da Via Marginal Sudoeste 2ª Etapa – Luanda | 19 319 | 12 243 | 63% | 100% |
| Construção De 1168 Apartamentos Sociais E Infra-estruturas – Luanda | 9 809 | 7 054 | 72% | 100% |
| Construção De 450 Casas Sociais E Infra-estruturas – Moxico | 4 851 | 1 947 | 40% | 100% |
| Construção De 500 Casas Sociais E Infra-estruturas – Bié | 5 364 | 4 993 | 93% | 100% |
| Construção De 500 Casas Sociais E Infra-estruturas – Malanje | 5 364 | 4 098 | 76% | 100% |
| Construção Do Centro Político Administrativo Da Província De Cabinda | 4 084 | 2 626 | 64% | 100% |
| Construção Infra-estruturas Externas Centralidade Zango8000 - Luanda | 15 066 | 0 | 0% | 100% |
| Estudo E Reabilitação Da En 120/215, Troço Uíge/ Songo/ Lucunga/ Bembe - Uíge | 14 643 | 0 | 0% | 100% |
| Protecção E Estabilização Da Encosta, Lote 4, Ligação Sonils/ Via Expressa/ Kifangondo – Luanda | 2 400 | 0 | 0% | 100% |
| Reabilitação Da Avenida N'Gola Kiluange (19 Km) – Luanda | 7 323 | 6 812 | 93% | 100% |
| Reabilitação Da En 100, Lote 05, Troço Ponte Rio Eval /Ponte Do Rio Culango – Benguela | 6 455 | 5 848 | 91% | 100% |
| Reabilitação Da En 160/Ec 235, Troço Talamungongo/Kambundi Katembo - Malanje | 8 017 | 6 027 | 75% | 100% |
| Reabilitação Da En 321, Troço Maria Teresa / Dondo (En 321) – Cuanza Norte | 12 303 | 13 078 | 106% | 100% |
| Estudos E Execução Infra-estruturas Integradas Uíge E Negage – Uíge | 7 350 | 2 683 | 37% | 100% |
| **Total** | **171 459** | **92 475** | **54%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

661. O Ministério da Defesa Nacional conta com cerca de 70 projectos inscritos no PIP, dos quais 1 projecto apresenta a taxa de execução física de 73%, 1 com a taxa de 26% e 1 com taxa de 15%. Os restantes 67 projectos registaram taxa de execução física muito perto de 0%. Este facto deve-se essencialmente a fusão que ocorreu entre os Ministérios da Defesa e o dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que exigiu que alguns projectos fossem igualmente fundidos.

662. Assim, o quadro 95 apresenta o detalhe dos 3 projectos com taxa de execução física neste departamento ministerial.

PRELIMINAR

Quadro 95 – Projectos com maior execução no MINDEF

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Custo Total | Execução Financeira Acumulada | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| Reabilitação De Residências Dos Antigos Combatentes | 1 802 | 1 411 | 78% | 73% |
| Construção E Apetrechamento Do Instituto Superior Do Exército Huambo | 1 296 | 711 | 55% | 26% |
| Construção E Apetrechamento Centro De Acolhimento E Orientação Dos Mutilados De Guerra – Macvp | 150 | - | 0% | 15% |
| **Total** | **3 249** | **2 122** | **69%** | - |

Fonte: *MINFIN*

663. Por fim, o quinto departamento ministerial que registou maior execução no âmbito do PIP, foi o Ministério da Saúde que contava com 46 projectos inscritos, dos quais 1 projecto apresentou taxa de execução de 100%, 2 projectos no intervalo entre 65% a 75%, 4 projectos no intervalo entre 40% a 55%, e os restantes 39 projectos apresentaram uma taxa de execução física de 0% no período em apreço.

664. O quadro 96, apresenta os projectos PIP atinentes ao Ministério da Saúde. Vale destacar que, os valores apresentados no quadro, referem-se aos valores acumulados dos projectos desde a sua inscrição.

Quadro 96 - Projectos com maior execução no MINSA

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Custo Total | Execução Financeira Acumulada | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| Construção E Apetrechamento Do Hospital Provincial Do Bié/Minsa | 12 406 | 13 275 | 107% | 100% |
| Reabilitação E Apetrechamento Do Hospital Provincial Do Cuanza Norte/Minsa | 5 287 | 1 349 | 26% | 74% |
| Reabilitação E Apetrechamento Do Hospital Provincial Da Lunda Norte | 2 219 | 719 | 32% | 69% |
| Reabilitação E Apetrechamento Do Hospital Provincial Do Uíge/Minsa | 3 529 | 904 | 26% | 53% |
| Reabilitação Do Hospital Psiquiátrico De Luanda | 2 568 | 1 496 | 58% | 50% |
| Aquisição De Clínicas Móveis E Motorizadas | 11 103 | 10 592 | 95% | 49% |
| Reabilitação Do Hospital Sanatório De Luanda | 37 717 | 54 902 | 146% | 40% |
| **Total** | **74 829** | **83 238** | **111%** | - |

PRELIMINAR

Fonte: *MINFIN*

## Execução do PIP nas Administrações Municipais

665. Para o ano de 2020, a execução financeira dos projectos PIP nas Administrações Municipais foi de Kz 73 mil milhões, representando uma execução de 84% face ao valor orçamentado.

666. O quadro 97, apresenta a execução financeira dos projectos PIP nas distintas Administrações Municipais do território angolano.

Quadro 97 – Execução Financeira nas Administrações Municipais

(Milhões de Kwanzas)

| Administrações Municipais | Valor Aprovado | Execução Financeira | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Administração Municipal Do Lubango | 3 205 | 3 205 | 100% | 4% |
| Administração Municipal De Muconda | 2 315 | 2 313 | 100% | 3% |
| Administração Municipal De Saurimo | 2 060 | 2 047 | 99% | 3% |
| Administração Municipal Do Cuito | 1 695 | 1 694 | 100% | 2% |
| Administração Municipal De Icolo E Bengo | 2 152 | 1 600 | 74% | 2% |
| Administração Municipal Da Jamba | 1 445 | 1 440 | 100% | 2% |
| Administração Municipal Da Humpata | 1 454 | 1 416 | 97% | 2% |
| Administração Municipal Da Chibia | 1 388 | 1 387 | 100% | 2% |
| Administração Municipal De Belas | 1 582 | 1 340 | 85% | 2% |
| Administração Municipal De Cuemba | 1 499 | 1 316 | 88% | 2% |
| Administração Municipal Da Matala | 1 184 | 1 183 | 100% | 2% |
| Administração Municipal De Ombadja | 1 194 | 1 066 | 89% | 1% |
| Administração Municipal De Nharea | 1 091 | 1 060 | 97% | 1% |
| Administração Municipal Da Quiçama | 1 156 | 1 034 | 89% | 1% |
| Administração Municipal Do Cunhinga | 1 008 | 1 008 | 100% | 1% |
| Administração Municipal Do Chinguar | 1 002 | 1 001 | 100% | 1% |
| Outras Administrações[3] | 62 184 | 49 495 | 80% | 67% |
| **Total** | **87 614** | **73 606** | **84%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

667. No que concerne às Administrações Municipais, foram inscritos um total de 1963 projectos PIP. Destes projectos, constatou-se a taxa de execução física de 100% em 47 projectos, tal como se pode observar no quadro 98.

[3] Inclui as outras administrações municipais cuja execução cifra-se abaixo de Kz 1 mil milhão.

PRELIMINAR

Quadro 98 – Projectos com maior taxa de execução física nas Administrações Municipais

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Valor Orçamentado | Valor liquidado | Exec. % | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| **Administração Municipal Da Cahama** | | | | |
| Construção E Apetrechamento Loja De Registos Cahama | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 61 | 44 | 72% | 100% |
| **Administração Municipal Da Chibia** | | | | |
| Construção E Apetrechamento De Uma Escola De 6 Salas No Lundo-Chibia | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal Da Jamba** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 31 | 31 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal Da Matala** | | | | |
| Construção De Uma Escola De 12 Salas De Aulas No Município Da Matala | 51 | 51 | 100% | 100% |
| Construção Do Centro De Produção De Espécies Vegetais No Muni. Da Matala / Fase 1 | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Reabilitação Do Posto De Saúde, Na Comuna Do Micosse, Município Da Matala | 6 | 6 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal De Ambaca** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 44 | 44 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal De Banga** | | | | |
| Reabilitação E Expansão Do Sistema Abastecimento De Água De Banga | 5 | 4 | 78% | 100% |
| **Administração Municipal De Belas** | | | | |
| Reabilitação Escola Primária 2042 No Cabo Lombo | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal De Benguela** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 19 | 16 | 87% | 100% |
| **Administração Municipal De Bula Atumba** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 48 | 41 | 86% | 100% |
| Reabilitação Terraplanagem Bula Atumba | 0 | 0 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal De Cacolo** | | | | |
| Construção De 1 Sistema De Água No Samuquixi | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal De Cacongo** | | | | |
| Reabiliação Do Salão, Casa Paroq. E Escoramento Da Igreja São Tiago Lândana-Cacongo | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal De Cacuaco** | | | | |
| Construção E Apetrechamento De 1 Cic-Cec No Município De Cacuaco | 3 | 3 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal De Cacula** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 31 | 30 | 96% | 100% |
| **Administração Municipal De Cazengo** | | | | |
| Desassoreamento De 10 Km Das Valas Do Município-Cazengo | 111 | 110 | 98% | 100% |
| **Administração Municipal De Kiwaba Nzoji** | | | | |
| Construção De 1 Escola De 7 Salas De Aulas No Município De Kiwaba Nzoji /Pcep | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal De Luacano** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal De Luanda** | | | | |

PRELIMINAR

| Unidade Administrativa | Valor Orçamentado | Valor liquidado | Exec. % | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| Reabilitação E Apetrechamento Da Escolas Nº 5029 Rangel Luanda | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Requalificação Da Zona Verde Do Alvalade Fase 2 | 13 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal De Mbanza Kongo** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 24 | 20 | 85% | 100% |
| **Administração Municipal De Quirima** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 7 | 6 | 91% | 100% |
| **Administração Municipal De Saurimo** | | | | |
| Construção E Apetrechamento Da Escola De 12 Salas No Camahundo - Saurimo | 262 | 262 | 100% | 100% |
| Reabilitação Do Centro De Saúde Da Manauto | 13 | 13 | 100% | 100% |
| Reabilitação Do Centro De Saúde Do Bairro Txizainga | 4 | 4 | 100% | 100% |
| Reabilitação Do Centro De Saúde Do Mulombe | 3 | 3 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal De Viana** | | | | |
| Reabilitação E Ampliação Da Escola 5092 No Capalanga-Luanda | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal Do Amboim** | | | | |
| Construção De Uma Escola Do Ensino Prim. Com 7 Salas De Aulas Na Loc. Do Donga | 144 | 126 | 88% | 100% |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 35 | 29 | 82% | 100% |
| **Administração Municipal Do Ambriz** | | | | |
| Terraplanagem Do Troço Ambriz Bela-Vista (Conclusão) | 1 | 1 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal Do Balombo** | | | | |
| Construção De Escola De 7 Salas De Aulas No Município De Balombo-Pcep | 8 | 8 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal Do Caungula** | | | | |
| Construção De Parque Infantil - Caungula | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Administração Municipal Do Cazenga** | | | | |
| Estudo Para Construção 1 Depósito De Medicamentos No Cazenga | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Estudo Para Reabilitação Da Repartição Da Saúde Do Cazenga | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Reabilitação Da Escola Nº 3028, No Tala Hady No Cazenga | 73 | 73 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal Do Cuito Cuanavale** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 34 | 33 | 97% | 100% |
| **Administração Municipal Do Lubango** | | | | |
| Construção De Uma Escola De 12 Salas Aulas No Tchioco-Lubango | 49 | 49 | 100% | 100% |
| Construção De Uma Escola De 12 Salas De Aulas Do Bairro Sófrio-Lubango | 210 | 210 | 100% | 100% |
| Construção De Uma Escola De 12 Salas De Aulas Na Machiqueira-Lubango | 41 | 41 | 100% | 100% |
| Construção E Concepção Da Direcção Provincial De Viação E Transito Na Huíla / Fase 1 | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Reabilitação Troço Estrada Mercado Peixe - Ferrovia(Lubango)/Huíla | 52 | 52 | 100% | 100% |
| Reabilitação Troço Estrada Rotunda João Almeida - Nduva Lubango/Huíla | 1 | 1 | 100% | 100% |
| Reparação De Ruas Nos Bairros Da Tchavola, Kwawa E Tchituno (30 Km) | 117 | 117 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal Do Namibe** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 20 | 20 | 100% | 100% |
| **Administração Municipal Do Puri** | | | | |
| Construção E Reabilitação De Infra-estruturas Rurais | 34 | 34 | 100% | 100% |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Execução do PIP nos Governos Provinciais

668. Para o ano de 2020, o orçamento dos Governos Provinciais cifrou-se em Kz 72 mil milhões. Contudo, a sua execução foi de Kz 69,2 mil milhões, equivalente a 96% do valor orçamentado, conforme exposto no quadro 99.

Quadro 99 – Execução financeira do PIP nos Governos Provinciais

(Milhões de Kwanzas)

| Governos Provinciais | Valor Aprovado | Execução Financeira | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Governo Provincial De Luanda | 39 513 | 37 835 | 96% | 55% |
| Governo Provincial Do Cuanza-Norte | 12 301 | 12 301 | 100% | 18% |
| Governo Provincial Da Lunda-Sul | 6 814 | 5 697 | 84% | 8% |
| Governo Provincial Do Uíge | 2 727 | 2 727 | 100% | 4% |
| Governo Provincial Da Huíla | 2 251 | 2 251 | 100% | 3% |
| Governo Provincial De Malanje | 2 160 | 2 160 | 100% | 3% |
| Governo Provincial De Cabinda | 1 341 | 1 341 | 100% | 2% |
| Governo Provincial Da Lunda-Norte | 1 065 | 1 065 | 100% | 2% |
| Governo Provincial Do Moxico | 999 | 997 | 100% | 1% |
| Governo Provincial Do Cuando-Cubango | 631 | 631 | 100% | 1% |
| Governo Provincial Do Bié | 562 | 562 | 100% | 1% |
| Governo Provincial Do Huambo | 468 | 468 | 100% | 1% |
| Governo Provincial Do Cunene | 391 | 391 | 100% | 1% |
| Governo Provincial Do Namibe | 288 | 288 | 100% | 0% |
| Governo Provincial Do Bengo | 265 | 260 | 98% | 0% |
| Governo Provincial De Benguela | 147 | 145 | 99% | 0% |
| Governo Provincial Do Cuanza-Sul | 104 | 104 | 100% | 0% |
| Governo Provincial Do Zaire | 15 | 15 | 100% | 0% |
| **Total** | **72 043** | **69 241** | **96%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

669. No que concerne a inscrição de projectos a nível dos Governos Provinciais, importa destacar que, foram inscritos cerca de 660 projectos, dos quais o Governo da Província da Huíla contribuiu com 19 projectos, Lunda-Norte com 58, Lunda-Sul com 88 projectos inscritos, Benguela com 11 projectos, Cabinda com 51 projectos, Luanda com 107 projectos inscritos, Malanje com 24 projectos, Bengo com 10, Bié com 33, Cuando Cubango com 65 projectos, Cuanza-Norte com 16, Cuanza-Sul com 6 projectos inscritos,

PRELIMINAR

Cunene com 27 projectos, Huambo com 19, Moxico com 18, Namibe com 23, Uíge com 42 e por último Zaire com 43 projectos inscritos.

670. Destes projectos mencionados, vale dar nota que, cerca de 78 projectos ascenderam a uma taxa de execução física de 100%. Destes, o Governo Provincial da Huíla registou 1 projecto, Lunda-Norte 1 projecto, Lunda-Sul 46 projectos, Luanda 3 projectos, Malanje 1 projecto, Cuando-Cubango 5 projectos, Cuanza-Norte 1 projecto, Cuanza-Sul 1, Moxico 16, Namibe, Uíge e Zaire com 1 projecto cada, respectivamente.

671. O quadro 100, apresenta o detalhe dos projectos com taxa de execução de 100% por cada Governo Provincial, demonstrando os valores acumulados desde a sua inserção no PIP. Importa salientar que, para os Governos Provinciais com vários projectos concluídos, apresentam-se apenas os 10 maiores.

Quadro 100 – Projectos com maior taxa de execução física nos Governos Provinciais (Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Custo Total | Execução Financeira Acumulada | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| **Governo Provincial Da Huíla** | | | | |
| Construção De Infra-Estruturas 200 Fogos Huíla 2015 | 9 836 | 5 067 | 52% | 100% |
| **Governo Provincial Da Lunda-Norte** | | | | |
| Reabilitação Do Hospital Sanatório Do Sacavulo/Chitato/Lunda Norte | 1 139 | 1 139 | 100% | 100% |
| **Governo Provincial Da Lunda-Sul** | | | | |
| Construção De Um Hospital Municipal/Saurimo/Lunda Sul | 5 561 | 6 349 | 114% | 100% |
| Construção E Apetrechamento De Uma Maternidade Provincial Da Lunda Sul 2ª Fase | 0 | 3 098 | 0% | 100% |
| Construção Da Biblioteca Provincial/Saurimo/Lunda Sul | 538 | 567 | 105% | 100% |
| Construção De Infra-Estruturas 200 Fogos Lunda Sul | 1 970 | 534 | 27% | 100% |
| Reabilitação De Vias Secundarias E Terciarias/Lunda Sul | 457 | 450 | 98% | 100% |
| Reabilitação Da Piscina Tchicumina/Lunda Sul | 410 | 369 | 90% | 100% |
| Construção Escola Iº Ciclo 12 Salas No Bairro Santo António | 180 | 257 | 143% | 100% |
| Construção De 1 Centro Infecto Contagioso Da Saúde /Lunda Sul | 255 | 253 | 99% | 100% |
| Construção 1 Escola 24 Salas Aulas Ii Ciclo Txizainga Saurimo | 458 | 219 | 48% | 100% |
| Requalificação Dos Passeios Do Bairro Sassamba Saurimo Cacolo/L.Sul | 280 | 214 | 76% | 100% |
| **Governo Provincial De Luanda** | | | | |
| Construção De 1 Silo Automóvel Da Envolvente Gika E Área De Lazer | 1 999 | 0 | 0% | 100% |
| Reabilitação Da Escola Secundária Mutu Ya Kevela/Med | 0 | 0 | 0% | 100% |
| Revitalização De Eixos Viários De Luanda | 18 619 | 0 | 0% | 100% |

PRELIMINAR

| Unidade Administrativa | Custo Total | Execução Financeira Acumulada | Tx Exec. Financ. | Exec. Física |
|---|---|---|---|---|
| **Governo Provincial De Malanje** | | | | |
| Construção E Instalações Dos Serviços De Apoio Acção Social Escolar/Malanje | 216 | 216 | 100% | 100% |
| **Governo Provincial Do Cuando-Cubango** | | | | |
| Asfaltagem De Estrada Troço Bairro Pio Ao Bairro Paz Em Menongue | 700 | 567 | 81% | 100% |
| Asfaltagem De Estrada Troço Bairro Saúde Á Missão Católica Em Menongue | 700 | 587 | 84% | 100% |
| Construção De 1 Escola Com 12 Salas Aulas Bairro Castilho Menongue | 120 | 45 | 37% | 100% |
| Construção E Apetr De 1 Escola Prim. Menongue De 8 Salas De Aulas No B. Cazenga | 77 | 91 | 119% | 100% |
| Construção Escola Primária Menongue Com 8 Salas De Aulas No Bairro Kavikiviki | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Governo Provincial Do Cuanza-Norte** | | | | |
| Reabilitação E Ampliação Da Escola Superior Politécnica | 498 | 334 | 67% | 100% |
| **Governo Provincial Do Cuanza-Sul** | | | | |
| Construção Apetrechamento Escola 12 Salas Aulas Pambangala Cassongue | 273 | 268 | 98% | 100% |
| **Governo Provincial Do Moxico** | | | | |
| Construção E Apet. De 1 Instituto Médio Politécnico No Luau/Moxico | 3 006 | 2 265 | 75% | 100% |
| Construção 3 Escolas T14 Lumbala Nguimbo E Chiume Município Das Bundas/Moxico | 1 307 | 1 258 | 96% | 100% |
| Construção De 3 Escolas T14 No Bairro Zorro No Municipio Do Moxico | 918 | 1 116 | 122% | 100% |
| Construção De 3 Escolas Do Tipo 14 Na Sede Do Municipio/Luacano/Moxico | 1 147 | 1 097 | 96% | 100% |
| Construção 3 Escola Do Tipo T14 Em Cangumbe No Municipio Do Moxico | 1 136 | 1 059 | 93% | 100% |
| Construção 3 Escolas T14 Kapango Tchifuchi Sawambo No Municipio Moxico | 957 | 965 | 101% | 100% |
| Construção 2 Escolas T14 Caianda E Macondo Municipio Do Alto Zambeze/Moxico | 824 | 754 | 92% | 100% |
| Asfaltagem Troço Que Liga Tipográfica A Esc.Superior | 310 | 310 | 100% | 100% |
| Asfaltagem Do Bairro Santa Rosa/Moxico | 199 | 199 | 100% | 100% |
| Construção De Passagem Hidraúlica Sobre Rio Luena | 41 | 41 | 100% | 100% |
| **Governo Provincial Do Namibe** | | | | |
| Construção De 1 Escola 10 Salas Aulas Em Matute Namibe | 0 | 0 | 0% | 100% |
| **Governo Provincial Do Uíge** | | | | |
| Construção De Infra-Estruturas 200 Fogos Uíge | 2 019 | 923 | 46% | 100% |
| **Governo Provincial Do Zaire** | | | | |
| Requalificação Paisagística De Mbanza Congo/Zaire | 591 | 596 | 101% | 100% |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Execução do PIP nas Outras Unidades Orçamentais

672. A execução financeira do PIP nas outras unidades orçamentais ascendeu a Kz 62,7 mil milhões, que corresponde a uma execução de 100% face ao valor orçamentado para o período em apreço.

673. As outras unidades orçamentais englobam a Administração Geral Tributária, Gabinete de Obras Especiais, Casa de Segurança do Presidente da República, Secretaria Geral da Presidência da República, Serviço de Informação e Segurança do Estado, Serviço de Inteligência e Segurança Militar e Serviço de Inteligência Externa, cuja execução pode ser observada no quadro 101.

Quadro 101 – Execução do PIP das Outras Unidades Orçamentais

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | Valor Aprovado | Execução Financeira | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Administração Geral Tributária | 20 454 | 20 427 | 100% | 33% |
| Serviço De Inteligência Externa | 97 | 97 | 100% | 0% |
| Serviço De Inteligência E Segurança Militar | 47 | 47 | 100% | 0% |
| Serviço De Informações E Segurança Do Estado | 101 | 101 | 100% | 0% |
| Secretaria Geral Da Presidência Da República | 2 581 | 2 581 | 100% | 4% |
| Gabinete De Obras Especiais | 31 401 | 31 401 | 100% | 50% |
| Casa De Segurança Do Presidente Da República | 8 062 | 8 062 | 100% | 13% |
| **Total** | **62 742** | **62 715** | **100%** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

674. No que se refere aos projectos das Outras Unidades Orçamentais, apenas um projecto afecto ao Serviço de Inteligência e Segurança Militar encontra-se com uma taxa de execução de 100%, que é o projecto referente ao Estudo de Projecto da Sede Administrativa De Direcção Operacional Em Luanda.

675. Para a materialização deste projecto, em 2020, foram disponibilizados Kz 1,4 milhões, sendo que o acumulado desde a sua inscrição ascendeu a Kz 45 milhões.

## Impacto Económico e Social na execução do PIIM em 2020

676. Alinhado aos desígnios do PDN (2018-2022), Sua Excelência Presidente da República e Titular do Poder Executivo, aprovou o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que constitui um instrumento de planeamento e gestão de projectos, traduzindo-se numa ampla e integrada plataforma para a resolução de vários problemas de natureza

PRELIMINAR

social, no contexto do processo de concretização da desconcentração administrativa e financeira.

677. O PIIM visa reforçar a desconcentração administrativa há muito iniciada, e preparar a estrutura de transição no processo de descentralização administrativa definido pelo Decreto Presidencial n.º 20/18, de 29 de Janeiro, que estabelece o Regime Geral de Delimitação e Desconcentração de Competências e Coordenação da Actuação Territorial da Administração Central e Local do Estado.

678. Os parágrafos abaixo, espelham o balanço das actividades desenvolvidas pelos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais e Administrações Municipais no âmbito do PIIM, em 2020.

### Execução Global do Plano

679. Desde o início do Plano em 2019, já foram executados financeiramente um total de Kz 140,7 mil milhões. Neste sentido, como resultado do rigor no processo de cobranças das condições precedentes, o Plano apresenta os seguintes indicadores globais:

a) Valor global executado para o Acordo PIIM cifrando-se em Kz 140,7 mil milhões.

b) Valor executado para o Acordo PIIM para o ano de 2020 na ordem dos Kz 131,2 mil milhões.

c) Projectos elegíveis[4] totalizando 1 494, dos quais 1 285 referente ao PIP e 209 referente a DAD.

d) 1 442 projectos em execução, dos quais 1 238 PIP e 204 DAD.

680. No que concerne aos projectos de investimento público no âmbito do PIIM, registaram-se actualmente 1 494 projectos elegíveis, sendo que 1 442 já se encontram em execução, conforme detalhe por província apresentado no quadro 102.

[4] Projectos que reúnem todas as condições precedentes, e prontos para serem executados

PRELIMINAR

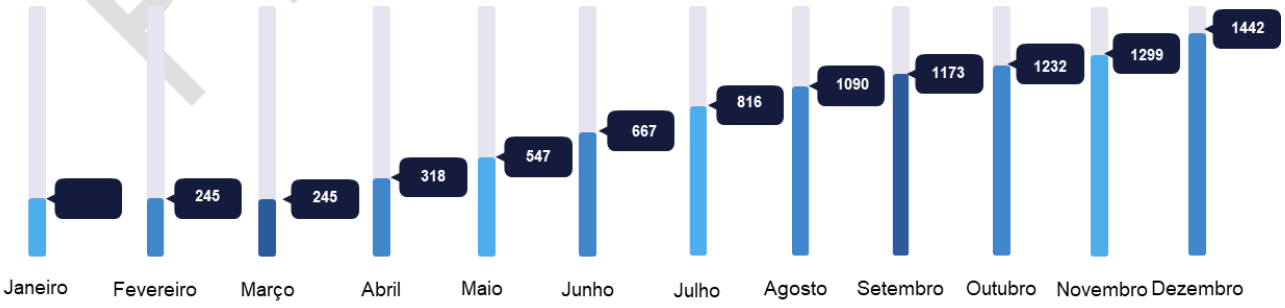
Quadro 102 - Quantidade de Projectos por Órgão do Governo

| Órgãos do Governo | Projectos Elegíveis | Projectos em Execução |
|---|---|---|
| Bengo | 48 | 47 |
| Benguela | 68 | 63 |
| Bié | 119 | 118 |
| Cabinda | 36 | 31 |
| Cuando Cubango | 37 | 34 |
| Cuanza Norte | 62 | 62 |
| Cuanza Sul | 97 | 94 |
| Cunene | 89 | 85 |
| Huambo | 126 | 121 |
| Huíla | 133 | 130 |
| Luanda | 125 | 125 |
| Lunda Norte | 60 | 60 |
| Lunda Sul | 82 | 81 |
| Malanje | 93 | 83 |
| MAT | 5 | 5 |
| MED | 3 | 3 |
| MINOPT | 17 | 15 |
| MINEA | 6 | 4 |
| MINTRANS | 3 | 3 |
| Moxico | 109 | 108 |
| Namibe | 76 | 72 |
| Uíge | 77 | 76 |
| Zaire | 23 | 22 |
| **Total** | **1 494** | **1 442** |

Fonte: *MINFIN*

681. Ao longo do ano, a evolução mensal da execução dos projectos pode ser observada no gráfico 28.

Gráfico 28 – Execução Mensal dos Projectos

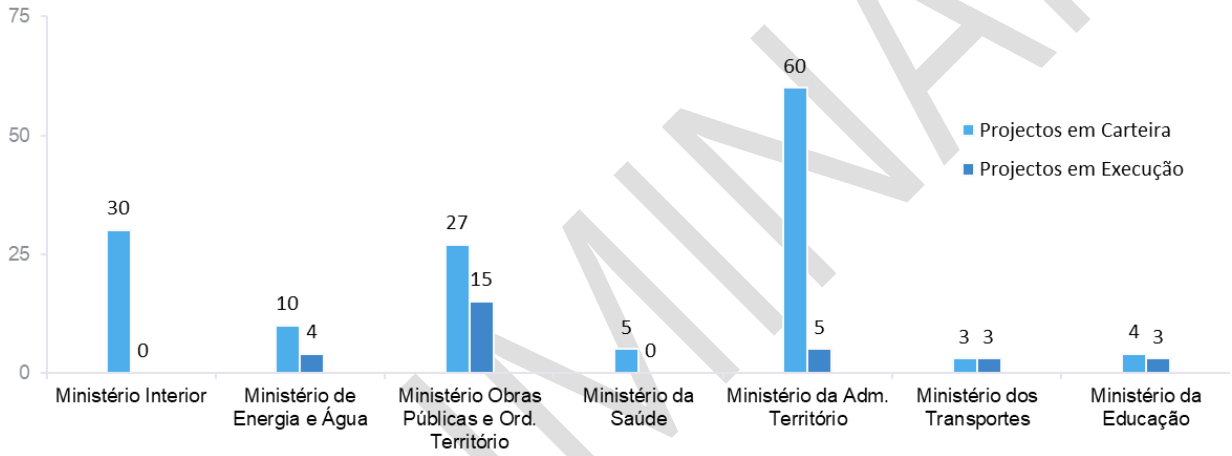



Fonte: *MINFIN*

## Execução dos Projectos de Âmbito Central

682. Dos 1 494 projectos em carteira enquadrados no PIIM, 139 são de âmbito central, sendo que destes últimos, cerca de 30 encontram-se em fase de execução. Os mesmos são relativos aos Ministérios do Interior, da Energia e Águas, das Obras Públicas e Ordenamento do Território, da Saúde, da Administração do Território, dos Transportes e da Educação, conforme ilustra o gráfico 29.

Gráfico 29 - Execução dos Projectos de Âmbito Central




Fonte: *MINFIN*

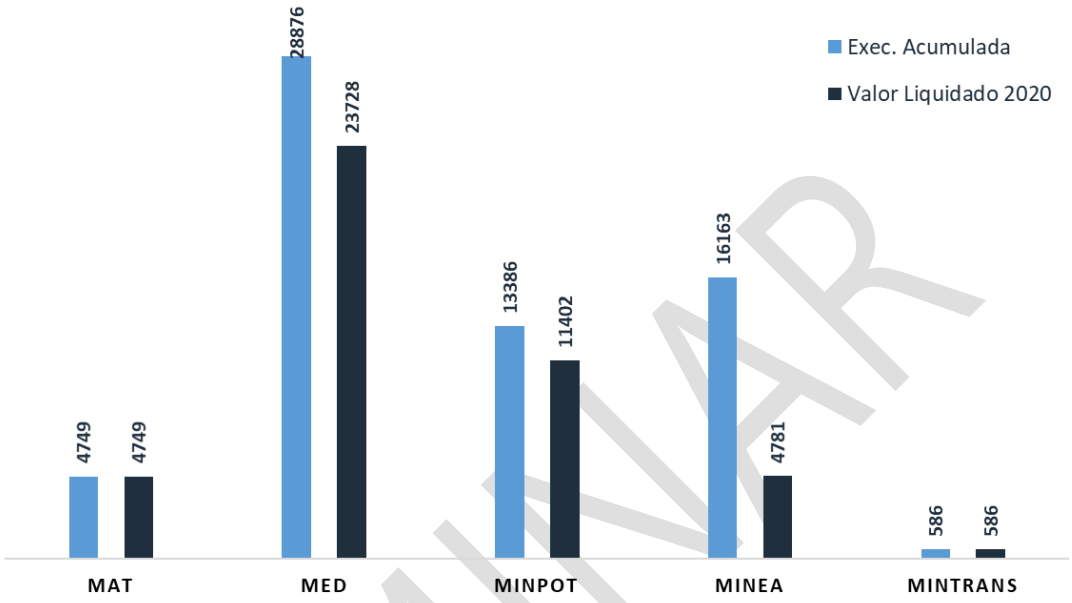
683. No que concerne à execução financeira acumulada dos projectos dos Órgãos Centrais, até o momento, foi liquidado um valor total de Kz 64,7 mil milhões.

684. Para o ano de 2020, foi liquidado um valor total de Kz 45,1 mil milhões, com destaque para os projectos pertencentes ao Ministério da Educação, cuja sua execução esteve na ordem dos Kz 23,7 mil milhões, perfazendo cerca de 52%, conforme se demonstra no gráfico 30.

PRELIMINAR

Gráfico 30 - Execução Financeira dos Projectos de âmbito Central

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

685. No âmbito da regularização das condições precedentes dos projectos de âmbito central, importa realçar que:

a) Os projectos do MAT, no geral, possuem os procedimentos concursais concluídos e aguardam a remessa dos contratos ao MINFIN para validação dos mesmos, em sede da análise de exigibilidade para a execução.

b) Foi submetida à consideração do Ministério das Finanças, pelo MINSA, as condições precedentes para início de execução da "Construção e Apetrechamento do Hospital Municipal do Porto Amboim", estando as mesmas em fase de análise.

c) O MININT remeteu ao MINFIN processos referentes a 19 projectos, sendo que o início da execução dos mesmos está apenas condicionado à remessa dos contratos de fiscalização dos projectos.

PRELIMINAR

## Execução dos Projectos de âmbito Local

686. Relativamente aos projectos de âmbito local, estão em fase de execução cerca de 1 412 projectos, com destaque para província da Huíla com 130 projectos em execução, conforme demonstrado no gráfico 31.

Gráfico 31 - Execução Financeira dos Projectos de âmbito Local

Fonte: *MINFIN*

687. No que concerne a execução financeira dos projectos a nível local, foi liquidado um total de Kz 95,6 mil milhões, com destaque para os projectos pertencentes à província da Huíla, cuja liquidação esteve na ordem dos Kz 13,6 mil milhões, correspondendo a 12%, tal conforme ilustrado no gráfico 32.

PRELIMINAR

Gráfico 32 - Execução Financeira dos Projectos de âmbito Local

(Milhões de Kwanzas)

Fonte: *MINFIN*

## Análise das Actividades por Sectores

688. O PIIM foi criado com a perspectiva de satisfazer as necessidades das populações, especialmente a nível local, tendo o seu plafond de financiamento sido subdividido pelos seguintes macro sectores prioritários: Saúde, Educação, Vias de Comunicação, Infra-estruturas Autárquicas, Infra-estruturas Administrativas, Infra-estruturas Sociais, Energia e Águas, Segurança Pública, Saneamento e Resíduos (Ambiente), Transportes, Afectação Municipal, Afectação Especial, e Coordenação e Gestão Técnica.

689. Os sectores com maior número de projectos em execução são os sectores da Educação, Saúde e Vias de Comunicação, conforme espelhado nos

PRELIMINAR

pontos subsequentes, com um breve resumo das execuções a nível nacional dos principais sectores.

## Educação

690. No âmbito do PIIM, está em carteira a implementação de 559 projectos do sector da educação, dos quais 485 já se encontram em execução, representando uma taxa de 81%.

691. Neste sector, destaca-se a província de Luanda, com a implementação de 62 projectos, representando uma taxa de execução de 72%, conforme se pode observar no quadro 103.

Quadro 103 - Quantidade de Projectos no Sector da Educação

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Luanda | 86 | 62 | 72% | 13% |
| Uíge | 61 | 47 | 77% | 10% |
| Bié | 50 | 42 | 84% | 9% |
| Huíla | 45 | 40 | 89% | 8% |
| Lunda Sul | 39 | 38 | 97% | 8% |
| Malanje | 43 | 29 | 67% | 6% |
| Cuanza Norte | 30 | 26 | 87% | 5% |
| Cuanza Sul | 27 | 26 | 96% | 5% |
| Benguela | 29 | 24 | 83% | 5% |
| Bengo | 26 | 23 | 88% | 5% |
| Huambo | 31 | 23 | 74% | 5% |
| Lunda Norte | 23 | 20 | 87% | 4% |
| Moxico | 21 | 20 | 95% | 4% |
| Namibe | 21 | 20 | 95% | 4% |
| Cuando Cubango | 29 | 13 | 45% | 3% |
| Cunene | 13 | 13 | 100% | 3% |
| Zaire | 13 | 11 | 85% | 2% |
| Cabinda | 7 | 4 | 57% | 1% |
| MINED | 4 | 3 | 75% | 1% |
| MINEPOT | 1 | 1 | 100% | 0% |
| **Total** | **599** | **485** | **81%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

PRELIMINAR

## Saúde

692. No sector da Saúde, estão em carteira a implementação de 252 projectos, dos quais 182 já se encontram em execução, representando cerca de 72%.

693. Neste sector, destaca-se a província da Huíla como sendo a que maior número de projectos executou, totalizando cerca de 22 projectos, representando um grau de execução na ordem dos 88%, conforme apresenta o quadro 104.

Quadro 104 – Quantidade de Projectos no Sector da Saúde

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Huíla | 25 | 22 | 88% | 12% |
| Huambo | 27 | 21 | 78% | 12% |
| Moxico | 22 | 20 | 91% | 11% |
| Namibe | 19 | 17 | 89% | 9% |
| Bengo | 16 | 15 | 94% | 8% |
| Luanda | 26 | 14 | 54% | 8% |
| Lunda Sul | 13 | 13 | 100% | 7% |
| Bié | 11 | 10 | 91% | 5% |
| Benguela | 10 | 9 | 90% | 5% |
| Cabinda | 7 | 7 | 100% | 4% |
| Cunene | 6 | 6 | 100% | 3% |
| Lunda Norte | 6 | 6 | 100% | 3% |
| Malanje | 15 | 6 | 40% | 3% |
| Cuando Cubango | 15 | 5 | 33% | 3% |
| Cuanza Sul | 9 | 5 | 56% | 3% |
| Cuanza Norte | 7 | 3 | 43% | 2% |
| Uíge | 11 | 3 | 27% | 2% |
| MININT | 1 | 0 | 0% | 0% |
| MINSA | 5 | 0 | 0% | 0% |
| Zaire | 1 | 0 | 0% | 0% |
| **Total** | **252** | **182** | **72%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE*

PRELIMINAR

## Energia e Águas

694. No âmbito do PIIM, o sector das águas tem em carteira a implementação de 152 projectos, sendo que destes, 114 já se encontram em execução, representando um grau de execução de 75%.

695. Dos órgãos responsáveis pela implementação, destaca-se a província do Namibe, como sendo a que maior número de projectos implementou neste sector, em cerca de 16, tendo em atenção conforme representado no quadro 105.

Quadro 105 - Quantidade de Projectos no Sector das Águas

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Namibe | 19 | 16 | 84% | 14% |
| Malanje | 22 | 15 | 68% | 13% |
| Moxico | 15 | 15 | 100% | 13% |
| Huíla | 18 | 13 | 72% | 11% |
| Huambo | 14 | 11 | 79% | 10% |
| Cunene | 12 | 9 | 75% | 8% |
| Benguela | 11 | 6 | 55% | 5% |
| Cabinda | 7 | 6 | 86% | 5% |
| Lunda Norte | 6 | 6 | 100% | 5% |
| Cuanza Sul | 5 | 5 | 100% | 4% |
| MINEA | 8 | 4 | 50% | 4% |
| Uíge | 5 | 3 | 60% | 3% |
| Zaire | 3 | 3 | 100% | 3% |
| Bengo | 3 | 1 | 33% | 1% |
| Cuanza Norte | 1 | 1 | 100% | 1% |
| Cuando Cubango | 2 | 0 | 0% | 0% |
| Luanda | 1 | 0 | 0% | 0% |
| **Total** | **152** | **114** | **75%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

696. Relativamente ao Sector da Energia, está em carteira a implementação de 60 projectos, sendo que destes, 42 já registaram execução física e financeira, representando uma taxa de execução na ordem dos 70%.

PRELIMINAR

697. Neste sector, o destaque vai para a província da Huíla, como sendo a província que mais projectos executou neste sector, tendo executado cerca de 9 projectos, conforme indicado no quadro 106.

Quadro 106 - Quantidade de Projectos no Sector da Energia

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Huíla | 15 | 9 | 60% | 21% |
| Cunene | 9 | 8 | 89% | 19% |
| Huambo | 9 | 8 | 89% | 19% |
| Bengo | 8 | 4 | 50% | 10% |
| Cabinda | 5 | 4 | 80% | 10% |
| Lunda Sul | 4 | 4 | 100% | 10% |
| Namibe | 3 | 2 | 67% | 5% |
| Cuanza Sul | 1 | 1 | 100% | 2% |
| Luanda | 2 | 1 | 50% | 2% |
| Moxico | 1 | 1 | 100% | 2% |
| Malanje | 1 | 0 | 0% | 0% |
| MINEA | 2 | 0 | 0% | 0% |
| **Total** | **60** | **42** | **70%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

## Infra-estruturas administrativas

698. Está em carteira a implementação de 117 projectos, referentes ao sector das infra-estruturas administrativas, onde 42 já registaram execução física e financeira, representando actualmente um grau de execução na ordem dos 36%.

699. Neste sector, destaca-se a província do Moxico como sendo a que maior número de projectos executou, com cerca de 15 projectos, representando um grau de execução de 100%, conforme se pode observar no quadro 107.

Quadro 107 – Quantidade de Projectos no Sector da Energia

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Moxico | 15 | 15 | 100% | 36% |
| Huambo | 10 | 5 | 50% | 12% |
| Huíla | 8 | 5 | 63% | 12% |

PRELIMINAR

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Bié | 7 | 4 | 57% | 10% |
| Cuanza Sul | 5 | 4 | 80% | 10% |
| Cunene | 4 | 4 | 100% | 10% |
| Luanda | 4 | 2 | 50% | 5% |
| Lunda Sul | 2 | 2 | 100% | 5% |
| Malanje | 1 | 1 | 100% | 2% |
| Bengo | 2 | 0 | 0% | 0% |
| Cabinda | 2 | 0 | 0% | 0% |
| Cuando Cubango | 3 | 0 | 0% | 0% |
| Lunda Norte | 1 | 0 | 0% | 0% |
| MAT | 50 | 0 | 0% | 0% |
| MINEPOT | 1 | 0 | 0% | 0% |
| Namibe | 2 | 0 | 0% | 0% |
| **Total** | **117** | **42** | **36%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

### Saneamento e Resíduos (Ambiente)

700. Neste sector, estão em carteira 90 projectos do sector de Saneamento e Resíduos, dos quais 73 encontram-se em execução, representando uma taxa de execução de 81%.

701. Para o referido sector, destaca-se a província da Lunda Norte com maior número de projectos em execução, representando actualmente 78% dos projectos planeados, conforme indicado no quadro 108.

Quadro 108 – Quantidade de Projectos no sector de Saneamento e Resíduos

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Lunda Norte | 27 | 21 | 78% | 29% |
| Uíge | 18 | 15 | 83% | 21% |
| Cunene | 12 | 12 | 100% | 16% |
| Malanje | 15 | 9 | 60% | 12% |
| Cuanza Sul | 5 | 5 | 100% | 7% |
| Namibe | 7 | 5 | 71% | 7% |
| Huambo | 2 | 2 | 100% | 3% |
| Moxico | 2 | 2 | 100% | 3% |
| Bié | 1 | 1 | 100% | 1% |
| Lunda Sul | 1 | 1 | 100% | 1% |
| **TOTAL** | **90** | **73** | **81%** | **100%** |

PRELIMINAR

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

## Infra-estruturas sociais

702. Está em carteira a implementação de 150 projectos do sector das infra-estruturas sociais, dos quais 121 encontram-se em fase de execução.

703. Neste sector, destaca-se a província do Moxico como sendo a que apresentou maior número de projectos em execução, na ordem de 23 projectos, representando uma taxa de execução de 82%, como se pode observar no quadro 109.

Quadro 109 – Quantidade de projectos no Sector de Infra-estruturas Sociais

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Moxico | 28 | 23 | 82% | 19% |
| Lunda Sul | 16 | 16 | 100% | 13% |
| Huambo | 13 | 13 | 100% | 11% |
| Huíla | 14 | 13 | 93% | 11% |
| Lunda Norte | 15 | 13 | 87% | 11% |
| Cunene | 12 | 12 | 100% | 10% |
| Bié | 10 | 10 | 100% | 8% |
| Namibe | 22 | 9 | 41% | 7% |
| Luanda | 6 | 6 | 100% | 5% |
| Cabinda | 3 | 2 | 67% | 2% |
| Cuanza Sul | 2 | 2 | 100% | 2% |
| Malanje | 4 | 2 | 50% | 2% |
| MINOPOT | 5 | 0 | 0% | 0% |
| **Total** | **150** | **121** | **81%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

## Segurança e Ordem pública

704. Está em carteira a implementação de 63 projectos do sector da Segurança e Ordem pública, dos quais 23 encontram-se em execução, representando uma taxa de execução de 37%.

PRELIMINAR

705. Neste sector, destaca-se a província de Luanda com maior número de projectos em execução, em cerca de 6, representando uma execução na ordem dos 75%, conforme indicado no quadro 110.

Quadro 110 – Quantidade de projectos no Sector da Segurança e Ordem pública

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Luanda | 8 | 6 | 75% | 26% |
| Benguela | 7 | 5 | 71% | 22% |
| Cabinda | 3 | 3 | 100% | 13% |
| Lunda Norte | 4 | 3 | 75% | 13% |
| Bié | 3 | 2 | 67% | 9% |
| Cuando Cubango | 3 | 1 | 33% | 4% |
| Cuanza Sul | 1 | 1 | 100% | 4% |
| Huambo | 1 | 1 | 100% | 4% |
| Huíla | 1 | 1 | 100% | 4% |
| MININT | 30 | 0 | 0% | 0% |
| Namibe | 2 | 0 | 0% | 0% |
| **TOTAL** | **63** | **23** | **37%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

## Transportes

706. No âmbito do PIIM, estão em carteira a implementação de 3 projectos do sector dos transportes.

707. Assim, dos 3 projectos em carteira, todos já se encontram em fase de execução pelo Ministério dos Transportes, com impacto social significativo para a província de Cabinda, demonstrando uma execução de 100%.

708. Importa salientar que, os projectos estão a ser executados apenas na província de Cabinda tendo em consideração a descontinuidade geográfica que caracteriza e distingue a província em relação ao resto do país, promovendo esforços no sentido de se identificarem soluções de conectividade que estreitem cada vez mais o seu posicionamento.

PRELIMINAR

## Vias de Comunicação

709. Estão em carteira cerca de 256 projectos do sector das Vias de Comunicação, dos quais 163 encontram-se em fase de execução, representando cerca de 64%.

710. Neste sector, destaca-se a província de Luanda como sendo a que registou maior número de projectos em execução, na ordem de 26 projectos, representando uma taxa de execução de 60%, tal como pode ser observado no quadro 111.

Quadro 111 – Quantidade de projectos nas Vias de Comunicação

| Órgão | Projectos em Carteira | Projectos em Execução | Exec. % | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| Luanda | 43 | 26 | 60% | 16% |
| Bié | 36 | 24 | 67% | 15% |
| Huíla | 26 | 21 | 81% | 13% |
| Malanje | 26 | 18 | 69% | 11% |
| Benguela | 19 | 14 | 74% | 9% |
| MINEPOT | 21 | 10 | 48% | 6% |
| Cuanza Sul | 12 | 9 | 75% | 6% |
| Cuanza Norte | 10 | 8 | 80% | 5% |
| Huambo | 12 | 8 | 67% | 5% |
| Moxico | 12 | 7 | 58% | 4% |
| Uíge | 14 | 7 | 50% | 4% |
| Cunene | 4 | 4 | 100% | 2% |
| Lunda Sul | 3 | 3 | 100% | 2% |
| MINTRANS | 3 | 3 | 100% | 2% |
| Cabinda | 3 | 1 | 33% | 1% |
| Bengo | 1 | 0 | 0% | 0% |
| Cuando Cubango | 3 | 0 | 0% | 0% |
| Lunda Norte | 1 | 0 | 0% | 0% |
| Namibe | 5 | 0 | 0% | 0% |
| Zaire | 2 | 0 | 0% | 0% |
| **Total** | **256** | **163** | **64%** | **100%** |

Fonte: *Governos Provinciais, GEPE.*

PRELIMINAR

### Infra-estruturas autárquicas

711. Para o referido sector, estão em carteira 9 projectos do sector das infra-estruturas autárquicas, dos quais 4 encontram-se em execução, representando uma execução de 44%. Importa salientar que os projectos foram apenas planeados para a província do Bengo.

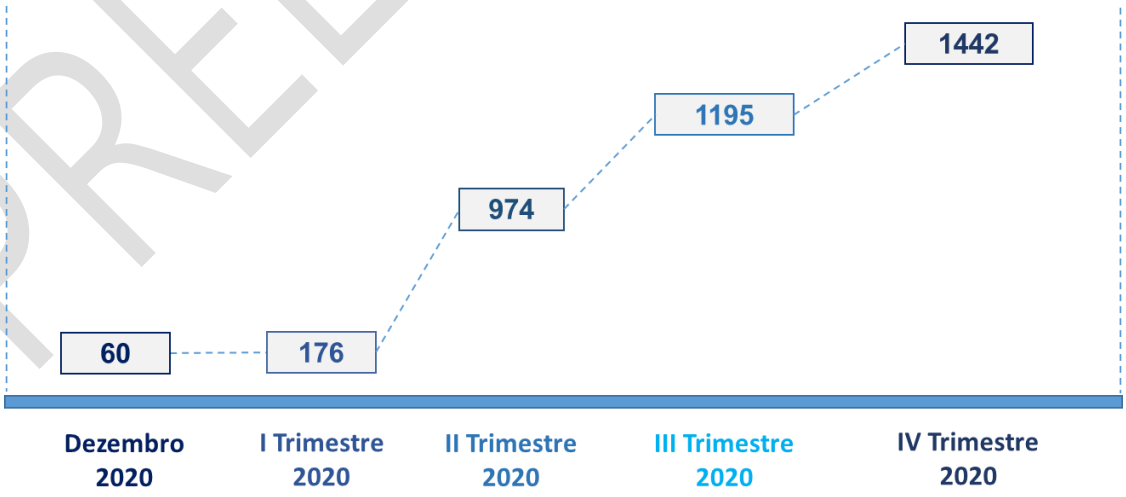
### Resultados Alcançados

712. Para o período em análise, registou-se um crescimento exponencial do cumprimento das condições precedentes dos projectos do PIIM, culminando no aumento do número de projectos elegíveis para execução para 1 494 no final de 2020.

713. Dos 1 494 projectos elegíveis, 1 442 encontram-se em fase de execução, representando um aumento de 1 382 projectos em comparação com o período homólogo, representando um aumento muito significativo de 2 403%, sendo que nos anos anteriores o registo foi de 60 projectos.

714. A evolução anual do número de projectos inscritos no PIIM pode ser observada no gráfico 33.

Gráfico 33 - Evolução dos Projectos em Execução




Fonte: *MINFIN*

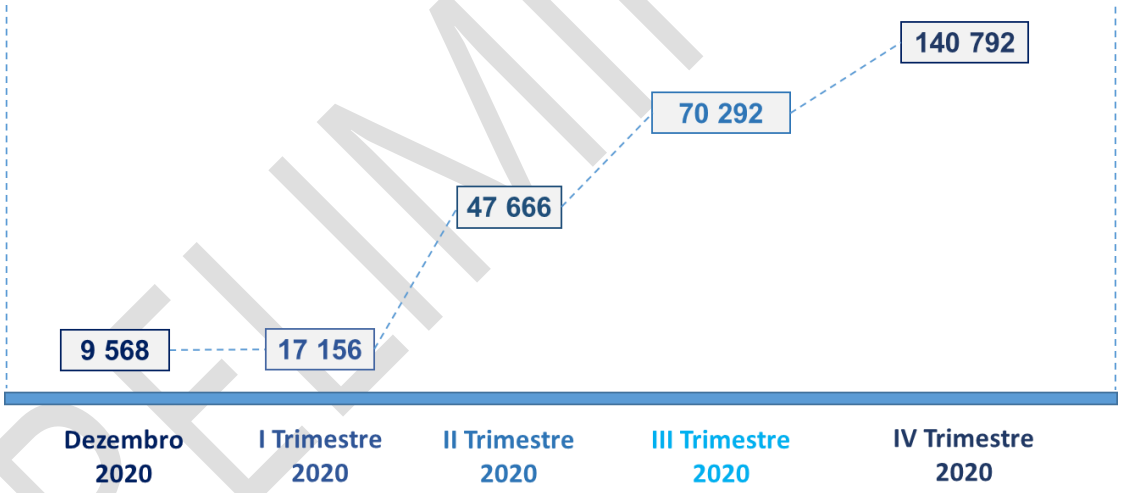
PRELIMINAR

715. Este desempenho é justificado, essencialmente, pela regularização e o cumprimento das condições precedentes da grande maioria dos projectos do PIIM.

716. Relativamente à análise da execução financeira, comparativamente ao período homólogo, registou-se um acréscimo significativo de cerca de 1472%, sendo que, até ao final do período em análise, foram executados cerca de Kz 140,7 mil milhões, representando 21% do montante de financiamento disponível para execução do plano em referência.

717. O gráfico 34, demonstra a evolução da execução financeira ao longo dos anos entre Dezembro de 2019 e Dezembro de 2020.

Gráfico 34 – Evolução Financeira dos Projectos em execução
(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

## Conclusão dos Projectos no âmbito do PIIM

718. Em 2020, no âmbito do PIIM, foram concluídos os pagamentos bem como a execução física de 75 projectos.

719. Importa salientar que, dos 75 projectos concluídos, 34 são referentes a Projectos de Investimentos Públicos, e 51 referem-se a Despesas de Apoio ao Desenvolvimento.

PRELIMINAR

720. Deste modo, os quadros 112 e 113 demonstram o detalhe dos projectos concluídos referentes ao PIP e DAD.

Quadro 112 – Projectos PIP concluídos

(Milhões de Kwanzas)

| Projectos | Unidade Orçamental | Execução Financeira |
|---|---|---|
| Projecto Ferryboat | Ministério dos Transportes | 0 |
| Ampliação do Complexo Aeroporto de Cabinda | Ministério dos Transportes | 398 |
| Const. de 1 Escola de 7 Salas de Aulas na Camama | Adm. Mun. do Talatona | 17 |
| Const. e Apetr. do Centro de Saúde do Bita Tanque | Adm. Mun. do Belas | 148 |
| Const. e Apetr. do Estab. de Saúde Especializado de Belas | Adm. Mun. do Belas | 162 |
| Const. e Apetr. do Centro de Saúde de Quenguela | Adm. Mun. do Belas | 113 |
| Conclusão da Const. da Adm. Municipal de Caluquembe | Adm. Mun. do Caluquembe | 55 |
| Const. de 1 Escola de 12 Salas de Aulas no Bairro Sófrio | Adm. Mun. do Lubango | 210 |
| Reab. e Ampl. do Posto de Saúde do Bairro da Mapunda | Adm. Mun. do Lubango | 112 |
| Reab. e Ampliação do Posto de Saúde do Bairro Sófrio | Adm. Mun. do Lubango | 82 |
| Conclusão e Apetr. do Hospital Municipal da Humpata | Adm. Mun. da Humpata | 275 |
| Const. da Base da Subestação Elétrica da Humpata | Adm. Mun. da Humpata | 56 |
| Const. de 1 Esc. do Ens. Prim. de 7 Salas de Aulas no Donga | Adm. Mun. do Amboim | 126 |
| Desassoreamento de 10 Km das Valas do Mun. do Cazengo | Adm. Mun. do Cazengo | 110 |
| Reab. e Apetr. do Centro de Saúde de Bela Vista no Ambriz | Adm. Mun. do Ambriz | 122 |
| **Total** | | **1 985** |

Fonte: *MINFIN*

Quadro 113 - Projectos DAD concluídos

| Projectos | Unidade Orçamental | Execução Financeira |
|---|---|---|
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Tombwa | 408 |
| Aquisição de Kits para Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Golungo Alto | 230 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. do Golungo Alto | 58 |
| Aquisição de 2 Tractores com as respectivas Alfaias | Adm. Mun. dos Gambos | 59 |
| Instalação de 117 Postes de Ilumin. Pública / Fotovolt. | Adm. Mun. do Moxico | 158 |
| Aquisição de Ambulâncias | Adm. Mun. do Canhinga | 26 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Cabinda | 400 |
| Cuidados Primários de Saúde | Adm. Mun. da Conda | 25 |
| Aquisição e Montagem de Grupos de Geradores | Adm. Mun. da Conda | 150 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Camucuio | 61 |
| Apetrechamento das Unidades Escolares | Adm. Mun. do Cuito | 250 |
| Apetrechamento das Unidades Escolares | Adm. Mun. do Caluquembe | 50 |
| Aquisição e Montagem de Grupos de Geradores | Adm. Mun. do Caluquembe | 250 |
| Aquisição de Ambulâncias | Adm. Mun. do Cuemba | 44 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Luquembo | 104 |
| Aquisição de Ambulâncias | Adm. Mun. de Camacupa | 46 |

| Projectos | Unidade Orçamental | Execução Financeira |
|---|---|---|
| Cuidados Primários de Saúde | Adm. Mun. do Mussende | 48 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. de Ambaca | 98 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Ambaca | 304 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. de Banga | 86 |
| Aquisição de Equipamento para Saneamento Básico | Adm. Mun. de Banga | 262 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. de Bolongongo | 100 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Bolongongo | 253 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. de Lucala | 129 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Lucala | 254 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. de Quiculungo | 99 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Quiculungo | 254 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Moçamedes | 404 |
| Aquisição de Kit de Saneamento Básico | Adm. Mun. do Moxico | 561 |
| Operacion. dos Serviç. de Saúde do Porto Amboim | Adm. Mun. do Porto Amboim | 30 |
| Aquisição de Ambulâncias | Adm. Mun. do Chinguar | 35 |
| Aquisição de Ambulâncias | Adm. Mun. de Nharea | 80 |
| Aquisição de 1 Barco de Serviço | Adm. Mun. do Moxico | 544 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Uíge | 559 |
| Cuidados Primários de Saúde | Adm. Mun. do Seles | 25 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Ngonguembo | 214 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. do Ngonguembo | 102 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Quitexe | 93 |
| Aquisição de 2 Geradores de 500 KVA | Adm. Mun. do Cassongue | 92 |
| Iluminação Pública | Adm. Mun. do Luacano | 90 |
| Instalação de 100 Postes de Ilumin. Púb./Fotovoltaica | Adm. Mun. do Luchazes | 86 |
| Aquisição de Equipamento Hospitalar | Adm. Mun. de Cazengo | 117 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Quela | 62 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. de Cambambe | 269 |
| Cuidados Primários de Saúde | Adm. Mun. da Quibala | 30 |
| Operacionalização dos Serviços de Saúde | Adm. Mun. do Amboim | 17 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. da Quiçama | 1 002 |
| Cuidados Primários de Saúde | Adm. Mun. do Ebo | 15 |
| Aquisição de 2 Geradores de 500 KVA | Adm. Mun. do Quilenda | 96 |
| Cuidados Primários de Saúde | Adm. Mun. do Libolo | 43 |
| Limpeza e Saneamento | Adm. Mun. do Camb. e Catem. | 84 |
| **Total** | | **8 856** |

Fonte: *MINFIN*

721. Vale destacar que, adicionalmente aos projectos mencionados nos quadros anteriores, foram ainda concluídos fisicamente e inaugurados um número considerável de projectos, cuja execução financeira ainda não foi concluída a 100%.

722. A não conclusão dos pagamentos, deve-se essencialmente ao facto da falta de recepção da última factura.

723. O quadro 114 apresenta os projectos em fase de conclusão de execução financeira.

Quadro 114 – Projectos em fase de conclusão financeira

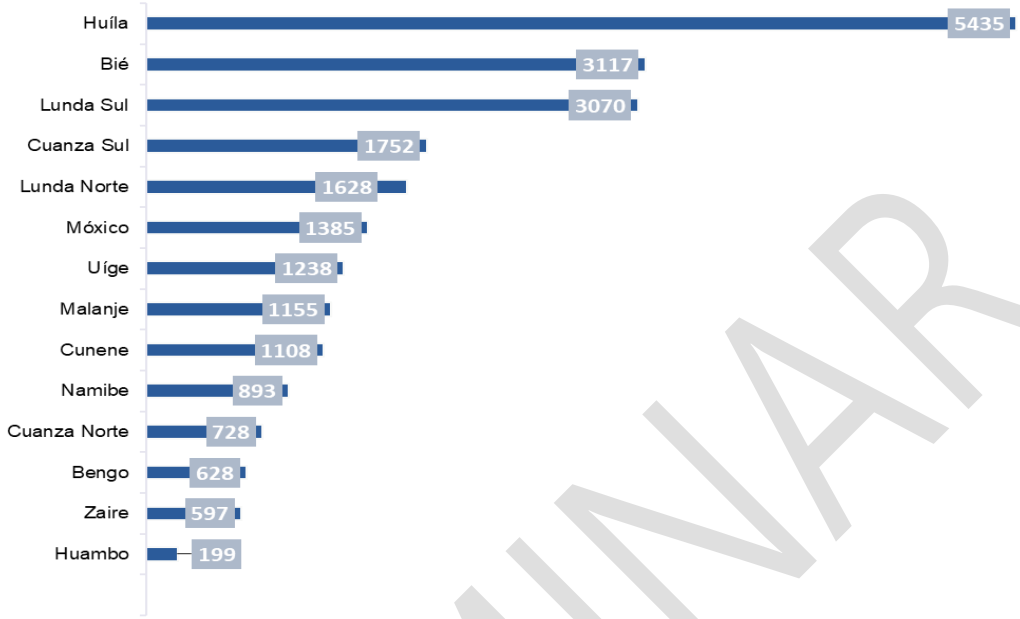
| Unidade Orçamental | Projectos |
|---|---|
| Governo Prov. Luanda | Reab. da Escola N.º 3042 (Angola e Cuba) |
| Adm. Mun. da Chibia | Constr. de 1 Escola de 12 Salas na Vila da Chibia para o II Ciclo |
| Adm. Mun. da Baía Farta | Execução de 1Km da Via de Acesso ano Cemitério Municipal |
| Adm. Mun. do Cazenga | Reab. da Escola N.º 3028 no Tala Hady (Cazenga) |
| Adm. Mun. do Cuangula | Constr. e Apetr. da Morgue Municipal do Cuangula |
| Governo Prov. Lunda Sul | Constr. de 1 Escola de 12 Salas do I Ciclo Luari-Saurimo |
| Adm. Mun. do Saurimo | Reab. do Centro de Saúde do Manauto |
| Adm. Mun. do Saurimo | Reab. do Centro de Saúde do Bairro Txizainga |
| Adm. Mun. do Lubango | Rep. das Ruas de Tchavola, Kwawa e Tchituno (30 Km) |
| Adm. Mun. dos Gambos | Constr. e Apetr. de 1 Escola de 7 Salas no Mun. De Gambos |
| Adm. Mun. da Jamba | Constr. de 1 Ponte no Dongo Jamba |
| Adm. Mun. da Matala | Constr. e Apetr. de 1 Escola de 7 Salas no Capelongo-Matala |
| Adm. Mun. da Matala | Reab. do Posto de Saúde em Matuntu, Comuna do Mulondo |
| Adm. Mun. de Cabinda | Reab. do Centro de Aconselham. Familiar - Santa Catarina |
| Adm. Mun. de Lucala | Terrap. e Constr. de 1 Ponte no Troço Dundo/Ya Mutulo/Kilessa |
| Adm. Mun. do Amboim | Constr. de 1 Escola do Ens. Prim. de 7 Salas na Local. da Famosa |
| Adm. Mun. de D. Quibaxi | Constr. de 1 Escola de Ens. Prim. de 4 Salas de Pedeiro/Dembos |
| Adm. Mun. de D. Quibaxi | Constr. de 1 Escola de Ens. Prim. de 7 Salas de Kassumba |
| Adm. Mun. de Mb. Kongo | Constr. de 1 Escola de Ens. Prim. de 7 Salas na em Nkoko/Luvo |

Fonte: *MINFIN*

## Empregabilidade

724. Com os projectos em execução no âmbito do PIIM, propicia-se a criação de cerca de 22 933 postos de trabalho a título de empregos temporários, com destaque para a província da Huíla com a previsão para geração de cerca de 5 435 empregos, conforme se pode observar no gráfico 35.

Gráfico 35 – Previsão de Geração de Postos de Trabalho por Província




Fonte: *GEPE dos Governos Provinciais, MINEA e MINFIN*

PRELIMINAR

# Capítulo IX.

# Inventário Geral de Bens Públicos

## IX. INVENTÁRIO GERAL DE BENS PÚBLICOS

725. Este capítulo apresenta a informação relativa às variações patrimoniais do património inicial bruto, aquisições, reavaliações, obras ou reparações, acréscimos e diminuições, amortizações do exercício e acumuladas e abates, evidenciando o património líquido do período.

726. A inventariação de bens, é feita na base do Sistema Integrado de Gestão do Património do Estado (SIGPE). Este permite visualizar de forma desagregada o detalhe de cada bem, as unidades a que pertencem, o que faculta o acompanhamento do respectivo processo de gestão. Assim, os dados apresentados neste capítulo foram extraídos deste Sistema que integra em tempo real com o Sistema de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

727. O processo de inventariação permite ao Estado a visualização e conhecimento do estado actual de cada bem pertencente ao património do Estado.

728. No exercício de 2020, o Valor Patrimonial Líquido (VPL) totalizou Kz 5,39 biliões, relativos aos Inventários dos bens públicos e factos patrimoniais ocorridos no ano, tendo verificado uma redução de 1,6% em relação ao período de 2019.

729. Esta ligeira redução, deve-se, essencialmente, ao facto de o total de aquisições registadas não terem sido superiores às amortizações, os ajustes e/ou correcções, depreciações e os abates ocorridos em 2020, face a 2019.

730. O quadro 115 apresenta, de forma sintética, as operações de variações patrimoniais ocorridas em 2020 e o valor patrimonial líquido.

PRELIMINAR

Quadro 115 - Variações patrimoniais ocorridas em 2020

(Milhões de Kwanzas)

| Descrição | Valor |
|---|---|
| **Valor Patrimonial Líquido em 2019** | **5 477 126** |
| Abates Realizados em 2020 | -11 |
| Aquisições de OD de Anos Anteriores | 67 955 |
| Novas Aquisições de OD de 2020 | 16 404 |
| Aquisições de E.P. Anos Anteriores | 163 624 |
| Novas Aquisições de E.P. em 2020 | 10 228 |
| Amortizações do Exercício em 2020 | -341 770 |
| Ajustes/Correcções Efectuadas em 2020 | -4 322 |
| **Valor Patrimonial Líquido 2020** | **5 389 235** |

Fonte: *MINFIN*

731. Em termos de composição por categoria de bem, foram inventariados 3 229 366 bens, distribuídos entre Móveis com Kz 607 mil milhões, Veículos na ordem dos Kz 156 mil milhões, Imóveis de Domínio Público totalizando Kz 1 bilião, Imóveis de Domínio Privado do Estado com maior valor de Kz 3,5 biliões e Activos Intangíveis no valor de Kz 3,9 mil milhões, conforme se apresenta no quadro 116.

Quadro 116 - Valor do Património Líquido por categoria de bem

(Milhões de Kwanzas)

| Categoria do Bem | Quantidade de Bens | Valor do Património Líquido (KZ) |
|---|---|---|
| Imóveis de Domínio Privado | 17 271 | 3 455 340 |
| Imóveis de Domínio Público | 11 496 | 1 166 526 |
| Móveis | 3 126 125 | 607 353 |
| Veículos | 62 526 | 156 113 |
| Activo Intangível | 11 948 | 3 903 |
| **Total Geral** | **3 229 366** | **5 389 235** |

Fonte: *MINFIN*

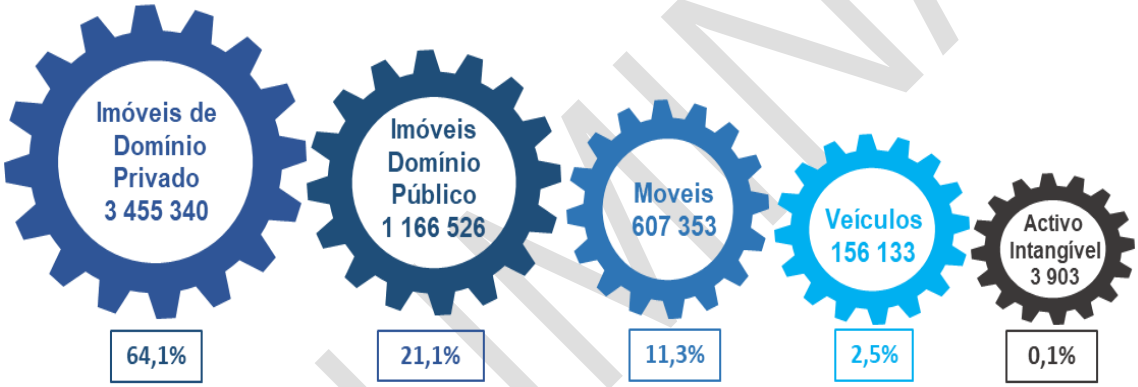
PRELIMINAR

732. Em relação às quantidades inventariadas nas diversas categorias, os bens móveis representam 96,8%, seguidos dos veículos com cerca de 2%. Os bens imóveis do domínio privado representam cerca de 1%. Os bens imóveis do domínio público e os activos intangíveis tiveram uma participação de 0,4%.

733. O gráfico 36, apresenta o Valor Patrimonial Líquido por categoria de bem, sendo que, em 2020, a categoria com maior VPL são os Imóveis de Domínio Privado.

Gráfico 36 – Valor do Património Líquido por Categoria de Bem

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

734. Relativamente à composição por unidade administrativa, os órgãos da Administração Central e Local do Estado inventariaram bens sob a sua guarda, tendo-se apurado a quantidade de 1 229 627 e 1 486 606, respectivamente, e para o Sector Empresarial 513 133 bens.

735. A administração Local do Estado representa a maior percentagem, em termos de quantidade, com cerca de 46%, seguido da Administração Central com 38%. Por outro lado, o Sector Empresarial Público tem a menor expressão, com apenas 16%, tal como se pode observar no quadro 117.

PRELIMINAR

Quadro 117 - Património Líquido por Unidade Administrativa

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Administrativa | Quantidade de Bens | (%) | Valor do Património Líquido | (%) |
|---|---|---|---|---|
| Central | 1 229 627 | 38% | 1 032 582 | 19% |
| Local | 1 486 606 | 46% | 1 754 917 | 33% |
| Sector Empresarial | 513 133 | 16% | 2 601 736 | 48% |
| **Total Geral** | **3 229 366** | **100%** | **5 389 235** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

736. Em termos de análise do VPL e por categoria, o Sector Empresarial Público apresenta o maior VPL de entre as três Unidades Administrativas, com um total de Kz 2,6 biliões, do qual se destacam os Imóveis de Domínio Privado do Estado que representam cerca de 64%. No caso da Administração Central, esta apresenta um VPL na ordem de Kz 1 bilião, sendo os Imóveis de Domínio Privado a categoria com a maior expressão com cerca de 42%. Por fim, a Administração Local apresenta um VPL de Kz 1,7 biliões, dos quais 68% correspondem aos Imóveis de Domínio Privado. As categorias de bens com menor percentagem do VPL de cada uma das três Unidades Administrativas são os Veículos e os Activos Intangíveis, tal como se pode observar no quadro 118.

Quadro 118 – VPL por Unidade Administrativa e Categoria de Bem

(Milhões de Kwanzas)

| Categoria | Administração Central | Administração Local | Sector Empresarial Público |
|---|---|---|---|
| Móveis | 80 500 | 252 678 | 274 176 |
| Veículos | 83 644 | 37 907 | 34 562 |
| Aquisição de Imóveis de Domínio Privado | 469 581 | 1 339 822 | 1 645 937 |
| Aquisição de Imovéis de Domínio Público | 398 301 | 124 478 | 643 747 |
| Activo Intangível | 557 | 32 | 3 314 |
| **Total** | **1 032 582** | **1 754 917** | **2 601 736** |

Fonte: *MINFIN*

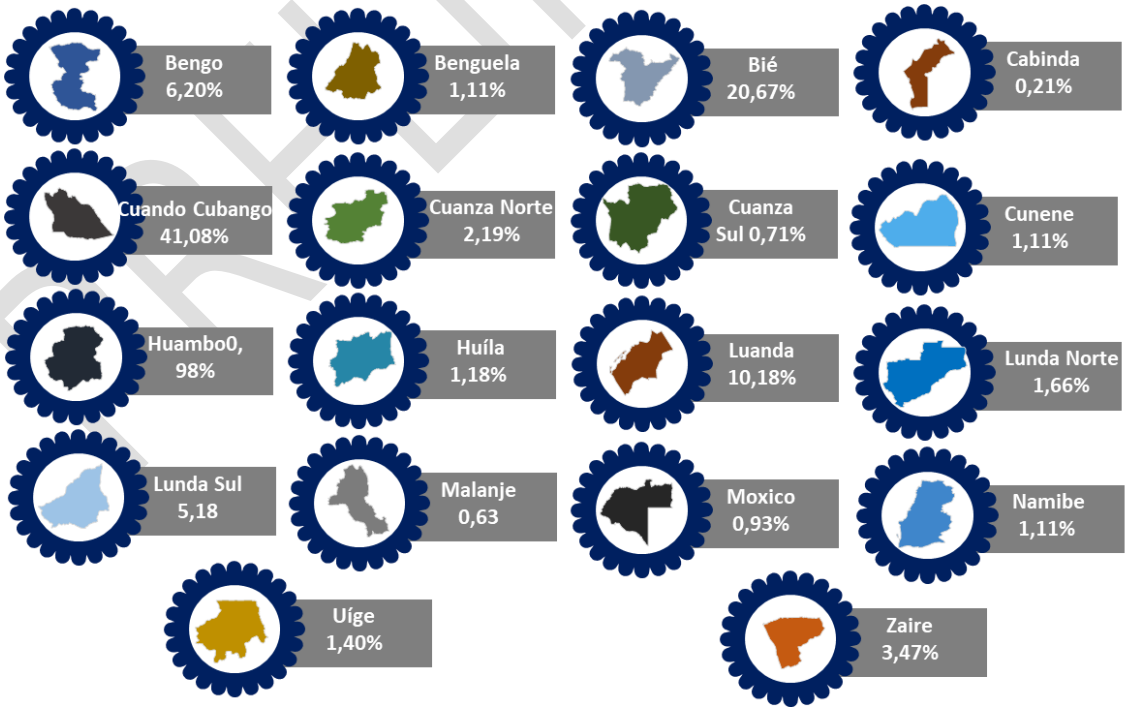
PRELIMINAR

737. No que concerne a Administração Central, em termos de quantidades, os Móveis apresentam 1 190 425 bens, que corresponde a cerca de 96,8% do total, seguidos pelos Veículos com 31 426 bens. Relativamente ao VPL, os Imóveis do Domínio Privado e de Domínio Público apresentam os maiores valores, na ordem dos Kz 469,5 mil milhões e Kz 398,3 mil milhões, respectivamente.

738. Por outro lado, na Administração Local, os Móveis representavam cerca de 97,5% da quantidade total de 1 449 851 bens e os Activos Intangíveis com a menor quantidade, somente 957 itens. No que concerne ao VPL, os Imóveis de Domínio Privado representaram o maior valor com cerca de Kz 1,3 biliões, correspondente a cerca de 76,3%, seguida dos Móveis com um VPL de Kz 252,6 mil milhões, correspondendo a aproximadamente 14,4%.

739. Nesta senda, importa salientar que a província do Cuando Cubango representa a maior percentagem do VPL total, representando cerca de 41%, tal como detalhado no gráfico 37.

Gráfico 37 - Distribuição em % do VPL da Administração Local por Província em 2020 (Em Percentagem)




Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

740. No que concerne ao Sector Empresarial Público, a quantidade total de bens reportada em 2020 ascendia os 513 133, e o Valor Patrimonial Líquido totalizava cerca de Kz 2,6 biliões, sendo que os Imóveis de Domínio Privado representavam cerca de 64,6% do VPL total do Sector Empresarial Público com um montante de Kz 1,6 biliões.

741. Em termos de quantidade de bens, os Móveis constituem cerca de 94,6% do total de bens patrimoniais perfazendo cerca de 485 849 bens, apesar de os mesmos representarem somente 10,5% do VPL total desta Unidade Administrativa.

742. Comparativamente ao período homólogo, houve um ligeiro aumento no que concerne ao VPL e a depreciação, do sector das empresas públicas, na ordem dos 3% e 5%, respectivamente.

743. No Quadro 119, apresenta-se de modo geral, a lista das 20 Empresas Públicas com maior Valor Patrimonial Líquido em 2020, e as respectivas quantidades de bens que perfazem 99% do VPL total do SEP.

Quadro 119 – Top 20 das Empresas com maior Valor Patrimonial Líquido
(Milhões de Kwanzas)

| Empresa Pública | Quantidade de Bens | VPL 2020 |
|---|---|---|
| Soc.De Desenv. Da Zona Econom. Luanda-Bengo, E.P. | 296 | 1 270 962 |
| EPAL - Empresa Pública De Águas De Luanda, EPAL. E.P. | 10 805 | 376 310 |
| Sonangol (Soc. Nac. Combustíveis De Angola) – E.P. | 145 616 | 325 473 |
| PRODEL, E.P. - Emp. Pública De Produção Electricidade | 2 170 | 222 371 |
| ENANA - Emp. Nac. Exp. Aerop. Nav. Aérea, UEE | 3 564 | 87 401 |
| ENDE, E.P. - Emp. Nac. De Dist. De Electricidade | 24 184 | 66 231 |
| TAAG Linhas Aéreas De Angola | 34 330 | 40 743 |
| Sonangol Logística, Lda. | 1 695 | 27 154 |
| Angola Telecom - Emp. de Telec. de Angola | 25 703 | 16 833 |
| Sonangol Distribuidora, S.A. | 4 766 | 13 439 |
| SOPIR – Soc. de Desenv. dos Perímetros Irrigados, S.A. | 1 254 | 12 661 |
| Porto- Empresa Portuária de Luanda, E.P. | 6 445 | 9 014 |
| B.P.C. Banco De Poupança e Crédito, SARL | 15 003 | 8 376 |
| BNA - Banco Nacional de Angola (Sede) | 2 125 | 8 071 |
| Sonangol, Gás Natural, Lda. - SONAGÁS | 258 | 6 553 |
| Radio Nacional de Angola | 3 844 | 5 390 |
| ENSA - Seguros de Angola, S.A. | 27 037 | 4 068 |
| B.C.I. - Banco de Comércio e Indústria, SARL | 23 958 | 3 640 |
| Unicargas, UEE | 2 412 | 3 556 |

PRELIMINAR

| Empresa Pública | Quantidade de Bens | VPL 2020 |
|---|---|---|
| Escola Nacional de Administração Emp. Pública - ENAD | 2 030 | 3 458 |
| **Total Top 20 E.P.** | **337 495** | **2 511 704** |
| **Total Geral E.P.** | **513 133** | **2 601 736** |
| **% Top 20 sobre o Total Geral de E.P.** | **64%** | **99%** |

Fonte: *MINFIN*

## Aquisição de Bens em 2020

744. Ao longo de 2020, relativamente ao processo de aquisição, o Estado adquiriu novos bens, perfazendo um total de Kz 26,6 mil milhões, dos quais: Kz 16 mil milhões referente aos Órgãos Dependentes, representando 62%, e Kz 10 mil milhões que se referem às Empresas Públicas, que representa 38%, cujo resumo pode ser observado no quadro 120.

Quadro 120 - Resumo Novas Aquisições em 2020

| Unidade | N.º de Entidades que adquiriram Bens Patrimoniais | Quantidade Total de Novas Aquisições | Valor Total das Novas Aquisições (Kz) |
|---|---|---|---|
| **Órgãos Dependentes** | 317 | **22 471** | 16 404 247 091 |
| **Empresas Públicas** | 26 | **3 775** | 10 227 746 018 |
| **Total Geral** | **343** | **26246** | **26 631 993 109** |

Fonte: *MINFIN*

745. O quadro 121, apresenta a distribuição de bens adquiridos por meses, sendo que no ano de 2020 as maiores aquisições foram registadas pelas Entidades em Fevereiro e Julho, com 17,63% e 20,95%, respectivamente. O mês com menor número de aquisições foi Dezembro, com 1,27% do total das novas aquisições.

Quadro 121 - Distribuição das Novas Aquisições de 2020 por meses do ano

(Milhões de Kwanzas)

| Mês | Quantidade Adquirida | % | Valor de Aquisição (Kz) | % |
|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 1 438 | 5% | 1 935 | 7% |
| Outubro | 2 190 | 8% | 4 695 | 18% |
| Julho | 3 714 | 14% | 1 564 | 6% |
| Março | 4 357 | 16% | 1 630 | 6% |

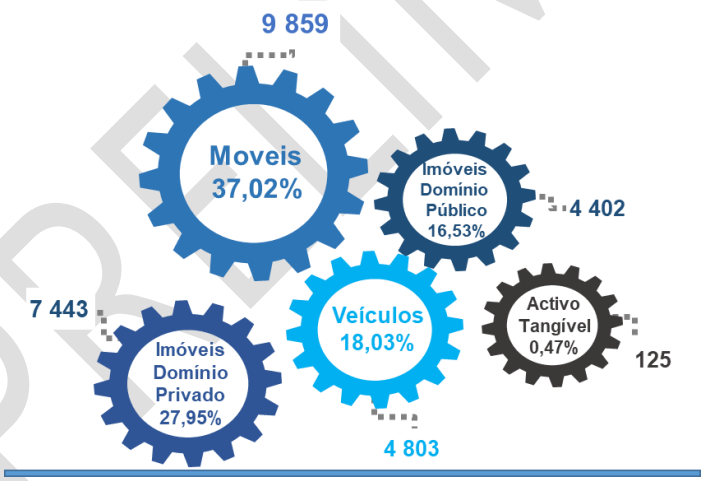
PRELIMINAR

| Mês | Quantidade Adquirida | % | Valor de Aquisição (Kz) | % |
|---|---|---|---|---|
| Abril | 1 423 | 5% | 3 068 | 12% |
| Junho | 2 002 | 8% | 1 603 | 6% |
| Maio | 4 206 | 16% | 5 580 | 21% |
| Setembro | 1 387 | 5% | 1 834 | 7% |
| Dezembro | 1 275 | 5% | 1 425 | 5% |
| Agosto | 1 844 | 7% | 2 272 | 9% |
| Fevereiro | 1 949 | 7% | 689 | 3% |
| Novembro | 731 | 3% | 337 | 1% |
| **Total** | **26 516** | **100%** | **26 632** | **100%** |

Fonte: *MINFIN*

746. Com base nos dados relativos às aquisições do ano 2020, foi possível verificar o valor gasto pelos Órgãos Dependentes, por cada categoria de bem, conforme demonstra o Gráfico 38.

Gráfico 38 - Valores Gastos por Categoria de Bem
(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

747. Importa salientar que, da análise dos valores gastos por categoria de bem, pode-se verificar que a categoria de Bens Móveis representou o maior valor de aquisição em 2020 com cerca de 37% do total das novas aquisições, que corresponde a cerca de 25 729 bens.

PRELIMINAR

748. O quadro 122, apresenta o detalhe da classe dos bens móveis adquiridos em 2020.

Quadro 122 - Classe de Bens de Móveis adquiridos em 2020

| Classes de Bens Móveis | Quantidade Adquirida | Valor de Aquisição (Kz) | % | Preço de Aquisição Unitário Médio (Kz) |
|---|---|---|---|---|
| Equipamento informático | 5532 | 3 544 102 134 | 35,95% | 640 655 |
| Equipamento de Comunicações | 670 | 192 647 770 | 1,95% | 287 534 |
| Equipamento e material de escritório e de reprografia | 3 050 | 1 125 333 987 | 11,41% | 368 962 |
| Equipamento para investigação, de medida e de utilização técnica especial | 370 | 57 486 494 | 0,58% | 155 369 |
| Equipamento e aparelhos médico-cirúrgicos: | 1 665 | 289 274 752 | 2,93% | 173 739 |
| Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e cultura: | 3 888 | 416 900 699 | 4,23% | 107 228 |
| Equipamento de conforto, de higiene e limpeza e de utilização comum: | 6 049 | 701 256 396 | 7,11% | 115 929 |
| Equipamento de transportes e portuário (excluí veículos | 173 | 743 536 025 | 7,54% | 4 297 896 |
| Equipamento para agricultura e jardinagem: | 739 | 16 718 993 | 0,17% | 22 624 |
| Equipamento e material para a indústria: | 349 | 2 235 542 447 | 22,67% | 6 405 566 |
| Equipamento de oficina, ferramentas e utensílios: | 59 | 105 647 615 | 1,07% | 1 790 638 |
| Equipamento de sinalização, alarme, combate a incêndios, salvamento | 100 | 5 268 179 | 0,05% | 52 682 |
| Equipamento individual (incluindo vestiário e calçado) para fins especiais: | 1 743 | 24 261 104 | 0,25% | 13 919 |
| Equipamentos de jogo: | 32 | 4 388 647 | 0,05% | 137 145 |
| Equipamento e armamento de defesa: | 12 | 2 308 443 | 0,02% | 192 370 |
| Máquinas e equipamento de matadouro: | 8 | 1 855 428 | 0,02% | 231 929 |
| Abastecimento público e tratamento de águas e de resíduos | 191 | 134 165 578 | 1,36% | 702 438 |
| Outros bens | 945 | 232 311 886 | 2,36% | 245 833 |
| Património bibliográfico | 154 | 26 324 724 | 0,27% | 170 940 |
| **Total** | **25 729** | **9 859 331 301** | **100%** | **383 199** |

Fonte: *MINFIN*

749. De acordo com a tipologia, é possível verificar que os equipamentos informáticos apresentam a maior quantidade, com 5 532 unidades e as máquinas e equipamentos de matadouro com o menor valor de aquisição, com cerca de 0,02% do valor total dos bens móveis adquiridos em 2020.

750. Tendo em conta o fluxo do processo patrimonial e por forma a entender se as aquisições dos bens patrimoniais inseridos no sistema estão registadas na totalidade, foi efectuada uma análise relativa aos bens adquiridos até à data de 31 de Dezembro de 2020, e que no SIGFE/SIGPE encontram-se na

PRELIMINAR

situação "Recebidos". Desta análise, verificou-se que os utilizadores ainda não efectuaram o complemento do bem, passo que resulta na geração do número de inventário do bem e na sua inclusão automática no Inventário dos Bens Públicos. Os resultados obtidos podem ser verificados no quadro 123.

Quadro 123 - Bens não Complementados por Categoria em 2020

| Categoria dos Bens | Quantidade de Bens não complementados | Valor dos Bens não Complementados (Kz) | % |
|---|---|---|---|
| Móveis | 703 395 | 489 991 039 353 | 33,6% |
| Veículos | 14 305 | 618 786 118 025 | 42,5% |
| Aquisição de Imóveis de Domínio Privado | 307 | 282 706 085 320 | 19,4% |
| Aquisição de Imóveis de Domínio Público | 1 | 10 561 508 | 0,0% |
| Activo Intangível | 661 | 64 648 849 902 | 4,4% |
| **Total** | **718 669** | **1 456 142 654 107** | **100,0%** |

Fonte: *MINFIN*

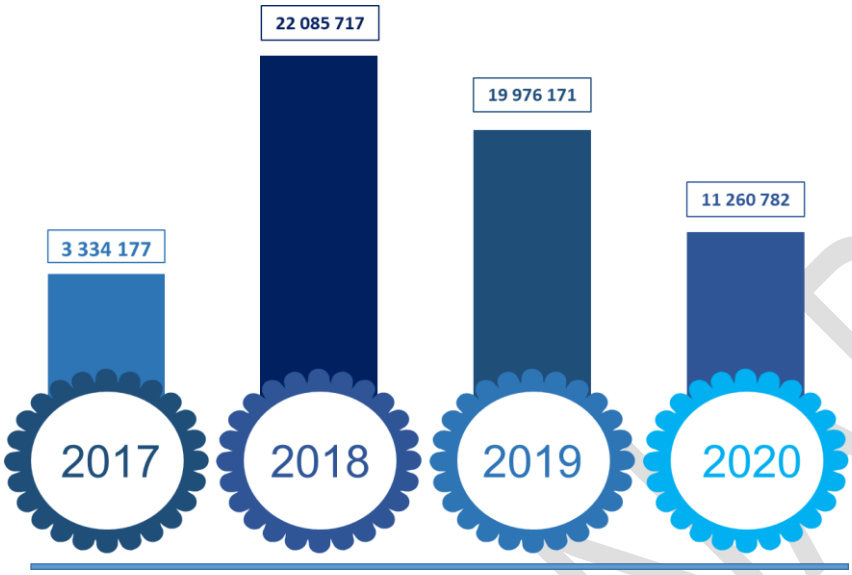
## Abates em 2020

751. O abate corresponde à diminuição de bens do património inventariado. Normalmente ocorre no final do período de vida útil do bem, ou quando este já não gera benefícios económicos para o Estado.

752. Em 2020, o total de bens abatidos ascendeu a Kz 11,2 milhões, que se pode observar no gráfico 39, demonstrando a evolução dos mesmos nos últimos 4 anos.

PRELIMINAR

Gráfico 39 - Comparação dos abates realizados entre 2017 e 2020




Fonte: *MINFIN*

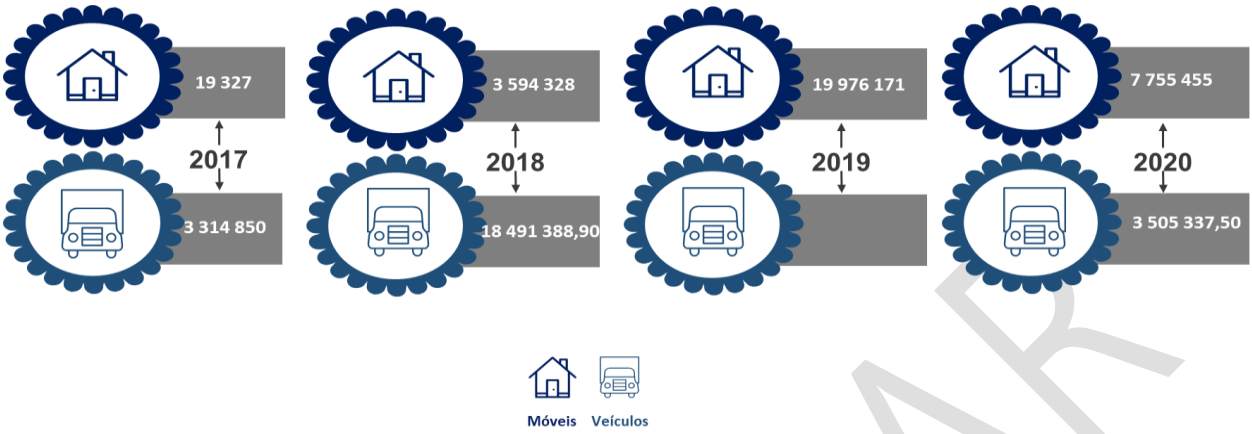
753. No período em análise, foram abatidos cerca de 7 038 bens, dos quais 7 034 referem-se a Bens Móveis, com uma percentagem de 99,9% e os restantes 4 a Veículos, com uma percentagem de 0,06%.

754. Dos 7 038 bens abatidos, 7 023 referem-se aos Órgãos Dependentes da Administração Central e Local do Estado, e os restantes 15 referem-se às Empresas Públicas.

755. O Gráfico 40, ilustra o valor dos abates realizados nos últimos 4 anos, por categoria do bem.

PRELIMINAR

Gráfico 40 - Comparação dos abates entre 2017 a 2020 por Categoria de Bem




Fonte: *MINFIN*

## Transferências IBP 2020

756. A transferência de bens entre Entidades é uma ocorrência frequente, tendo em conta, por um lado, as necessidades específicas de cada uma das Entidades e dos recursos disponíveis e, por outro, a extinção de Entidades mediante a cisão ou fusão.

757. No exercício de 2020, foram transferidos 170 128 bens, com um VPL total de Kz 204,5 mil milhões. Este facto patrimonial foi realizado em grande maioria nas categorias de Móveis, com 161 839 bens, de Veículos com cerca de 5 042 bens, e de Imóveis de Domínio Público com cerca de 2 146 bens.

758. Relativamente às categorias de Imóveis de Domínio Privado e Activos Intangíveis, foram somente 472 e 629 bens, respectivamente, tal como se pode observar no quadro 124.

Quadro 124 - Transferências de Bens em 2020

| Categoria | Qtd. de Bens | Valor Bruto (Kz) | Depreciações Acumuladas (Kz) | VPL (Kz) |
|---|---|---|---|---|
| Móveis | 161 839 | 134 676 912 037,06 | 129 132 946 306,53 | 5 543 965 730,53 |
| Veículos | 5 042 | 106 176 306 132,93 | 95 713 534 368,41 | 10 462 771 764,52 |
| Aquisição de Imóveis de Domínio Privado | 472 | 48 878 764 801,73 | 6 181 932 722,04 | 42 696 832 079,69 |

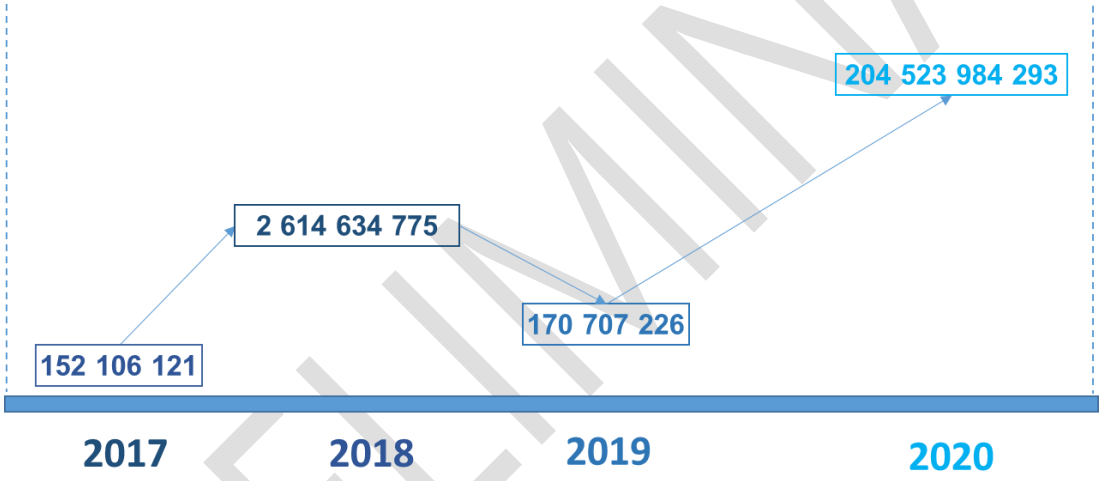
PRELIMINAR

| Categoria | Qtd. de Bens | Valor Bruto (Kz) | Depreciações Acumuladas (Kz) | VPL (Kz) |
|---|---|---|---|---|
| Aquisição de Imóveis de Domínio Público | 2 146 | 158 407 775 130,84 | 12 644 620 450,38 | 145 763 154 680,46 |
| Activo Intangível | 629 | 944 947 713,46 | 887 687 676,15 | 57 260 037,31 |
| **Total** | **170 128** | **449 084 705 816** | **244 560 721 524** | **204 523 984 293** |

Fonte: *MINFIN*

759. Importa salientar que, entre os períodos de 2017 e 2020, houve um aumento significativo no que concerne às transferências de bens tal como pode se observar no gráfico 41.

Gráfico 41 - Comparação das transferências realizadas entre 2017 e 2020




Fonte: *MINFIN*

## Doações recebidas pelo Estado

760. No exercício de 2020, foram distribuídas doações de bens diversos a alguns sectores do governo, no valor de Kz 3,4 mil milhões, correspondendo sobretudo a bens alimentares, e material de biossegurança em consequência da pandemia do COVID-19, tal como apresentado no quadro 125.

761. De realçar que, as maiores fatias das doações foram alocadas aos Ministérios da Saúde e ao Ministério da Educação, com cerca de Kz 3,5 mil milhões e Kz 90 milhões, respectivamente.

PRELIMINAR

Quadro 125 – Doações recebidas por Órgão

(Milhões de Kwanzas)

| Doações 2020 | IT 2020 | II T 2020 | III T 2020 | IV T 2020 | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Ministério da Saúde | 150 | 1 038 | 1 282 | 1 001 | 3 471 |
| Ministério da Educação | 17 | 0 | 62 | 11 | 90 |
| Ministério da Energia e Águas | 0 | 8 | 0 | 0 | 8 |
| Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher | 0 | 0 | 8 | 10 | 18 |
| **Total Geral** | **167** | **1 046** | **1 352** | **1 022** | **3 587** |

Fonte: *IPROCAC*

762. Importa destacar que houve uma maior arrecadação de doações por parte de organismos internacionais no III Trimestre de 2020, estando os bens doados valorizados em cerca de Kz 1,2 mil milhões.

## Locações Financeiras

763. A Locação Financeira é firmada através de um contrato pelo qual uma das partes se obriga, contra retribuição a conceder à outra, o gozo temporário de um bem móvel ou imóvel. O bem móvel ou imóvel, objecto do contrato, pode ou não ser adquirido pelo locatário, de acordo com sua necessidade e intenção de uso.

764. A essência desta operação é um financiamento rápido. Assim sendo, para a realização de uma Locação Financeira é necessária a presença das seguintes partes: Instituições Financeiras Bancárias ou Sociedades de Locação Financeira para financiar o bem; vendedor que possui o bem disponível para venda e o locatário que possui o interesse no uso ou aquisição do bem.

765. O Estado Angolano possui contratos firmados na modalidade de Locações Financeiras para aquisição de viaturas desde 2015, tendo como locador o Banco Económico, ex-BESA. Os detalhes dos contratos em vigor a 31 de Dezembro de 2020, estão apresentados no Quadro 126 e não apresentaram variações, porquanto não foram efectuados pagamentos das dívidas resultantes de Locações financeiras em 2020.

PRELIMINAR

766. Importa referir que, nos períodos de 2018, 2019 e 2020, não foram firmados novos contratos na modalidade de Locações Financeiras.

767. Deste modo, o saldo a pagar das locações Financeiras em exercícios futuros ascende os Kz 1,9 mil milhões e o seu registo está evidenciado em contas contabilísticas extrapatrimoniais, sendo que, em 2020, não foram efectuados pagamentos por restrições de tesouraria, mediante negociação com o credor.

Quadro 126 – Locações Financeiras em vigor a 31 de Dezembro de 2020

(Milhões de Kwanzas)

| Ano de adesão | Nº de Contrato | Concessionária | Descrição | Valor do Contrato | Valor total pago até 2019 | Valor a pagar | Data de fim do usufruto |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | 3558 | Auto sueco | Aquisição de 8 Viaturas protocolares Volvo | 113 | 112 | 2 | 20/03/2019 |
| | 3658 | Ossaily Motors | Aquisição de 8 Toyota Prado TXL | 128 | 122 | 6 | 20/03/2019 |
| | 4198 | Auto sueco | Aquisição de 6 Viaturas Protocolares Volvo | 161 | 140 | 21 | 20/12/2019 |
| 2016 | 3897 | Toyota de Angola | Aquisição de 1 Viatura Toyota Land Cruiser VX | 38 | 37 | 0 | 20/11/2019 |
| | 4163 | Ossaily Motors | Aquisição de 3 Viaturas Toyota Prado TXL | 73 | 73 | 0 | 20/01/2020 |
| | 4435 | Toyota de Angola | Aquisição de 3 viaturas Toyota Corola Sedan | 31 | 31 | 0 | 20/11/2019 |
| | 4437 | Ossaily Motors | Aquisição de 7 viaturas: 2 Toyota Prado e 5 Audi | 407 | 284 | 123 | 20/03/2020 |
| | 4625 | Ossaily Motors | Aquisição de 2 Viaturas Toyota Land Cruiser | 153 | 60 | 93 | 20/07/2020 |
| | 4699 | Autostar | Aquisição de 5 viaturas (3 Cherokee, 1 Fiat, 1 Jeep. | 91 | 42 | 49 | 20/05/2020 |
| | 4870 | Sogepower | Aquisição de 1 viatura Toyota Hilux | 27 | 25 | 2 | 20/07/2020 |
| | 4872 | TCG | Aquisição de 1 Viatura Lexus LS460 L | 102 | 41 | 61 | 20/07/2020 |
| | 4883 | Ossaily Motor | Aquisição de 1 Viatura Lexus 570 S | 152 | 52 | 100 | 20/07/2020 |
| | 4905 | Tuntas | Aquisição de 6 Viaturas Toyota Hilux | 160 | 55 | 105 | 20/07/2020 |
| | 4906 | Sogipower | Aquisição de 2 Viaturas Lexus 570 S | 269 | 108 | 162 | 20/07/2020 |
| | 4970 | Luzifil Stand de Automoveis&Acessorios | Aquisição de 2 viaturas: 1 Lexus 570S e 1 Toyota Hilux | 160 | 71 | 89 | 20/08/2020 |
| 2017 | 5120 | Autostar | Aquisição de 3 viaturas: 2 Lexus 570S Blindado e 1 Nissan Patrol | 353 | 39 | 314 | 20/12/2020 |
| | 5364 | Organizações Chana | Aquisição de 10 viaturas prados TXL | 440 | 49 | 391 | 20/03/2021 |
| | 5365 | Ossaily Motors | Aquisição de 2 viaturas prados e 1 hilux | 131 | 53 | 78 | 20/04/2021 |
| | 5590 | Sogepower | Aquisição de 3 Land Cruiser | 230 | 25 | 205 | 20/07/2021 |
| | 5596 | M.G.M | Aquisição de 1 Ranger Rover | 159 | 36 | 123 | 20/07/2021 |

Fonte: *MINFIN*.

PRELIMINAR

# Capítulo X.

# Demonstrações Financeiras do Estado

## X. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

768. Este capítulo apresenta a posição orçamental, financeira e patrimonial no período em análise, bem como as bases de preparação e os critérios de valorimetria associados as rubricas contabilísticas do Estado.

### Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras do Estado

769. Os demonstrativos financeiros foram elaborados à luz do Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado, aprovado pelo decreto n.º 36/09, de 12 de Agosto, em obediência aos princípios contabilísticos.

770. Os saldos dos demonstrativos financeiros reflectem a realidade do Estado e foram preparados respeitando as características da fiabilidade, da tempestividade, da compreensibilidade e da comparabilidade.

771. Os componentes do património são avaliados em moeda corrente oficial. Os expressos em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.

772. O conjunto das demonstrações financeiras está expresso em moeda corrente oficial Kwanzas (Kz).

773. Todos activos estão valorizados ao custo histórico, e as suas amortizações, foram calculadas com base no método das quotas constantes, à luz do Decreto Presidencial nº 177/10, de 13 de Agosto.

774. As receitas arrecadadas foram reconhecidas com base no regime de caixa, pelo qual, as receitas são registadas mediante influxo de recursos financeiros junto da CUT.

775. As despesas realizadas foram reconhecidas no regime de competência / compromisso, cumprindo com o princípio da especialização do exercício em que as despesas são registadas mediante a prestação do serviço, não obstante a ocorrência do pagamento.

776. A composição detalhada dos saldos das receitas estimadas e das despesas autorizadas, comparando com o nível de execução nas diferentes naturezas, bem como o saldo financeiro e a posição patrimonial e

PRELIMINAR

financeira do Estado, foram evidenciados nas seguintes demonstrações financeiras:

a) Balanço Orçamental.

b) Balanço Financeiro.

c) Balanço Patrimonial.

d) Demonstração de Variações Patrimoniais.

e) Documentos anexos.

### Bases de Reconhecimento e Valorimetria Específica

777. As notas às contas, apresentadas para as bases de reconhecimento e valorimetria específica, incluem informação detalhada de natureza orçamental, financeira e patrimonial.

778. *Disponível*. Este inclui o saldo das disponibilidades existentes no país e no estrangeiro, sendo estes valorizados ao custo histórico. A disponibilidade em moeda estrangeira é convertida ao valor da moeda oficial, à taxa de câmbio da data de fecho. Os rendimentos proporcionais, auferidos até à data de fecho, são acrescidos às aplicações financeiras.

779. Cabe realçar que, a mesma natureza incorpora o valor respeitante aos Fundos de Reserva para as Infra-estruturas de Base, bem como os saldos resultantes dos carregamentos de petróleo, a título de receita dedicada ao serviço da dívida externa.

780. *Créditos a receber*. O valor dos Créditos em circulação, acomoda a Dívida Fiscal de Companhias Petrolíferas, apurada pela AGT, bem como as dívidas diversas.

781. *Realizável a Longo Prazo.* O saldo do realizável a Longo prazo é composto por Instituições e Agentes Devedores, Investimentos do PNUH e Outros Realizáveis a Longo Prazo. Os componentes do realizável a longo prazo nas Instituições e Agentes Devedores, Investimentos do PNUH, Outros

PRELIMINAR

Realizáveis a Longo Prazo, corresponde aos investimentos realizados pelo Estado.

782. *Activo Permanente*. O activo permanente é composto por investimento financeiro, Activo Tangível (bens móveis e imóveis) e activo intangível. O critério de valorimetria usado foi o custo de aquisição, sendo deduzidos as respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

783. Entende-se como custo de aquisição, o somatório do preço de compra com todos os custos directamente associados e que foram indispensáveis para permitir a entrada do bem em funcionamento.

784. *Depreciações e Amortizações.* Foram calculadas com base no Método das Quotas Constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil previsto para cada grupo de bens do Classificador Patrimonial, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 177/10, de 13 de Agosto, que apresenta o código, natureza do bem, designação e número de anos de vida útil para bens novos e usados.

785. Os bens que não estejam valorizados no momento da inserção no património público, são sujeitos a avaliações. Estes bens resultam nomeadamente de doação, herança, legado, reversão, transferência ou permuta.

786. *Investimentos de Natureza Financeira.* São caracterizados pelo aumento de participações do Estado nas empresas, bem como Aplicações Financeiras, tendo como exemplos os recursos transferidos para o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), especificamente para alimentar o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), bem como a transferência de recursos para fundos.

787. *Obrigações em Circulação.* São compostas por Fornecedores de bens e Serviços, Pessoal e Contribuições de Empregados a Recolher, Dívida Pública em Processo de Pagamento e operações de crédito.

788. O saldo da componente Fornecedores de Bens e Serviços, representa as obrigações do Estado perante terceiros e diz respeito aos bens e serviços adquiridos. O saldo da Dívida Pública em Processo de Pagamento e

PRELIMINAR

operações de crédito, representa os montantes em processo de negociação que serão posteriormente liquidados.

789. *Exigível a Longo prazo.* Esta rubrica diz respeito ao reconhecimento das dívidas internas e externas contraídas pelo Estado no período corrente, bem como em períodos anteriores.

## Balanço Orçamental

790. O Balanço Orçamental representa um demonstrativo financeiro onde se discriminam os saldos das receitas estimadas e das despesas autorizadas, comparando com o nível de execução nas diferentes naturezas, podendo resultar em superavit, défice ou ainda em equilíbrio orçamental.

791. O OGE 2020 inicial apresentou uma estimativa de receitas e despesas autorizadas no valor de Kz 15,9 biliões, tendo sido revisto posteriormente para Kz 13,4 biliões, reflectindo uma redução de 15,7%.

792. Como se demonstra no Quadro 127, para o exercício de 2020, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 11,9 biliões e realizadas despesas no valor de Kz 13,3 biliões, tendo resultado num deficit de Kz 1,4 biliões.

Quadro 127 – Balanço Orçamental do Período

(Milhões de Kwanzas)

| Receita | Prevista | Arrecadação da receita | | Exec.% | Part.% | Var. Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | | | |
| **Receitas Correntes** | **6 010 145** | **7 105 372** | **6 610 221** | **118%** | **59%** | **7%** |
| Tributária | 3 782 141 | 4 357 847 | 3 798 814 | 115% | 36% | 15% |
| Patrimonial | 2 017 801 | 2 650 881 | 2 702 597 | 131% | 22% | -2% |
| Serviços | 23 935 | 16 888 | 3 974 | 70% | 0% | 324% |
| Transferências Correntes | 7 937 | 1 364 | 104 836 | 0% | 0% | -99% |
| Rec. Corr. Diversas | 178 330 | 3 892 | 0 | 44% | 1% | 100% |
| **Receitas de Capital** | **7 445 161** | **4 849 987** | **3 312 998** | **65%** | **41%** | **46%** |
| Alienações | 116 147 | 7 253 | 5 791 | 6% | 0% | 25% |
| Financiamentos | 7 329 014 | 4 842 622 | 3 307 207 | 66% | 41% | 46% |
| Internos(Títulos) | 4 066 903 | 2 262 188 | 975 294 | 56% | 19% | 132% |
| Desemb. Linhas de Crédito | 3 262 111 | 2 580 434 | 2 331 912 | 79% | 22% | 11% |
| Transferências de Capital | 0 | 112 | 0 | 100% | 0% | 100% |
| **Receita** | **13 455 306** | **11 955 359** | **9 923 219** | **89%** | **100%** | **21%** |

PRELIMINAR

| Despesa | Autorizada | Execução da Despesa | | Exec.% | Part.% | Var. Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2020 | 2019 | | | |
| **Despesas Correntes** | **5 690 713** | **5 688 860** | **5 022 636** | **100%** | **43%** | **13%** |
| Pessoal e Contrib. Empregador | 2 068 709 | 2 058 460 | 1 990 246 | 100% | 15% | 3% |
| Bens | 405 208 | 396 306 | 276 660 | 98% | 3% | 43% |
| Serviços | 554 850 | 533 642 | 507 933 | 96% | 4% | 5% |
| Juros da Dívida | 2 065 433 | 2 104 180 | 1 644 444 | 102% | 16% | 28% |
| Subsídios | 48 082 | 48 082 | 78 619 | 100% | 0% | -39% |
| Transferências Correntes | 548 431 | 548 190 | 524 734 | 100% | 4% | 4% |
| **Despesas de Capital** | **7 757 525** | **7 692 030** | **5 205 014** | **99%** | **57%** | **48%** |
| Investimentos | 1 774 949 | 1 748 536 | 1 082 041 | 99% | 13% | 62% |
| Transferências de Capital | 21 558 | 21 557 | 40 337 | 100% | 0% | -47% |
| Despesas de Capital Financeiro | 5 958 936 | 5 919 906 | 4 077 150 | 99% | 44% | 45% |
| Outras Despesas de Capital | 2 082 | 2 031 | 5 485 | 98% | 0% | -63% |
| Reservas | 7 068 | 0 | 0 | 0% | 0% | 0% |
| **Despesa** | **13 455 306** | **13 380 890** | **10 226 352** | **99%** | **100%** | **31%** |
| **Deficit** | | **-1 425 531** | **-303 133** | | | ***370%*** |
| **Total Geral** | | **11 955 359** | **9 923 219** | | | ***21%*** |

Fonte: *MINFIN*

## Balanço Financeiro

793. O Balanço Financeiro representa a demonstração financeira, em que são comparadas as receitas e despesas orçamentais, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentais, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que são transferidos para o exercício seguinte.

794. O Balanço Financeiro permite obter o resultado financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte. Este demonstrativo evidencia a movimentação financeira das entidades do sector público.

795. O quadro 128, demonstra o Balanço Financeiro referente ao exercício de 2020.

PRELIMINAR

## Quadro 128 – Balanço Financeiro

(Milhões de Kwanzas)

| Rubrica | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Receita** | **11 955 359** | **9 920 157** |
| Receitas Correntes | 7 105 372 | 6 610 221 |
| Receitas De Capital | 4 849 987 | 3 309 935 |
| **Transferências Financeiras Recebidas** | **244 436** | **54 695** |
| Comparticipações De Natureza Financeira | 104 | 760 |
| Valores Financeiros A Reembolsar | 244 333 | 53 935 |
| Inscrição De Receita De Financiamento Suspensa | 0 | 0 |
| **Recebimentos De Natureza Extra- Orçamental** | **0** | **0** |
| Cauções | 0 | 0 |
| Depósitos De Terceiros | 0 | 0 |
| Garantias Financeiras | 0 | 0 |
| **Disponível Do Exercício Anterior** | **5 373 811** | **5 994 981** |
| **Disponível No País** | **2 730 752** | **1 992 472** |
| Disponível Em Moeda Nacional | 992 966 | 1 126 040 |
| Disponível Em Moeda Externa | 1 737 786 | 866 432 |
| **Disponível No Exterior** | **2 643 059** | **4 002 509** |
| Operações Das Linhas De Crédito | 1 480 767 | 1 919 226 |
| Disponível Em Moeda Externa | 1 162 292 | 2 083 283 |
| **Total Geral** | **17 573 607** | **15 969 834** |

| Rubrica | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Despesa Paga** | **12 396 573** | **9 905 302** |
| Despesas Correntes | 5 496 320 | 5 000 493 |
| Despesas De Capital | 6 900 253 | 4 904 808 |
| **Transferências Financeiras Concedidas** | **3 038** | **2** |
| Comparticipações De Natureza Financeira | 17 | 2 |
| Valores Financeiros Reembolsado | 3 021 | 0 |
| Inscrição De Receita De Financiamento Suspensa | 0 | 0 |
| **Pagamentos De Natureza Extra-Orçamental** | **317 053** | **690 719** |
| Cauções | 0 | 0 |
| Deposito De Terceiro | 0 | 0 |
| Garantias Financeiras | 0 | 0 |
| Pagamento De Restos A Pagar | 317 053 | 690 719 |
| **Disponível Do Exercício Actual** | **4 856 942** | **5 373 811** |
| Disponível No País | 1 138 335 | 2 730 752 |
| Disponível Em Moeda Nacional | 668 667 | 992 966 |
| Disponível Em Moeda Externa | 469 667 | 1 737 786 |
| Disponível No Exterior | 3 718 608 | 2 643 059 |
| Operações Das Linhas De Crédito | 3 461 779 | 1 480 767 |
| Disponível Em Moeda Externa | 256 828 | 1 162 292 |
| **Total Geral** | **17 573 607** | **15 969 834** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

796. Os elementos que compreendem as entradas do Balanço Financeiro são:

a) *Receitas Correntes e de Capital*. São todas as receitas públicas arrecadas pelo agente financeiro do Estado e depositadas na Conta Única do Tesouro, durante o período Orçamental, observando o princípio da Unidade de Tesouraria, conforme o n.º 1, dos artigos 8.º e 34.º, da Lei 15/10, de 14 de Julho, Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado.

b) *Transferências Financeiras Recebidas*. Reflectem as entradas de recursos financeiros de comparticipações a reembolsar, não classificadas como receitas. A título de exemplo, a comparticipação dos agentes de trânsito no âmbito da arrecadação de fundos ou a comparticipação de fundos para o reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

c) *Recebimentos de natureza Extra-orçamental*. Compreendem as operações de entradas de natureza financeira, não compreendidos na execução Orçamental. A título de exemplo apresentam-se as Cauções, Depósitos indevidos de terceiros e garantias financeiras reembolsáveis, exigidas ao contribuinte no acto da importação.

d) *Saldo de Disponibilidade do Exercício Anterior*. Compreende os recursos financeiros do Estado constantes das contas bancárias, no inicio de cada período Financeiro.

797. Por outro lado, os elementos que compreendem as saídas no Balanço Financeiro são:

e) *Despesas correntes e de Capital*. São todas as despesas públicas liquidadas e pagas pelo Estado, bem como aos organismos que deles dependem, inclusive as relativas aos fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos e a Segurança Social, conforme disposto no artigo 12.º, da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado.

f) *Transferências Financeiras Concedidas*. Reflectem as saídas de recursos financeiros de comparticipações reembolsadas, não classificadas como despesas. A título de exemplo enquadram-se os reembolsos da

PRELIMINAR

comparticipação dos agentes de trânsito no âmbito da arrecadação de fundos e os reembolsos de fundos no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

g) *Pagamentos de natureza Extra-orçamental.* Compreendem as operações de saídas de natureza financeira não compreendidos na execução orçamental, tais como as devoluções de cauções, Pagamento de Restos a pagar, Restituições de Depósitos indevidos de terceiros e devolução de garantias financeiras.

h) *Saldo de Disponibilidade do Período*. Compreende os recursos financeiros do Estado, constantes nas contas bancárias, no final de cada período Financeiro.

## Balanço Patrimonial

798. O Balanço Patrimonial, é a demonstração financeira que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Estado, por meio das contas representativas do património público, nomeadamente Activo, Passivo e Património Líquido.

799. Esta é a única peça contabilística que representa a posição estática de todo o património, diferente das outras que têm uma característica dinâmica, em função dos fluxos e movimentação financeira do período.

800. Os Activos compreendem os recursos controlados pelo Estado, provenientes de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios económicos futuros. Deste modo, no período em apreço, o Activo do Estado situou-se em cerca de Kz 16,1 biliões, representando uma ligeira diminuição de 6% face ao período homólogo.

801. O valor do Activo do Estado estava repartido por Kz 7,4 biliões referente ao Activo Circulante e Kz 8,6 biliões relativos ao Activo Permanente. Importa referir que, o Activo Circulante registou um aumento de cerca de 27%.

802. O Passivo, por sua vez, compreende as obrigações presentes do Estado, derivadas de eventos passados e de cuja regularização se espera que resultem saídas de recursos. Em 2020, as obrigações do Estado cifraram-se

PRELIMINAR

em cerca de Kz 31,1 biliões, que representa um ligeiro aumento de 9% face ao período homólogo.

803. O valor total do Passivo, estava repartido por Kz 4,4 biliões referentes ao Passivo Circulante (curto prazo), que registou um aumento percentual de 58% e Kz 26,6 biliões relativos ao Exigível de Longo Prazo, que registou uma ligeira variação positiva de 2%.

804. Importa referir que, no período em apreço, o total geral do Balanço Patrimonial deduzido do activo, passivo, património líquido e todas as contas de ordens activas e passivas ascendeu a Kz 16,7 biliões, representando uma ligeira diminuição de 5% face ao período homólogo.

805. O quadro 129, demonstra o Balanço Patrimonial do Estado no exercício fiscal de 2020.

Quadro 129 – Balanço Patrimonial

(Milhões de Kwanzas)

| Descrição | 2020 | 2019 | Var. Homóloga |
|---|---|---|---|
| **Activo Circulante** | **7 428 934** | **7 943 517** | **-6%** |
| Disponível | 4 856 942 | 5 373 811 | -10% |
| Disponível no País | 1 143 240 | 2 730 752 | -58% |
| Disponível no Exterior | 3 713 702 | 2 643 059 | 41% |
| Créditos A Receber | 2 525 328 | 2 525 328 | 0% |
| Instituições E Agentes Devedores | 5 317 | 3 031 | 75% |
| Valores Pendentes Activos | 33 339 | 33 339 | 0% |
| Outros Activos Circulantes | 8 007 | 8 007 | 0% |
| **Realizável a Longo Prazo** | **20 225** | **344 587** | **-94%** |
| **Activo Permanente** | **8 699 172** | **8 839 368** | **-2%** |
| Investimentos Financeiros | 1 283 113 | 1 283 113 | 0% |
| Imobilizado | 7 416 059 | 7 556 255 | -2% |
| **Total do Activo** | **16 149 068** | **17 127 471** | **-6%** |
| **Outras Contas de Ordem Activa** | **624 893** | **527 716** | **18%** |
| **Total Geral** | **16 773 961** | **17 655 187** | **-5%** |
| **Passivo Circulante** | **4 472 819** | **2 833 498** | **58%** |
| Depósitos Exigíveis | 5 834 | 5 827 | 0% |
| Obrigações Em Circulação | 4 337 919 | 2 759 375 | 57% |
| Subsídios E Transferências A Conceder | 5 015 | 317 | 1482% |
| Dividas Do Exercício Anterior | 124 051 | 67 979 | 82% |
| **Exigível A Longo Prazo** | **26 336 032** | **25 760 856** | **2%** |
| Obrigações Exigíveis A Longo Prazo | 26 213 613 | 25 638 438 | 2% |

PRELIMINAR

| Descrição | 2020 | 2019 | Var. Homóloga |
|---|---|---|---|
| Passivo Contingente A Longo Prazo | 122 418 | 122 418 | 0% |
| **Total Do Passivo** | **31 105 688** | **28 594 354** | **9%** |
| **Património Líquido** | **-14 956 620** | **-11 466 883** | **30%** |
| **Total do Passivo + Património Líquido** | **16 149 068** | **17 127 472** | **-6%** |
| **Outras Contas de Ordem Passiva** | **624 893** | **527 716** | **18%** |
| **Total Geral** | **16 773 961** | **17 655 187** | **-5%** |

Fonte: *MINFIN*

## Demonstração de Variações Patrimoniais

806. A Demonstração das Variações Patrimoniais, é o demonstrativo financeiro que tem por objectivo apurar o resultado patrimonial e evidenciar as variações patrimoniais, qualitativas e quantitativas, resultantes e independentes da execução orçamental.

807. Neste contexto, o Resultado Patrimonial no exercício de 2020 apresenta-se negativo em Kz 2,9 biliões, conforme mostra o quadro 130, que reflecte o saldo orçamental e o resultado do desempenho das interferências e mutações patrimoniais, demonstrando uma variação homóloga de 85%.

Quadro 130 - Demonstração das Variações Patrimoniais

(Milhões de Kwanzas)

| DESIGNAÇÃO | 2020 | 2019 | Var.% Homóloga |
|---|---|---|---|
| (+)Receitas Orçamentais (Correntes e Capital) | 11 955 359 | 9 922 410 | 20% |
| (-) Despesas Orçamentais (Correntes e Capital) | 13 380 890 | 10 226 352 | 31% |
| **Resultado Orçamental (Deficit)** | **-1 425 531** | **-303 942** | **369%** |
| (+) Mutações Patrimoniais Activas Orçamentais | 6 839 811 | 13 676 546 | -50% |
| (-) Mutações Patrimoniais Passivas Orçamentais | 6 686 166 | 17 164 937 | -61% |
| (+) Interferências Activas Orçamentais | 14 807 195 | 4 223 133 | 251% |
| (-) Interferências Passivas Orçamentais | 15 317 922 | 4 154 644 | 269% |
| (+) Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais | 745 445 | 2 625 545 | -72% |
| (-) Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais | 3 298 796 | 2 866 593 | 15% |
| (+) Interferências Activas Extra Orçamentais | 15 591 605 | 8 398 567 | 86% |
| (-) Interferências Passivas Extra Orçamentais | 14 239 251 | 6 047 380 | 135% |
| **(=) Resultado Patrimonial do Exercício** | **-2 983 610** | **-1 615 959** | **85%** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

# Capítulo XI.

# Sector Empresarial Público

## XI. SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO

808. O presente capítulo aborda, de forma agregada, a posição patrimonial, demonstração de resultados, principais indicadores e rácios financeiros do Sector Empresarial Público (SEP), apresentado pelo Instituto de Gestão de Activos e Participação do Estado (IGAPE).

### Posição Patrimonial das Empresas do SEP por Sectores

809. Durante o exercício económico de 2020, o património agregado das empresas do Sector Empresarial Público (SEP) reflectiu o número de prestação de contas de 70 empresas.

810. Nesta senda, o universo das empresas do SEP registou Activos na ordem dos Kz 12,2 biliões, representando uma diminuição de 60% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se pelo facto de não serem contemplados os dados da Sonangol, E.P. e pelo impacto negativo da Covid-19 na economia mundial e nacional.

811. O passivo, por sua vez, registou uma diminuição de 59%, passando de Kz 20,7 biliões em 2019, para Kz 8,5 biliões em 2020, conforme se demonstra no quadro 131.

812. Importa destacar que, a informação apresentada exclui os dados da SONANGOL, E.P., pelo não reporte da informação até a data de elaboração da Conta Geral do Estado.

Quadro 131 - Posição Patrimonial das empresas do SEP por Sector

(Milhões de Kwanzas)

| Tutela Sectorial | Activo | | Passivo | | Capital Próprio | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Finanças | 5 788 063 | 4 979 282 | 5 169 685 | 4 337 853 | 618 378 | 641 428 |
| *Banca* | *3 318 239* | *2 726 984* | *2 980 471* | *2 693 590* | *337 769* | *33 394* |
| *Seguros* | *195 841* | *163 540* | *157 876* | *142 613* | *37 965* | *20 927* |
| Finanças (Outros) | 2 273 983 | 2 088 757 | 2 031 339 | 1 501 650 | 242 644 | 587 107 |
| Rec. Minerais e Petróleos | 396 586 | 19 272 356 | 242 859 | 13 528 790 | 153 728 | 5 743 566 |
| Economia | 1 294 638 | 1 293 805 | 23 377 | 22 585 | 1 271 262 | 1 271 221 |
| Agricultura e Pescas | 15 108 | 15 723 | 16 624 | 15 494 | -1 516 | 229 |
| *Comércio* | - | *13 069* | - | *53 753* | - | *-40 683* |

PRELIMINAR

| Tutela Sectorial | Activo | | Passivo | | Capital Próprio | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Administração Pública | 6 147 | 8 349 | 6 331 | 8 370 | -184 | -21 |
| *Energia e Águas* | *2 329 180* | *2 626 669* | *1 973 863* | *1 968 290* | *355 317* | *658 379* |
| *Transportes* | *1 978 109* | *1 848 418* | *611 577* | *454 157* | *1 366 532* | *1 394 261* |
| Defesa Nacional | 51 526 | 36 772 | 49 029 | 32 101 | 2 497 | 4 672 |
| Telecomunicações, TI e Comunicação Social | 221 207 | 232 093 | 312 995 | 277 361 | -91 788 | -45 268 |
| Telecomunicações & TI | 125 499 | 132 041 | 263 371 | 233 558 | -137 872 | -101 517 |
| Comunicação Social | 95 708 | 100 052 | 49 624 | 43 803 | 46 084 | 56 249 |
| Conselho de Ministros | 9 693 | 9 829 | 7 553 | 7 765 | 2 141 | 2 065 |
| Obras Públicas e Ordenamento do Território | 78 454 | 73 709 | 74 676 | 76 561 | 3 779 | -2 852 |
| Governo Provincial de Luanda | 72 182 | - | 41 325 | - | 30 858 | - |
| **Total Geral** | **12 240 895** | **30 410 075** | **8 529 893** | **20 783 079** | **3 711 002** | **9 626 996** |

Fonte: *MINFIN*

813. O sector financeiro apresentou o maior valor em Activos em cerca de Kz 5,7 biliões, distribuídos em Kz 3,3 biliões para o sector bancário, Kz 195,8 mil milhões para o sector de Seguros e as outras empresas do sector financeiro em cerca de Kz 2,2 biliões.

814. As diferenças registadas nos valores agregados de 2019 e 2020 devem-se, essencialmente, a falta de informação de empresas relevantes no SEP, sobretudo a SONANGOL, sendo o mesmo racional para os demais quadros do SEP.

815. Em relação ao desempenho financeiro, em termos agregados, comparativamente a 2019, o SEP registou um aumento no resultado líquido em cerca de 135%, passando de Kz 391,5 mil milhões negativos para Kz 920 mil milhões negativos, conforme se pode observar no quadro 132.

816. Relativamente aos resultados operacionais, o SEP registou um saldo total negativo de Kz 89,9 mil milhões, demonstrando um decréscimo de cerca de 113%, comparativamente ao período homólogo.

817. Tal como apresentado no quadro 132, os únicos sectores que obtiveram resultados líquidos positivos foram os sectores dos seguros, recursos minerais e petróleos, económico, defesa nacional, conselho de ministros, obras públicas e ordenamento do território e o GPL. Os outros sectores obtiveram resultados líquidos negativo.

PRELIMINAR

Quadro 132 - Demonstração dos Resultados das empresas do SEP

(Milhões de Kwanzas)

| Tutela Sectorial | Proveitos | | Resultados Operacionais | | RAI | | Resultados Líquidos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Finanças | -859 532 | 377 981 | 1 502 | 110 441 | -636 335 | -215 427 | -663 873 | -248 646 |
| *Banca* | *-710 837* | *128 926* | - | - | *-419 087* | *-311 391* | *-446 166* | *-344 610* |
| *Seguros* | *84 615* | *63 796* | - | *4 398* | *17 673* | *-9 946* | *17 673* | *-9 946* |
| *Finanças (Outros)* | *-233 309* | *185 259* | *1 502* | *106 043* | *-234 921* | *105 910* | *-235 380* | *105 910* |
| Rec. Minerais e Petróleos | 648 389 | 5 031 337 | -740 | 589 996 | 26 845 | -114 192 | 21 294 | 73 630 |
| Economia | 1 593 | 1 877 | -207 | 501 | 91 | 531 | 94 | 533 |
| Agricultura e Pescas | 13 018 | 11 918 | -886 | -335 | -1 517 | -2 257 | -1 516 | -2 263 |
| Comércio | - | 4 817 | - | -2 546 | - | -8 224 | - | -8 224 |
| Administração Pública | 696 | 441 010 | -1 449 | 34 723 | -163 | -43 350 | -163 | -55 308 |
| Energia e Águas | 352 785 | 274 481 | -61 094 | -25 534 | -150 511 | -83 958 | -159 689 | -103 727 |
| Transportes | 263 115 | 1 728 | -31 625 | -361 | -69 820 | 1 198 | -86 838 | 966 |
| Defesa Nacional | 3 506 | 25 935 | -1 531 | -23 | 479 | -42 078 | 227 | -42 078 |
| Telecom, TI e Comunicação Social | 51 878 | 34 653 | -8 047 | 1 269 | -45 830 | -881 | -45 830 | -1 356 |
| *Telecomunicações & TI* | *21 599* | *30 494* | *-4 960* | *989* | *-36 355* | *-1091* | *-36 355* | *-1399* |
| *Comunicação Social* | *30 278* | *4159* | *-3 087* | *280* | *-9 475* | *210* | *-9 475* | *43* |
| Conselho de Ministros | 2 594 | 544 | 104 | -1 767 | 113 | -21 | 76 | -21 |
| Obras Púb. e Ord. do Território | 751 | 2 586 | -678 | 1 629 | 7 294 | -5 014 | 6 724 | -5 014 |
| Governo Provincial de Luanda | 20 908 | - | 14 655 | - | 12 848 | - | 9 396 | - |
| **TOTAL GERAL** | **499 700** | **6 208 867** | **-89 997** | **707 994** | **-856 505** | **-513 673** | **-920 099** | **-391 508** |

Fonte: *MINFIN*

818. Os indicadores económico-financeiros, das empresas públicas com maior volume de negócio, permitem avaliar o desempenho financeiro, bem como a robustez económica dessas empresas. O quadro 133, demonstra os indicadores económico-financeiros das principais empresas do SEP.

Quadro 133 – Indicadores Económico-financeiros das Principais Empresas do SEP

(Milhões de Kwanzas)

| Indicadores Financeiros | SODIAM | PRODEL | BDA | RNT | TAAG | ENSA | Porto de Luanda | ENDE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Activo | 245 927 | 689 912 | 497 620 | 509 059 | 411 019 | 195 841 | 105 326 | 809 540 |
| Passivo | 151 668 | 546 606 | 277 562 | 407 418 | 388 651 | 157 876 | 40 855 | 738 248 |
| Capital Próprio | 94 259 | 143 306 | 220 059 | 101 641 | 22 368 | 37 965 | 64 471 | 71 292 |
| **Volume de Negócios** | **641 345** | **135 640** | **133 207** | **107 458** | **95 382** | **84 615** | **80 890** | **76 241** |

PRELIMINAR

| Indicadores Financeiros | SODIAM | PRODEL | BDA | RNT | TAAG | ENSA | Porto de Luanda | ENDE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Resultado Líquido | 13 169 | -31 997 | 74 560 | 290 | -131 164 | 17 673 | 27 203 | -109 361 |
| Autonomia Financeira | 38% | 21% | 44% | 20% | 5% | 19% | 61% | 9% |
| Solvabilidade | 62% | 26% | 79% | 25% | 6% | 24% | 158% | 10% |
| Rotação Activo | 261% | 20% | 27% | 21% | 23% | 43% | 77% | 9% |
| ROE (Return On Equity) | 14% | -22% | 34% | 0% | -586% | 47% | 42% | -153% |
| ROA (Return On Assets) | 5% | -5% | 15% | 0% | -32% | 9% | 26% | -14% |

Fonte: *MINFIN*

## Participações do Estado em Empresas Sedeadas No País

819. O Estado participa nas empresas do SEP, de forma directa e indirecta, em diversos sectores de actividade dentro do território angolano, sendo essas participações de forma maioritária e de forma minoritária.

820. No período em apreço, a carteira de empresas e participações do Estado no País estava composta por 85 participações, das quais: 69 em Empresas Públicas, 12 em Empresas com Domínio Público e 4 em Empresas com participações minoritárias directas, evidenciando uma redução de 4 empresas, comparativamente à 2019[5], justificado pela extinção da Ferrangol, E.P. e a privatização das participações do Estado nas empresas CUCA BGI, S.A., EKA, S.A. e NGOLA, S.A. Por outro lado, foi adicionado no universo do SEP, a ENCIME[6] – Empresa Nacional de Cimentos.

821. Adicionalmente, o Estado detém paralelamente 231 participações indirectas em diversas entidades.

822. O detalhe da participação do Estado em empresas públicas, empresas com domínio público e empresas com participações minoritárias, apresenta-se no Anexo 24.

PRELIMINAR

[5] A CGE de 2019 considerou apenas um universo de 86 empresas pelo que devia considerar 89, tendo ficado de fora as empresas ENSA,S.A (apenas no universo), EPASZAIRE e ENCIME.

[6] A ENCIME não foi considerada nos relatórios anteriores devido ao entendimento de que a mesma estava privatizada. Entretanto, a Resolução n.º 25/04 do Conselho de Ministros, de 5 de Outubro demonstrou que haviam sido privatizados apenas os seus activos. Por este motivo passou a ser considerado no Universo do SEP em 2020.

## Carteira de Activos Financeiros do Estado no Exterior

823. Em 2020, a carteira de activos financeiros do Estado no estrangeiro, estava composta por activos líquidos (depósitos em numerário), obrigações, acções (títulos de participação de capital) e outros investimentos.

824. O valor da carteira de activos financeiros do Estado no Exterior somou um total de US$ 8,3 milhões e EUR 510 mil, conforme evidenciado no quadro 134.

Quadro 134 - Carteira de Activos Financeiros do Estado no Exterior

| Descritivo | Natureza | QTD. (UNID.) | Valor (US$) | Valor (EUR) |
|---|---|---|---|---|
| Liquidez | Depósito em Numerário | - | 4 123 203 | 58 098 |
| Obrigações (Rendimento Fixo) | Fundos de Investimento | 11 441 | 785 253 | 192 109 |
| Acções | Títulos de Participação de Capital | 52 117 | 3 416 312 | 260 092 |
| **Valor Total (Por Moeda)** | | | **8 324 768** | **510 299** |

Fonte: *MINFIN*

## Participações do Estado em Empresas Sedeadas no Exterior

825. As participações do Estado no exterior, controladas pelo IGAPE e sob gestão da *Geneva Wealth Capital Management* (GWCM, S.A.), são constituídas por acções, na forma de títulos de participação de capital, e encontram-se em 11 empresas cotadas nas bolsas de Nova Iorque, Londres e Amesterdão.

826. A composição sectorial destas empresas, varia entre os diversos sectores, desde os cuidados de saúde até ao sector petrolífero.

827. A 31 de Dezembro de 2020, as participações valorizadas em Dólares norte-americanos, apresentavam um número de acções detidas na ordem de 52 117 que totalizavam cerca de US$ 3,4 milhões e, em Euros, cerca de EUR 260 mil, conforme se detalha no quadro 135.

PRELIMINAR

Quadro 135 - Participações do Estado em Empresas no Exterior

| Designação da Sociedade | Sector de Actividade | N.º do Certificado | N.º de Acções Detidas | Valor das Acções (31.12.2020) |
|---|---|---|---|---|
| Abbot Laboratories (Common Stock) | Prod. Farmacêutico, Cosméticos e Med. | FBU 899789 | 20 475 | 2 241 808 US$ |
| Occidental Petroleum | Petróleo e Gás | 0958611.065 US6745991058 \| OXY UN | 723 | 12 515 US$ |
| Exxon Mobil Corp. (Common Stock) | Petróleo e Gás | US 30231G1022 | 5 768 | 237 757 US$ |
| Corteva Spin Off (DowDuPont) | Agrícola | 4060455.065 US22052L1044 \| CTVA US | 805 | 31 170 US$ |
| Dow Inc. Spin Off (DowDuPont) | Químico | 4060209.065 US2605571031 \| DOW US | 805 | 44 678 US$ |
| DuPont de Numours | Agricultura e Pescas | 4060459.065 US26614N1028 \| DD US | 805 | 57 244 US$ |
| Linde Rg Fusão (Praxair Inc) | Químico \| Gases Industriais | 9008482.065 IE00BZ12WP82 \| LIN US | 3 000 | 790 530 US$ |
| Royal Dutch Shell | Petróleo e Gás | GB00B03MLX29 \| RDSA NA | 10 146 | 148 274 EUR |
| Thysenkrupp | Exploração Mineira | DE0007500001/TKA GY | 4 200 | 34 121 EUR |
| OXY Warrant | Petróleo e Gás | US6745991629/OXY-WS | 90 | 611 US$ |
| Fiat Chrysler Automobiles NV | Indústria Automóvel | NL0010877643/FCA IM | 5 300 | 77 698 EUR |

Fonte: *MINFIN*

828. A entidade em que o Estado angolano possui o maior número de acções é a sociedade *Abbot Laboratories (Common Stock),* com um número de acções na ordem dos 20 475, e encontra-se situada nos Estados Unidos de América, estando vinculada ao sector farmacêutico.

829. Seguidamente, encontra-se a sociedade *Royal Dutch Shell Petroleum*, com cerca de 10 146 acções, totalizando o valor de EUR 148,2 mil. Esta sociedade opera no sector de Petróleo e Gás e situa-se em Londres.

830. Importa ainda mencionar a participação de 5 768 acções na sociedade *Exxon Mobil Corportation,* que opera no sector petrolífero, em que as acções do Estado angolano totalizavam, em 2020, cerca de US$ 237,7 mil. Esta sociedade situa-se nos Estados Unidos de América.

## Investimentos Efectuados

831. Durante o exercício de 2020, entre Junho e Agosto, foram adquiridas acções em 3 empresas, conforme se pode observar no quadro 136.

PRELIMINAR

Quadro 136 - Participações do Estado em Empresas no Exterior

| Designação | Data de Compra | Quantidade | Preço | Valor | Moeda | Valorização até 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Thysenkrupp I | 06/07/2020 | 4 200 | 4,77 | 20 034 | EUR | 70% |
| OXY Warrants | 12/08/2020 | 90 | 2,82 | 254 | USD | 141% |
| Fiat Chrysler Automobiles NV | 08/062020 | 5 300 | 11,9 | 63 176 | EUR | 25% |

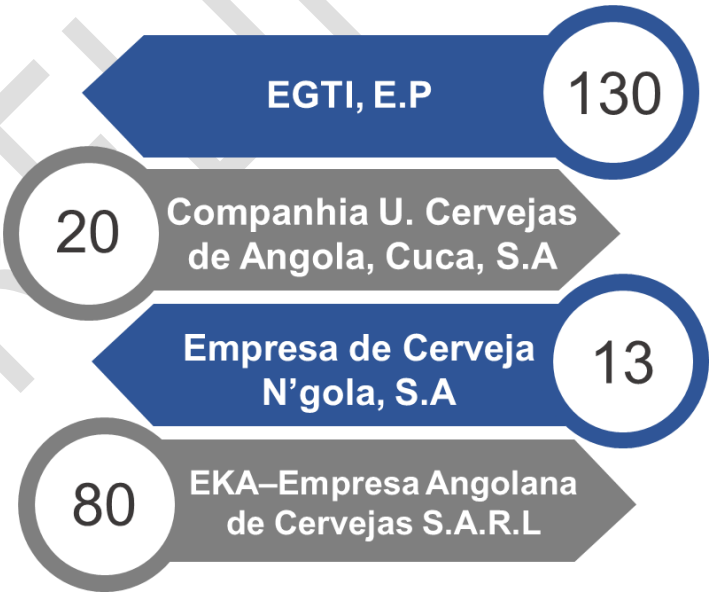
Fonte: *MINFIN*

## Dividendos no País e no Estrangeiro

832. Durante o exercício de 2020, o Estado angolano arrecadou dividendos no País, pagos pelas empresas EKA, N'GOLA, CUCA,S.A. e EGTI, E.P., no valor de Kz 243,47[7] milhões, evidenciando uma redução de cerca de 79%, comparativamente ao período homólogo.

833. O Gráfico 42, ilustra os dividendos recebidos pelo Estado no país, detalhado por empresa.

Gráfico 42 - Dividendos no País em 2020 por Empresa
(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *IGAPE*

[7] A receita de dividendos é reconhecida na óptica de caixa, pelo que o registo é efectuado na medida em que ocorrem os influxos financeiros na Tesouraria.

PRELIMINAR

834. Por outro lado, resultante das participações e outros investimentos do Estado angolano no Exterior, no período em apreço, foi possível arrecadar dividendos na ordem dos US$ 109,06 mil, dos quais: US$ 65,4 mil referente a dividendos e US$ 43,66 mil relativos a juros de depósitos e outros investimentos. Comparativamente ao período homólogo, houve uma redução acentuada em cerca de 44%.

835. O quadro 137, apresenta os dividendos recebidos pelo Estado Angolano no Exterior, por natureza.

Quadro 137 - Dividendos recebidos pelo Estado no Exterior por Natureza

| Descritivo | Natureza da Receita | Valor em US$ | Valor em EUR |
|---|---|---|---|
| Depósitos Fiduciários | Juros s/ Fiduciários | 33 806 | - |
| Obrigações (Rendim. Fixo) | Dividendos | 6 472 | - |
| Acções | Dividendos | 49 737 | 7 477 |
| Outros Investimentos | Juros de Obrigações | 4 983 | 3 968 |
| **TOTAL** | | **94 998** | **11 444**[8] |

Fonte: *MINFIN*

836. O quadro 138 apresenta os dividendos recebidos pelo Estado Angolano no Exterior, por Empresa.

Quadro 138 – Dividendos recebidos pelo Estado no Exterior por Empresa

| DESIGNAÇÃO DA SOCIEDADE | 2020 | 2019 | Var. % Homóloga | Moeda |
|---|---|---|---|---|
| **Acções** | | | | |
| Abbott Laboratories | 20 639 | 13 759 | 50% | US$ |
| Anadarko Petroleum Corp | 0 | 102 882 | -100% | US$ |
| Dow Chemical Co | 1 577,80 | 789 | -100% | US$ |
| Exxon Mobil | 14 051 | 10 336 | 36% | US$ |
| Lind Rg | 11 556 | 7 875 | 47% | US$ |
| Corteva | 293 | 73 | 300% | US$ |
| Dow Du Pont * | 0 | 879 | -100% | US$ |
| Dupont de Nemours | 676 | 169 | 300% | US$ |
| Occidental Petroleum | 815 | 400 | 103% | US$ |
| Fiat Chrysler Automobiles NV | 130 | n/a | n/a | US$ |
| Royal Dutch Shell | 7 203 | 14 506,60 | 50% | EUR |
| Fiat Chrysler Automobiles NV | 132 | n/a | n/a | EUR |

[8] Estas transações foram convertidas a taxa de câmbio de US$/EUR 1,229285

PRELIMINAR

| DESIGNAÇÃO DA SOCIEDADE | 2020 | 2019 | Var. % Homóloga | Moeda |
|---|---|---|---|---|
| Tyssenkrupp | 142 | n/a | n/a | EUR |
| **Produtos estruturados** | | | | |
| BSKT/Leon 20 | 4 983,40 | 16 884 | -77% | US$ |
| BSKT/Leon 20 | 3 968 | 13 985 | -72% | EUR |
| **Fundos de Investimento** | | | | |
| IiSH Fitng Rt Bd | 3 054 | 5 388 | -43% | US$ |
| iSH 3-7 Trs Bd | 3 418 | 4 540 | 25% | US$ |
| **Total US$** | **61 193** | **163 974,46** | **-60%** | **US$** |
| **Total EUR** | **11 444** | **28 491,95** | **-60%** | **EUR** |

Fonte: *MINFIN*

## Privatizações de Empresas do SEP

837. No que toca a execução do Programa de Privatizações (PROPRIV 2019-2022), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 250/19, de 5 de Agosto, no período de 2020, foram privatizadas 32 empresas, correspondendo a uma oferta financeira de Kz 365,4 mil milhões, conforme se apresenta no quadro 139.

838. Comparativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento de cerca de 381%, sendo que em 2019 havia sido arrecadado apenas Kz 983 milhões.

839. O quadro 139, apresenta o detalhe das privatizações por sector e empresa.

Quadro 139 - Alienação Patrimonial

(Milhões de Kwanzas)

| Activo | Adjudicatário | Valor de Venda |
|---|---|---|
| **Agropecuária** | | **66 244** |
| Fazenda Agro - industrial de Camaiangala | Grupo FF - Gestão de Activos, Limitada | 9 811 |
| Fazenda Pundo-Andongo | Prumo Limitada | 16 589 |
| Fazenda Quizenga | IEP | 6 434 |
| Fazenda Agro-Industrial de Cuimba | IEP | 13 500 |
| Fazenda do Longa | IEP | 7 564 |
| Projecto de Desenvol. Agrícola de Sanza Pombo | AGROECO | 6 000 |
| Matadouro Industrial de Camabatela | Sociedade Agropecuária do Bailundo, S.A. | 2 500 |
| Matadouro Modelar do Porto Amboim | Telegest Lda. | 1 150 |
| Complexo de Silos de Catete | Pérola do Kikuxi | 1 330 |

PRELIMINAR

| Activo | Adjudicatário | Valor de Venda |
|---|---|---|
| Matadouro Modelar de Luanda | Pérola do Kikuxi | 600 |
| Entreposto Frigorífico de Caxito | Edson Droves | 767 |
| **Indústria** | | **299 205** |
| Fábrica Proc. de Tomate e Banana de Caxito | Edson Droves | 2 555 |
| ABSOR- Indústria de Absorventes | Nelt-Angola | 2 344 |
| GALVANANG-Indústria de Galvanização a quente | Anglobal Comércio Indústria e Serviços LDA | 1 885 |
| MANGOTAL-Indústria de Torres Metálicas | | 6 608 |
| INDUCARPIN-Indústria de Carpintaria | Emadel, Lda. | 2 476 |
| INDUPLAS-Indústria de Sacos de plásticos | Angolallbox-Lda | 1 023 |
| INDUTIVE- Indústria de Tintas e Vernizes | | 1 327 |
| PIPELINE-Indústria de Tubos de PVC | | 2 901 |
| TELHAFAL- Indústria de Telhas Metálicas | Metalosul Lda. | 1 160 |
| TRANSPLAS- Indústria de Acessórios de PVC PE | Powergol | 939 |
| VEDATELA - Industria de Vedações de Arames | Ferpinta Angola-Lda. | 4 500 |
| INDUPACKAGE | Grupo Chamavo | 871 |
| SACIANGO | | 1 839 |
| TEXTANG | IEP | 59 000 |
| Comandante Bula "CTB" (ex- SATEC). | BAOBAB | 104 311 |
| África Têxtil | BAOBAB | 104 311 |
| CUCA | Companhia União de Cervejas de Angola SA (Soba, Ucerba, BIH Angola) | 489 |
| N´GOLA | Empresas de Cervejas N´gola | 298 |
| EKA | (Ucerba, Sab Angola South) | 368 |
| PUMA ENERGY | Trafigura | 0 |
| MIRAMAR | Hotel Intercontinental, Sociedade de Gestão | 0 |
| **Total Geral** | | **365 450** |

Fonte: *MINFIN*

840. Importa salientar que, do valor total alienado, apenas constituíram entradas para os cofres do Estado cerca de Kz 4,7 mil milhões. O remanescente será pago mediante o cronograma acordado entre as partes.

841. Sendo assim, uma vez que a receita no SIGFE é registada na óptica de caixa, a rubrica de alienações de empresas registou apenas o valor de entrada efectiva na CUT, e o remanescente ficou registado em contas a receber até que ocorra o influxo financeiro na conta do Estado.

### Extinção, Liquidação e Dissolução de Empresas do SEP

842. Relativamente aos processos de extinção e liquidação de empresas, importa mencionar que de um universo de 59 empresas, 54[9] já estão extintas e as restantes em processo de dissolução.

843. O processo de liquidação, de Empresas do SEP, registou despesas no valor de Kz 137,6 milhões, destinadas ao pagamento do passivo da Ex-Frescangol, U.E.E, relativo às dívidas com terceiros, estando distribuídos em Kz 137,3 milhões como valor efectivo da dívida pago aos fornecedores, Kz 276 mil referente ao pagamento dos impostos de IVA e de Selo, e Kz 9 mil de despesas bancárias.

### Empréstimos Concedidos pelo Estado Angolano

844. Até o final de 2020, o volume de financiamento concedido pelo Estado, fruto de um total de 19 contractos, situou-se em US$ 872,9 milhões destinados a 12 países, sendo que 11 estão localizados no Continente Africano.

845. Por seu turno, os reembolsos situaram-se em US$ 239,28 milhões, equivalente a 27,4% do financiamento concedido e juros na ordem dos US$ 291,3 milhões. Assim, o valor da dívida actual de terceiros situou-se em US$ 925,08 milhões tal como se pode observar no quadro 140.

Quadro 140 – Financiamento concedido pelo Estado Angolano

| Países | Financiamento | Reembolsado | Juros | Valor da Dívida Actual |
|---|---|---|---|---|
| Cabo Verde | 6 800 000,0 | 680 000,0 | 0,00 | 6 120 000,0 |
| Congo Brazzaville | 104 751 589,0 | - | 0,00 | 116 536 142,8 |
| Congo Democrático | 23 467 885,7 | - | 0,00 | 23 467 885,7 |
| Cuba | 300 000 000,0 | 197 126 011,6 | 97 500 000,00 | 200 373 988,4 |
| Guiné Bissau | 15 595 101,6 | - | 0,00 | 48 686 678,7 |
| Guiné Conacri | 150 000 000,0 | 35 592 570,0 | 27 346 674,50 | 141 754 104,5 |

[9] Incluindo a Ferrangol, E.P. – Empresa Nacional de Ferro de Angola, cujo processo decorreu em 2020, por meio do Decreto Presidencial n.º 161/20, de 5 de Junho

PRELIMINAR

| Países | Financiamento | Reembolsado | Juros | Valor da Dívida Actual |
|---|---|---|---|---|
| Moçambique | 61 453 649,8 | - | 0,00 | 85 339 228,3 |
| São Tomé e Príncipe (RDSTP) | 67 989 566,5 | 1 241 826,1 | 1 241 826,10 | 67 989 566,5 |
| Tanzânia | 19 939 630,8 | - | 0,00 | 103 868 961,0 |
| Chade | 100 000 000,0 | 4 638 166,0 | 1 566 694,30 | 96 928 528,3 |
| Madagáscar | 3 000 000,0 | - | 0,00 | 11 400 526,5 |
| República Centro Africana | 20 000 000,0 | - | 0,00 | 22 611 814,9 |
| **Total Geral** | **872 997 423,3** | **239 278 573,8** | **291 358 575,90** | **925 077 425,4** |

Fonte: *MINFIN*

## Encargos do Sector Empresarial Público

846. Em 2020, o orçamento aprovado para cobertura de Encargos do Sector Empresarial Público ascendeu a Kz 29,7 mil milhões. Durante o mesmo período, foram incrementados ao Orçamento inicial, cerca de 52%, que resultou num valor total atribuído de Kz 45,1 mil milhões, cujo detalhe se pode observar no quadro 141.

Quadro 141 – Financiamento concedido pelo Estado Angolano

| Categoria | Orçamento Aprovado | Ajuste Orçamental | | Dotações do Orçamento | Orçamento Executado | Saldo Orçamental |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Anulação | Reforço | | | |
| Subsídios e Transferências Correntes | 0 | 4 629 | 41 780 | 37 151 | 37 151 | 0,0 |
| Transferências de Capital | 28 522 | 29 711 | 8 707 | 7 518 | 7 517 | 0,81 |
| Bens e Serviços | 1 174 | 683 | 0 | 491 | 490 | 0,48 |
| **Total** | **29 696** | **35 023** | **50 487** | **45 160** | **45 159** | **1,29** |

Fonte: *MINFIN*

847. O IGAPE, enquanto unidade gestora dos Encargos do Sector Empresarial Público, atribuiu subsídio para cobertura de custos operacionais a 13 empresas do SEP, no valor de Kz 37,1 mil milhões, distribuídos pelos seguintes sectores:

a) Kz 26,5 mil milhões para o sector dos Serviços de Difusão e publicação, representando 71% do valor total transferido.

PRELIMINAR

b) Kz 5,2 mil milhões para o sector dos Transportes ferroviários, que representa 14% do valor transferido.

c) Kz 3,9 mil milhões destinado ao sector de Assuntos económicos e comerciais em geral, perfazendo 11% do total dos subsídios transferidos.

d) Kz 1,1 mil milhões atribuído ao sector das Comunicações, que perfaz 3% do valor global dos subsídios operacionais.

e) Kz 184 milhões para o sector de Indústrias, extracção e recursos minerais, excepto combustíveis, representando apenas 0,5% do valor total transferido.

848. O quadro 142 apresenta de forma detalhada, os subsídios à exploração ou operacionais transferidos, no período em analise, por Empresa e Sector.

Quadro 142 - Subsídio atribuído para cobertura de custos operacionais
(Milhões de Kwanzas)

| Sector | Empresa | Valor Pago | Total |
|---|---|---|---|
| Transportes Ferroviários | Caminho de Ferro de Benguela | 2 048 | 5 277 |
| | Caminho de Ferro de Luanda | 1 334 | |
| | Caminho de Ferro de Moçâmedes | 1 894 | |
| Ind. extr. e rec. minerais, excepto combustíveis | FERRANGOL | 184 | 184 |
| Assuntos económicos e comerciais em geral | ENAPP | 1 300 | 3 990 |
| | ENCEL | 190 | |
| | TAAG | 2 500 | |
| Serviços de difusão e publicação | TPA | 9 821 | 26 543 |
| | Gráfica Popular | 245 | |
| | ANGOP | 3 395 | |
| | RNA | 7 782 | |
| | Edições Novembro | 5 300 | |
| Comunicações | ENCTA | 1 156 | 1 156 |
| **Total** | | **37 151** | **37 151** |

Fonte: *MINFIN*

849. O orçamento referente à rubrica de Transferências de Capital registou um grau de execução de 99,9%, correspondente a Kz 7,5 mil milhões, distribuídos da seguinte forma:

PRELIMINAR

a) Kz 1,1 mil milhões transferidos à Edições Novembro.

b) Kz 5,2 mil milhões transferidos à Televisão Pública de Angola.

c) Kz 1,1 mil milhões transferidos à TAAG.

850. O orçamento referente à rubrica de Bens e Serviços, destinada aos encargos com a Comissão de Privatizações, registou um grau de execução de 99,9%, correspondente a Kz 490,1 milhões, cuja distribuição se pode observar no quadro 143.

Quadro 143 - Subsídio atribuído para cobertura de custos operacionais

(Milhões de Kwanzas)

| Natureza da Despesa | Empresa | Valor Pago |
|---|---|---|
| Serviços de Estudo Fiscalização e Consultoria (Encargos com a Comissão de Privatizações). | Standard Bank de Angola, S.A | 285 |
| | Executive Center - Centro Executivo Comunicação e Imagem, Lda. | 65 |
| | Banco Millennium Atlântico, S.A | 55 |
| | D.S.L- Divisão de Segurança, Lda. | 38 |
| | Edições Novembro – E.P. | 15 |
| | Outros | 33 |
| **Total Geral** | | **490** |

Fonte: *MINFIN*

## Subsídios a Preços

851. No período em apreço, foram pagos, por meio do IGAPE, Subsídios a Preços no valor de 9,5 mil milhões, representando uma redução de cerca de 26% face ao período homólogo.

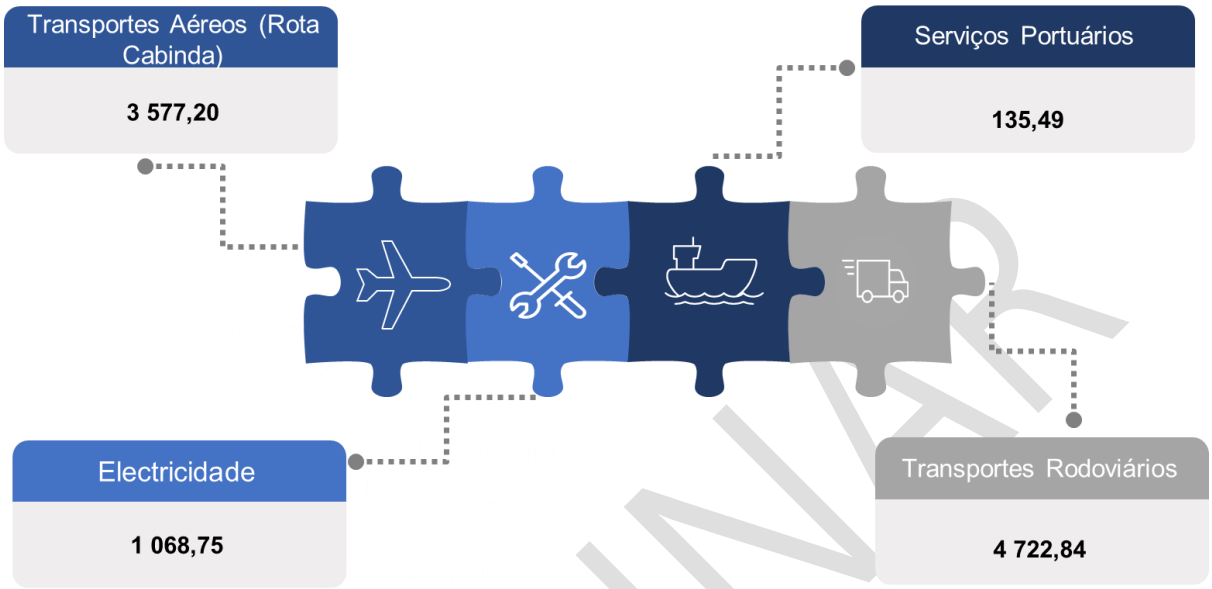
852. Esta redução, demonstra o compromisso do Executivo em reduzir os subsídios a preços em alguns sectores, mediante o programa de liberalização dos preços da Economia definidos pelo Executivo.

853. A subsidiação ao preço abrangeu os sectores de Electricidade, Transportes Rodoviários, Transportes Aéreos (primordialmente na rota de Cabinda) e Serviços Portuários, conforme se demonstra no gráfico 43.

PRELIMINAR

Gráfico 43 - Subsídios a Preços Pagos em 2020 por Sector

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN.*

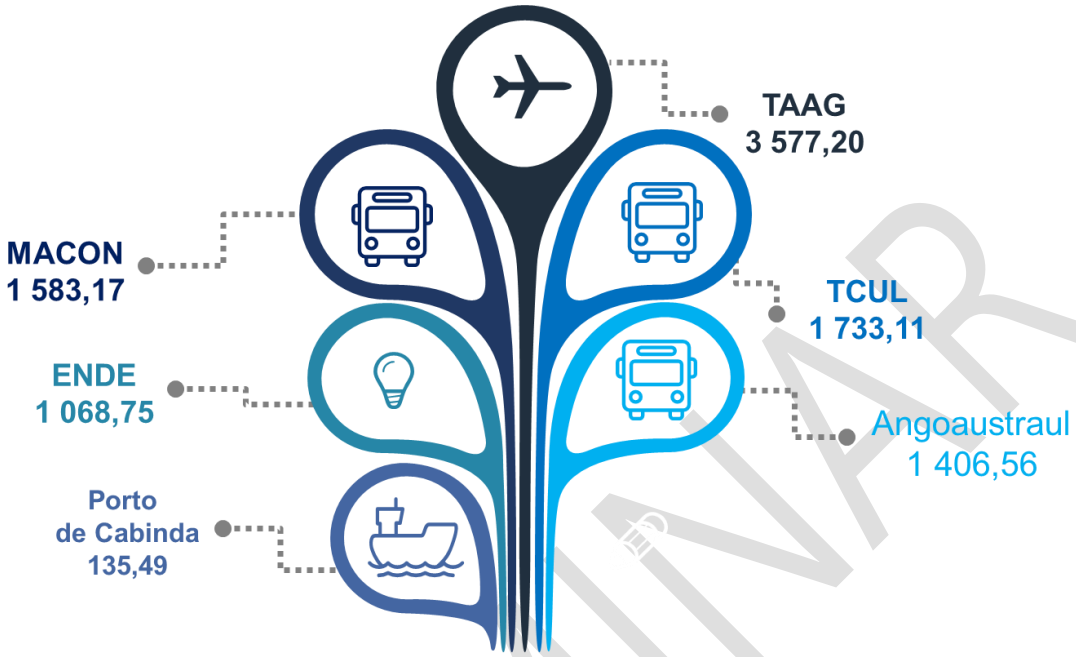
854. Durante o período em apreço, a empresa que mais se beneficiou de subsídios a preços foi a TAAG, E.P., tendo recebido do Estado, cerca de Kz 3,5 mil milhões, conforme se demonstra no gráfico 44.

855. Seguidamente, apresenta-se as empresas de transportes TCUL, E.P. e MACON, E.P., na ordem dos Kz 1,7 mil milhões e Kz 1,5 mil milhões, respectivamente.

PRELIMINAR

Gráfico 44 - Subsídios a preços pagos por Empresa

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

# Capítulo XII.

# Situação Patrimonial e Desempenho Financeiro do BNA

## XII. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DE ANGOLA

856. O presente capítulo, aborda as principais actividades desenvolvidas pelo Banco Central no período em apreço, bem como a sua posição patrimonial e desempenho financeiro em 2020.

### Actividades relevantes do BNA

857. De acordo com a Lei n.º 16/10, de 15 de Julho, o BNA tem como principais funções assegurar a preservação do valor da moeda nacional e participar na definição das políticas monetária, financeira e cambial.

858. Neste âmbito, compete ao BNA a execução, acompanhamento e controlo das políticas monetárias, cambial e de crédito, a gestão do sistema de pagamentos e administração do meio circulante, no âmbito da política económica do País.

859. Por forma a estabelecer directrizes para a implementação das suas principais atribuições, o BNA tem constituído diversos comités colegiais, dos quais realça três, nomeadamente o Comité de Política Monetária (CPM), Comité de Estabilidade Financeira (COMEF) e o Comité de Gestão de Reservas (CGR).

### Comité de Política Monetária

860. O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola, abreviadamente designado por CPM, é uma entidade de coordenação em matéria de Política Monetária, a quem compete estabelecer directrizes de política monetária, analisar e decidir sobre matérias com ela relacionadas, decidir sobre as taxas de juro directoras, onde se inclui a Taxa BNA e os coeficientes de reservas obrigatórias, visando permitir ao Conselho de Administração do Banco o cumprimento das suas atribuições.

861. O CPM tem como objectivo, concorrer para garantir a preservação do valor da moeda nacional e o alcance de um nível de inflação baixo e estável, conforme consagrado na Lei do Banco Nacional de Angola.

PRELIMINAR

862. Assim, ao longo de 2020, o CPM acompanhou a evolução da conjuntura económica quer a nível nacional como a nível internacional, negativamente afectadas pela Pandemia da Covid-19.

863. Na última reunião mantida em Novembro de 2020, este Comité notou que a evolução da economia mundial e angolana, em particular, continuava sujeita ao controlo da pandemia de COVID-19. Avaliou ainda, os níveis de liquidez do sistema bancário e constatou que a mesma se encontrava relativamente dentro dos limites pretendidos, assim como os impactos da implementação da taxa de custódia, que tem contribuído desde a sua implementação para a redução da taxa LUIBOR *overnight*.

864. No entanto, concluiu que era importante continuar a monitorar a liquidez do mercado no sentido de garantir o alcance do objectivo de inflação de 25% previsto para 2020. Com base na análise efectuada, o CPM decidiu o seguinte:

a) Manter a taxa básica de Juro, Taxa BNA, em 15,5%.

b) Manter o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional em 22%.

c) Manter o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda estrangeira em 17%.

d) Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 15,5%.

e) Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez, com maturidade de 7 dias em 7%.

f) Manter a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade *overnight* em 0%;

g) Manter a taxa de custódia em 0,1% sobre o excesso de liquidez dos bancos comerciais.

PRELIMINAR

## Comité de Estabilidade Financeira

865. O Comité de Estabilidade Financeira (COMEF), é um órgão de consulta do Conselho de Administração do BNA no domínio da estabilidade financeira, apoiando na definição de directrizes e estratégias para a mitigação do risco sistémico, assim como na adopção de políticas macro prudenciais em articulação com as demais entidades de supervisão do sistema financeiro nacional.

866. Compete ao COMEF, por um lado, definir os mecanismos de prevenção e os planos de contingência para a solução de crises financeiras e, por outro, avaliar a execução macroeconómica e o comportamento das principais variáveis que possam afectar a estabilidade financeira, incluindo a situação do sistema financeiro mundial na perspectiva do risco sistémico e probabilidade de contágio a nível nacional. Para o efeito, é analisado e avaliado o comportamento dos principais indicadores de crescimento, rendibilidade, liquidez e solvência do sistema financeiro angolano, propondo políticas que promovam a sua solidez e eficiência.

867. Em 2020, foram realizadas reuniões com o objectivo primordial de identificar, avaliar, e propor medidas de mitigação dos principais factores de risco macroeconómico e do Sector Bancário. Neste contexto, foram analisadas a evolução das vulnerabilidades macroeconómicas e financeiras, incluindo a análise do sector monetário, sector externo, sector bancário, acompanhamento do crédito, sector não bancário, sistema de pagamentos, controlo cambial, conduta do sector financeiro, regulação e processos sancionatórios, bem como da inclusão financeira.

868. Ao longo do ano de 2020, o índice de estabilidade do sector bancário diminuiu comparativamente ao período homólogo, devido, sobretudo, à diminuição do preço de petróleo e da rentabilidade do sector. Adicionalmente, registou-se um aumento da vulnerabilidade macroeconómica sobretudo do sector fiscal bem como ao nível internacional. Registou-se ainda, uma redução do crédito vencido malparado, porém mantendo-se em níveis elevados.

PRELIMINAR

869. Nesta senda, verificou-se a tendência decrescente dos níveis de intermediação financeira do sector bancário, concentração do crédito em sectores não produtivos e vulneráveis a flutuações cambiais e maior exposição do sector bancário aos títulos e valores mobiliários (TVM), diminuição da rentabilidade do sector bancário influenciada sobretudo pelo aumento considerável dos custos com negociação de crédito, diminuição dos proveitos de operação cambial, aumento das imparidades para outros activos financeiros líquidos de reversões e aumento de custos de exploração. Importa referir que, 3 (três) bancos apresentaram resultados negativos com impacto negativo no agregado do sector bancário que apresentou prejuízo no período.

870. Face ao exposto, ao longo de 2020, o BNA no âmbito do COMEF, recomendou as seguintes medidas para salvaguarda da estabilidade financeira:

a) Acompanhamento dos efeitos e impacto da COVID-19 e propor medidas para mitigação dos riscos.

b) Efectuar um inquérito sobre as taxas de juro de crédito ao consumo, habitação, ao comércio, fundos de investimento e outros produtos de crédito.

c) Rever a classificação do nível de risco dos TVM devido ao justo valor, em função do possível rebaixamento da classificação (*downgrade* do rating) do País.

d) Efectuar regularmente teste de stress sobre os TVM no balanço dos bancos;

e) Elaborar uma norma orientando a conversão dos créditos de particulares à habitação em moeda estrangeira para moeda nacional.

f) Avaliar os planos de negócios dos bancos, sobretudo relativamente à concessão de crédito e notificar as instituições que não implementaram o referido plano.

PRELIMINAR

g) Avaliar o nível de capitalização dos bancos da região, isto é, efectuar uma análise comparativa do nível de capital, crédito, depósito e resultados.

h) Efectuar regularmente teste de stress sobre os TVM tendo em conta as IFRS9 e a constante actualização do rating soberano, bem como da magnitude da carteira de título no balanço dos bancos.

i) Dar início aos trabalhos relativos à Avaliação Nacional de Risco.

j) Iniciar o processo relativo à Proposta do Modelo de Concepção e Implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, agregando as outras partes interessadas a nível governamental, entre outros.

### Comité de Gestão de Reservas (CGR)

871. O Comité de Gestão de Reservas do Banco Nacional de Angola, abreviadamente designado por CGR, é uma entidade de suporte técnico do Conselho de Administração, responsável pela definição, análise, aprovação e monitoramento das aplicações do Banco no Mercado Financeiro Internacional, em conformidade com os documentos basilares da gestão dos Activos Externos, nomeadamente, a Política de Investimentos, as Linhas Mestras e o Manual de Selecção e Contratação de Contrapartes, Custodiantes e Gestores Externos.

872. Neste contexto, a actuação do CGR tem como principais objectivos garantir a preservação de capital, o nível adequado de liquidez e a optimização da relação risco e retorno da carteira de investimentos.

873. Assim, ao longo de 2020, foram abordadas as seguintes temáticas:

a) Revisão da política de Investimento e o programa de desinvestimento dos activos ilíquidos.

b) Impacto da pandemia na carteira de investimento do BNA, em particular ao nível dos retornos esperados e do grau de liquidez dos activos.

PRELIMINAR

c) Criação das condições para liquidação da REPO III e reformulação dos termos do acordo de rentabilização dos recursos do Fundo Soberano de Angola sob gestão do BNA.

d) Elaboração de um plano de acção para aumento da exposição ao mercado financeiro da República Popular da China.

## Situação Patrimonial e Desempenho Financeiro

874. Em 31 de Dezembro de 2020, a posição patrimonial do Banco Central estava decomposta conforme o quadro 144.

Quadro 144 – Balanço Patrimonial a 31 de Dezembro de 2020

(Milhões de Kwanzas)

| DESCRIÇÃO | 2020 | 2019 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|
| **ACTIVO** | **12 815 764** | **11 040 832** | **16%** |
| Ouro | 729 614 | 435 391 | 68% |
| Activos sobre o exterior | 9 560 242 | 8 509 576 | 12% |
| Activos internos | 2 337 329 | 1 923 758 | 21% |
| Activos tangíveis | 87 604 | 60 067 | 46% |
| Activos intangíveis | 3 585 | 2 541 | 41% |
| Outros valores activos | 97 390 | 109 499 | -11% |
| **PASSIVO** | **9 574 892** | **9 216 104** | **4%** |
| Notas e moedas em circulação | 549 107 | 540 009 | 2% |
| Reservas bancárias | 2 950 146 | 2 618 631 | 13% |
| Mercado monetário interbancário | 365 005 | 240 110 | 52% |
| Conta Única do Tesouro | 530 412 | 1 436 425 | -63% |
| Fundo de Garantia de Depósitos | 22 666 | 14 408 | 57% |
| Outras responsabilidades internas | 1 818 095 | 1 684 404 | 8% |
| Outras responsabilidades externas | 3 123 054 | 2 536 728 | 23% |
| Outros valores passivos | 216 407 | 145 389 | 49% |
| **CAPITAIS PRÓPRIOS** | **3 240 872** | **1 824 728** | **78%** |
| Capital | 270 000 | 270 000 | 0% |
| Desconto de emissão de capital | -135 900 | -135 900 | 0% |
| Diferenças de reavaliação | 2 811 453 | 1 832 858 | 53% |
| Outras reservas | 4 062 | 51 246 | -92% |
| Resultado transitado | 265 984 | -283 567 | -194% |
| Resultado do exercício | 25 273 | 90 091 | -72% |

Fonte: *MINFIN*

875. Em 31 de Dezembro de 2020, o Activo do Banco apresenta um saldo de Kz 12,8 biliões, traduzindo um acréscimo de Kz 1,7 biliões comparativamente

PRELIMINAR

a 31 de Dezembro de 2019. Esta variação de 16% é explicada pelos seguintes factores:

a) Aumento na posição do "Ouro" de Kz 294,2 mil milhões, na ordem dos 68%, explicado pela depreciação da taxa de câmbio do Kwanza face ao Dólar americano em cerca de 26%, e pela valorização da sua cotação no mercado em cerca de 24,6%.

b) Variação positiva de Kz 1 bilião, na ordem dos 12%, dos "Activos sobre o exterior", explicado essencialmente por dois efeitos contrários, designadamente, pela depreciação da taxa de câmbio do kwanza face ao dólar americano em cerca de 26% e pela redução da posição em moeda estrangeira em cerca de 17%, resultante de vendas de divisas, de pagamentos efectuados por instrução do Tesouro Nacional e de pagamentos em nome do BNA.

c) Aumento de Kz 413,5 mil milhões, na ordem dos 21% dos "Activos internos", justificado essencialmente, pela aquisição de títulos de dívida publica nacional a pequenas e médias empresas no âmbito da linha de apoio para alívio económico do BNA na ordem de Kz 100 mil milhões, ao abrigo do Aviso nº 06/2020, pela regularização por uma instituição financeira, de 50% da dívida resultante de operações de facilidade de cedência de liquidez e de redesconto através de títulos e pela depreciação da taxa de câmbio do kwanza face ao dólar americano em cerca de 26%.

d) Aumento de Kz 28,5 mil milhões de kwanza, na ordem dos 46% dos "Activos tangíveis e intangíveis", justificado essencialmente pelo incremento de obras em curso do projecto *Cash Center* no valor de Kz 22,6 mil milhões.

876. Por outro lado, o Passivo do Banco totaliza Kz 9,5 biliões, que se traduz num acréscimo de Kz 358,7 mil milhões, na ordem dos 4% face a 31 de Dezembro de 2019. As principais variações no Passivo são explicadas pelos seguintes factos:

PRELIMINAR

a) Aumento de Kz 9 mil milhões, na ordem dos 2% das "Notas e moedas em circulação", explicado pela emissão de notas da série de 2020.

b) Aumento de Kz 331,5 mil milhões, em cerca de 13%, das "Reservas bancárias" (com títulos), explicado pela actualização cambial da posição de Obrigações do Tesouro Nacional em moeda estrangeira entregues para cumprimento de reserva obrigatória decorrente do efeito da depreciação do kwanza face ao dólar americano em cerca de 26%.

c) Aumento de Kz 124,9 mil milhões, em cerca de 52%, das operações do "Mercado monetário interbancário", explicado pela maior aderência dos bancos comerciais às operações de mercado aberto e pelas operações de absorção de liquidez associadas à venda de divisas a prazo no montante de Kz 59,4 mil milhões.

d) Diminuição de Kz 906 mil milhões, na ordem dos 63% do saldo da "Conta Única do Tesouro" (CUT), explicada substancialmente pelos diversos pagamentos efectuados por instrução do Ministério das Finanças.

e) Aumento de Kz 8,2 mil milhões, na ordem dos 57%, do saldo do "Fundo de Garantia de Depósitos", decorrente da realização das quotas anuais dos bancos comerciais e pelos rendimentos dos depósitos remunerados.

f) Aumento de Kz 133,6 mil milhões, em cerca de 8% das "Outras responsabilidades internas", explicado essencialmente pelo reforço da provisão para o risco sistémico do sector bancário e a constituição da provisão para risco de crédito de garantias prestadas, no âmbito da adopção da norma IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2020.

g) Aumento de Kz 586,3 mil milhões, na ordem dos 23% das "Outras responsabilidades externas", explicado por dois efeitos contrários, designadamente, pela depreciação do Kwanza face ao Dólar americano em cerca de 26% e pelo reembolso, em Junho de 2020, de uma das operações de financiamento obtida junto da Gemcorp, no montante de 500 milhões de dólares americanos.

PRELIMINAR

877. Relativamente aos Capitais próprios, verifica-se um aumento no montante de Kz 1,4 biliões, em cerca de 78% justificado pelo seguinte:

a) Aumento das "Diferenças de reavaliação" em Kz 978,6 mil milhões, na ordem dos 53%, justificado essencialmente, pelo aumento das "Diferenças de reavaliação cambial" e das "Diferenças de reavaliação de justo valor", decorrentes da depreciação do kwanza face às demais moedas estrangeiras e da variação de justo valor dos "Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" e do "Ouro", respectivamente.

b) Diminuição das "Outras reservas" em Kz 47,1 mil milhões, na ordem dos 92%, justificado pela transferência de cerca de Kz 83,2 mil milhões para a conta de resultado transitado.

c) Aumento do "Resultado transitado" em Kz 561,4 mil milhões, justificado pela adopção da IAS 19 – Benefícios dos Empregados no valor de Kz 625,7 mil milhões, pela adopção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros no valor de Kz 147,5 mil milhões e pela utilização das Reservas (Legal e Livre) no valor de Kz 83,2 mil milhões para regularização parcial dos "Resultados Transitados" negativos referentes aos prejuízos de anos anteriores em concordância com o Ministério das Finanças.

d) Resultado do exercício no valor de Kz 25,2 mil milhões.

878. No exercício de 2020, os principais indicadores da conta de resultados evoluíram como é apresentado no quadro 145.

Quadro 145 - Principais Indicadores Da Conta De Resultados

(Milhões de Kwanzas)

| DESCRIÇÃO | 2020 | 2019 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|
| Margem financeira | 204 482 | 211 009 | -3% |
| Comissões líquidas | 16 703 | 12 061 | 38% |
| Resultados em operações financeiras | -198 983 | 88 921 | -324% |
| Resultados operacionais | 646 671 | 585 289 | 10% |
| Resultados de exploração | -643 600 | -807 189 | -20% |
| **RESULTADO DO EXERCÍCIO** | **25 273** | **90 091** | **-72%** |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

879. No exercício de 2020, apurou-se um resultado positivo no valor de Kz 25,2 mil milhões, sendo a variação face ao exercício anterior explicada, essencialmente, por:

a) Diminuição de Kz 6,5 mil milhões, na ordem dos 3% da "Margem financeira" justificada essencialmente, pelo incremento de juros a pagar de recursos de instituições de crédito e outros juros e encargos similares.

b) Aumento de Kz 4,6 mil milhões, na ordem dos 38%, nas "Comissões Líquidas" decorrente do incremento de comissões recebidas por operações realizadas com o Ministério das Finanças.

c) Diminuição de Kz 287,9 mil milhões, em cerca de 324%, dos "Resultados em Operações Financeiras", justificada essencialmente, pela diminuição dos Resultados de activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados em Kz 217,6 mil milhões e Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral em Kz 70,5 mil milhões.

d) Aumento de Kz 61,3 mil milhões, na ordem dos 10%, nos "Resultados Operacionais" decorrente essencialmente dos resultados cambiais.

e) Aumento de Kz 163,5 mil milhões, na ordem dos 20% nos "Resultados de exploração".

PRELIMINAR

# Capítulo XIII.

# Recuperação de Crédito Malparado do BPC

## XIII. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO MALPARADO DO BPC – RECREDIT

880. A RECREDIT – Gestão de Activos, S.A. tem como propósito especial de sanear o crédito malparado do Banco de Poupança e Crédito (BPC). Este órgão tem como missão aquisição e recuperação, de modo exclusivo e com propósito específico, de crédito malparado pertencente ao Banco de Poupança e Crédito, pelo seu justo valor de mercado, num período determinado de 10 anos e, acessoriamente, a gestão dos activos advenientes da sua recuperação.

881. Nesta perspectiva, este capítulo aborda, de forma detalhada, os resultados da recuperação do crédito malparado do BPC no período em apreço.

882. No domínio da actividade da RECREDIT – Gestão de Activos, S.A, o exercício de 2020 ficou assinalado pela aquisição da segunda carteira de créditos inadimplentes ao BPC, reduzindo em 80% a carteira dos activos tóxicos do Banco. Fruto desta operação a taxa de crédito malparado do Sistema Financeiro Angolano reduziu de 34% para 22%.

883. Os dados da carteira de activos, são descritos pelas seguintes operações:

a) Contrato de dação em cumprimento celebrado com o Banco BNI no valor de Kz 24,10 mil milhões.

b) Aquisição, até finais de 2018, da primeira carteira de crédito malparado do BPC, com valor contabilístico bruto de Kz 298,74 mil milhões, por Kz 231,13 mil milhões pagos com Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis.

c) Aquisição da segunda carteira de crédito malparado do BPC em Junho de 2020, com valor de exposição de Kz 950,97 mil milhões, por Kz 57,06 mil milhões, pagos com Obrigações do Tesouro Indexadas ao Dólar Norte-Americano.

884. A RECREDIT procedeu à devolução, ao Accionista, das prestações suplementares das Obrigações de Tesouro Indexadas ao Dólar Norte-Americano, remanescentes da operação de aquisição da segunda carteira, com valor de mercado de Kz 501,77 mil milhões, bem como o valor de Kz

PRELIMINAR

15 mil milhões em numerário, com o objectivo de capitalizar o Banco de Poupança e Crédito.

885. Com vontade em concretizar o primeiro objectivo, a RECREDIT redefiniu a estratégia e indicou como meta, a recuperação de Kz 12,17 mil milhões para o ano em análise, implementando uma estratégia cuidada e focada.

886. Nesse quesito, em 2020, foi recuperado o valor de Kz 4,87 mil milhões de crédito adquirido, apesar de todos os constrangimentos impostos pela pandemia da COVID-19.

887. Do valor acima indicado, Kz 3,80 mil milhões correspondem a reembolsos relacionados com a primeira carteira, e aproximadamente Kz 1,07 mil milhões correspondentes a segunda carteira de créditos.

888. Assim, em 31 de Dezembro de 2020, o resumo dos créditos de clientes estava decomposto, conforme o quadro 146.

Quadro 146 - Mapa de Crédito a Clientes
(Milhões de Kwanzas)

| Mercado | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Mutuários da Primeira Carteira de Crédito | 227 327 | 231 127 |
| Mutuários da Segunda Carteira de Crédito | 55 979 | 0 |
| **Total Bruto** | **283 307** | **231 127** |
| Imparidade | -227 327 | 0 |
| **Total Líquido** | **55 979** | **231 127** |

Fonte: *RECREDIT, Relatório e Contas de 2020*

889. O saldo referente aos "Mutuários da Primeira Carteira de Crédito" diz respeito ao contrato de cessão da carteira de crédito malparado, assinado em 15 de Junho de 2018, entre o BPC e a RECREDIT, no âmbito da estratégia de saneamento e reestruturação do BPC.

890. Até à data, a RECREDIT assegurou que 2/3 dos mutuários da primeira carteira reconheceram as respectivas dívidas e foram lavrados os correspondentes Acordos de Reconhecimento de Dívida (ARD), estando a

PRELIMINAR

decorrer o processo de certificação dos restantes 1/3. Ainda assim, o Conselho de Administração, tendo como referência uma avaliação independente, procedeu ao reconhecimento de imparidades sobre o valor total dessa carteira de crédito.

891. Este saldo está classificado no estágio 3, para efeitos de imparidade no âmbito da Norma IFRS 9, não obstante o facto de ter havido uma reversão de imparidade no montante de Kz 3,8 mil milhões, pagos por via de compensação da dívida com o Tesouro Nacional.

892. O saldo referente aos "Mutuários da Segunda Carteira de Crédito", resulta do contrato de cedência de crédito assinado pela RECREDIT e o BPC em Junho de 2020. A RECREDIT, tem vindo a receber a documentação de suporte e outra informação financeira relevante. Assim, dado que a RECREDIT ainda não tem a totalidade da informação que compõe a segunda carteira, não foi possível fazer a divulgação definida na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

PRELIMINAR

# Capítulo XIV.

# Contratação Pública em 2020

## XIV. CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM 2020

893. A aquisição de bens e serviços no Sector Público, constitui um dos principais meios para a materialização da satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos. Por este motivo, este processo deve ser eficiente, transparente e rigoroso.

894. Assim, o órgão responsável pela Contratação Pública em Angola, o Serviço Nacional de Contratação Pública (SNCP), tem actuado de forma directa na identificação e materialização de políticas e reformas que visam contribuir para a melhoria da qualidade da despesa, nomeadamente:

a) Criação de Unidades de Contratação Pública.

b) Recurso à Contratação Electrónica e a utilização de Acordos-quadro.

c) Contínua formação e capacitação dos "compradores públicos".

d) Assinatura de protocolos e parcerias de cooperação com entidades congéneres, para a troca de experiências e formação, alinhado às boas práticas internacionais.

895. Neste sentido, este capítulo visa demonstrar de forma detalhada os principais indicadores da contratação pública, com destaque para os procedimentos de contratação pública, no período em análise.

### Enquadramento da Contratação Pública na Despesa Pública

896. As despesas sujeitas ao regime da Lei da Contratação Pública, são as despesas de Bens, Serviços e Despesas de Capital.

897. O valor global estimado dos contratos pode-se aferir mediante informações orçamentais das Entidades públicas contratantes, tendo em conta o grau de execução das despesas inscritas no OGE.

898. Sendo assim, as compras governamentais, na óptica do valor cabimentado, movimentaram cerca de Kz 2,6 biliões que corresponde a 20% do valor aprovado no OGE Revisto.

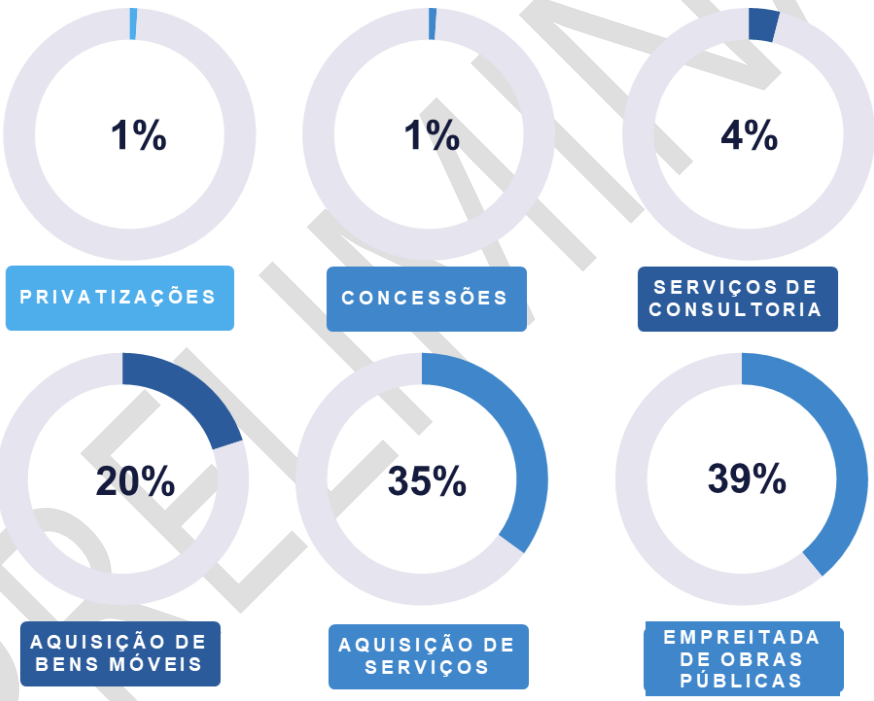
PRELIMINAR

899. O valor total liquidado, esteve na ordem dos Kz 2,6 biliões correspondendo aproximadamente a 100% do valor cabimentado a luz da Lei dos Contratos Públicos (LCP).

900. O SNCP registou um total de procedimentos avaliados em cerca de Kz 103 milhões, que corresponde a 4% do valor total liquidado. A baixa execução deveu-se, grandemente, a falta de informação fornecida pelas Entidades Públicas Contratantes.

901. O gráfico 45, apresenta o detalhe dos procedimentos de contratação pública nas diversas naturezas de despesa.

Gráfico 45 – Procedimentos de Contratação Pública por Natureza




Fonte: *MINFIN*

902. As empreitadas de obras públicas registaram o maior número de procedimentos abertos, totalizando cerca de Kz 100 mil milhões, representando uma participação de 98%. As aquisições de bens móveis tiveram uma participação de 1,13% perfazendo Kz 1 mil milhão.

PRELIMINAR

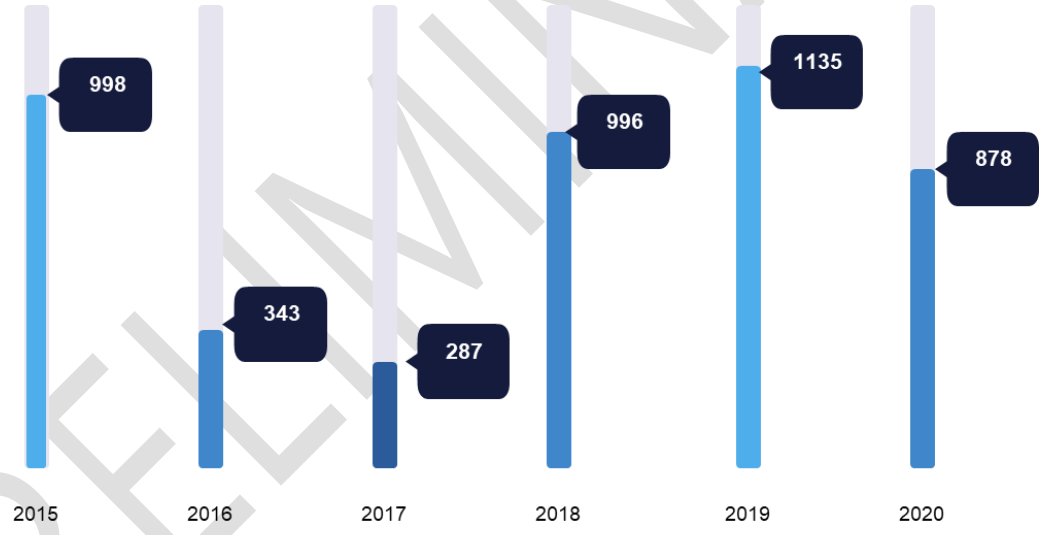
903. Os serviços diversos e de consultoria, registaram um menor número de procedimentos totalizando Kz 636 milhões e Kz 70 mil milhões, representando uma participação de 0,62% e 0,07%, respectivamente.

### Procedimentos de Contratação Pública

904. Durante o ano de 2020, verificou-se uma diminuição nos procedimentos de contratação pública (PCP) em cerca de 23% face ao período homólogo, contrariando tendência crescente dos anos 2018 e 2019.

905. O gráfico 46, demonstra a evolução do registo de abertura de PCP entre 2015 e 2020.

Gráfico 46 – Evolução do Registo e Abertura de PCP entre 2015 a 2020




Fonte: *MINFIN*

906. Esta diminuição deve-se em grande parte, pelas consequências da Pandemia COVID-19, que provocou constrangimentos no funcionamento normal das Entidades Públicas Contratantes (EPC) no período em análise.

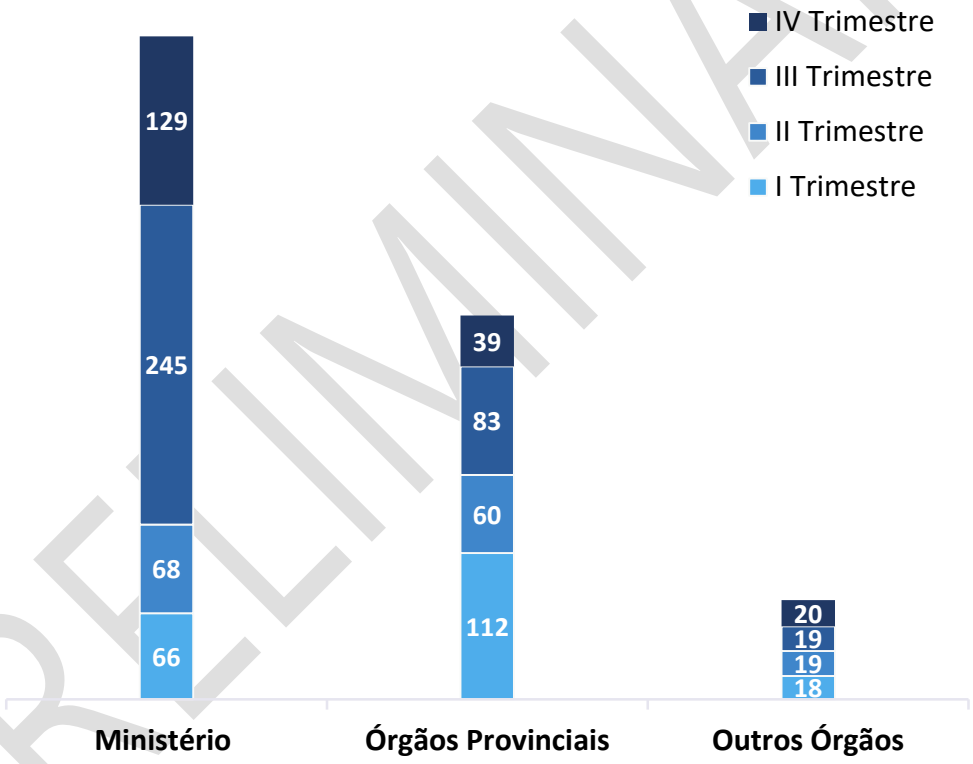
907. Para a abertura de procedimentos de contratação pública, as Entidades públicas contratantes utilizam quatro fontes fundamentais: Diário da República, Jornal de Angola, Portal da Contratação Pública e registos enviados directamente ao SNCP.

PRELIMINAR

908. Durante o período em analise, foram abertos 878 procedimentos de contratação pública, sendo a maior parte deles publicados no Portal da Contratação Pública.

909. O gráfico 47, demonstra a abertura de PCP durante o ano de 2020, evidenciando os departamentos ministeriais, os órgãos provinciais e outros órgãos.

Gráfico 47 – Abertura de Procedimentos de Contratação Pública por Órgão




Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Distribuição dos PCP por Tipo de procedimento

910. A lei da contratação pública prevê, como regra geral, quatro tipos de procedimentos:

a) Concurso Público (CP).

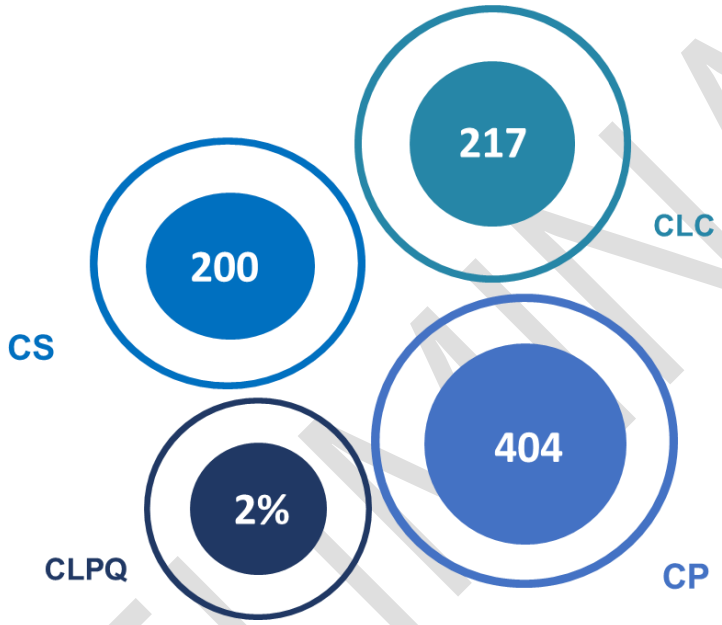
b) Concurso limitado por prévia qualificação (CLPQ).

c) Concurso limitado por convite (CLC).

d) Contratação Simplificada (CS).

911. O gráfico 48, apresenta a distribuição dos PCP por tipo de procedimentos.

Gráfico 48 – Distribuição dos PCP por tipo de Procedimentos




Fonte: *MINFIN*

912. O procedimento registado com maior frequência é o Concurso Público, representando uma participação de 46%. Seguidamente, apresenta-se o Concurso Limitado por Convite, a Contratação Simplificada e o Concurso Público Limitado por Prévia Qualificação, com participações na ordem dos 25%, 23% e 6%, respectivamente.

PRELIMINAR

# Capítulo XV.

# Desempenho da Segurança Social em 2020

## XV. DESEMPENHO DA SEGURANÇA SOCIAL EM 2020

913. O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), é um instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão, sob a tutela do MAPTESS, com os seguintes objectivos fundamentais:

a) Arrecadar directamente as contribuições que lhes são devidas.

b) Conceder prestações de segurança social.

c) Gerir directamente os fundos de reserva constituídos.

914. No quadro da continuidade da implementação do Plano de Gestão e Sustentabilidade da Segurança Social, o instituto continuou a realizar reformas, melhorias e consolidação dos diferentes instrumentos e procedimentos de gestão.

915. A partir de Outubro de 2020, implementou-se o pedido e emissão da Certidão da Situação Contributiva, encerrando 900 processos administrativos, registando-se em Dezembro mais de 4690 pedidos efectivos, dos quais 84% estavam "liberados", 15% a aguardar pagamento, e cerca de 2% em processamento.

916. O INSS tem registado no Sistema de Protecção Social, sob controlo quantitativo, Contribuintes, Segurados e Pensionistas.

917. Em 31 de Dezembro de 2020, a segurança social registou um total de 191 485 contribuintes, dos quais a província de Luanda apresentou um peso de 44%, seguido de Benguela com 7% e as províncias da Huila e Huambo apresentavam um peso de 3%, respectivamente. Comparativamente ao período homólogo, houve um crescimento nos contribuintes em cerca de 7%.

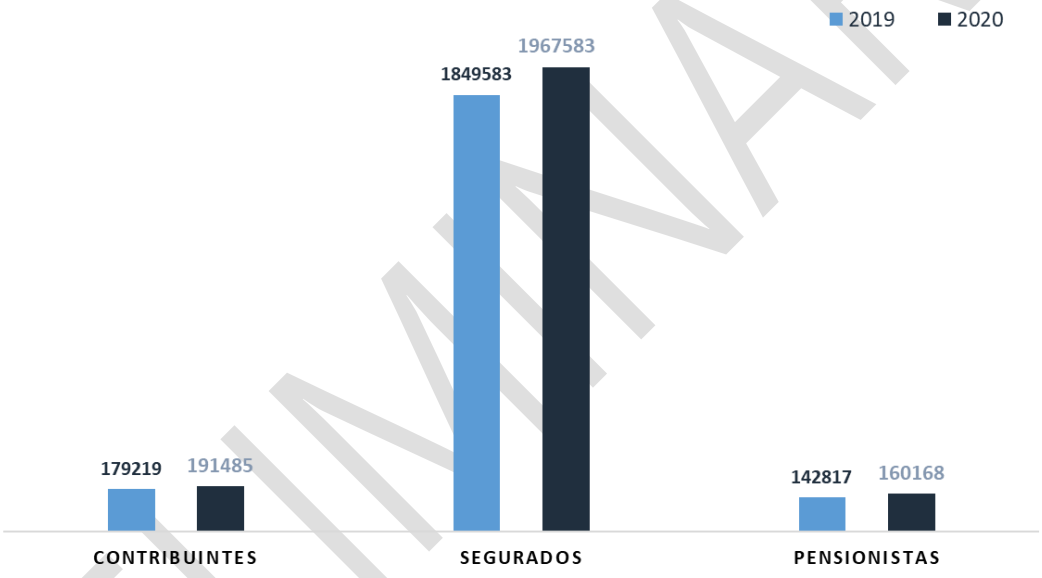
918. Relativamente aos segurados, estavam inscritos na Protecção Social Obrigatória cerca de 1 967 627 segurados, o que corresponde a um crescimento de 6% em comparação com o período homólogo.

PRELIMINAR

919. À data de 31 de Dezembro de 2020, o total de pensionistas activos cifrou-se em 160 168, representando um aumento de 12% face ao período homólogo.

920. O gráfico 49, demonstra a composição dos contribuintes, segurados e pensionistas, ilustrando a evolução homóloga.

Gráfico 49 – Composição dos Indicadores Sociais




Fonte: *INSS, Relatório e Contas de 2020.*

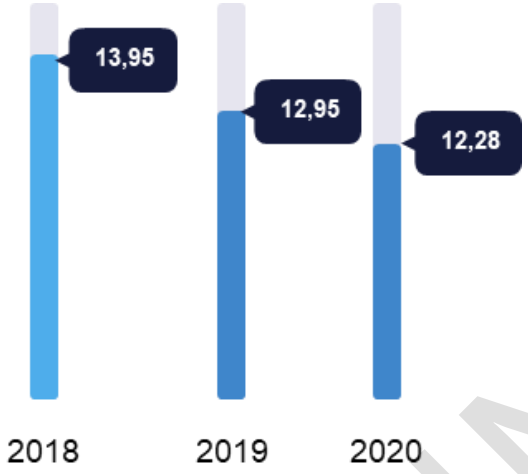
921. De acordo os dados actuariais da Segurança Social, estima-se que apenas 10,2% da população activa empregada e inscrita na segurança social, está protegida pelo sistema de protecção social obrigatória e 19% da população idosa encontra-se também coberta pelo mesmo sistema, sendo que os dados analisados não cobrem os subsistemas das outras caixas e fundos de providência e de reformas complementares.

922. No que concerne ao índice de dependência de segurados por pensionistas, importa destacar que, no período em apreço, registou-se uma redução de 0,1 p.p., ao passar de 12,95%, em 2019, para 12,28% em 2020.

PRELIMINAR

923. O gráfico 50, demonstra a evolução do índice de dependência ao longo dos últimos 3 anos.

Gráfico 50 – Evolução do Índice de Dependência




Fonte: *INSS, Relatório e Contas de 2020*

924. O índice de dependência de 12,28 é um bom indicador para sustentabilidade do sistema, sendo que, em 2020, o rácio de segurados/contribuintes foi de 10,28%.

## Execução Orçamental do INSS

925. Em 31 de Dezembro de 2020, o saldo da execução do orçamento do Instituto Nacional de Segurança Social fixou-se em Kz 107,4 mil milhões, conforme se ilustra no Quadro 147.

Quadro 147 – Demonstração de Resultados do INSS

(Milhões de Kwanzas)

| Descrição | 2020 |
|---|---|
| **Resultado Operacional** | **107 400 277** |
| Receitas de Contribuições | 353 249 175 |
| Despesas com Prestações | 245 848 898 |
| **Resultado Financeiro** | **68 514 967** |
| Ganhos com Juros | 69 024 071 |
| Perdas com Juros | 509 104 |
| **Resultados de Operações Financeiras** | **39 253 470** |

PRELIMINAR

| Descrição | 2020 |
|---|---|
| Ganhos de Operações Cambiais | 40 791 193 |
| Perdas de Operações Cambiais | 1 537 723 |
| **Resultado Não Operacional** | **624 274** |
| Outras Receitas | 624 274 |
| **Resultado Marginal** | **215 792 988** |
| **Outros Custos Operacionais** | **27 001 551** |
| Custos Com Pessoal | 2 820 043 |
| Fornecimento de Terceiros | 19 655 058 |
| Impostos Correntes | -976 271 |
| Amortizações do Exercício | 5 502 721 |
| **Resultado do Exercício** | **188 791 437** |

Fonte: *INSS, Relatório e Contas de 2020*

926. A demonstração de Resultados do INSS demonstra os resultados operacionais, financeiros, os resultados de operações financeiras e não financeiras, bem como demonstra os custos operacionais que o instituto executou ao longo do ano.

927. Nesta perspectiva, **os Resultados Operacionais,** são constituídos pelas despesas e receitas operacionais que concorrem directamente para o objecto da PSO. Estes valores resultam das contribuições para o fundo de reserva em sede do DP 227/18, de 27 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico de Vinculação e de Contribuição da Protecção Social Obrigatória.

928. Durante o exercício económico de 2020, as despesas registadas e que concorreram para o resultado operacional são despesas com a prestação social. O INSS por via da Lei de Base da Segurança Social e do Decreto Presidencial n.º 119/19 tem estado a financiar as políticas activas do emprego por via da responsabilidade de protecção do emprego.

929. O quadro 148, apresenta o detalhe da rubrica de Resultados Operacionais, que é composto pelas receitas e despesas operacionais.

Quadro 148 – Detalhe das Receitas e Despesas Operacionais

(Milhões de Kwanzas)

| Descrição | 2020 | 2019 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|

PRELIMINAR

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Receitas (1)** | **353 249** | **308 390** | **15%** |
| Contribuições de Trabalhadores | 96 263 | 84 030 | 15% |
| Contribuições de Empregadores | 256 701 | 224 081 | 15% |
| Transferências do OGE - Provisão | 286 | 279 | 2% |
| **Despesas (2)** | **245 849** | **211 784** | **16%** |
| Pensão de Reforma por Velhice | 238 742 | 204 447 | 17% |
| Políticas Activas de Emprego | 7 000 | 6 000 | 17% |
| Subsídio de Maternidade | 107 | 1 337 | -92% |
| **Resultado Operacional (1-2)** | **107 400** | **96 606** | **11%** |

Fonte: *INSS, Relatório e Contas de 2020*

930. As entidades empregadoras e equiparadas devem depositar, em forma de contribuição para o fundo de reserva, a taxa de 8% para as entidades empregadoras e 3% para o trabalhador, do total das remunerações do trabalhador sobre as quais incidem as contribuições. Em 2020, as contribuições de trabalhadores ascenderam a Kz 96 mil milhões e as contribuições de empregadores totalizou cerca de Kz 256,7 mil milhões.

931. Adicionalmente, as transferências do OGE são valores registados como contribuições devidas pelo Ministério das Finanças ao Fundo de Reserva da Segurança Social face a resolução 11/96 de 23 de Agosto, tendo totalizado cerca de Kz 285,5 milhões.

932. Os resultados de operações financeiras, resultam de operações combinadas e originários de operações activas contratadas, operadas e registadas no mercado de capitais por via de aquisição de títulos de dívida pública, e de aplicações em mercados financeiros secundários e terciários, por negociações directas e indirectas. Estas operações, caracterizam-se como operações de curto, médio e longo. Os proveitos financeiros registados, são maioritariamente por reversão da posição contratual no contrato de aquisição do banco BMF compensados em 70% sob o peso dos proveitos financeiros.

933. Comparativamente ao período homólogo, o resultado operacional registou um ligeiro aumento de 11%.

934. No que concerne as despesas realizadas, os encargos suportados pela grelha de pessoal do Instituto Nacional de Segurança Social, que inclui o

PRELIMINAR

pessoal de quadro, pessoal contratados, órgãos sociais e o Conselho Nacional de Segurança Social. Os custos de treinamento e formação de pessoal são terceirizados, e registados em fornecimento e serviços de terceiros.

935. Os valores de serviços terceirizados, são os valores cumulativos registados durante o exercício económico de 2020, e faziam menção às despesas com impostos e taxas, despesas com material de consumo, serviços correntes, serviços de comunicação, seguros, deslocações e estadas e serviços de manutenção e conservação.

### Balanço do INSS

936. Em 31 de Dezembro de 2020, o activo do INSS ascendia a Kz 1 bilião, demonstrando uma diminuição na ordem dos 56%, que foi fortemente afectado pela redução de 60% das disponibilidades.

937. O passivo, por sua vez, que é composto pelas pensões de reforma por velhice, pensão de invalidez, pensão de sobrevivência e os outros valores a pagar, ascendeu a cerca de Kz 2,1 mil milhões, e registou um aumento de 87% comparativamente ao período homólogo.

938. A rubrica de Capital Próprio, correspondia aos resultados acumulados ao longo dos anos no âmbito das reservas técnicas do Fundo de Segurança Social e totalizou cerca de Kz 1 bilião, representando um aumento de 13% quando comparado com o ano de 2019.

939. O quadro 149, apresenta o Balanço detalhado do INSS no período em referência.

PRELIMINAR

Quadro 149 – Balanço Patrimonial do INSS

(Milhões de Kwanzas)

| Rubrica | 2020 | 2019 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|
| Disponibilidades | 913 193 | 2 276 947 | -60% |
| Valores a Receber de contribuições | 5 382 | 5 097 | 6% |
| Valores a Receber de Clientes | 167 | 13 | 1207% |
| Imobilizado Corpóreo | 83 289 | 83 081 | 0% |
| Imobilizado Incorpóreo | 49 155 | 50 042 | -2% |
| Investimentos em Associadas | 34 957 | 34 925 | 0% |
| **Total do Activo** | **1 086 143** | **2 450 104** | **-56%** |
| Prestações a pagar | 71 | 0 | 100% |
| Outros Valores a pagar | 2 039 | 1 129 | 81% |
| **Total do Passivo** | **2 110** | **1 129** | **87%** |
| Fundo Social | 584 | 2 550 | -77% |
| Fundo Social da Segurança Social | 2 | 3 | -55% |
| Reservas aos Ramos Sociais e Admin | 894 656 | 717 892 | 25% |
| Resultado do Exercício | 188 791 | 242 307 | -22% |
| **Total do Capital Próprio** | **1 084 033** | **962 753** | **13%** |
| **Total do Passivo + PL** | **1 086 143** | **963 882** | **13%** |

Fonte: *INSS, Relatório de Gestão de 2020*

PRELIMINAR

# Capítulo XVI.

# Desempenho Orçamental dos Fundos da Administração Directa e Indirecta do Estado

## XVI. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DOS FUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DO ESTADO

940. Os Fundos Autónomos englobam os organismos da administração directa e indirecta do Estado, com autonomia financeira, patrimonial e administrativa.

941. A sua actuação efectua-se em determinadas áreas, quer através da regulamentação e fiscalização, quer através da atribuição de apoios financeiros aos agentes económicos, no quadro da política económica e social do Estado.

942. O Quadro 150, apresenta os fluxos de receitas e despesas ocorridas durante o período em análise pelos fundos da Administração Directa e Indirecta do Estado. Estes fluxos representam as transferências de receitas consignadas ou rendimentos de investimentos próprios dos fundos, bem como os gastos efectuados durante o período em apreço.

Quadro 150 – Fluxo Financeiro dos Fundos Autónomos
(Milhões de Kwanzas)

| Designação do Fundo | Saldo Inicial 2019 | Receitas arrecadadas | Despesas realizadas | Saldo Final 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa de Protecção Social do MININT | 288 749 | 48 563 | 36 550 | 300 762 |
| Fundo de Garantia de Crédito | 24 178 | 11 354 | 6 563 | 28 969 |
| Caixa Social das Forças Armadas Angolanas | 34 241 | 182 122 | 196 215 | 20 148 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento | 283 022 | 0 | 16 689 | 266 333 |
| Fundo de Apoio para o Desenvolvimento Agrário | -227 | 3 753 | 590 | 2 936 |
| Fundo de Apoio Social | 9 471 | 28 364 | 6 227 | 31 608 |
| Fundo Rodoviário | -13 870 | 12 570 | 20 584 | -21 884 |
| Fundo de Apoio a Juventude e Desportos | 128 | 39 | 39 | 128 |
| Fundo de Fomento Habitacional | 10 867 | 26 165 | 14 737 | 22 295 |
| Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola | 0 | 473 | 79 | 394 |
| Fundo do Projecto Coca Cola | -175 | 149 | 394 | -420 |
| Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações | 2 763 | 3 813 | 4 019 | 2 557 |
| Fundo Activo de Capital de Risco | 2 319 | 141 | 357 | 2 103 |
| Fundo Soberano de Angola | 80 784 | 75 224 | 26 726 | 129 282 |
| Fundo do Ambiente | 0 | 102,9 | 126,1 | -23,2 |
| **Total Geral** | **722 250** | **392 833** | **329 895** | **785 188** |

Fonte: *Relatório de Gestão e Contas dos Fundos Autónomos*

PRELIMINAR

## Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior - CPSMININT

943. A Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior, foi criada para captar e gerir recursos, de forma a garantir o pagamento das prestações da protecção social obrigatória dos funcionários do regime especial de carreiras do Ministério do Interior. A protecção social abrange os efectivos da Polícia Nacional, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Serviços Penitenciários e Serviço de Migração e Estrangeiros.

944. No exercício de 2020, a Caixa de Protecção Social do MININT obteve receitas no valor de Kz 48 mil milhões, com origem nas diferentes fontes, como contribuições dos trabalhadores e entidade empregadora, Juros em depósitos bancários e de financiamentos e outros proveitos.

945. As receitas arrecadadas permitiram o pagamento de despesas no valor de Kz 36 mil milhões, referentes a despesas com transferência corrente para as famílias, despesas de investimento e despesas de bens e serviços.

946. A Caixa de Protecção Social do MININT fechou o exercício económico com um saldo acumulado de Kz 300,7 mil milhões.

## Fundo de Garantia de Crédito (FGC)

947. O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) continua a prosseguir com os seguintes objectivos e finalidade, referidos no Decreto Presidencial n.º 197/15, de 16 de Outubro:

a) Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos agentes económicos no âmbito do mecanismo de garantias públicas.

b) Promover e realizar as acções necessárias para assegurar a solvabilidade das sociedades de garantia de crédito, bem como fixar, em função dos capitais próprios das sociedades, o montante máximo, em cada momento, do saldo vivo em carteira de garantias concedidas.

c) Servir de contragarantia às garantias prestadas pelas sociedades de garantia destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações contraídas por beneficiários.

PRELIMINAR

948. Em termos de receitas, o FGC obteve um fluxo de entradas no valor de Kz 11,3 mil milhões, provenientes de rendimentos do património próprio nomeadamente, Juros sobre Bilhetes do Tesouro e de Depósitos Bancários, Comissões de Garantias e Rendas de Imóveis.

949. Este fluxo de entradas permitiu honrar compromissos na ordem dos Kz 6,5 mil milhões, em despesas com pessoal, despesas diversas para o bom funcionamento da instituição, bem como a valorização do capital humano.

950. No exercício económico de 2020, as principais acções desenvolvidas pelo Fundo de Garantia de Crédito (FGC) foram as seguintes:

a) O FGC emitiu 25 garantias, todas afectas à linha de Garantias de Apoio à Produção (GAP). Nesta última, estão incorporados tanto o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), quanto o Aviso 10/20, do BNA, de 3 de abril. O Projecto Angola Investe (PAI) foi descontinuado a 31 de Outubro de 2019, por este motivo, relativamente a este, não foram emitidas quaisquer garantias. No final do período em análise, o FGC acumulou 499 garantias;

b) Em termos de montante, as garantias em 2020 atingiram Kz 33,3 mil milhões. E o total acumulado foi de Kz 140,8 mil milhões;

c) Foram accionadas 5 garantias, alcançando um montante de Kz 250 milhões;

d) Ainda no decorrer do ano, foram efectuadas 34 visitas pelo departamento de acompanhamento afecto à Direção de Gestão de Garantias. Foram contempladas 9 Províncias com projetos.

951. O FGC finalizou o período com um saldo acumulado de Kz 28,9 mil milhões.

### Caixa de Segurança Social das FAA - CSS-FAA

952. A Caixa de Segurança Social das FAA (CSS-FAA) centra as suas actividades na modernização do sistema de Segurança Social das Forças Armadas.

PRELIMINAR

953. A CSS – FAA teve um fluxo de entradas de Kz 182 mil milhões, que inclui as transferências do Tesouro Nacional, receitas com rendimentos próprios, resultado de algumas aplicações de fundos próprios, juros sobre depósitos bancários e outros proveitos diversos. Os fluxos de saídas incluem transferências com pensões e vencimentos e salários.

954. A CSS – FAA honrou compromissos na ordem dos Kz 196 mil milhões, distribuídos em salários, pensões de reforma, despesas básicas de funcionamento e despesas de investimentos com o intuito de melhorar a vida dos militares.

955. A CSS – FAA finalizou o período em apreço com um saldo acumulado de Kz 20 mil milhões.

### Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND

956. O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), é um conjunto de recursos financeiros disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), com vista ao financiamento de projectos do sector privado nacional, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento do País.

957. O BDA apresenta as estatísticas e Demonstrações Financeiras das operações realizadas. Para este exercício económico não foram executadas receitas para o FND.

958. O FND realizou despesas no valor de Kz 16,6 mil milhões, destinadas a Comissão de Gestão paga ao BDA. O FND fechou o exercício com um saldo acumulado de Kz 266,3 mil milhões.

### Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário - FADA

959. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), é um veículo público de financiamento do sector agrário, parte do Sistema Financeiro Nacional.

960. A missão exclusiva do FADA é fazer as finanças agrícolas funcionarem para os agricultores, estimulando os investimentos agrários, fortalecendo o

PRELIMINAR

sector agro-pecuário e contribuindo para a aceleração do desenvolvimento equilibrado e sustentável.

961. Para o ano de 2020, o FADA teve proveitos no montante de Kz 3,7 mil milhões, com origem em transferências da Administração Geral Tributária ao FADA referentes aos 10% da receita, facturações a clientes e recebimentos adicionais provenientes dos contractos com as brigadas de mecanização agrícola.

962. Este valor serviu para honrar compromissos com fornecedores e salários, impostos e reparação, no valor de Kz 590 milhões, resultando num saldo final acumulado de Kz 2,9 mil milhões.

963. O principal foco da gestão do FADA em 2020, foi a criação de condições para o arranque da actividade creditícia dando especial atenção ás questões de organização interna e capitação de recursos para o financiamento a agricultura familiar.

964. As acções e tarefas proactivas realizadas traduziu-se em diversas conquistas que importa assinalar:

e) Visitas de trabalho com os Governos provinciais do Huambo, Kwanza Sul, Malanje, Benguela, Bié, Uíge, Cuanza Norte e com membros das cooperativas das respectivas províncias.

f) Em 2020 o FADA deu início a actividade creditícia tendo sido aprovado, um financiamento a Cooperativa Agro-pecuária e Industrial dos Produtores de Aldeamentos da Cela (COIPIPA) na Província do Kwanza-Sul.

g) Fruto da orientação emanada pelo Presidente da República para o financiamento de 500 tractores a fundo perdido às cooperativas de ex-militares, foram efectuadas visitas de trabalho desde o inicio do mês de Novembro do ano em referência as províncias de Benguela, Huambo e Cuanza Sul, com o objectivo num primeiro momento constatar o nível de organização das cooperativas e informar aos governos provinciais e os membros das cooperativas sobre os critérios de elegibilidade para

PRELIMINAR

beneficiar de tractores e aceder aos créditos do FADA. No segundo momento foram realizadas entregas formais do primeiro Lote de 24 tractores e respectivos atrelados agrícolas as cooperativas de ex-militares das províncias acima referenciadas.

### Fundo de Apoio Social - FAS

965. O Fundo de Apoio Social (FAS) foi criado em 28 de Outubro de 1994, ao abrigo do Decreto 44/94 do Conselho de Ministros. Trata-se de uma agência governamental, dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa, para em coordenação com outros programas de combate à pobreza, contribuir na promoção do Desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

966. As receitas arrecadadas pelo FAS no exercício económico cifraram-se em Kz 28,4 mil milhões, provenientes de transferências do Tesouro Nacional no valor de Kz 373 milhões e financiamentos do Banco Mundial no valor de Kz 27,9 mil milhões, que representa m 99% dos fundos recebidos.

967. Com base nas receitas obtidas, o FAS realizou despesas gerais no valor de Kz 6,2 mil milhões. Deste valor, cerca de 75% foram despesas realizadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local (PDL), 19% em despesas realizadas no Programa Kwenda e 6% em despesas realizadas com os Recursos Ordinários do Tesouro.

968. O FAS finalizou o período em apreço, com um saldo acumulado de Kz 31,6 mil milhões. Relativamente as actividades desenvolvidas em 2020, destacam-se as seguintes:

h) Reforço interno da capacidade institucional;

i) Acções de protecção social por meio do cadastramento de 320 128 agregados familiares em situação de vulnerabilidade para beneficiarem de uma renda trimestral de Kz 25 mil;

j) No domínio da promoção de actividades económicas e inserção das famílias em actividades geradoras de rendimento, foram financiadas 27

PRELIMINAR

iniciativas económicas que estão a beneficiar 1 171 cidadãos e seus agregados familiares;

k) No domínio da componente de inclusão produtiva do Programa Kwenda foram elaboradas e organizadas iniciativas económicas em 10 municípios da fase piloto, nomeadamente no Município de Andulo, Cacula, Cambundi Catembo, Curoca, Icolo e Bengo, Luau, Nzeto, Quiculungo, Quissama e Seles);

l) No que se refere a construção e reabilitação de edifícios públicos e equipamentos sociais, destaca-se a implantação de 4 Centros de Acção Social Integrados (CASI), que já apoiou o acesso aos documentoS de identificação a mais de 3,7 mil cidadãos e organizou 800 palestras sobre COVID-19, protecção da criança e do idoso, bem como a resolução de 20 casos de conflitos familiares;

m) Para o Programa Nacional de Formação de Quadros, foram formados 426 técnicos municipais dos sectores de Saúde, Educação, Acção Social e Agricultura.

### Fundo Rodoviário - FROE

969. O Fundo Rodoviário é o órgão do Executivo angolano, responsável pelo Programa Nacional de Conservação de Estradas.

970. Para o ano de 2020, o Fundo Rodoviário teve proveitos no montante de Kz 12,6 mil milhões, provenientes de transferências do Tesouro Nacional e dos serviços de portagem.

971. As receitas do período, permitiram ao FROE honrar e realizar despesas com obras de emergência, despesas com o pessoal e outras despesas operacionais diversas no valor de Kz 20,6 mil milhões. O FROE finalizou o período com um saldo acumulado negativo de Kz 21,7 mil milhões.

PRELIMINAR

### Fundo de Apoio a Juventude e Desportos - FAJUD

972. O Fundo de Apoio à Juventude e Desportos foi criado ao abrigo do Decreto conjunto n.º 64/00, de 18 de Agosto, dos Ministros da Juventude e Desportos e das Finaças, visando comparticipar, no plano financeiro, do processo de desenvolvimento das acções, dos programas e projectos das Associações Juvenis e do Desporto Nacional, no quadro das políticas juvenis e desportivas do Estado, que estejam em condições de contribuir para a melhoria das condições socioeconomicas do dos Jovens angolanos e do aumento da prática e massificação do desporto.

973. No período em apreço, o Fundo de Apoio a Juventude e Desportos apresentou receitas, provenientes de transferências do Tesouro na ordem de Kz 39 milhões e realizou despesas com pessoal e outras despesas correntes no mesmo valor, tendo terminado o período com um saldo acumulado positivo de Kz 128 milhões.

974. Durante o período em apreço, o Fundo apoiou projectos e acções das organizações e associações juvenis, do movimento desportivo nacional, manutenção e conservação de infraestruturas.

### Fundo de Fomento Habitacional - FFH

975. O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) tem como objectivo fomentar o crédito à habitação, nomeadamente nos segmentos da autoconstrução (zonas rurais), da habitação social (ou casas económicas) e no segmento de preços livres (classe média).

976. No exercício de 2020, o FFH obteve receitas no valor de Kz 26,1 mil milhões, com a origem nas diferentes categorias de receitas próprias, nomeadamente, receitas de rendas resolúvel, receitas de aplicações financeiras e receitas do OGE.

977. As despesas inerentes ao funcionamento do FFH, ascenderam a Kz 14,7 mil milhões, resultando num saldo positivo acumulado de Kz 22,2 mil milhões.

PRELIMINAR

### Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola - FDCA

978. O Fundo de Desenvolvimento do Café de Angola (FDCA) é um fundo que visa reforçar a implementação das políticas que concorrem para o relançamento com sustentabilidade do sector cafeícola com vista ao fomento da produção do café por meio de medidas como a distribuição de novas mudas, assim como o apoio a comercialização, aquisição de descasque e sacos de juta para as exportações do café

979. Em 2020, o Fundo de Desenvolvimento do Café, enquanto unidade orçamental, beneficiou de receitas no montante de Kz 473 milhões e realizou despesas no valor de 79 milhões, tendo apurado um saldo final do exercício no montante de Kz 394 milhões serviram para a realização de diversas despesas, destacando-se as seguintes:

d) Despesas com pessoal e outras despesas correntes diversas.

e) Concepção do plano estratégico com um modelo de gestão de parceira entre produtores nacionais e investidores privados.

f) Elaboração de brochuras informativas constando as potencialidades de cada produtor e o tipo de café, produzido na respectiva província, no sentido de encorajar o investimento na área cafeícola.

g) Criação de um *Website* em português e inglês para produtores nacionais e investidores estrangeiros.

### Fundo do Projecto Coca-Cola - FPCC

980. O Fundo do Projecto Coca-Cola (FPCC) tem a missão de apoiar o desenvolvimento estruturado e sustentado da região do Icolo e Bengo, contribuindo para o ordenamento do território, a criação de infra-estruturas económicas e sociais, e criação de emprego, fomentando a constituição de pequenas indústrias, tendo finalizado com um saldo nulo.

981. No exercício de 2020, o FPCC arrecadou receitas próprias no valor de Kz 149 milhões, resultante de juros provenientes de aplicações financeiras e juros de empréstimos concedidos a Economia.

PRELIMINAR

982. O FPCC realizou despesas na ordem dos Kz 394,3 milhões, distribuídas por despesas de capital e despesas correntes, totalizando Kz 153,4 milhões e Kz 240,9 milhões, respectivamente.

983. O FPCC terminou o período com um saldo acumulado negativo na ordem dos 421 milhões.

### Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações - FADCOM

984. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações (FADCOM), foi criado em 2010 com o objectivo de contribuir para a massificação do uso das telecomunicações junto da população angolana. O FADCOM garante o suporte financeiro para a prestação do serviço Universal no domínio das tecnológicas de informação e comunicação e apoia projectos de desenvolvimento das telecomunicações junto de entidades públicas e privadas que apostam na inovação e desenvolvimento das telecomunicações.

985. No período em análise, o FADCOM obteve receitas no valor de Kz 3,8 mil milhões, realizou despesas no valor de Kz 4 mil milhões. Deste modo, o FADCOM obteve um resultado final positivo no valor de 2,6 mil milhões.

### Fundo Activo de Capital de Risco Angolano - FACRA

986. O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), foi criado para financiar as MPME nacionais com elevado potencial e garantir o retorno rentável dos capitais investidos, tendo em consideração os critérios de gestão na aplicação dos investimentos.

987. Durante o ano de 2020, o FACRA gerou fluxos em entradas de recursos na ordem dos Kz 140 milhões, provenientes de obrigações no valor de Kz 112 milhões, depósitos a prazo no valor de Kz 28 milhões e outros proveitos no valor de Kz 19 mil. O FACRA realizou despesas diversas relativas a custos com o pessoal e outros custos e perdas operacionais no valor de Kz 357 milhões, resultando em um saldo final acumulado de Kz 2,1 mil milhões.

PRELIMINAR

### Fundo Soberano de Angola - FSDEA

988. O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) continua a desenvolver a estratégia de investimento decretada pelo Executivo, para a rentabilização do capital atribuído pelo Estado no longo prazo. De acordo o Relatório e Contas, no período em análise, o FSDEA obteve um rendimento na ordem dos US$ 115,7 milhões, equivalente a Kz 75 mil milhões. Estas receitas resultam da aplicação de juros de instrumentos de dívidas e de rendimentos de instrumentos de capital/dividendos e ganhos de instrumento ao justo valor, e outros rendimentos e ganhos.

989. De acordo a mesma fonte, o FSDEA realizou despesas no valor de US$ 41 milhões, equivalente a Kz 26 mil milhões destinadas ao pagamento de despesas com o pessoal, gastos gerais administrativos, custos com a gestão de investimentos, e outras despesas operacionais.

990. No período em apreço, o Fundo Soberano obteve um Resultado Líquido positivo na ordem dos Kz 129,2 mil milhões.

### Fundo do Ambiente - FUAMB

991. O Fundo do Ambiente, abreviadamente designado por (FUAMB), é uma pessoa colectiva de direito público dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e património próprio, criada para financiar actividades técnico-científicas e de gestão ambiental tendentes a manutenção do equilíbrio ecológico e assegurar aos cidadãos o direito de viver num ambiente sadio e não poluído.

992. Durante o ano de 2020, o Fundo do Ambiente obteve receitas na ordem dos Kz 102,9 milhões, dos quais Kz 22,1 milhões provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro, representando cerca de 21% e Kz 80,8 milhões provenientes de receitas próprias, representando a maior fatia com 79% das receitas totais arrecadadas.

993. Os Recursos Ordinários do Tesouro destinaram-se sobretudo para as despesas com pessoal na ordem dos Kz 37 milhões e despesas com bens e

PRELIMINAR

serviços na ordem dos Kz 5,9 milhões. Assim, no que concerne às despesas realizadas, com fonte de recurso próprio, estas totalizaram Kz 43 milhões.

994. Por outro lado, a arrecadação das receitas próprias serviu para suprir despesas com bens e serviços na ordem dos Kz 83 milhões, com destaque para os gastos com serviços de manutenção e conservação, e limpeza e saneamento.

995. O controlo de prestação de contas dos Fundos, ao Ministério das Finanças, apresenta-se no quadro 151.

Quadro 151 – Controlo de Prestação de Contas dos Fundos Autónomos

| Fundos Autónomos | Remessa do Relatório | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| FUNDO DE APOIO À JUVENTUDE E AO DESPORTO | ✓ | 16/04/2021 | ✗ |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAFÉ DE ANGOLA | ✓ | 19/03/2021 | ✓ |
| FUNDO DO AMBIENTE | ✓ | 15/03/2021 | ✓ |
| FUNDO DE APOIO SOCIAL | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | ✓ | 01/04/2021 | ✗ |
| FUNDO DE FOMENTO HABITACIONAL | ✓ | 15/04/2021 | ✗ |
| FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNICAÇÕES | ✓ | 12/04/2021 | ✗ |
| FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | ✓ | 18/05/2021 | ✗ |
| FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| FUNDO DO PROJECTO COCA-COLA | ✓ | 14/06/2021 | ✗ |
| FUNDO ACTIVO DE CAPITAL DE RISCO | ✓ | 21/06/2021 | ✗ |
| FUNDO RODOVIÁRIO E OBRAS DE EMERGÊNCIA | ✓ | 14/06/2021 | ✗ |
| FUNDO SOBERANO DE ANGOLA | ✓ | 07/07/2021 | ✗ |
| FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA E DA AQUICULTURA | ✗ | - | ✗ |

Fonte: *Relatório de Prestação de Contas de 2020 dos Fundos Autonómos*

PRELIMINAR

# Capítulo XVII.

# Resumo dos Relatórios de Gestão dos Órgãos do Estado

# XVII. RESUMO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DOS ÓRGÃOS DO ESTADO

997. O presente capítulo apresenta o resumo dos relatórios de gestão dos órgãos que prestaram contas e executam o orçamento no SIGFE, ou seja, os órgãos de soberania, da administração central e local do Estado e as instituições com autonomia administrativa e financeira, que recebem recursos do Estado.

998. De forma sucinta, reflecte-se a execução orçamental, financeira e patrimonial dos órgãos centrais e locais do Estado, durante o exercício económico de 2020.

999. O presente documento apresenta a execução do OGE, detalhada por: Órgãos de Soberania, Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, Institutos Públicos, e outras entidades.

1000. Importa salientar que, em cada subcapítulo, apresenta-se o controlo de recebimento das prestações de contas por parte dos diversos órgãos e a evidência do cumprimento do prazo por parte dos mesmos.

## Órgãos De Soberania

### Secretaria Geral do Presidente da República

1001. A Secretaria Geral do Presidente da República, é o órgão da Presidência da República que, no âmbito da persecução das suas atribuições, tem a missão de organizar, coordenar e controlar toda a actividade administrativa, financeira e logística, que concorrem para o exercício das funções e competências constitucionais e legais do Presidente da República, enquanto chefe de Estado e Titular do poder do Poder Executivo e dos seus Órgãos Auxiliares, nos termos do Decreto Presidencial n.º 18/18, de 25 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico da Casa Civil e da Secretária Geral do Presidência da República.

1002. Para o exercício de 2020, foi atribuída à Secretaria Geral da Presidência da República e aos seus órgãos dependentes, a dotação orçamental de Kz 37,7 mil milhões e foram executadas despesas no valor de Kz 34,4 mil milhões, que correspondem a 91% do valor orçamentado.

PRELIMINAR

1003. Das categorias de despesas, destacam-se as despesas com pessoal no valor de Kz 5 mil milhões, que assegurou os pagamentos de vencimentos, subsídios, outras remunerações variáveis do pessoal civil e outros.

1004. Na categoria de despesas de bens e serviços, estão reflectidos os pagamentos dos bens e serviços adquiridos para a garantia de condições técnicas, de segurança, logística e deslocações do Presidente da República e de Chefes de Estado, despesas inerentes à manutenção e conservação dos edifícios, equipamentos e viaturas protocolares. Estão ainda incluídas nesta categoria as despesas decorrentes do apoio de saúde.

1005. No ano de 2020, tiveram também lugar alguns projectos importantes com impacto na categoria bens e serviços, tais como:

a. Desmaterialização e arquivo documental dos OAPR.

b. Sistema de detenção e Extinção de Incêndios do Palácio Presidencial.

c. Implementação do Centro de Imprensa do Presidente da República (CIPRA).

d. Despesas decorrentes de projectos de consultoria estratégica, mídia digital, redes sociais, imprensa e comunicação e ainda restruturação da Tipologia de Redes dos OAPR.

1006. As despesas de capital, incidiram fundamentalmente sobre os estudos e consultoria, construção de infra-estruturas e instalações, mobiliários, máquinas, equipamentos e ferramentas, nomeadamente equipamentos de imprensa, meios de transporte e outros bens de capital fixo.

1007. A Secretária-Geral do Presidente da República, desenvolveu todos esforços no sentido de possibilitar o cumprimento da agenda de trabalho do Órgão Presidente da República, nomeadamente, na organização das Cimeiras de Chefes de Estado realizadas em Angola, nas deslocações ao interior e exterior do País, honrando os compromissos assumidos junto aos fornecedores e prestadores de serviços nacionais e estrangeiros.

PRELIMINAR

## Assembleia Nacional

1008. Para o exercício económico de 2020, o orçamento da Assembleia Nacional aprovado previu receitas e despesas no montante de Kz 31,7 mil milhões. Dos recursos disponibilizados, foram executadas despesas no valor de Kz 27,6 mil milhões, conforme espelhado no Quadro 152.

Quadro 152 - Execução Orçamental da Assembleia Nacional
(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% | Part. % |
|---|---|---|---|---|
| **Correntes** | **31 774** | **26 297** | **83%** | **95%** |
| Pessoal | 21 111 | 18 883 | 89% | 68% |
| Bens e Serviços | 8 759 | 6 795 | 78% | 25% |
| Contribuições do Empregador | 635 | 426 | 67% | 2% |
| Subsídios e Transferências Correntes | 1 269 | 194 | 15% | 1% |
| **De Capital** | **0** | **1 308** | **100%** | **5%** |
| Outras Despesas de Capital | 0 | 1 308 | 100% | 5% |
| **Total** | **31 774** | **27 605** | **87%** | **100%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 da Assembleia Nacional.*

1009. Durante o exercício económico de 2020, foram gerados, no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial do Estado, bens avaliados em Kz 1,3 mil milhões, para o pagamento faseado das viaturas protocolares para os Senhores Deputados da IV Legislatura 2017-2022.

1010. Considerando as restrições orçamentais e o período atípico, devido a pandemia da Covid-19, com vista a garantir os compromissos assumidos pela Assembleia Nacional, procedeu-se a reavaliação de algumas despesas, cuja incidência das medidas reflectiram na materialização dos objectivos previstos no período em análise, de modo que as despesas que não tiveram execução fossem reprogramadas para o exercício económico seguinte, tendo em conta a cativação do orçamento de 2020 no SIGFE.

## Tribunal Supremo

1011. No exercício económico de 2020, o valor orçamental revisto atribuído ao Tribunal Supremo foi de Kz 3,1 mil milhões e a execução da despesa foi de

PRELIMINAR

Kz 2,9 mil milhões, correspondendo uma execução de 95%, mediante as quotas financeiras disponibilizadas.

1012. No decurso do exercício, as principais categorias de despesas foram sobretudo as despesas com pessoal no valor de Kz 2,3 mil milhões, despesas com contribuições do empregador no valor de Kz 135 milhões, despesas com bens e serviços na ordem dos Kz 408 milhões e com despesas de capital no valor de Kz 94 milhões.

### Tribunal Constitucional

1013. O Tribunal Constitucional é o órgão supremo da jurisdição constitucional, criado nos termos dos artigos 125.º, 134.º e 135.º da Lei Constitucional, que, em geral, tem como competência administrar a justiça em matéria jurídico-constitucional. O Tribunal Constitucional é um órgão de soberania, que no seu funcionamento, possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

1014. No exercício de 2020, foi aprovado e fixado o valor de Kz 2,8 mil milhões para o referido órgão. Após a revisão do OGE, a dotação orçamental atribuída foi acrescida para um valor total de Kz 3,4 mil milhões, conforme se apresenta no Quadro 153.

Quadro 153 - Orçamento Atribuído ao Tribunal Constitucional
(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto |
|---|---|---|
| Tribunal Constitucional | 2 785 | 3 428 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Tribunal Constitucional.*

1015. O Tribunal Constitucional arrecadou receitas no valor de Kz 68,8 milhões, pela retenção na fonte nos termos da Lei n.º 7/97, nos termos do Decreto Presidencial nº 24/10 de 24 de Março. Contabilizou ainda cerca de Kz 242 milhões, referentes ao pagamento de IRT, e Kz 238,4 milhões, referentes à Contribuição para a Segurança Social.

PRELIMINAR

1016. No decorrer do exercício económico em referência, o Tribunal Constitucional realizou despesas no valor global de Kz 3,4 mil milhões, distribuídos por:

e. Kz 2,7 mil milhões referentes aos custos com pessoal, que representa 80,8%.

f. Kz 655 milhões atinentes a bens e serviços, representando cerca de 19,1%.

g. Kz 1,5 milhões relativos a despesas de capital com uma representatividade de apenas 0,04%.

1017. O Quadro 154 apresenta, de modo sucinto, o valor da execução orçamental das despesas, para o exercício económico de 2020.

Quadro 154- Execução Orçamental do Tribunal Constitucional
(Milhões de Kwanzas)

| Natureza | Despesas Executadas | Part. % |
|---|---|---|
| **Correntes** | **3 427** | **99,97%** |
| Pessoal | 2 770 | 80,81% |
| Bens e Serviços | 655 | 19,11% |
| **Capital** | 1,5 | 0,04% |
| **Total** | **3 428** | **100,00%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Tribunal Constitucional.*

1018. Este orçamento foi executado, tendo como base a actividade corrente do Tribunal Constitucional e influenciado pela adequação contínua dos salários aos níveis de inflação, melhoria das condições de trabalho, superação técnica dos funcionários a nível das actuais exigências no sector e pela realização de uma actividade internacional, sob a Presidência do Tribunal Constitucional da República de Angola, denominada "Reunião do Bureau da Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas ".

1019. O Tribunal Constitucional, superou alguns constrangimentos relativos ao cumprimento escrupuloso do regime de execução financeira das despesas e regras da contratação pública, e fez pagamentos de quotas obrigatórias para as organizações internacionais em que Angola está inserida.

PRELIMINAR

## Supremo Tribunal Militar

1020. O Supremo Tribunal Militar (STM), encabeça a jurisdição militar no poder judicial Angolano, integrando os tribunais Superiores, com autonomia administrativa e financeira, nos termos dos artigos 176.º e 178.º da Constituição da República de Angola.

1021. No exercício económico de 2020, para a execução das actividades ou acções do Supremo Tribunal Militar e dos Tribunais Militares de Região reflectidas no OGE 2020, o STM foi contemplado com um orçamento na ordem dos Kz 4,1 mil milhões. Em decorrência da revisão do OGE 2020, para o STM, foi disponibilizado para a totalidade das suas despesas o montante global de Kz 3,6 mil milhões e executadas despesas no mesmo valor, correspondendo a uma redução de Kz 496 milhões face ao orçamento inicial.

1022. Do montante total executado em 2020, Kz 3,5 mil milhões foram destinados para as despesas com pessoal que corresponde a 97% da despesa total, e Kz 125 milhões para as despesas com bens e serviços.

1023. Em relação a variação percentual da execução de despesas de 2020, constatou-se um incremento de 1% para cada uma das principais categorias, isto é, de pessoal e de bens e serviços.

1024. Para o exercício de 2020, em função das limitações da situação macroeconómica que o país conhece nos últimos anos, não foi possível inscrever neste exercício económico qualquer projecto no Programa de Investimento Público – PIP, embora os Tribunais Militares de Região enfrentem sérias dificuldades no domínio de infra-estruturas para sua acomodação.

1025. O quadro 155 demonstra a Lista de responsáveis, assinado pelo titular do Supremo Tribunal Militar.

PRELIMINAR

Quadro 155 – Relação Nominal dos Responsáveis pelo STM

| Nome | Função |
|---|---|
| General- Cristo António Salvador Alberto | **Juíz Conselheiro Presidente** |
| Tenente Geral João Soki | |
| Coronel- Contreiras João Ferreira | |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Supremo Tribunal Militar*

## Controlo de Prestação de Contas dos Órgãos de Soberania

1026. De acordo com o estipulado no n.º 2, do Artigo 4.º, do Decreto Executivo 32/17, de 26 de Janeiro, que estabelece as instruções para elaboração da Conta Geral do Estado, os Gestores de cada Unidade Orçamental, devem remeter os respectivos relatórios, ao Ministério das Finanças, até o dia 31 de Março de cada ano.

1027. Desta forma, o quadro 157 demonstra o controlo de prestação de contas recepcionadas pelo Ministério das Finanças, no âmbito dos Órgãos de Soberania, bem como as respectivas datas de recepção da informação, evidenciando o cumprimento e não comprimento do prazo estabelecido.

Quadro 156 – Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos órgãos de Soberania

| Órgão de Soberania | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| Secretária Geral do Presidente da República | ✔ | 15/03/2021 | ✔ |
| Tribunal Supremo | ✔ | 01/04/2021 | ✘ |
| Tribunal Constitucional | ✔ | 08/04/2021 | ✘ |
| Supremo Tribunal Militar | ✔ | 07/04/2021 | ✘ |
| Conselho Superior da Magistratura Judicial | ✔ | 25/03/2021 | ✔ |
| Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público | ✔ | 31/03/2021 | ✔ |
| Assembleia Nacional | ✔ | 30/03/2021 | ✔ |
| Tribunal de Contas | ✘ | - | ✘ |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Departamentos Ministeriais

### Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria

1028. Para a execução das suas actividades, o Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria suportou despesas em programas, projectos e acções, distribuídas em quatro vectores, designadamente:

a. Plano Orçamental Anual de Despesas com Pessoal, Bens e Serviços, Transferências e Despesas com Investimentos;

b. Projectos de Investimento Público (PIP), contemplando Estudos e Projectos de Obras e Reabilitação de Infra-estruturas;

c. Plano de Potenciação, contemplando Projectos de Apetrechamento Técnico-Material;

d. Programas Específicos, contemplando os Projectos do CIDDEMA (Comissão Interministerial para a Delimitação e Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola) e Outros;

e. Assistência Técnica ANTEX.

1029. No ano económico de 2020, o orçamento aprovado para o Ministério da Defesa Nacional foi de Kz 211,7 mil milhões. Em função da insuficiência orçamental registada, foram atribuídos créditos adicionais, sendo o valor orçamental revisto fixado em Kz 279,9 mil milhões, tal como se pode observar no quadro 158.

Quadro 157 - Execução Orçamental do Ministério da Defesa Nacional

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **239 205** | **239 011** | **99%** |
| Pessoal | 19 003 | 18 893 | 99% |
| Bens e Serviços | 55 260 | 55 221 | 100% |
| Transferências Correntes | 164 942 | 164 897 | 100% |
| **De Capital** | **40 708** | **40 384** | **99%** |
| Outras Despesas de Capital | 40 708 | 40 384 | 99% |

PRELIMINAR

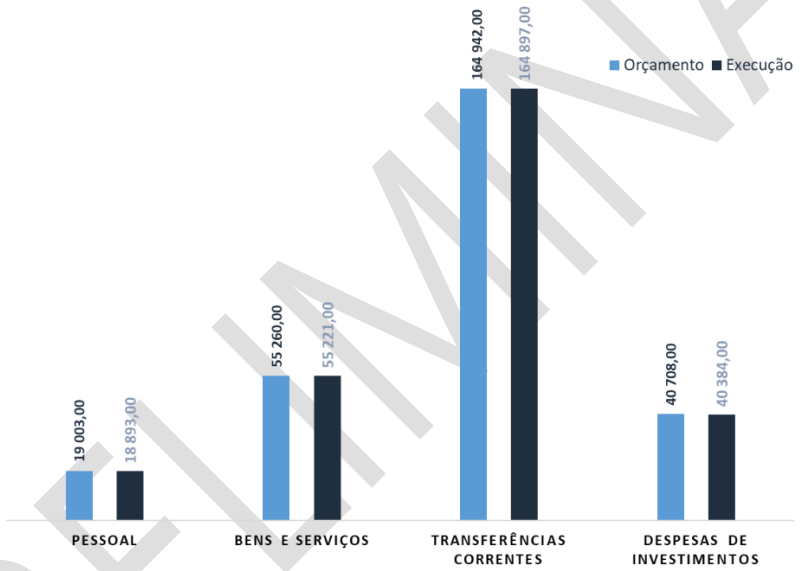
| | | | |
|---|---|---|---|
| Total | 279 913 | 279 394 | 100% |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério da Defesa Nacional.*

1030. As despesas correntes, que compreendem despesas com pessoal, despesas com bens e serviços e transferências correntes diversas, corresponderam a uma execução de Kz 239,2 mil milhões, representando uma execução de 99%. Por outro lado, a execução das despesas de capital atingiu o montante de Kz 40,7 mil milhões, que corresponde a 99%, conforme se pode observar no gráfico 51.

Gráfico 51 - Execução da Despesa do Ministério da Defesa Nacional

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Defesa Nacional.*

1031. Importa destacar que se procedeu ao pagamento de despesas de investimentos, no valor de Kz 35 mil milhões, para os projectos com a designação de "Programa de Restruturação e Modernização das Forças de Defesa e Segurança - Subprograma Reabilitação, Construção e Aquisição de Equipamentos e Meios Militares, Fortalecimento da Estrutura e Organização do Estado".

1032. Para o exercício económico 2020, foi atribuído às Forças Armadas Angolanas um orçamento global de Kz 404 mil milhões, distribuídos da seguinte forma:

PRELIMINAR

a. Estado Maior General (EMG), com valores na ordem dos Kz 127,7 mil milhões;

b. Estado Maior do Exército (EME), com cerca de Kz 213,5 mil milhões;

c. Força Aérea Nacional (FAN), tendo recebido o valor de Kz 39,2 mil milhões;

d. Marinha de Guerra Angolana (MGA), com valores na ordem dos Kz 23 mil milhões;

e. Hospital Militar Principal (HMP), tendo sido atribuído o valor de Kz 445 milhões;

f. Instituto Superior Técnico Militar (ISTM), com valores na ordem dos Kz 381 milhões.

1033. O orçamento revisto das Forças Armadas, para o exercício económico de 2020, registou um aumento de 20,70%, face ao orçamento inicial, fixando-se no valor de Kz 481 mil milhões, demonstrando uma execução de 99,98%, em despesas com pessoal, bens e serviços e despesas com investimentos.

### Ministério do Interior

1034. Para o ano económico de 2020, a dotação orçamental revista atribuída ao Ministério do Interior foi de Kz 508 mil milhões, e teve uma execução na ordem dos Kz 595 mil milhões, que corresponde a 106,96%, com base no valor orçamentado em relação à execução, justificado pelo crédito adicional suplementar no valor de Kz 39,5 mil milhões, tal como se pode observar no quadro 159.

Quadro 158 - Execução Orçamental do Ministério do Interior

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | Dotação Orçamental | Receitas Arrecadadas | Execução Orçamental | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|---|
| Ministério do Interior | 508 500 | 9 120 | 595 190 | 106, 96% |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério do Interior.*

PRELIMINAR

1035. Durante o ano de 2020, o Ministério do Interior arrecadou receitas avaliadas em Kz 9,1 mil milhões.

1036. Relativamente ao PIP, foram inscritos 42 projectos, com uma dotação no valor de Kz 38,5 mil milhões, sendo que apenas 1 projecto foi realmente executado, tal como se pode observar no Quadro 160.

Quadro 159 - Execução Orçamental do PIP do Ministério do Interior

(Milhões de Kwanzas)

| Descrição | Valor |
|---|---|
| Dotação Orçamental | 38 495 |
| Execução Orçamental | 38 495 |
| Percentual da Execução Orçamental | 100% |
| N.º de Projectos Executados | 1 |
| N.º de Projectos Não Executados | 41 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério do Interior.*

1037. A crise económica global, agravada pela pandemia da Covid-19, aliada as dificuldades verificadas durante o processo de preparação dos procedimentos concursais, nomeadamente as exigências feitas pelos concorrentes em decorrência do impacto da depreciação cambial sobre o valor global dos projectos, impossibilitou a execução de projectos inscritos no PIIM.

1038. No quadro das metas preconizadas, destacam-se as seguintes:

a. Conclusão e inauguração do Centro Integrado de Segurança Pública de Benguela (CISP/Benguela);

b. Aquisição de meios diversos para a Polícia de Intervenção Rápida (PIR);

c. Aquisição de cadeiras para os estabelecimentos penitenciários, cujo pagamento não está concluído;

PRELIMINAR

d. Aquisição de medicamentos e material gastável para o MININT, no âmbito da linha de financiamento da GEMCORP;

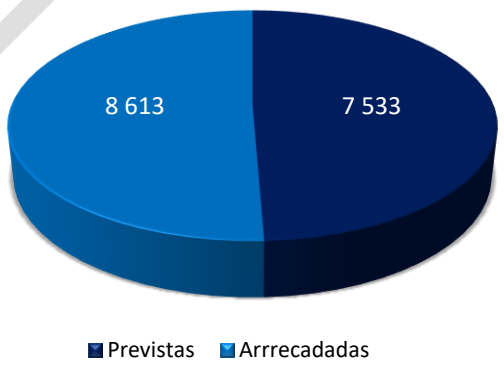
e. Reabilitação do sistema de CCTV do Edifício Sede, cujo pagamento não está concluído.

### Ministério das Relações Exteriores

1039. Para o exercício económico de 2020, o Ministério das Relações Exteriores, teve uma dotação orçamental de Kz 29,3 mil milhões, incluindo três órgãos dependentes, nomeadamente: Ministério das Relações Exteriores (MIREX) com Kz 5,9 mil milhões, Academia Diplomática Venâncio de Moura (ADVM) com Kz 1,7 mil milhões, e Missões Diplomáticas e Consulares (MDC) com Kz 21,7 mil milhões.

1040. Relativamente aos recursos próprios do Ministério, verificou-se uma previsão de Kz 8,6 mil milhões e uma arrecadação no valor de Kz 7,5 mil milhões, alcançando uma taxa de execução de 87% das receitas, tendo sido provenientes apenas das Missões Diplomáticas e Postos Consulares, conforme se pode observar no Gráfico 52.

Gráfico 52 - Receitas do Ministério das Relações Exteriores
(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do MIREX*

PRELIMINAR

1041. As despesas de funcionamento, liquidadas neste exercício, atingiram Kz 28 mil milhões, equivalente a 96% da despesa orçamentada, dos quais Kz 5,6 foi executado pelo MIREX para Serviços Públicos Gerais, Kz 1,6 foi executado pelo ADVM para Educação e Kz 20,9 mil milhões foram executados pelas MDC, incluindo os Serviços Públicos Gerais, Recreação, Cultura e Religião e os Assuntos Económicos no exterior.

1042. Relativamente às despesas com a Covid-19, foi orçamentado o valor de Kz 199,5 milhões e foi executado cerca de Kz 178,6 milhões, representando assim 90% do valor previsto.

1043. O quadro 161, demonstra a Lista de responsáveis, assinado pelo titular do MIREX.

Quadro 160 – Lista dos Responsáveis pelo MIREX

| Nome | Função |
|---|---|
| Téte António | **Ministro das Relações Exteriores** |
| Alfredo Dombe | **Secretário Geral** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do MIREX assinado pelo SG.*

## Ministério Das Finanças

1044. Nos termos previstos no Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, o Ministério das Finanças é o órgão auxiliar do Presidente da República, que tem a missão de propor a formulação, conduzir, executar e avaliar a política financeira do Estado, promovendo a gestão racional dos recursos financeiros e patrimoniais públicos, implementar as políticas de investimento público, bem como inspeccionar e fiscalizar as finanças públicas.

1045. Após a aprovação do Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício de 2020, foi atribuído, a este departamento ministerial, a dotação inicial de Kz 12,1 mil milhões, que comporta as categorias de gastos, com vista ao asseguramento de um conjunto de actividades, concernentes a manutenção dos serviços de finanças.

PRELIMINAR

1046. Na sequência da revisão do OGE de 2020, o orçamento inicial da UO – MINFIN teve o corte de 68,12%, que resultou na atribuição do valor de Kz 3,86 mil milhões, conforme se demonstra no Quadro 162.

Quadro 161 - Orçamento Atribuído ao Ministério das Finanças

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto |
|---|---|---|
| Ministério das Finanças | 12 135 | 3 868 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério das Finanças.*

1047. A despesa executada no período corresponde a 89% em comparação com o orçamento em execução do período em análise. Verifica-se maior realce na despesa com Pessoal, com 98%, seguido da despesa com Contribuições do Empregador na ordem 97,87%, e as despesas em Bens e Serviços e Outras Despesas de Capital, com taxas de execução na ordem dos 86% e 63%, respectivamente, tal como se pode observar no quadro 163.

Quadro 162 - Execução Orçamental do Ministério das Finanças

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **3 637** | **3 350** | **92%** |
| Pessoal | 1 655 | 1 624 | 98% |
| Bens e Serviços | 1 866 | 1 613 | 86% |
| Contribuições do Empregador | 116 | 113 | 98% |
| Subsídios e Transferências Correntes | 0 | 0 | 27% |
| **De Capital** | **231** | **85** | **37%** |
| Outras Despesas de Capital | 51 | 32 | 63% |
| Investimentos | 181 | 54 | 30% |
| **Total** | **3 869** | **3 435** | **89%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério das Finanças.*

1048. No período em análise, foi atribuída a dotação orçamental de Kz 1,5 mil milhões para a cobertura do PIP, entretanto, não foram executados projectos PIP, como consequência da baixa do preço do petróleo e do impacto da pandemia da Covid-19.

PRELIMINAR

## Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

1049. Para o exercício económico de 2020, foi atribuído ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, um orçamento no valor de Kz 27,5 mil milhões, tendo realizado despesas na ordem de Kz 46,8 mil milhões, correspondente a uma execução na ordem de 99,84% do valor autorizado.

1050. Relativamente ao valor executado do PIP, a execução orçamental esteve acima de 100%, comparativamente ao valor do PIP aprovado. A percentagem da execução física dos projectos executados no exercício económico de 2020, desenrolou-se da seguinte forma:

f. Projecto de Regularização e Legalização Imobiliária/ Mitrelli Group- 50%;

g. Projecto de Fornecimento de Bens, Instalações e Suporte Técnico do BI e Registo Civil e do Notariado- 95%.

1051. Para o exercício económico de 2020, foram inscritos apenas 2 projectos cuja execução física ocorreu sem sobressaltos, porém, apenas o Projecto de Fornecimento de Bens, Instalações e Suporte Técnico do BI e Registo Civil e do Notariado teve execução orçamental e financeira, enquanto o Projecto de Regularização e Legalização Imobiliária/Mitrelli Group, aguardava pela restruturação da linha de financiamento, o que condicionou a sua execução orçamental e financeira.

1052. O Cofre Geral de Justiça arrecadou receitas no valor total de Kz 21,6 mil milhões, sendo Kz 11,6 mil milhões correspondente a Receitas Correntes e Kz 10 mil milhões a Receitas DNIRN[10] e CREL[11].

1053. O Quadro 164, ilustra a arrecadação das Receitas Globais do Cofre Geral de Justiça:

[10] Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado
[11] Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios

PRELIMINAR

Quadro 163 - Receitas Arrecadadas do Cofre Geral de Justiça

(Milhões de Kwanzas)

| Descrição | 2020 | 2019 | Varia. Homóloga % |
|---|---|---|---|
| Receitas Correntes | 11 551 | 10 802 | 6,9% |
| Receitas DNIRN e CREL | 10 035 | 10 532 | -4,7% |
| **Total** | **21 586** | **21 334** | **1%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.*

## Ministério da Agricultura e Pescas

1054. Em 2020, foi atribuída, ao Ministério da Agricultura e Florestas, uma dotação inicial no valor de Kz 44 mil milhões. Entretanto, após a revisão do OGE, a despesa orçamentada cifrou-se na ordem dos Kz 11,3 mil milhões.

1055. Após a fusão dos Ministérios da Agricultura e Florestas e das Pescas, o Orçamento inicial totalizou Kz 836 milhões, e após revisão do OGE, foram disponibilizadas quotas financeiras na ordem dos de Kz 53,4 mil milhões. Neste período, foram emitidas cabimentações no valor global de Kz 53,2 mil milhões.

1056. Durante o período em análise, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 1,7 mil milhões, obtidas no âmbito das acções desenvolvidas nas áreas de pecuária, agricultura, florestas, café e pescas.

1057. O sector desenvolveu acções para garantir a implementação dos programas de acção previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional PDN 2018-2022, conforme adiante o respectivo alcance das metas, sendo que se destaca o crescimento de 5,6% do subsector agrícola, num ano em que todos os outros Sectores obtiveram resultado negativo:

a. Programa de Fomento a Produção Agrícola;

b. Programa de Fomento da Produção Pecuária;

c. Programa de Fomento a Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais;

d. Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional;

PRELIMINAR

e. Programa de Exploração Sustentável dos Recursos Aquáticos Vivos e do Sal;

f. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Sustentável.

1058. No período de 2018 a 2020, o sector contribuiu, em média, com 5,71% no PIB, tendo registado a maior participação em 2020, com 6,38% no PIB nacional.

1059. O quadro 165, demonstra a Lista de responsáveis, assinado pelo titular do MINAGRIP.

Quadro 164 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo MINAGRIP

| Nome | Função |
|---|---|
| António Francisco de Assis | **Ministro** |
| João Manuel Bartolomeu da Cunha | **Secretária de Estado para Agricultura e Pecuária** |
| Esperança ,Maria Eduardo Francisco da Costa | **Secretária de Estado para as Pescas** |
| André de Jesus Moda | **Secretário de Estado para as Florestas** |
| José Rodrigues Prata Júnior | Secretário Geral |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério da Agricultura e Pescas*

## Ministério da Indústria e Comércio

1060. No exercício económico 2020, o orçamento inicial aprovado para o MINDCOM foi de Kz 25,9 mil milhões, dos quais Kz 19,9 mil milhões destinou-se ao extinto Ministério da Indústria e Kz 6 mil milhões para o extinto Ministério do Comércio.

1061. Com a fusão dos dois Ministérios, e após a revisão do OGE, a dotação orçamental para o departamento ministerial da Indústria e Comércio fixou-se em Kz 14,1 mil milhões, tal como se pode observar no quadro 166.

PRELIMINAR

Quadro 165 - Orçamento Atribuído ao Ministério da Indústria e Comércio

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto | Exec. % |
|---|---|---|---|
| Ministério da Indústria e Comércio | 25 902 | 14 102 | 54,4% |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Indústria e Comércio.*

1062. Durante o período em análise, foram arrecadas receitas no valor de Kz 8,6 mil milhões, sendo Kz 6,7 mil milhões resultantes de transferências do Tesouro e Kz 1,9 mil milhões de receitas próprias.

1063. O MINDCOM executou despesas no valor de Kz 7,2 mil milhões, que representa uma taxa de execução de 51% face a despesa total prevista.

1064. Relativamente às despesas PIP, durante o ano de 2020, o MINDCOM registou uma execução no valor de Kz 4,2 mil milhões, representando uma taxa de execução de 40,5% do valor total atribuído. Os projectos que verificaram taxa de execução física acumulada até 2020 foram os seguintes:

a. Construção e apetrechamento do MAB Integrado Ondjiva, com uma taxa de execução física de 83%;

b. Polos Industriais, Estudos e Projectos Executivos, com uma taxa de execução física de 100%.

c. Infraestruturação dos PIR do Quibaxi – Bengo, com uma taxa de execução de física de 23,93%.

d. Infraestruturação dos PIR da Calenga – Huambo, com uma taxa de execução física de 14%;

e. Estudo para Construção de Laboratórios de Avaliação da Conformidade, com uma taxa de execução física de 45%.

1065. Deste modo, importa salientar que os projectos com maior impacto social verificados no período foram os seguintes:

PRELIMINAR

a. Conclusão da construção e apetrechamento do Mercado Abastecedor Integrado de Ondjiva;

b. Infraestruturação do Centro Logístico de Distribuição de Luanda;

c. Infraestruturação dos Parques Industriais rurais.

1066. Das principais acções desenvolvidas pelo Sector, destacam-se as seguintes:

d. Elaboração da proposta da Oferta Comercial da adesão de Angola a Zona de Livre Comércio Continental;

e. Realização de Feiras no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Comércio Rural.

### Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

1067. O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás resulta da fusão entre o Ministério dos Petróleos e o Ministério da Geologia e Minas. Tem a responsabilidade de formular, conduzir, executar e controlar a política do Executivo, relativa às actividades geológicas e mineiras, de petróleos, gás e biocombustíveis, nomeadamente a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de minerais e petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolíferos, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da protecção do ambiente.

1068. Ao abrigo do Decreto Executivo Conjunto nº. 406/2014, de 29 de Dezembro, do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo e o Ministério das Finanças, este Ministério arrecadou receitas no valor de Kz 566,7 milhões, como resultado das taxas cobradas pelos serviços prestados e multas aplicadas às companhias dos subsectores petrolíferos e mineiro.

1069. Para o exercício de 2020, foi aprovado um orçamento revisto no valor de Kz 7,4 mil milhões. Do valor orçamentado, foram executados pagamentos na ordem dos Kz 3,9 mil milhões, representando um grau de execução de 53,8% em relação ao orçamento aprovado.

PRELIMINAR

1070. As despesas totais executadas, encontravam-se decompostas da seguinte maneira:

a. Actividade Básica, com uma execução no valor de Kz 1,2 mil milhões.

b. Despesas de Apoio ao Desenvolvimento, no valor de Kz 50,7 milhões.

c. Projectos do Programa de Investimento Público, no valor de Kz 5,9 mil milhões.

1071. No período em apreço, o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás teve 2 projectos inseridos no PIP e na carteira nacional orçados em Kz 5,9 mil milhões, que constituem subprojectos do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), programa que visa melhorar o conhecimento da Geologia e do Potencial dos Recursos Minerais de Angola.

1072. Estes projectos cingiram-se em Estudos de levantamento geológico da Zona Sul e da Zona Norte, adjudicados às operadoras CITIC e União Temporária de Empresas (UTE), consistindo em estudos para levantamentos aerogeofísico, geológico, geoquímico, e estudos específicos, registando um grau de execução financeira de 46% face ao valor orçamentado.

### Ministério da Administração do Território

1073. O Ministério da Administração do Território (MAT), é o departamento ministerial auxiliar do Presidente da República, que tem por missão formular, coordenar, executar e avaliar a política do Executivo relativa à administração local do Estado, administração autárquica, reforma do Estado e demais instituições do poder local, organização territorial e apoiar os processos das eleições gerais, nos termos do Decreto Presidencial nº 156/20, de 03 de Junho, que aprova o seu estatuto orgânico.

1074. O orçamento Geral do Estado para o MAT estimou uma receita inicial global de Kz 17,7 mil milhões, e depois da revisão, fixou-se em Kz 37,7 mil milhões.

PRELIMINAR

1075. As receitas totais do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, para o ano de 2020, atingiram o valor de Kz 35,7 mil milhões, o que corresponde a 95% do Orçamento revisto, como se demonstra no Quadro 167.

Quadro 166 - Execução Orçamental do Ministério da Administração do Território (Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **25 000** | **24 012** | **96%** |
| Pessoal | 915 | 828 | 90% |
| Bens e Serviços | 24 015 | 23 126 | 96% |
| Outras Transferências (Abono de Família) | 0 | 0 | 76% |
| Outras Transferências P/Inst.Sem Fins Lucrativos | 71 | 58 | 82% |
| **Capital** | **12 714** | **11 672** | **92%** |
| Investimento | 12 714 | 11 672 | 92% |
| **Total** | **37 715** | **35 684** | **95%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério da Administração do Território.*

1076. O valor orçamentado para o Projecto de Investimento Público cifrou-se em Kz 4,7 mil milhões, deste valor, foram efectivamente executados 3,5 mil milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 75% do valor global.

1077. No geral, para o ano de 2020, o MAT teve 4 projectos PIP inscritos, sendo que destes, 1 foi executado na totalidade, 2 tiveram uma execução de 84% e 1 não foi executado, nomeadamente:

a. Construção de infra-estrutura autárquica no Belas, com uma taxa de execução de 98%;

b. Construção de infra-estrutura autárquica em Catumbela – Benguela;

c. Construção de infra-estrutura autárquica em Menongue – Cuando Cubango;

d. Estudos para construção das infra-estruturas autárquicas nos complexos residenciais administrativos.

PRELIMINAR

1078. Para o futuro, o MAT prevê a conclusão da implementação dos projectos BUAP, aprovado pelo Decreto n.º 131/19, de 31 de Maio, e PIIM, aprovado pelo Decreto n.º 22/19, de 18 de Julho.

1079. O quadro 168 demonstra a relação nominal dos responsáveis pelo MAT.

Quadro 167 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo MAT

| Nome | Função |
|---|---|
| Adão Francisco Correia de Almeida | **Ministro** |
| Laurinda Jacinto Prazeres Monteiro Cardoso | Secretária de Estado para Administração do Território |
| Márcio de Jesus Lopes Daniel | Secretário de Estado para a Reforma do Estado |
| António Evaristo José Lemos | Secretário-Geral |
| **Actualmente** | |
| Marcy Claúdio Lopes | **Ministro** |
| Laurinda Jacinto Prazeres Monteiro Cardoso | Secretária de Estado para Administração do Território |
| Márcio de Jesus Lopes Daniel | Secretário de Estado para as Autarquias Locais |
| Yolanda Beatriz Diogo de Almeida Lussanso | Secretário-Geral |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério da Administração do Território assinado.*

## Ministério da Energia e Águas

1080. As acções desenvolvidas pelo Ministério da Energia e Águas (MINEA), estão assentes nos objectivos nacionais e metas definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional de médio prazo (2018 -2022).

1081. A Unidade Orçamental – UO MINEA, tutela 7 Órgãos Dependentes, nomeadamente:

a. Autoridade Reguladora de Energia Atómica – AREA;

b. Centro de Formação Profissional de Quadros de Electricidade Comandante Hoji Ya Henda – CFQECHYH;

c. Gabinete para Administração da Bacia Hidrográfica dos rios Cunene, Cubango e Cuvelai – GABHIC;

d. Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza – GAMEK;

e. Instituto Nacional dos Recursos Hídricos – INRH;

PRELIMINAR

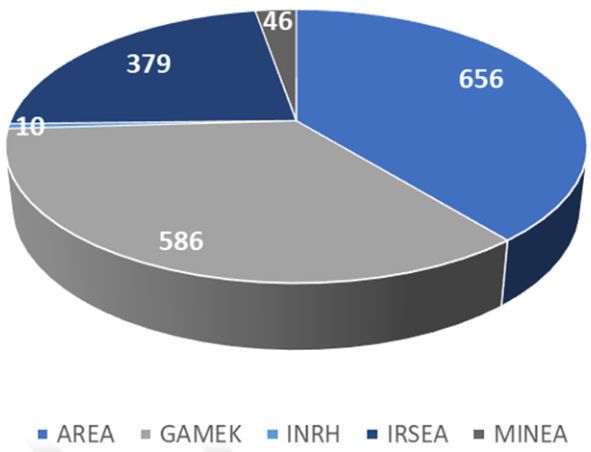
f. Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e das Águas – IRSEA;

g. Ministério da Energia e Águas – MINEA.

1082. Neste período, foram apresentadas as receitas dos Órgãos Dependentes, AREA, GAMEK, INRH, IRSEA e MINEA estimadas em cerca de Kz 1,7 mil milhões, conforme demonstra o Gráfico 53.

Gráfico 53 - Receitas Próprias do MINEA

(Milhões de Kwanzas)




Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Energia e Águas.*

1083. O valor inicialmente aprovado para o MINEA foi de Kz 267,5 mil milhões, que depois da revisão fixou-se em Kz 509,8 mil milhões, conforme se pode observar no Quadro 169.

Quadro 168 - Orçamento Atribuído ao Ministério da Energia e Águas

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto |
|---|---|---|
| Ministério da Energia e Águas | 267 548 | 509 789 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Energia e Águas.*

1084. No exercício económico de 2020, a execução orçamental e financeira foi de Kz 505,9 mil milhões, correspondente a cerca de 99,24% do orçamento

PRELIMINAR

disponível, dos quais, 97,03% executados em ACT, 93,58% executados em DAD e 99,28% no PIP.

1085. Para o PIP do Sector da Energia e Águas, foi aprovado um orçamento no valor de Kz 501,9 mil milhões, com uma execução de 98%, que corresponde a Kz 491,9 mil milhões, conforme se demonstra no Quadro 170.

Quadro 169 - Execução do PIP do Ministério da Energia e Águas

(Milhões de Kwanzas)

| Programa de Investimento Público | Valor |
|---|---|
| Dotação Orçamental | 501 919 |
| Execução Orçamental | 491 862 |
| Percentual da Execução Orçamental | 98% |
| N.º de Projectos Executados | 89 |
| N.º de Projectos Não Executados | 138 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Energia e Águas.*

1086. As principais acções desenvolvidas pelo MINEA no período em apreço apresenta-se de seguida:

h. Instalação e construção da Central do Ciclo Combinado do Soyo I;

i. Reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de Água do Kuito- 2ª fase;

j. Reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de água do Huambo- Fase 2;

k. Electrificação e ligações domiciliares na Província do Zaire (6 subestações, 120 PTs, e 12 000 ligações domiciliares);

l. Electrificação e ligações domiciliares na Província de Cabinda (3 subestações, 100 PTs, e 20 000 ligações domiciliares);

m. Electrificação e ligações domiciliares na Província do Huambo (3 subestações, 100 PTs, e 20 000 ligações domiciliares);

PRELIMINAR

n. Construção do Aproveitamento hidroeléctrico de Laúca (Entrada em funcionamento da Unidade Geradora funcionamento da Unidade Geradora nº 6);

o. Reabilitação e reforço do Sistema de abastecimento de água de Mbanza Congo- Fase 2;

p. Reabilitação do aproveitamento hidroeléctrico de Luachimo;

q. Reabilitação e reforço do Sistema de Abastecimento de Água de Cabinda;

r. Reabilitação e reforço do Sistema de Abastecimento de Água de Malanje- Fase 2.

1087. No período em análise, registaram-se os seguintes constrangimentos:

a. Cativação do Orçamento em cerca de 50% no I Trimestre, devido a crise imposta pela pandemia da COVID 19;

b. Dificuldades de realização das despesas por falta de orçamento disponível suficiente para fazer face às necessidades de despesas;

c. Disponibilização de Quota financeira inferior ao limite financeiro programado;

d. Atrasos nos pagamentos das ordens de saque emitidas no IV Trimestre de 2020;

e. Não atribuição de Fundo Permanente solicitado para exercício económico 2020;

f. A nível de inventário de bens patrimoniais, registaram-se igualmente vários constrangimentos ao longo dos trabalhos, visto que não foram complementados alguns bens adquiridos, devido a morosidade no pagamento das Ordens de Saque e demora nas entregas dos bens adquiridos pelos fornecedores;

g. Pedido de revisão de preços por parte dos fornecedores, após o pagamento dos equipamentos;

PRELIMINAR

1088. O quadro 171 demonstra a relação nominal dos responsáveis pelo MINEA.

Quadro 170 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo Ministério da Energia e Águas

| Nome | Função |
|---|---|
| João Baptista Borges | **Ministro** |
| Luís Felipe da Silva | Secretário de Estado para as Águas |
| Lucrécio Alexandre Manuel da Costa | Secretário de Estado para as Águas |
| António Rodrigues Belsa da Costa | Secretário de Estado da Energia |
| José Alves Salgueiro | Director do GEPE |
| Fátima Maria da Conceição Rodrigues Coelho Martins | Seretária- Geral |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Energia e Águas.*

## Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente

1089. No exercício em análise, o MCTA beneficiou-se de um orçamento no valor de Kz 3,8 mil milhões e realizou despesas no montante de Kz 3,2 mil milhões, o que representa uma execução orçamental de 84,2%.

1090. Durante o período de 2020, as receitas arrecadadas do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente totalizaram cerca de Kz 69 milhões, espelhando uma execução de 1,4% face ao valor previsto.

1091. Para o exercício económico de 2020, para o MCTA perspectivou-se em carteira 1 projecto PIP, porém, no período em causa, não existiu orçamentação para o mesmo. Nesta medida, a taxa de execução financeira da despesa PIP foi nula. Esta situação justifica-se, por um lado, em virtude da fusão ou extinção dos Ministérios, da Cultura, Turismo e do Ambiente, e por outro, pelo impacto negativo da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

1092. Durante o ano de 2020, todas as acções desenvolvidas enquadram-se no âmbito dos objectivos definidos no PDN 2018-2022, no sentido de esmerar as prioridades de intervenção do sector no domínio da cultura, turismo e ambiente. São exemplo dessas acções, a realização da actividade "Comemorações do 17 de Setembro", distinção do "Prémio Nacional de Cultura e Artes", e o "Projecto Apoio às Associações de Utilidade Pública.

PRELIMINAR

## Ministério da Educação

1093. Durante o exercício económico 2020, o Ministério da Educação teve uma dotação orçamental aprovada no valor de Kz 66,7 mil milhões, e foram liquidadas despesas no montante de Kz 20 mil milhões, representando uma execução de 30%.

1094. Neste contexto, este órgão executou despesas na ordem dos Kz 933 milhões com pessoal, Kz 16,8 mil milhões em bens e serviços, Kz 1 mil milhões em despesas de capital, Kz 582,9 milhões em despesas de investimento, Kz 592,6 milhões em despesas de subsídio e transferências correntes e Kz 64,8 milhões em contributos do empregador.

1095. Durante o exercício de 2020, foram executados 3 projectos dos 17 projectos inscritos no Programa de Investimento público (PIP), nomeadamente:

a. Construção e apetrechamento de uma Escola Secundária no Dande/Bengo/Med;

b. Construção e apetrechamento de uma Escola Secundária no Bié/Med;

c. Construção e apetrechamento de uma Escola Secundária no Cuanza-Sul.

1096. Os 13 projectos inscritos no PIP 2020 não foram executados, sobretudo devido a falta de disponibilidade financeira, a contínua desvalorização da moeda que resulta no desajustamento dos valores necessários para a conclusão dos projectos, encarecimento do material de construção e equipamentos, e por último a situação da pandemia do COVID-19.

1097. O quadro 172 demonstra a relação nominal dos responsáveis pelo MED.

Quadro 171 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo Ministério da Educação

| Nome | Função |
|---|---|
| Luisa Maria Alves Grilo Pacheco Francisco | **Ministra**<br>Secretário de Estado para o Pré-Escolar e O Ensino Primário |

PRELIMINAR

| Nome | Função |
|---|---|
| Francisco Eduardo Beny | Secretário Geral |
| Irene Cristina Agostinho Neto de Figueiredo | Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Educação.*

## Ministério da Juventude e Desportos

1098. No exercício económico de 2020, foi alocado ao Ministério da Juventude e Desportos um orçamento no valor de Kz 6,4 mil milhões, tendo sido realizadas despesas na ordem dos Kz 2,4 mil milhões, correspondentes a uma execução de 49% face ao orçamento aprovado e 100% face a quota disponibilizada.

1099. As acções, projectos e programas que estão devidamente sustentados nas medidas e políticas do PDN 2018-2022 para o Ministério da Juventude e dos Desportos, baseiam-se em dois domínios fundamentais:

a. Programa de desenvolvimento integral da juventude;

b. Programa de generalização da prática desportiva e melhoria do desporto de rendimento.

1100. Neste domínio, estão em curso as seguintes acções:

a. Política de Estado para a Juventude (PEJ), está em fase de consulta pública no seio das associações juvenis;

b. O Programa JIRO (Juventude Informada, Responsável e Organizada), que visa orientar os jovens sobre a prevenção da gravidez na adolescência, ITS, VIH/SIDA e serviços de saúde sexual e reprodutiva em escolas e comunidades;

c. Formação de activistas voluntários no âmbito do projecto JIRO;

d. Implementação do projecto de fomento a cooperativas juvenis em zonas rurais, no domínio da aquicultura, agricultura, pecuária, pesca e avicultura, para o fomento do auto-emprego, com acções de formação;

PRELIMINAR

e. Diagnóstico das Casas da Juventude e Centros Comunitários, a nível nacional (obras em curso entregues e não entregues);

f. Encontros de trabalho com os líderes das associações juvenis e jovens.

g. Realização de palestras motivacionais;

h. Apoio institucional ao projecto "Meu Padrinho meu Mentor", é um projecto social composto por jovens fazedores de opinião, nomeadamente: músicos, escritores, jornalistas, desportistas, empresários, objectivando contribuir para a melhoria do comportamento cívico dos jovens angolanos;

i. Realização de encontros com os jovens vendedores ambulantes;

j. Realização de palestras sobre as ferramentas do empreendedor.

1101. No domínio dos desportos, estão em curso as seguintes acções:

a. No ano de 2020, foram registados 28 000 novos praticantes de recreação desportiva, comparativamente aos 46 100 praticantes programados para o ano, perfazendo um grau de execução de 60,73%;

b. Realização de Palestra sobre Voltar a Nadar em Segurança, através da plataforma Zoom;

c. Realização de acção de formação de árbitros e juízes assistentes;

d. Realização de provas internacionais, entre as quais: Taça COSAFA selecção sub-20 masculina de Futebol, Campeonato Africano Sénior Individual de Judo feminino em Madagáscar, Campeonato Africano de Xadrez das escolas em sub-11, sub-13 e sub-15 na Zâmbia (Luzaka) e Jogo amistoso da selecção de Futebol de Honra em Portugal (Rio Maior).

PRELIMINAR

## Ministério Do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia E Inovação

1102. O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), criado ao abrigo do Decreto Legislativo Presidencial 3/ 17, de 13 de Outubro, é o órgão auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo que tem por missão conceber, formular, executar, monitorizar, fiscalizar as políticas públicas e programas sectoriais do Governo, nos domínios do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

1103. O MESCTI tem os seguintes órgãos superintendidos:

a. Instituto Nacional de Avaliação Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES);

b. Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE);

c. Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC);

d. Centro Tecnológico Nacional (CTN).

1104. Durante o período em análise, o MESCTI arrecadou receitas estimadas em Kz 70 milhões.

1105. O orçamento revisto aprovado para o MESCTI, no ano 2020, foi de Kz 39 mil milhões. Ao longo do exercício económico, foram executadas despesas na ordem dos Kz 32,3 mil milhões, que corresponde a uma realização de 82% sobre o valor orçamentado revisto.

1106. A execução financeira dos PIP teve uma dotação orçamental de Kz 5,8 mil milhões e uma execução no valor de apenas Kz 20 milhões.

1107. O projecto denominado Parque de Ciência e Tecnologia em Luanda, no quadro do Projecto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, não teve execução física e financeira, em virtude da não conclusão das actividades precedentes, mormente a contratação do Projectista e do Consultor para elaboração do plano de negócios. De forma que, somente com a conclusão das actividades referidas, será possível a realização do procedimento de contratação do empreiteiro e dar início a edificação da infra-estrutura, nos termos preconizados.

PRELIMINAR

1108. As principais acções desenvolvidas pelo Órgão durante o período em análise foram as seguintes:

a. Análise de 36 projectos de criação de novos cursos de Pós-Graduação;

b. Abertura do programa de capacitação realizado no Centro Internacional para o Desenvolvimento Energético Sustentável, de categoria II da Unesco em Moscovo-Rússia, promovido pelo Secretariado Permanente da Comissão Nacional para a UNESCO, sobre o desenvolvimento das capacidades e de recursos humanos, nas áreas das fontes de energia sustentáveis e renováveis nos países em desenvolvimento;

c. Apresentação do projecto Sistema de Gestão Informatizado dos Serviços Municipalizados (SIGESM) nas instituições públicas, com o objectivo de financiamento, identificação taxonómica combinada com várias chaves de 41 das espécies recolhidas nas saídas de campo, contactos realizados com empresas e individualidades para a programação da 5ª edição;

d. Atribuição de bolsas de estudo no ensino médio, no âmbito do Projecto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia;

e. Divulgação da oferta de bolsa de estudos para pós-graduação à 138 IES e respectivas Unidades Orgânicas;

f. Controlo de um total de 1 710 bolseiros, no ano académico de 2020/2021, sendo 1 418 de graduação e 292 de Pós- graduação, distribuídos por: Argélia com 124 bolseiros, Argentina com 2 bolseiros, Brasil com 62 bolseiros, Canadá com 3 bolseiros, República Checa com 1 bolseiro, China com 41 bolseiros, Cuba com 805 bolseiros, Espanha com 12 bolseiros, Estados Unidos de América com 4 bolseiros, França com 14 bolseiros, Hungria com 46 bolseiros, Índia com 10 bolseiros, Inglaterra com 19 bolseiros, Itália com 1 bolseiro, Marrocos com 45 bolseiros, Namíbia com 1 bolseiro; Polónia com 45 bolseiros, Portugal com 147 bolseiros, Roménia com 26 bolseiros,

PRELIMINAR

Rússia com 321 bolseiros, Sérvia com 4 bolseiros, Tunísia com 9 bolseiros, e Vietname com 2 bolseiros.

g. Assinatura do Memorando e Acordos de parceria com o Ministério da Economia e Planeamento, o Ministério da Agricultura e Pescas, o Ministério da Defesa e Veteranos da Pátria e as Universidades Públicas, no âmbito do PRODESI – Agronegócio;

h. Realização da reunião extraordinária do Conselho Nacional do Ensino Superior, com o objectivo de debater sobre estratégias de retoma das actividades lectivas no subsistema de ensino superior, em conformidade com o disposto no artigo 16.º, do Decreto Presidencial n.º 229/20, de 8 de Setembro, que actualiza as medidas excepcionais e temporárias a vigorar durante a situação de calamidade pública declarada por força da pandemia COVID- 19;

i. Selecção de 117 candidatos licenciados, para frequentarem a 2ª edição da formação de mestrados e doutoramento nas melhores universidades do mundo, no âmbito do programa de envio anual de 300 licenciados angolanos com elevado desempenho e mérito académico;

j. Produção de 750 ml de amostra de álcool em gel, pelo CNT, produzida no laboratório de Química para a análise da viscosidade, pH e a concentração, produção de 1 kg e 150 gramas de cogumelo e a produção de 5 litros de água destilada para multiplicação de semente;

k. Submissão da candidatura, conjunta MESCTI e o Instituto Nacional de Café (INCA), à conferência sobre produção sustentável de café, Illycompany, TWAS. Tristes, Itália;

l. Capacitação, internamente, dos técnicos da área de reconhecimento de estudos em matéria ligada à veracidade e autenticidade dos documentos, identificação das modalidades de formação, sobre os cursos e IES acreditados nos países de formação;

PRELIMINAR

m. Elaboração de dois projectos de curso de pós-graduação, 1 em Matemática Aplicada a Ciência da Saúde e 2 Data Science, entidade financiadora Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal. Consórcio entre a Universidade Agostinho Neto, CNIC e Universidade de Aveiro;

n. Elaboração dos termos de referência do acordo entre o Governo de Angola e a UNESCO, no âmbito do Programa Nacional de Formação Doutoral em Ciências, Tecnologia e Inovação;

o. Montagem da 1.ª estação do GNIP- CTN/Luanda para a recolha de água de precipitação (rede de isótopos na precipitação), saídas de campo aos mercados de Luanda para recolha de informações e contribuições aos projectos SIGESM;

p. Produção, pelo CTN, de 24 sacos de substrato para cultivo de cogumelos;

q. Realização dos encontros metodológicos para o fortalecimento da formação Pós-graduação nas Instituições do Ensino Superior;

r. Realização de 5 *workshops* para a elaboração de curso de formação Pós-Graduada;

s. Realização da calibração e análise dos padrões WICO 2020, proveniente da AIEA, para o teste de proficiência no âmbito da investigação científica e desenvolvimento experimental, pelo laboratório de Hidrologia Isotópica do CTN;

t. Submissão de uma proposta de projecto de produção de insectos para consumo humano e ração animal, no âmbito do acordo bilateral com a Council for Science and Innovation Research (CSIR)-África do Sul, pelo MESCTI.

## Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

1109. O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, abreviadamente designado (MASFAMU) é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo que, de acordo com os princípios,

PRELIMINAR

objectivos e prioridades definidas, tem como missão conceber, propor e executar a politica social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, o combate à pobreza bem como a defesa e bem estar da família, promoção da mulher, desenvolvimento das comunidades, e garantia dos direitos da mulher, igualdade e equidade do género.

1110. Em 2020, foi atribuído um orçamento de Kz 9,9 mil milhões, do qual foram executados Kz 2,1 mil milhões, representando um grau de execução na ordem de 21%.

1111. De modo a prevenir e controlar a propagação do Virus SARS-Cov2 e da Covid-19, no decurso do ano económico de 2020, foi incrementado no OGE o projecto "Comissão Multisectorial da Luta Contra a Covid-19", com o valor global de Kz 618 milhões, com fontes de financiamento em acordo Covid-19 e Tesouro, respectivamente.

1112. O valor orçamentado do PIP para 2020, deste órgão Governo, foi de Kz 214 milhões, para um total de 31 projectos. Os Projectos de Investimento Público, não foram executados, devido as medidas de austeridade impostas, que definem as medidas transitórias de resposta ao impacto da Covid-19, sobre o OGE 2020.

1113. As principais acções desenvolvidas durante o ano foram as seguintes:

a. No âmbito do Projecto de Apoio à Protecção Social (APROSOC), deu-se início à expansão da municipalização dos serviços da acção social, começando pelo cadrastamento, controlo e seguimento das populações em situações de alta vulnerabilidade. Neste sentido, 18 007 crianças, menores de 5 anos, beneficiaram do rendimento social mínimo;

b. Relativamente ao instrumento SIGAS[12], foram cadastradas um total de 27 128 famílias, a que correspondem 72 995 pessoas (membros do agregado familiar);

[12] Sistema de Informação e Gestão da Acção Social

PRELIMINAR

c. No que concerne ao Programa de Desminagem das áreas produtivas e residenciais, o Governo deu continuidade ao programa, para garantir a segurança das populações, com engajamento dos órgãos da Comissão Executiva de Desminagem (CSPR, FAA, INAD e PGFA) e Parceiros, (ONG´s e Empresas de desminagem);

d. Cerca de 513 795 pessoas beneficiaram de assistência social em todo País, por meio das diferentes medidas e programas, no quadro da intervenção deste Departamento Ministerial;

e. No que respeita a população idosa, o executivo apoiou e protegeu um total de 26 540 idosos em situação de extrema vulnerabilidade;

f. Foram prestados diversos apoios a 32 632 cidadãos que beneficiaram de assistência em bens alimentares e não alimentares;

g. No âmbito da complementaridade das acções entre o Estado e a sociedade civil, o Executivo tem vindo a prestar apoio financeiro a reconhecidas associações de utilidade pública, com destaque para o trabalho no domínio do género, da acção social, e inclusão de grupos vulneráveis.

### Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

1114. O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, abreviadamente designado por MAPTESS, é um órgão do Governo constituído, através do Decreto Presidencial n.º 220/20. O Estatuto Orgânico, está inserido no Diário da República n.º 131/ Iª Série de 27/08/2020, composto pela seguinte estrutura orgânica: dois Órgãos de Apoio Consultivo, Cinco Serviços de Apoio Técnico, Dois Serviços de Apoio Instrumental, Três Serviços Executivos Directos e Seis Órgãos Superintendidos.

1115. Para o exercício 2020, o OGE alocou para o MAPTESS uma dotação inicial de Kz 7,7 mil milhões. Após a revisão do OGE, o montante foi reduzido a Kz 2 mil milhões, cuja execução foi na ordem de 80%, equivalente a Kz 1,6 mil milhões, conforme demonstrado no Quadro 173.

PRELIMINAR

Quadro 172 - Execução Orçamental do MAPTESS

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **2 004** | **1 599** | **80%** |
| Pessoal | 1 309 | 1 304 | 100% |
| Bens e Serviços | 602 | 203 | 34% |
| Contribuições do Empregador | 93 | 92 | 99% |
| Subsídios e Transferências Correntes | 0 | 0 | 96% |
| **De Capital** | **2** | **0** | |
| Outras Despesas de Capital | 2 | 0 | 0% |
| **Total** | **2 006** | **1 599** | **80%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.*

1116. Durante o exercício económico de 2020, foram inscritos no PIP 7 projectos orçados em Kz 172 milhões. Entretanto, a falta da disponibilidade de Quotas Financeiras levou a não execução dos mesmos.

1117. Durante o ano de 2020, o sector desenvolveu as seguintes actividades:

a. No Domínio da Administração Pública – Gestão e controlo dos efectivos da Função Pública de 417 298, formação de 5 012 funcionários e agentes administrativos pela ENAPP, o atendimento de 2 328 812 cidadãos nas Unidades da rede SIAC;

b. No Domínio da Administração do Trabalho – Formação de 5 899 jovens em 149 especialidades no SFP, constituído por 998 Centros públicos e privados, realização de 5 775 inspecções, tendo abrangido 94 082 trabalhadores, detecção de 21 305 infracções à legislação laboral, realização de 3 978 exames médicos ocupacionais e 7 108 exames complementares;

c. No Domínio da Segurança Social – Existência de 191 485 contribuintes, 1 979 627 segurados e, 160 168 pensionistas activos.

1118. O quadro 174 demonstra a relação nominal dos responsáveis pelo MAPTESS.

PRELIMINAR

Quadro 173 - Relação Nominal dos Responsáveis pelo MAPTESS

| Nome | Função |
|---|---|
| Teresa Rodrigues Dias | **Ministra** |
| António Francisco Afonso | Secretário de Estado da Administração Pública |
| Pedro José Felipe | Secretário de Estado Trabalho e Segurança Social |
| Arcelinda Chingala João | Secretária Geral |
| Benedito de Jesus Voeira Lopes | Chefe de Departamento de Gestão do Orçamento |
| Madaleno José Borges | Chefe de Secção do Património |
| Edna de Fátima Ribeiro Dias | Chefe de Secção do Orçamento |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do MAPTESS*

## Ministério da Saúde

1119. Para o desenvolvimento das actividades da Unidade Orçamental - Ministério da Saúde, foi aprovado para 2020, uma verba global de Kz 69,9 mil milhões.

1120. O valor inicialmente aprovado, acrescido ao orçamento aprovado por créditos adicionais, deduzido das anulações orçamentais, resultou num valor orçamentado de Kz 196,3 mil milhões, tendo executado despesas na ordem dos Kz 190,2 mil milhões, correspondendo a uma execução orçamental na ordem de 96,8 %.

1121. No que concerne as receitas arrecadadas, no exercício de 2020, o MINSA arrecadou receitas próprias no valor de Kz 1 mil milhão, distribuído em duas fontes distintas:

a. Kz 977,8 milhões provenientes de cobranças de testes da Covid-19.

b. Kz 94,2 milhões provenientes de autorizações, vistorias às fabricas e farmácias, declaração de alvará e produtos controlados.

1122. Relativamente às despesas do Programa de Investimento Público (PIP), o orçamento aprovado foi de Kz 120,8 mil milhões, e deste, foi executado cerca de Kz 119,4 mil milhões, conforme se pode observar no Quadro 175.

PRELIMINAR

Quadro 174 - Execução do PIP do Ministério da Saúde

(Milhões de Kwanzas)

| Programa de Investimento Público | Valor orçamentado | Valor Liquidado |
|---|---|---|
| Aquisição De Clínicas Móveis E Motorizadas | 0 | 0 |
| Construção Apetrechamento Hospital Provincial Do Cuanza Sul | 0 | 0 |
| Construção Apetrechamento 1ª Fase Do Hospital Geral Cabinda | 28 396 | 27 800 |
| Construção Apetrechamento 1ª Fase Hospital Geral Pediatria Luanda | 21 536 | 21 536 |
| Construção Apetrechamento Do Hospital Pediátrico Do Huambo | 0 | 0 |
| Construção Apetrechamento Instituto De Anatomia Forense Luanda | 0 | 0 |
| Construção Apetrechamento Instituto Hematológico Pediátrico Luanda | 7 124 | 7 124 |
| Construção Apetrechamento Instituto Tecnológico Luanda Oftalmológico | 0 | 0 |
| Construção Apetrechamento Unidade Tratamento Queimados Luanda - Lcc | 0 | 0 |
| Construção De Um Do Hospital Municipal Cuanhama - Cunene | 706 | 706 |
| Construção Do Armazém Central De Benguela | 0 | 0 |
| Construção Do Hospital Da Cidade De Mbanza Congo/Zaire | 0 | 0 |
| Construção E Apetrec.Do Centro De Hemodiálise No Hospital Provincial De Cabinda | 1 153 | 1 153 |
| Construção E Apetrechamento Do Hospital Materno Infantil Da Huíla | 0 | 0 |
| Construção E Apetrechamento Do Hospital Provincial Do Bié/Minsa | 1 800 | 1 800 |
| Construção E Apetrechamento Do Hospital Provincial Do Huambo | 0 | 0 |
| Construção E Apetrechamento Do Laboratório De Controlo De Qualidade | 0 | 0 |
| Construção E Instalação Da Direcção Nacional Do Pav/Minsa | 50 | 50 |
| Reabilitação Do Hospital Central Da Huíla (Dr.António Agostinho Neto) | 2 533 | 2 533 |
| Reabilitação Do Hospital De Queimados Neves Bendinha Em Luanda | 3 416 | 3 416 |
| Reabilitação Do Hospital Sanatório De Luanda | 50 677 | 49 891 |
| Reabilitação Hospital Américo Boa Vida - Minsa | 0 | 0 |
| Reabilitação Hospital Municipal Do Dondo/Cambambe Cuanza Norte | 0 | 0 |
| **Total** | **120 785** | **119 402** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Ministério da Saúde.*

1123. O grau de execução física dos projectos durante o ano em curso foi de 60%. Para o mesmo exercício, constaram da carteira de investimentos 58 projectos, dos quais 17 assegurados por linhas de financiamento externo, 13 financiados por ROT, 16 com garantias de financiamento no âmbito do PIIM e 12 com financiamento por definir.

1124. No exercício 2020, das várias acções realizadas pelo MINSA destacam-se as descritas abaixo, tendo em conta a prioridade e o impacto das mesmas:

PRELIMINAR

a. Participação na Elaboração do Plano Nacional de Contingência para o controlo da pandemia de Doença por Coronavirus 2019 (Covid-19);

b. Implementação do Projecto da Comissão Multisectorial para a prevenção e combate a Covid-2019;

c. Conclusão e Inauguração do Hospital Provincial do Bié (Walter Strangway);

d. Avanço na execução de projectos (Reabilitação e Apetrechamento do Hospital Central do Lubango / Huila, Reabilitação e Apetrechamento do Hospital Neves Bendinha, Aquisição de Equipamentos para o Banco de Urgência do Hospital Pediátrico de Luanda, projecto Sangue Seguro, Hospital de Camanongue e Cuemba, para os Hospitais Municipais Cunhama, Ecunha e Centro de Saúde da Centralidade de Cuanza Sul) por via dos recursos provenientes do Bónus do Petróleo.

1125. Para o futuro, o departamento ministerial da Saúde perspectiva honrar com os projectos de Construção e Apetrechamento dos Hospitais Gerais da Catumbela, do Bailundo, do Cunene, do Uíge e da Lunda Norte.

### Ministério da Economia e Planeamento

1126. O Ministério da Economia e Planeamento é o Departamento Ministerial responsável pelo planeamento do desenvolvimento nacional, pela formulação de propostas e coordenação da implementação de políticas públicas de desenvolvimento da economia nacional e pela coordenação das acções no âmbito da integração económica, para o desenvolvimento e dos negócios internacionais.

1127. O orçamento aprovado para este Departamento Ministerial, para o ano de 2020, foi de Kz 8,7 mil milhões, tendo sido autorizada a despesa no valor de Kz 6,9 mil milhões. Foram executadas despesas no valor de Kz 6,5 mil milhões, que correspondem a 94% do valor autorizado.

1128. Para o Programa de Investimento Públicos, foi aprovado o orçamento no valor de Kz 2,5 mil milhões, dos quais não foram liquidadas quaisquer

PRELIMINAR

despesas, representando uma não execução do orçamento para o PIP. Esta não execução justifica-se devido aos cortes efectuados nas dotações orçamentais de todos Projectos PIP, cuja fonte de recurso eram os Recursos Ordinários do Tesouro. Assim sendo, não houve disponibilização de quota financeira ao longo do exercício 2020.

1129. Das principais actividades realizadas em 2020, merecem destaque as seguintes:

a. Estruturação do Sistema de Informação de Planeamento – SIP (actividade em curso);

b. Condução do processo de revisão da estratégia de longo prazo – ELP "Angola 2025" ;

c. Elaboração da Regulamentação da Lei 1/11, Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento – LBRGSNP, de 14 de Janeiro;

d. Capacitação periódica aos agentes municipais no domínio da recolha e actualização dos dados no Portal da Produção Nacional – PPN;

e. Desenvolvimento do Plano de implementação efectiva do quadro legal das insolvências;

f. Lançamento da Plataforma de Acompanhamento à Implementação das ODS em Angola, 30 Junho 2020;

g. Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC de 10 – 17 de Agosto 2020;

h. Activação da primeira sala especializada em matéria comercial e propriedade industrial e intelectual, ao abrigo da Lei 2/15 de 2 de Fevereiro;

i. Expansão da cobertura da Central de Riscos (CIRC) do BNA.

1130. O quadro 176 demonstra a Lista de responsáveis, assinado pelo titular do MEP.

PRELIMINAR

Quadro 175 – Lista dos Responsáveis pelo MEP

| Nome | Função |
|---|---|
| Sérgio de Sousa Mendes dos Santos | **Ministro** |
| Mário Augusto Caetano João | **Secretário de Estado para a Economia** |
| Milton Parménio dos Santos Reis | **Secretário de Estado para o Planeamento** |
| Rita Maria Manuel António da Fonseca | Directora do Gabinete de GMEP |
| Clemente João Maria Envagelista | Director do Gabinete de GSEE |
| Rui Jorge da Silva Simóes | Director de Gabinete do GSEP |
| Luzia Santana Pedro | Secretária Geral |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Ministério da Economia e Planeamento.*

## Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social

1131. No período em apreço, com base nos eixos definidos no PDN 2018 - 2022, o Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, pautou-se pelas seguintes políticas e objectivos:

a. Assegurar a comunicação por via de rede móvel a preços acessíveis a toda população;

b. Criar as condições para o acesso universal à internet para edificação da sociedade de informação;

c. Assegurar a prestação de serviços meteorológicos;

d. Assegurar o controlo dos satélites angolanos com recursos nacionais e melhorar a qualidade dos serviços prestados;

e. Garantir o acesso dos cidadãos a uma informação mais plural, rigorosa, isenta e credível, melhorando e diversificando os conteúdos de informação noticiosa, a qualidade dos programas e dos seus conteúdos, e promovendo a diversificação das fontes e de forma a contribuir para o desenvolvimento educacional cívico da população;

f. Assegurar a comunicação institucional do executivo.

1132. Para alcançar os objectivos preconizados, foi atribuída uma dotação orçamental de Kz 9,3 mil milhões. Durante o ano em curso, foram realizadas

PRELIMINAR

despesas no valor de Kz 7,7 mil milhões que corresponde a 82% da despesa orçamentada para a materialização de vários projectos.

1133. O PIP de 2020 do sector, é composto por 11 projectos, dos quais 2 por financiamento externo e 9 por ROT, sendo que 8 projectos de ROT, estão sem execução financeira ou não tiveram desembolsos durante o ano por motivo da tramitação administrativa da abertura do concurso público.

1134. No exercício de 2020, foram executados inúmeros projectos com impacto social relevante, destacando-se os seguintes:

a. Gabinete de Gestão do PROGRAMA Espacial Nacional (GGPEN): desde o dia 9 de Abril de 2018, a parte Angolana começou a ser compensada a custo zero, pela parte Russa, perspectivando a Construção de um satélite (Angosat – 2) moderno, que vai garantir maior velocidade de internet em relação ao anterior. Por outro lado, neste programa, foram disponibilizados serviços num outro satélite enquanto durar a construção do Angosat – 2, por formas a disponibilização dos serviços previstos no Angosat – 1, incluindo 20% para as questões sociais;

b. No Domínio da Meteorologia e Geofísica, o projecto Modernização do INAMET, teve o seu início em 22 de Novembro de 2018 com o pagamento do Down payment, em curso a fabricação dos equipamentos de TI. Decorrem ainda os trabalhos das obras de construção civil no centro GEORISCO, cuja a sua execução física está na ordem dos 75%;

c. No Domínio das Tecnologias de Informação, a rede de mediatecas de Angola conta com 315 postos de trabalho, uma grande parte jovem (33% são trabalhadores com menos de 28 anos). A REMA tem contribuído fortemente para a promoção da igualdade do género através do trabalho, sendo que 49% dos seus colaboradores são mulheres. Adicionalmente, garantiu-se maior aposta na formação permanente e numa orientação para melhoria da prestação da

PRELIMINAR

qualidade do serviço, e o número de usuários de mediatecas atingiu 3 291 044, das 9 mediatecas fixas e 6 móveis em funcionamento.

1135. A escassez da disponibilização de recursos financeiros em despesas de apoio ao desenvolvimento e de modo especial PIP (ROT), fez com que a execução e conclusão de alguns projectos fossem condicionadas.

1136. O quadro 177 demonstra a Lista de responsáveis, assinado pelo titular do MTTICS.

Quadro 176 – Lista dos Responsáveis do MTTICS

| Nome | Função |
|---|---|
| Manuel Gomes da Conceição Homem | **Ministro** |
| Mário Augusto da Silva Oliveira | **Secretário de Estado** |
| Nuno dos Anjos Caldas Albino | **Secretário de Estado** |
| Lúzia António M. Lourenço Benge | **Secretária- Geral** |
| Tatiana Maria Marques dos Santos | Directora do Gabinete |
| Laldemira Cleófas F. Nambaia | Directora do Gabinete |
| Bartolomeu de Jesus Sacramento | Director do Gabinete |
| Catarina André da Conceição Bezerra Morais | Directora do Gabinete |
| Silvina Tavita Menezes Mendes de Carvalho | Directora do Gabinete |
| Sandra Maria D. da Costa Felgueira | Directora do Gabinete |
| Gisela Constancia e Silva A. Inâcio | Directora do Gabinete |
| Matias Manuel da Silva Borges | Director do Gabinete |
| António Sereias de Sousa Simbo | Director do Gabinete |
| Hecdiantro Wilsonda Costa Mena | Director do Gabinete |
| José Matuta Cuanto | Director do Gabinete |
| Anástacio Pinto de Brito | Director Adjunto |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do MTTICS assinado.*

## Controlo de Prestação de Contas dos Departamentos Ministeriais

1137. De acordo com o estipulado no n.º 2, do Artigo 4.º, do Decreto Executivo 32/17, de 26 de Janeiro, que estabelece as instruções para elaboração da Conta Geral do Estado, os Gestores de cada Unidade Orçamental, devem remeter os respectivos relatórios, ao Ministério das Finanças, até o dia 31 de Março de cada ano.

PRELIMINAR

1138. Desta forma, o quadro 178 demonstra o controlo de prestação de contas recepcionadas pelo Ministério das Finanças, no âmbito dos Departamentos Ministeriais, bem como as respectivas datas de recepção da informação, evidenciando o cumprimento e não comprimento do prazo estabelecido.

Quadro 177 - Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos Departamentos Ministeriais

| Órgão de Soberania | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher | ✓ | 12/04/2021 | ✗ |
| Ministério da Administração do Território | ✓ | 05/04/2021 | ✗ |
| Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança social | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Ministério da Agricultura e Pescas | ✓ | 05/04/2021 | ✗ |
| Ministério da Comunicação Social | ✗ | - | ✗ |
| Ministério da Construção e Obras Públicas | ✗ | - | ✗ |
| Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente | ✓ | 25/02/2021 | ✓ |
| Ministério da Defesa Nacional | ✓ | 23/03/2021 | ✗ |
| Ministério da Economia e Planeamento | ✓ | 18/02/2021 | ✓ |
| Ministério da Educação | ✓ | 15/03/2021 | ✓ |
| Ministério da Energia e Águas | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| Ministério da Indústria e Comércio | ✓ | 31/03/2021 | ✗ |
| Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Ministério da Juventude e Desportos | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| Ministério da Saúde | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Ministério das Finanças | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Ministério das Relações Exteriores | ✓ | 06/04/2021 | ✗ |
| Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação | ✓ | 24/03/2021 | ✓ |
| Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Ministério do Interior | ✓ | 06/04/2021 | ✗ |
| Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria | ✗ | - | ✗ |
| Ministério dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| Ministério dos Transportes | ✗ | - | ✗ |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Governos Provinciais

### Governo Provincial do Bengo

1139. O Governo Provincial do Bengo é um órgão desconcentrado da administração central, que visa assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da administração do Estado, dos cidadãos das comunidades e das empresas, promover o desenvolvimento económico e social e garantir a prestação de serviços Públicos na Província, sem prejuízo da economia do poder local autárquico nos termos da lei.

1140. Para o ano 2020, o Orçamento Geral de Estado fixou uma despesa orçamental aprovada para a Província do Bengo no valor de Kz 40,4 mil milhões, contudo, após a revisão do OGE, este valor foi reduzido para Kz 33,9 mil milhões, correspondendo a uma redução de cerca de 15,9%.

1141. Importa realçar que, durante o período em análise, foram arrecadadas pela Província do Bengo, receitas fiscais no valor de Kz 3,3 mil milhões e foram executadas despesas no valor de Kz 33,9 mil milhões, tendo sido efectivamente pagas despesas na ordem dos Kz 31,3 mil milhões, conforme se pode observar no quadro 179.

Quadro 178 - Orçamento Atribuído ao Governo Provincial do Bengo
(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Disponível | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|
| Governo Provincial do Bengo | 33 943 | 31 258 | 92,1% |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Governo Provincial do Bengo.*

1142. Em 2020, o programa de Investimentos Públicos estava composto por 55 projectos, orçados em Kz 4,6 mil milhões e uma taxa de execução financeira global de 63,51%, que corresponde a um total de despesa liquidada de Kz 2,9 mil milhões.

1143. O Governo da Província do Bengo cumpriu o princípio fundamental do equilíbrio orçamental, na medida em que as receitas foram suficientes para fazer face às despesas.

PRELIMINAR

## Governo Provincial de Benguela

1144. O Governo Provincial de Benguela, no referido exercício financeiro, arrecadou receitas próprias no valor de Kz 43,7 mil milhões, um decréscimo de 19,71% face ao ano de 2019, em que se arrecadou Kz 54,4 mil milhões.

1145. As receitas recebidas pelo Governo Provincial de Benguela no presente exercício, atingiram o montante de Kz 104,4 mil milhões, o que corresponde a 96,9% das dotações orçamentais.

1146. A análise do PIP de 2020, revela um orçamento de Kz 1,4 mil milhões, com uma execução financeira no valor de Kz 1,1 mil milhões, equivalente a 77%, do valor aprovado.

1147. O Quadro 180 apresenta os projectos executados, evidenciando a respectiva taxa de execução física, com início em anos anteriores.

Quadro 179 - Execução do PIP do Governo Provincial de Benguela
(Milhões de Kwanzas)

| Projecto | Valor do Contrato | Total Pago | Execução Física | Estado |
|---|---|---|---|---|
| Construção de escola de 20 Salas- Cubal | 245 | 202 | 43% | Em Curso |
| Fisca. da Emp. de Cons. de escola de 20 Sala- Cubal | 12 | 12 | 43% | Em Curso |
| Construção de escola de 20 Salas – Bocoio | 249 | 220 | 68% | Em Curso |
| Construção de escola de 20 Salas - Chongoroi | 236 | 231 | 40% | Em Curso |
| Fiscalização da Empresa de Construção de escola de 20 Sala- Chongoroi | 11 | 10 | 40% | Em Curso |
| Construção de escola de 20 Salas - Caimbambo | 250 | 197 | 41% | Em Curso |
| Fiscalização da Empresa de Construção de escola de 20 Sala- Caimbambo | 12 | 12 | 41% | Em Curso |
| Construção de escola de 20 Salas - Catumbela | 226 | 209 | 48% | Em Curso |
| Fiscalização da Empresa de Construção de escola de 20 Sala- Catumbela | 11 | 11 | 48% | Em Curso |
| **Total** | **1 252** | **1 104** | | |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial de Benguela.*

1148. Importa realçar que, ao longo do ano de 2020, não houve inserção de novos projectos. Os projectos em referência são de anos anteriores, e que estão em curso, desde o ano de 2016.

1149. O quadro 181 demonstra a Lista de responsáveis do Governo Provincial de Benguela.

PRELIMINAR

Quadro 180 – Lista dos Responsáveis do Governo Provincial de Benguela

| Nome | Função |
|---|---|
| Rui Luís Falcão Pinto de Andrade | **Governador** |
| Jorge Rafael da Costa | Director do GEPE |
| Aquiles Manuel de Magalhães Alves de Carvalho | Secretário- Geral |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial de Benguela*

## Governo Provincial do Bié

1150. A dotação orçamental revista, aprovada em 2020, foi de Kz 68,8 mil milhões. O Plano de Actividades anual, que congrega as actividades desenvolvidas, registou um valor total de execução financeira de Kz 67,6 mil milhões, que corresponde a uma execução de 98,12% da despesa liquidada.

1151. A dotação orçamental para projectos do PIP foi de Kz 9,2 mil milhões, sendo que sobre este valor foram executados Kz 8,4 milhões, representando uma taxa de execução de 91,59%.

1152. Dos diversos projectos PIP, inscritos no período em apreço, destacam-se os seguintes que tiveram execução:

a. Asfaltagem (6 km) da Malha Rodoviária da Sede Municipal do Cunhinga, tendo sido executado o valor de Kz 457,4 milhões.

b. Reabilitação das vias terciárias de ligação às comunas de Cambandua, Chicala e Trumba, com despesas realizadas na ordem dos Kz 504,8 milhões.

c. Terraplanagem de 44 km das vias secundárias e terciárias E L, com uma execução de Kz 373 milhões.

d. Terraplanagem das vias terciárias de acesso de Ligação da Sede Municipal, com despesas no valor de Kz 366 milhões.

e. Construção e apetrechamento do Hospital Municipal do Cunje, no Cuito, tendo sido liquidadas despesas na ordem dos Kz 410,3 milhões.

PRELIMINAR

f. Construção e reabilitação de infraestruturas rurais na província, com despesas executadas no valor de Kz 308,4 milhões.

g. Construção de Infraestrutura integradas da Sede municipal do Chinguar, com despesas realizadas na ordem dos Kz 390,8 milhões.

1153. Pode-se concluir que, no ano de 2020, cumpriu-se o princípio fundamental do equilíbrio orçamental, tendo as receitas recebidas sido suficientes para fazer face às despesas, apesar de se verificar atrasos na homologação e pagamento das Ordens de Saque.

1154. O quadro 182 demonstra a Lista de responsáveis do Governo Provincial do Bié.

Quadro 181 – Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Bié

| Nome | Função |
|---|---|
| Pereira Alfredo | **Governador** |
| José Fernado Tchatuvela | **Vice- Governador P/Serv. Técnicos e Infraestruturas** |
| António Manuel | **Vice- Governador P/ Área Política, Social e Económica** |
| Vicente Francisco Menezes da Rocha | Secretário- Geral |
| Juvenal Teixeira da Silva Girão | Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial do Bié*

## Governo Provincial do Cuanza – Sul

1155. O Governo Provincial do Cuanza Sul é o órgão desconcentrado da administração central que visa assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da Administração do Estado, dos cidadãos, das comunidades e das empresas, promover o desenvolvimento económico, social e garantir a prestação de serviços públicos na respectiva circunscrição administrativa.

1156. O Orçamento Geral do Estado aprovado para a Província do Cuanza Sul, no exercício económico 2020, foi de Kz 7,5 mil milhões e a execução orçamental da despesa foi Kz 3,3 mil milhões, representado uma realização de 43,4%.

PRELIMINAR

1157. Durante o período em análise, as receitas arrecadas e depositadas na Conta Única do Tesouro pela Província ascenderam a Kz 1,9 milhões, provenientes de Imposto Predial Urbano – Património e Adicional de 10% sem multas.

1158. Relativamente ao orçamento aprovado no montante de Kz 7,5 mil milhões foi executado Kz 3,3 mil milhões, pelo que o valor percentual da execução da despesa corresponde a 43,43%.

1159. O orçamento aprovado para o PIP foi de Kz 1,5 mil milhões, tendo sido executado cerca de Kz 453 milhões. A execução física dos projectos foi de 40,83%, ou seja, dos 7 projectos aprovados, apenas foram executados orçamental e financeiramente 4 deles.

1160. A Unidade Orçamental Governo Provincial do Cuanza Sul, no âmbito das suas atribuições, desenvolveu acções, conforme abaixo discriminadas:

a. Realização de sessões ordinárias do Governo Provincial, o Conselho Provincial de Auscultação das Comunidades e o Conselho Provincial de Concertação Social;

b. Realização de visitas de constatação de ajuda e controlo às Administrações Municipais;

c. Realização de Feiras de Exposição e Comercialização dos Produtos de Produção Local do CAMPO;

d. Lançamento do programa AGRIJOVEM – CS;

e. Realização das celebrações e datas comemorativas, nomeadamente, o 4 de Fevereiro, o 4 de Abril, 1 de Maio, 8 de Março, 1 de Junho, 15 e 17 de Setembro e o 11 de Novembro;

f. Realização de acções de prevenção e combate a propagação do Coronavírus (Covid-19);

g. Realização da mobilidade do pessoal;

h. Elaboração e recepção de expedientes de natureza diversa;

PRELIMINAR

i. Elaboração, consolidação, digitação e validação da proposta orçamental do Órgão Governo Provincial do Cuanza Sul;

j. Execução de despesas públicas nos ordenadores de Actividade Básica e Despesas Pública de Desenvolvimento.

### Governo Provincial do Huambo

1161. O Governo da Província do Huambo é um órgão desconcentrado da Administração Central, que visa assegurar a realização das funções do Estado a nível da Província do Huambo, incluindo a gestão o Orçamento Geral do Estado, nos termos do Decreto Executivo n.º 44/18, de 12 de Abril, que aprova o Estatuto Orgânico do Governo da Província do Huambo.

1162. Para o suporte do cumprimento das acções no âmbito de despesas Correntes e de Capital, à Província do Huambo foi atribuída uma dotação orçamental inicial de Kz 18,4 mil milhões. Em função da revisão do OGE 2020, o Governo da Província do Huambo registou uma redução para um orçamento revisto no valor de Kz 10,9 mil milhões, assim distribuídos:

a. Kz 1,5 mil milhões para as despesas com bens e serviços;

b. Kz 369,8 milhões para outras despesas de capital;

c. Kz 1,9 mil milhões para despesas com outras transferências;

d. Kz 6,9 mil milhões para despesas com pessoal.

1163. Assim, o percentual das despesas no exercício económico de 2020 foi de 98%, tendo como base o valor do OGE 2020 Revisto.

1164. Para as despesas de Apoio ao Desenvolvimento, o orçamento revisto foi de Kz 216,6 milhões, tendo sido executado o valor de Kz 215,7 equivalente a uma execução de 99,6% do valor do orçamento revisto. Importa ainda referir que, do montante executado cerca de 74% foi utilizado para apoiar as despesas relacionadas com a campanha de prevenção e combate à Covid-19.

PRELIMINAR

1165. No âmbito das Despesas de Apoio ao Desenvolvimento, cuja execução financeira foi de 99,6%, foram cabimentados 8 projectos.

1166. Para a execução do Programa de Investimentos Públicos (PIP) 2020, contou-se com um orçamento revisto de Kz 467,8 milhões para 11 projectos dos 19 projectos inscritos, cuja execução financeira foi de 100% do orçamento revisto.

1167. Apesar da insuficiência dos recursos, em 2020 foram realizadas as seguintes acções de realce:

a. Ampliação do Edifício Administrativo Huambo do Governo Provincial;

b. Construção da Infra-estrutura, 200 fogos Huambo 2015;

c. Pagamento da construção da Estrada secundária do Huambo, segunda zona académica no troço Macolocolo/Funileiros;

d. Estudos e Projectos/Huambo;

e. Programa de investimento, conservação do património cultural em todo Município do Huambo;

f. Programa de Reabilitação, ampliação de Centros de Saúde do Huambo (M).

1168. O quadro 183 demonstra a Lista de responsáveis do Governo Provincial do Huambo.

Quadro 182 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Huambo

| Nome | Função |
|---|---|
| Lotti Nolika | **Governadora** |
| Tiago Cangombe António | Secretário- Geral |
| Bernardo Domingos Elavoco | Director GEPE |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial do Huambo assinado pelo Responsável*

PRELIMINAR

### Governo Provincial do Cuando – Cubango

1169. O Governo da Província do Cuando Cubango é um órgão desconcentrado da Administração Central que visa assegurar a realização das funções do Estado a nível Provincial.

1170. No quadro da execução financeira, e com vista a assegurar o normal funcionamento do governo como Unidade Orçamental e dos seus órgãos dependentes, foi-lhe atribuído um orçamento, para o exercício económico de 2020, no valor de Kz 22,5 mil milhões, e liquidou despesas de Kz 8,9 mil milhões, com uma execução de cerca de 40% do valor do orçamento.

1171. Importa destacar o esforço que tem vindo a ser feito, no sentido do aumento dos níveis de cobrança local, a nível de receitas. Assim, no período em análise, foram arrecadadas receitas na ordem dos Kz 1,6 mil milhões.

1172. O valor da execução orçamental das despesas inerentes ao Programa de Investimento Público (PIP) correspondeu a Kz 630,8 milhões, para 67 projectos aprovados, 8 foram executados e 59 não foram executados.

### Governo Provincial da Huila

1173. Para o suporte do cumprimento das acções no âmbito de Despesas Correntes de Capital, a Província da Huíla foi atribuída uma dotação orçamental de Kz 109,5 mil milhões assim distribuídos:

a. Kz 68,1 mil milhões, equivalente a 62,1%, de despesas com pessoal;

b. Kz 4,9 mil milhões, correspondente a 4,1%, de contribuições do empregador para a Segurança Social;

c. Kz 14,6 mil milhões, correspondente a 13,4 %, de despesas de bens e serviços;

d. Kz 3,3 mil milhões, equivalente à 3,0%, para os subsídios e transferências correntes;

PRELIMINAR

e. Kz 2,3 mil milhões, correspondente à 2,1%, de despesas com Investimentos Públicos;

f. Kz 16,5 mil milhões, correspondente à 15,1%, de despesas de apoio ao desenvolvimento.

1174. Assim, a despesa liquidada em termos globais foi de Kz 106,3 mil milhões, o que corresponde 99,4% da despesa cabimentada e o valor pago foi de Kz 103,9 mil milhões, que representa 94,8% do valor global orçamentado.

1175. Na execução do Programa de Investimentos Públicos (PIP) 2020, contou-se com um orçamento avaliado em Kz 2,3 mil milhões para 18 projectos inscritos, o que representa uma execução de 100% do orçamento.

1176. Importa ainda referir que a despesa paga foi de 97,2%, em relação a despesa liquidada e finalmente ressaltar que, do valor global orçamentado a maior incidência foi das Outras Unidades Orçamentais com 86,27%, a seguir a Unidade Orçamental Governo Provincial da Huíla com 13,73%.

1177. O GP da Huila apresentou a lista dos responsáveis assinado, tal como apresentado no quadro 184.

Quadro 183 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial da Huila

| Nome | Função |
|---|---|
| Luís Manuel da Fonseca Nunes | **Governador** |
| Maria João Francisco Tchipalavela | Vice- Governadora para o Sector Político Social e Económico |
| Nuno Bernabé Mahapi Dala | Vice- Governador para o Sector Técnico e Infra- Estruturas |
| Anselmo Cristiano José Vasco | Secretário- Geral |
| Manuel Miguel Luzolo | Director do GEPE |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial da Huila assinado pelo Responsável*

## Governo Provincial de Lunda Norte

1178. O Governo Provincial da Lunda Norte, tem como objectivo a realização de tarefas e programas económicos, sociais e culturais de interesse local e nacional, com observância da Constituição, das leis e das decisões do Titular do Poder Executivo.

PRELIMINAR

1179. O orçamento de 2020 fixou despesas no valor de Kz 47 mil milhões, o montante de despesas liquidadas foi de Kz 44 mil milhões, e a taxa de execução orçamental das despesas correspondia a 94%.

1180. Quanto ao PIP, o valor orçamentado para os projectos inscritos foi de Kz 4 mil milhões, tendo havido uma taxa de execução de 33,8% equivalente a Kz 1,3 mil milhões.

1181. O governo Provincial da Lunda Norte, a semelhança do que ocorreu em todo País, beneficiou de projectos inscritos no PIP, apesar das dificuldades económicas e financeiras que o mundo vive, tendo atingido um nível de execução de 86,04%.

1182. A taxa de execução orçamental atingiu os 94%, uma vez que a conjuntura económica limitou a distribuição de quotas financeiras, ainda assim neste domínio pode-se salientar que o Governo Provincial cumpre o princípio fundamental do equilíbrio orçamental.

1183. O Relatório de Gestão do GP de Lunda Norte, apresentou a lista dos responsáveis assinado, tal como apresentado no quadro 185.

Quadro 184 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Lunda Norte

| Nome | Função |
|---|---|
| Ernesto Muangula | **Governador** |
| Deolinda Odia Paulo Satula Vilarinho | Vice- Governadora para o Sector Económico |
| Lino dos Santos | Vice- Governador para o Serviços Técnico e Infra- Estruturas |
| Afonso Anacleto Baribanga | Secretário- Geral |
| Edna Beneque Queximalunga | Director do GEPE |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial do Lunda Norte assinado pelo Responsável*

## Governo Provincial de Lunda Sul

1184. O Governo Provincial da Lunda Sul, é o representante da Administração Central na respectiva província, a quem incumbe em geral, conduzir a governação da Província, assegurar o normal funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado e promover o desenvolvimento económico e social dos Municípios e a qualidade de vida dos cidadãos, respondendo pela sua actividade perante o Titular do Poder Executivo.

PRELIMINAR

1185. Para o exercício económico de 2020, o OGE aprovou para a Província da Lunda Sul, a dotação orçamental de Kz 10,2 mil milhões.

1186. As receitas arrecadadas resultantes dos serviços prestados, previstos no Decreto Presidencial nº 307/10, de 20 de Dezembro, estavam estimadas em Kz 186 milhões.

1187. Durante o ano, a Província realizou despesas de Kz 6,4 mil milhões, correspondendo a 62% de execução orçamental, tendo efectuado pagamentos a nível das despesas com pessoal de Kz 609 milhões, bens e serviços de Kz 1,9 mil milhões, despesas de capital na ordem dos Kz 3,6 mil milhões e para outras transferências no valor de Kz 242 milhões.

1188. O valor aprovado do PIP estava orçado em Kz 3,4 mil milhões, com o objectivo de realizar projectos inscritos para os municípios que constituem a Província. Para tal, foi registada uma execução financeira de Kz 1,3 mil milhões, representando 78%.

1189. Comparativamente ao mesmo período do exercício passado, o nível de execução teve um aumento de 3,04%. Constatou-se, a partir do primeiro trimestre do ano em curso, devido a actual situação financeira que ocorre no País, uma cativação de valores da dotação orçamental aprovada, estimada em 44% na categoria de despesas de bens e serviços, 35% em outras despesas de capital e 85% em despesas de apoio ao desenvolvimento, excepto a dotação de despesas com pessoal.

### Governo Provincial Do Namibe

1190. O Governo Provincial do Namibe, é um órgão desconcentrado da Administração Central do Estado que visa assegurar a realização das funções do Estado a nível provincial. Rege-se pelo seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto Executivo n.º 31/18, de 26 de Março, e do Decreto Presidencial n.º 202/19 de 25 de Junho, que regulamenta o funcionamento dos órgãos da Administração Local.

1191. O Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2020 atribuído à Província do Namibe foi de Kz 46,8 mil milhões. No âmbito da

PRELIMINAR

revisão do OGE do exercício de 2020, a dotação orçamental foi reduzida para Kz 40,6 mil milhões, correspondendo a uma redução de 13% do orçamento inicial aprovado.

1192. No período em análise, as Unidades Orçamentais da Província do Namibe arrecadaram receitas no valor de Kz 222 milhões, resultantes das taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da Administração Local do Estado, nos termos do Decreto Presidencial n.º 47/18, de 9 de Fevereiro.

1193. A Província do Namibe ao longo de 2020 executou despesas no valor de Kz 39 mil milhões, correspondente a 83% do orçamento inicial aprovado, destinadas a cobrir as seguintes despesas, tal como se pode observar no quadro 186.

Quadro 185 - Despesas Executadas pelo Governo provincial do Namibe

(Milhões de Kwanzas)

| Categorias de Despesas | Valor Executado | Valor % |
|---|---|---|
| Despesas com o Pessoal | 26 084 | 67% |
| Contribuições do Empregador | 1 826 | 5% |
| Despesas em Bens e Serviços | 5 092 | 13% |
| Subsídios e Transferências Correntes | 376 | 1% |
| Outras Despesas de Capital | 1 260 | 3% |
| PIP | 4 363 | 11% |
| **Total** | **39 001** | **100%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Governo Provincial do Namibe.*

1194. Para o PIP da Província, foi inicialmente orçamentado o valor de Kz 9,6 mil milhões. Contudo, face a revisão do OGE 2020 o valor do PIP foi revisto para Kz 4,7 mil milhões e executado no valor de Kz 4,4 mil milhões nas seguintes Unidades Orçamentais da Província, conforme o quadro 187.

Quadro 186 - Execução do PIP do Governo Provincial do Namibe

(Milhões de Kwanzas)

| Categorias de Despesas | Valor Executado | Valor % |
|---|---|---|
| Governo Provincial do Namibe | 288 | 7% |
| Contribuições do Empregador | 959 | 22% |

PRELIMINAR

| Categorias de Despesas | Valor Executado | Valor % |
|---|---|---|
| Despesas em Bens e Serviços | 663 | 15% |
| Subsídios e Transferências Correntes | 843 | 19% |
| Outras Despesas de Capital | 959 | 22% |
| PIP | 651 | 15% |
| **Total** | **4 363** | **100%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial do Namibe.*

1195. No período em análise, apesar de terem sido inscritos 99 Projectos no Programa de Investimento Público (PIP), dada as insuficiências na atribuição de recursos financeiros como consequência da situação económica do País, agravada pela pandemia da COVID-19, foi apenas possível executar um total de 23 Projectos.

1196. Por último, é importante dar nota que não obstante os constrangimentos registados na continuidade de execução do PIP e na implementação do PIIM bem como o impacto da pandemia do COVID-19, pode-se concluir que houve ganhos significativos decorrentes da execução das actividades básicas em outras áreas. Pelo que, se pode considerar como tendo sido um orçamento possível atendendo a situação económica que o país atravessa.

1197. O Relatório de Gestão do GP do Namibe apresentou a lista dos responsáveis assinado, tal como apresentado no quadro 188.

Quadro 187 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial do Namibe

| Nome | Função |
|---|---|
| Augusto Archer de Sousa Mangueira | **Governador** |
| Carla Maisa Pereira Tavares | Vice- Governadora |
| Ema Samali Henriques da Silva Guimarães | Vice- Governadora |
| Francisco Alegria | Secretário-Geral |
| Paula Cristina Inácio Contreiras | Directora do GEPE |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial do Namibe assinado pelo Responsável*

## Governo Provincial De Malanje

1198. O Orçamento Geral do Estado, para o exercício económico de 2020, atribuído à Província de Malanje foi de Kz 8,2 mil milhões. Durante o período em apreço, o orçamento foi revisto tendo se fixado no valor de Kz

PRELIMINAR

5,2 mil milhões com uma taxa execução global de 89%, correspondente a Kz 4,6 mil milhões.

1199. Para o PIP da Província, foi previsto no OGE 2020 para a realização de 25 projectos, um valor na ordem dos Kz 3,1 mil milhões, para uma execução líquida de Kz 2,2 mil milhões. O percentual de execução financeira do PIP foi de 71%.

1200. Dos 7 projectos inscritos, foram executados apenas 5 projectos, sendo todos por meio de recursos ordinários do tesouro.

1201. Por indisponibilidade de verba e outros condicionalismos, 2 projectos não tiveram execução, quer física, ou financeira. De referir que com a revisão orçamental, foram inscritos alguns projectos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

1202. Entre as várias actividades desenvolvidas, destaca-se:

a. O arranque dos Projectos de Desassoreamento do Rio Malanje e da Construção e Apetrechamento Casa da Juventude de Malanje;

b. Realização do concurso publico de 3 projectos no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), nomeadamente: a reconstrução da Escola Hoji Ya Henda em Malanje, reabilitação, ampliação e apetrechamento da escola nº 87 Malanje e a construção e apetrechamento do Centro Médico Polivalente de Calandula/Malanje.

1203. Dentre os vários constrangimentos destaca-se no domínio das infra-estruturas:

a. Falta de fonte de financiamento dos projectos PIP no geral, por conta da crise financeira mundial;

b. A não conclusão das obras das infra-estruturas integradas da cidade de Malanje, que muito contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos seus citadinos, igualmente sob responsabilidade do Ministério da Construção e Obras Públicas;

PRELIMINAR

c. Falta de possibilidade de inscrição de novos projectos de investimentos públicos de impacto social.

1204. O Relatório de Gestão do GP de Malanje, apresentou a lista dos responsáveis assinado, tal como apresentado no quadro 189.

Quadro 188 - Lista dos Responsáveis do Governo Provincial de Malanje

| Nome | Função |
|---|---|
| Norberto Fernandes dos Santos | **Governador** |
| José Francisco Manuel | Secretário Geral |
| Joaquim António | Director do GEPE |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Governo Provincial de Malanje assinado pelo Responsável*

## Governo Provincial Do Uíge

1205. O Governo Provincial do Uíge, é o Órgão Desconcentrado da Administração Central que visa assegurar a realização das funções do Estado a nível Local.

1206. A dotação orçamental revista em 2020 foi de Kz 83,2 mil milhões e foram executadas despesas num total de Kz 75,8 mil milhões, sendo o percentual entre o total orçamentado e total de despesas executadas de 91%, conforme espelhado no quadro 190.

Quadro 189 - Execução Orçamental do Governo Provincial do Uíge
(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **73 000** | **66 122** | **91%** |
| Despesas de Funcionamento | 16 949 | 14 384 | 85% |
| Pessoal | 53 217 | 48 909 | 92% |
| Transferências | 2 834 | 2 829 | 100% |
| **De Capital** | **10 299** | **9 635** | **94%** |
| Despesas de Capital | 10 299 | 9 635 | 94% |
| **Total** | **83 299** | **75 757** | **91%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Governo Provincial do Uíge*

PRELIMINAR

1207. O valor orçamental do PIP foi de Kz 10,3 mil milhões, com uma execução das despesas no valor de Kz 9,6 mil milhões o que representa 93,55% do valor orçamentado.

1208. Do total de 141 projectos, foram executados 83 projectos. Devido a actual situação que o Pais atravessa, foram feitos vários cortes relacionados com as despesas de capital, razão pela qual não foram disponibilizadas quotas financeiras para o efeito, ficando projectos por executar, entre estes destacam-se alguns projectos de grande impacto como, escolas, estradas, Hospitais Municipais, Administrações Municipais e Programa Água para Todos.

1209. Em 2020, a Província do Uíge foi contemplada com projectos que proporcionaram um ganho significativo, como a construção de um sistema de abastecimento de água potável no Município do Bungo, que vai beneficiar mais de 901 habitantes, vem facilitar de forma significativa a vida da população daquela comunidade.

### Governo Provincial De Cabinda

1210. O orçamento aprovado para o exercício económico de 2020, inicialmente avaliado no montante de Kz 47,1 mil milhões, e previu o valor de Kz 33,9 mil milhões, destinado a despesas correntes e Kz 13,1 mil milhões, para despesas de capital.

1211. Entretanto, objecto de revisão, o OGE ficou fixado no montante de Kz 37,7 mil milhões, representando uma redução em cerca de 20%, relativamente ao valor inicialmente aprovado.

1212. Para o período em análise, foi arrecadada receita no montante de Kz 24,1 mil milhões, da qual Kz 5,9 mil milhões correspondendo a de consignação local, fortemente influenciada pelo Imposto Sobre o Rendimento (IRT), no valor de Kz 9,5 mil milhões e pelo Imposto Sobre o Consumo (IC) no valor de Kz 3,2 mil milhões, representando respectivamente, um peso de cerca de 44,5% e 27,7%, em relação ao montante total arrecadado.

PRELIMINAR

1213. A dotação orçamental aprovada para o PIP foi de Kz 13,2 mil milhões. Após a revisão orçamental, o valor em execução fixou-se no montante de Kz 3,5 mil milhões, tendo representando uma redução de cerca de 73%, quando comparando com valor inicialmente aprovado.

1214. No domínio do Programa de Investimentos Públicos, a exiguidade de recursos financeiros disponibilizados não permitiu honrar grande parte dos compromissos contratuais vigentes, assumidos pelo Governo Provincial de Cabinda. Inicialmente foram atribuídas quotas para os projectos ao abrigo da linha Eurobonds e a partir de Junho foram somente disponibilizadas quotas para projectos PIIM.

1215. Em relação as principais acções desenvolvidas destacam-se as seguintes:

a. No domínio da Saúde – Com o objectivo de melhorar a rede sanitária da província, foram inscritos no PIIM, 8 projectos ligados à construção, reabilitação e ampliação de hospitais, centros de saúde e postos de saúde, sendo 7 localizados no município de Cabinda e 1 no município de Belize. A conclusão destes projectos está prevista para o primeiro semestre de 2021;

b. No domínio da Educação, Ciência e Tecnologia – Encontram-se em fase de construção duas escolas do primeiro e segundo ciclos nos municípios de Cacongo e Belize, e em carteira, encontra-se a construção de mais duas escolas primárias nos municípios de Cabinda e Cacongo, respectivamente;

c. Desenvolvimento económico integrado – No âmbito do apoio à produção, com vista a acelerar o processo de substituição da importações e diversificação das exportações (PRODESI), foram aprovadas 28 candidaturas das quais, 7 de operadores económicos locais e 18 de processos ligados com cooperativas, no âmbito das medidas de alívio económico em curso no país. A implementação destes projectos terá um impacto directo na criação de emprego e no aumento da oferta de bens e serviços para os mercados de consumo local;

PRELIMINAR

d. Dimensão das Infra-estruturas técnicas – Assinalam-se, neste domínio os esforços que têm vindo a ser realizados para o abastecimento de água e energia às populações. Ressalta-se, no domínio das águas, a construção e reabilitação dos sistemas de água nas localidades de Bonde Grande, Necuto, Inhuca e Massabi, o que permitirá, futuramente, o alargamento dos níveis de produção e distribuição de água às populações. No sector de infra-estruturas rodoviárias destaca-se o melhoramento das vias secundárias e terciárias em curso em todos os municípios da Província.

## Governo Provincial do Cuanza-Norte

1216. Após a aprovação do Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício de 2020, foi atribuído, ao Governo Provincial do Cuanza-Norte, a dotação inicial de Kz 44,3 mil milhões. Na sequência da revisão do orçamento, o valor da dotação orçamental atribuída fixou-se em Kz 57,7 mil, milhões.

1217. Foram arrecadadas receitas no valor de Kz 1,3 mil milhões que deram entrada efectivamente na CUT.

1218. Neste contexto, este órgão efectuou despesas na ordem dos Kz 47,2 mil milhões com uma execução de 82%, distribuído da seguinte forma:

a. Despesas com pessoal, no valor de Kz 19,2 mil milhões;

b. Despesas com bens e serviços, na ordem dos Kz 6,2 mil milhões;

c. Contribuições para o Empregador, no valor de Kz 1,3 mil milhões;

d. Transferências Correntes, na ordem dos Kz 674 milhões;

e. Despesas de Capital (PIP), na ordem dos Kz 19,7 mil milhões.

1219. O Governo Provincial do Cuanza-Norte teve 73 projectos inseridos no PIP e na carteira nacional, no ano de 2020, orçados em Kz 26,7 mil milhões, dos quais foram executados 59 projectos que tiveram um grau de execução financeira de 62% correspondente a 16,7 mil milhões.

PRELIMINAR

1220. Os principais constrangimentos nas empreitadas prendem-se com as limitações impostas pela pandemia da COVID 19, a galopante subida dos preços dos materiais de construção, que tem resultado na solicitação da revisão de preços dos contractos, e o mau estado das estradas em algumas localidades da província.

1221. Entre as principais acções desenvolvidas destacam-se:

a. Com a implementação do PIIM, conseguiu-se minimizar alguns problemas candentes da população, nomeadamente a melhoria das vias de acesso as zonas de produção agrícola (Estrada Terciaria, Açude/Cerca, numa extensão de 15 km – Município do Golungo Alto), Terraplanagem e construção de uma ponte no troço Dundo ya Mutulo/Kilessa – Município do Lucala, Construção de uma Ponte sobre o rio Quididi, Comuna do Luinga – Município de Ambaca Terraplanagem das vias de acesso ao Município Bolongongo/Terreiro/ Quiquemba (60 Km) – Município do Bolongongo;

b. No sector da Saúde, implementou-se o aparelho de Raio X em todos municípios da Província.

c. No sector de saneamento básico, criou-se condições básicas para que todas as administrações Municipais pudessem realizar os trabalhos de recolha de resíduos sólidos.

### Governo Provincial Do Cunene

1222. Em 2020, o Orçamento aprovado para a Unidade Orçamental Governo Provincial do Cunene foi de Kz 10,6 mil milhões. O Orçamento aprovado foi, posteriormente, revisto em baixa para um valor correspondente a Kz 4,2 mil milhões.

1223. Durante o período em análise, houve uma execução da despesa avaliada em Kz 4,2 mil milhões, o que representa uma execução orçamental de 100% do valor orçamentado.

PRELIMINAR

1224. Para o PIP, o Governo Provincial do Cunene teve como orçamento aprovado no valor de kz 1,7 mil milhões. Do valor aprovado para PIP foram liquidadas despesas na ordem de Kz 391 milhões com um percentual de execução de 22,68%.

1225. Durante o exercício económico 2020 houve uma execução financeira de 14 projectos PIP/PIIM, com uma execução física de 53%.

1226. Entre as principais acções desenvolvidas destaca-se os seguintes projectos pagos no ano de 2020, tal como apresentado no quadro 191.

Quadro 190 - Projectos Pagos Governo Provincial do Cunene

(Milhões de Kwanzas)

| Projectos | Valor |
|---|---|
| Reabilitação Do Pavilhão Multiuso Do Naipala Cunene | 12 |
| Reabilitação Escola Do I Ciclo Com 12 Salas No Xangongo Cunene | 11 |
| Construção 1 Escola I Cíclo 12 Salas Aulas Otchindjau Cunene | 53 |
| Construção Apetrechamento De 1 Escola I Ciclo 24 Salas Em Namacunde | 88 |
| Construção 1 Escola I Cíclo de 12 Salas Em Oshimolo Cunene | 57 |
| Construção Centro De Formação Ombandja-Peu Peu | 38 |
| Construção E Apetrechamento Posto Atendimento Sme Ombadja | 17 |
| Construção E Apetrechamento Posto Atendimento SME/Cuvelai | 26 |
| Construção da Assembleia Autárquica no Município de Ombadja | 25 |
| Construção da Assembleia Autárquica no Município da Cahama | 26 |
| Reabilitação e Ampliação da Administração de Ombadja | 18 |
| Reabilitação e Ampliação da Administração da Cahama | 15 |
| **Total** | **386** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Governo Provincial do Cunene.*

2. Em 2020, foram implementados os principais programas económicos:

   a. Promover o desenvolvimento sustentável e diversificado, com inclusão social e redução das desigualdades;

   b. Estimular a transformação da economia, o desenvolvimento do sector privado, a produtividade e a competitividade da economia;

   c. Reorientar o Investimento Público para Projectos Estruturantes de bens Públicos, e Promotores da diversificação da economia,

PRELIMINAR

sobretudo daqueles que contribuam para a viabilidade e aumento da produtividade dos investimentos privados.

## Governo Provincial Do Zaire

1227. A dotação orçamental aprovada para a Província do Zaire, no ano 2020, foi de Kz 9,5 mil milhões. Em função da actual conjuntura macroeconómica que o País já vinha vivendo, decorrente da quebra do preço do petróleo, e da Covid-19, o executivo introduziu um conjunto abrangente de medidas orçamentais, tendo esta Unidade Orçamental do Governo Provincial do Zaire, uma previsão de execução no valor estimado de Kz 6,1 mil milhões, para cobrir diversas categorias de despesas.

1228. A execução de despesas foi Kz 3,1 mil milhões, que corresponde a uma taxa de realização de 51%.

1229. O valor orçamentado para o PIP da Província foi de Kz 2,7 mil milhões, com uma execução de Kz 14 milhões, e um grau de realização de 0,54%.

1230. Relativamente à execução física, tendo em conta a carência de recursos, não foi possível fazer cobertura aos projectos previstos no presente exercício. Dos poucos recursos recebidos, foram executados apenas 2 dos 21 projectos previstos.

1231. Devido aos efeitos negativos sobre a saúde e a economia causada pela pandemia Covid-19, inúmeras medidas foram necessárias. Essas medidas mudaram a realidade do País e o seu impacto é vivenciado nos diversos sectores da sociedade, incluindo nas áreas de Construção Civil, culminando com a não execução dos Projectos Públicos presentes no exercício económico.

1232. Entre as principais acções realizadas, destaca-se a construção de 24 vias em todos os Municípios da Província.

PRELIMINAR

## Controlo de Prestação de Contas dos Governos Provinciais

1233. De acordo com o estipulado no n.º 2, do Artigo 4.º, do Decreto Executivo 32/17, de 26 de Janeiro, que estabelece as instruções para elaboração da Conta Geral do Estado, os Gestores de cada Unidade Orçamental, devem remeter os respectivos relatórios, ao Ministério das Finanças, até o dia 31 de Março de cada ano.

1234. Desta forma, o quadro 192 demonstra o controlo de prestação de contas recepcionadas pelo Ministério das Finanças, no âmbito dos Governos Provinciais, bem como as respectivas datas de recepção da informação, evidenciando o cumprimento e não comprimento do prazo estabelecido.

Quadro 191 - Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos Governos Provinciais

| Governos Provinciais | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| Governo Provincial do Bengo | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial de Benguela | ✓ | 15/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Bié | ✓ | 30/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Cuanza – Sul | ✓ | 01/04/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Huambo | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Cuando – Cubango | ✓ | 30/04/2021 | ✗ |
| Governo Provincial da Huila | ✓ | 07/04/2021 | ✗ |
| Governo Provincial de Lunda Norte | ✓ | 19/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial de Lunda Sul | ✓ | 15/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Namibe | ✓ | 17/05/2021 | ✗ |
| Governo Provincial de Malanje | ✓ | 08/04/2021 | ✗ |
| Governo Provincial do Uíge | ✓ | 26/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial de Cabinda | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Cuanza-norte | ✓ | 13/04/2021 | ✗ |
| Governo Provincial do Cunene | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Governo Provincial do Zaire | ✓ | 30/04/2021 | ✗ |
| Governo Provincial do Moxico | ✗ | - | ✗ |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

## Institutos Públicos

### Agência Nacional para Gestão da Região do Okavango

1235. A Agência para a Gestão da Região do Okavango (ANAGERO), é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade e capacidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada a luz do Decreto Presidencial n.º 279/19 de 11 de Setembro, e é um órgão tutelado pela Casa Civil da Presidência da República, cujo objectivo é promover, atrair e facilitar investimentos privados que concorram para a gestão integrada da região angolana do Cubango/Okavango, com vista a sua utilização racional e o seu desenvolvimento sustentável.

1236. Para o ano de 2020, a dotação do orçamento inicialmente aprovada para este órgão foi de Kz 479,2 milhões. Contudo, após a revisão do OGE 2020 a dotação orçamental para a ANAGERO ficou definida em Kz 308,2 milhões para fazer face as despesas na categoria de bens e serviços, pessoal e outras despesas de capital, correspondendo a uma redução na ordem de 35,7%.

1237. Do total do orçamento revisto e aprovado para 2020, foram disponibilizadas quotas financeiras na ordem dos Kz 85,9 milhões.

1238. Deste modo, foram executadas despesas no valor de Kz 71,2 milhões, das quais Kz 56 milhões foram destinadas para as despesas com bens e serviços, e Kz 15,2 milhões para as despesas com pessoal. Durante o período em apreço, não foram executadas despesas de capital, por falta de disponibilização de quota financeira.

1239. As principais actividades desenvolvidas estiveram relacionadas com o seguinte:

a. Levantamento de toda informação relevante da região;

b. Criação da logomarca da instituição, website e outro tipo de material promocional;

c. Criação de condições para levar os investidores ao terreno, por meio da base de dados de toda informação da região do Okavango.

PRELIMINAR

## Entidade Reguladora Da Comunicação Social

1240. A Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (ERCA) é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e de património próprio. A Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana, tem a natureza de entidade Administrativa independente, exercendo actividades de regulação e de supervisão da comunicação social, em conformidade com o disposto na Constituição e na Lei.

1241. Para o ano de 2020, a dotação orçamental inicialmente aprovada para este órgão foi de Kz 713,5 milhões. Contudo, em função da revisão do OGE 2020, a dotação orçamental para a ERCA foi reduzida para Kz 311 milhões, para fazer face as diversas despesas com bens e serviços, pessoal e outras despesas de capital.

1242. As despesas executadas totalizaram cerca de Kz 292,8 milhões, correspondente a 94% do valor total orçamentado. Estas despesas serviram para atender principalmente as despesas com pessoal, no valor de Kz 140,7 milhões, despesas com bens e serviços, na ordem dos Kz 158,1 milhões, e despesas de investimentos, no valor de Kz 13 milhões.

## Agência De Protecção De Dados

1243. A Agência de Protecção de Dados (APD), é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada a luz do Decreto Presidencial N.º 214/16 de 10 de Outubro de 2016, cuja missão principal é de controlar e fiscalizar o modo como os dados pessoais dos cidadãos são tratados pelas entidades públicas e privadas à escala nacional.

1244. Para o ano de 2020, a dotação orçamental inicialmente aprovada para a APD foi de Kz 212,3 milhões. Contudo, em função da baixa do petróleo e a consequente revisão do OGE 2020, a dotação orçamental para a APD foi reduzida para Kz 175,3 milhões, para atender as diversas despesas com bens e serviços, pessoal e despesas de capital, o que corresponde a uma redução de cerca de 17% em relação ao orçamento inicialmente aprovado.

PRELIMINAR

1245. Em termos de execução, a APD executou despesas na ordem de Kz 80,9 milhões para atender as despesas com pessoal no valor de Kz 17,9 milhões e para as despesas com bens e serviços no montante de Kz 62,9 milhões.

### Agência De Investimento Privado E Promoção Das Exportações

1246. A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX), é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vocacionada para promoção das exportações, captação de investimento privado, registo de propostas de investimento, apoio institucional e acompanhamento da execução dos projectos de investimento e internacionalização das empresas angolanas. A AIPEX foi criada ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 81/18, de 19 de Março de 2018 e resulta da fusão da Unidade Técnica para o Investimento Privado – U.T.I.P e da Agência para Promoção de Investimento e Exportações de Angola – APIEX.

1247. Para o ano de 2020, a dotação orçamental aprovada inicialmente para a AIPEX foi de Kz 1,37 mil milhões. Contudo, em consequência dos desafios financeiros causados pela pandemia da COVID-19, o orçamento executado pela AIPEX para fazer face as despesas na categoria de bens e serviços e pessoal, cifrou-se em apenas Kz 433 milhões, cerca de 31,5% do valor do orçamento inicial.

1248. Importa realçar que, além dos recursos financeiros referidos anteriormente, a Agência também beneficiou em Novembro de um crédito adicional suplementar no valor de Kz 1,5 mil milhões, conforme o Despacho Presidencial N.º 52/20 de 8 de Abril, executado na totalidade, para fazer face ao contracto celebrado em Abril de 2020 com a Bloomberg Media Group.

1249. A par dos Recursos Ordinários do Tesouro, a Agência, como resultado dos serviços prestados aos investidores, arrecadou ao longo do ano de 2020 cerca de Kz 261,5 milhões, que serviram para atender despesas diversas de investimento, com pessoal e despesas de funcionamento (bens e serviços).

PRELIMINAR

## Agência Nacional De Resíduos

1250. A Agência Nacional de Resíduos (ANR), é uma pessoa colectiva pública de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para assegurar a nível nacional a execução da política sobre a gestão de resíduos, no âmbito de normação, regulação e fiscalização.

1251. Para o exercício de 2020, a ANR foi contemplada com uma dotação orçamental de Kz 48 milhões. No entanto, após a revisão do OGE 2020 a ANR viu o seu orçamento reduzido no montante de Kz 43,9 milhões para suportar os seus compromissos relacionados com despesas com pessoal e despesas de bens e serviços.

1252. Assim, o orçamento executado pela ANR no período em referência foi de Kz 36,8 milhões, dos quais Kz 29,5 foram para atender as despesas com pessoal, e Kz 7,2 milhões para atender as despesas com bens e serviços, o que corresponde a uma execução de cerca 76% em relação ao orçamento aprovado inicialmente.

1253. De entre várias acções desenvolvidas ao longo do exercício de 2020, destacam-se as seguintes:

a. Construção do website da Agência;

b. Formação de activistas ambientais, em matéria de gestão de resíduos e ODS 2030;

c. Anteprojecto do Regime Jurídico de Fornecimento de Sacos Plásticos pelos Agentes Económicos aos consumidores finais;

d. Decreto Presidencial que aprova os Termos de Referência para Elaboração dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos.

e. Decreto Presidencial que estabelece as regras, requisitos, procedimentos e modelo de elaboração e aprovação dos planos de gestão de resíduos simplificados.

PRELIMINAR

1254. O Relatório de Gestão da ANR, apresentou a lista dos responsáveis assinada, tal como se pode observar no quadro 193.

Quadro 192 – Lista dos Responsáveis da Agência Nacional de Resíduos

| Nome | Função |
|---|---|
| Nelma Lígia Almeida da Silva Caetano | **Presidente do Conselho de Administração** |
| Maria Lola da Purificação | Administradora Executiva |
| Arnaldo de Carvalho Ribeiro Guimarães | Administrador Executivo |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 da Agência Nacional de Resíduos assinado.*

## Serviço Nacional De Contratação Pública

1255. O Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), enquanto Instituto Público, é um órgão da administração indirecta do Estado, tutelado pelo Ministério das Finanças (MINFIN), criado pelo Decreto Presidencial n.º 162/15, de 16 de Agosto, tem como competência fiscalizar, auditar e supervisionar o mercado da Contratação Pública, bem como apoiar o Executivo em matérias de definição e implementação de políticas e práticas relativas à Contratação Pública.

1256. Para o exercício de 2020, este Instituto foi contemplado com uma dotação orçamental de Kz 253,9 milhões, cuja execução foi de Kz 217,5 milhões para suportar os seus compromissos, correspondente a 86% da dotação orçamental.

1257. De entre várias actividades desenvolvidas ao longo do período em análise, realçam-se as seguintes:

a. Publicação da Nova Lei dos Contractos Públicos (Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro);

b. Elaboração da Proposta de Alteração do Estatuto Orgânico do SNCP;

c. Elaboração da proposta de Regulamento sobre a Organização e o Funcionamento das Centrais de Compras;

d. Tramitação de 8 (oito) Procedimentos na Plataforma SNCPE;

PRELIMINAR

e. Elaboração da visão Conceptual do Estudo sobre Corrupção nos Contractos Públicos;

f. Realizadas auditorias ao Instituto Nacional de Segurança Social e à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda;

g. Realizada auditoria ao procedimento para Construção do novo Aeroporto de M' Banza Congo;

h. Analisados contractos específicos para renegociação do Ministério da Educação;

i. Elaborados e publicados os Boletins Informativos da Contratação Pública Angolana, referentes ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Trimestres de 2020;

j. Criação da Academia de Contratação Pública em parceria com a ENAAP;

k. Implantação de 118 UCP, sendo 50 ao nível Central e 68 ao nível Local;

l. Capacitação de 833 técnicos da Administração Pública.

### Serviço Integrado De Atendimento Ao Cidadão

1258. O Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), é um Órgão do Estado, superintendido pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 134/17, de 19 de Junho, que goza de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, à qual compete genericamente a execução da política do Governo no domínio da Prestação de serviços públicos de várias entidades públicas e privadas reunidas, num mesmo espaço físico.

1259. O Orçamento aprovado para o SIAC, em 2020, foi de Kz 285 milhões, cuja execução cifrou-se em Kz 240,5 milhões, correspondente a 84% do valor aprovado.

1260. No que concerne as despesas, as mesmas foram executadas, principalmente, para as despesas com pessoal no valor de Kz 210 milhões,

PRELIMINAR

despesas com as contribuições do empregador no valor de Kz 14,4 milhões e despesas com bens e serviços no valor de Kz 16 milhões.

1261. Relativamente a arrecadação de receitas, no ano de 2020, o SIAC arrecadou um total de Kz 1,4 mil milhões, dos quais Kz 903 milhões eram provenientes do arrendamento (correspondente a 64% do valor das receitas) e Kz 502 milhões, provenientes das taxas SIAC (correspondente a 36% da receita arrecadada).

1262. As receitas próprias foram utilizadas para a realização de despesas de bens e serviços, no valor de Kz 1,1 milhões, despesas com pessoal, no valor de Kz 432,3 milhões, contribuições do empregador, no montante de Kz 23,7 milhões, e despesas com IRT, no valor de Kz 11,7 milhões.

### Serviço Nacional De Controlo Da Qualidade Dos Alimentos

1263. O Serviço Nacional de Controlo da Qualidade dos Alimentos (SNCQA), é uma pessoa colectiva de direito público, que integra a administração indirecta do Estado, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado para assegurar a coordenação e a gestão do controlo da qualidade e salubridade dos alimentos, superintendido pelo Ministério da Agricultura e Pescas, conforme o Decreto Presidencial n. º 138/19, de 13 de Maio.

1264. Para o exercício de 2020, este Instituto foi contemplado com uma dotação orçamental de Kz 228,4 milhões, cuja execução foi de Kz 161 milhões para suportar os seus compromissos de despesas com pessoal, bens e serviços e contribuições do empregador.

1265. Ao longo do mesmo período, o SNCQA também obteve receitas próprias provenientes da emissão de certificados (boletins de análises) de qualidade e exportação no montante de Kz 549 milhões.

### Serviço De Protecção Civil e Bombeiros

1266. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), é uma Unidade Orçamental dotada de um orçamento, exclusivamente para despesas de

PRELIMINAR

bens e serviços, peça fundamental para a implementação dos programas contidos do plano estratégico do MININT, alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, para cumprimento da missão institucional de segurança contra incêndios e redução de riscos de desastres.

1267. Para o ano de 2020, o Orçamento inicial aprovado para o SPCB, foi de Kz 1,1 mil milhões. Após as revisões, o montante reduziu para cerca de Kz 630 milhões, cuja execução foi na ordem de Kz 591 milhões, correspondente a cerca de 53% do orçamento inicial.

1268. Quanto a arrecadação de receitas, durante o período em análise, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros conseguiu arrecadar para a Conta Única do Tesouro (CUT) cerca de Kz 367,6 milhões, resultantes de taxas e multas aplicadas pelas prestações de serviços de segurança contra incêndios, nos termos da legislação vigente.

1269. Os recursos disponibilizados no âmbito da execução orçamental, foram destinados para a aquisição de meios correntes e de especialidade, com destaque os equipamentos e meios correntes de protecção individual, peças de reposição e de reparação que permitiram com alguma deficiência a assistência técnica de viaturas e materiais diversos para o reforço aos Comandos Provinciais e órgãos centrais.

1270. Foram ainda asseguradas despesas permanentes relativas a água para o consumo dos efectivos e para extinção de incêndios e energia eléctrica.

### Direcção Geral do Serviço Penitenciário

1271. A Direcção Geral do Serviço Penitenciário, é um Órgão do Estado, cuja responsabilidade é de fazer cumprir com as normas regulamentadas pelo Estado, a todos os indivíduos que tenham cometido crimes punidos por lei, e que estejam privados de liberdade, definido pelo Decreto Presidencial n.º 184/17 de 11 de Agosto.

1272. Para o ano de 2020, a Direcção Geral do Serviço Penitenciário teve uma dotação Orçamental inicial de Kz 691 milhões, porém após a revisão do OGE 2020, a Direcção teve um incremento do seu orçamento para atender

PRELIMINAR

as questões ligadas à prevenção e combate a COVID-19, perfazendo um valor de Kz 982,6 milhões.

1273. Assim, durante o ano de 2020 a Direcção Geral do Serviço Penitenciário executou despesas no montante de Kz 639,8 milhões, correspondente a 65% do valor do OGE revisto.

1274. Durante o exercício de 2020, foram motivo de destaque as acções de prevenção e combate a pandemia do coronavírus, relativamente ao cuidado que se teve com cerca de 25 mil reclusos e a manutenção do normal e corrente funcionamento da instituição.

### Instituto Nacional De Estatística - INE

1275. O Instituto Nacional de Estatística (INE), é um instituto público dotado de personalidade e capacidade jurídicas e de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, cujo objectivo é assegurar a produção e difusão das actividades oficiais, bem como a coordenação técnico-científica do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

1276. A Instituição foi criada pelo Decreto Presidencial n.º 8/82, de 8 Fevereiro, cujo Estatuto Orgânico foi actualizado pelo Decreto Presidencial n.º 27/17, de 22 de Fevereiro, e tutelado pelo Ministério da Economia e Planeamento.

1277. O Orçamento inicial aprovado, para o ano 2020, foi de Kz 3,7 mil milhões. Após a revisão do OGE, o montante ascendeu a Kz 9,3 mil milhões, cuja execução foi na ordem de 86%, equivalente a Kz 8,1 mil milhões, conforme demonstrado nos quadros 194 e 195.

Quadro 193 - Orçamento Atribuído ao Instituto Nacional de Estatística

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto | Variação Percentual |
|---|---|---|---|
| Instituto Nacional de Estatística | 3 744 | 9 325 | 249% |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Instituto Nacional de Estatística.*

PRELIMINAR

Quadro 194 - Execução Orçamental do Instituto Nacional de Estatística

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **9 325** | **8 060** | **100%** |
| Pessoal | 701 | 699 | 100% |
| Bens e Serviços | 119 | 92 | 78% |
| Fonte Externa | 8 505 | 7 269 | 85% |
| **Total** | **9 325** | **8 060** | **86%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Instituto Nacional de Estatística.*

1278. Das acções desenvolvidas pelo INE, destacam-se as seguintes:

a. Melhorar, desenvolver, divulgar e aplicar o quadro jurídico do SEN – Divulgação do pacote legislativo do SEN na página Web do INE e em publicações;

b. Melhorar a estrutura organizacional e operacional do INE – Implementação no INE do Serviço de Transgressões;

c. Capacitar os Recursos Humanos dos ODINEs – Organização de encontros de formação com os ODINEs sobre o enquadramento jurídico e institucional do SEM e sobre o processo estatístico;

d. Criar e actualizar instrumentos técnicos de coordenação estatística - Elaboração e divulgação de documentos metodológicos para cada operação estatística;

e. Criar e actualizar instrumentos técnicos de coordenação estatística – Divisão Política Administrativa de Angola para fins estatísticos (DPA) actualizada e divulgada;

f. Implementar procedimentos de coordenação estatística interna e externa – Realização de avaliações às delegações de competências, divulgação dos resultados e implementação de medidas corretivas;

g. Certificar as estatísticas sectoriais – Certificação como estatísticas oficiais das Estatísticas produzidas pelos ONDINEs;

PRELIMINAR

h. Adoptar no INE o sistema de gestão por objectivos e resultados – Elaboração do Plano de Actividades do SEN para 2021 e aprovação pelo CNEST no calendário aprovado;

i. Reforçar a formação técnica, promovendo parcerias com outros INEs e Universidades – Elaboração e execução do Plano de Formação do SEN de 2018-2021;

j. Fomentar o desenvolvimento e aplicação dos sistemas de informação que suportam a produção e difusão das estatísticas – Melhoria dos aplicativos informáticos do IPC, IPG e Estatísticas do Emprego;

k. Assegurar os Recursos Financeiros para um Plano de acção de médio prazo exequível e gerir eficazmente esses recursos – Elaboração da proposta do Orçamento do INE para 2021, a ser aprovada pelo CNEST, conjuntamente com o plano de actividades desse ano;

l. Actualizar classificações, metodologias e procedimentos nas actuais actividades estatísticas, para obtenção de estatísticas nacionais e provinciais, de acordo com as recomendações regionais e internacionais e as necessidades dos utilizadores – Melhoria da cobertura das Estatísticas dos transportes abrangendo o universo do transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros do sector privado e o transporte por oleoduto e gasoduto;

m. Desenvolver capacidades de gestão dos programas nacionais de inquéritos – Conceptualização de um modelo para trabalhos de campo integrados;

n. Realizar o recenseamento da agricultura, silvicultura e pecuária e divulgar resultados – Realização do recenseamento da agricultura, silvicultura e pecuária e divulgação dos resultados;

o. Aperfeiçoar procedimentos de interacção com os utilizadores e canais de comunicação que permitam antecipar novas necessidades de estatísticas – Constituição de um suporte informático sobre a procura estatística, a identificação dos utilizadores e a sua opinião e actualização regular da informação;

PRELIMINAR

p. Promover activamente a cooperação estatística internacional e regional – Cumprimento das obrigações internacionais e regionais de Angola em matéria de estatística (FMI, ONU e SADC);

q. Aumentar o uso e a acessibilidade à informação estatística – Desenvolver o Portal do INE com ligações ONDINEs, ao BNA e ao CNEST e a instâncias regionais e internacionais de estatística.

1279. O Relatório de Gestão do INE apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo da entidade, tal como se pode observar no quadro 196.

Quadro 195 – Lista dos Responsáveis do INE

| Nome | Função |
|---|---|
| Chaney Rosa John | **Directora Geral** |
| Anália Nunda Prata | Directora Geral Adjunta |
| Jaime Agostinho Jerónimo | Director Geral Adjunto |
| Sandra Fernandes A. Nime | Chefe de Departamento de Administração e Finanças |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Instituto Nacional de Estatística*

## Instituto Nacional De Luta Contra Sida- INLS

1280. O OGE aprovado para o Instituto Nacional de Luta Contra o Sida – INLS, no exercício de 2020, foi de Kz 8,3 mil milhões. Dos quais, o orçamento aprovado para o projecto "Nascer Livre para Brilhar", ascendeu os Kz 5,2 mil milhões e para as actividades do INLS o orçamento aprovado ascendeu Kz 3,2 mil milhões.

1281. Durante o I Trimestre de 2020, a quota financeira recebida e executada pelo INLS ascendeu a um total de Kz 803 milhões, dos quais 484 em Actividade Básica (ACT), sendo Kz 363 milhões na categoria Bens e Serviços, Kz 121 milhões em Pessoal, e Kz 318 milhões em Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD).

1282. No decorrer do II Trimestre de 2020, a quota financeira recebida e executada pelo INLS ascendeu um total de Kz 826 milhões, dos quais Kz 313 milhões, em ACT, sendo Kz 195 milhões, na categoria Bens e Serviços,

PRELIMINAR

Kz 118 milhões para as Despesas com o Pessoal, e Kz 512 para as Despesas de Apoio ao Desenvolvimento.

1283. Durante o III Trimestre de 2020, a quota financeira recebida e executada pelo INLS ascendeu um total de Kz 1,2 mil milhões, dos quais Kz 436 milhões em ACT, sendo Kz 299 milhões na categoria Bens e Serviços, Kz 136 milhões em despesa com o Pessoal, e Kz 784 milhões em Despesas de Apoio ao Desenvolvimento.

1284. No decorrer do IV Trimestre de 2020, a quota financeira recebida e executada pelo INLS ascendeu um total de Kz 1,7 mil milhões, dos quais 1,6 mil milhões em Actividades Básicas, sendo Kz 1,3 mil milhões na categoria de Bens e Serviços, Kz 154 milhões na categoria de Pessoal, e Kz 300 milhões em Despesas de Apoio ao Desenvolvimento DAD.

1285. Em função das quotas financeiras recebidas ao longo do ano de 2020, foram definidas actividades consideradas prioritárias para dar resposta aos Projectos do VIH no País.

1286. Importa referir que, tem sido um constrangimento a aquisição de ARV´S, devido a insuficiência da quota financeira mensal, o PNUD tem acumulado um montante considerável para fazer aquisições em grandes quantidades.

1287. Atendendo a evolução da pandemia da COVID-19 em Angola, é fundamental que se continuem a priorizar acções que impactam directamente para o alcance das metas do INLS e da campanha Nascer Livre para Brilhar.

### Instituto Nacional Da Aviação Civil

1288. O Instituto Nacional da Aviação Civil (INAVIC), é um Instituto Público do sector económico que, pela natureza da sua actividade, goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sendo que a expressão financeira da respectiva actividade se materializa com referência a um orçamento de funcionamento onde são inscritas, por categoria económica, previsões, quer de recursos, quer das respectivas aplicações.

PRELIMINAR

1289. O orçamento geral do órgão foi aprovado com uma dotação orçamental no valor de Kz 3,6 mil milhões, e uma execução no valor de Kz 2,2, que representa 62% do valor orçamentado. Importa referir que do total das despesas executadas incluem também o valor de Kz 1,4 referente às receitas próprias arrecadadas.

1290. Das várias actividades desenvolvidas destacam-se as seguintes:

a. Assistência técnica no âmbito da Segurança da Aviação Civil;

b. Revisão da regulamentação sobre a segurança da carga;

c. Revisão do plano de acções correctivas da auditoria de segurança realizada pela organização da Aviação Civil Internacional – OACI;

d. Revisão do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil e do Programa Nacional de Formação e Treino em AVSEC;

### Instituto De Reintegração Sócio-Profissional Dos Ex-Militares

1291. O Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-Militares – IRSEM, criado através do Decreto n.º 7/95, de 14 de Abril e adequado através do Decreto Presidencial n.º 242/14 de 9 de Setembro, tem a sua sede em Luanda e é de âmbito Nacional, visa de entre várias acções propor ao Executivo a adopção de medidas legislativas de protecção dos Ex-Militares, auxiliar o Executivo na concepção e realização de estratégias e metodologias de formação e superação profissional dos Ex-Militares, desenvolver acções que conduzam a criação de oportunidades de emprego, apoiar e implementar projectos para Ex-Militares com deficiência, visando a sua reintegração Socioprofissional.

1292. No ano de 2020, foi atribuído ao IRSEM o valor orçamental inicial de Kz 1,2 mil milhões. Contudo, após revisão do OGE 2020 o IRSEM viu o seu orçamento acrescido com uma dotação orçamental no valor de Kz 1,3 mil milhões. Deste modo, foram disponibilizadas verbas e liquidadas despesas na ordem de Kz 442 milhões representando 35% do Orçamento inicial conforme se demonstra no quadro 197.

PRELIMINAR

Quadro 196 - Execução Orçamental do IRSEM

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento 2020 | Despesas Liquidadas | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **1 210** | **443** | **37%** |
| Pessoal | 327 | 348 | 107% |
| Bens e Serviços | 860 | 71 | 8% |
| Contribuições do Empregador | 23 | 24 | 103% |
| Subsídios e Transferências Correntes | 0 | 0 | 77% |
| **Capital** | **40** | **0** | **0%** |
| Outras Despesas de Capital | 7 | 0 | 0% |
| Investimento | 34 | 0 | 0% |
| **Total** | **1 250** | **443** | **35%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do IRSEM.*

1293. Da gestão feita, conclui-se que o valor disponibilizado serviu sobretudo para aquisição de bens e serviços diversos, que permitiu a manutenção de condições mínimas de funcionamento da Instituição. Constatou-se ainda a falta de recursos para alavancar os projectos de reintegração programados e orçamentados para o exercício económico de 2020, tendo em atenção que o IRSEM é o principal Órgão de intervenção para a implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) em curso no País.

## Instituto De Desenvolvimento Industrial De Angola

1294. O Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), é um serviço público da administração indirecta do Estado, tutelado pelo Ministério da Indústria e Comércio, uma pessoa colectiva de direito público do sector produtivo, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável pela execução da política do Executivo no domínio do fomento da actividade industrial no país, englobando a promoção de polos de desenvolvimento industrial, a captação de investimento privado para o sector, o apoio ao financiamento das empresas industriais e o apoio ao desenvolvimento de projectos industriais, conforme o Decreto Presidencial n.º 127/15, de 2 de Junho.

PRELIMINAR

1295. No ano de 2020, a dotação orçamental aprovada para o IDIA foi de Kz 229 milhões. Contudo, após revisão do OGE 2020, o IDIA viu o seu orçamento reduzido para Kz 143 milhões, sobre o qual foram executadas despesas no valor de Kz 128,7 milhões.

1296. Em termos de despesa, o valor orçamentado serviu para a cobertura das despesas com pessoal no montante de Kz 93,8 milhões e para as despesas com bens e serviços no valor de Kz 34,9 milhões.

1297. Em 2020, apesar das limitações orçamentais e conjunturais impostas pela pandemia da Covid-19, o IDIA realizou, de entre outras actividades, as seguintes:

a. Conclusão do desenvolvimento do Website como plataforma principal para comunicação institucional e difusão dos instrumentos de Fomento Industrial;

b. Apoio aos investidores que submeteram propostas de investimento industrial;

c. Assistência técnica ao consórcio de empresas financiado pelo Banco Mundial, no âmbito do Programa RAS, para a elaboração dos Termos de Referência para o desenvolvimento e implementação do modelo de Parceria Público Privada, para infra-estruturação e exploração do polo de Desenvolvimento Industrial do Fútila;

d. Conclusão dos relatórios finais sobre os diagnósticos relativos ao Adensamento das Cadeias Produtivas das Bebidas e dos Produtos de Higiene, Limpeza e Cosméticos;

e. Foram prestados os contributos aos relatórios finais sobre os Diagnósticos relativos ao Adensamento das Cadeias Produtivas dos produtos têxteis (elaborado pela empresa Cherzi Consulting Engineering);

f. Foi gerado e actualizado o Mapeamento de infra-estruturas logísticas e de suporte aos PDI.

PRELIMINAR

### Instituto De Promoção E Coordenação Da Ajuda Às Comunidades

1298. O Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades (IPROCAC), é um Instituto Público do Sector Social, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, encarregue da promoção, coordenação, controlo e avaliação dos programas e projectos implementados pelas Organizações Não Governamentais que operam em Angola, bem como do mapeamento e acompanhamento das populações em situação de vulnerabilidade, conforme o Decreto Presidencial n.º 80/15 de 13 de Abril.

1299. Para a execução das despesas no ano de 2020, foi atribuída uma dotação orçamental no valor de Kz 221 milhões e foram executadas despesas no valor de Kz 213 milhões, o que corresponde a uma execução de 96% do valor orçamentado. Sobre o valor total executado, destacam-se Kz 179 milhões para despesas com pessoal e Kz 34 milhões para despesas com bens e serviços.

1300. A não disponibilização de Quotas Financeiras na categoria de Despesas de Capital, relacionadas com as Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD), impossibilitou a realização de algumas acções, tais como programas e projectos ligados ao Instituto, bem como a melhoria de condições de trabalho a nível do Instituto.

### Instituto Nacional De Apoio Às Pequenas E Médias Empresas

1301. O INAPEM, Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, é um instituto público tutelado pelo Ministério da Economia e Planeamento, ao qual compete a implementação das políticas e estratégicas no domínio da formação e capacitação empresarial, assistência técnica, apoio ao fortalecimento e desenvolvimento do segmento económico suportado pelas, micros, pequenas e médias empresas.

1302. Para o exercício económico 2020, o valor orçamentado totalizava Kz 1,1 mil milhões, dos quais foi cativado o montante de Kz 661 milhões correspondendo a 58%. Consequentemente, o orçamento atribuído, para a realização das despesas do INAPEM, efectivou-se em Kz 468 milhões. A

PRELIMINAR

execução orçamental das despesas foi avaliada em Kz 457 milhões, ou seja, Kz 266 milhões referentes a categoria de despesas com pessoal, Kz 172 milhões referente a despesas de bens e serviços e Kz 18 milhões em contribuições com o empregador.

1303. A realização da despesa cifrou-se na ordem de 94% face ao total do OGE, quanto ao valor total executado, observou-se ainda, uma execução de 37% em bens e serviço e 57% em pessoal ao nível do orçamento disponível por categoria.

1304. O ajuste da receita, consubstanciado na cativação da despesa, impactou negativamente o parcelar do INAPEM, sendo o Instituto forçado a não dar resposta a diversas planificações para 2020.

### Instituto Geológico De Angola

1305. O Instituto Geológico de Angola (IGEO), é um instituto público, superintendido pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, vocacionado para a gestão do conhecimento geocientífico e do potencial mineiro do território nacional e para a elaboração da cartografia geológica, geoquímica e hidrogeológica, bem como para a divulgação da informação geológica e elaboração de estudos sobre os recursos minerais e prestação de serviços especializados, conforme o Decreto Presidencial n.º 16/19 de 16 de Janeiro.

1306. O Orçamento Geral do Estado estimou uma receita inicial para o IGEO no valor de Kz 830 milhões, e fixou a despesa em igual montante. Contudo, ao longo do exercício económico realizaram-se revisões que se traduziram numa contrapartida interna da respectiva dotação.

1307. Assim, o Orçamento revisto aprovado para o Instituto Geológico de Angola para o ano de 2020, fixou-se no valor de Kz 273 milhões.

1308. No ano de 2020, houve uma execução de Kz 240 milhões, que correspondeu a um grau de execução de 88%, dos quais Kz 200,8 milhões foram para despesas com pessoal, Kz 19,8 em bens e serviços e Kz 20,1 milhões em despesas de apoio ao desenvolvimento.

PRELIMINAR

1309. Pode concluir-se também que no ano de 2020, o IGEO cumpriu o princípio fundamental do equilíbrio orçamental, em que as receitas foram suficientes para fazer face às despesas.

1310. O Relatório de Gestão do IGEO apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 198.

Quadro 197 – Lista dos Responsáveis do IGEO

| Nome | Função |
|---|---|
| Canga Xiaquivula | **Presidente do Conselho de Administração** |
| Elizabeth Cristina G. B. de Carvalho | Administradora para a Área Administrativa |
| José Manuel | Administrador para a Área Técnica |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do IGEO assinado.*

## Instituto Angolano De Normalização E Qualidade

1311. O Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ), é uma pessoa colectiva de direito público do sector produtivo, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável pela execução da política do Executivo no domínio da promoção, organização e desenvolvimento do Sistema Angolano de Qualidade, bem como asseguramento da realização da Política Nacional da Qualidade.

1312. O Orçamento aprovado para 2020, para o IANORQ, foi de Kz 146 milhões, que permitiu a realização das despesas no mesmo valor, sendo Kz 100 milhões em gastos com o pessoal, Kz 44 milhões em Bens e Serviços e Kz 2 milhões em despesas de Investimento em Acções Correntes, com uma execução global de 100% do seu orçamento.

1313. No decorrer do ano de 2020, foram arrecadadas receitas no valor de Kz 138 milhões resultantes da comparticipação em emolumentos e taxas diversas, resultantes dos serviços de taxas de verificação metrológica e vendas de normas, verificando-se um aumento de cerca de 31,21% em relação ao período anterior.

PRELIMINAR

1314. As despesas no período em referência, domínio dos recursos próprios, foram contabilizadas em Kz 116 milhões.

1315. Das várias acções desenvolvidas em 2020, destacam-se as seguintes:

a. No âmbito da Normalização, houve um aumento do acervo normativo com a integração de 92 normas Angolanas, passando a contar com 433 normas;

b. No âmbito da Metrologia, foram realizadas dois milhões duzentos e noventa e oito mil e trezentos e cinquenta e quatro verificações na província de Luanda, para conferir fiabilidade aos instrumentos de medição usados nas transacções comerciais;

c. No âmbito da Gestão de Políticas da Qualidade, foram emitidas novecentas e noventa e nove autorizações de importação de cabos eléctricos e estão pendentes trinta e seis solicitações por insuficiência documental dos utentes;

d. No âmbito da Gestão de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação, foram realizadas actividades de rotina no âmbito das suas atribuições;

e. Participação do IANORQ nas actividades dos Organismos Regionais e Internacionais nomeadamente, SADC, ISSO, OIML, IEC e CODEX Alimentarius.

1316. O Relatório de Gestão do IANORQ, apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 199.

Quadro 198 – Lista dos Responsáveis do IANORQ

| Nome | Função |
|---|---|
| Joana Bimbi Leandro | **Directora Geral** |
| Homar Simão | Director Geral Adjunta |
| Adérito Pedro Júnior | Chefe de Departamento de RH e TI |
| Jorge Joaquim | Chefe de Departamento de Metrologia |
| Jurema Maria Virgínia Albino Manuel | Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais |

PRELIMINAR

| Nome | Função |
|---|---|
| Maria Madalena Tenazinha | Coodernadora do Departamento de Normalização |
| Edna Priscila Vumi Ilídio | Coodernadora do Departamento de Gestão de Políticas de Qualidade |
| Jandira Santa Rosa Paixão | Coodernadora do Departamento de Apoio ao Director |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do IANORQ assinado.*

## Instituto De Combate E Controle Das Tripanossomíases

1317. O Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases, ICCT, é o Instituto Público encarregue de desenvolver acções no domínio do combate a doença do sono, a luta anti vectorial e investigação em doenças parasitárias, cujo estatuto orgânico foi aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 280/14 de 30 de Setembro.

1318. O OGE inicial para o exercício de 2020 foi de Kz 736 milhões. Foi disponibilizada a dotação orçamental de Kz 539 milhões, que permitiu executar despesas no valor de Kz 516 milhões correspondendo a uma execução de 70%, conforme se pode observar no quadro 200.

Quadro 199 - Execução Orçamental do ICCT
(Milhões de Kwanzas)

| Natureza | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **713** | **496** | |
| Pessoal | 330 | 282 | 85% |
| Bens e Serviços | 383 | 214 | 56% |
| Contribuições do Empregador | 23 | 20 | 85% |
| **De Capital** | 0 | 0 | |
| Investimentos | 0 | 0 | 0% |
| **Total** | **736** | **516** | **70%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do ICCT.*

1319. Durante o ano de 2020, as acções desenvolvidas tiveram em conta os princípios de combate e controlo da doença do sono, com a finalidade de esterilizar os reservatórios humanos e reduzir a taxa de transmissão. Deste modo, no eixo assistencial foram priorizados o rastreio (prospecção activa)

PRELIMINAR

da população, a integração do diagnóstico, tratamento e seguimento dos doentes nas Unidades Sanitárias e a luta anti-glossínica.

1320. As principais acções desenvolvidas pelo ICCT foram:

a. Rastreio Activo - Foram rastreados um total de 1 865 pessoas dos municípios da Banga e Cambombe (aldeia de Cafuma), província do Cuanza Norte e do município de Nambuangongo, província do Bengo;

b. Rastreio Passivo - Unidades Sanitárias Integradas com TDR -THA – Foram providas com um total de 8 920 TDR-THA as unidades sanitárias integradas, tendo sido testadas 21 500 pessoas, numa população estimada de 4 433 940 habitantes;

c. Realização do II Conselho Directivo Alargado no dia 29 de Dezembro de 2020, que contou com a presença de 40 participantes e convidados,

1321. As acções prioritárias programadas para o ano de 2020 nos municípios endémicos, foram comprometidas devido ao Estado de Emergência decretado em todo território nacional no final do mês de Março, seguido da cerca sanitária na província de Luanda, na sequência da pandemia da Covid-19.

1322. Os principais constrangimentos verificados pelo referido órgão, foram os seguintes:

a. Dificuldades de comunicação entre os vários níveis de hierarquia/liderança;

b. Falta de comprometimento de vários intervenientes no processo de eliminação da doença do sono e controlo do vector;

c. Falta de fundo de maneio para suportar as despesas pontuais nas acções de rasteio e luta anti vectorial;

d. Atraso no processo de transferências do pessoal das Unidades Orgânica-ICCT para as Unidades Orgânicas locais.

PRELIMINAR

### Instituto Nacional De Formação De Quadros Da Educação

1323. O Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação, abreviadamente designado por (INFQE), é um instituto público do sector social, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que visa criar estratégias para o apoio aos docentes do ensino primário e secundário na sala de aula.

1324. Durante o ano de 2020, foi atribuído ao INFQE um orçamento no valor de Kz 251 milhões, que lhe permitiu realizar despesas no valor de Kz 239 milhões, correspondendo a uma execução de 95% do valor orçamentado.

1325. As despesas realizadas pelo órgão, estavam decompostas em Kz 159,6 milhões destinados às despesas com Pessoal, correspondendo a uma taxa de execução de 99%, e Kz 79,8 milhões referentes aos gastos com bens e serviços, com uma taxa de execução de 68% face ao valor orçamentado.

### Instituto Nacional De Inovação e Tecnologias Indústrias

1326. O Instituto Nacional de Inovação e Tecnologias Industriais, INITI, é um instituto cujo objecto social consiste na dinamização da inovação, capacitação e desenvolvimento tecnológico da indústria, disseminação das boas práticas, fomento do desenvolvimento e transferência do conhecimento sobre tecnologias industriais.

1327. Para o ano 2020, o INITI teve uma dotação orçamental revista de Kz 146 milhões, que permitiu liquidar despesas no valor de Kz 25 milhões, que representa um grau de execução na ordem de 17% do valor orçamentado.

1328. No decorrer do ano em análise, foram alcançadas as seguintes metas:

a. Contactos com empresas do sector industrial e de formação, no sentido de trabalharem em parceria com o Instituto na reabilitação dos 4 centros de formação técnica sob a tutela do INITI e a realização de 5 Workshops online com parceiros, para disseminação de boas práticas Industriais;

PRELIMINAR

b. Formados 475 técnicos nos cursos de Electricidade, Electrónica, Pedreiro, Corte e Costura, Canalização, Mecânica Geral, Serralharia, Informática e Gestão Administrativa;

c. Aplicadas medidas de biossegurança, revisão e adequação dos programas de formação durante os estados de emergência e de calamidade, e ainda a inserção e actualização da carreira de formadores no SIGFE (MINFIN), cujo processo encontra-se já concluído.

1329. Foram verificados alguns constrangimentos durante o período em análise, que têm dificultado a operacionalização do centro:

a. Falta de condições de acesso às instalações;

b. Falta de energia eléctrica e água potável;

c. Restrições dos equipamentos, ferramentas e consumíveis;

d. Dificuldades de enquadramento profissional dos colaboradores do centro no sistema financeiro do Estado.

1330. O Relatório de Gestão do INITI apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 201.

Quadro 200 – Lista dos Responsáveis do INITI

| Nome | Função |
|---|---|
| Adérito Van- Dúnem Cusselama | **Director Geral** |
| Américo Kitelechider Moniz Miguel | Director Geral Adjunto |
| Manuel António Cristovão Cachio | Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do INITI assinado.*

## Instituto Nacional De Investigação E Desenvolvimento Da Educação

1331. No período em apreço, o orçamento aprovado para o INIDE foi de Kz 717 milhões. Foi permitido realizar despesas com pessoal e bens e serviços no valor de Kz 451 milhões, correspondente a uma execução de 63% do valor orçamentado.

PRELIMINAR

1332. A execução orçamental no período em causa revelou-se pouco satisfatória, a mesma situação deveu-se a diminuta atribuição de quotas financeiras mensais e aos constrangimentos causados pelo não pagamento atempado das despesas dos meses de Novembro e Dezembro de 2020, comprometendo as relações existentes entre o INIDE e as empresas fornecedoras de bens e serviços.

### Agência Angolana de Regulação e Supervisão De Seguros

1333. A Agência Angolana de Regulação e Supervisão De Seguros (ARSEG) foi criada através do Decreto Presidencial n.º 141/13, de 27 de Setembro, revogando assim o que estava disposto no Decreto nº 63/04, de 28 de Setembro. A ARSEG é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do referido diploma.

1334. Os proveitos decorrentes das "Ordens de Saque "emitidas no Quadro do Orçamento Geral do Estado em vigor no presente exercício económico, correspondem a Kz 593 milhões.

1335. No exercício de 2020, com a entrada em vigor do Decreto Executivo n.º 99/20, de 4 de Março, as receitas da ARSEG, provenientes dos pagamentos de emolumentos e multas das entidades supervisionadas, anteriormente depositadas em bancos comerciais, passaram a ser depositadas na Conta Única do Tesouro. Dos referidos montantes, a ARSEG, nos termos do supracitado decreto, tem direito a 60%, nos casos dos emolumentos (Taxas de supervisão), e, 50%, nos casos de pagamento respeitantes a multas.

1336. Em 2020, a rubrica "Proveitos a receber – Entidades supervisionadas "diz respeito a contribuição a receber da Tranquilidade Seguros, no montante de Kz 14 milhões, da Proteja Seguros, no montante de Kz 6 milhões e da Garantia Seguros, no montante de Kz 648 mil.

1337. Os outros encargos deferidos, no exercício de 2020, incluem custos relacionados com subsídios de deslocação para viagens em missão de serviço por realizar, no valor total de Kz 8 milhões, bem como remunerações do mês de Janeiro de 2021.

PRELIMINAR

1338. No que diz respeito a outros proveitos não operacionais, foram arrecadados cerca de Kz 4 milhões respeitante a multas aplicadas a entidades supervisionadas por irregularidades apresentadas em matéria de prestação de contas à ARSEG.

### Agência Nacional De Petróleo, Gás E Biocombustíveis

1339. No período findo a 31 de Dezembro de 2020, a ANPG teve receitas efectivamente recebidas no valor de Kz 101,9 mil milhões. Teve despesas liquidadas ao longo do exercício, com suporte a recursos consignados e receitas próprias, no valor de Kz 48,3 mil milhões.

1340. À data de 31 de Dezembro de 2020, as disponibilidades de tesouraria da ANPG rondavam os Kz 59,3 mil milhões. O referido montante, apesar de expressivo, não reflecte de forma fidedigna a situação da Agência, no que se refere às suas responsabilidades.

1341. No que concerne às receitas, importa referir que, em 2020, a ANPG não recebeu, a totalidade da receita consignada às vendas de crude da Concessionária a ser paga pelo Estado, calculada com base na totalidade das vendas de crude referentes aos direitos do Estado, valorizadas ao preço do OGE, à qual é aplicada uma taxa de 5%.

1342. Não obstante o ano de 2020 ter se mostrado excepcionalmente desafiante para o mundo em geral e para o sector petrolífero em particular, ainda assim foi possível celebrar algumas conquistas e sucessos alcançados como:

a. Para consolidar e optimizar a função reguladora, fiscalizadora e concessionária na ANPG, desenvolveu-se os processos das 10 áreas novas criadas de raiz, efectuou-se o lançamento do Programa "Que ANPG queremos ser?", que está em recta final e visa redefinir e estabelecer o modelo de actuação da ANPG como Concessionaria Nacional, Reguladora e Fiscalizadora do Sector;

b. Para impulsionar e intensificar a substituição de reservas, visando atenuar o declínio acentuado da produção de hidrocarbonetos, foi

PRELIMINAR

desenvolvida a estratégia de exploração 2020-2025, que visa intensificar a actividade de exploração de hidrocarbonetos em Angola; e efectivou-se a entrada em produção do campo Nsinga no bloco 0, com incentivo da aprovação do Decreto Legislativo Presidencial 6/18 (campos marginais);

c. Para garantir a implementação de políticas de saúde, segurança e ambiente, foi desenvolvido e aprovado o programa de saúde ocupacional, e está em curso o processo de contratação para o arranque das inspecções e fiscalização;

d. Para implementação de políticas que visam o desenvolvimento do nosso capital humano, foi implementado um processo robusto de gestão de desempenho, incluindo ferramentas informatizadas que nos permitem agora dar e receber feedback reforçando a actividade da comunicação da ANPG. Foi ainda concluído o processo de formalização dos acordos tripartidos, de todos os colaboradores transferidos para a ANPG.

### Bolsa De Dívida E Valores De Angola

1343. No que se refere a actividade de negociação nos mercados regulamentados sob gestão da BODIVA, o ano de 2020 foi marcado pela activação de Operadores Preferenciais de Títulos do Tesouro (OPTT) e pela operacionalização da linha de liquidez às empresas, promovida pelo BNA. O montante médio trimestral dos negócios ocorridos em mercados regulamentados foi de Kz 296, 8 mil milhões.

1344. Em 2020, foram processados 1 014 eventos de distribuição de rendimentos, nomeadamente, 824 pagamentos de cupão, 190 resgates/ amortizações. Em termos de volume foram liquidados 164 863, 379 títulos, perfazendo um montante financeiro de Kz 2,8 mil milhões, equivalente a US$ 4,8 mil milhões.

1345. No período findo em 31 de Dezembro de 2020, o Resultado Líquido da BODIVA ascendeu aos Kz 1,8 mil milhões, verificando-se um aumento de 93,44% face ao período homólogo de 2019.

PRELIMINAR

1346. Em 31 de Dezembro de 2020, constatou-se uma redução da margem EBITDA em 58% comparativamente a Dezembro de 2019, resultante essencialmente do aumento do custo com o pessoal na ordem dos 68%, resultado das actualizações salarias ocorridas e novas contratações de pessoal.

1347. Em 31 de Dezembro de 2020, o volume de negócios da BODIVA ascendeu a Kz 3,2 mil milhões, um crescimento de 53,84% face ao período homólogo.

1348. As rubricas de custo com o pessoal tiveram uma execução no valor de Kz 1,1 mil milhões, fornecimento e serviços de terceiros ascendeu a Kz 230 milhões, amortizações cifrou-se em Kz 47 milhões, e imposto sobre os rendimentos no valor de Kz 459 milhões.

### Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação

1349. O Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação (ISUTIC), é um Instituto Superior Técnico dotado de personalidade jurídica que goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos da legislação em vigor no subsistema de Ensino Superior.

1350. Para o ano de 2020, o ISUTIC teve uma dotação orçamental atribuída de Kz 229 milhões, que permitiu realizar despesas no valor de Kz 220 milhões, representando um grau de execução na ordem de 96,1% do valor orçamentado.

1351. Foram arrecadadas receitas próprias com inscrições, matrículas e outros no valor total de Kz 15 milhões.

1352. As principais acções desenvolvidas durante o período em referência foram:

a. Realização das defesas do bacharelato;

b. Realização das defesas de licenciaturas;

c. Realização das jornadas técnicas científicas ISUTIC 2019;

d. Realização dos concursos ICPC local e nacional;

e. Participação ao concurso ACPC, regional.

PRELIMINAR

### Instituto Regulador Da Construção Civil E Obras Públicas

1353. O Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas, é o órgão do Sector da Construção com a missão de desenvolver acções de fiscalização e inspecção, atribuir títulos habilitantes para o exercício das actividades, fixar as classes, categorias e subcategorias das empresas, e modificar, suspender ou recolher os alvarás concedidos.

1354. O valor da dotação atribuída total, após revisão do OGE no exercício de 2020, foi de Kz 2,1 mil milhões, tendo realizado despesas de Kz 907 milhões, equivalente a 42,35% do valor orçamentado.

1355. Durante o exercício de 2020, o Instituto arrecadou receitas próprias no valor de Kz 2,2 mil milhões.

1356. No período em análise, foram desenvolvidas as seguintes acções:

a. Definição estratégica e gestão integrada do IRCCOP;

b. Capacitação e melhoria a gestão interna do IRCCOP;

c. Qualificação e licenciamento de empresas de construção civil e obras públicas, projectos e fiscalização de obras;

d. Regulamentação do sector de actividade;

e. Melhoria do processo de qualificação e implementação das plataformas informáticas de licenciamento;

f. Implementação das acções de inspecção e fiscalização de empresas;

g. Promoção da comunidade institucional;

h. Reforço da cooperação e intercâmbio internacional.

### Instituto Nacional Dos Transportes Rodoviários

1357. O Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários – INTR, é um instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sob tutela do Ministério dos Transportes, que tem como finalidade supervisionar, regulamentar e inspeccionar as actividades

PRELIMINAR

relacionadas com o transporte rodoviário, nos termos do Decreto Presidencial nº 04/15, de 2 de Janeiro.

1358. Para o exercício económico de 2020, o INTR beneficiou de uma dotação orçamental de Kz 35 milhões, nas categorias de pessoal, contribuição do empregador, e subsídios de transferências correntes.

1359. A quota disponibilizada no Exercício económico de 2020, com Recursos Próprios, apresentou o valor de Kz 1,5 mil milhões. A análise da execução da despesa permite constatar que durante o exercício económico de 2020 foram realizadas despesas no valor de Kz de 288 milhões, representando 19,57% da quota disponibilizada e aprovada para o INTR

1360. Em 2020, o INTR arrecadou receitas estimadas em Kz 254 milhões, resultante da sua actividade, sem contar com as receitas provenientes do OGE, enquanto as despesas realizadas foram de Kz 288 milhões, o que corresponde a execução orçamental na ordem de 113,14%.

1361. Para execução do PIP, foi atribuído cerca de Kz 1,1 mil milhões referente a expansão dos Transportes Públicos. Este orçamento tem como fonte o financiamento externo. No âmbito da Expansão dos Transportes Públicos, o programa observou as seguintes acções:

a. Contrato de aquisição de 293 autocarros, celebrado em Agosto de 2012, entre o Ministério dos Transportes e as Empresas Auto-Sueco e Angolauto, com o valor global de US$ 108 milhões e com uma execução de 15% de Down Payment;

b. Contrato de aquisição de 1 500 autocarros para Transporte Escolar, com o valor global de US$ 383 milhões, com uma realização de 20% de *Down Payment* e foi disponibilizado US$ 96 milhões em Abril de 2019, referente a trabalhos realizados em 2018. Relativamente a este programa, em 2020 foram realizados pagamentos que ascendem o valor de US$ 47 milhões referente a entrega de 426 autocarros e outros equipamentos.

PRELIMINAR

## Instituto Nacional De Desminagem

1362. Para o exercício económico de 2020, foi aprovado para o INAD o valor de Kz 4,2 mil milhões. Como resultado da baixa do preço do barril de petróleo bruto no mercado internacional e o surgimento da Pandemia da Covid-19, logo no primeiro trimestre de 2020, efectuou-se uma revisão orçamental, o que reduziu o orçamento para Kz 2,7 mil milhões.

1363. Durante o ano de 2020, o INAD teve despesas orçadas em Kz 2,6 mil milhões, dos quais 92,61% corresponde a despesas com pessoal.

1364. A despesas referenciadas, permitiram ao INAD, ao longo do ano de 2020, realizar diversas acções de formação e desminagem, para garantir a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias, visando promover o crescimento económico e o consequente desenvolvimento do País, conforme a descrição abaixo:

a. 90 Técnicos de desminagem capacitados em matéria de desminagem e gestão administrativa;

b. 87 259 cidadão sensibilizados, em todo o País, sobre o perigo e risco que as minas representam, sendo: 25 885 meninas, 24 883 rapazes, 21 020 mulheres e 15 471 homens;

c. 152 km de extensão de áreas verificadas e desminadas para a construção de vias rodoviárias e projectos de telecomunicações;

d. 27 Km de extensão de áreas verificadas e desminadas para a instalação de linhas de transporte de energia eléctrica de alta e média tensão;

e. 19 Km de extensão de áreas verificadas e desminadas para a construção de condutas de água;

f. 1 825 058 metros quadrado de áreas verificadas e desminadas para a implementação de projectos agro-pecuários e construção de habitações;

PRELIMINAR

g. 1 513 363 metros quadrados de áreas verificadas e desminadas para a implementação de projectos de desenvolvimento turístico e da indústria mineira;

h. 468 minas antipessoal removidas destruídas;

i. 26 minas antitanque removidas destruídas;

j. 3 962 engenhos explosivos não detonados removidos e destruídos;

k. 14 073 munições de pequeno calibre decotadas, removidas e destruídas.

1365. As despesas realizadas pelo Governo Angolano no INAD constituíram um verdadeiro benefício para o País no seu todo, visto que no total foram desminados 8 500 352 metros quadrados de extensões de áreas para a implementação de projectos estruturantes, que promovem o crescimento económico e foram salvas muitas vidas.

1366. O Relatório de Gestão do INAD apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 202.

Quadro 201 – Lista dos Responsáveis do INAD

| Nome | Função |
|---|---|
| Marcelina João Lima Dala | **Directora Geral Adjunta para a Área Administrativa** |
| Ilda Letícia Elias Ndasindondyo | Responsável pela Elaboração do Relatório Anual |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do INAD assinado*

## Instituto Nacional De Emprego E Formação Profissional

1367. O Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), é um órgão tutelado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, encarregue da execução das políticas de Emprego e Formação Profissional, bem como assegurar as acções de vários níveis de formação.

PRELIMINAR

1368. Importa referir que, a execução orçamental do I, II e III Trimestre do ano de 2020, foi executada pelo Órgão Central – MAPTSS, ficando apenas sob responsabilidade do Instituto a execução do último Trimestre.

1369. Entre as principais acções desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

a. No Domínio da Formação, foram capacitados 695 formadores do domínio da Formação Pedagógica Inicial e Continua; Emitidas 600 carteiras profissionais; Realizadas 151 visitas de apoio e acompanhamento aos centros tutelados e privados; Emissão de 147 Licenças aos Centros Privados e Homologação de 3 468 Certificados das instituições de formação privadas; Inauguração da Academia Toyota no centro de Formação Profissional do Cazenga, no âmbito da parceria público- privada; Requalificação e reequipamento dos Centros de Formação Profissional; Inauguração da escola Rural da Matala na Província da Huila;

b. No Domínio do Emprego, foram registados 85 325 pedidos de emprego, dentre os quais 55 482 ofertas de emprego e 55 302 colocações directas; Capacitação de 1 862 cidadãos em empreendedorismo; No âmbito do relançamento do PAPE nas províncias do Uíge, Moxico, Luanda, Huila e Namibe, foram criados 1 367 postos de trabalho, com destaque aos programas PROMIC: 448 candidatos seleccionados a microcrédito, beneficiados 98 na primeira fase e criados 776 postos de trabalho; PROFAE: beneficiados 61, criados 370 postos de trabalho; PAVOPS: beneficiados 8 empreendedores e criados 50 postos de trabalho;

c. No Domínio dos Recursos Humanos, foram admitidos por concurso público interno cerca de 262 agentes e, extintos da relação jurídico – laboral de 74 agentes.

1370. O Relatório de Gestão do INEFOP apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 203.

PRELIMINAR

Quadro 202 – Lista dos Responsáveis do INEFOP

| Nome | Função |
|---|---|
| Manuel Mbbungalanga Vianey Mbangui | **Director Geral** |
| António Agostinho Pereira | Director Geral Adjunto para o Emprego |
| Edgarda Ganimedes Bandeira Sacramento Neto | Directora Geral Adjunta para a Formação |
| Conceição João António | Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do INEFOP assinado.*

## Instituto Nacional Da Biodiversidade E Áreas De Conservação

1371. O Orçamento Geral do Estado para o presente exercício, aprovado para o Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação, foi de Kz 359,3 milhões, tendo sido executado Kz 355,9 milhões, que representa um grau de execução na ordem de 99%.

1372. As principais acções desenvolvidas pelo Órgão foram as seguintes:

a. Foram feitos estudos para criação e atribuição de categoria de Áreas de Conservação para três novas áreas, nomeadamente Pingano, Cumbira e Carumbo;

b. Início do processo da criação de uma área de conservação Marinha na Província do Namibe;

c. Revisão da Legislação existente, relativa às áreas de conservação ambiental;

d. Transitaram para autonomia financeira 6 Parques Nacionais, nas áreas de conservação, nomeadamente Cameia, Cangandala, Iona, Maiombe, Luengue, Luiana e Quiçama;

e. Estabelecida uma parceria de Co-Gestão de áreas de conservação do Parque Nacional do Iona com o organismo internacional African Parks.

1373. Os principais constrangimentos verificados ao longo da execução foram:

a. Cabimentação financeira insuficiente para acudir situações emergentes do Instituto, principalmente tratando-se de resgate de

PRELIMINAR

animais selvagens, visitas de constatação resultantes de denúncia da população sobre o estado de sobrevivência de algumas espécies selvagens;

b. Falta de infra-estruturas administrativas nos parques Nacionais da Cameia, Mavinga, Mupa e Luengue-Luiana, o que limita bastante o trabalho;

c. Falta de equipamentos de trabalho, material para conservação de espécimes e material de apoio a patrulha;

d. Actual situação epidemiológica da COVID-19.

### Instituto Nacional De Luta Antidroga

1374. O Instituto Nacional de Luta Antidrogas (INALUD), é a entidade coordenadora da política geral do estado em matéria de combate a droga e às toxicodependências, ao nível de medida de natureza preventiva e repressiva, criado pelo Decreto Presidencial nº 231/13 de 30 de Dezembro.

1375. Durante o presente exercício, o Orçamento aprovado para a Unidade Orçamental foi de Kz 893 milhões, distribuídos em Kz 708 milhões para o INALUD, e Kz 184 milhões para o Centro de Reabilitação e Reinserção de Toxicodependentes do Bengo.

1376. Foram executados, o valor de Kz 463 milhões dos quais Kz 354 milhões para o INALUD e Kz 108 milhões para o CRRT- Bengo, que representa uma execução de 52% face ao valor orçamentado.

1377. Foram realizadas as seguintes acções:

a. Área de Enfermagem. A secção de enfermagem do C.R.R.T./Bengo, ao longo do mês, prestou assistência aos Utentes internados. Esta assistência tem início logo no primeiro dia de admissão do utente, aferindo os sinais vitais concomitantemente avaliação dos restantes parâmetros;

PRELIMINAR

b. Durante o período em referência, o Departamento de Reabilitação e Reinserção realizou a reabilitação e inserção de 911 consumidores, com idades compreendidas entre os 10 aos 65 anos de idade, sendo 776 do sexo masculino e 135 do sexo feminino;

c. Unidades de Intervenção Local (Províncias). Em relação as responsabilidades atribuídas as Unidade de Intervenção Local, foram programadas e realizadas uma série de actividades nas diversas Províncias como a realização de um acordo de trabalho com os pontos focais do Programa de Saúde Escolar, afim de coordenar a realização de palestras sobre a prevenção das drogas nas escolas públicas, privadas e comparticipadas, do ensino primário e secundário, realização de actividades de sensibilização aos Jovens consumidores de álcool, doação de materiais de biossegurança ao Hospital Psiquiátrico do Lubango proveniente da Direcção Nacional do INALUD, IP e realização de visitas de supervisão às unidades hospitalares, com pontos focais para a redução das toxicodependências.

### Instituto Nacional De Investigação Em Saúde

1378. O Instituto Nacional de Investigação em Saúde, é uma pessoa colectiva de direito público integrado na administração indirecta do Estado, enquanto serviço personalizado, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira, patrimonial, científica e técnica.

1379. O montante do orçamento fixado para o INIS para 2020 é de Kz 879 milhões. O Instituto executou despesas no montante de Kz 819 milhões, representando um grau de execução na ordem de 93% do valor orçamentado.

1380. A execução das despesas do INIS teve a seguinte distribuição:

a. Pessoal, no valor Kz 314 milhões;

b. Bens e serviços, na ordem dos Kz 431 milhões

PRELIMINAR

c. Despesas de capital e investimentos, na ordem dos Kz 26 milhões e Kz 47 milhões, respectivamente.

### Instituto Nacional De Fomento Da Sociedade Da Informação

1381. O INFOSI realizou despesas no montante de Kz 578 milhões, tendo um grau de cumprimento de 79%, quando comparado com os recursos disponíveis.

1382. Foram operacionalizados projectos de desenvolvimento de portais de aplicações informáticas para as entidades públicas e respectivos alojamentos no Centro de Dados do Governo.

1383. A escassez da disponibilização dos recursos financeiros em despesas de apoio ao desenvolvimento, condicionaram a execução e conclusão de alguns projectos.

### Instituto Nacional De Avaliação, Acreditação E Reconhecimento De Estudos Do Ensino Superior

1384. O Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAARES), é uma pessoa colectiva, com natureza jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado pelo Decreto Presidencial n.º 306/20, de 02 de Dezembro de 2020, a quem compete avaliar e acreditar as Instituições de Ensino Superior e seus respectivos cursos.

1385. Em termos globais, foi atribuído inicialmente um valor de Kz 175 milhões. Fruto da situação económica e financeira, consubstanciada na queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, foi efectuada a revisão do OGE 2020, tendo sido atribuído ao INAAREES um valor de Kz 191 milhões.

1386. No período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020, foram arrecadadas receitas totais avaliadas em Kz 56 milhões, valor depositado directamente na Conta Única do Tesouro, sob a rubrica orçamental "Emolumentos e Taxas".

PRELIMINAR

1387. A nível da execução orçamental das despesas, foram cabimentadas e pagas despesas com pessoal e bens e serviços, num valor total de Kz 189 milhões. Em termos de análise percentual a execução orçamental e financeira cifrou-se em 99%.

1388. A Direcção Nacional do Tesouro do Ministério das Finanças, alocou ao INAAREES, no ano de 2020, receitas consignadas no montante de Kz 70 milhões. Fruto do saldo anterior (2019) e das receitas consignadas alocadas em 2020, foram realizadas despesas globais avaliadas em Kz 244 milhões.

1389. No que concerne as principais acções realizadas destacam-se as seguintes:

a. Programa de Melhoria da Qualidade de Serviços no ensino Superior. Participação no encontro sobre a reforma do sistema de acreditação de diplomas no ensino superior no MAT; Participação na reunião do CNAES; Disponibilização online da plataforma tecnológica de gestão de processos de homologação e reconhecimento de estudos do ensino superior, no dia 17 de Julho de 2020; Encontro de trabalho com a Administração Geral Tributária (AGT) para análise da implementação da ferramenta Front Office no INAAREES;

b. Resultados obtidos no domínio da Homologação de Estudos no Ensino Superior. Deram entrada ao INAAREES, um total de 7 890 processos de homologação de estudos recepcionados, dentre os quais 18 (0,22%) foram detectados como falsificados, 1 136 aguardam tratamento e foram emitidas 11 523 declarações de homologação de estudos das quais, 3 929 declarações foram retiradas dos processos acumulados de períodos anteriores;

c. No Domínio do Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior. Deram entrada ao INAAREES, um total de 3 409 pedidos, dos quais 32 (0,9%) foram detectados como falsificados, 2 627 (77,06%) aguardam tratamento e foram emitidas 971 (28,4%) declarações.

PRELIMINAR

### Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

1390. O Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, é o órgão encarregue de assegurar a execução da política nacional do ordenamento do território e planeamento urbanístico, nos termos do Decreto Presidencial n.º 9/16 de 15 de Janeiro de 2016, que aprova a sua existência e consequentemente o seu estatuto orgânico.

1391. Para o ano de 2020, o orçamento aprovado foi de Kz 558 milhões, sendo Kz 466 milhões em despesas com pessoal, Kz 58 milhões em bens e serviços e Kz 32 milhões em despesas de apoio ao desenvolvimento.

1392. O INOTU arrecadou receitas próprias no valor de Kz 22,6 milhões. Desta receita, Kz 11,4 milhões foram transferidos para a Conta Única do Tesouro e Kz 11,2 milhões foram disponibilizados para o INOTU. Assim, a dotação orçamental e as receitas próprias totalizaram Kz 465 milhões.

1393. Esta dotação orçamental permitiu executar despesas na ordem dos Kz 425 milhões, que representa 91,37% do valor total orçamentado.

### Instituto Nacional De Petróleos

1394. O Orçamento Geral do Estado do Instituto Nacional De Petróleos, INP, para o ano económico de 2020, aprovado pela Assembleia Nacional, fixou Receitas e Despesas no valor de Kz 438 milhões.

1395. As despesas cabimentadas totalizaram Kz 432 milhões, correspondendo a uma execução orçamental global de 99%, comparativamente aos custos previstos, conforme demonstrado no quadro 204.

Quadro 203- Execução Orçamental do Instituto Nacional de Petróleos

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **412** | **406** | |
| Pessoal | 373 | 368 | 99% |
| Bens e Serviços | 39 | 38 | 98% |

PRELIMINAR

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| Contribuições do Empregador | 26 | 26 | 98% |
| **De Capital** | 0 | 0 | |
| Despesas de Capital | 0 | 0 | 0% |
| **Total** | **438** | **432** | **99%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Instituto Nacional de Petróleos.*

1396. O Relatório de Gestão do INP apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 205.

Quadro 204 – Lista dos Responsáveis do INP

| Nome | Função |
|---|---|
| Mário Botelho de Vasconcelos | **Director Geral até Outubro de 2020** |
| Alegria Raúl Joaquim | **Director Geral – Actual** |
| Carlos Manuel Simão da Cruz | Director Geral Adjunto para a Área Administrativa |
| Alegria Raúl Joaquim | Director Geral Adjunto para a Área Pedagógica |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Instituto Nacional de Petróleos assinado*

## Instituto Nacional De Gestão Ambiental

1397. O Instituto Nacional de Gestão Ambiental (INGA), é um órgão tutelado pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, para assegurar a execução da política nacional, no domínio da investigação, promoção, formação, disseminação e divulgação da política de gestão ambiental.

1398. Para o exercício 2020, o OGE alocou para o INGA uma dotação de Kz 86 milhões, que lhe permitiu liquidar despesas de Kz 81 milhões, com uma execução na ordem de 93,60%.

1399. Os valores disponibilizados a esta Instituição Pública não foram suficientes para dar cumprimento no seu exercício financeiro aos Serviços e DAD, devido a irregularidade das quotas financeiras mensais e redução do orçamento. Nos outros casos, os trabalhos foram realizados de maneira eficiente e eficaz.

PRELIMINAR

1400. O Relatório de Gestão do INGA apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 206.

Quadro 205 – Lista dos Responsáveis do INGA

| Nome | Função |
|---|---|
| Nascimento da Costa Alexandre Soares | **Director Geral** |
| Hipólito da Conceição de Sousa de Santos | Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do INGA assinado*

## Instituto Regulador Dos Derivados Do Petróleo

1401. O Instituto Regulador Dos Derivados Do Petróleo (IRDP), no domínio da execução orçamental e financeira, para o exercício económico 2020, recebeu a dotação orçamental de Kz 177 milhões. Após a revisão orçamental o valor orçamentado revisto cifrou-se em Kz 151 milhões.

1402. No decorrer do exercício 2020, foram arrecadadas receitas pelo BAI e Portal de Serviços no valor de Kz 678 milhões.

1403. A Execução Orçamental das Despesas, relativas aos Recursos Ordinários do Tesouro e aos Recursos Próprios BAI e SIGFE cifrou-se na ordem de Kz 618 milhões.

1404. A Execução Orçamental das Despesas pagas, cifrou-se na ordem de Kz 122 milhões, o que corresponde a um incremento de 8,18% em relação a dotação orçamental aprovada para as actividades básicas como se pode observar no Quadro 207.

Quadro 206 - Execução Orçamental do IRDP

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **95** | **115** | |
| Pessoal | 2 | 91 | 4201% |
| Bens e Serviços | 93 | 24 | 26% |
| Contribuições e Transferências Correntes | 0 | 6 | 4337% |
| **De Capital** | **17** | 0 | |

PRELIMINAR

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| Outras Despesas de Capital | 17 | 0 | 0% |
| **Total** | **112** | **122** | **108%** |

Fonte: *Relatório de Gestão do Instituto Regulador dos Derivados do Petróleos.*

1405. No ano em curso, foram realizadas as seguintes acções:

a. No âmbito da Regulamentação Técnica e das Relações Comerciais, Tarifas e Preços, efectuou-se o acompanhamento da manutenção dos tanques partes da armazenagem em terra, preparação do diploma sobre os procedimentos de armazenagem, transporte, manuseio e segurança do asfalto para pavimentação e manutenção de estradas na República de Angola. Adicionalmente, ocorreu a participação das vistorias efectuadas aos stocks de produtos da logística da Sonangol, em função do actual ambiente de negócio do país e o considerável volume financeiro necessário para o investimento no segmento de armazenagem.

   Ainda no mesmo âmbito, efectuou-se a divulgação contínua do Mapeamento nacional de Postos de abastecimento actualizado trimestralmente, a potenciais investidores através do site do IRDP e de contactos nas plataformas digitais, assinatura do Contracto para aquisição de um software de gestão para o sistema do sector dos derivados do petróleo (incluindo a base de dados do Mapeamento) com a empresa vencedora do concurso público;

b. No âmbito da fiscalização, foram alvo de fiscalização, 41 postos de abastecimento, 1 instalação de enchimento e distribuição de gás butano e 3 instalações de comercialização de gás butano. Ao longo do ano de 2020, o IRDP, no cumprimento de seu programa de fiscalização às empresas do Sector e, de forma a regular o segmento do *downstream*, realizou várias actividades, sendo que, em algumas, houve a necessidade de desencadear processos de multa às empresas que infringiram as leis.

PRELIMINAR

1406. O Relatório de Gestão do IRDP apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 208.

Quadro 207 - Lista dos Responsáveis do IRDP

| Nome | Função |
|---|---|
| Manuel Albino Ferreira | **Director Geral** |
| António da Silva Feijó Júnior | **Director Geral Adjunto** |
| Carla Maria Camotim | **Directora Geral Adjunta** |
| Mauro Tiago Guerra Cabral | Chefe de Departamento de Fiscalização |
| Nelson Duarte Teixeira de Carvalho | Chefe de Departamento de Relações Comerciais,Tarifas e Preços |
| Iracema Djamila da Conceição Cardoso Chingala | Chefe de Departamento de Apoio ao Director Geral |
| Agostinho João Rodrigues | Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais |
| Maria Luísa da Costa Ferreira | Chefe de Departamento de RH e TI |
| Emanuel de Vasconcelos Quaresma Neto | Chefe de Departamento de RH e TI |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do IRDP assinado*

## Instituto Angolano Das Comunicações

1407. O Instituto Angolano das Comunicações, INACOM, é um Instituto Público tutelado pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, criado pelo Decreto n.º 12/99, de 25 de Junho, revogado pelo Decreto nº 115/08, de 07 de Outubro e revogado pelo Decreto Presidencial nº 243/14, de 9 de Setembro, cujo objectivo é o de assessorar o Executivo na regulação, supervisão e fiscalização do sector.

1408. No exercício fiscal de 2020, foi atribuído ao INACOM uma dotação orçamental de Kz 536 milhões, que permitiu realizar despesas na ordem dos Kz 244 milhões, tendo um grau de cumprimento de 45% do orçamento aprovado.

1409. Foram arrecadadas receitas próprias no valor de Kz 17,5 mil milhões, dado o seu objecto social. As receitas arrecadadas estavam distribuídas em 20% provenientes do OGE, e 80% do sector das comunicações.

1410. No exercício fiscal de 2020, o INACOM realizou despesas com receitas próprias, tendo em conta o seu objecto institucional, no valor de Kz 10,5 mil milhões.

PRELIMINAR

1411. A nível institucional, o ano de 2020 foi marcado por várias acções, com destaque para as seguintes:

a. Realização de reuniões ordinárias do IFRACOM – Comité de Coordenação da partilha de Infraestruturas (Decreto Executivo n.º 166/14) e dos Grupos Técnicos para acompanhamento as várias matérias;

b. Reuniões de acompanhamento e controlo das actividades com a equipe do Banco Mundial sobre *roadmap* digitalização da Infra-estrutura de Angola;

c. Conclusão e envio do Anuário Internacional da ARCTEL 2019;

d. Tratamento e divulgação de dados estatísticos no site do INACOM;

e. Realização de *Workshop* sobre Indicadores do sector, actualização de novos indicadores da UIT;

f. Encontros com operadores de Comunicações Electrónicas e Serviço Postais;

g. Participação na Assembleia Geral da CRASA, AGM-19;

h. Participação na Assembleia Geral da ARCTEL a XII Assembleia Geral – AG-2019.

1412. O Relatório de Gestão do INACOM apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 209.

Quadro 208 – Lista dos Responsáveis do INACOM

| Nome | Função |
|---|---|
| Leonel Inácio | **Presidente do Conselho de Administração** |
| Luísa Augusto | Administradora Executiva |
| Pascoal Fernandes | Administrador Executivo |
| António Gonçalves | Administrador Executivo |
| Álvaro dos Santos | Administrador Executivo |
| Zolana João | Administrador Executivo |
| Manuel Neto | |
| **Actualmente:** | |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| Pascoal Fernandes | **Presidente do Conselho de Administração** |
| Luísa Augusto | Administradora Executiva |
| Joaquim Muhongo | Administrador Executivo |
| Francisco Quininga | Administrador Executivo |
| Elísio Manuel | Administrador Executivo |
| Zolana João | Administrador não Executivo |
| Meick Afonso | Administrador não Executivo |
| Eugénia Bravo | Chefe de Departamento |
| João Oliveira | Chefe de Departamento |
| Luzolo Jaqueline | Chefe de Departamento |
| Manuel de Carvalho | Chefe de Departamento |
| Otávio Machado | Chefe de Departamento |
| Stela Cândida | Chefe de Departamento |
| Sandra Afonso | Chefe de Departamento |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do IRDP assinado*

## Unidade De Gestão Da Dívida Pública

1413. A Unidade de Gestão da Dívida Pública é um serviço personalizado do Estado, que tem como escopo a negociação e contratação de créditos necessários ao financiamento do OGE, a gestão das disponibilidades de crédito e do endividamento, bem como concepção da estratégia da dívida pública e a sua gestão, criado através do Despacho Presidencial nº 169/10 de 9 de Agosto, rege-se pelo Estatuto Orgânico nº 227/16 de 17 de Novembro, pela Lei dos Institutos Públicos e por legislação conexa.

1414. Para o exercício económico de 2020, foi aprovada a dotação orçamental para esta Unidade Orçamental, despesa de funcionamento no valor de Kz 402 milhões. No referido período foram efectuados créditos adicionais no montante de Kz 25 milhões na categoria de despesa com pessoal, Kz 375 milhões em bens e serviços e Kz 105 milhões em despesa de capital, e anulação de créditos no valor de Kz 90 milhões. Estas movimentações levaram ao acréscimo de 45,59% no orçamento inicial, fixando o orçamento no montante de Kz 738 milhões.

1415. A execução da despesa atingiu o montante de Kz 727 milhões, que corresponde a um grau de execução de 98,41%.

1416. Foi inscrito em Restos a Pagar o valor de Kz 194 milhões, que corresponde a 26,30%, referente ao pagamento de despesas em bens e serviços.

PRELIMINAR

1417. O Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado apresentou no fim do exercício um saldo orçamental positivo na ordem de Kz 11 milhões.

### Autoridade Reguladora Da Concorrência

1418. A Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC), é um órgão a quem incumbe garantir a observância e o respeito pelas regras da concorrência nos sectores público, privado, cooperativo e associativo, com vista ao funcionamento eficiente e equilibrado dos mercados, afectação óptima dos recursos e a protecção dos interesses dos consumidores.

1419. A ARC é superintendida pelo Ministério das Finanças e rege-se pela Lei da Concorrência e suas normas regulamentares, bem como pelo Decreto Presidencial n.º 313/18, de 21 de Dezembro e pelas regras de organização e funcionamento dos institutos públicos e demais legislações aplicáveis.

1420. Durante o ano de 2020, coube à Autoridade Reguladora da Concorrência a gestão da sua Unidade Orçamental, destinada às despesas correntes, muitas das quais anteriormente asseguradas pela Secretaria Geral do Ministério das Finanças.

1421. A dotação orçamental inicial atribuída pelo OGE à Autoridade Reguladora da Concorrência, para o exercício de 2020, foi de Kz 226,7 milhões.

1422. Contudo, no início do II Semestre de 2020, o OGE sofreu uma revisão, de modo que a dotação orçamental da ARC foi revista em baixa, para o valor de Kz de Kz 190,6 milhões para a U.O: Autoridade Reguladora da Concorrência.

1423. Durante o exercício económico de 2020, a ARC executou despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e despesas de capital no montante de Kz 172 milhões, sendo que cerca 76,6% deste valor cobriram as despesas com pessoal e os restantes 23,4% cobriram as despesas com bens, serviços e capital.

1424. Por outro lado, importa destacar que do montante global de despesas executadas ficou pendente para liquidação o valor de Kz 13 milhões,

PRELIMINAR

referente às despesas correntes dos meses de Novembro e Dezembro de 2020, tal como apresentado no quadro 210.

Quadro 209 - Relatório de Gestão da Autoridade Reguladora da Concorrência

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | OGE 2020 Aprovado | OGE 2020 Revisto | Despesas Liquidadas | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|---|
| **Correntes** | **160,97** | **174,45** | **161,01** | **92,30%** |
| Pessoal | 73,06 | 124,10 | 124,00 | **99,92%** |
| Contribuições do empregador | 5,16 | 9,05 | 8,03 | **88,77%** |
| Abono de família | 0,05 | 0,08 | 0,08 | **99,56%** |
| Bens | 32,59 | 5,99 | 1,84 | **30,76%** |
| Serviços | 50,12 | 35,22 | 27,06 | **76,83%** |
| **De Capital** | **65,78** | **16,19** | **11,45** | **70,73%** |
| Investimentos | 65,78 | 16,19 | 11,45 | 70,73% |
| **Total** | **226,76** | **190,64** | **172,47** | **90,47%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 da ARC assinado.*

1425. Durante o exercício económico de 2020, a U.O. ARC executou aproximadamente 90% da dotação orçamental revista, dos quais 83,50% foram pagos e 6,96% careciam de liquidação dos Recursos Ordinários do Tesouro para U.O: Autoridade Reguladora da Concorrência.

1426. No período em análise, a ARC desenvolveu várias actividades conforme previsto no seu Plano de Actividades, com realce para:

a. Análise de Denúncias e Abertura de Inquérito sobre indícios de práticas restritivas da concorrência;

b. Análise de 5 (cinco) operações de concentração de empresas;

c. Acompanhamento das actividades do PROPRIV;

d. Publicação de Regulamentos e Guias sobre Concorrência;

e. Realização da série de seminários "Conversas sobre Concorrência", com um total de 6 (seis) edições realizadas em 2020;

f. Participação em eventos internacionais sobre Regulação Económica e Concorrência;

PRELIMINAR

g. Realização da Conferência Anual sobre Concorrência e Regulação Pública em Angola.

1427. O Relatório de Gestão da ARC apresentou a lista dos responsáveis assinada pelo responsável máximo do órgão, tal como se pode observar no quadro 211.

Quadro 210 – Lista dos Responsáveis da ARC

| Nome | Função |
|---|---|
| Eugénia Chela Pontes Pereira | **Presidente do Conselho de Administração** |
| Ana Zulmira da Silva Ramalheira | Administradora |
| Nelson Matias Lembe | Administrador |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 da ARC*

## Instituto de Investigação Agronómica

1428. O Instituto de Investigação Agronómica (IIA), é uma instituição pública de carácter científico e desenvolvimento tecnológico, tutelada pelo Ministério da Agricultura e Pescas, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O IIA tem como missão principal, assegurar a coordenação e a execução dos trabalhos de investigação, experimentação e desenvolvimento tecnológico no domínio agrícola e florestal e a divulgação dos resultados alcançados para melhoria do desempenho das cadeias produtivas agrícolas, contribuindo para a segurança alimentar da população angolana e o desenvolvimento agrícola do país, tendo em conta o uso sustentável do meio ambiente, conforme o Decreto Presidencial nº 31/14, de 13 de Fevereiro.

1429. O OGE inicial, para o exercício de 2020, foi de Kz 815,9 milhões. Após a revisão a dotação orçamental atribuída foi de Kz 771,9 milhões, que permitiram executar despesas no valor de Kz 767 milhões correspondendo a uma execução de 99%, sendo que Kz 742 milhões foram executados para despesas com pessoal e Kz 25 milhões para despesas com bens e serviços.

1430. Durante o ano de 2020, o IIA desenvolveu várias actividades, onde se destacam as seguintes:

a. Programa Nacional de Investigação de Cereais – PNIC;

PRELIMINAR

b. Programa Nacional de Investigação de Hortofrutícola – PNIHF;

c. Programa Nacional de Investigação de Leguminosas (PNIL);

d. Programa Nacional de Investigação de Raízes e Tubérculos (PNIRT);

e. Programa Nacional de Investigação em Solos e Nutrição de Plantas;

f. Programa Nacional de Investigação de Economia Agrária e Sociologia Rural;

g. Programa Nacional de Investigação de Forragicultura;

h. Serviços de Sanidade Vegetal, adstrito ao Departamento de Biologia Agrícola.

### Instituto Nacional De Cereais

1431. O Instituto Nacional dos Cereais (INCER), é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para assegurar o fomento, a coordenação e a execução das políticas e estratégias traçadas no domínio da produção, importação, exportação, comercialização e transformação industrial de cereais. O INCER é superintendido pelo Ministério da Agricultura e Pescas.

1432. Para o exercício económico de 2020, a dotação orçamental atribuída para o INCER foi no valor de Kz 193,2 milhões, que permitiram executar despesas no mesmo valor correspondendo a uma execução de 100%, dos quais Kz 171 milhões foram para as despesas com pessoal e Kz 22 milhões para as despesas com bens e serviços.

### Instituto Nacional De Estudos Judiciários

1433. O Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), é um instituto público do sector da justiça, que tem por missão assegurar a formação técnico profissional dos quadros necessários ao exercício da actividade jurisdicional e das demais funções específicas no domínio da justiça, dos registos e do notariado, da identificação civil e criminal, da defesa pública e outras áreas do sistema judiciário.

PRELIMINAR

1434. Para o exercício económico de 2020, a dotação orçamental para o INEJ foi de Kz 282 milhões. Contudo, face a situação financeira do país, para o funcionamento da Instituição, o INEJ executou apenas despesas no valor de Kz 212 milhões, que corresponde a uma execução de 75% do valor atribuído.

1435. No mesmo período, o INEJ arrecadou receitas próprias de Kz 108,4 milhões, provenientes de vários serviços como: receita de arrendamento de apartamentos, serviços de reprografia, cobrança de propinas, serviços de formação, financiamento do programa de justiça para crianças.

### Instituto De Desenvolvimento Florestal

1436. O Instituto de Desenvolvimento Florestal, é um órgão público, superintendido pelo Ministério da Agricultura e Pescas, que tem por missão assegurar o fomento, coordenação e a execução das políticas traçadas no domínio florestal, faunístico, rural e de desenvolvimento de transferência tecnológica, visando garantir a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos.

1437. Durante o ano de 2020, foi atribuído ao IDF um orçamento no valor de Kz 950 milhões, que lhe permitiu realizar despesas no valor de Kz 851,8 milhões, correspondendo a uma execução de cerca de 90% do valor orçamentado.

1438. Ao longo do mesmo período, o IDF arrecadou receitas no valor total de Kz 933 milhões resultantes da cobrança de taxas de exploração florestal, multas de transgressão florestal e faunístico e vendas de produtos florestais apreendidos, sendo que deste valor retornou para as contas do IDF Kz 198 milhões.

### Instituto Dos Serviços De Veterinária

1439. O Instituto dos Serviços de Veterinária (ISV), é um órgão público do Estado, tutelado pelo Ministério da Agricultura e Pescas, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado por Decreto-Lei n.º 8/03, de 17 de Junho, ao qual compete a coordenação e

PRELIMINAR

execução das políticas e estratégias definidas, no domínio da pecuária nacional.

1440. A dotação orçamental inicial do ano de 2020, foi de Kz 815,6 milhões e após a revisão do OGE 2020, foi alocado ao Instituto um orçamento no valor Kz 779 milhões dos quais foram realizadas despesas globais no valor de Kz 772 milhões, que representa um grau de execução na ordem de 99%, do seu orçamento revisto. Importa referir que do orçamento executado estão incluídas receitas próprias no valor de Kz 227,5 milhões.

1441. Para o período em análise, foram executadas despesas no valor de Kz 772 milhões subdivididos em despesas com bens e serviços no valor de Kz 70,8 milhões, cerca de 9% do total, e em despesas com pessoal no valor de Kz 701,9 milhões, cerca de 91% do total orçamentado.

### Instituto Oftalmológico Nacional

1442. O Instituto Oftalmológico Nacional (IONA), é um hospital especializado, sob tutela do Ministério da Saúde, vocacionado para a assistência oftalmológica médico-cirúrgica e formação de médicos e enfermeiros em Oftalmologia.

1443. A dotação orçamental inicial do ano de 2020 foi de Kz 589,9 milhões e após a revisão do OGE 2020, foi alocado ao Instituto um orçamento no valor Kz 460 milhões e realizadas despesas globais no mesmo valor para as despesas com pessoal e de bens e serviços, que representa um grau de execução na ordem de 78%, do seu orçamento revisto.

### Instituto Angolano Da Propriedade Industrial

1444. O Instituto Angolano da Propriedade Industrial, IAPI, é um órgão integrado na Administração Indirecta do Estado e, enquanto pessoa colectiva de direito público do sector produtivo, é dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo responsável pela execução da política do Executivo Angolano no domínio da protecção, promoção, estudo e desenvolvimento da propriedade industrial, sob superintendência do Ministério da Industria e Comércio.

PRELIMINAR

1445. Para 2020, a dotação orçamental do IAPI foi de Kz 222,9 milhões. Deste montante, foram realizadas despesas no valor de Kz 132,6 milhões provenientes dos recursos ordinários do tesouro, sendo que Kz 79 milhões foram para despesas com pessoal, Kz 8,7 milhões para contribuição da entidade empregadora, Kz 10,33 milhões para despesas com imposto, e Kz 34,5 milhões para despesas com bens e serviços.

1446. Adicionalmente, ainda para o ano de 2020, foram realizadas despesas com recursos próprios na ordem de Kz 53,3 milhões destinadas sobretudo a despesas com bens e serviços e despesas com pessoal eventual.

### Instituto Angolano De Acreditação

1447. O Instituto Angolano de Acreditação, IAAC, é um instituto público do sector administrativo ou social, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tutelada pelo Ministério da Indústria e Comércio, conforme o Decreto Presidencial nº 61/16, de 22 de Março.

1448. O IAAC tem como missão prestar serviços de acreditação, que se consubstanciam no reconhecimento da competência técnica dos organismos de avaliação da conformidade, a operar no mercado angolano e actuar como agente regulador dos mesmos, nomeadamente laboratórios de ensaios, de calibração, laboratórios clínicos, organismos de inspecção e de certificação.

1449. Para 2020 a dotação orçamental atribuída para a unidade orçamental - Instituto Angolano de Acreditação, foi de Kz 109,7 milhões. Todavia, após a aprovação do OGE 2021 revisto, o IAAC viu o seu orçamento reduzido para Kz 83 milhões, estando disponível para execução o valor de Kz 84 milhões.

1450. No decorrer do exercício económico de 2020, houve arrecadação de receitas próprias na ordem de Kz 4 milhões. Entretanto, o Instituto executou despesas no valor de Kz 77 milhões equivalente a 92% do valor orçamentado, apresentando um saldo orçamental disponível de Kz 6,8 milhões.

PRELIMINAR

1451. No âmbito das Despesas dos Projectos de Investimento Público – PIP, o IAAC teve um orçamento para o exercício de 2020 no valor de Kz 185,9 milhões. Sobre o referido montante existe um compromisso contractual no valor de Kz 170 milhões, sendo que deste montante foi cabimentado e liquidado o valor de Kz 25 milhões para o mesmo exercício económico.

1452. Apesar das limitações financeiras e as medidas estabelecidas tendo em conta a pandemia da COVID-19, que resultaram em vários constrangimentos funcionais para o cumprimento das metas definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018- 2022), para 2020 destacam-se as seguintes acções realizadas:

a. Participação em reuniões de concertação e troca de experiências regional, ou seja, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em matérias ligadas ao Serviço de Acreditação da SADC (SADCAS);

b. Cooperação de Acreditação da SADC (SADCA), no âmbito da operacionalização dos Serviços de Acreditação em Angola, conforme as exigências dos compromissos assumidos pelos Estados membros da SADC, no que respeita ao acordo da Organização Mundial do Comercio (OMC), sobre a eliminação das Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), com o objectivo de facilitar o comércio e o crescimento industrial para tornar a região da SADC economicamente mais forte mitigando assim a pobreza;

c. Foram realizadas acções de promoção e sensibilização para acreditação, por meio de 2 (dois) workshops e 1 (um) Seminário de formação destinado aos técnicos das Direcções e Órgãos superintendidos pelo MINDCOM.

### Instituto De Supervisão De Jogos

1453. O Instituto de Supervisão de Jogos (ISJ), é um órgão especializado ao qual incumbe a regulamentação, supervisão, fiscalização e acompanhamento de toda actividade de Jogos de Fortuna ou Azar, Jogos Sociais, Jogos Remoto em Linha e afins.

PRELIMINAR

1454. O OGE aprovado para o exercício económico de 2020 ao ISJ foi de Kz 521 milhões. Após a revisão orçamental fixou-se em Kz 488 milhões.

1455. No âmbito da sua missão, o ISJ contribuiu com entradas totais na CUT o valor de Kz 907 milhões, composta maioritariamente pelas receitas do Imposto Especial de Jogos, um valor que vai de encontro as expectativas tendo em conta as limitações impostas pela pandemia da COVID-19 e o consequente abrandamento da actividade de jogos, que culminou com o encerramento das Salas de Jogos.

1456. No final do exercício, pelo OGE, o ISJ registou fluxos de pagamentos efectivos na ordem dos Kz 470 milhões, tendo um grau de cumprimento de 90% sobre o OGE aprovado inicialmente para o exercício 2020.

### Instituto Angolano Da Juventude

1457. O Instituto Angolano da Juventude (IAJ), é uma instituição com incumbência de operacionalizar as políticas públicas para a Juventude de personalidade jurídica que goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos da legislação em vigor.

1458. Para o ano de 2020, o IAJ teve uma dotação orçamental inicial aprovada de Kz 226 milhões, mas em resultado da revisão do OGE, sobretudo devido aos impactos causados pela COVID-19, o orçamento do IAJ foi revisto para Kz 229 milhões, representando um acréscimo de 1,5 % do orçamento inicial.

1459. Do montante orçamentado, foi executado e pago despesas no valor de Kz 102,4 milhões dos quais Kz 79 milhões foram para despesas com pessoal e Kz 22,8 milhões para despesas de bens e serviços.

1460. Sobre as actividades desenvolvidas em 2020, destacam-se o Seminário sobre sinistralidade rodoviária e palestra sobre empreendedorismo cultural, assim como campanhas de sensibilização e prevenção à COVID-19, esta última em parceria com o Ministério da Saúde.

PRELIMINAR

1461. O Relatório de Gestão do IAJ apresentou a lista dos responsáveis pelo órgão assinado pelo responsável máximo da entidade, tal como se pode observar no quadro 212.

Quadro 211 – Lista dos Responsáveis do IAJ

| Nome | Função |
|---|---|
| Jofre Euclides dos Santos | **Director Geral** |
| Arsénio Orlando Satyohamba | Director Geral Adjunto |
| Idina Antónia da Silva Bandeira Gonçalves | Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do IAJ assinado pelo responsável.*

## Instituto Marítimo E Portuário De Angola

1462. O Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA), é um Instituto Público, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tutelado pelo Ministério dos Transportes. A actividade do IMPA tem suporte da Lei n.º 27/12, de 28 de Agosto, que aprova a Lei da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas, bem como no Decreto Presidencial n.º 328/14, de 9 de Dezembro.

1463. Para o ano de 2020, o IMPA teve uma dotação orçamental inicial aprovada de Kz 5,1 mil milhões, mas em resultado da revisão do OGE, sobretudo devido aos impactos causados pela COVID-19, o orçamento do IMPA foi revisto em baixa para Kz 4 mil milhões, representando uma redução de 77,9% do orçamento inicial.

1464. Assim, durante o período em análise, o IMPA realizou despesas no valor de Kz 4 mil milhões, dos quais Kz 100 milhões realizadas com Recursos Ordinários do Tesouro e Kz 3,9 mil milhões realizadas com Recursos Próprios.

1465. Durante o exercício de 2020, o IMPA arrecadou receitas próprias, resultantes de taxas, emolumentos, multas e juros sobre depósitos bancários, o valor de Kz 4,4 mil milhões, conforme detalhado no Quadro 213.

PRELIMINAR

Quadro 212 - Receitas Arrecadadas pelos Órgãos da UO em 2020

(Milhões de Kwanzas)

| Órgãos | Quantidade de Bens | Part. % |
|---|---|---|
| IMPA Sede | 312 | 7,2% |
| Capitania do Porto de Luanda | 2 037 | 46,7% |
| Capitania do Porto de Soyo | 1 354 | 31,1% |
| Capitania do Porto de Cabinda | 287 | 6,6% |
| Capitania do Porto de Lobito | 171 | 3,9% |
| Capitania do Porto de Namibe | 118 | 2,7% |
| Capitania do Porto de Amnboim | 80 | 1,8% |
| **Total Geral** | **4 359** | **100%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Instituto Marítimo e Portuário de Angola.*

## Instituto Nacional De Defesa Do Consumidor

1466. O Instituto Nacional De Defesa Do Consumidor (INADEC), é um Instituto Público, com autonomia administrativa e financeira, tutelado pelo Ministério da Indústria e Comércio, que tem como missão implementar as medidas de política de salvaguarda dos direitos do consumidor, bem como coordenar e executar as medidas tendentes à sua protecção, informação, educação e apoiar as organizações de defesa do consumidor.

1467. Em 2020, o Orçamento Inicial aprovado para o INADEC foi de Kz 420 milhões e após a revisão do OGE, o orçamento fixou-se em Kz 354 milhões. Este Instituto executou despesas no valor de Kz 338,7 milhões, representando 95% do orçamento atribuído.

1468. As receitas próprias arrecadadas pelo INADEC, ao longo de 2020, ascenderam a um total de Kz 117 milhões. Deste modo, os recursos totais colocados à disposição do INADEC foram de Kz 462 milhões, sendo que o total da despesa foi de igual valor.

1469. Neste sentido, pode-se realçar que foi cumprido o princípio fundamental de Equilíbrio Orçamental, na medida em que as receitas foram suficientes para fazer face às despesas.

PRELIMINAR

## Instituto De Gestão De Activos E Participações Do Estado

1470. O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), enquanto Órgão Especializado, tem como missão a regulação e monitorização do Sector Empresarial Público, a execução da política e programa de privatizações e reestruturações, a gestão e controlo das participações financeiras do Estado, o acompanhamento e supervisão da gestão dos activos financeiros e dos Fundos Públicos, bem como a Gestão dos empréstimos concedidos pelo Estado, conforme o Decreto Presidencial 72/20, de 20 de Março.

1471. O IGAPE, enquanto Unidade Orçamental (UO), abarca duas Unidades Orçamentais, nomeadamente:

a. UO Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) - cujos valores inscritos são operacionalizados para efeitos de realização de despesas relacionadas com a actividade operacional do Instituto;

b. UO Encargos do Sector Empresarial Público – cujos valores inscritos servem para a realização de aportes financeiros às empresas do SEP, nomeadamente a título de subsídios operacionais, e despesas de capital financeiro.

1472. Em 2020, o Orçamento Inicial aprovado, para a UO IGAPE foi de Kz 1,2 mil milhões e após revisão o orçamento fixou-se em Kz 608,8 milhões. Este Instituto executou despesas no valor de Kz 517,3 milhões representando 43% do orçamento atribuído inicialmente. Num contexto impactado pela pandemia, o orçamento executado visou principalmente a cobertura de despesas com pessoal e despesas com bens e serviços, tal como apresentado no quadro 214.

Quadro 213 – Orçamento e Execução Orçamental da Despesa da UO IGAPE

(Milhões de Kwanzas)

| Designação | Orçamento Aprovado | Revisão Orçamental | Orçamento em Execução | Execução Financeira | Grau de Execução Financeira |
|---|---|---|---|---|---|
| Pessoal – ROT | 171 | 39 | 210,9 | 209 | 99% |

PRELIMINAR

| Designação | Orçamento Aprovado | Revisão Orçamental | Orçamento em Execução | Execução Financeira | Grau de Execução Financeira |
|---|---|---|---|---|---|
| Pessoal – RP | - | - | 65,0 | 64 | 99% |
| Bens e Serviços – ROT | 665 | - 487 | 177,2 | 169 | 96% |
| Bens e Serviços – RP | - | - | 134,2 | 75 | 56% |
| Investimentos | 364 | - 343 | 21,5 | - | 0% |
| **TOTAL** | **1 200,2** | **- 790,6** | **608,8** | **517,3** | **85%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado.*

1473. Já para a UO Encargos do Sector Empresarial Público, o Orçamento Inicial aprovado foi de Kz 29,70 mil milhões, no entanto face ao reforço orçamental ocorrido ao longo do ano, a dotação orçamental executada cifrou-se em Kz 45,2 mil milhões, tal como se pode observar no quadro 215.

Quadro 214 - Orçamento e Execução da despesa da UO Encargos do Sector Empresarial Público

(Milhões de Kwanzas)

| Categoria | Orçamento Aprovado | Ajuste Orçamental | | Dotações do Orçamento | Orçamento Executado | Saldo Orçamental |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Anulação | Reforço | | | |
| Subsídios e Transferências Correntes | - | 4 629 | 41 780 | 37 151 | 37 151 | - |
| Transferências de Capital | 28 522 | 29 711 | 8 707 | 7 518 | 7 517 | 0,81 |
| Bens e Serviços | 1 174 | 683 | - | 491 | 490 | 0,48 |
| **Total** | **29 696** | **35 023** | **50 487** | **45 160** | **45 159** | **1,3** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado.*

1474. Como se pode verificar no quadro acima, na generalidade quase todas as categorias tiveram um grau de execução de cerca de 100%. Pelo que, pode-se realçar que foi cumprido o princípio fundamental de Equilíbrio Orçamental, uma vez que as receitas foram suficientes para fazer face às despesas, ao longo do exercício económico de 2020.

## Universidade Agostinho Neto

1475. Para o ano de 2020, a Universidade Agostinho Neto teve uma dotação Orçamental inicial de Kz 9,6 mil milhões, mas em consequência da situação financeira que o País atravessou, a UAN viu reduzido o seu orçamento para

PRELIMINAR

o valor de Kz 8,9 mil milhões, para atender as várias despesas ligadas à Instituição.

1476. Assim, durante o ano de 2020, a UAN executou despesas no valor de Kz 7,7 mil milhões, correspondente a 79% do valor inicial do OGE 2020. No geral, as principais despesas da UAN foram sobretudo as despesas com pessoal no valor de Kz 6,9 mil milhões, que correspondem a 91% do valor total executado, despesas com bens e serviços no montante de Kz 687,9 milhões, correspondendo a 9% do valor total executado.

1477. Importa referir que, no período em análise, a UAN arrecadou recursos próprios no valor de Kz 1,3 mil milhões resultante da cobrança de emolumentos, taxas e outros serviços prestados ao público. Estes recursos foram aplicados como reforço às quotas financeiras mensais do parcelar do OGE, nas diferentes rubricas e nos diferentes Órgãos Dependentes da Universidade Agostinho Neto.

1478. Em relação ao Fundo de petróleo (Consignado pelo Decreto Presidencial n.º 46/97, de 11 de Julho), a UAN beneficiou a longo de 2020, o montante de Kz 326 milhões, referente a Investigação Científica de 2018 e da performance obtida na Produção Científica do período de 2018/2019 atribuído aos Serviços Centrais (Reitoria) e os Órgãos Dependentes, nomeadamente, oito Faculdades, um Instituto Superior, onze Centros de Investigação Científica e a Associação dos Estudantes da UAN.

1479. Por insuficiência de Quota Financeira disponibilizada em 2020, a UAN acumulou dívidas contratuais na Categoria de Despesas com Bens e Serviços, na ordem de Kz 422,9 milhões.

### Universidade Cuito Cuanavale

1480. Para o ano de 2020, a Universidade Cuito Cuanavale enquanto Unidade Orçamental, teve uma dotação Orçamental inicial de Kz 787 milhões, mas após a revisão do OGE 2020, a dotação orçamental da Universidade Cuito Cuanavale ficou estimada em Kz 698 milhões, para atender as várias despesas da Instituição.

PRELIMINAR

1481. Assim, durante o ano de 2020, esta Universidade executou despesas no valor de Kz 657 milhões, correspondente a 83% do valor inicial do OGE 2020. No geral, as principais despesas da Universidade Cuito Cuanavale estavam decompostas da seguinte maneira:

a. Despesas com pessoal no valor de Kz 492,5 milhões, que corresponde a 75% do valor total executado.

b. Despesas com bens e serviços no valor de Kz 151,6 milhões, perfazendo cerca de 23% do valor total executado.

c. Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) no valor de Kz 13 milhões, representando 2% do valor total executado.

1482. Importa referir que, no período em análise, a Universidade arrecadou recursos próprios no valor de Kz 1,3 milhões, resultantes da cobrança de emolumentos, taxas e outros serviços prestados ao público.

### Universidade Mandume-Ya-Ndemufayo

1483. Para o ano de 2020, a Universidade Mandume-Ya-Ndemufayo (UMN), enquanto Unidade Orçamental, teve uma dotação Orçamental inicial de Kz 1,7 mil milhões, mas após a revisão do OGE 2020, a dotação orçamental da UMN ficou estimada em Kz 1,4 mil milhões, para atender as várias despesas ligadas à Instituição.

1484. Neste sentido, durante o ano de 2020, esta Universidade executou despesas no valor de Kz 1,4 mil milhões, correspondente a 82% do valor inicial do OGE 2020. No geral, as principais despesas da Universidade Mandume Ya Ndemufayo foram sobretudo as despesas com pessoal no valor de Kz 1,2 mil milhões, cerca de 87% do valor total executado, despesas com bens e serviços no valor de Kz 170,1 milhões, representando 12% do valor total executado, e Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) no valor de Kz 10 milhões, correspondendo a apenas 1% do valor total executado.

1485. Importa referir que no decorrer do ano de 2020, foram desenvolvidas várias acções que concorreram para a manutenção do funcionamento normal da

PRELIMINAR

Instituição, acções estas que dependeram principalmente das condições financeira disponibilizadas pelo OGE 2020. Apesar dos exíguos recursos financeiros recebidos através das quotas financeiras, tudo foi feito para cumprir com as principais responsabilidades, por formas a manter o bom relacionamento com os nossos fornecedores/prestadores de Bens e Serviços.

### Serviço Nacional De Fiscalização Pesqueira E Da Aquicultura

1486. O Serviço Nacional de Fiscalização de Pescas e da Aquicultura (SNFPA), é um órgão superintendido pelo Ministério da Agricultura e Pescas, conforme o Decreto Presidencial n.º 118/14, visa assegurar a protecção, a observância das normas e medidas de conservação, de forma a executar as políticas de fiscalização por via terrestre, aérea e marítima, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, em todos os segmentos de pesca desenvolvidas nas águas angolanas.

1487. Durante o ano de 2020, o SNFPA teve uma dotação orçamental inicial de Kz 267,5 milhões, mas após a revisão do OGE 2020 este órgão viu o seu orçamento reduzido para o montante de Kz 213 milhões.

1488. Deste total, o SNFPA executou despesas no valor de Kz 201,9 milhões, dos quais Kz 168 milhões diziam respeito às despesas com pessoal, e Kz 33,6 milhões para despesas com bens e serviços, o que corresponde a 75% do valor do orçamento aprovado inicialmente.

1489. Portanto, o relatório reflecte os movimentos ocorridos durante o período de Janeiro a Dezembro de 2020, tendo as despesas sido fundamentalmente de funcionamento, não havendo verbas adicionais para a implementação de projectos.

### Serviço De Tecnologias De Informação E Comunicação Das Finanças Públicas

1490. Nos termos do Decreto Presidencial n.º 232/14, de 5 de Setembro, o Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas, abreviadamente designado por SETIC-FP, é o órgão tutelado do

PRELIMINAR

Ministério das Finanças, cuja missão assenta em estabelecer normas e padrões para as infra-estruturas tecnológicas para o desenvolvimento, contratação, homologação e gestão dos sistemas de informação das Finanças Públicas, que asseguram a confiabilidade, integridade, confidencialidade dos dados, com vista à promoção de uma visão integrada da informação.

1491. No exercício de 2020, para este Instituto foi orçamentado um valor revisto na ordem dos Kz 22,6 mil milhões, cuja execução foi de Kz 22,5 mil milhões. Esta execução centrou-se, essencialmente, no pagamento de despesas com pessoal, bens e serviços, e despesas de capital, correspondendo a uma execução na ordem de 100%, conforme se pode observar no quadro 216.

Quadro 215 - Execução Orçamental do SETIC-FP

(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **22 097** | **22 054** | |
| Pessoal | 569 | 566 | 100% |
| Bens e Serviços | 21 529 | 21 487 | 100% |
| **De Capital** | **504** | **490** | |
| Outras Despesas de Capital | 504 | 490 | 97% |
| **Total** | **22 601** | **22 543** | **100%** |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do SETIC-FP.*

1492. Do ponto de vista da execução orçamental o exercício económico de 2020 foi satisfatório, pelo facto dos objectivos preconizados terem sido alcançados. Apesar de um orçamento restritivo, conseguiu-se estabelecer prioridades na gestão orçamental, que possibilitou a contínua aposta, na modernização das tecnologias de informação e comunicação, e garantir com esta, a operacionalidade dos serviços a nível de todo País, para fazer face aos desafios.

## Centro Integrado De Formação Tecnológica

1493. O Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC), foi criado por Decreto Executivo n.º 237/08, sendo um centro de excelência no domínio das tecnologias aplicadas, cujo objecto social está vocacionado para a

PRELIMINAR

formação e qualificação técnica de profissionais para o mercado trabalho, ministrando cursos de curta, média e longa duração, e criando cursos a medida para as empresas.

1494. No exercício de 2020, o CINFOTEC teve uma dotação orçamental de Kz 268 milhões, cuja execução foi de Kz 267,9 milhões. Esta execução centrou-se, essencialmente, no pagamento de despesas com o pessoal, despesas com bens e serviços, correspondendo a uma execução na ordem de 99,9% do valor atribuído.

1495. Não obstante o equilíbrio apresentado em termos de balanço, há necessidade para um aumento de recursos para aquisição de bens e serviços, com vista a uma melhor e maior cobertura do total de despesas inerentes ao funcionamento do CINFOTEC.

### Conselho Nacional De Carregadores (actual ARCCLA)

1496. O Conselho Nacional de Carregadores (CNC), é um Instituto Público do sector Económico, sujeito a tutela e superintendência do Ministério dos Transportes, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado para exercer as funções de controlo das operações de comércio e transporte marítimo, conforme o Decreto Presidencial n.º 330/14 de 30 de Dezembro.

1497. O Conselho Nacional de Carregadores, teve uma dotação orçamental atribuída de Kz 59 mil milhões, tendo sido executado Kz 19,7 mil milhões, representando um grau de execução na ordem de 33%, resultando em um saldo orçamental de Kz 39 mil milhões.

1498. O desvio verificado, é fruto da não implementação e concretização de alguns projectos e acções que estavam previstas, devido por um lado, a actual situação da pandemia da Covid-19, que limitou a mobilidade das pessoas no território nacional e internacional, e por outro lado, a aprovação tardia da nova agência ARCCLA.

PRELIMINAR

1499. Durante o período em analise, foram transferidos para a Conta Única do Tesouro (CUT) mais de US$ 28 milhões, o que representa cerca de 80% do valor total das despesas de capital.

1500. Das acções desenvolvidas pelo Órgão durante o ano de 2020, destacam-se as seguintes:

a. Concretização da negociação para a alienação da participação do CNC no Banco de Negócios Internacional – Face a actual conjuntura económica e consequentemente do sector financeiro nacional, o CNC negociou e concretizou a alienação da sua participação societária de 1% com o Banco de Negócios Internacional (BNI), no montante 3,8 mil milhões e mais Kz 266 milhões de juros, para um período de transferência definitiva de titularidade até 8 meses, com inicio de Julho de 2020 à Março de 2021, o que resultou num valor total arrecadado de 4 mil milhões;

b. Transformação efectiva do CNC na nova Entidade Reguladora e Certificadora de Carga e Logística de Angola – Aos 28 de Dezembro de 2020, verificou-se a efectivação da transformação do CNC na nova "Agência de Regulação e Certificação de Carga e Logística de Angola (ARCCLA)", conforme estratégia e objectivos anteriormente definidos corporativamente pelos órgãos do MINTRAS e então Direcção Geral;

c. A criação do Decreto Presidencial n.º 326/20 ocasionou a junção de 2 Institutos (CNC e Gabinete do Corredor do Lobito), o alargamento da estrutura de mando da nova agência, e o surgimento de um Conselho de Administração composto por 5 membros.

1501. O impacto da pandemia da Covid-19, afectou significativamente as receitas do CNC no exercício de 2020, tendo ficado abaixo das estimativas (números inferiores aos verificados nos exercícios anteriores).

PRELIMINAR

## Controlo de Prestação de Contas dos Institutos Públicos

1502. De acordo com o estipulado no n.º 2, do Artigo 4.º, do Decreto Executivo 32/17, de 26 de Janeiro, que estabelece as instruções para elaboração da Conta Geral do Estado, os Gestores de cada Unidade Orçamental, devem remeter os respectivos relatórios, ao Ministério das Finanças, até o dia 31 de Março de cada ano.

1503. Desta forma, o quadro 217 demonstra o controlo de prestação de contas recepcionadas pelo Ministério das Finanças, no âmbito dos Institutos Públicos, bem como as respectivas datas de recepção da informação, evidenciando o cumprimento e não comprimento do prazo estabelecido.

Quadro 216 – Controlo da Remessa dos Relatórios de Gestão de 2020 dos Institutos Públicos

| Institutos Públicos | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| AGÊNCIA ANGOLANA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DE SEGUROS - ARSEG | ✓ | 13/05/2021 | ✗ |
| AGÊNCIA DE INVESTIMENTO PRIVADO E PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES – AIPEX | ✓ | 23/04/2021 | ✗ |
| AGÊNCIA DE PROTECÇÃO DE DADOS | ✓ | 16/04/2021 | ✗ |
| AGÊNCIA NACIONAL DE PETROLEO, GÁS E BIOCOMBUSTIVEIS - ANPG | ✓ | 25/04/2021 | ✗ |
| AGÊNCIA NACIONAL DE RESÍDUOS | ✓ | 30/04/2021 | ✓ |
| AGÊNCIA NACIONAL PARA GESTÃO DA REGIÃO DO OKAVANGO | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| AUTORIDADE REGULADORA DA CONCORRÊNCIA - ARC | ✓ | 19/03/2021 | ✓ |
| BOLSA DE DÍVIDA E VALORES DE ANGOLA – BODIVA | ✓ | 13/05/2021 | ✓ |
| CAIXA DE PROTECÇÃO SOCIAL DO MININT | ✓ | 18/02/2021 | ✓ |
| CAIXA DE SEGURANÇA SOCIAL DAS FAA | ✓ | 26/03/2021 | ✓ |
| DIRECÇÃO GERAL DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| ENTIDADE REGULADORA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | ✓ | 01/04/2021 | ✗ |
| INSTITUTO ANGOLANO DA JUVENTUDE | ✓ | 30/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO ANGOLANO DA PROPRIEDADE INDÚSTRIAL - IAPI | ✓ | 17/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO ANGOLANO DAS COMUNICAÇÕES - INACOM | ✓ | 14/04/2021 | ✗ |
| INSTITUTO ANGOLANO DE ACREDITAÇÃO - IAAC | ✓ | 19/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO ANGOLANO DE CONTROLO DO CANCÊR | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO ANGOLANO DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE - IANORQ | ✓ | 15/03/2021 | ✓ |

PRELIMINAR

| Institutos Públicos | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| INSTITUTO DE COMBATE E CONTROLE DAS TRIPANOSSOMÍASES - ICCT | ✓ | 07/04/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – IDF | ✓ | 30/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE ANGOLA – IDIA | ✓ | 30/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO AGRONÓMICA - IIA | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DE PROMOÇÃO E COODERNAÇÃO DA AJUDA ÀS COMUNIDADES- IPROCAC | ✓ | 15/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS EX-MILITARES - IRSEM | ✓ | 29/01/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DE SUPERVISÃO DE JOGOS – ISJ | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO DO FOMENTO EMPRESARIAL- IFE | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO DOS SERVIÇOS DE VETERINÁRIA – ISV | ✓ | 18/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DE ANGOLA | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO GEOLÓGICO DE ANGOLA – IGEO | ✓ | 09/04/2021 | ✗ |
| INSTITUTO MARÍTIMO E PORTUÁRIO DE ANGOLA - IMPA | ✓ | 18/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DA BIODIVERSIDADE E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DA CRIANÇA | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE APOIO ÀS INDÚSTRIAS DE PESCA- INAIP | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – INAPEM | ✓ | 18/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE AVALIAÇÃO, ACREDITAÇÃO E RECONHECIMENTO DE ESTUDOS DO ENSINO SUPERIOR | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE CEREAIS – INCER | ✓ | 01/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INADECC | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE DESMINAGEM – INAD | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- INEE | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA DE ANGOLA- INEMA | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIAS MÉDICAS DE ANGOLA | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - INEFOP | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE ESTRADAS DE ANGOLA- INEA | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS - INEJ | ✓ | 12/02/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE FOMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INFOSI | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS DA EDUCAÇÃO - INFQE | ✓ | 12/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL - INGA | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO- INH | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS INDÚSTRIAS - INITI | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |

PRELIMINAR

| Institutos Públicos | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - INIDE | ✓ | 12/02/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE – INIS | ✓ | 26/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE LUTA ANTI DROGA – INALUD | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE LUTA CONTRA SIDA- INLS | ✓ | 19/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITORIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – INOTU | ✓ | 24/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE PETRÓLEOS - INP | ✓ | 01/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL- INSS | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DO CAFÉ | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO NACIONAL DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS – INTR | ✓ | 07/04/2021 | ✗ |
| INSTITUTO OFTAMOLÓGICO NACIONAL - IONA | ✓ | 17/05/2021 | ✗ |
| INSTITUTO REGULADOR DA CONSTRUÇÃO CÍVIL E OBRAS PÚBLICAS - IRCCOP | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO REGULADOR DOS DERIVADOS DO PETROLEO - IRDP | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO SUPERIOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | ✗ | - | ✗ |
| INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – ISUTIC | ✓ | 26/03/2021 | ✓ |
| MARINHA DE GUERRA ANGOLANA | ✗ | - | ✗ |
| MATERNIDADE LUCRECIA PAIM | ✗ | - | ✗ |
| NSTITUTO NACIONAL DA AVIAÇÃO CÍVIL - INAVIC | ✓ | 04/03/2021 | ✓ |
| SERVIÇO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA CAMEIA | ✗ | - | ✗ |
| SERVIÇO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA QUIÇAMA | ✗ | - | ✗ |
| SERVIÇO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE CANGANDALA | ✗ | - | ✗ |
| SERVIÇO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO IONA | ✗ | - | ✗ |
| SERVIÇO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO LUENGUE | ✗ | - | ✗ |
| SERVIÇO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO MAIOMBE | ✗ | - | ✗ |
| SERVIÇO DE PROTECÇÃO CÍVIL E BOMBEIROS | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| SERVIÇO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC | ✓ | 30/04/2021 | ✓ |
| SERVIÇO NACIONAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - SNCP | ✓ | 30/04/2021 | ✓ |
| SERVIÇO NACIONAL DE CONTROLO DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS | ✓ | 19/01/2021 | ✓ |
| SERVIÇO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO PESQUEIRA E DA AQUICULTURA - SNFPA | ✓ | 19/01/2021 | ✓ |
| UNIDADE DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | ✓ | 12/05/2021 | ✗ |
| UNIDADE TÉCNICA ACOMPANHAMENTO PROJ. FINANCIAMENTO EXTERNO | ✗ | - | ✗ |
| UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DE MEDIATECAS DE ANGOLA | ✗ | - | ✗ |
| UNIDADE TÉCNICA DE GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO | ✗ | - | ✗ |
| UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO | ✗ | - | ✗ |

PRELIMINAR

| Institutos Públicos | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO – UAN | ✓ | 01/04/2021 | ✗ |
| UNIVERSIDADE CUITO CUANAVALE | ✓ | 26/03/2021 | ✓ |
| UNIVERSIDADE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS | ✗ | - | ✗ |
| UNIVERSIDADE KATYAVALA BUILA | ✗ | - | ✗ |
| UNIVERSIDADE KIMBA VITA | ✗ | - | ✗ |
| UNIVERSIDADE LUEJI A`N´KONDE | ✗ | - | ✗ |
| UNIVERSIDADE MANDUME YA NDEMUFAYO – UMN | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |

Fonte: *MINFIN.*

## Outras Entidades

### Administração Geral Tributária - AGT

1504. A Administração Geral Tributária (AGT), resultou da fusão da Direcção Nacional de Impostos, do Serviço Nacional das Alfândegas e do Projecto Executivo para a Reforma Tributária, tendo sido criada pelo Decreto Presidencial n.º 324/14, de 15 de Dezembro.

1505. Tem como objectivo assegurar uma maior coordenação na execução das políticas fiscais e aduaneiras, garantir maior eficiência na alocação e utilização dos recursos existentes, atestar maior dinamismo na simplificação e racionalização da estrutura de gestão dos serviços, de modo a optimizar a receita tributária e adaptá-la a um novo paradigma de relacionamento com os contribuintes.

1506. Para o exercício económico e financeiro de 2020, foi inicialmente afecto a AGT um orçamento de Kz 28,4 mil milhões. Após a aprovação da Revisão do Orçamento Geral do Estado para 2020, pela Assembleia Nacional, houve um incremento no orçamento da Administração Geral Tributária na ordem de Kz 10,5 mil milhões, firmando-se em Kz 38,8 mil milhões, conforme se pode constatar no Quadro 218.

Quadro 217 - Orçamento Atribuído à Administração Geral Tributária

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto | Acréscimo |
|---|---|---|---|

PRELIMINAR

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Administração Geral Tributária** | 28 357 | 38 875 | 10 518 |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 da Administração Geral Tributaria.*

1507. O total da receita apurada, no exercício de 2020, é de Kz 6,9 mil milhões. Do valor mencionado, fazem parte as receitas para elaboração do orçamento da AGT, com base na previsão de arrecadação das Taxas de Emolumentos Aduaneiros G81. Assim, para o referido exercício foram arrecadados valores na ordem de Kz 84,1 mil milhões.

1508. As despesas referentes ao exercício de 2020, estão subdivididas pela providência da Fonte de Recurso, neste caso, Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) e Receitas Próprias (RP). Tendo em conta a liquidação das despesas referentes ao exercício de 2020, contabilizou-se o valor global liquidado na ordem de Kz 38,3 mil milhões conforme o quadro 219.

Quadro 218 - Execução Orçamental da Administração Geral Tributária
(Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Execução Orçamental |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **17 482** | **17 035** | **97%** |
| Pessoal | 7 081 | 7 055 | 100% |
| Bens e Serviços | 9 608 | 9 218 | 96% |
| Contribuições do Empregador | 490 | 486 | 99% |
| Transferências Correntes | 303 | 276 | 91% |
| **De Capital** | **21 393** | **21 313** | **100%** |
| Despesas de Capital (PIP) | 21 393 | 21 313 | 100% |
| **Total** | **38 875** | **38 348** | **99%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 da Administração Geral Tributária.*

1509. Para o Programa Anual de Investimento Público de 2020, foram inscritos 47 projectos de construção, reabilitação e apetrechamento, no valor de Kz 20,5 mil milhões. Entre o valor orçamento e o valor executado dos referidos projectos inscritos, aferiu-se um percentual de 99% conforme demonstrado no Quadro 220.

1510. Devido aos constrangimentos financeiros, resultante da crise económica e financeira que o País atravessa, a execução física dos projectos aprovados ronda a volta dos 17%.

PRELIMINAR

Quadro 219 - Execução Orçamental do PIP da AGT

(Milhões de Kwanzas)

| Programa de Investimento Público | Valor |
|---|---|
| Dotação Orçamental | 20 476 |
| Execução Orçamental | 20 427 |
| Percentual da Execução Orçamental | 99,76% |
| N.º de Projectos Executados (parcial) | 8 |
| N.º de Projectos Não Executados | 31 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 da Administração Geral Tributária.*

1511. Em conformidade com os projectos inscritos no PIP, durante a execução do orçamento da Administração Geral Tributária no exercício de 2020, foram concluídas e apetrechadas parcialmente:

a. Três estâncias, Delegação Aduaneira de Grupagem de Viaturas, Três Naves Armazém de Mercadoria em Viana e o Posto Aduaneiro do Luau;

b. Deu-se início as obras de reabilitação da Delegação Aduaneira do Soyo, Casa de Função no Namibe e Repartição Fiscal de Cacuaco;

c. Finalmente, de referir que se deu continuidade aos pagamentos das consultorias externas na consolidação do processo da Reforma Tributária e fez-se a aquisição do Sistema Integrado de Gestão Tributária e o Sistema Informático Integrado.

## Gabinete do Vice-Presidente da República

1512. Os Órgãos de Apoio ao Vice-presidente da República (OAVPR), prestam assistência, assessoria, apoio técnico e administrativo-financeiro directo e imediato ao Vice-presidente da República, no desempenho das suas funções enquanto órgão auxiliar do poder executivo, nos termos do Decreto Presidencial nº 323/17, de 12 de Dezembro.

1513. Para o exercício económico 2020, a UO - Gabinete do Vice-Presidente da República teve um orçamento inicialmente aprovado no valor de Kz 2,2 mil milhões de acordo com a Lei nº 30/19, de 27 de Dezembro. No decorrer do

PRELIMINAR

exercício económico, o órgão recebeu créditos adicionais no valor de Kz 377 milhões, remetendo o orçamento em execução para Kz 2,3 mil milhões.

1514. As despesas globais executadas ao longo do período totalizaram o valor de Kz 2 mil milhões, correspondendo a uma execução de 87% do valor orçamentado, conforme espelhado no Quadro 221.

Quadro 220 - Execução Orçamental dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República (Milhões de Kwanzas)

| Despesas | Orçamento Disponível | Despesas Liquidadas | Exec.% |
|---|---|---|---|
| **Correntes** | **2 141** | **1 851** | **86%** |
| Pessoal | 1 094 | 1 086 | 99% |
| Bens e Serviços | 1 036 | 759 | 73% |
| Outras Transferências | 11 | 5 | 47% |
| **De Capital** | **209** | **188** | **90%** |
| Outras Despesas de Capital | 209 | 188 | 90% |
| **Total** | **2 350** | **2 038** | **87%** |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República.*

1515. Durante o período em análise, foram efectuados pagamentos em numerário do fundo permanente, ao abrigo do Despacho nº 2098/20, de 29 de Abril. No final do exercício, o saldo em caixa e em banco totalizavam cerca de Kz 52 milhões.

## Procuradoria-Geral da República

1516. A Procuradoria-Geral da República (PGR), é um organismo do Estado com a função de o representar, nomeadamente no exercício da acção penal, na defesa dos direitos de outras pessoas singulares ou colectivas, na defesa da legalidade, no exercício da função jurisdicional e na fiscalização da legalidade na fase de instrução preparatória dos processos e no que toca ao cumprimento das penas, tal como estabelecido no art.º 189.º da Constituição da República de Angola.

1517. Para o exercício económico de 2020, a PGR teve uma dotação orçamental inicial no valor de Kz 26,6 mil milhões. No entanto, após revisão do OGE 2020, a PGR teve um Orçamento Revisto no valor de Kz 23,2 mil milhões.

PRELIMINAR

1518. Em relação ao valor da execução, a PGR executou despesas no valor de Kz 26,2 mil milhões, sobre o qual foram realizadas despesas na ordem dos Kz 24 mil milhões destinadas às despesas com pessoal, despesas com bens e serviços no valor de 1,2 mil milhões, despesas ligadas ao Plano de Combate a Covid-19 no valor de Kz 19 milhões, Plano de Combate a Corrupção no valor de Kz 279 milhões.

1519. De forma conclusiva, pode-se dizer que o exercício económico de 2020 foi atípico e verificaram-se alguns constrangimentos no desenvolvimento da missão e da execução orçamental.

1520. Das várias actividades desenvolvidas ao longo de 2020, destacam-se as seguintes:

a. Elaboração do Programa de introdução de conteúdos sobre a corrupção no ensino primário e criação de BD;

b. Visitas do PGR aos órgãos Provinciais;

c. Reunião dos Magistrados do Ministério Público que actuam nas diversas jurisdições;

d. Preparação do Conselho Consultivo da PGR;

e. Programação de acções concretas de formação no âmbito do Plano de Formação 2020-2022;

f. Acompanhamento das obras da futura sede da PGR;

g. Projecto-piloto de criação de base de dados estatísticos e digitalização de processos.

## Secretariado Do Conselho De Ministros

1521. No ano de 2020, o Secretariado do Conselho de Ministros recebeu uma dotação orçamental de Kz 1,9 mil milhões, tendo realizado despesas no valor de Kz 1,7 mil milhões, correspondentes a 90,35% do seu orçamento.

1522. Durante o período em análise, o Secretariado do Conselho de Ministros realizou despesas com vista a preparação de 40 reuniões, sendo 17 do

PRELIMINAR

Conselho de Ministros, 13 da Comissão Económica do Conselho de Ministros e 10 da Comissão para a Política Social.

1523. Com os recursos financeiros disponibilizados, foi ainda possível adquirir 7 computadores portáteis e 3 UPS.

1524. Projecta-se para o futuro, a renovação do parque informático de todas as áreas que compõem o Secretariado do Conselho de Ministros, no valor estimado de Kz 43 milhões.

### Provedoria De Justiça

1525. A Provedoria de Justiça, é uma instituição de direito público, que tem por objectivo prestar apoio técnico e administrativo necessários à realização das atribuições e tarefas do Provedor de Justiça relacionadas à defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade da administração pública.

1526. Em 2020, a Provedoria de Justiça teve um orçamento aprovado no valor de Kz 1,6 mil milhões. Contudo, após a revisão do OGE, a Provedoria de Justiça teve uma dotação orçamental revista de Kz 645 milhões, sobre a qual executou despesas no valor de Kz 644 milhões, correspondentes a 39% do seu orçamento inicial.

1527. As principais despesas executadas, estavam relacionadas a despesas com pessoal no valor de Kz 298,6 milhões, despesas com bens e serviços no montante de Kz 316,8 milhões e despesas de capital no valor de Kz 28,9 milhões.

### Comissão Do Mercado De Capitais

1528. A Comissão do Mercado de Capitais (CMC), é uma pessoa colectiva de direito público, com património próprio e autonomia administrativa e financeira, sujeita à superintendência do Titular do Poder Executivo e à Tutela do Ministro das Finanças, tendo como atribuições a regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais e das

PRELIMINAR

actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente.

1529. O Orçamento da CMC, para o exercício económico de 2020, situou-se em Kz 2,9 mil milhões, sendo que Kz 2,7 mil milhões se referem a Recursos Ordinários do Tesouro aprovados pela Assembleia Nacional e Kz 237 milhões referem-se aos recursos próprios, estimados com a consignação de recursos provenientes da arrecadação de taxas e emolumentos diversos.

1530. A receita arrecadada corresponde aos recursos utilizados para cobertura das despesas, registadas no Balanço Orçamental, por contrapartida das quotas financeiras disponibilizadas, no montante de Kz 2,5 mil milhões, com um peso de cerca de 91%, bem como dos Recursos Consignados no valor de Kz 256 milhões, com um peso de cerca de 9%. A receita total arrecadada, no período em apreço, situou-se em Kz 2,8 mil milhões.

1531. A receita arrecadada proveniente de Recursos Consignados registou um aumento de Kz 19 milhões, relativamente ao estimado, ou seja, cerca de 8%, devido a consignação parcial de recursos arrecadados nos exercícios anteriores e de multas do exercício de 2020.

1532. As despesas executadas com origem nos Recursos Ordinários do Tesouro (SIGFE), representaram um peso de 91% e as despesas com origem nos Recursos Próprios registaram um peso de 9%, face à despesa total realizada no período. A despesa total realizada situou-se em Kz 2,8 mil milhões.

### Serviço De Inteligência E De Segurança Militar

1533. No exercício económico de 2020, o Orçamento global inicialmente atribuído para o SISM foi Kz 2,5 mil milhões. No decorrer do ano, em função das necessidades apresentadas, este valor foi actualizado para Kz 2,2 mil milhões.

1534. Por forma a direccionar os recursos financeiros disponibilizados para as despesas com Pessoal e Bens e Serviços, em conformidade com o plano de acção, os valores disponibilizados possibilitaram a execução das despesas

PRELIMINAR

de Kz 1,9 mil milhões, o que representa uma execução de 86% do valor orçamentado.

1535. Sobre o Programa de Investimentos Públicos (PIP), no exercício económico de 2020, relativamente ao projecto em curso, centro de formação de efectivos de inteligência, Km 16, Lubango, foram inscritos cerca de Kz 343 milhões tendo sido executados, no Iº Trimestre, apenas Kz 45 milhões. A obra encontra-se paralisada há 6 anos e ao manter-se o quadro actual, aumenta-se o risco de deterioração.

### Serviço de Inteligência Externa

1536. No presente exercício, o Serviço de Inteligência Externa (SIE) beneficiou de um orçamento inicial aprovado no valor de Kz 23,3 mil milhões, o qual sofreu um reajuste em termos de aumento passando a ter um orçamento reajustado no valor de Kz 35 mil milhões.

1537. Do orçamento reajustado acima referido, foram cabimentadas despesas no valor de Kz 35 mil milhões, tendo sido pagos o valor de Kz 34,8 mil milhões, correspondendo assim a um grau de execução de 99,30% do orçamento executado.

1538. As despesas de Apoio ao Desenvolvimento foram executadas no valor de Kz 3,3 mil milhões, tendo sido pagas 100%.

1539. Das despesas de capital, foram executadas no valor de Kz 96 milhões, referente a aquisição e instalação de equipamento de CCTV, tendo sido pagas a 100%.

1540. A execução orçamental da unidade atingiu 99,30% do orçamento executado, porém, transitou para restos a pagar Kz 242 milhões. No IIIº Trimestre do exercício económico de 2020, o Titular do Poder Executivo aprovou o crédito adicional suplementar no valor de Kz 9,7 mil milhões na natureza "Outras Transferências Correntes para as Famílias" no projecto de actividade "Serviço no Exterior".

PRELIMINAR

### Hospital Geral Especializado Augusto Ngangula

1541. Para o exercício económico de 2020, foi aprovado um orçamento no valor de Kz 2,8 mil milhões, e uma execução no valor de Kz 2,5 mil milhões, equivalentes a 99% do valor atribuído, estando decompostas em Kz 1,6 mil milhões para despesas com pessoal, e Kz 868 milhões relativos a despesas com bens e serviços.

1542. Apesar de algumas restrições devido a Covid-19, como o encerramento das consultas externas, outros serviços, a Coloscopia, Ecografias e Estomatologia, alguns objectivos traçados pela instituição, atingiram-se as seguintes metas:

a. Redução da morbimortalidade materna e neonatal;

b. Requalificação de uma sala para recepção de pacientes com testes positivo a Covid-19;

c. Restruturação do berçário neonatal;

d. Realizou-se um total de 15 635 partos – 8 447 Eutócicos, 6 620 Cesarianas de Urgência, 178 Cesarianas Electivas e 390 Pélvicos;

e. Foram atendidos em consultas externas um total de 27 152 pacientes;

f. Foram realizadas 79 016 análises clínicas, dos quais 20 693 exames de Hematologia, 24 083 bioquímica, 929 serologia, 21 100 pesquisa de plasmódio, 12 204 urina e fezes 7.

### Hospital Josina Machel

1543. Em 2020, o valor do Orçamento revisto para o HJM, cifrou-se em Kz 5,8 mil milhões. Entretanto, ao longo de 2020, o referido órgão, beneficiou de um crédito orçamental na ordem dos Kz 634 milhões, e finalizou o período com um orçamento atribuído na ordem dos Kz 6,5 mil milhões.

1544. Do valor total atribuído, no período em análise, foram executadas despesas na ordem dos Kz 6,5 mil milhões, que corresponde a uma taxa de execução de aproximadamente 100%.

PRELIMINAR

1545. O ano económico de 2020, foi marcado pela subida de preços, consequência da alta procura de fármacos e de materiais gastáveis nas intervenções terapêuticas. O orçamento atribuído é abaixo das reais necessidades de recursos financeiros do Hospital. As instalações, os meios e equipamentos do Hospital estão maioritariamente degradados. O Hospital, apesar dos esforços de redução de custos, teve dívida acumulada de aproximadamente 2 mil milhões, no ano de 2020.

1546. As principais acções desenvolvidas pelo Hospital no período em apreço foram as seguintes:

a. Foram internados nos Serviços do HJM um total de 5 620 pacientes, dos quais 4 967 tiveram altas vivas e 827 foram a óbito. Houve uma redução no número de óbitos de 281 pacientes em comparação com o ano anterior;

b. Foram assistidos no Banco de Urgência 57 719 pacientes, uma redução de quase 50% em relação ao ano anterior que foi de 116 555, pacientes assistidos;

c. Foram efectuadas 417 cirurgias de rotina, 1 160 cirurgias de urgência;

d. Foram realizadas cerca de 129 439 análises clínicas;

e. Foram realizados 31 725 exames de Imagiologia;

f. Foram realizadas 22 013 sessões de Hemodiálise;

g. Foram assistidos 16 467 pacientes em consultas Externas, no período de 1 de Janeiro a 20 de Março do ano em análise.

## Clínica Multiperfil

1547. A Clínica Multiperfil, é uma instituição pública de serviços na área de saúde, com qualificação constante dos profissionais, tecnologia adequada a gestão eficaz, visando a prevenção e a recuperação da saúde no país, conforme o Decreto Presidencial n.º 266/19, de 23 de Agosto de 2019.

PRELIMINAR

1548. No exercício de 2020, a Clínica Multiperfil teve uma dotação orçamental inicial de Kz 4,3 mil milhões. Contudo, após revisão do OGE 2020 a Clínica Multiperfil teve um reforço orçamental de Kz 2,8 mil milhões, destinadas a cobertura de despesas com pessoal e aquisição de equipamentos de testagem da COVID-19.

1549. Assim, a Clínica Multiperfil registou uma execução orçamental de Kz 6,5 mil milhões, correspondente a 91% do orçamento revisto, dos quais Kz 2,3 mil milhões com despesas de pessoal, Kz 3,7 mil milhões despesas com bens e serviços, e Kz 490 milhões para despesas relacionadas com a COVID-19.

### Gabinete De Obras Especiais

1550. Nos termos do Decreto Presidencial n.º 26/19, de 16 de Janeiro, o Gabinete de Obras Especiais é um serviço de consulta, análise, informação e apoio técnico ao Presidente da República, no processo de concepção e implementação do Programa do Centro Político Administrativo e outros Projectos estratégicos.

1551. Para 2020, a dotação orçamental aprovada para este órgão foi de Kz 10,4 mil milhões. Todavia, em resultado da revisão do OGE 2020, o orçamento para o GOE foi reduzido para Kz 5,3 mil milhões o equivalente a uma redução de cerca de 49% do valor inicialmente aprovado.

1552. Ainda no decurso do ano, para fazer face a execução de despesas de funcionamento e despesas de capital, foram atribuídos ao sector créditos adicionais por contrapartida interna e com recurso a reserva orçamental, o que permitiu ao GOE executar despesas no valor de Kz 35,8 mil milhões.

1553. Deste valor foram executadas despesas com pessoal no valor de Kz 294 milhões, despesas com bens e serviços no montante de Kz 3,8 mil milhões, bem como despesas com o programa de investimento público no valor de Kz 31,7 mil milhões.

1554. Das principais acções desenvolvidas, destaca-se a conclusão e entrega ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente do Novo Edifício do Arquivo

PRELIMINAR

Nacional de Angola, assim como a conclusão e entrega ao Secretariado do Conselho de Ministros do Edifício do Conselho de Ministros.

1555. O Relatório de Gestão de 2020 do GOE apresentou a lista dos responsáveis do órgão, assinado pelo responsável máximo da entidade tal como se pode observar no quadro 221.

Quadro 221 – Lista dos Responsáveis do GOE

| Nome | Função |
|---|---|
| Leonel Pinto da Cruz | **Director Geral** |
| Pedro Filomeno Nascimento | Chefe de Departamento de Administração e Finanças |

Fonte: *Relatório de Gestão de 2020 do GOE assinado pelo Responsável.*

## Comissão Nacional Para A Unesco

1556. A Comissão Nacional de Angola para a UNESCO (CNU-Angola), é uma instituição dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, no âmbito da ratificação da República de Angola junto da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo como atribuição estudar e submeter ao Governo as questões ligadas à orientação política e aos programas de actividades associadas à UNESCO.

1557. Para o ano de 2020, a CNU-Angola foi contemplada com um orçamento de Kz 162 milhões.

1558. Após aprovação do OGE 2020 revisto, a CNU-Angola foi contemplada com um orçamento de Kz 100 milhões.

1559. No entanto, em função das quotas financeiras alocadas, a CNU-Angola viu-se penalizada em cerca de 50%, na medida em que dos Kz 100 milhões alocados pelo OGE 2020 revisto, apenas Kz 51 milhões foram atribuídos.

1560. À semelhança do ano transacto, o Secretariado Permanente da Comissão Nacional para a UNESCO em 2020 realizou despesas com bens e serviços no valor de Kz 51 milhões, representando uma execução de 32% do valor do orçamento aprovado inicialmente e 51% do orçamento revisto.

PRELIMINAR

1561. Para o período em referência, a Comissão Nacional para a Unesco levou a cabo várias actividades com destaque para:

a. *Workshop* sobre "Os desafios da Mulher na Ciência", a Semana da Língua Portuguesa sob o lema "Uma Língua, Várias Realidades".

b. *Webinar* sobre "Os desafios no Ensino em Época de COVID-19".

c. Ciclo de debates sobre o futuro da Educação, sob o lema "Educação para a Cidadania Global", o 2.º Encontro Nacional da Rede de Escolas Associadas à UNESCO em Angola.

d. Promoção de uma vídeo conferência sob lema "Cunene, das Secas às Cheias": Um Programa Científico Nacional, uma vídeo conferência sobre Mbanza Kongo, perspectivas e desafios na prevenção do Património e Promoção do turismo, de entre outras actividades.

## Comité Nacional Da SADC

1562. O Comité Nacional da SADC, é um órgão tutelado pelo Ministério das Relações Exteriores, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, um serviço público específico na definição e execução da política externa do Estado referente às acções relativas ao processo de integração económica na SADC, tendo em conta as opções de desenvolvimento do país definidas pelo Executivo e as Políticas regionais constantes no Programa de Acções da SADC.

1563. A dotação orçamental atribuída em 2020, para o Comité Nacional da SADC, foi de Kz 88 milhões. No entanto, face a revisão orçamental ocorrida no início do segundo semestre, o valor da dotação orçamental revista cifrou-se em Kz 67,7 milhões.

1564. Em relação as despesas, durante o ano de 2020, foram executadas despesas com pessoal no montante de Kz 30,8 milhões, contribuições do empregador de Kz 2 milhões e despesas com bens e serviços no montante de Kz 34,7milhões.

PRELIMINAR

1565. Em relação as acções desenvolvidas ao longo de 2020, o Comité Nacional da SADC participou na preparação e acompanhamento dos seguintes eventos:

a. Reunião virtual do Conselho de Ministros da SADC ocorrida na Tanzânia;

b. Conselho de Ministros e Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC a partir de Maputo;

c. Reunião de preparação da Visão 2050 da SADC e do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional de 2020-2030 (RISDP), aprovados na Cimeira de Agosto de 2020;

d. Outras reuniões extraordinárias do Conselho de Ministros de Abril, Maio e Junho, onde se analisou o estado da pandemia da COVID-19 e o seu impacto socioeconómico na região da SADC e aprovadas medidas para mitigar tais impactos.

### Memorial Agostinho Neto

1566. O Memorial Dr. António Agostinho Neto, é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme o disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial N.º 1/13, de 3 de Janeiro.

1567. Para o ano de 2020, o Memorial Agostinho Neto teve uma dotação orçamental no valor de Kz 675,1 milhões. Deste montante aprovado, foi executado um valor total de cerca de Kz 401,7 milhões para despesas com pessoal e despesas com bens e serviços.

1568. Adicionalmente, o Memorial arrecadou receitas próprias no valor de Kz 13,5 milhões. Como principais actividades desenvolvidas ressalta-se o relançamento da actividade cultural, assim como os trabalhos de manutenção dos equipamentos e das infra-estruturas.

PRELIMINAR

## Conselho Nacional Da Acção Social

1569. O Conselho Nacional da Acção Social, é uma instituição criada por meio do Decreto Presidencial N.º 25/19, de 15 de Janeiro, visando de entre outras acções promover a protecção e a defesa dos direitos da criança, família, pessoa idosa, pessoa com deficiência, mulher e a garantia da igualdade e questões do género e outros grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

1570. Para o ano de 2020, foi aprovado para o Conselho Nacional da Acção Social um orçamento no valor de Kz 87,6 milhões. Deste montante, foi executado o valor de Kz 87,2 milhões, o que representou uma execução orçamental em torno de 99%.

1571. Do total de despesas executadas, destacam-se as despesas com pessoal no valor de Kz 26,4 milhões, despesas de contribuição do empregador no valor de Kz 1,8 milhões e Kz 59,3 milhões com despesas de bens e serviços.

## Conselho Superior da Magistratura Judicial

1572. O artigo 184.º da Constituição da República de Angola, estabelece que o Conselho Superior da Magistratura Judicial, é o órgão constitucional que desempenha uma função essencial para o funcionamento do poder judicial, definido como órgão superior de gestão e disciplina da magistratura judicial.

1573. No exercício económico de 2020, a dotação orçamental aprovada revista para o Conselho Superior da Magistratura Judicial foi de Kz 614 milhões, que permitiu realizar despesas na ordem dos Kz 608 milhões, correspondendo a um grau de execução de 99% do valor atribuído.

1574. O Quadro 222 apresenta o orçamento atribuído ao Conselho Superior de Magistratura.

PRELIMINAR

Quadro 222 - Orçamento Atribuído ao Conselho Superior da Magistratura Judicial

(Milhões de Kwanzas)

| Unidade Orçamental | OGE Aprovado | OGE Revisto |
|---|---|---|
| Conselho Superior da Magistratura Judicial | 1 736 | 614 |

Fonte: *Relatório de Gestão 2020 do Conselho Superior da Magistratura Judicial.*

1575. Em 2020, as verbas orçamentais atribuídas ao referido Órgão, foram insuficientes para realização de todas as despesas projectadas, com enfâse para a Reforma Judicial, a independência do Poder Judicial e a Autonomia Financeira, Administrativa e Patrimonial, inicialmente com abertura dos Tribunais da Relação e os Tribunais de Comarca em todo território nacional.

1576. O Conselho Superior da Magistratura Judicial, constitui a Comissão para Implementação e Reforma de Justiça, denominada CIRJ, que tem como finalidade, criar condições e mecanismos, que permitam a este órgão, a gestão e disciplina efectiva da Magistratura a nível nacional.

## Conselho Superior Da Magistratura Do Ministério Público

1577. O Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público (CSMMP) é o Órgão Superior de Gestão e Disciplina da Magistratura do Ministério Público, funcionando em Plenário e em Comissão Permanente.

1578. Para o exercício económico de 2020, o CSMMP teve uma dotação orçamental inicial no valor de Kz 605,3 milhões. No entanto, após revisão do OGE 2020, o CSMMP teve um Orçamento Revisto no valor de Kz 381,2 milhões, e sobre o qual foram executadas despesas no valor total de Kz 231 milhões, designadamente para despesas com pessoal no valor de Kz 134,2 milhões e despesas com bens e serviços no valor de Kz 97,1 milhões, correspondendo a um grau de execução de 38% do valor total do orçamento inicialmente estabelecido.

1579. De entre as principais actividades desenvolvidas em 2020, destacam-se as seguintes:

PRELIMINAR

s. Reuniões dos Magistrados do Ministério Público (MP) que actuam nos órgãos de instrução processual, nos Tribunais Criminais, na Jurisdição Civil Administrativo, na Jurisdição Laboral, na Jurisdição da Família, na Jurisdição do Julgado de Menores, na Jurisdição Constitucional e na Jurisdição de Contas;

t. Encontro Nacional dos Magistrados do Ministério Público, que actuam na área Criminal;

u. Preparação do Conselho Consultivo do CSMMP;

v. Preparação da Semana da Legalidade;

w. Formação de magistrados que actuam como porta-vozes dos órgãos provinciais da PGR.

### Controlo de Prestação de Contas das Outras Entidades

1580. De acordo com o estipulado no n.º 2, do Artigo 4.º, do Decreto Executivo 32/17, de 26 de Janeiro, que estabelece as instruções para elaboração da Conta Geral do Estado, os Gestores de cada Unidade Orçamental, devem remeter os respectivos relatórios, ao Ministério das Finanças, até o dia 31 de Março de cada ano.

1581. Desta forma, o quadro 223 demonstra o controlo de prestação de contas recepcionadas pelo Ministério das Finanças, no âmbito das Outras entidades, bem como as respectivas datas de recepção da informação, evidenciando o cumprimento e não comprimento do prazo estabelecido.

Quadro 223 – Controlo da Remessa do Relatório de Gestão das Outras Entidades

| Outras Entidades | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| Administração Geral Tributária - AGT | ✓ | 19/03/2021 | ✓ |
| Clínica Multiperfil | ✓ | 19/01/2021 | ✓ |
| Comando Geral da Policia Nacional | ✗ | - | ✗ |
| Comissão do Mercado de Capitais – CMC | ✓ | 13/05/2021 | ✗ |
| Comissão Nacional Eleitoral - CNE | ✗ | - | ✗ |
| Comissão Nacional Para a Unesco | ✓ | 30/04/2021 | ✗ |

PRELIMINAR

| Outras Entidades | Remessa do Relatório de Gestão 2020 | Data de Recebimento | Cumprimento do Prazo |
|---|---|---|---|
| Gabinete de Obras Especiais – GOE | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| Gabinete do Vice-Presidente da República | ✓ | 11/03/2021 | ✓ |
| Hospital Américo Boa-Vida | ✗ | - | ✗ |
| Hospital de Medicina e Reabilitação Fisíca | ✗ | - | ✗ |
| Hospital do Prenda | ✗ | - | ✗ |
| Hospital Geral Especializado Augusto Ngangula | ✓ | 29/03/2021 | ✓ |
| Hospital Josina Machel | ✓ | 17/03/2021 | ✓ |
| Hospital Militar Princial | ✗ | - | ✗ |
| Hospital Neves Bendinha | ✗ | - | ✗ |
| Hospital Psiquiátrico | ✗ | - | ✗ |
| Procuradoria-Geral da República - PGR | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Provedoria de Justiça | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |
| Secretariado do Conselho de Ministros | ✓ | 13/04/2021 | ✗ |
| Serviço de Inteligência e de Segurança Militar -SISM | ✓ | 07/04/2021 | ✗ |
| Serviço de Inteligência Externa – SIE | ✓ | 18/03/2021 | ✓ |
| Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas | ✓ | 19/01/2021 | ✓ |
| Tribunal da Relação de Benguela | ✗ | - | ✗ |
| Tribunal da Relação de Luanda | ✗ | - | ✗ |
| Conselho Superior da Magistratura Judicial | ✓ | 25/03/2021 | ✓ |
| Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público | ✓ | 31/03/2021 | ✓ |

Fonte: *MINFIN*

PRELIMINAR

# Capítulo XVIII.

# Execução e Controlo de Prestação de Contas das UO no Exterior - MDC

## XVIII. EXECUÇÃO E CONTROLO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS UNIDADES ORÇAMENTAIS NO EXTERIOR – MISSÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES

1582. O presente capítulo visa apresentar informações relevantes sobre o processo de prestação de contas das MDC, bem como o grau de registo da despesa e receita, relativamente ao ano de 2020, tendo como data de corte, Março de 2020.

1583. A diplomacia angolana encontra-se composta por 80 (oitenta) Missões Diplomáticas e Consulares que têm como principal fonte de recursos financeiros, os duodécimos transferidos trimestralmente pelo Tesouro Nacional. Deste modo, o acompanhamento e controlo da execução dos recursos transferidos, é efectuado por intermédio do registo das operações financeiras das MDC, no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e pela submissão dos relatórios de prestação de contas ao MINFIN.

1584. Assim, a execução orçamental e controlo de prestação de contas das Missões Diplomáticas apresenta-se de seguida.

### Execução Orçamental das Missões Diplomáticas e Consulares

#### África

1585. No Continente Africano durante no exercício de 2020, foram transferidos pelo Tesouro Nacional, recursos financeiros na ordem dos EUR 34 229 864,24 (trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos) que convertido na moeda nacional totalizou o valor de Kz 23 620 255 107,25 (vinte e três mil milhões, seiscentos e vinte milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sete kwanzas e vinte e cinco cêntimos).

1586. Entretanto, de acordo com os registos no SIGFE, as receitas obtidas pelas MDC em África, totalizaram apenas Kz 545 882 610,22 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e dez kwanzas e vinte e dois cêntimos). O que corresponde a cerca de 2,3% do valor anual dos duodécimos transferidos pelo Tesouro Nacional às MDC do

PRELIMINAR

Continente Africano, o que demonstra a fraca percentagem de registo das MDC no SIGFE.

1587. O Continente arrecadou diversas receitas durante o exercício em referência, dentre elas os descontos de Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), emolumentos consulares e diversas taxas.

1588. O Continente Africano por possuir o maior número de representações com um total de 34 MDC, apresentou também mais irregularidades na execução da despesa, conforme quadro 224.

1589. Vale referir que o valor de 0 no mapa, demonstra que a MDC não efectuou o registo no SIGFE, ao longo de 2020.

Quadro 224 - Execução da Despesa das MDC em África

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consul. Da Rep. De Angola Em Joanesburgo | 36,25 | 61,27 | 60,28 | 6,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Da Rep. De Angola Em Ponta-Negra | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Da Rep. De Angola No Rundo/Namíbia | 3,71 | 47,69 | 25,34 | 4,74 | 2,99 | 0,00 | 0,00 | -13,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Da Rep. De Angola Em Matadi/Zaire | 64,09 | 54,27 | 52,24 | 21,21 | 23,91 | 21,26 | 18,49 | 5,84 | 0,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Da Rep. De Angola Em Mongo/Zâmbia | 1,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58,19 | 2,98 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Da Rep. De Angola Em Oshakati/Namíbia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Da Rep. De Angola Em Solwezi/Zâmbia | 31,40 | 64,49 | 48,54 | 7,83 | 48,05 | 25,91 | 3,15 | 0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. De Angola Em Dolezi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Geral Da R.A No Katanga/ Shaba | 0,58 | 0,09 | 1,51 | 1,77 | 0,22 | 0,71 | 0,79 | 0,72 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consul. Geral Da R.A Na Cidade Do Cabo | 7,50 | 74,12 | 55,00 | 20,30 | 3,80 | 5,94 | 5,87 | 16,20 | 4,66 | 11,50 | 5,71 | 2,75 |
| Representação Diplom. Da R.A Em São Tomé | 31,96 | 37,37 | 34,97 | 19,52 | 19,16 | 20,53 | 18,23 | 0,73 | 5,28 | 8,45 | 5,67 | 4,58 |
| Representação Diplom. Da R.A Na Namíbia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3,61 | 14,72 | 115,14 | 25,41 | 7,38 | 6,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A Na Tanzânia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A Na Zâmbia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em Costa de Marfim | 27,35 | 13,98 | 13,89 | 28,91 | 26,24 | 18,01 | 0,00 | 0,00 | -10,10 | 0,00 | 0,00 | 0,53 |
| Representação Diplom. Da R.A. Em Marrocos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Em Moçambique | 2,37 | 5,70 | 18,70 | 0,00 | 1,92 | 0,00 | 112,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na África Do Sul | 8,21 | 2,66 | 25,25 | 10,64 | 13,46 | 9,85 | 15,22 | 26,48 | 15,88 | 11,42 | 2,73 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na Argélia | 0,00 | 0,00 | 10,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na Etiópia | 18,83 | 125,07 | 62,91 | 37,28 | 102,19 | 46,31 | 65,74 | 59,35 | 37,78 | 29,38 | 12,86 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na Guiné Conacri | 32,86 | 25,49 | 20,14 | 2,55 | 20,72 | 2,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,03 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na Nigéria | 58,63 | 43,44 | 34,00 | 20,40 | 20,77 | 20,13 | -18,57 | 22,10 | 18,01 | 19,50 | 0,50 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Botswana | 48,78 | 48,48 | 42,10 | 26,74 | 24,22 | 20,35 | 26,15 | 25,40 | 25,93 | 0,00 | 0,00 | 11,41 |
| Repres. Diplom. Da R.A. No Congo Democrático | 24,24 | 25,37 | 27,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Repres. Diplom. Da R.A. No Congo//Brazzaville | 38,74 | 33,79 | 51,06 | 47,77 | 46,19 | 42,36 | 23,57 | 36,23 | 39,82 | 35,24 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Egipto | 0,00 | 32,52 | 17,79 | 40,27 | 33,46 | 32,10 | 23,57 | 18,63 | 19,59 | 20,01 | 0,00 | 0,01 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Gabão | 21,83 | 36,20 | 26,03 | 0,00 | 14,32 | 16,64 | -10,32 | 28,09 | 20,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

PRELIMINAR

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Representação Diplom. Da R.A. No Gana | 23,84 | 15,15 | 12,96 | 29,50 | 24,66 | 16,47 | 23,85 | 18,04 | 6,66 | 14,00 | 16,26 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Quénia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Ruanda | 49,42 | 42,03 | 16,56 | 3,49 | 21,51 | 2,39 | 29,65 | 27,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,08 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Zimbabwe | 21,01 | 24,70 | 22,54 | 0,00 | 52,72 | 29,44 | 13,59 | 33,93 | 24,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A Em Cabo-Verde | 33,60 | 25,48 | 28,00 | 18,29 | 26,34 | 49,60 | 67,97 | 23,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A Na Guiné-Bissau | 45,18 | 55,52 | 16,86 | 7,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Na Guiné Equatorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6,41 | 1,16 | 0,00 | 0,56 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1590. Conforme demonstrado no quadro 224, 7 MDC não efectuaram registos das despesas no SIGFE ao longo de todo o exercício de 2020, nomeadamente, os consulados da República de Angola em Ponta Negra, Oshakati, Dolezi, e as Representações Diplomática de Angola na Tanzânia, Zâmbia, Marrocos e Quénia.

1591. O quadro 225, apresenta a execução da receita das 24 MDC no continente Africano.

1592. Importa salientar que as colunas com valor 0, não significam que a UO não recebeu receitas, mas sim que a MDC não efectuou o devido registo no SIGFE.

Quadro 225 - Execução da Receita das MDC em África

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consulado Da Rep. De Angola Em Joanesburgo | 0,00 | 6,92 | 1,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Ponta-Negra | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola No Rundo/Namíbia | 3,04 | 3,00 | 2,84 | 3,10 | 3,25 | 3,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Matadi/Zaire | 4,04 | 7,16 | 7,67 | 1,01 | 0,99 | 1,07 | 1,08 | 1,17 | 1,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Mongo/Zâmbia | 0,00 | 4,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Oshakati/Namíbia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Solwezi/Zâmbia | 1,24 | 1,24 | 1,53 | 0,38 | 1,86 | 0,39 | 2,48 | 1,07 | 0,00 | 2,38 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado De Angola Em Dolezi | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola No Katanga/ Shaba | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Na Cidade Do Cabo | 7,17 | 6,92 | 12,20 | 10,76 | 0,92 | 0,90 | 1,76 | 2,28 | 3,37 | 3,64 | 2,58 | 3,28 |
| Representação Diplomática Da R.A Em São Tomé | 0,73 | 0,73 | 0,71 | 1,33 | 0,82 | 0,84 | 0,20 | 0,00 | 1,40 | 1,07 | 1,40 | 2,76 |
| Representação Diplomática Da R.A Na Namíbia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,41 | 1,64 | 1,04 | 1,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A Na Tanzânia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A Na Zâmbia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Costa de Marfim | 1,40 | 0,81 | 1,07 | 0,61 | 0,64 | 0,63 | 0,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Marrocos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Moçambique | 0,00 | 2,55 | 0,00 | 0,00 | 1,33 | 0,00 | 0,07 | 0,16 | 0,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

PRELIMINAR

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Representação Diplomática Da R.A. Na África Do Sul | 6,64 | 6,45 | 8,26 | 0,00 | 0,11 | 0,13 | 0,21 | 1,71 | 1,26 | 2,86 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Argélia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Etiópia | 1,74 | 1,96 | 1,77 | 1,54 | 1,52 | 1,56 | 3,07 | 0,01 | 1,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Guiné Conacri | 2,60 | 2,18 | 2,74 | 0,60 | 41,43 | 1,94 | 0,70 | 11,47 | 0,74 | 2,28 | 1,85 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Nigéria | 9,43 | 2,18 | 1,67 | 0,85 | 0,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,96 | 2,47 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Botswana | 0,95 | 0,82 | 0,73 | 0,74 | 0,79 | 0,77 | 0,78 | 0,89 | 0,98 | 0,00 | 0,00 | 3,32 |
| Repres. Diplomática Da R.A. No Congo Democrático | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Repres. Diplomática Da R.A. No Congo/Brazzaville | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 128,63 | 21,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Egipto | 6,08 | 4,69 | 4,08 | 1,12 | 1,05 | 1,37 | 1,19 | 1,25 | 1,58 | 0,00 | 0,00 | 1,41 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Gabão | 1,22 | 1,28 | 0,68 | 0,00 | 0,31 | 0,31 | 0,32 | 0,34 | 0,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Gana | 2,44 | 1,69 | 1,62 | 0,56 | 0,59 | 0,58 | 1,65 | 0,85 | 1,30 | 1,86 | 2,49 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Quénia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,04 | 0,05 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Ruanda | 0,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,07 | 1,39 | 1,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Zimbabwe | 0,68 | 0,58 | 6,25 | 17,25 | 0,00 | 0,86 | 0,00 | 0,00 | 0,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A Em Cabo-Verde | 1,08 | 0,57 | 0,76 | 0,52 | 0,52 | 0,57 | 0,54 | 0,61 | 0,62 | 0,57 | 0,00 | 1,60 |
| Representação Diplomática De Angola Na Guiné-Bissau | 0,23 | 0,64 | 1,49 | 1,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Na Guiné Equatorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1593. De acordo com o quadro 226, 6 MDC não efectuaram registos das receitas no SIGFE ao longo de todo o ano de 2020, nomeadamente, os consulados da República de Angola em Ponta de Negra, Oshakati, Dolezi e as Representações Diplomáticas de Angola na Tanzânia, Zâmbia, Marrocos e o Congo Democrático.

1594. Importa salientar que, 3 MDC efectuaram registos das receitas apenas uma vez ao longo de todo o ano, sendo que o Consulado da República de Angola no Katanga/ Shaba registou receita apenas no mês de Janeiro, as Representações Diplomáticas de Angola na Argélia e Guiné Equatorial efectuaram registos das receitas no SIGFE apenas nos meses de Agosto e Setembro, respectivamente.

PRELIMINAR

## América

1595. No Continente Americano, durante o exercício de 2020, foram transferidos pelo Tesouro Nacional, recursos financeiros em EUR 1 476 915,32 (um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e quinze euros e trinta e dois cêntimos), em USD 15 115 810,74 (quinze milhões, cento e quinze mil, oitocentos e dez dólares e setenta e quatro cêntimos), que convertido na moeda nacional totalizou o valor de Kz 10 039 121 506,14 (dez mil milhões, trinta e nove milhões, cento e vinte e um mil, quinhentos e seis kwanzas e catorze cêntimos).

1596. Entretanto, de acordo com os registos no SIGFE, as receitas obtidas pelas MDC na América, totalizaram Kz 729 519 181,62 (setecentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezanove mil, cento e oitenta e um kwanzas e sessenta e dois cêntimos), o que corresponde a 7,3% do valor anual dos duodécimos transferidos pelo Tesouro Nacional às MDC do continente americano.

1597. O Continente Americano arrecadou diversas receitas durante o exercício em referência, nomeadamente os descontos de Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) e emolumentos consulares.

1598. Das 11 MDC que o Continente Americano possui, verificam-se algumas irregularidades na execução da despesa, conforme quadro 226.

1599. Importa salientar que as colunas com valor 0, não significam que a UO não executou despesas, mas sim que a MDC não efectuou o devido registo da despesa no SIGFE.

Quadro 226 - Execução da Despesa das MDC no Continente Americano

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro Cultural Casa De Angola Na Bahia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Houston/EUA | 18,82 | 32,09 | 53,80 | 20,45 | 18,81 | 8,56 | 17,59 | 56,54 | 6,90 | 0,82 | 5,28 | 6,47 |
| Consulado Da Rep. De Angola No Rio De Janeiro | 0,62 | 23,38 | 0,38 | 0,00 | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em New York | 0,00 | 67,41 | 6,10 | 34,63 | 46,83 | 13,50 | 0,00 | 99,91 | 48,53 | 22,79 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da R.A Em São Paulo/Brasil | 44,58 | 64,75 | 73,34 | 37,24 | 88,73 | 45,45 | 0,00 | 16,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola No Uruguai | 1,06 | 28,78 | 6,25 | 20,32 | 13,03 | 17,06 | 20,68 | 14,77 | 14,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

PRELIMINAR

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Representação Diplomática Da R.A. Em Cuba | 2,53 | 66,18 | 3,29 | 21,87 | 23,17 | 8,73 | -4,12 | 19,85 | 12,29 | 4,74 | 0,00 | 0,24 |
| Representação Diplomática Da R.A. EUA | 151,93 | 174,91 | 146,85 | 95,41 | 79,43 | 58,64 | 58,53 | 93,40 | 58,44 | 58,25 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Argentina | 9,60 | 15,77 | 25,66 | 19,44 | 45,91 | 21,33 | 12,66 | 6,44 | 1,11 | 9,59 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na O.N.U | 0,00 | 84,90 | 55,95 | 57,32 | 45,92 | 29,31 | 41,79 | 77,20 | 36,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Brasil | 0,00 | 53,69 | 51,00 | 0,00 | 34,71 | 34,09 | 0,00 | 70,77 | 33,79 | 35,44 | 66,96 | 6,36 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1600. Conforme o quadro acima, verifica-se que o Centro Cultural Casa de Angola na Bahia, não efectuou registos das despesas executadas no durante todo o exercício de 2020.

1601. Por outro lado, o quadro 227, apresenta a execução da receita das 11 MDC do Continente Americano.

1602. Vale destacar que as colunas com valor 0, não significam que a UO não recebeu receitas, mas sim que a MDC não efectuou o devido registo da receita no SIGFE.

Quadro 227 - Execução da Receita das MDC na América

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro Cultural Casa De Angola Na Bahia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Houston/EUA | 21,97 | 19,30 | 8,87 | 0,81 | 0,84 | 4,86 | 3,07 | 6,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35,66 |
| Consulado Da Rep. De Angola No Rio De Janeiro | 12,87 | 10,03 | 11,07 | 1,79 | 1,93 | 1,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em New York | 0,00 | 0,60 | 0,32 | 0,34 | 0,35 | 0,37 | 0,00 | 1,46 | 0,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da R.A Em São Paulo/Brasil | 137,73 | 0,00 | 0,00 | 130,53 | 136,80 | 0,44 | 2,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola No Uruguai | 0,63 | 0,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Cuba | 11,55 | 5,75 | 4,26 | 0,06 | 16,46 | 0,03 | 7,23 | 3,83 | 40,25 | 0,00 | 0,00 | 0,28 |
| Representação Diplomática Da R.A. EUA | 23,23 | 4,97 | 6,90 | 2,65 | 2,77 | 2,74 | 2,73 | 2,84 | 2,95 | 4,21 | 0,00 | 7,14 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Argentina | 1,36 | 0,52 | 0,00 | 0,00 | 0,60 | 0,00 | 0,00 | 0,18 | 0,00 | 1,00 | 0,23 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na O.N.U | 0,00 | 2,60 | 1,37 | 1,47 | 1,53 | 1,51 | 1,54 | 1,89 | 1,67 | 1,78 | 1,74 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Brasil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1603. De acordo com o mapa, o Centro Cultural Casa de Angola na Bahia, não registou quaisquer receitas no SIGFE ao longo de todo exercício económico de 2020, conforme se demonstra no quadro acima.

1604. Importa mencionar que, o Consulado De Angola no Uruguai registou receitas no SIGFE apenas nos meses de Janeiro e Fevereiro do período em

PRELIMINAR

análise, enquanto que a Representação Diplomática de Angola no Brasil registou receitas apenas no mês de Julho do ano de 2020.

## Ásia

1605. No exercício de 2020, o Tesouro Nacional transferiu recursos financeiros, ao Continente Asiático, na ordem dos EUR 15 461 624,27 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e quatro euros e vinte e sete cêntimos), em USD 2 843 689,60 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e nove dólares e sessenta cêntimos), que convertido na moeda nacional totalizou o valor de Kz 12 387 945 692,12 (doze mil milhões, trezentos e oitenta e sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e dois kwanzas e doze cêntimos).

1606. Entretanto, de acordo com os registos no SIGFE, as receitas obtidas pelas MDC na Ásia, totalizaram Kz 521 973 758,86 (quinhentos e vinte e um milhões, novecentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito kwanzas e oitenta e seis cêntimos), o que corresponde a 4,2% do valor anual dos duodécimos transferidos pelo Tesouro Nacional às MDC do continente asiático.

1607. Na Ásia, arrecadou-se diversas receitas durante o exercício em referência, nomeadamente os descontos de Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), emolumentos consulares e juros de aplicação financeira.

1608. O Continente Asiático comporta 11 MDC e no quadro 228, é apresentada a execução da despesa no período de 2020.

1609. É importante mencionar que as colunas com valor 0, não significam que a UO não tenha executado despesas, porém, que a UO não efectuou o devido registo da despesa no SIGFE.

Quadro 228 - Execução da Despesa das MDC na Ásia

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consulado da R.A No Dubai | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado da R.A. Em Macau/China | 21,38 | 89,15 | 11,32 | 4,35 | 3,96 | 52,51 | 13,65 | 29,10 | 1,86 | 6,08 | 1,73 | 0,00 |

PRELIMINAR

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consulado Geral De Angola Em Guangzhou | 6,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na China | 0,01 | 135,42 | 214,49 | 127,46 | 1,37 | 44,51 | 81,36 | 63,55 | 15,65 | 3,10 | 0,00 | 0,00 |
| Rep. Diplom. Da R.A Emirat. Árabes Unidos | 4,13 | 121,75 | 61,31 | 105,10 | 61,53 | 64,67 | 80,71 | 72,91 | 39,78 | 28,42 | 0,74 | 0,14 |
| Repres. Diplom. Da R.A Na Coreia Do Sul | 7,54 | 117,13 | 181,07 | 58,23 | 31,56 | 37,47 | 58,38 | -136,95 | -22,20 | 6,49 | 9,34 | 0,53 |
| Representação Diplom. Da R.A. Em Israel | 106,44 | 46,04 | 32,79 | 33,21 | 17,15 | 0,00 | 33,38 | 0,00 | 13,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. Na Índia | 5,52 | 17,85 | 34,66 | 7,54 | 67,76 | 34,40 | 8,90 | 1,42 | 2,77 | 8,13 | 5,46 | 0,00 |
| Representação Diplom. Da R.A. No Japão | 63,82 | 50,20 | 112,89 | 99,89 | 87,45 | 0,00 | 93,75 | 96,06 | 105,18 | 8,85 | 28,66 | 0,32 |
| Repres. Diplom. Da R.A. No Vietname | 53,56 | 51,01 | 54,65 | 0,00 | 50,99 | 106,77 | 16,17 | 3,07 | 1,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rep. Diplom. Da R.A. Singapura E Indonésia | 68,68 | 67,10 | 61,04 | 27,07 | 48,22 | 52,34 | 47,27 | 50,63 | 23,48 | 23,38 | 5,04 | 4,05 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1610. O quadro acima mostra que o Consulado de Angola no Dubai não efectuou registo de despesa ao longo de todo exercício de 2020 e o Consulado de Angola em Guangzhou registou apenas no mês de Janeiro de 2020.

1611. O quadro 229, apresenta a execução da receita no continente asiático, no período de 2020.

1612. Vale referir que as colunas com valor 0, não significam que a UO não tenha arrecadado receitas, porém, que a UO não efectuou o devido registo no SIGFE.

Quadro 229 - Execução da Receita das MDC na Ásia

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consulado Da Rep. De Angola No Dubai | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Macau/China | 2,06 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 3,31 | 0,00 | 11,26 | 10,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral De Angola Em Guangzhou | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na China | 8,90 | 5,84 | 9,87 | 7,07 | 4,54 | 20,03 | 7,13 | 17,67 | 6,82 | -3,56 | 0,00 | 47,18 |
| Rep. Diplomática Da R.A Emiratos Árabes Unidos | 0,00 | 2,53 | 1,16 | 1,24 | 1,30 | 1,33 | 1,34 | 1,60 | 1,63 | 2,03 | 2,02 | 2,61 |
| Repres. Diplomática Da R.A Na Coreia Do Sul | 0,66 | 4,23 | 0,96 | 0,91 | 1,20 | 0,85 | 1,16 | 1,35 | 1,55 | 0,00 | 0,00 | 17,09 |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Israel | 0,00 | 3,49 | 1,30 | 1,14 | 0,84 | 0,33 | 0,32 | 1,03 | 0,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Índia | 58,72 | 18,99 | 29,86 | 0,00 | 1,99 | 1,06 | 0,79 | 0,19 | 4,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Japão | 1,54 | 4,88 | 2,84 | 2,59 | 2,72 | 2,95 | 2,78 | 5,35 | 0,75 | 3,13 | 2,49 | 3,61 |
| Representação Diplomática Da R.A. No Vietname | 2,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7,15 | 2,76 | 3,76 | 0,00 | 1,02 | 2,12 | 0,00 | 2,82 |
| Repres. Diplomática Da R.A. Singapura E Indonésia | 50,17 | 32,41 | 0,00 | 14,84 | 2,20 | 4,01 | 3,99 | 7,02 | 5,98 | 3,84 | 3,28 | 4,49 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1613. De acordo com o quadro acima, os Consulados de Angola no Dubai e em Guangzhou não efectuaram registo de receita durante o ano de 2020.

PRELIMINAR

## Europa

1614. Na Europa, durante o exercício de 2020, foram transferidos pelo Tesouro Nacional, recursos financeiros em EUR 36 566 185,46 (trinta e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos), em GBP 1 791 679,28 (um milhão, setecentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e nove libras e vinte e oito cêntimos), que convertido na moeda nacional totalizou o valor de Kz 26 612 085 251,97 (vinte e seis mil milhões, seiscentos e doze milhões, oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e um kwanzas e noventa e sete cêntimos).

1615. Entretanto, de acordo com os registos no SIGFE, as receitas obtidas pelas MDC na Europa, totalizaram Kz 5 740 778 371,49 (cinco mil milhões, setecentos e quarenta milhões, setecentos e setenta e oito mil, trezentos e setenta e um kwanzas e quarenta e nove cêntimos), o que corresponde a 21,6% do valor anual dos duodécimos transferidos pelo Tesouro Nacional às MDC do continente europeu.

1616. Na Europa, arrecadaram-se diversas receitas durante o exercício em referência, nomeadamente os descontos de Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) e emolumentos consulares.

1617. No Continente Europeu, semelhante aos outros continentes, também se verificam algumas irregularidades na execução da despesa, conforme quadro 230.

1618. Vale referir que, as colunas com valor 0 não significam que a UO não tenha executado despesas, porém, que a UO não efectuou o devido registo da despesa no SIGFE.

Quadro 230 - Execução da Despesa das MDC na Europa

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consulado Da R.A Em Londres | 46,66 | 56,31 | 24,37 | 11,88 | 9,96 | 46,12 | 20,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da R.A No Porto | 0,07 | 0,06 | 0,07 | 0,07 | 0,07 | 0,04 | 36,38 | 129,95 | 70,64 | 44,15 | 67,82 | 24,47 |
| Consulado Geral Da R.A Em Lisboa | 54,54 | 109,02 | 239,79 | 54,38 | 62,06 | 72,75 | 85,97 | 65,70 | 96,53 | 48,39 | 37,68 | 0,41 |
| Consulado Geral Da R.A Em Paris | 38,31 | 25,20 | 13,64 | 22,34 | 27,01 | 16,02 | 5,31 | 0,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56,16 |
| Cons.. Ger. Da R.A Em Roterdão/Holanda | 51,60 | 36,79 | 14,30 | 34,34 | 2,21 | 4,62 | 56,72 | 15,15 | 0,00 | 5,57 | 3,20 | 0,38 |

PRELIMINAR

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Hungria | 0,00 | 130,98 | 67,53 | 50,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A Na Suécia | 0,00 | 0,00 | 76,27 | 0,00 | 0,83 | 12,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 108,50 | 0,00 | 20,20 |
| Represent. Diplom. Da R.A Na Unesco | 33,56 | 70,19 | 37,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em Espanha | 93,27 | 0,00 | 62,81 | 0,00 | 103,69 | 0,00 | 0,00 | 80,34 | 51,58 | 0,00 | 33,54 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em França | 28,03 | 213,34 | 93,57 | 2,29 | 0,00 | 0,00 | 37,06 | 6,36 | 14,50 | 110,68 | 0,00 | 100,34 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em Portugal | 137,01 | 128,99 | 148,33 | 33,08 | 100,56 | 131,05 | 99,90 | 132,02 | 139,03 | 105,04 | 4,80 | 0,00 |
| Repres. Diplom. Da R.A. Junto Da Santa Sé | 2,78 | 83,66 | 17,17 | 34,44 | 37,37 | 62,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,45 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Alemanha | 43,73 | 0,91 | 121,32 | 54,30 | 29,46 | 25,10 | 39,26 | 0,00 | 28,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Áustria | 8,12 | 77,79 | 81,95 | 15,66 | 67,90 | 3,21 | 113,02 | 26,33 | 28,67 | 43,32 | 70,27 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Bélgica | 58,96 | 77,86 | 0,00 | 61,47 | 67,32 | 72,72 | 17,20 | 7,26 | 41,96 | 44,86 | 20,95 | 7,23 |
| Repres. Diplom. Da R.A. Na Grã-Bretanha | 1,63 | 0,00 | 0,00 | 99,17 | 13,06 | 16,64 | 2,43 | 0,00 | 1,30 | 73,53 | 2,46 | 70,86 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Holanda | 48,92 | 68,74 | 32,32 | 30,00 | 1,37 | 11,89 | 4,50 | 0,00 | 0,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Itália | 42,66 | 19,28 | 50,30 | 16,67 | 55,35 | 0,00 | 64,91 | 62,10 | -23,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Polónia | 20,11 | 34,87 | 35,28 | 9,15 | 13,50 | 9,79 | 2,72 | 6,67 | 14,98 | 1,19 | 0,00 | -0,01 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Rússia | 33,91 | 61,14 | 40,90 | 82,77 | 61,97 | 49,55 | 1,45 | 6,82 | 5,09 | 16,60 | 7,90 | 1,74 |
| Rep. Diplom. Da R.A. Na Servia E Montenegro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Turquia | 60,30 | 37,82 | 25,54 | 66,36 | 33,93 | 0,00 | 5,90 | 6,12 | 0,51 | 19,40 | 2,97 | 0,00 |
| Rep. Diplom. Da R.A. Junto Org. Intern./Suíça | 0,00 | 31,02 | 29,62 | 0,00 | 0,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12,99 | 57,93 | 80,04 | 14,55 |
| Represent. Diplom. Na Suíça (Berna) | 36,39 | 62,88 | 43,16 | 49,75 | 45,06 | 46,67 | 12,79 | 4,11 | 4,51 | 2,12 | 3,84 | 0,06 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1619. Conforme quadro acima, no Continente Europeu não existe MDC que não registou despesas, mas verifica-se que duas MDC, designadamente as Representações Diplomáticas de Angola na Hungria e na Unesco, apenas efectuaram registos de despesa em três meses do ano.

1620. Verifica-se também que a Representação Diplomática de Angola na Sérvia e Montenegro, registou despesas no SIGFE apenas no mês de Agosto de 2020.

1621. O quadro 231, apresenta a execução da receita no Continente Europeu, durante o exercício de 2020.

1622. Importa destacar que as colunas com valor 0, não significam que a UO não tenha arrecadado receitas, porém que a UO não efectuou o devido registo no SIGFE.

PRELIMINAR

Quadro 231 - Execução da Receita das MDC na Europa

(Milhões de Kwanzas)

| Missões Diplomáticas e Consulados | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consulado Da R.A Em Londres | 51,59 | 40,66 | 30,26 | 0,75 | 0,00 | 6,19 | 7,57 | 9,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Da R.A No Porto | 47,36 | 30,90 | 18,85 | 0,07 | 6,65 | 7,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da R.A Em Lisboa | 144,98 | 791,33 | 280,39 | 528,61 | 29,75 | 34,88 | 643,15 | 46,90 | 68,02 | 62,81 | 55,85 | 51,17 |
| Consulado Geral Da R.A Em Paris | 21,93 | 26,69 | 15,31 | 1,69 | 14,61 | 18,75 | 1,34 | 1,36 | 7,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulado Geral Da R.A Em Roterdão | 6,31 | 14,04 | 4,64 | 1,69 | 0,84 | 1,77 | 3,82 | 3,33 | 1,64 | 5,51 | 0,00 | 3,98 |
| Represent. Diplom. Da R.A Na Hungria | 0,00 | 0,43 | 1,29 | 1,47 | 0,79 | 0,94 | 0,30 | 0,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A Na Suécia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5,94 | 1,02 | 0,00 | 0,12 |
| Represent. Diplom. Da R.A Na Unesco | 1,51 | 1,50 | 1,55 | 1,67 | 1,78 | 1,79 | 1,80 | 1,58 | 1,71 | 1,82 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em Espanha | 7,96 | 7,15 | 0,00 | 5,09 | 0,00 | 0,01 | 1,95 | 0,00 | 3,26 | 0,00 | 1 585,13 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em França | 27,78 | 18,25 | 0,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Em Portugal | 1,93 | 1,91 | 1,99 | 2,14 | 2,29 | 2,38 | 2,31 | 2,51 | 2,97 | 3,11 | 3,18 | 3,24 |
| Rep. Diplom. Da R.A. Junto Da Santa Sé | 0,00 | 1,04 | 0,56 | 0,57 | 0,59 | 0,59 | 0,00 | 1,24 | 0,63 | 0,00 | 1,34 | 0,67 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Alemanha | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Áustria | 1,19 | 1,72 | 0,00 | 0,00 | 1,40 | 0,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,52 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Bélgica | 0,00 | 20,12 | 21,05 | 8,52 | 3,20 | 1,53 | 28,89 | 11,47 | 7,05 | 26,94 | -4,91 | -3,61 |
| Repres. Diplom. Da R.A. Na Grã-Bretanha | 0,84 | 0,82 | 0,00 | 0,90 | 0,00 | 0,00 | 2,56 | 0,00 | 0,00 | 0,99 | 0,00 | 5,14 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Holanda | 0,00 | 137,16 | 0,91 | 169,73 | 0,99 | 1,05 | 173,13 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Itália | 10,22 | 5,97 | 2,85 | 2,24 | 2,67 | 1,72 | 20,18 | 2,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Polónia | 9,74 | 13,07 | 7,30 | 1,54 | 1,58 | 2,16 | 2,82 | 2,92 | 0,00 | 0,00 | 3,05 | 5,71 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Rússia | 10,33 | 3,85 | 3,99 | 4,28 | 4,58 | 1,34 | 12,82 | 4,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17,05 |
| Rep. Diplom. Da R.A. Na Servia E Mont. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Da R.A. Na Turquia | 2,17 | 3,43 | 2,02 | 3,16 | 1,58 | 0,00 | 0,22 | 0,11 | 0,00 | 2,94 | 2,49 | 3,25 |
| Repres. Diplom. Da R.A. Junto Org. Intern | 0,00 | 1,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Represent. Diplom. Na Suíça (Berna) | 3,53 | 4,51 | 3,75 | 1,99 | 5,63 | 4,09 | 4,56 | -0,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13,24 |

Fonte: *MINFIN e Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1623. No quadro acima, verifica-se que a Representação Diplomática de Angola na Sérvia e Montenegro não efectuou despesas no SIGFE durante o exercício de 2020.

1624. A Representação Diplomática de Angola na Suécia registou receita no SIGFE em três meses do ano, enquanto que a Representação Diplomática de Angola na Alemanha realizou despesa apenas no mês de Agosto de 2020 e a Representação Diplomática de Angola Junto da Organização Interna na Suíça efectuou o registo de receita no SIGFE em dois meses do ano.

PRELIMINARY

## Controlo de Prestação de Contas das MDC

### África

1625. O Continente Africano, possui o maior número de MDC, um total de 34. Durante o período em análise, o comportamento de prestação de contas apresentou o seguinte panorama, conforme quadro 232.

Quadro 232 – Controlo de Prestação de Contas das MDC no Continente Africano

| Missões Diplomáticas e Consulados | Prestação de Contas em 2020 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Joanesburgo | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Ponta-Negra | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola No Rundo/Namíbia | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Matadi/Zaire | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Mongo/Zâmbia | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Oshakati/Namíbia | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Solwezi/Zâmbia | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Consulado De Angola Em Dolezi | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola No Katanga/ Shaba | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Na Cidade Do Cabo | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A Em São Tomé | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A Na Namíbia | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A Na Tanzânia | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A Na Zâmbia | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Costa de Marfim | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Marrocos | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Moçambique | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na África Do Sul | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Argélia | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Etiópia | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Guiné Conacri | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Nigéria | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Botswana | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Congo Democrático | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Congo/Brazzaville | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Egipto | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Gabão | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Gana | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Quénia | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Ruanda | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Zimbabwe | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A Em Cabo-Verde | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática De Angola Na Guiné-Bissau | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Na Guiné Equatorial | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |

Fonte: *Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

PRELIMINAR

1626. Com base na informação apresentada no quadro 233, pode-se verificar que, das 34 MDC que o Continente Africano possui, 8 não enviaram qualquer prestação de contas ao longo do ano de 2020, nomeadamente, Consulado da República de Angola em Ponta-Negra, Consulado da República de Angola em Oshakati/Namíbia, Consulado de Angola em Dolezi, Consulado Geral da República de Angola no Katanga/Shaba, Representação Diplomática da República de Angola em Costa do Marfim, Representação Diplomática da República de Angola em Marrocos, Representação Diplomática da República de Angola na Argélia e Representação Diplomática da República De Angola no Gabão.

1627. Neste continente, destacam-se apenas 2 Missões Diplomáticas, nomeadamente, Representação Diplomática Da República de Angola na Tanzânia e Representação Diplomática Da República de Angola no Botswana, que apenas não prestaram contas no mês de Janeiro, tendo remetido as referidas prestações de contas nos 11 meses do ano de 2020. Em termos percentuais, pode-se concluir que 24% das MDC no continente africano não prestou contas, e os restantes 76% prestaram contas de forma irregular, sendo que nenhuma MDC prestou contas nos 12 meses do ano.

### América

1628. O Continente Americano possui apenas 11 MDC, e a referida prestação de contas detalha-se no quadro 233.

Quadro 233 - Controlo de Prestação de Contas das MDC no Continente Americano

| Missões Diplomáticas e Consulados | Prestação de Contas em 2020 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Centro Cultural Casa De Angola Na Bahia | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Houston/EUA | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da Rep. De Angola No Rio De Janeiro | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em New York | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em São Paulo/Brasil | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola No Uruguai | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Cuba | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Estados Unidos América | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Argentina | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na O.N.U | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Brasil | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |

Fonte: *Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

PRELIMINAR

1629. Conforme se pode observar no quadro 233, nenhuma MDC do continente americano prestou contas regularmente, isto é, em todos meses, e apenas a Representação Diplomática de Angola em Cuba, não prestou contas, em nenhum mês do ano de 2020.

1630. Entretanto, vale destacar que o Consulado Geral de Angola no Uruguai apenas não prestou contas nos meses de Junho e Dezembro 2020, sendo a que melhor índice de prestação registou neste continente.

1631. Por outro lado, a MDC que registou menor índice de prestação de contas neste continente, trata-se da Representação Diplomática da República de Angola em Cuba, que ao longo de 2020, não prestou contas.

1632. Por fim, vale mencionar que, em termos percentuais, 9% do total das MDC não prestou contas, e os restantes 91% prestaram contas de forma irregular.

### Ásia

1633. O Continente Asiático, semelhante ao Americano, também possui apenas 11 MDC, e a prestação de contas no continente apresenta o detalhe conforme o quadro 234.

Quadro 234 - Controlo de Prestação de Contas das MDC no Continente Americano

| Missões Diplomáticas e Consulados | Prestação de Contas em 2020 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Consulado Da Rep. De Angola No Dubai | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Consulado Da República De Angola Em Macau/China | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Consulado Geral De Angola Em Guangzhou | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na China | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A Emiratos Árabes Unidos | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A Na Coreia Do Sul | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Israel | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Índia | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Japão | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. No Vietname | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Singapura E Indonésia | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |

Fonte: *Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

PRELIMINAR

1634. Conforme se apresenta no quadro acima, das 11 MDC do Continente Asiático, o destaque recai para a Representação Diplomática de Angola na China, por ser a única MDC que prestou contas regularmente, ao longo de todo ano de 2020.

1635. Por outro lado, os Consulados de Angola no Dubai e em Guangzhou não remeteram nenhuma prestação de contas ao longo de todo ano de 2020.

1636. Em termos percentuais, pode-se afirmar que 9% remeteu a referida prestação de contas, 18% não prestou contas e os restantes 73% prestaram contas de forma irregular.

## Europa

1637. A Europa é o segundo continente com maior número de representações com cerca de 24 MDC. No período em análise, a prestação de contas das MDC estava decomposta conforme espelhado no quadro 235.

Quadro 235 - Prestação de Contas das MDC na Europa

| Missões Diplomáticas e Consulados | Prestação de Contas em 2020 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Consulado Da Rep. De Angola Em Londres | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Consulado Da República De Angola No Porto | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em Lisboa | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em Paris | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Consulado Geral Da Rep. De Angola Em Roterdão/Holanda | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Hungria | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A Na Suécia | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A Na Unesco | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Espanha | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em França | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Em Portugal | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Junto Da Santa Sé | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Alemanha | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Áustria | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Bélgica | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Grã-Bretanha | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Holanda | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Itália | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Polónia | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ |

PRELIMINAR

| Missões Diplomáticas e Consulados | Prestação de Contas em 2020 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Rússia | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Servia E Montenegro | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ |
| Representação Diplomática Da R.A. Na Turquia | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Da R.A. Junto Org. Intern./Suíça | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ |
| Representação Diplomática Na Suíça (Berna) | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |

Fonte: *Relatórios de Prestação de Contas das MDC*

1638. Da informação apresentada no quadro acima, pode-se verificar que a Representação Diplomática da República de Angola na Rússia foi a única MDC que não submeteu qualquer prestação de contas no período de 2020.

1639. As restantes MDC prestaram contas de forma irregular, sendo que nenhuma delas prestou contas, regularmente, ao longo do ano todo.

1640. Em termos percentuais pode-se aferir que 4% das MDC no continente europeu não prestaram contas, e os restantes 96% prestou contas de forma irregular.

PRELIMINAR

# Capítulo XIX.

# Conclusões

## XIX. CONCLUSÕES

1641. A Conta Geral do Estado é um instrumento relevante para mostrar de forma transparente os fluxos orçamentais e financeiros e as variações patrimoniais ocorridas durante um exercício económico, bem como a situação financeira e patrimonial do Estado no final de cada ano.

1642. Para o Exercício de 2020, a Conta Geral do Estado foi marcada pelo seguinte:

a) Aumento da transparência, reflectindo o número de registos no SIGFE, a plataforma da execução do OGE.

b) Aumento de novos Capítulos, com destaque para a informação do impacto económico e social do OGE na vida dos cidadãos, realçando os resultados do PDN, PIP e PIIM.

c) Aumento da informação relacionada com a recuperação de crédito do BPC.

d) Aumento da informação relacionada com a execução do Saldo Global e o Saldo Primário Não Petrolífero.

e) Melhoria na descrição da execução do Orçamento Geral do Estado, evidenciando as justificações dos aumentos e diminuições, demonstrando maior rigor e transparência.

f) Melhoria na descrição da informação financeira sobre as Participações do Estado em Empresas Públicas.

g) Melhoria na descrição da informação financeira sobre fundos da Administração Directa e Indirecta do Estado e do Instituto Nacional de Segurança Social.

h) Descrição detalhada da informação financeira sobre locações financeiras, dívida flutuante e dívida Fundada.

PRELIMINAR

i) Melhoria da qualidade da informação contida na CGE, tendo em conta as melhores práticas de reporte financeiro na Contabilidade para o Sector Público.

j) Stock da Dívida Pública situado em torno dos Kz 44,2 biliões, equivalente a cerca de US$ 68 mil milhões.

k) Receitas na ordem dos Kz 11,9 biliões e despesas no valor de Kz 13,3 biliões, resultando num défice de Kz 1,4 biliões.

l) Saldo Fiscal deficitário na ordem dos Kz 355,6.

m) Saldo Primário Não Petrolífero deficitário na ordem dos Kz 1,9 biliões, estando dentro da meta estabelecida de Kz 2,3 biliões.

n) Saldo Corrente superavitário na ordem dos Kz 1,4 biliões.

o) Património Líquido Negativo no valor de Kz 2,9 biliões.

PRELIMINAR

## GLOSSÁRIO

### A

Activo Circulante. Disponibilidades de numerário, recursos a receber, antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.

Activo Patrimonial. Conjunto de valores e créditos que pertencem a uma entidade.

Activo Permanente. Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Activo Realizável a Longo Prazo. Direitos realizáveis normalmente após o término do exercício seguinte.

Actividades Permanentes. Componente do Orçamento de Funcionamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela.

Ajuste Orçamental. Alterações às dotações inicialmente inscritas no OGE.

ARO. Antecipação de Receitas Orçamentais.

Amortização ou reembolso da dívida pública. A amortização ou reembolso da dívida pública corresponde ao pagamento do capital em dívida. A amortização pode ser total, se todo o capital em dívida for reembolsado, ou parcial, se apenas parte do capital em dívida for pago.

Activos financeiros. Os activos financeiros representam benefícios ou uma série de benefícios futuros para os seus detentores que se concretizam através de meios de pagamento. Os activos financeiros compreendem os meios de pagamento, créditos financeiros e activos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros.

Ajustamento défice-dívida. O ajustamento défice-dívida corresponde à variação do stock de dívida pública que não resulta do défice/excedente orçamental, para um dado período. O ajustamento défice-dívida pode ser agrupado em três categorias principais: (i) transacções em activos financeiros; (ii) efeitos de valorização em volume e preço da dívida; (iii) e outros efeitos.

PRELIMINAR

Ajustamento orçamental. Um ajustamento orçamental é um processo de redução do défice orçamental das Administrações Públicas, medido em termos estruturais, por via de medidas discricionárias de política orçamental. O ajustamento orçamental

Amortização ou reembolso da dívida pública. A amortização ou reembolso da dívida pública corresponde ao pagamento do capital em dívida. A amortização pode ser total, se todo o capital em dívida for reembolsado, ou parcial, se apenas parte do capital em dívida for pago.

## B

Balanço. Demonstrativo contabilístico que apresenta, num dado momento, a situação do património da entidade pública.

Balanço Financeiro. Demonstrará a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com o saldo em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Balanço Patrimonial. O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que tem por finalidade apresentar a posição contabilística financeira e económica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática (posição ou situação do património em determinada data).

Balanço Orçamental. É a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

Balancete. É um instrumento para verificar se os lançamentos contabilísticos realizados no período estão correctos. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detectará toda amplitude de erros que possam existir, nos lançamentos contabilísticos.

## C

Cabimentação. Acto emanado pela autoridade competente que consiste em se deduzir do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada e que assegura ao fornecedor que o bem ou serviço é pago, desde que observadas as condições acordadas.

PRELIMINAR

Cativação. Uma cativação corresponde a uma retenção de parte dos montantes orçamentados no lado da despesa que se traduz numa redução da dotação disponível dos serviços e organismos. A libertação dessas verbas (descativação) é, regra geral, sujeita à autorização do Ministro das Finanças

Categoria Económica. Elemento agregador de naturezas de receita/despesa com o mesmo objecto.

Classificação Funcional - Classificação da despesa de acordo com a área de acção governamental que ela permite atingir.

Classificação das Contas Públicas. Agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objectos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de actuação (receita ou despesa), constitui instrumento de planeamento, tomada de decisões, comunicação e controlo.

## D

Défice orçamental/Défice. Quando o saldo orçamental é negativo, isto é, as despesas superam as receitas públicas.

Despesa cabimentada. Total da despesa para o qual existe nota de cabimentação emitida. Sendo que por cabimentação da despesa se deve entender o acto pelo qual autoridade competente deduz do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada.

Despesas Correntes. Despesas ligadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como transferências com igual propósito. Enquadram-se aqui as despesas de carácter operacional, decorrentes das acções desenvolvidas pelo organismo no cumprimento de sua missão institucional, como por exemplo, pagamento de pessoal e as contribuições do empregador, a aquisição de materiais de uso corrente (bens) e a contratação de serviços para o funcionamento do organismo ou ainda as transferências a serem utilizadas, pelo organismo destinatário, em despesas desta natureza.

PRELIMINAR

Despesa de Capital. Destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou constituição de reservas, bem como transferências efectuadas com igual propósito.

Despesa Liquidada. Despesa para com a qual se procedeu já à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

Demonstração da Variação Patrimonial. Alterações verificadas no património, resultantes ou independentes da execução orçamental, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

## E

Encargos da dívida. Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

Execução Financeira. Recursos financeiros visando atender à realização dos subprojectos e/ou subactividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro. Execução orçamental e coincide com o ano civil.

Execução Orçamental das Despesa. Créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e nos créditos adicionais, visando a realização dos subprojectos / subactividades atribuídas às unidades orçamentárias.

## F

Fonte de Recurso. Identifica quer a origem quer o destino das receitas. A mesma classificação, quando utilizada para caracterizar as despesas, visa identificar a origem dos recursos que suportam as mesmas.

Função do Estado. Despesas de acordo com a área da sociedade que a acção governamental pretende atingir.

## L

Liquidação da Despesa. Direito do credor, fase em que a dívida é efectivamente assumida, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

## N

PRELIMINAR

Natureza. Receita/despesa de acordo com a natureza económica da mesma, identificando claramente o objecto da receita/despesa.

Nota de Lançamento. Eventos contabilísticos não vinculados a documentos específicos (SIGFE).

## O

Orçamento Ajustado. Reflectem os ajustes efectuados ao Orçamento Inicial.

Orçamento Aprovado/Inicial. Aprovados pela Assembleia Nacional e instituídos pela Lei Orçamental.

Orçamento de Funcionamento. Referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela, bem como projectos e programas específicos que não se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Órgão Dependente (OD). Unidade administrativa dos órgãos ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos ou a segurança social que constituem as unidades orçamentais.

Órgão do Governo. Departamentos ministeriais, governos provinciais, órgãos sectoriais e não sectoriais através dos quais o Estado cumpre as atribuições definidas na Constituição.

Órgãos de Soberania. Órgãos como a Presidência da República, Assembleia Nacional e os Tribunais. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

Ordem de Saque. Instrumento de pagamento de utilização exclusiva do Estado que possibilita a realização da fase de pagamento da despesa pública.

## P

Parcerias Público-privadas. As PPP correspondem a uma relação de longo prazo entre entidades públicas e privadas, destinada à provisão de um determinado serviço (podendo, ou não, exigir a concessão, financiamento e construção de infra-estruturas públicas para tal efeito), no âmbito da qual são alinhados os objectivos da entidade

PRELIMINAR

pública com os objectivos de lucro do parceiro privado. A eficácia do alinhamento depende de uma transferência adequada e suficiente dos riscos para os parceiros privados

Passivo Circulante – Depósitos. Restos a pagar, antecipações de receita, bem como outras obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte.

Património Líquido. Capital autorizado, as reservas de capital e outras que forem definidas, bem como o resultado acumulado e não destinado.

Património Público. Conjunto de bens à disposição da colectividade.

Programa de Investimentos Públicos (PIP). Programa de investimento com vista à criação, reabilitação, ampliação, manutenção ou renovação das capacidades de prestação de serviços e fornecimento de bens pela administração pública directa ou pela administração pública indirecta do Estado. Não se integram no conceito de investimento público os gastos de natureza corrente aplicados à manutenção e reparações normais e cíclicas dos empreendimentos.

Programa Específico. Traduz uma prioridade do governo, definido em âmbito e em tempo de execução, mas que apesar de não constituir actividade básica da unidade orçamental não integra o Programa de Investimentos Públicos.

Proposta Orçamental (N+1) - Valor da proposta de orçamento para o ano N+1, registada no SIGFE.

## R

Receita Ajustada. Previsão de receita que reflecte a revisão da receita inicialmente estimada.

Receita de Capital. Receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos.

Receita Corrente. Receitas que se renovam em todos os períodos financeiros designadamente, receitas tributárias, patrimoniais, de serviços ou ainda transferências recebidas.

PRELIMINAR

Receitas e Despesas extra-orçamentais. Todas as operações de que resultem débitos ou créditos de natureza financeira, não compreendidos na execução orçamental, são objecto de registo, individualização e controlo contabilístico.

Receita Inicial. Previsão de receita aprovada pela Assembleia Nacional.

Restos a Pagar. Despesas cabimentadas, liquidadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro, após devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

## S

Saldo Corrente. Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes do Estado e tem como objectivo principal a avaliação do volume de poupança nele gerado. Está-se, pois, perante um conceito que permite analisar a capacidade do Estado para, não só financiar as suas despesas de funcionamento corrente, como ainda libertar uma poupança capaz de custear, no todo ou em parte, o investimento realizado neste sector.

Saldo de Capital. Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Fiscal. Resulta da diferença entre as receitas correntes e o total das despesas realizadas ao longo de um determinado exercício, excluindo as receitas e despesas de financiamento.

Saldo Primário Não Petrolífero. Corresponde a diferença entre a receita não petrolífera e a despesa fiscal primária não petrolífera.

Superavit orçamental. Saldo orçamental positivo, isto é, quando as receitas superam as despesas públicas.

## T

Taxa de Execução (Projecção Linear). Indicador em percentagem do resultado da taxa de execução para o presente exercício económico tomando por referência a projecção linear da Despesa Paga.

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Liquidada). Indicador em percentagem, resultante da relação entre a despesa liquidada no período em análise, para uma dada rúbrica de despesa e o orçamento inicial.

PRELIMINAR

Taxa de Execução Efectiva (Despesa Paga). Indicador em percentagem resultante da relação entre a despesa paga no período em análise, para uma dada rúbrica de despesa e o orçamento inicial.

Taxa de Execução Efectiva da Receita. Indicador em percentagem resultante da relação entre a receita arrecadada no período em análise, para uma dada rúbrica de receita e a previsão inicial.

Taxa de Execução Padrão. Indicador em percentagem que apresenta a taxa de execução esperada para o período em análise tomando por hipótese uma execução linear.

## U

Unidade Orçamental (UO). Órgão do Estado ou da Autarquia, ou o conjunto de órgãos, ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos e a segurança social a quem foram consignadas dotações orçamentais próprias.

## V

Variação Homóloga. Variação relativa (em valor percentual) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.

PRELIMINAR

GOVERNO DE
ANGOLA
Ministério das Finanças